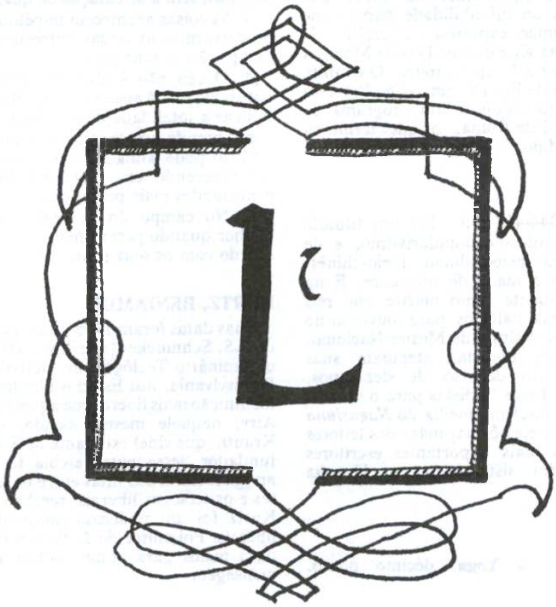
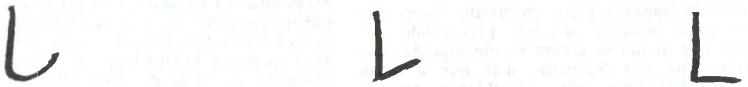


1. Formas Antigas

fenício (semítico), 1000 A.C. grego ocidental, 800 A.C. latino. 50 D.C.



2. Nos Manuscritos Gregos do Novo Testamento



3. Formas Modernas

L *L* l *l* L *L* l *l* L L l l *L l*

4. História

L é a décima segunda letra do alfabeto português (ou décima primeira, se deixarmos de lado o K). Historicamente, deriva-se da letra semítica *lamed*, que alguns estudiosos pensam significar «chicote» ou «cacete», conforme seu formato parece sugerir. Mas outros pensam em «boi», «corda» e «gancho». O grego adotou essa letra, chamando-a *lambda*. A letra passou daí para o latim, e daí para muitos idiomas modernos.

5. Usos e Símbolos

L era usado no latim como símbolo numérico para 50. No sistema monetário inglês representa a libra, a unidade padrão daquele sistema. *L* é usado como símbolo do *Codex Regius*, descrito no artigo separado *L*.

Caligrafia de Darrell Steven Champlin



Arte céltica — Jesus é detido

L

L

Esse é o símbolo do manuscrito chamado **Codex Regius**, que contém os evangelhos e pertence ao século VIII D.C. Acha-se na Bibliothèque Nationale, em Paris. Foi editado pela primeira vez por Tischendorf, em 1846, sendo uma cópia quase completa dos quatro evangelhos. O tipo de texto é excelente, bem parecido com o texto do manuscrito do Vaticano (B). Porém, o copista mostrou-se descuidado, tendo cometido muitos erros. A característica mais notável desse manuscrito é que apresenta dois finais do evangelho de Marcos. Um desses finais é o tradicional (mas não original) trecho de Mar. 16:9-20, o chamado *final mais longo*, que não se encontra nos testemunhos mais antigos, e parece ser uma compilação de itens sugeridos nos outros evangelhos. Além desse final tradicional, há um outro, mais breve, que diz como segue:

> «Mas elas deram breve notícia a Pedro e aos que estavam com ele sobre tudo quanto lhes fora dito. E, depois disso, o próprio Jesus enviou, por meio deles, de leste a oeste, a sagrada e imperecível proclamação da eterna salvação».

Esse final mais breve é uma óbvia fabricação, em nada contribuindo para resolver o problema de por que motivo o evangelho de Marcos termina de maneira tão estranha (no oitavo versículo). No NTI, *in loc.*, abordo de modo completo essa questão.

L

Essa letra é usada para designar os materiais com que Lucas contou para compor o seu evangelho, mas que os demais evangelistas não tinham. Se incluirmos nessa categoria os informes sobre a *infância* de Jesus, então isso já representará cerca da metade do evangelho de Lucas. Isso significa, pois, que quase a metade do terceiro evangelho é diferente dos dois outros evangelhos sinópticos, Mateus e Marcos. As especulações afirmam que o material *L* teve origem em Cesaréia, e que data de cerca de 60 D.C. Provavelmente, dependeria de tradições orais de mescla com algum material escrito, conforme Lucas parece indicar no prefácio do evangelho que tem seu nome. Presume-se que Lucas escreveu o seu evangelho contando com três principais fontes informativas: Marcos, *Q* e *L*. Além disso, em seus primeiros esforços, no proto-Lucas, ele teria usado as fontes *Q* e *L*. Depois, ao tomar conhecimento do evangelho de Marcos, alternou material do proto-Lucas com material do evangelho de Marcos. Quanto a uma completa exposição de teorias dessa espécie, ver o artigo chamado *Problema Sinóptico*.

Como sempre sucede no caso de todas as teorias que são apresentadas, os eruditos subseqüentes encontraram muitos motivos para criticar essa teoria. Todavia, uma coisa é certa: houve distintas fontes informativas que cada um dos autores dos quatro evangelhos tiveram para usar. Os estudiosos, pois, falam acerca de muitas dessas fontes, algumas delas bastante fragmentares. A grosso modo, haveria o material conhecido como *M* (peculiar a Mateus); *L* (peculiar a Lucas); *Q* (materiais com que contaram Mateus e Lucas, mas desconhecidos para Marcos, e que consistiriam, principalmente, em informes sobre os ensinamentos de Jesus); e o próprio evangelho de Marcos (o evangelho original).

••• ••• •••

L(ap)

Sigla de um manuscrito também conhecido como L(2). Seu nome é *Codex Angelicus*. Trata-se de uma cópia do livro de Atos, das epístolas católicas (vide) e das epístolas paulinas, pertencente ao século IX D.C. Encontra-se na Biblioteca Antelicana, em Roma. Seu texto é essencialmente bizantino. Ver o artigo geral sobre os *Manuscritos do Novo Testamento*.

LÃ

No hebraico devemos considerar duas palavras, e no grego, uma, isto é:

1. *Amar*, palavra aramaica que aparece somente por uma vez, em Dan. 7:9, onde se lê: «Continuei olhando, até que foram postos uns tronos, e o Ancião de dias se assentou; sua veste era branca como a neve, e os cabelos da cabeça como a pura lã...»

2. *Tesemer*. Esse vocábulo hebraico foi usado por dezesseis vezes nas páginas do Antigo Testamento: Lev. 13:47,48,52,59; Deu. 22:11; Juí. 6:37; II Reis 3:4; Sal. 147:16; Pro. 31:13; Isa. 1:18; 51:8; Eze. 27:18; 34:3; 44:17; Osé. 2:5,9.

3. *Érion*, «lã». Palavra grega que figura por apenas duas vezes no Novo Testamento: Heb. 9:19 e Apo. 1:14.

Na Palestina, os carneiros eram, algumas vezes, negros ou amarronzados, uma característica recessiva que apareceu, mui providencialmente, entre o rebanho de Jacó, com muito maior freqüência do que seria normal esperar, de acordo com as leis de hereditariedade, descobertas pelo monge Mendel. Ver Gên. 31:10. Ocasionalmente, porém, a lã era tingida de escarlate (ver Heb. 9:19). A tosquia, feita em uma única peça, era a maneira ideal de se conseguir uma boa lã. A lã assim tosquiada era, primeiramente, lavada em água corrente, geralmente em algum riacho, e, em seguida, com sabão, até deixá-la quase branca. Após seca a lã, vinham os vários processos de bobinagem, fiação e tecitura. A lã de qualidade secundária era, geralmente, usada para estofar colchões e cobertores grossos. Muitas vezes a lã assim usada era aquela que sobrava nos vários processos de industrialização.

A lã era tecida para com ela serem fabricadas vestes mais externas. Entre os israelitas, no fabrico de tecidos para uso como vestes humanas, nunca se misturava a lã com o linho (ver Deu. 22:11), mormente no caso das vestes sacerdotais. Lê-se em Levítico 19:19: «...nem usarás roupa de dois estofos misturados». Lê-se em Provérbios 31:10 e 13: «Mulher virtuosa quem a achará?... Busca lã e linho, e de bom grado trabalha com as mãos». A lã, em certas passagens do Antigo Testamento, também é símbolo de riquezas materiais, como em Ezequiel 27:19. E também servia como pagamento de taxas e tributos. Assim, o rei de Moabe entregava a Israel, anualmente, «...cem mil cordeiros, e a lã de cem mil carneiros» (II Reis 3:4). E a liberalidade do Senhor é poeticamente fraseada como segue: «...dá a neve como lã, e espalha a geada como cinza» (Sal. 147:16). O povo da nação de Israel foi condenado porque, à semelhança de uma meretriz, ela recebia lã da parte de seus amantes, conforme se vê em Oséias 2:5: «Irei atrás de meus amantes, que me dão o meu pão e a minha água, e minha lã e o meu linho, o meu óleo e as minhas bebidas». No entanto, logo adiante (vs. 9), o Senhor afirmou que, como castigo, haveria de tomar de volta essas coisas: «Portanto, tornar-me-ei, e reterei a seu tempo o meu grão, e o meu vinho; e

arrebatarei a minha lã e o meu linho, que lhe deviam cobrir a nudez».

Na cerimônia de purificação do tabernáculo e seus vasos e utensílios, em adição ao sangue e à água, foram usados lã tingida de escarlate e hissopo, por ocasião das aspersões cerimoniais (ver Heb. 9:19). O mais provável é que essa lã consistisse em um estofo tingido de escarlate (ver Núm. 1:96), queimado juntamente com a novilha, e usado na purificação dos leprosos (ver Lev. 19:6). Aos sacerdotes cabia, por direito, a primeira porção, ou primícias, de muitos produtos, conforme se aprende em Deuteronômio 18:4: «Dar-lhe-ás as primícias do teu cereal, do teu vinho, e do teu azeite, e as primícias da tosquia das tuas ovelhas». Um certo ato de Gideão tornou-se famoso, isto é, o de pedir que Deus umedecesse ou deixasse seca a lã que ele deixaria ao relento, conforme se vê em Juízes 6:37.

Deus promete que as injúrias e ofensas dos ímpios, contra os seus servos, serão reduzidas a nada, porque «...a traça os roerá como um vestido, e o bicho os comerá como à lã...» (Isa. 51:8).

A brancura da lã, que é símbolo da pureza de alma, é contrastada com o carmesim dos nossos pecados (Isa. 1:18). E também serve de comparação quanto a certas coisas, como a neve (Sal. 147:16), ou os cabelos de Deus, quando apareceu a Daniel como o Antigo de dias (Dan. 7:9), o qual reapareceu a João, na ilha de Patmos. «...no meio dos candeeiros, um semelhante a filho de homem, com vestes talares, e cingido à altura do peito com uma cinta de ouro. A sua cabeça e cabelos eram brancos como a alva lã, como neve...» (ver Apo. 1:13-16, de cujo trecho essas palavras são apenas uma parte).

LAADE

No hebraico, «opressão». Era o segundo dos dois filhos de Jaate, descendente de Judá (I Crô. 4:2). Viveu em cerca de 1210 A.C.

LAAI-ROI

No hebraico, «aquele que vive e me vê». Em algumas versões temos «poço de Laai-Roi», em Gên. 24:62 e 25:11. E em Gên. 16:14, Beer Laai-Roi. Mas nossa versão portuguesa, em todas essas três referências diz «Beer-Laai-Roi». Ver o artigo intitulado *Beer-Laai-Roi*.

LAAMÁS

No hebraico, «parecido com alimento». Nome de uma cidade existente na área de Laquis (vide), na planície da Judéia (no distrito da Sefelá; vide). Ver Jos. 15:40. Tem sido identificada com a Khirbet el-Lahm, que fica cerca de quatro quilômetros ao sul de Beit Jibrin (Eleuterópolis).

LAANAH

Essa é a palavra hebraica para «fel» ou «absinto». Ocorre em várias passagens do Antigo Testamento. Geralmente é usada em sentido metafórico. Ver o artigo sobre *Absinto*.

LAAS, ERNST

Suas datas foram 1837-1885. Foi um importante filósofo alemão. Antecipou a expressão do *positivismo lógico* (vide). Ele estudou em Trendelenburgo e ensinou na cidade de Estrasburgo. Acreditava que todo transcendentalismo derivava-se das idéias de Platão, e atacou a forma de transcendentalismo existente na filosofia de Kant. Ele falava em favor do *positivismo* como uma filosofia superior, chamando-o de *indutivo*, e não de dedutivo, e de *natural*, em vez de *artificial*. As filosofias dedutivas e artificiais, segundo ele pensava, abordam questões transcendentais. No campo da ética, ele promovia o interesse social, e não os sistemas que enfatizam o ascetismo. Ele cria que a ética não pode ser governada por qualquer forma de lei moral inflexível. Tal como tudo se encontraria em estado de fluxo, outro tanto sucederia à lei moral.

LABÃO

1. *Nome*. A palavra hebraica assim traduzida para o português significa «branco»; e, conforme alguns, também quer dizer «glorioso». Presumivelmente, o indivíduo assim chamado na Bíblia recebeu esse nome devido à brancura de sua tez, desde que nasceu.

2. *Família*. Ele era filho de Betuel e irmão de Rebeca (Gên. 24:29; 25:20; 28:5) e, portanto, tio de Esaú e Jacó (Gên. 28:2; 37:43). Foi o idoso e astuto homem que tanto teve a ver com a juventude de Jacó. Esse ramo da família de Abraão permanecera em Harã, depois que Abraão e Ló continuaram sua migração até à terra de Canaã. Tanto Isaque quanto Jacó receberam esposas das mulheres da família que tinha ficado em Harã. Naturalmente, Labão foi uma importante figura nas negociações que tiveram lugar para que Rebeca se tornasse esposa de Isaque (ver Gên. 24). Também foi Labão quem enganou mais tarde a Jacó, dando-lhe Lia como esposa, em lugar de Raquel, pela qual Jacó já havia trabalhado para Labão pelo espaço de sete anos. O logro, contudo, foi reparado, quando Raquel também lhe foi dada como esposa, uma semana mais tarde, em troca de mais sete anos de serviços prestados. A paixão de Jacó por Raquel não conhecia limites, e ele serviu outros sete anos, em um total de catorze anos, por causa dela. Não fora a intervenção divina, talvez ele acabasse servindo ainda por mais tempo, por amor a ela.

3. *Os Dois Enganadores Engalfinham-se em Duelo de Astúcia*. Todo menino de Escola Dominical sabe quantas contorsões Jacó teve de fazer para libertar-se de Labão, com suas esposas, filhos e possessões materiais. Labão, que havia defraudado a Jacó, viu-se assim defraudado (Gên. 29 e 30). Jacó fugiu, mas Labão saiu em sua perseguição. E poderia mesmo tê-lo matado, não fora uma divina advertência, que recebeu por meio de um sonho. E os dois terminaram firmando um acordo (ver Gên. 31) e, então, se separaram. Contamos o relato com detalhes, no artigo intitulado *Jacó*, pelo que não o repetimos aqui.

4. *A Perda dos Ídolos da Família*. Essas imagens não existiam meramente para efeito de adoração idólatra. Na antiguidade oriental, aquele que possuísse os «ídolos do lar» poderia tornar-se o chefe da família e o herdeiro principal. O aspecto «econômico» da questão, sem dúvida, fez parte do desejo que Raquel exibiu por manter a posse daqueles objetos. Labão também muito ansiou tê-los de volta, mas Raquel ocultou-os, assentando-se sobre eles (que ficaram escondidos debaixo da sela de seu camelo) e afirmando que não podia levantar-se por estar em seu período de menstruação. E havia costumes antigos que impediam que ela fosse revistada. Esse relato ilustra a forma primitiva da religião que os hebreus tinham na época. Esse primitivismo é mantido por grandes segmentos da cristandade, onde se usam imagens de santos, quadros, ícones, gravuras, etc. O lado melhor do incidente aparece quando Jacó, ao retornar a Betel, onde se encontrara antes com o Anjo

do Senhor (vide) ordenou que todos os ídolos que estivessem com seus familiares fossem enterrados debaixo de um carvalho, perto de Siquém (Gên. 35:2-4). Todos precisamos aprender essa lição. Se quisermos desfrutar da presença do Senhor, temos de sepultar todos os nossos ídolos, todos os nossos «deuses estrangeiros».

5. *Labão Desaparece da Narrativa Bíblica.* Depois que Jacó e Labão separaram-se, não mais se ouve falar em Labão, nas páginas da Bíblia. Sem dúvida, ele foi ali mencionado em função de Jacó, e não por seus próprios méritos.

6. *Os Tabletes de Nuzi.* O estudo dos *tabletes de Nuzi* (vide) tem projetado muita luz sobre a história dos patriarcas hebreus, incluindo a época de Jacó. Esse material esclarece, entre outras coisas, o furto dos *terafins* ou deuses do lar. Ver Gên. 31:17-35.

LABARUM

O pendão do imperador romano, Constantino, tinha esse nome. Foi criado a fim de comemorar a visão da cruz, que ele viu antes da batalha da ponte Mílvia. Ele teria ouvido as palavras latinas «In hoc signo vinces» (Com este sinal vencerás), e considerou que as mesmas eram uma mensagem da parte de Cristo. E foi assim que ele se tornou cristão. O *labarum* era uma lança com uma cruzeta, com uma coroa e gemas preciosas na ponta. As letras IHS (as letras gregas que dão início ao nome de *Jesus*), em uma bandeira de cor púrpura, pendurada na cruzeta, podiam ser lidas.

LABEU

Esse nome representa uma variante textual para *Tadeu*. Em ambos os casos, a referência é ao apóstolo Judas (ver Mat. 10:3 e Mar. 3:18). *Labeu* aparece no manuscrito grego *D* e em vários códices em latim antigo dos séculos IV e V D.C. Muitos manuscritos em siríaco e em copta também contêm essa variante. Alguns estudiosos pensam que o nome Labeu é de origem judaica, podendo ser um antigo sobrenome da família do apóstolo Judas. O sentido desse apelativo parece ser «corajoso». Ver o artigo geral sobre os *Apóstolos*, bem como artigos em separado sobre cada nome individual.

LÁBIO

1. *Palavras Empregadas*

a. No hebraico, *saphah*, «lábio», «beira». Com o sentido de lábios formadores da boca humana, essa palavra ocorre por cento e doze vezes. Dando a idéia de «linguagem», catorze vezes. Nas outras quarenta e quatro vezes, a palavra aparece com outros sentidos, relativos a «beira», «beira-mar», «extremidade», etc. Ver Gên. 22:17; 41:3; Êxo. 6:12,30; Núm. 30:6,8; Deu. 23:23; Jó 2:10; Sal. 12:2,3; Pro. 4:24; Ecl. 10:12; Can. 4:3,11; Isa. 6:5,7; Mal. 2:6,7 como alguns exemplos.

b. No grego temos o vocábulo *cheílos*, «lábios», que aparece por sete vezes no Novo Testamento. Mat. 15:8 (citando Isa. 29:13); Mar. 7:6; Rom. 3:13 (citando Sal. 140:4); I Cor. 14:21 (citando Isa. 28:11); Heb. 11:12; 13:15; I Ped. 3:10 (citando Sal. 34:14). Dessas sete vezes, seis referem-se aos lábios bucais humanos, e uma vez (em Heb. 11:12), à beira-mar.

Há também uma outra palavra hebraica, *sapham*, que se refere ao lábio superior, ou bigode, nos contextos em que o ato de cobrir o mesmo aparece como um sinal de pejo ou lamentação (ver Lev. 13:45).

2. *Atos Atribuídos aos Lábios*

Esses atos podem ser literais ou metafóricos. Os lábios são cobertos em ocasiões de vergonha ou lamentação, conforme se vê acima. Os lábios falam (Jó 27:4); regozijam-se (Sal. 71:23); tremem de medo (Hab. 3:16); guardam o conhecimento (Pro. 5:2); louvam (Sal. 63:3); pleiteiam (Jó 13:6); emitem qualidades éticas, refletindo o que se acha na mente e no coração (Jó 12:20); possuem a capacidade de falar (Gên. 11:1; Isa. 19:18); ocupam-se em maledicência e conversação fútil (Pro. 17:4; Eze. 36:3); mentem (Sal. 120:3); mostram-se incircuncisos, refletindo defeitos morais e espirituais de seus donos, quando esses defeitos podem ser expressos por meio da linguagem humana (Êxo. 6:12,30); e são perversos (Sal. 4:24).

Abrir os lábios significa falar (Jó 11:5); refrear os lábios é calar-se (Sal. 40:10; Pro. 10:19); os lábios requeimando é estar ansioso por dizer ou afirmar algo (Prò. 26:23); afrouxar os lábios significa demonstrar desprezo ou zombaria (Sal. 22:7); ter os lábios impuros indica não estar apto para transmitir a mensagem do Senhor (Isa. 6:5,7).

O mesmo padrão é seguido nas referências neotestamentárias. Os lábios exprimem louvor e honra a Deus, embora muitas vezes sem refletirem as verdadeiras condições do coração, distante de Deus (Mat. 15:8); os lábios enganam (Rom. 3:13); têm a capacidade de proferir a Palavra de Deus, no dom de línguas (I Cor. 14:21); produzem o fruto do louvor (Heb. 13:5); e deveriam ser controlados para não falarem o que é errado (I Ped. 3:10).

LABIRINTO

Essa palavra vem do termo grego **laburinthos**, «confusão», «entrelaçado». Aplica-se a alguma estrutura ou edificação complicada, com passagens confusas e serpeantes. Muitas igrejas da era medieval tinham labirintos em seus pavimentos, simbolizando as dificuldades que o cristão precisa enfrentar na vida e a necessidade de orientação divina. Talvez simbolizassem também questões místicas, que agora desconhecemos, por haverem sido esquecidas.

LABOR

Ver o artigo separado intitulado *Trabalho, Dignidade e Ética do*. Ver também sobre *Preguiça e Ócio*, que contém certo número de citações úteis sobre a questão do labor e do lazer.

1. *Palavras Envolvidas.* O termo hebraico *avodah*, usualmente, indica a realização de alguma tarefa específica. Outras palavras hebraicas, como *melaka* (Gên 2:2; Êxo. 20:9; I Crô. 4:23) e *maaseh* (Gên. 5:29; Êxo. 5:13; Pro. 16:3) indicam toda forma de labor, trabalho e canseira. Não nos podemos esquecer do termo hebraico *yegia*, «labor», «canseira», que ocorre por dezesseis vezes: Gên. 31:42; Deu. 28:33; Nee. 5:13; Jó 10:3; 39:11,16; Sal. 78:46; 109:11; 128:2; Isa. 45:14; 55:2; Jer. 3:24; 20:5; Eze. 23:29; Osé. 12:8; Ageu 1:11. No grego, devemos pensar em palavras como *kópos*, «trabalho exaustivo», que aparece por dezoito vezes no Novo Testamento: Mat. 26:10; Mar. 14:6; Luc. 11:7; 18:5; João 4:38; I Cor. 3:8; 15:58; II Cor. 6:5; 10:15; 11:23, 27; Gál. 6:17; I Tes. 1:3; 2:9; 3:5; II Tes. 3:8; Apo. 2:2; 14:13; e, então, *érgon*, que ocorre por cento e cinqüenta e duas vezes, desde Mat. 5:16 até Apo. 22:12. Estão envolvidas todas as formas de trabalho e esforço, físicas ou espirituais, mundanas e religiosas do dia-a-dia ou idealistas.

2. *A Maldição Primeva.* O trecho de Gên. 3:19 parece indicar que o trabalho, pelo menos como uma atividade cansativa, resultou do pecado, aparecendo como algo desagradável e indesejável. Há pessoas que vivem como se essa fosse a palavra final sobre o trabalho, e assim, evitam-no totalmente. Porém, o resto das Escrituras exalta o trabalho produtivo e refere-se com desdém à preguiça e à inatividade.

3. *Principais Conceitos Bíblicos Sobre o Trabalho*

a. *O trabalho é produção.* Aos homens foram dadas as tarefas originais da gerência e mordomia, da produção, da preservação e da reprodução. Ver Gên. 1:28; 2:5.

b. *O trabalho com disciplina.* A alienação resultante da queda no pecado deveria ser parcialmente revertida pelo trabalho do homem. Ao que se presume, o trabalho árduo faz o homem pensar mais corretamente, e também menos tendente a ocupar-se em atividades duvidosas. O trabalho, pois, é uma espécie de preparo para que o homem dê atenção aos valores espirituais. Ver Gên. 3:16-24 e Gál. 3:24,25. A lei não podia justificar, mas podia guiar. O labor, por igual modo, não faz expiação pelo pecado, mas pode dirigir os pensamentos dos homens para coisas mais nobres e construtivas. O labor foi imposto aos homens como uma disciplina, por causa do pecado, e as modernas instituições de correção têm demonstrado o valor e a razão desse conceito.

c. *O conceito sócio-econômico.* Um dia de *descanso* foi dado com o propósito de recuperação física e de culto religioso. Porém, seis dias são dedicados ao trabalho. Ver Êxo. 20:8,9; Heb. 4:9,10. A estrutura da sociedade e qualquer benefício social dependem da correta utilização dessa provisão. Os empregadores têm a responsabilidade de recompensar devidamente àqueles que trabalham (Luc. 10:7; I Tim. 5:19). Aqueles que não trabalham são condenados (Tia. 5:4). As *injustiças* praticadas pelos homens, nesse campo, têm criado a necessidade de guildas e uniões trabalhistas. No mundo do Novo Testamento, e também antes e depois, a *escravidão* (vide) foi o meio inventado por homens opressores, que queriam obter a realização de serviços de maneira barata. Apesar do cristianismo não ter tornado ilegal a escravidão (mesmo porque no começo não tinha força para tanto), pelo menos fez aplicar o princípio do amor a essa instituição, a qual, finalmente, em meio a muitas marchas e contramarchas, foi descontinuada.

d. *A preguiça é condenada.* As palavras de Paulo: «Se alguém não quer trabalhar, também não coma» (II Tes. 3:10), tornaram-se famosas. Ele acreditava que o ócio conduz a toda forma de pecado, conforme o demonstra o contexto daquele versículo.

e. *Não devemos tirar proveito do próximo.* Paulo ensinou que o crente deve trabalhar, não somente para sustentar-se a si mesmo, mas também para ajudar a outros, com o que lhe sobejar (ver Efé. 4:28). O *Didache* (vide), obra cristã antiga, também chamado *Ensinos dos Doze Apóstolos*, mostra-se muito severo sobre essa questão. Um profeta professo, que permanecesse com seu hospedeiro por mais de três dias (e, especialmente, se pedisse dinheiro), ficava automaticamente desqualificado de seu ofício. Quem inveja um parasita que evita o trabalho?

4. *O Princípio Espiritual.* Há galardões, em sentido espiritual, para o homem que cumpre a vontade de Deus, realizando bem as suas tarefas. Essa realização ele fará por si mesmo, mas também a fim de poder beneficiar a outras pessoas. Isso inclui as missões espirituais, mas estas podem envolver tarefas seculares, sob a vontade do Senhor. Ver os artigos separados chamados *Coroas* e *Galardões*. Ver trechos bíblicos como I Cor. 3:11 *ss;* 15:48 e Apo. 14:13.

5. *A Espiritualidade do Labor.* Um homem pode ser ricamente abençoado com dons naturais e espirituais, mas tudo será vão se tais habilidades não forem usadas visando à glória de Deus e ao serviço ao próximo, como expressões da lei do amor. Ver Efé. 6:5 *ss,* I Tim. 6:1,2. O verdadeiro labor, de alguma maneira, também consiste em servir ao Senhor, embora esse labor seja aquilo que denominamos de «secular» (ver Rom. 12:11; I Cor. 10:31).

6. *A Tarefa Divinamente Determinada.* Devemos ter em mente que as vidas humanas têm certo propósito. Cada vida envolve um plano, e vários propósitos devem ser cumpridos por cada indivíduo, mediante o seu labor. Por esse motivo, cada pessoa, sem importar o *tipo* de trabalho que esteja desempenhando, cumpre uma tarefa e um propósito divinamente determinados, se estiver cumprindo a vontade de Deus (Efé. 6:5 *ss*). Todo trabalho é honroso, devendo ser realizado como uma comissão divina (Apo. 14:13). Costumamos separar o *secular* do *espiritual*, mas, visto que o homem é um ser espiritual, que recebe missões específicas para realizar, por isso mesmo, todo trabalho, se for honesto e estiver dentro da vontade de Deus para cada pessoa, tem um aspecto espiritual.

LAÇADAS

No hebraico **lulaoth** (ver Êxo. 26:4,5,10,11; 36:11,12,17). A palavra hebraica significa, literalmente, «enrolamento». As cortinas do tabernáculo eram seguras no lugar por meio de «laçadas». Supõe-se que essas laçadas eram feitas com pêlos de cabra, transformadas em cordas. Eram tingidas de azul, a cor celeste (Êxo. 26:4; 36:11). O tabernáculo tinha cortinas de linho de cerca de 14 m de comprimento por 2 m de largura. Essas cortinas foram costuradas uma ao lado da outra, a fim de formar cinco jogos, e, nos lados de cada um desses jogos é que foram postas as laçadas. Havia cinqüenta laçadas em cada jogo desses. Esses jogos de cortinas ficavam presos um ao outro mediante as laçadas, presas a ganchos de ouro. Ver o artigo geral sobre o *Tabernáculo*.

LACEDEMÔNIOS

Esse era o adjetivo pátrio dos habitantes da Lacedemônia. O nome mais conhecido deles era «espartanos», devido à cidade de Esparta, sua cidade principal, no sul da Grécia. Eles foram importantes na história da Grécia, e, no tocante à cultura judaica, eles tiveram alguma importância para os judeus no começo do século III A.C. Nesse tempo, o rei deles era Ário (309—265 A.C.), e Onias I era o sumo sacerdote de Jerusalém (320—290 A.C.). Jasom fez a tentativa baldada de tomar Jerusalém, e foi forçado a fugir. E foi para Esparta, onde julgou que poderia encontrar refúgio entre seus compatriotas judeus (II Macabeus 5:9). Isso significa que ali havia uma colônia judaica, na época. Jônatas (145 A.C.) escreveu aos espartanos, expressando seu desejo de renovar as relações de amizade que haviam prevalecido em tempos antigos. Ver I Macabeus 12:6-18. Essa correspondência sugere que os espartanos eram descendentes de Abraão, mas tal idéia é simplesmente ridícula. Os trechos de I Macabeus 14:20-22 e 15:16-22 dão outras informações sobre a alegada correspondência com Esparta e outras cidades, que alguns eruditos pensam ser historicamente genuínas. Isso significa que, na época, os judeus mantinham relações amistosas tanto com

Esparta quanto com Roma. Nesse tempo, Roma ainda não fizera sentir sua presença dominadora na Palestina.

LACHELIER JOÃO

Suas datas foram 1834-1918. Ele nasceu em Fontainebleau, na França. Foi professor da *Ecole Normale Superieure*, de Paris, através da qual fez sua influência tornar-se sentida. Seus escritos influenciaram um largo círculo de pessoas, e ele foi mestre de Boutroux e de Bergson, que, por sua vez, exerceu larga influência sobre círculos filosóficos.

Idéias:

1. Ele fundou o que se chamou de *realismo espiritual*, na França, que exerceu influência opositora ao *materialismo* e ao *mecanicismo*.

2. Lachelier foi homem inteligente, dotado de espontaneidade criativa, ultrapassando às expectações de um mundo meramente mecânico.

3. As próprias ciências, para ele, seriam aspectos dessa atividade espiritual espontânea do homem, longe estão elas de serem favoráveis ao materialismo.

4. O espiritualismo dele independia tanto do antigo espiritualismo quanto das religiões organizadas.

5. O dever é o cumprimento de nosso destino. Deus é real e operativo no homem.

6. Deus é imortal no homem, pelo que o homem é um ser imortal.

7. A vida religiosa é a mais alta expressão da intelectualidade humana.

Obras: *On the Grounds of Induction; Psychology and Metaphysics; Studies on The Syllogism*.

LACORDAIRE, JEAN-BAPTISTE HENRI

Suas datas foram 1802-1861. Conforme sucede a muitos jovens estudiosos, ele perdeu sua fé católica como estudante universitário. Mas, em 1824 reacendeu-se sua chama religiosa. Deixou sua prática de advocacia e começou a estudar para o sacerdócio católico romano. Ordenado, juntou-se à ordem dos Dominicanos (vide), — e esforçou-se por restabelecer essa ordem religiosa na França. Foi assim que chegou a ocupar o púlpito de Notre Dame, em Paris, embora viajasse, a intervalos, a Roma. Tornou-se famoso como orador de púlpito.

Fez a ordem dos dominicanos tornar-se uma grande força educadora na França. As suas *conférences*, postas em forma escrita, tornaram-se a sua contribuição mais permanente para o pensamento católico romano dominicano francês. Faleceu em Sorèze, a 21 de novembro de 1861.

LACTÂNIO

Não se sabe quando ele nasceu, mas faleceu em cerca de 330 D.C. Ao que parece, ele era romano de nascimento. Educou-se como retórico com Arnóbio, no norte da África. Diocleciano nomeou-o como professor de eloqüência latina, na Nicomédia. Porém, em 301 D.C., converteu-se ao cristianismo. O imperador Constantino nomeou-o tutor de seu filho, Crispo. Sua eloqüência no discurso falado e escrito mereceu-lhe o título de *Cícero cristão*. Ele escrevia tanto em poesia como em prosa. Tornou-se um dos maiores apologistas cristãos, tendo escrito sete volumes intitulados *Institutiones divinae*. Era quiliasta (vide) fanático, e manifestava certos pendores maniqueus em seu pensamento. Ver o artigo sobre o *Maniqueísmo*.

LACUM

No hebraico, «castelo», «defesa». Esse era o nome de uma cidade na fronteira do território de Naftali. Evidentemente, não ficava longe da extremidade sul do lago Merom (Jos. 19:33). A moderna tentativa de identificar essa cidade diz que seria Khirbet el-Mansurah, localizada no alto do wadi Fejjas.

LACUNO

Ver sobre **Quelal**, nome dado a um homem, em Esd. 10:30. No livro apócrifo de I Esdras 9:31, seu nome aparece como *Lacuno*.

LADA

Desconhece-se o sentido desse vocábulo hebraico. Todavia, alguns estudiosos arriscam o significado «tempo fixo» ou «festividade». Ele foi o segundo filho de Selá, filho de Judá. Foi o pai (ou fundador) de Maresa (I Crô. 4:21). Viveu em torno de 1400 A.C.

LADÃ

Alguns estudiosos pensam que o sentido dessa palavra é incerto. Outros, acham que significa «nascido em dia de festa». Há dois homens com esse nome, nas páginas do Antigo Testamento:

1. Um efraimita, filho de Taã e avô de Elisama. Este último foi um dos chefes efraimitas, ao tempo do êxodo. Ladã viveu em cerca de 1540 A.C.

2. Um dos filhos de Gérson, filho de Levi. Ver I Crô. 23:7-9 e 26:21. Há uma nota marginal que o chama de *Libni*. Porém, alguns eruditos, pensam que esses nomes apontam para dois indivíduos diferentes, e que Ladã foi um descendente de Gérson mais distante do que Libni. Simei, que aparece em I Crô. 23:7 e 9, segundo alguns estudiosos, seria um descendente de Libni.

LADRÃO

Ver sobre **Crimes e Castigos**.

LADRÃO, ROUBO

Ver **Crimes e Castigos**.

LAEL

No hebraico, «consagrado a El (Deus)». Era pai de Eliasafe, e foi um dos chefes gersonitas, na época do êxodo do Egito (Núm. 3:24). Viveu em torno de 1510 A.C.

LAESTADIANOS

O nome dessa seita luterana deriva-se de seu fundador, Lars Levi Laestadius. Ele foi um cientista natural de nota, que publicou obras aprovadas pela Academia Sueca de Ciências. Como é evidente, ele nasceu na Suécia. Além de suas obras de cunho científico, ele publicou muitas obras teológicas e muitos sermões. Seus seguidores apreciavam de tal modo as suas obras que, com freqüência, liam-nas em seus cultos religiosos.

Seu movimento desenvolveu-se no norte da Suécia, de onde espalhou-se para a Noruega e para a Finlândia. Recebeu uma pitada de sabor internacional, ao espalhar-se também para a América do Norte. Ao que parece, historicamente, o movimento estava ligado ao movimento morávio-zinzendorfiano de

Hernnhuter. Laestadius converteu-se de uma vida que ele chegou a odiar, e começou a pregar. Por meio de seu movimento, ele se tornou representante daquelas seitas cristãs que inventam doutrinas estranhas que enfeitiçam a alguns. Algumas de suas idéias são as seguintes:

1. Ninguém pode aproximar-se diretamente de Deus. Cada indivíduo precisa de uma congregação de cristãos (sem dúvida formada por laestadianos), para ajudá-lo nessa aproximação.

2. Saber a data da própria conversão (que deve ter sido uma experiência radical e definitiva) e quem foi a *parteira* (algum crente leigo, que ajudou o convertido a tomar sua decisão) seriam questões de suprema importância.

3. Parte integrante do rito é o abraço caloroso, sinal de comunhão, e sempre seguido pela absolvição de pecados.

4. Eles supõem que o diabo entra no céu através da porta do batismo. Assim sendo, a seita abandonou qualquer forma de batismo. Eles se opõem especialmente ao batismo infantil.

5. Os pregadores leigos são ali mais valorizados que os pregadores profissionais, embora a seita não torne ilegais os pregadores que se juntam a eles, vindos de outras denominações cristãs.

6. O aspecto comunal da fé cristã sempre é enfatizado, de forma que eles preferem falar na primeira pessoa do plural, «nós», em lugar da primeira pessoa do singular, «eu».

7. Eles usavam uma roupa distintiva e austera, para se identificarem mutuamente.

8. A confissão auricular é feita a algum leigo, e da maneira mais detalhada possível.

LAETARE (DOMINGO)

Esse nome é aplicado ao quarto domingo da quaresma. O nome origina-se da primeira palavra, *laetare* (no latim, «regozijai-vos») do *Intróito* (no latim, *introitus*, «entrada»), a antífona entoada quando o padre católico romano aproxima-se do altar, no começo da *missa* (vide).

Dessa forma, a Igreja Católica Romana exprime sua alegria pelo batismo dos candidatos e essa cerimônia. Quando modos mais antigos de batismo caíram em desuso, esse rito continuou, e outras razões foram então encontradas como motivos de regozijo. E uma dessas razões é o simples fato de que o período da quaresma estava na metade! Antigamente, o rito era praticado na véspera da Páscoa, quando os candidatos ao batismo eram batizados.

LAGAR

Ver o artigo sobre o **Vinho**.

LAGARDE, PAUL ANTON DE

Suas datas foram 1827-1891. Seu nome original de família era *Botticher*. Foi professor na Universidade de Gottingen, na Alemanha. Sua erudição nos estudos orientais e na filosofia proveu instrumentos para o desenvolvimento da teologia histórica e crítica. Ele era um crítico severo, que assumiu algumas posições nada populares. Ele acreditava que o evangelho cristão original de Jesus se perdera na teologia de Paulo, e exibia forte aversão por Paulo e por Lutero. Criticava o desenvolvimento histórico inteiro do cristianismo e seu produto final, tanto católico quanto protestante. Sua erudição proveu produtos úteis, como a reconstituição do texto da Septuaginta, com base em estudos de traduções do Antigo Testamento para línguas orientais.

Além de sua aversão por Paulo e por Lutero, também estiveram sob a sua mira as idéias de Agostinho, o Iluminismo, a educação universal, a emancipação dos judeus e o parlamentarismo, como coisas antigermânicas e anticristãs. Infelizmente, ele também era um anti-semita radical.

LAGARTO

Esboço:

1. Palavras Empregadas
2. Espécies de Lagartos e Descrições
3. Informes Bíblicos
4. Espécies de Lagartos da Palestina
5. Simbolismo

1. *Palavras Empregadas*

Seis palavras hebraicas são usadas no Antigo Testamento, presumivelmente cada uma das quais denotando uma espécie diferente, a saber:

1. *Tsab*, «tartaruga», embora esteja em pauta o lagarto grande (Lev. 11:29). Nossa versão portuguesa, corretamente, traduz a palavra por «lagarto».

2. *Anaqah*, «furão», segundo algumas versões. Nossa versão portuguesa traduz acertadamente essa palavra por *geco*, ou seja, a lagartixa comum. É a única espécie que pode emitir algum som. Lev. 11:30.

3. *Koach*, «camaleão». Nossa versão portuguesa traduz essa palavra por «crocodilo da terra». Literalmente, a palavra hebraica significa «leão da terra», um nome derivado de sua aparência física. Essa espécie tem a capacidade de mudar de coloração, adaptando-se às sombras gerais do ambiente em que estiver. Aparece também por uma só vez, em Lev. 11:30.

4. *Letaah*, «lagarto». Esse é o nome dado no Talmude para a espécie *Lacertílio*. Ver Lev. 11:30.

5. *Chomet*, que algumas versões traduzem por «lesma» ou «caracol», indica o «lagarto da areia», conforme também diz, acertadamente, a nossa versão portuguesa. Ver Lev. 11:30.

6. *Tinshemeth*, que aparece por três vezes: Lev. 11:30; 11:18 e Deu. 14:16. Nossa versão traduz essa palavra por «camaleão» e «gralha». Há quem a tenha traduzido por «toupeira» e até por «cisne». No entanto, os eruditos opinam que está em foco alguma espécie de camaleão.

Talvez o «geco», sobre o qual se lê em Pro. 30:38 (no hebraico, *semanith*), também pertença ao gênero. No entanto, há traduções que dizem «aranha». Conforme é fácil observar, identificações exatas não são possíveis. Os estudiosos têm comentado sobre quatro dessas seis palavras como de sentido incerto.

2. *Espécies de Lagartos e Descrições*

Os lagartos são répteis da subordem *lacertílio*. Juntamente com a subordem das *Serpentes* (cobras), formam a ordem científica chamada *Squamata*. Existe um total de cerca de três mil espécies de lagartos. Eles preferem viver em lugares quentes. Somente uma variedade é capaz de sobreviver no círculo Ártico. Mas são muito abundantes nos desertos. Cento e vinte e sete espécies vivem nos Estados Unidos da América do Norte; trezentas no sudoeste asiático e sessenta na Europa. Seus corpos praticamente não produzem calor, pelo que precisam do calor do meio ambiente para a manutenção de sua vida. Buscam abrigar-se para evitar os extremos de calor ou frio, e, a baixas temperaturas, entram em hibernação. Vivem em buracos no solo, em árvores e

em arbustos. Há uma espécie que entra no mar a fim de alimentar-se de algas. Os lagartos variam muito de tamanho, desde os mais minúsculos gecos, que não chegam bem aos 5 cm, até o gigantesco *Varanus komodoensis*, que pode atingir três metros de comprimento. Eles se alimentam de insetos, plantas, cadáveres em decomposição, outros lagartos, cobras, pequenos animais, anfíbios, e até pequenos mamíferos. Reproduzem-se por meio de ovos. Algumas espécies deitam logo seus ovos, mas outras conservam esses ovos em seus corpos até estarem prontos para serem chocados. Os lagartos usam vários esquemas de proteção, incluindo grande velocidade (algumas espécies correm até à velocidade de 24 km por hora (quase sete metros por segundo). Usam suas caudas como defesa contra pequenos animais, sacudindo-as como chicotes. Outras espécies sabem disfarçar-se, mudando de cor conforme o meio ambiente. Há algumas espécies que fazem certas projeções de pele levantar-se, dando a impressão de que seu tamanho aumenta, ou, então, emitindo sangue dos olhos, a fim de distrair algum inimigo. Há espécies que mordem. Mas o único lagarto venenoso que se conhece é o monstro gila, que vive nos desertos mexicanos e norte-americanos.

Os inimigos dos lagartos são os pássaros, os animais mamíferos, e várias espécies de répteis, outros lagartos, parasitas internos, acarinos, carrapatos, e principalmente, o homem. Eles têm todos os cinco sentidos admiravelmente aguçados. Os lagartos são úteis porque destroem os insetos. Além disso, certas espécies têm sua pele tratada para transformar-se em couros finos. Em certas regiões do mundo, os homens chegam a comer lagartos..

3. *Informes Bíblicos*

O trecho de Lev. 11:30 proíbe a ingestão de lagartos, por parte dos israelitas. Nessa referência há seis diferentes espécies mencionadas, todas proibidas. Tocar em um lagarto morto era tornar-se cerimonialmente impuro até o cair do sol, quando o início de um novo dia (entre os hebreus o dia terminava e começava ao cair do sol no horizonte) libertava o indivíduo (vs. 32). Na Palestina, as espécies incluem a lagartixa (*Zootica muralis*); o lagarto da areia (*Lacerta agilis*); o lagarto verde (*Lacerta viridis*); o geco e o camaleão.

4. *Espécies de Lagartos da Palestina*

Embora a Bíblia mencione somente sete espécies (e, talvez, nem todas as palavras envolvidas indiquem lagartos), há cerca de quarenta espécies conhecidas de lagartos na Palestina. As lagartixas e os lagartos verdes são muito abundantes, podendo ser vistos por toda a parte. Excetuando as aves, esses são os vertebrados mais conspícuos naquela região do mundo.

5. *Simbolismo*

Os estudos clínicos têm mostrado que, nos sonhos, um lagarto pode significar «pensar de maneira bitolada», ou seja, ver somente um dos lados de uma questão que tem mais de um lado. Além disso, forças primitivas podem estar em foco, porquanto há uma aparente ligação entre os lagartos e os *dinossauros*, nome este que significa «lagartos terríveis».

LAGNEAU, JULES

Suas datas foram 1851-1884. Foi um importante filósofo kantiano, que desenvolveu a poderosa filosofia moral de Kant, dando-lhe algumas novas aplicações. Ele ensinava que o homem entra em contato direto com Deus através de atos morais, e, desse modo, enfatizava o instrumento da moralidade como um meio de desenvolvimento espiritual. Deus seria o denominador comum de todas as ordens práticas e especulativas, como também de todo conhecimento e ação. Ele ensinava que crer em Deus consiste em agir de modo moral.

LAGO

No grego, **limne**. Essa palavra aparece por onze vezes no Novo Testamento, a saber: Luc. 5:1,2; 8:22,23,33; Apo. 19:20; 20:10,14,15 e 21:8. As referências no evangelho de Lucas aludem especificamente ao lago de Genezaré, também chamado lago da Galiléia ou mar da Galiléia. Ver sobre *Galiléia, Mar da*. As referências no livro de Apocalipse aludem ao «lago do fogo» (vide).

Há muitos lagos na Síria e na Palestina. O mais importante deles é o chamado *mar da Galiléia*. Também devemos pensar nas «águas de Merom» (Jos. 11:5,7), nò Yammuneh, no Lebanon, a oeste de Baalbeque, e, finalmente, no mar Morto. Há algumas lagoas a leste de Damasco, na Síria.

Em um lago cujas águas não sejam estagnadas, isto é, que tenha um manancial qualquer que o alimente, e então um vazadouro, temos uma ilustração da *vida*. Nos sonhos e nas visões, um *lago* pode representar um céu especial que o sonhador ou vidente esteja tendo por alvo. Se um lago encontra-se rodeado por uma floresta, então pode indicar um lugar de iniciação e mistério, onde o indivíduo é capaz de receber novos discernimentos ou ser completamente transformado. Se um lago aparece em um vale, então é que a mente inconsciente foi relegada a uma posição inferior, abaixo da mente consciente. Peixe abundante em um lago, onde se faça pesca, pode representar a possibilidade de avanço, nutrição e crescimento espirituais. Quanto ao lado negativo, um lago pode representar, nos sonhos e nas visões, aquilo que é misterioso, perigoso e desconhecido, visto que não se pode ver o fundo de um lago profundo, o que representa uma ameaça potencial à continuação da vida, se a pessoa ali cair.

LAGO DE GENEZARÉ

Ver sobre **Galiléia, Mar da.**

LAGO DO FOGO

Esboço:

I. Origem da Doutrina
II. Desenvolvimento Histórico da Doutrina
III. Ensinos Específicos da Doutrina
IV. Um Ponto de Vista Mais Otimista

I. Origem da Doutrina

Os estudantes que limitam suas investigações ao cânon palestino (que corresponde ao cânon protestante) das Escrituras, supõem que é no livro de Apocalipse que temos a origem do conceito do *lago do fogo*. Porém, aqueles que estudam também os *livros pseudepígrafos* (vide) sabem que as chamas do inferno foram acesas pela primeira vez no livro de I Enoque, um livro que pertence àquela coletânea. Outrossim, esses estudiosos sabem que o próprio conceito do lago do fogo originou-se naqueles livros e não é uma idéia original ao Novo Testamento. Ver o artigo geral sobre o *Inferno*, quanto a um completo estudo sobre essa doutrina. Ver também o artigo *Julgamento de Deus dos Homens Perdidos*, onde apresentamos nossos pontos de vista sobre o assunto geral do *julgamento* divino.

II. Desenvolvimento Histórico da Doutrina

O lago de fogo, aludido no Novo Testamento (ver Apo. 19:20; 20:10,14,15 e 21:8), é uma idéia tomada por empréstimo dos livros pseudepígrafos (ver I Enoque 9:6; 21:7-10). O livro de II Enoque (ou Enoque Eslavônico), em seu décimo capítulo, é obra que encerra um quadro similar, isto é, o de um *rio de fogo*. O *Expositor's Greek Testament* diz, pitorescamente, que «o lago de fogo foi aceso, pela primeira vez, em Enoque» (referindo-se ao livro de Enoque I, ou Enoque Etíope). A idéia de um julgamento mediante fogo é criação dos livros apocalípticos e pseudepígrafos, o que se evidencia pelo fato de que tal idéia não faz parte do Antigo Testamento, embora seja muito proeminente na literatura do período intertestamental. Ver I Enoque 21:7-10; 54:1,2; 90:26,27; II Esdras 7:36; II Baruque 85:13; Oráculos Sibilinos 2:196-200,252,253 e 286; II Enoque 10:2. Essa idéia, pois, entrou nos escritos dos rabinos. Ver *Mekhilta* sobre Êxo. 14:21 e *Hagigah* 13:5. Daí passou para os livros apócrifos do Novo Testamento, como, por exemplo, o Apocalipse de Pedro. E, naturalmente, há versículos, nos próprios livros canônicos do Novo Testamento, que preservam essa tradição. Ver Mat. 5:22; 28:30; Mar. 9:43,45,47, além das menções específicas ao «lago do fogo», no livro de Apocalipse. Não é de admirar que o próprio Novo Testamento tenha herdado certa variedade de pontos de vista sobre o julgamento e coisas relacionadas, incluindo o lago do fogo, o julgamento por meio do fogo, a intervenção divina no hades, mediante a descida de Cristo àquele lugar, a fim de pregar o evangelho aos desobedientes, ali encerrados (ver I Ped. 3:18—4:6).

Essa doutrina também era comum na literatura do período intertestamental, e, de fato, é uma idéia universal, que se encontra em quase todas as culturas. Os grupos cristãos têm suposto, tolamente, que a doutrina neotestamentária sobre o inferno (o julgamento) é homogênea. Mas, para tanto, precisam aceitar certos versículos e rejeitar outros, para que contém com uma doutrina sobre o julgamento que se coadune com a sua teologia. Em tudo isso, é incrível que a Igreja ocidental (católica e protestante) tenha-se esquecido daqueles versículos bíblicos que oferecem *esperança*, concentrando toda a sua atenção sobre os versículos que só oferecem desesperança aos perdidos. Isso, em minha opinião, é uma maneira impensada e inferior de estabelecer proposições teológicas. Pois deixa de reconhecer que certas partes do Novo Testamento ultrapassam a outras porções quanto a essa questão do julgamento dos perdidos, da mesma maneira que Paulo ultrapassou a Pedro e a outros apóstolos, quando revelava seus vários *mistérios*. O trecho de I Ped. 4:6 certamente ensina que o julgamento divino é *remedial*, e não apenas retributivo. E o primeiro capítulo da epístola aos Efésios espera pela restauração final de todas as coisas, que deve ocorrer *através* do julgamento, que atuará como *um* dos meios para se atingir essa restauração. Ver o artigo sobre a *Restauração*.

III. Ensinos Específicos da Doutrina

Seja como for, no que concerne ao **lago do fogo**, o autor sagrado do livro de Apocalipse ensina-nos as seguintes idéias:

a. O lago do fogo equivale à *segunda morte* (vide). Ver Apo. 20:14.

b. Todos os inimigos de Deus, a besta e o seu falso profeta, e todos os seus seguidores, além de todos os homens não-remidos, serão lançados no lago do fogo (Apo. 19:20 e 20:10).

c. A morte e o hades serão lançados no lago de fogo (Apo. 20:14).

d. Todos aqueles cujos nomes não estiverem inscritos no «livro da vida», terminarão encerrados no lado de fogo (Apo. 20:15).

e. Todas as variedades de pecadores, por causa de seus pecados específicos, serão lançados no lago do fogo, onde permanecerão (Apo. 21:8).

f. É dito, no tocante ao diabo, à besta e ao seu falso profeta, que aquele será o lugar eterno de sua habitação, onde sofrerão de forma consciente (Apo. 20:10). E muitos intérpretes, comparando isso com outras passagens das Escrituras, dizem que outro tanto sucederá a todos os perdidos.

IV. Um Ponto de Vista Mais Otimista

Essas comparações e idéias são representações legítimas de certa tradição ensinada no Novo Testamento. Porém, deveríamos recordar que elas não dizem tudo quanto o Novo Testamento tem a dizer sobre o assunto. De fato, há uma esperança para os perdidos, conforme tenho expressado acima. Isso não os equiparará jamais aos remidos, mas, pelo menos, conferir-lhes-á uma restauração, uma posição secundária, fruto da obra gloriosa do Logos, o Redentor-Restaurador. Nos artigos referidos acima, desenvolvo esses temas, pelo que não entro aqui nos detalhes que ali já foram ventilados. Todavia, devo dizer que a mensagem final do Novo Testamento é muito mais otimista do que a antiga doutrina do julgamento que também se reflete no Novo Testamento, mediante empréstimos tomados dos livros pseudepígrafos. Outrossim, considero uma teologia triste e deficiente aquela que reteve o ponto de vista mais negro e sem qualquer laivo de esperança para os perdidos, ao mesmo tempo que ignora que o próprio Novo Testamento nos brinda com uma visão mais esperançosa do julgamento divino. Ademais, não consigo perceber como honraríamos a Deus apegando-nos tão fanaticamente a um ponto de vista pessimista, quando existem textos de prova, no próprio Novo Testamento, que nos oferecem um ponto de vista mais otimista sobre a missão de Cristo, em tudo quanto ela realizará, *finalmente*. Largos segmentos da Igreja cristã, como a Igreja Ortodoxa Oriental e a comunidade anglicana têm aderido ao ponto de vista mais otimista, ao mesmo tempo em que a Igreja ocidental (a Igreja Católica Romana e os grupos protestantes e evangélicos) têm preferido aderir ao ponto de vista mais pessimista da questão.

LÁGRIMAS

No hebraico, **dimah**, palavra que ocorre por vinte e três vezes: II Reis 20:5; Sal. 6:6; 39:12; 42:3; 56:8; 80:5; 116:8; 126:5; Ecl. 4:1; Isa. 16:9; 25:8; 38:5; Jer. 9:1,18; 13:17; 14:17; 31:16; Lam. 1:2; 2:11,18; Eze. 24:16 e Mal. 2:13.

No grego, *dákruon*, um vocábulo que aparece por onze vezes no Novo Testamento: Mar. 9:24; Luc. 7:38,44; Atos 20:19,31; II Cor. 2:4; II Tim. 1:4; Heb. 5:7; 12:17; Apo. 7:17; 21:4. O verbo grego, *dakrúo*, ocorre somente por uma vez, em João 11:35.

As lágrimas são secreções das glândulas lacrimais. São duas, do tamanho de uma amêndoa e mais ou menos do mesmo tamanho, localizadas, cada uma, na porção lateral superior de cada órbita. As lágrimas são um fluido sem coloração, compostas de sais de sódio e de cálcio, principalmente cloreto de sódio e albumina, dissolvidos em um fluido aquoso, derivado do soro do sangue. Essas secreções são vertidas para o exterior entre o globo ocular e as pálpebras, a fim de facilitar os movimentos das partes envolvidas, e a fim de ajudar na remoção de qualquer partícula irritante.

A secreção das lágrimas pode aumentar através do estímulo nervoso das glândulas lacrimais, como reação a alguma irritação nos olhos, ou devido a certos tipos de carga emocional. Depois que as lágrimas banharam o globo ocular e o lado interior das pálpebras, são drenadas para fora no lado nasal de cada olho, através de minúsculos orifícios para os dois canais lacrimais (superior e inferior), que, por sua vez, derramam o fluido no saco lacrimal, localizado sobre e dentro da estrutura óssea do nariz, de onde o fluido passa para as passagens nasais, através do ducto nasal. É quando as lágrimas são secretadas de forma por demais abundante, acima da capacidade imediata dos canais lacrimais drenarem tão grande quantidade de fluidos, que elas se derramam dos olhos e escorrem pelas bochechas.

Nas Escrituras, o aspecto emocional da formação das lágrimas ocupa posição proeminente. Assim foi que Davi, ao referir-se à sua situação de premência, perante Aquis (I Sam. 21:10-15), solicitou de Deus que guardasse as suas lágrimas em Seu odre (Sal. 56:8), sem dúvida como um memorial perpétuo ou um lembrete acerca de seu zelo e sofrimento, em favor da justa causa de Deus, ao recusar-se, continuamente, a fazer qualquer malefício contra Saul, o ungido de Deus, a despeito do fato de que Saul se mostrava tão perseguidor contra Davi.

Sem dúvida foi usando uma linguagem hiperbólica que Davi afirmou que alagava seu leito com suas lágrimas, e nadava em sua cama, todas as noites (Salmos 6:6). Jó também referiu-se ao fato de que suas lágrimas eram derramadas diante de Deus (Jó 16:20). Ezequias orou com lágrimas, e foi recompensado com a adição de quinze anos extras à sua vida (Isa. 38:5). Jeremias também fez freqüentes referências aos seus olhos, que vertiam lágrimas (por exemplo, Jer. 13:17 e 14:17). Uma pecadora arrependida utilizou-se de suas lágrimas para lavar os pés de seu Salvador (Luc. 7:38). Lágrimas derramadas acentuaram o patético apelo feito por um pai, em favor de seu filho, que tinha um espírito surdo e mudo (Mar. 9:24). Por muitas vezes, Jesus orava com lágrimas (Heb. 5:7); e Paulo também verteu lágrimas, em suas preces diante de Deus (Atos 20:19,31), o que também aconteceu no caso das orações de Timóteo (II Tim. 1:4).

LAINEZ, JAMES

Suas datas foram 1512-1565. Ele foi um teólogo espanhol, que exerceu uma forte influência sobre o concílio de Trento (vide), de importância histórica decisiva. Foi sucessor de Inácio de Loyola como geral dos *jesuítas* (vide). Ele foi um dos sete membros originais da Sociedade de Jesus. Em 1559, recusou-se a ser considerado candidato a sucessor do papa Paulo IV. Subitamente, desapareceu da cidade de Roma, a fim de que não pudesse ser apresentado como candidato à sé papal. Lainez era um hábil teólogo e administrador, e insuflou no movimento dos jesuítas sua forte ênfase sobre a educação, o que tem persistido até os nossos próprios dias.

LAÍS

No hebraico, «leão». Nome de uma pessoa e de duas cidades, nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. O pai de Paltiel, um benjamita, era assim chamado. Ver I Sam. 15:44, onde Paltiel é chamado de Palti. Saul deu Mical, esposa de Davi, a esse homem (I Sam. 25:44; II Sam. 3:15). Viveu em cerca de 1060 A.C.

2. Laís era uma cidade cananéia do norte da Palestina (Juí. 18:7,14), que ficava cerca de seis quilômetros e meio de Panéias, às margens do rio Jordão. Os danitas capturaram o lugar e mudaram seu nome para Dã (vide). Um outro nome dessa cidade era Lesém (vide; Jos. 19:47; Juí. 18:7,19; Jer. 8:16). Laís tem sido identificada com o Tell el-Kady, que significa «cômoro do juiz». Fica imediatamente ao norte das «águas de Merom» (Jos. 11:5). No artigo intitulado *Dã* damos mais detalhes sobre esse lugar.

3. Um lugar mencionado em Isa. 10:30, que tem sido identificado com a moderna el-Isawiyeh, que fica cerca de um km e meio a nordeste de Jerusalém.

LAISSEZ-FAIRE

Essa palavra vem do francês, onde tem o sentido de «deixar fazer». Refere-se ao princípio econômico da «não-intervenção», por parte dos governos, sobre os negócios e as indústrias. Na prática, isso significa que os governos devem exercer um mínimo de interferência nas atividades dos empresários.

A filosofia do *laissez-faire* originou-se na França, mas foi aproveitada por Adam Smith (vide) e outros economistas e estudiosos que queriam ver mudanças na Inglaterra industrializada. Essa norma do *laissez-faire* escuda-se sobre a crença de que os homens que realmente buscam a justiça e a harmonia, haverão de encontrar meios apropriados para equilibrar a economia, sem a necessidade do intervencionismo governamental. Alguns chegaram a defender a versão teológica da idéia, que supõe que a mão invisível de Deus provê a liderança certa quanto a essas questões. Desse modo, conceberam-se princípios que seriam universais e necessários. A variedade mais secular dessa filosofia, chamada de utilitarismo (vide) seria uma filosofia conveniente, que atuaria como fundamento de toda a teoria. Mas, tanto uma forma quanto outra defendiam o individualismo e eram contrárias ao controle governamental. O darwinismo social também mostrou-se favorável ao *laissez-faire* como uma base filosófica, com sua ênfase sobre as leis naturais e a competição entre os seres humanos, como aspectos essenciais à vida da sociedade.

Herbert Spencer, da Inglaterra, e William Graham Sumner, dos Estados Unidos da América do Norte, mostraram-se fortes defensores da liberdade de qualquer intervencionismo governamental sobre os negócios. Ambos ensinavam que qualquer interferência deveria ser alicerçada sobre leis econômicas cientificamente estabelecidas, fundamentadas sobre a livre competição, e jamais sobre os caprichos dos políticos. Durante algum tempo essa filosofia floresceu na América do Norte democrática, até que os abusos exigiram algumas modificações. As legislações tiveram de criar leis antitrustes, determinando salários mínimos, programas de bem-estar social e regulamentação quanto às competições econômicas. Por meio dessas medidas regulamentadoras, foi lançado um alicerce tendente a uma melhor distribuição de rendas e a uma superior justiça social. Mas, quando essa mão regulamentadora é demasiada, conforme se tem visto em vários países, incluindo o nosso Brasil, então dá-se a estatização de muitos empreendimentos básicos que funcionam melhor quando deixados ao encargo da iniciativa privada. E isso é assim porque o Estado se torna monopolizador, quando arreda para um lado a iniciativa privada. E os monopólios são um mal bem reconhecido desde os tempos da coroa portuguesa, em Portugal e suas colônias. Esse monopólio governamental não anda longe dos métodos usados nos países comunistas (ver

o artigo intitulado *Comunismo*), onde, em contraste com a filosofia do *laissez-faire*, todo o poder econômico fica nas mãos de alguns poucos governantes, abafando assim toda e qualquer iniciativa privada. Essa sufocação da iniciativa privada é tão ruim para a economia dos povos que até nos países comunistas se tem conferido alguma medida de liberdade para a iniciativa privada, na tentativa de melhorar o quadro econômico e social daquelas nações, entre as quais podemos destacar a China e a União Soviética, que têm apelado para métodos próprios do *capitalismo* (vide), o que, até não muito tempo atrás, seria considerado uma heresia para longe da filosofia comunista!

LAMAÍSMO

Esboço:

1. História
2. Crenças
3. Escrituras
4. Influência

1. História. Lamaísmo é o nome ocidental dado ao complexo sistema de ensinamentos budistas e às praticas devocionais desenvolvidas no Tibete. Dessa palavra é derivado o título tibetano *lama* (*blama*), que os europeus usualmente aplicam ao clero budista. Os próprios tibetanos, porém, reservam esse título do Dalai Lama, para os abades dos mosteiros e para outros elevados oficiais do sistema, dotados da reputação de serem eruditos e santos.

Antes do budismo ser levado ao Tibete, seus habitantes seguiam o antigo culto a Bon (Pon), sobre o que bem pouco se conhece, exceto que era uma forma de crença xamanista. O budismo já tinha mais de mil anos de existência quando penetrou no Tibete, vindo de duas regiões diferentes, o Nepal e a China, o que sucedeu durante o reinado do rei Song-tsen Gampo (cerca de 620—650 D.C.). Um dos resultados disso foi que o idioma do Tibete passou a ter uma forma escrita, mediante a adaptação de um alfabeto baseado na escrita indiana, parecido com o alfabeto sânscrito. Isso proveu o instrumento para a tradução de milhares de textos budistas indianos, formando-se assim, rapidamente, uma literatura tibetana que garantiu a profunda implantação do budismo no Tibete. Um século mais tarde, o rei tibetano Ti-song De-tsen (740—786 D.C.), tornando-se budista, muito fez para encorajar essa fé no Tibete. O erudito budista mahayana Shanta Rakshita foi convidado para ensinar no Tibete, e ali se tornou sumo sacerdote do budismo. Outros grandes mestres budistas chegaram, e essa fé cresceu ali. O primeiro mosteiro budista importante do Tibete foi construído em 749 D.C. Disso resultou a primeira ordem monástica tibetana, chamada *Nying-ma-pa*. Os monges formados naquele mosteiro continuaram ensinando e produzindo a literatura budista, grande parte traduzida de obras budistas estrangeiras.

Outros mosteiros foram erguidos, e o budismo floresceu cada vez mais no Tibete. Um monge budista indiano fundou a ordem Ka-dam-pa, como um movimento de reforma, em cerca de 1039 D.C. Ele queria restaurar o budismo mediante maior disciplina, temperança e a introdução do celibato. Sua obra, intitulada *Lâmpada sobre a Vereda da Perfeição Santificada*, tornou-se um importante manual-guia para aqueles que buscam a vereda espiritual superior.

Depois houve a fundação da ordem Ka-gyu-pa, cujo originador foi o lama tibetano Mar-pa, o Tradutor. Um de seus discípulos, Milarepa, tornou-se o mais famoso dos santos eremitas budistas de toda a história tibetana. Uma outra ordem budista, de nome Sa-kya-pa, que recebeu o nome devido ao mosteiro de Sa-Kya, construído em 1071 D.C., teve vasta influência. Vários eruditos aumentaram a biblioteca de livros sagrados do budismo, pertencentes a essa ordem. Em cerca de 1357, Tsong-kha-pa tornou-se uma espécie de Buda secundário. Tornou-se conhecido pela alcunha de Chefe Precioso. Foi um líder espiritual, erudito e autor de muitos livros. Ele reconstruiu três grandes mosteiros, e o número dos lamas budistas aumentou para mais de dezesseis mil.

O *Dalai Lama*, o sumo sacerdote do lamaísmo, é considerado como a reencarnação reiterada de uma figura, e era o tradicional chefe do Tibete, até que a invasão dos comunistas chineses destruiu o sistema. Essa figura ainda vive, mas acha-se exilado e sem qualquer autoridade política.

O poder ficou dividido entre dois governantes, um deles cuidando das questões seculares, e o outro cuidando das questões religiosas. O governante temporal era o Panshen Lama, e o governante religioso era o Dalai Lama. Os dois grandes lamas são tidos como a encarnação de seres celestiais: o Panshen Lama de Amitabha, e o Dalai Lama de Avalokitesvara. Quando um dos dois lamas morre, então, segundo se acredita, logo ocorre uma reencarnação, e começa a ser feita uma intensa busca por uma criança que seria a reencarnação do lama morto. Os nomes de todos os meninos nascidos pouco depois da morte do lama são registrados, e isso, conforme crêem, ajuda na busca. A criança tem, então, de ser submetida a vários testes, a fim de ser reconhecida como a reencarnação do lama morto. O Dr. Ian Stevenson, da Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos da América do Norte, tem investigado algumas dessas alegadas reencarnações com surpreendentes resultados. Se a reencarnação não está envolvida, então pelo menos é certo que algum conhecimento paranormal é obtido por algumas das crianças envolvidas, conforme as evidências parecem comprovar.

2. Crenças. As doutrinas tradicionais do budismo tibetano incluem os ideais, os ensinos e as práticas dos três principais grupos do budismo indiano, a saber: o *hinayana*, o *mahayana* e o esotérico *vajrayana*. Ver o artigo sobre o *budismo*, que explica essas questões e mostra as crenças essenciais envolvidas. O próprio Buda era um filósofo religioso ético, que não especulava sobre questões metafísicas. Por isso mesmo, a forma mais antiga do budismo (*hinayana*) pode ser considerada atéia, visto que não contém qualquer doutrina fixa de Deus. Além disso, a forma de reencarnação que esse budismo ensina na verdade não envolve a real transmissão de uma entidade espiritual de um corpo para outro, mas apenas as atitudes mentais de uma entidade para outra entidade, uma espécie de transferência de bagagem, e não uma migração da entidade propriamente dita. Portanto, não há no budismo hinayana a crença real na imortalidade da alma. O *karma* passa adiante, mas não a entidade espiritual.

A variedade *mahayana* do budismo acrescenta a metafísica, pelo que expõe assim uma teologia menos deficiente. Essa é a forma mais popular de budismo. Todavia, um *lama* erudito sente ser sua obrigação estar familiarizado com todas as formas de budismo, extraindo benefícios de suas idéias e instituições. No budismo há um *tríplice refúgio:* o *Buda*, que é o principal mestre e exemplo; a *doutrina* do sistema; e o *clero*, aqueles que guiam a outros em sua inquirição espiritual e asseguram a transmissão apropriada do sistema, através das gerações. O budismo tibetano utiliza-se de pinturas e imagens sagradas como

lembretes de suas idéias e práticas. A redenção consiste em passar para além das rodas do *karma* (vide), e chegar ao *nirvana* (vide). Esse estado transcendental, para o budismo mais primitivo, consiste na total extinção do ser. Porém, de acordo com o sistema mahayana, essa cessação consiste apenas na extinção do veículo material e mundano, para que, então, se passe para uma variedade de existência divina e indescritível, que desafia qualquer descrição por parte do homem mortal.

O budismo tibetano enfatiza o governo das leis cósmicas, onde cada coisa ocupa adredemente o seu devido lugar, e com um absoluto *karma* na existência. De acordo com esse sistema, Deus nunca lança dados.

3. Escrituras. No século VII D.C., e, então, entre os séculos IX e XIII D.C., os principais textos budistas indianos foram traduzidos para o tibetano. Em seguida, houve extensas revisões, e foram formadas duas grandes coletâneas. Os textos considerados diretamente produzidos por Buda chegam a cem volumes ou mesmo mais, os quais se revestem de suprema autoridade. Os tratados expositivos sobre várias questões atingem mais de duzentos e vinte e cinco volumes. Em seguida, vêm os escritos e as declarações dos Dalai Lamas e dos Panshen Lamas, que se vão acumulando cada vez mais, visto que sempre há mudança dessas figuras, reputadas aos sumos sacerdotes do sistema. Além disso, outros homens, reconhecidos quanto à sua santidade e erudição, têm contribuído para avolumar ainda mais as escrituras sagradas do budismo.

4. Influência. Talvez o Tibete seja a única nação que se possa comparar à antiga nação de Israel como um Estado inteiramente *teocrático*, embora não exatamente no mesmo sentido. O Tibete é o único Estado que sempre se apegou à reencarnação como uma teoria importante para todos os aspectos da vida: religioso, social e político. O Tibete tem uma cultura lamaística. Cada aspecto da vida tibetana é controlado ou influenciado pelos ideais religiosos do budismo, em sua variedade tibetana. A versão tibetana do budismo também é poderosa na Mongólia, na Mandchuria, no Siquim e em Butã. Sua influência é menor, embora ainda grande, no Nepal e no norte da Índia, e também no norte e oeste da China, e em algumas partes da União Soviética. Quanto a uma completa bibliografia sobre o *Budismo*, ver o final do artigo com esse nome. (AM BEL P)

LÂMEDE

No hebraico, «aguilhão». Esse é o nome da décima segunda letra do alfabeto dos hebreus. Ver sobre o *Hebraico*. Corresponde à letra grega *lambda* e ao português l. Em Salmos 119, essa letra hebraica aparece no começo de cada linha da décima segunda seção.

LAMENTAÇÃO

Esboço:

I. Palavras Envolvidas
II. Razões para Lamentação
III. Alguns Modos e Costumes de Lamentação
IV. Significações da Lamentação

I. Palavras Envolvidas

A palavra portuguesa «lamentação» vem do latim, *lamentum*, que indica o ato de chorar, deplorar, carpir. E as palavras hebraicas envolvidas indicam o senso interior de tristeza, lamentação, bater no peito, rasgar, cortar. O vocábulo grego *threneo* significa «entristecer-se», «lamentar-se». E outro termo grego, *pentheo*, significa «lamentar», «levantar a voz», «chorar em voz alta». Ao todo, há cerca de quinze palavras na Bíblia, que indicam o ato de lamentar, cada qual com a sua nuance própria de significado. O vocábulo grego *threneo* ocorre por quatro vezes no Novo Testamento: Mat. 11:27; Luc. 7:32; 23:27 e João 16:20. A forma nominal do verbo ocorre por uma vez, em Mat. 2:18. *Pentheo* aparece por dez vezes no Novo Testamento: Mat. 5:4; 9:15; Mar. 16:10; Luc. 6:25; I Cor. 5:2; II Cor. 12:21; Tia. 4:9; Apo. 18:11,15,19.

II. Razões para Lamentação

1. **Tristeza pelos Mortos.** Abraão lamentou por Sara (Gên. 23:2); Jacó por José (Gên. 37:34,35); os egípcios por Jacó (Gên. 50:3,10); Davi por Abner (II Sam. 3:31,35); Maria e Marta por Lázaro (João 11:31).

2. *Em Face das Calamidades.* Estão inclusas as calamidades já sofridas ou apenas antecipadas. Ver Jó 1:20,21. Israel foi ameaçada pelo juízo divino (Êxo. 33:4). Os ninivitas foram ameaçados pelo juízo divino (Jonas 3:5; Jer. 14:2; Nee. 1:4; Est. 4:3).

3. *Por Causa do Arrependimento pelo Pecado.* Ver Jonas 3:5. O povo de Israel, no dia da expiação (Lev. 23:27; I Sam. 7:6; Zac. 12:10,11 e Atos 26:9).

4. *Lamentações Culturais.* Os profetas de Baal, no monte Carmelo, lamentavam-se e laceravam-se, na tentativa de agradar ao seu deus e provocar a intervenção dele em favor deles (I Reis 18:28). O culto de Israel, em determinadas ocasiões, também estava associado à lamentação (Jer. 41:5). Ezequiel deixou registrado um caso de lamentação cúltica pagã (Eze. 8:14); e outro tanto fez Isaías (Isa. 45:4), ainda que, nesse último caso, os israelitas estiveram envolvidos em ritos pagãos.

III. Alguns Modos e Costumes de Lamentação

1. *Uma Expressão Universal.* Algumas raças humanas são mais reservadas e menos demonstrativas em suas lamentações. Mas o ato de chorar e lamentar, por várias razões possíveis, conforme se sugeriu acima, na primeira seção, é universal. Além disso, há evidências de que alguns animais, especialmente os primatas superiores, sentem tristeza, e demonstram isso por vários gestos físicos.

2. *Choro e Clamor em Voz Alta.* Esses atos são mencionados em conexão com a lamentação, em Gên. 50:10; Rute 1:9 e II Sam. 13:36. Davi, naturalmente, usava de uma hipérbole ao dizer que inundava seu leito com lágrimas (Sal. 6:6). E também exagerou quando disse que suas lágrimas eram sua alimentação (Sal. 42:3), mas essas duas expressões ilustram o ponto. Os egípcios eram bastante vocíferos em suas lamentações, conforme nos mostra o trecho de Êxo. 12:30, quando se levantou grande clamor por todo o Egito, em face da morte dos seus primogênitos.

3. *Lágrimas de Alegria.* Quem já não verteu lágrimas em face de alguma grande vitória obtida, após uma intensa e prolongada luta? ou por causa de algum benefício inesperado? Uma emoção forte, positiva ou negativa, provoca lágrimas. As lágrimas provêm alívio para alguma situação tensa e dolorosa de qualquer tipo, seja por trabalho exaustivo, por causa de tristeza ou por causa de intenso júbilo.

4. *Lágrimas Diante da Morte.* Até para muitas pessoas de nossos dias, parece apropriado chorar muito em face da morte. Lembro-me de que a esposa de um pastor chegou a ser criticada por não haver chorado bastante por ocasião das cerimônias fúnebres de seu marido. Os orientais antigos davam tanta importância a essa questão que chegavam a alugar

carpideiras profissionais para garantirem as lamentações apropriadas, com gestos e lágrimas, nos funerais. Ver II Crô. 35:25; Ecl. 12:5. Ver o artigo sobre *Sepultamento, Costumes de*. Unger, em seu artigo sobre a *Lamentação*, descreveu graficamente a disposição dos povos orientais para o choro e a lamentação: «Os orientais também não se contentam com meros soluços, a excitabilidade deles transparece em gritos de tristeza, mesmo em meio às solenidades da adoração» (Joel 1:13; Miq. 1:8).

5. *Desfiguramentos*. Havia demonstrações externas nas lamentações. Uma pessoa assentava-se sobre cinzas e salpicava cinzas sobre o rosto (II Sam. 13:19; 15:32; Jos. 7:6; Est. 4:1; Jó 2:12; Isa. 61:3; Jer. 6:26; Apo. 18:19). A barba era raspada, os cabelos eram aparados, ou eram arrancados tufos de cabelos da cabeça ou da barba (Lev. 10:6; II Sam. 19:24; Eze. 26:16; Esd. 9:6; Jó 1:20; Jer. 7:29). Sob a segunda seção, quarto ponto, temos mostrado que alguns povos pagãos praticavam a laceração do corpo, quando lamentavam profundamente. Tal prática foi proibida pela lei mosaica (Lev. 19:28). A calva parcial provocada (os cabelos cortados rentes) era sinal de luto e lamentação, uma prática igualmente vedada aos hebreus (Deu. 14:1). Esse costume incluía o raspar das sobrancelhas e a extração das pestanas.

6. *As Roupas Rasgadas*. Esse ato, que em tempos posteriores seguia um modo certo prescrito, representava consternação, lamentação ou ira. Ver Gên. 37:29,34; 44:13; II Crô. 34:27; Isa. 34:27; 36:22; Jer. 36:24; Mat. 26:65; Mar. 14:63.

7. *Roupas de Pano de Saco*. Os antigos vestiam-se com roupas feitas de tecido grosseiro e negro, a fim de expressarem a sua tristeza. Ver Gên. 36:34; II Sam. 14:2; Jer. 8:21; Sal. 38:6 e 42:9.

8. *A Cabeça Coberta*. Esse ato exprimia tristeza, como um ato instintivo que pede proteção ou que oculta a pessoa da atenção alheia. Algumas pessoas lamentam-se melhor quando sozinhas, e podem controlar melhor sua emoção de tristeza sem a presença de outras pessoas. Ver Lev. 13:45; II Sam. 15:30 e Jer. 14:4.

9. *Remoção das Roupas; Nudez; Falta de Higiene Corporal*. Ser surpreendido despido em público é uma vergonha, embora seja um tema comum nos sonhos. Assim expressa-se a própria vulnerabilidade. Alguns pensam que sonhos desse tipo exprimem, na verdade, o desejo de exibir-se em público, visto que as crianças podem andar nuas sem sentir qualquer vergonha. E assim, conforme alguns pensam, nos seus sonhos os adultos retornam à liberdade da infância. Para mim, o sonho com a própria nudez sempre é uma questão de exposição indesejável. O sentimento de consternação pode ser demonstrado por tal exposição. Os antigos, às vezes, tiravam suas vestes e negligenciavam sua higiene pessoal, quando se lamentavam. Ver Êxo. 33:4; Deu. 21:12,13; II Sam. 14:2; 19:24; Eze. 26:16; Dan. 10:3 e Mat. 6:16,17.

10. *Lamentadores Profissionais*. Sabe-se que um bom ator ou atriz pode produzir sentimentos profundos, tanto de alegria quanto de tristeza. Quando um desses profissionais derrama lágrimas de verdade, pode-se ter a certeza de que está sentindo a emoção que provoca aquelas lágrimas. Nos tempos antigos, pois, havia lamentadores profissionais, ou carpideiras, que eram pagos, e que emprestavam aos funerais a atmosfera apropriada de clamores, lamentações e lágrimas. Ver Jer. 9:17; II Crô. 35:25; Amós 5:16; Mat. 9:23. Essa última referência mostra-nos que eram usados instrumentos musicais para ajudar às carpideiras. O trecho de Jer. 9:20 mostra que essa arte passava de mãe para filha! Tal profissão chegou a formalizar-se de tal modo que cânticos e lamentações fúnebres foram inventados para adaptarem-se a qualquer situação que merecesse ser lamentada. O lamento de Davi por Saul e Jônatas é um exemplo bíblico de um desses cânticos. Ver II Sam. 1:17-27. Outro caso acha-se em II Sam. 3:33,34, acerca de Abner. E o trecho de Isa. 14:4-21 satiriza, em lamentação, o rei da Babilônia.

IV. Significações da Lamentação

1. A lamentação ilustra a fraqueza e a vulnerabilidade humanas.

2. Ela demonstra o poder do aspecto emocional do ser humano. O homem, e, mais especialmente a mulher, é muito influenciado por suas emoções, com freqüência, mais do que pela razão.

3. A tensão emocional é liberada por meio da lamentação. É um fenômeno bem conhecido que a pessoa sente-se melhor depois de desabafar suas emoções, especialmente quando a lamentação e a tristeza são compartilhadas por outrem. Aqueles que são incapazes de manusear a tristeza, mas continuam pairando em torno da mesma, a despeito da passagem do tempo, ou tornam-se mentalmente enfermos ou estão convidando desordens mentais.

4. O reconhecimento dos erros e defeitos morais é devidamente demonstrado por meio de emoções fortes, na lamentação, e isso é um sinal do desejo da pessoa de modificar os seus caminhos.

5. Além de expressar a tristeza diante das calamidades, a lamentação também é uma maneira de *relembrar*, exprimindo saudades. O senso de perda, diante da morte de um ente querido, traz subitamente à memória da pessoa os «bons dias» quando a pessoa, agora falecida, vivia e fazia parte da vida de quem ficou. A fé segreda-nos que o valor humano aqui perdido foi transferido para alguma dimensão imaterial ou celeste, e que tanto a vida terrena quanto o seu sentido têm prosseguimento.

6. Em algumas religiões primitivas, a lamentação é um ato de defesa. Os espíritos dos desincorporados, por ocasião da morte, desejariam saber se foram devidamente valorizados. Se não houver lamentação suficiente, então esses espíritos poderão retornar a este mundo para perseguir e ferir. Nesse caso, a lamentação é encarada como um ato de submissão aos espíritos, uma espécie de apelo para que esses espíritos tenham misericórdia e mostrem-se favoráveis.

7. Nos tempos patriarcais, antes que houvesse qualquer noção clara de imortalidade, podemos estar certos de que a lamentação se dava devido ao senso de *perda* irremediável, jamais recuperada nem mesmo em alguma esfera espiritual. Nós, mesmo quando dotados de uma firme fé na *imortalidade*, lamentamos pela perda de algum ente amado ou de algum amigo, conforme se vê também em I Tes. 4:13. Uma perda pessoal continua sendo uma perda, embora temporária.

8. A lamentação, algumas vezes, fala sobre o *desperdício*. Costumamos afirmar: «Foi um desperdício tão grande, quando aquela pessoa foi morta!» Sentimos a perda do que aquela pessoa ainda poderia ter sido e feito, bem como a remoção da contribuição que ela estava fazendo aos seus semelhantes.

9. Uma tristeza não-racionalizada. A lamentação fala de uma tristeza que ainda não foi racionalizada, examinada, explicada. Muitas coisas podem provocar essa forte emoção.

10. A lamentação escatológica. Aqueles que se lamentam por alguma razão espiritual, podem esperar que o seu clamor transformar-se-á em alegria

(Mat. 5:4). Jesus é o grande Mensageiro da alegria, e não da tristeza; mas o discipulado cristão pode provocar lamentação, visto que nos tornamos partícipes de sua tristeza (Rom. 8:17; Col. 1:24; I Ped. 5:1).

11. A lamentação é um dos aspectos do problema do mal. Entre as muitas coisas que não podemos explicar de modo adequado, encontra-se a necessidade do sofrimento. Abordamos esse problema, com abundância de detalhes, no artigo intitulado *Problema do Mal*.

LAMENTAÇÕES (LIVRO)

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Nome do Livro
III. Autoria e Data
IV. Propósitos e Teologia do Livro
V. Estilo Literário
VI. Conteúdo

I. Caracterização Geral

Este livro faz parte da **terceira divisão** do cânon do Antigo Testamento hebraico, que os judeus chamavam de «escritos» ou «rolos». O livro de Lamentações consiste em cinco poemas que correspondem ao que, modernamente, chamamos de «capítulos». Esses poemas foram escritos segundo a métrica *kina*, ou de *lamentação*. Provavelmente, esse livro foi escrito no século V A.C., provocado pela grande calamidade que se abateu sobre Jerusalém, com o conseqüente cativeiro babilônico. Esses poemas foram escritos na própria cidade de Jerusalém, ou, então, já na Babilônia. Os primeiros quatro poemas são *acrósticos alfabéticos*, o que significa que cada grupo de versículos começa por uma diferente letra do alfabeto hebraico, que consistia em vinte e duas letras. A quinta estância tem o mesmo número de versículos que o alfabeto hebraico. Todos esses poemas foram compostos ou adaptados para a recitação pública em dias de jejum e lamentação (ver Jer. 2:15-17; Sof. 7:2,3), notavelmente no nono dia de Abe (agosto), que comemorava, especificamente, o desastre babilônico. O primeiro, o segundo e o quarto poemas foram compostos como lamentações fúnebres. Jerusalém é apresentada como o falecido. O terceiro poema foi composto no estilo de uma lamentação individual, com a característica usual de que uma figura masculina (e não feminina) é que personifica o povo ou a própria cidade. O quinto poema consiste em uma lamentação coletiva. Esse poema faz lembrar as liturgias usadas em tempos de tristeza nacional, conforme se vê nos Salmos 74 e 79. O tema comum de todos esses cinco poemas é a agonia da nação judaica e o aparente abandono de Sião por parte de seu Deus, bem como a esperança de que Deus ainda haveria de restaurar uma nação humilhada e arrependida.

Antigas tradições têm atribuído esse livro ao profeta Jeremias, porém, muitos eruditos modernos encontram razões para duvidar dessa opinião. O próprio livro é anônimo, pelo que aquilo que cremos sobre sua autoria depende de nossa confiança ou desconfiança nessa tradição, bem como de outras evidências que pesam sobre a questão. Ver a terceira seção quanto à discussão a respeito.

II. Nome do Livro

No hebraico, esse livro chama-se **ekah**, «como», a primeira palavra do livro, no original hebraico. Mas também tinha o título de *qinah*, «lamentação». Naturalmente, isso alude ao caráter de deploração do livro inteiro. Conforme disse certo autor: «...cada letra foi escrita com uma lágrima; cada palavra com o pulsar de um coração partido». O título do livro, na Septuaginta, é «Cânticos Fúnebres». O título do livro nas modernas línguas européias—como em português—vem da Vulgata Latina, com base no vocábulo latino *lamentum*, «clamor», «choro», «lamentação». Na Vulgata Latina o título específico é *Lamentationes*.

III. Autoria e Data

A tradição que atribui o livro de Lamentações a Jeremias é antiqüíssima. O trecho de II Crô. 35:25, embora não aluda às lamentações que compõem esse livro, mostra-nos que Jeremias compôs esse tipo de material literário. Alguns eruditos percebem a dicção de Jeremias nesse livro, mas outros pensam que o estilo é bastante parecido com o dos capítulos quarenta a sessenta e seis do livro de Isaías, o que já aponta para um outro autor. O trecho de Lam. 3:48-51 parece similar às expressões de Jer. 7:16; 11:14; 14:11-17 e 15:11. Alguns sentem o espírito de Jeremias no livro, o mesmo temperamento sensível, uma profunda simpatia para com as tristezas de Israel, e as mesmas emoções soltas a respeito do desastre provocado pela invasão dos babilônios.

Contra a autoria de Jeremias, temos os seguintes argumentos:

1. Os paralelos alistados acima, entre Lam. 3:48-51 e certos trechos do livro de Jeremias, certamente indicam uma narrativa feita por uma testemunha ocular daquilo que os babilônios fizeram contra o povo de Israel. Contudo, essa testemunha ocular não precisa ser identificada obrigatoriamente com Jeremias, porquanto o autor do livro pode ter sido outra testemunha ocular daqueles fatos.

2. O quinto poema reflete uma espécie de lassitude induzida por anos de ocupação estrangeira, o que é contrário àquilo que sabemos sobre a história envolvida. Jeremias permaneceu apenas algumas poucas semanas na Palestina, após a captura de Jerusalém.

3. *O argumento literário.* Os extensos escritos de Jeremias (no livro que sabemos ser de sua autoria), não apelaram para a poesia, e muito menos para a forma específica de poemas acrósticos.

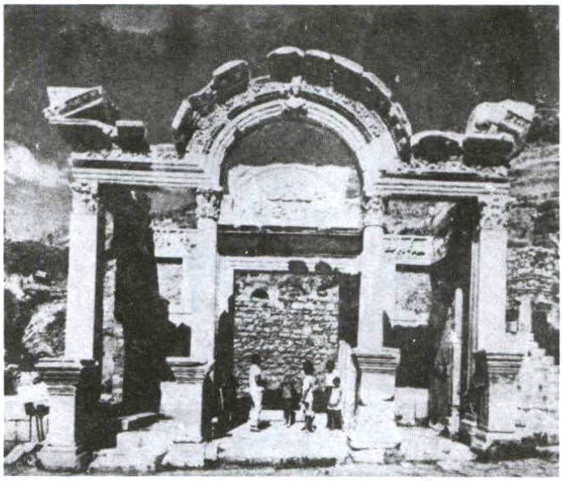
4. *O argumento histórico.* Em tempos posteriores, muitos oráculos foram coligidos em nome de Jeremias, quando, como é óbvio, esses escritos não foram de sua autoria. Os poemas do livro de Lamentações poderiam estar entre esses oráculos. Se, realmente, eram de sua lavra, por que motivo Jeremias não os identificou como seus? E por que motivo não foram incluídos como parte de suas profecias? No livro de *Jeremias*, o autor identificou-se claramente (ver Jer. 1:1).

5. *Diferenças de pontos de vista.* As declarações de Lam. 2:9; 4:17 e 5:7, de acordo com certos estudiosos, diferem dos pontos de vista da profecia de Jeremias. Porém, muitos outros estudiosos vêem nisso mera avaliação subjetiva, e, portanto, sem grande valor.

6. *O argumento lingüístico.* O estilo, o vocabulário e a dicção dos livros de *Jeremias* e de *Lamentações* são por demais diferentes para que se suponha que um mesmo autor tenha escrito ambas essas obras. Contra esse argumento, alegam outros que a *poesia*, naturalmente, difere da prosa em que são escritos os oráculos e as advertências proféticas. Todavia, grandes trechos do livro de Jeremias consistem em poemas, embora nossa versão portuguesa oculte isso, imprimindo o livro como se tudo fosse prosa. Mas, ver por exemplo, a Revised Standard Version. Muitos escritores em prosa, ocasionalmente, escrevem em



MURO DAS LAMENTAÇÕES — Cortesia, Matson Photo Service



Templo de Abriano, 117-138
— Cortesia, Fate Magazine



Via Ápia



Estrada romana



Denário de prata com a
imagem de Tibério

poesia, o que requer um estilo, uma dicção e um vocabulário diferentes.

Conclusão. Não há como se fazer uma declaração firme sobre a questão. O livro de Lamentações não indica quem foi o seu autor—a obra é anônima.

Data:

No livro não há qualquer menção à reconstrução do templo de Jerusalém, que teve lugar em 538 A.C. Porém, o livro foi escrito, sem a menor sombra de dúvida, por uma testemunha ocular da invasão de Jerusalém pelos babilônios e do subseqüente exílio de Judá. Por conseguinte, o livro deve ter sido escrito em algum tempo depois de 586 A.C., mas antes de 538 A.C.

IV. Propósitos e Teologia do Livro

1. *A Justiça de Deus é Celebrada e os Efeitos Ruinosos do Pecado são Lamentados*. Um homem espiritual contemplou o que acontecera a um povo rebelde, que quisera dar ouvidos às advertências do Senhor, e que, por isso recebeu tão grande castigo nacional. Tudo aquilo ocorrera por motivo de desobediência e de insensibilidade espiritual. A calamidade foi tão grande que fez uma nação chegar ao seu fim. O santuário, que fora estabelecido em honra a Yahweh, bem como a teocracia (embora muito modificada pela monarquia) foi aniquilada pelos pagãos. O poeta, pois, celebrou a retidão e a justiça de Deus, porquanto, afinal, o que acontecera era apenas justo. A nação de Judá foi convocada ao arrependimento, visto que o mesmo poder que produziu a destruição, com a igual facilidade poderia produzir a restauração. A profunda iniqüidade da nação de Judá é lamentada no livro, mas reconhece-se também que a graça de Deus é suficientemente ampla para reverter qualquer situação, e o autor sagrado contemplava, ansioso, essa possibilidade bendita. Em suma, o propósito do livro é o de celebrar a justiça de Deus, lamentar pela iniqüidade do povo de Judá e suas horrendas conseqüências, e, então, conclamar ao arrependimento, em face da possibilidade de restauração.

2. *Aplicação Cristológica*. Alguns intérpretes evangélicos vêem no livro de Lamentações um lamento pela alma de Jesus, em face da ira de Deus que sobre ele se descarregou, quando levou, sobre si o pecado do mundo.

3. *A Trágica Reversão*. Havia em Israel uma tradição que falava sobre a suposta inviolabilidade de Sião (Sal. 46:6-8; 48:2-9; 76:2-7), o que aparece como uma idéia com a qual o autor do livro de Lamentações estava familiarizado (Lam. 3:34 e 5:9). Entretanto, o autor sagrado mostrou que nenhuma coisa boa perdura necessariamente para sempre. Reversões trágicas podem destruir até mesmo as coisas melhores e mais excelentes, se permitirmos que o pecado venha maculá-las.

4. *Confirmação do Ponto de Vista Deuteronômico da História*. O autor de Deuteronômio sustenta, como uma de suas teses primárias, que Israel ia bem enquanto obedecia a Deus, mas caía em ruína quando se mostrava rebelde. Embora, por certo, essa seja uma perspectiva simplista da história, não é um fator que deva ser ignorado. Esse tema também pode ser encontrado em outros livros do Antigo Testamento, além do Deuteronômio, e o livro de Lamentações é um daqueles livros que promove essa tese.

5. *A Esperança Nunca Morre no Coração Humano*. Grandes tragédias sobrevêm as pessoas insensatas. Mas aquelas mesmas pessoas, se agirem sabiamente, poderão contemplar a concretização de suas esperanças de melhoria, quando seu triste estado é revertido pela misericórdia divina.

V. Estilo Literário

Esse estilo é descrito na primeira seção, *Caracterização Geral*.

VI. Conteúdo

1. As Lamentáveis Condições de Jerusalém (cap. 1)
2. A Manifestação da Ira de Deus (cap. 2)
3. Reconhecimento da Justiça de Deus (cap. 3)
4. Reconhecimento da Fidelidade de Deus (cap. 4)
5. Confiança na Fidelidade de Deus (cap. 5).

Bibliografia. AM E GOT(1954) I IB ROB(2) YO

LAMENTO PELOS MORTOS

Há dois excelentes exemplos desse lamento, nas páginas do Antigo Testamento, atribuídos a Davi (ver II Samuel 1:19-27 e 3:33-34). O livro de Lamentações de Jeremias é uma espécie de longo lamento, diante das desolações de Jerusalém. Pequenos trechos de lamentações encontram-se nos escritos dos profetas, como se vê em Amós 5:2 e Isaías 14:4-11. Este último exemplar é uma lamentação irônica, porquanto fala da destruição de opressores estrangeiros. Algumas lamentações eram musicadas, ou somente com instrumentos de música, ou acompanhadas por cantores. O termo pode apontar para um hino fúnebre ou para uma composição coral que lamenta em face da morte.

LAMEQUE

No hebraico, o sentido desse nome é incerto. Alguns opinam «homem forte», «jovem forte», ao passo que outros preferem algo como «selvagem» ou «derrubador». Há dois homens com esse nome, nas páginas do Antigo Testamento:

1. Um filho de Metusael, pai de Jabel, Jubal, Tubalcaim e Naamá (Gên. 4:18-24). Ele tinha duas esposas, Ada e Zilá. De acordo com a Bíblia, foi o primeiro homem a apelar para a poligamia. Os filhos de Lameque teriam sido inventores de artes úteis. É em conexão com Lameque que temos o primeiro exemplo de poesia hebréia. Curiosamente, esse poema fala sobre a bigamia:

> «E disse Lameque às suas esposas:
> Ada e Zilá, ouvi-me;
> vós, mulheres de Lameque,
> escutai o que passo a dizer-vos:
> Matei um homem porque ele me feriu;
> e um rapaz, porque me pisou.
> Sete vezes se tomará vingança de Caim,
> de Lameque, porém setenta vezes sete» (Gên. 4, 23,24).

Esse poema exibe o paralelismo e outras características que chegaram a distinguir a poesia dos hebreus. Alguns estudiosos pensam que esse poema foi extraído de algum poema mais antigo e, então, adaptado, mas, se um homem tem duas esposas, sem dúvida precisa refugiar-se na poesia! Parece que alguém o havia atacado violentamente, e Lameque tivera de matar o homem—o primeiro caso, na Bíblia, de autodefesa, e que, ao que tudo indica, não foi vingado. Talvez, o poema tenha servido para consolar suas esposas, assegurando-lhes que nenhum dano lhe ocorreria, em face de seus atos violentos. Pode-se presumir que, naqueles tempos primitivos, o direito de autodefesa era uma lei reconhecida pela sociedade. Porém, uma outra interpretação do incidente é que Lameque não corria perigo, não porque a lei o protegesse, mas porque, sendo habilidoso no uso de

armas, ninguém ousaria atacá-lo.

A lex talionis. Ver o artigo separado sobre o assunto. A antiga lei da **vingança do mesmo tipo**, conforme o título latino indica, não exigia a pena de morte e nem encorajava a vingança, em casos de autodefesa. Se Caim, que fora um real assassino, e que havia premeditado o seu crime, fora protegido por uma palavra da parte de Deus, então Lameque, que agira em autodefesa, nada tinha com o que se preocupar. Caim recebeu, por assim dizer, uma condenação perpétua, pois ficou sujeito a uma perene maldição; mas sua vida fora poupada. Todavia, a lei mosaica posterior certamente teria exigido a sua execução.

2. Um filho de Matusalém. Esse Lameque foi o pai de Noé. Ele era descendente de Sete, filho de Adão. Ver Gên. 5:25-31; I Crô. 1:3; Luc. 3:6. Faz parte da linhagem do Messias. O fato de que os nomes *Lameque* e *Enoque* ocorrem tanto na genealogia de Caim quanto na genealogia de Sete (além de outras similaridades) tem dado margem à conjectura de que essas são meras variações de uma única lista original de nomes. Mas, contra essa opinião encontramos o fato significativo de que também há diferenças significativas. O Lameque descendente de Caim é aludido no quarto capítulo de Gênesis, ao passo que o Lameque descendente de Sete aparece no quinto capítulo desse livro. E, se os dois derivam-se de uma só fonte informativa, então haveria alusão a um único homem. Presumivelmente, a fonte informativa *J* teria preservado uma das variantes, ao passo que a fonte informativa *S* teria preservado a outra variante. Não há como resolver o problema. Ver sobre a teoria das fontes informativas, chamada *J.E.D.P.(S.)*.

LA METTRIE, JULIAN OFFRAY DE

Suas datas foram 1709-1751. Ele foi um filósofo e médico francês. Nasceu em Saint Malo. Estudou medicina em Rheims e na Universidade de Paris. Faleceu a 11 de Novembro de 1751, em Berlim, na Alemanha. Primeiramente, estudou teologia, e, então, se tornou médico, tendo-se formado como tal em Rheims. Praticou a medicina no exército francês, tendo participado de várias batalhas. Publicou documentos eruditos sobre questões de medicina. Suas observações convenceram-no de que os chamados distúrbios psíquicos têm bases físicas, e essa filosofia permeava o seu pensamento, com alguns estranhos resultados.

Idéias:

1. Os animais são meros mecanismos que operam através dos instintos.

2. Os homens não são melhores que os animais, embora sejam mais inteligentes que aqueles. O cérebro é que determina a inteligência, e o termo «mente» não indica qualquer entidade separada. Ver o artigo separado intitulado *Problema Corpo-Mente*.

3. Os chamados fenômenos psíquicos na verdade são *epifenômenos* (vide) de condições fisiológicas, e nada mais.

4. As atividades racionais dependem da linguagem, e a linguagem, por sua vez, não passa de sons físicos regulamentados pelo cérebro. A chamada «alma» é apenas uma coleção de imagens que o cérebro físico promove, de uma maneira ou de outra.

5. A ética deveria alicerçar-se sobre condições totalmente humanas. A ética, para ele, não era uma questão espiritual, e, sim, prática. O alvo da vida seria o prazer, e a virtude não passa de amor-próprio, e isso dirigido na direção de nossos semelhantes, sob a forma de serviço humanitário.

6. Podemos ter fé na existência de Deus, mas essa crença é bastante irrelevante para a vida humana. De fato, visto que a crença na existência de Deus promove o temor, e visto que o temor não é um sentimento desejável, por isso mesmo é melhor que os homens vivam sem fé em qualquer tipo de ser divino. Outrossim, não há razão alguma em crermos em uma vida após-túmulo, com todos os seus mistérios, ameaças e incertezas.

La Mettrie provocou muita oposição por causa de suas idéias, e viu-se forçado a exilar-se da França. Refugiou-se, então, com Frederico II, da Prússia, que o nomeou leitor da corte.

É deveras significativo que a medicina está, atualmente, produzindo uma de nossas melhores maneiras de demonstrar a existência da alma e sua sobrevivência ante a morte biológica. Ver o artigo sobre *Experiências Perto da Morte*.

LAMI

No hebraico, «belemita». O trecho de I Crô. 20:5 diz que esse homem era irmão do gigante Golias, e que foi morto por Elanã. Mas o trecho de II Sam. 21:19 afirma que Elanã matou Golias, o geteu. Por isso mesmo, os estudiosos supõem que o texto de II Sam. 21:19 contém alguma forma de erro textual primitivo, o que teria dado margem à contradição. Todavia, outros estudiosos pensam que o erro pode ter sido do escritor original, e não de algum escriba subseqüente. Ver o artigo sobre os livros de Samuel, no comentário abreviado sobre II Sam. 21:19.

LÂMPADA (CANDEEIRO)

Esboço:

I. Palavras Envolvidas
II. Tipos e Formatos
III. Usos
IV. Simbologia

I. Palavras Envolvidas

Há duas palavras hebraicas e duas palavras gregas principais, que devemos considerar quanto a este verbete:

1. *Lappid*, «tocha», «chama». Esse termo hebraico aparece por quinze vezes no Antigo Testamento, conforme se vê, por exemplo, em Gên. 15:17; Juí. 7:16,20; Jó 12:5; 41:19; Isa. 62:1; Eze. 1:13; Dan. 10:6.

2. *Ner*, «lâmpada», «luz». Esse outro vocábulo hebraico é mais comum, ocorrendo por quarenta e três vezes no Antigo Testamento. Ver, por exemplo, Êxo. 25:37; 27:20; 30:7,8; 35:14; Lev. 24:2,4; Núm. 4:9; 8:2,3; I Sam. 3:3; I Reis 7:49; I Crô. 28:15; II Crô. 4:20,21; 13:11; 29:7; Sal. 119:105; 132:17; Pro. 6:23; 13:9; 20:20; Zac. 4:2.

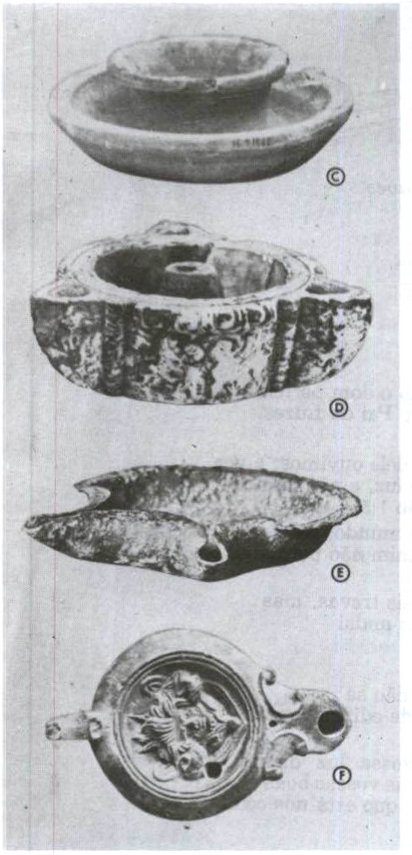
3. *Lampás*, «lâmpada», «tocha». Esse vocábulo grego aparece por nove vezes nas páginas do Novo Testamento: Mat. 25:1,3,4,7,8; João 18:3; Atos 20:8; Apo. 4:5; 8:10.

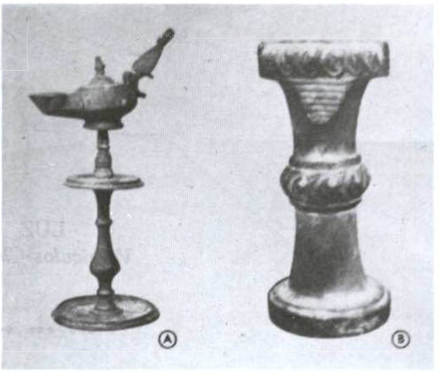
4. *Lúchnos*, «candeeiro», «luz». Vocábulo grego que foi usado por catorze vezes no Novo Testamento: Mat. 5:15; 6:22; Mar. 4:12; Luc. 8:16; 11:33,34,36; 12:35; 15:8; João 5:35; II Ped. 1:19; Apo. 18:23; 21:23; 22:5.

II. Tipos e Formatos

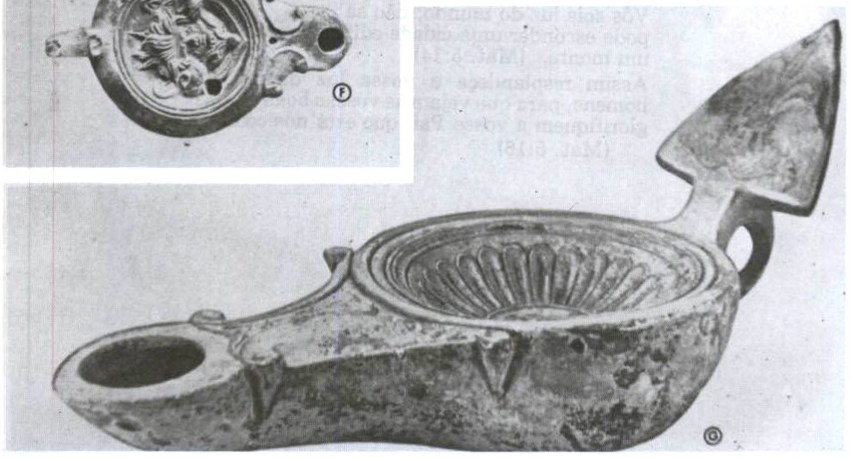
1. *Tigela aberta*. O tipo mais primitivo de lâmpada parece ter sido uma simples *tigela aberta*, que, talvez, tivesse um pequeno bico em uma das extremidades. Esse tipo de lâmpada tem sido descoberto pelos arqueólogos pertencente desde à era do Bronze. Esse tipo continuou a ser usado na era do Ferro, embora as

Lâmpadas da Antiguidade





Lâmpas da Antiguidade
A — grega
B — cretense
C — egípcia
D — grega
E — cipriota
F — romana
G — romana



Cortesia, Metropolitan Museum of Art

LUZ

Versículos-Chaves

••• ••• •••

Toda a boa dávida e todo o dom perfeito vem do alto, descendo do Pai da Luzes. (Tiago 1:17)

Está é a mensagem que dele ouvimos, e vos anunciamos: que Deus é luz, e não há nele trevas nenhumas. (I João 1:5)

Eu sou a luz que vim ao mundo, para que todo aquele que crê em mim não permaneça nas trevas. (João 12:46)

Porque noutro tempo ereis trevas, mas agora sois luz no Senhor; andai como filhos da luz. (Efé. 5:8)

Vós sois luz do mundo; não se pode esconder uma cidade edificada sobre um monte. (Mat. 5:14)

Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus. (Mat. 5:16)

••• ••• •••

lâmpadas desse período já tivessem um bico um tanto mais pronunciado.

2. *Tigela com biqueira.* Esse tipo de lâmpada apareceu nos tempos helenistas. Naquele tempo, tais lâmpadas eram produzidas em massa, mediante o uso de moldes. As lâmpadas gregas, com freqüência, eram mais oblongas, e as romanas, mais redondas. As lâmpadas feitas pelos cristãos tinham símbolos religiosos, como a cruz, o Alfa e o Ômega, etc.

3. *Tochas* serviam, às vezes, de lâmpadas (Juí. 7:16,20). As tochas eram usadas especialmente para iluminação exterior, ou para cortejos e marchas à noite.

4. *Pavios de linho retorcido* começaram a ser usados nas lâmpadas em formato de tigela, e o combustível era o azeite de oliveira (Êxo. 25:26; 27:20; Mat. 25:3,4).

5. *Lâmpadas de cerâmica* (e não de metal) eram comuns. Algumas dessas lâmpadas eram meras taças rasas, com beiradas erguidas. Um pavio, posto na beirada, servia de fonte luminosa.

6. *Lâmpadas de quatro bicos.* Parece que os amorreus introduziram a lâmpada com quatro bicos. Na beirada havia quatro bicos, em cada um dos quais havia um pavio, o que, naturalmente, fazia a lâmpada dar mais luz.

7. *Lâmpadas de um só bico ou biqueira.* Depois de cerca de 1850 A.C., as lâmpadas usualmente mostraram a tendência de ser fabricadas assim, embora fossem maiores.

8. *Lâmpadas com base.* Devido ao risco das lâmpadas virarem, o azeite entornar e o perigo de incêndio, as lâmpadas (tanto as de metal quanto as de cerâmica) começaram a ser equipadas com base. As lâmpadas descobertas em Judá tinham bases.

9. *Lâmpadas redondas e fechadas*, o que eliminava o perigo de virarem. A essas lâmpadas eram adicionados bocais, de onde emergia o pavio. Essas lâmpadas procedem do período romano, e também são chamadas de *lâmpadas herodianas*. Talvez esse tipo de lâmpada esteja em foco em Luc. 15:8 e Mat. 25:7. A mulher ficou procurando por sua moeda com a ajuda de uma lâmpada. As dez virgens levantaram-se à meia-noite a fim de apararem os pavios. As lâmpadas geralmente continham uma quantidade de azeite suficiente para ficarem queimando a noite inteira, mas era necessário ajustar o pavio de tantas em tantas horas. Por isso mesmo é que lemos que a mulher virtuosa levantava-se ocasionalmente, a fim de que a sua lâmpada não se apagasse de noite (Pro. 31:18).

10. *Velas.* Embora essa palavra apareça em algumas versões da Bíblia, velas de estearina eram desconhecidas na antiguidade. A palavra *velas* entrou no texto das traduções da Bíblia porque, quando essas traduções foram feitas, as velas se tinham tornado comuns na Europa.

11. *Veladores.* Esses objetos, onde as lâmpadas eram postas, eram feitos de madeira, de metal ou de cerâmica. Têm sido encontrados principalmente nos santuários. Eram de vários formatos e podiam servir de base para uma única lâmpada ou para várias lâmpadas ao mesmo tempo. Ver Mat. 5:15; Luc. 8:16.

12. *O candeeiro do Tabernáculo e do Templo.* Esse candeeiro tinha uma base e uma haste principal. Dessa haste procediam seis extensões, e o alto da haste era munido de uma lâmpada, que ficava no meio das demais, dispostas em redor dela. Portanto, esse candeeiro contava com sete lâmpadas. Essas sete lâmpadas representavam a perfeita luz de Deus, a iluminação espiritual, etc. Ver Êxo. 25:31 *ss;* I Reis 7:49; I Crô. 28:15; Apo. 1:12,13; 2:1. Essa estrutura repousava sobre uma base ornamentada. O candeeiro usado no templo de Herodes aparece em um relevo esculpido no Arco de Tito, em Roma. Esse candeeiro era todo feito de ouro. Aparece representado nas moedas cunhadas pelos Macabeus. O templo de Salomão contava com dez desses candeeiros.

Os intérpretes cristãos têm encontrado muitos símbolos no candeeiro de ouro. Fala sobre a iluminação divina; sobre a presença e a manifestação do Espírito de Deus; sobre a presença da deidade (no ouro); sobre a revelação divina, dada mediante a lei mosaica, com suas provisões e ritos simbólicos. Alguns vêem no candeeiro de ouro um tipo de Cristo como a Luz do mundo, que brilha no fulgor de sua luminosidade mediante o poder dos sete espíritos de Deus (Isa. 11:2; Heb. 1:9; Apo. 1:4). A luz natural era excluída do interior do tabernáculo, pelo que o candeeiro servia de principal fonte luminosa, tipificando a luz divina que é conferida aos homens. Ver I Cor. 2:14,15. Precisamos da iluminação divina para entendermos a mensagem espiritual. Ver o artigo separado sobre o *Candeeiro de Ouro.*

13. *Lâmpadas penduradas.* Lâmpadas penduradas, muito ornamentadas, pertencentes ao período do império romano e depois disso, têm sido encontradas pela arqueologia.

III. Usos

1. As lâmpadas tinham um uso **doméstico**, que era o principal. A lâmpada correspondia às modernas lâmpadas elétricas. Os orientais não dormiam às escuras. A presença da lâmpada simbolizava vida, alegria e paz (Sal. 18:28). O apagar de uma lâmpada era um acontecimento cuidadosamente evitado. Pois indicava melancolia e desolação (II Sam. 21:17; Jó 18:5,6). As evidências arqueológicas têm demonstrado que os antigos sofriam de enegrecimento dos pulmões, devido ao costume de deixarem acesa uma lâmpada, a noite inteira, o que servia de tremendo fator poluidor.

2. O uso *cúltico.* Os hebreus e quase todas as culturas antigas tinham lâmpadas em seus santuários. Em alguns templos, as chamas eram mantidas perenemente acesas, o que exigia cuidados constantes.

3. As *tochas* eram usadas para a iluminação exterior, em marchas militares, em cortejos matrimoniais e em outros tipos de cortejos. O trecho de Mat. 25:1 refere-se a esse costume. A história de Gideão (ver Juí. 7:16,20) ilustra o uso de tochas com propósitos militares.

4. *Finalidades decorativas.* Lâmpadas eram acesas no interior e no exterior das residências, com propósitos decorativos. As lâmpadas penduradas dos templos romanos são exemplos especiais desse costume.

IV. Simbologia

1. Quanto ao candeeiro de ouro, temos alistado vários símbolos, em seção II.13.

2. Vida, alegria e paz eram simbolizadas pela lâmpada (Sal. 18:28).

3. Uma lâmpada que se apagasse indicava melancolia e desolação (II Sam. 21:17).

4. O apagar da lâmpada simbolizava o final da vida física. O pavio de um homem ímpio apaga-se porque lhe falta a vida de Deus (Pro. 20:20).

5. Uma lâmpada simboliza a posteridade, o meio através do qual o indivíduo continua a viver (I Reis 11:36; 15:4; II Reis 8:19).

6. O antigo costume de deixar uma lâmpada no

interior de um túmulo servia de sinal da crença na imortalidade, na esperança da vida após a morte.

7. Uma lâmpada simboliza a Palavra de Deus (Sal. 119:105; Pro. 6:23).

8. A onisciência da mente divina (Dan. 10:6; Apo. 1:14).

9. A salvação dada por Deus (Gên. 15:17).

10. A orientação dada por Deus (II Sam. 22:29).

11. O espírito do homem (Pro. 20:27).

12. O governo de governantes sábios (João 5:35).

13. O azeite representa o Espírito Santo, necessário para que tenhamos uma autêntica espiritualidade (Mat. 25:1 e seu contexto).

14. O candeeiro de ouro, dentro do Novo Testamento, representa Cristo e a sua Igreja, por meio de quem a plenitude do Espírito manifesta-se a todos (Apo. 1:12,13,20).

LANÇA

Ver sobre **Armas e Armadura**.

LANÇADEIRA

No hebraico, **ereg**. Essa palavra ocorre exclusivamente em Jó 7:6. Tratava-se de um carretel ou bobina que levava o fio para frente e para trás, quando do fabrico do tecido. Embora algumas versões também estampem a palavra «lançadeira», em Juízes 16:14, ali ocorre outra palavra hebraica que também se usa em outros trechos, a saber, *yathed*, «pion» (vide).

LANDRANC

Uma importante figura na história da Igreja da Inglaterra. Não se sabe qual a data de seu nascimento, mas ele morreu em 1089. Originalmente, ele era um jurista, mas tornou-se famoso como prior e renovador do mosteiro de Bed. Foi um grande mestre e se opôs com sucesso a Berengar de Tours (vide). Tornou-se abade de Santo Estêvão, em Caen e, então, foi eleito arcebispo de Canterbury. E foi nesse ofício que fez reformas na vida eclesiástica da Inglaterra.

LANGE, FRIEDRICH ALBERT

Suas datas foram 1828-1875. Ele foi um filósofo, um economista político e um reformador social alemão. Nasceu em Wald, na Alemanha, e faleceu em Marburgo, a 21 de novembro de 1875. Educou-se em Duisburgo, Zurique e Bonn; foi professor em Bonn, em 1855 e depois. Ele expunha as tendências liberais alemãs que, finalmente, perderam terreno para Otto Von Bismarck e o prussianismo, que foram importantes na formação do moderno Reich. Ele apoiou a emergente classe trabalhadora e introduziu certas doutrinas sociais que Marx e outros desenvolveram mais tarde. Lange não era um socialista tipo marxista. Mas, finalmente, foi forçado a resignar como mestre-escola em Duisburgo, em 1858, quando o governo prussiano proibiu os professores de se ocuparem em atividades políticas. Em seguida, ele se ocupou com o jornalismo, atacando a filosofia de Bismarck. Entrou em exílio auto-imposto e continuou em suas atividades jornalísticas perto de Zurique, na Suíça. Ali, tornou-se professor, mas foi forçado a resignar ao cargo por razões políticas, após ter servido apenas por breve período. Quando Bismarck triunfou, Lange abandonou a política. Retornou a Marburgo, onde ensinou durante três anos, até que faleceu.

Na *filosofia*, ele era representante de várias idéias, que o tornaram lembrado, a saber:

1. Ele não considerava os sistemas metafísicos como *verdadeiros*, mas apenas como cristalizações de propósitos e ideais humanos.

2. O *idealismo*, para ele, dirigiria a vida humana, da mesma maneira que a poesia e a religião.

3. Sua obra, *História do Materialismo*, é um valioso estudo da história e certos aspectos do materialismo. Para ele, essa filosofia só era justificada como um método, e não como uma visão do mundo que pretenda dizer no que consiste a realidade. Além disso, a metafísica, para ele, revestia-se de um valor prático, apesar de não conseguir descrever a verdadeira natureza das coisas.

4. Os *ideais* não seriam valores finais, mas apenas expressões legítimas da moral humana, da estética e dos valores e aspirações religiosos. Os erros surgiriam quando os ideais são tomados como se fossem realidades palpáveis, e não como guias práticos da conduta.

Obras: *The Labor Question; History of Materialism and Critique of its Present Significance; Logical Studies.*

LANGE, JOHANN PETER

Suas datas foram 1802-1884. Ele foi editor e contribuidor do *Lange's Commentary*, cuja publicação teve início em 1864. Vinte e dois volumes foram impressos sob o título, em alemão, de *Theologische-homiletisches Bibelwerk*. Philip Schaff, famoso historiador e erudito, fez anotações, juntamente com outros, para a edição dessa obra traduzida para o inglês. Algumas dessas notas são melhores do que os comentários originais. Para mim, esse comentário tem sido um dos mais úteis, pelo qual tenho um profundo respeito. *O Novo Testamento Interpretado*, de minha autoria, tem muitas citações dessa obra. Lange era um clérigo luterano, mas que nem sempre sentia ser necessário seguir a linha luterana de teologia. Um ponto interessante, é que ele enriqueceu a teologia bíblica mediante a especulação, quando essa era possível.

Além de sua contribuição para o comentário que leva o seu nome, ele publicou um certo número de outras obras sobre história eclesiástica, teologia e assuntos relacionados à Bíblia. Também escreveu hinos sacros, alguns dos quais foram preservados em hinários alemães. O *Lange's Commentary*, no prefácio sobre o evangelho de Mateus, alista vinte e oito obras, algumas das quais de considerável volume. Seus escritos refletem uma posição evangélica universal, e não sectarista. Ele era conservador, embora progressista, com a tendência de chegar a novas maneiras de pensar.

Meu primeiro contacto com o *Lange's Commentary* ocorreu em meus dias de seminarista. Um colega e amigo meu adquiriu uma coletânea de um amigo seu, que tinha dificuldades em seguir os pensamentos do autor. É verdade que o *Lange's Commentary* destina-se a estudantes sérios, e não para pessoas que folheiam as páginas somente para encontrar alguma coisa espirituosa para dizer na Escola Dominical ou nos sermões. Lange ilustra o tipo de homem que deixou uma grande contribuição para a Igreja cristã, mas que não se limitou às idéias de seu próprio grupo denominacional, e cuja mente inquisitiva não se deixou estagnar pelos dogmas alheios.

LANGER, SUSANNE K.

Ela nasceu em 1895, e ainda não tive notícias de seu

falecimento. Nasceu em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América do Norte. Foi professora em Viena, no Radcliffe College e no Connecticut College. Talvez ninguém tenha exercido tanta influência isolada sobre ela, no campo da filosofia, quanto Cassirer. Ela sempre se interessou pela lógica simbólica, e sua principal contribuição à filosofia consistiu em apresentar essa disciplina através de símbolos. No simbolismo, pois, ela encontrou uma nova chave para a filosofia.

Idéias:

1. O homem é um animal simbólico, e sua filosofia naturalmente, pode ser expressa por meio de *símbolos*.

2. Ela distinguia entre *sinais* (generalizados no reino orgânico) e *símbolos* (presentes na consciência humana).

3. Os empiristas se esquecem do quanto os informes que nos são dados pelos sentidos estão entremeados de símbolos. Em certas disciplinas, como a psicanálise, ou a lógica simbólica, há um uso e transformação de símbolos.

4. Nas belas artes, os símbolos fazem-se abertamente presentes; nas ciências, símbolos representativos estão vinculados aos significados do vocabulário especial de cada ciência.

5. No campo da estética temos símbolos *não-consumados*, que permitem que os completemos com nossas próprias invenções, percebendo nas obras de arte aquilo que nós mesmos vemos, embora os artistas não tenham antecipado nossas reações particulares. O próprio artista não sente necessariamente as emoções representadas por seus símbolos; porém, é muito habilidoso na manipulação dos símbolos, e, com base em seu repertório, ele traz à tona os símbolos apropriados para uma obra sua específica. A arte é a linguagem do valor, mas esse valor não é, principalmente, o próprio objeto, mas a *reação* subjetiva do indivíduo que contempla o objeto. Ver o artigo geral sobre a *Arte*, segundo ponto, *Principais Teorias da Estética*. (EP MM P)

LANGTON, STEPHEN

Langton foi cardeal e arcebispo de Canterbury de 1207 a 1228. Foi amigo do papa Inocente III, a quem conhecera nos dias deles como estudantes, na Universidade de Paris. Ele foi um influente clérigo e estadista, e co-autor da *Magna Carta* (vide). Foi ele quem criou o sistema de divisões da Bíblia em capítulos. Convocou o sínodo provincial de Osney, em 1222, de grande importância para a história da Igreja da Inglaterra.

Em agosto de 1212, Langton uniu-se aos barões insurgentes, o que, finalmente, forçou o rei João a assinar a Magna Carta (1215). Após várias vicissitudes e um período de exílio, Langton foi o instrumento na reconciliação entre os barões e a realeza. Também foi capaz de diminuir a autoridade papal sobre a Inglaterra, obtendo assim boa parcela de autonomia para a Igreja da Inglaterra. Por ocasião do sínodo de Osney, Langton promulgou as *Constituições*, que se tornaram parte importante das leis canônicas da Igreja da Inglaterra.

Langton foi um dos mais eruditos estudiosos da Bíblia em seu tempo, tendo-se tornado muito conhecido em face de suas exposições do Antigo Testamento. Foi em conexão com essas exposições que ele criou o sistema de divisões da Bíblia em capítulos. Essas divisões apareceram, inicialmente, na Vulgata Latina, e daí passaram para outras versões. A divisão da Bíblia em versículos só apareceu muito mais tarde, por Stephanus (vide), em sua edição do Novo Testamento Grego impresso, no ano de 1551. E, então, o sistema dos versículos numerados apareceu, pela primeira vez, na Bíblia Poliglota de Antuérpia (1569—1572).

LANTERNA

No grego, **phános**. Essa palavra encontra-se somente em João 18:3 em todo o Novo Testamento. O grupo de homens que saiu para deter a Jesus no jardim do Getsêmani, estava munido de lanternas e tochas. Sabemos que os romanos da época de Jesus tinham lanternas feitas de material translúcido, pelo que não precisamos conjecturar que simplesmente está em pauta alguma outra espécie de *tocha*. As ruas das cidades antigas, no Oriente Médio e Próximo, não eram iluminadas durante a noite, pelo que não havia lanternas ou lampiões para a iluminação das ruas. Um desenho egípcio mostra um vigia noturno levando uma espécie de lanterna, uma lâmpada portátil, para iluminar o seu caminho. O desenho mostra que a lanterna era pendurada na ponta de uma longa vara, vergada com o peso da mesma. Na Ásia ocidental, usava-se uma grande lanterna de dobrar, feita de pano encerado, esticado em arames. Tinha o topo e o fundo de cobre, e tinha um diâmetro de cerca de um metro. Uma lanterna, pois, é uma lâmpada dotada de proteção, que protege a chama, para não ser apagada pelo vento. Sem dúvida, as tochas de Gideão eram lanternas. O trecho de Salmos 119:105 fala sobre a *lâmpada* que ilumina nossos pés, para avançarem no escuro. Ver o artigo geral sobre *Lâmpada*.

LAODICÉIA, (LAODICENSES)

1. *O Nome*

A forma grega dessa palavra é *Laodikia* (Laodikeia), que indicava a cidade da Ásia Menor dessę nome, e seus habitantes. Essa palavra significa «justiça do povo», dando a entender alguma forma de governo democrático. Todavia, a referência poderia ser a algum *juiz do povo*, conforme outros têm opinado. O adjetivo pátrio para os habitantes da cidade, no grego, é *laodikoi*.

2. *Várias Laodicéias na Antiguidade*

Três eram as cidades desse nome, na antiguidade bíblica:

a. Laodicéia ad Mare, atual Lataquia, o principal porto de mar da Síria.

b. Laodicéia Combusta, atual Ladique, na Turquia, a cinqüenta e três quilômetros a sudoeste de Samsun.

c. A Laodicéia do Novo Testamento (ver Apo. 3:14-22), onde havia uma das sete igrejas para onde foram endereçadas as cartas do Apocalipse. Ver a descrição sobre essa cidade no terceiro ponto, abaixo.

Havia ainda outras três cidades que tinham esse nome na antiguidade, mas que não se revestem de qualquer interesse bíblico.

3. *A Laodicéia do Novo Testamento*

Ver Apo. 3:14-22 e o artigo separado *Laodicéia, Carta do Apocalipse*.

Essa cidade era chamada Laodicéia ad Lycum, e ficava próxima da moderna cidade de Denizli, na atual Turquia ocidental. Ficava cerca de cento e oitenta quilômetros a suleste de Esmirna, atual Izmir, na Turquia. Supõe-se que Laodicéia foi fundada em cerca de 250 A.C., por Antíoco II. Posteriormente, tornou-se a sede de uma das igrejas cristãs primitivas da Ásia Menor. Seu nome lhe foi dado em honra a

Laodice, esposa de Antíoco II.

A mensagem da carta aos laodicenses tem sido vista, tradicionalmente, como uma advertência clássica contra uma igreja corrupta e míope, dotada de uma fé cristã superficial. O desafio contido em Apo. 3:20,21 não tem igual na literatura religiosa, considerando-se a brevidade dessa passagem.

Aí pelo século IV D.C., essa cidade era a sede episcopal central da Frígia, porém, foi destruída e abandonada durante as sangrentas guerras que houve entre os islamitas da Idade Média. As ruínas chamadas *Eski Hissar*, são tudo o que resta da cidade de Laodicéia, antes tão orgulhosa e auto-suficiente. *Eski Hissar*, no turco, significa «castelo antigo».

4. *Descrições*

Essa era uma cidade da província romana da Ásia Menor, na parte ocidental da moderna Turquia Asiática. No século III A.C., foi fundada uma cidade no local, por Selêucida Antíoco II, quando então recebeu nome baseado no nome próprio de sua esposa, «Laodice». Nos tempos romanos, sua posição geográfica favorecia seu desenvolvimento e prosperidade. Jazia na importante intersecção de estradas principais da Ásia Menor, que de Laodicéia ia para o ocidente, até os portos de Mileto e Éfeso, cerca de cento e sessenta quilômetros de distância. Para o oriente, essa mesma estrada conduzia ao planalto central e, dali, até à Síria. Uma outra estrada, que atravessava Laodicéia, corria para o norte, para a capital principal, Pérgamo, e também para o sul, até às costas de Ataléia. Essas estradas encorajavam o comércio em Laodicéia, que se tornou um centro bancário e comercial. Várias indústrias surgiram ali, como a da lã, a de tabletes medicinais e a de fabrico de roupas. Após os tempos neotestamentários, aumentou mais ainda a prosperidade material de Laodicéia. Até mesmo durante os dias da república, e nos dias dos primeiros imperadores, já era uma das mais importantes e florescentes cidades da Ásia Menor. Laodicéia, na qualidade de *cidade-mãe*, veio a incorporar uma área onde havia nada menos de vinte e cinco aldeias, de tal modo que era uma autêntica «metrópole», conforme é chamada em inscrições daquele lugar, que sobreviveram até nós.

A cidade estava sujeita a constantes terremotos, o que, finalmente, forçou o seu abandono. Atualmente, é um lugar desértico, mas muitas ruínas testificam sobre sua antiga grandeza. A arqueologia tem conseguido recuperar uma pista de corridas, três teatros (um dos quais tem cento e trinta e seis metros de diâmetro), além de numerosos outros itens.

O trecho de Col. 4:15,16 mostra-nos que, nos tempos de Paulo, Laodicéia já contava com uma comunidade cristã. Poderia ter sido iniciada mediante o trabalho de evangelistas enviados de Éfeso, a capital cristã daquela região, talvez um trabalho patrocinado pela igreja de Colossos. Alguns estudiosos têm pensado que a epístola chamada *aos Efésios*, na realidade foi a carta mencionada naqueles versículos da epístola aos Colossenses, mas essa teoria não tem muita coisa que a recomende. (Quanto a esse problema, ver o artigo sobre a epístola aos Efésios, sob o título «Destino»).

Já que *Laodice* era um nome feminino comum, nos tempos do N.T., seis cidades receberam tal nome, no período helenista. Por essa razão, a Laodicéia de Apo. 3:14 era chamada de Laodicéia do Lico, isto é, do rio Lico, conforme assevera *Estrabão* (578). Ficava localizada na margem sul desse rio, a dez quilômetros ao sul de Hierápolis e a dezesseis quilômetros a oeste de Colossos.

Existe uma epístola apócrifa de Paulo aos laodicenses. Ver sob o título, *Laodicenses, Epístola aos*.

LAODICÉIA, CARTA DO APOCALIPSE

Ver Apo. 3:14-22.

A última carta das sete cartas do Apocalipse, é a mais lamentável, porque a igreja, imediatamente antes do segundo advento de Cristo, estará na fase mais corrompida. Cristo se achará do lado de fora dessa igreja, e não do lado de dentro. Simbolicamente, devemos entender que a igreja que merece somente ser vomitada da boca de Cristo pode ser. qualquer igreja, qualquer denominação, qualquer indivíduo que encontrou satisfação em uma coisa que não o Senhor. Por igual modo, a congregação local ou pessoa que apóstata de Cristo, está nessa situação. As pessoas podem seguir o ateísmo ou a heresia nas crenças ou na prática diária. Existem muitos crentes professos que são *ateus práticos*, porquanto «agem como se Deus não existisse». Em seu credo, afirmam que «Deus existe». Mas em suas vidas asseveram que «Deus não existe». Esses são os filhos espirituais da igreja de Laodicéia. Historicamente, cremos que a igreja em Laodicéia, no fim do século II D.C., provavelmente poupada de qualquer grande perseguição, após ter atingido boa situação financeira, tornou-se uma igreja com o caráter descrito nestes versículos. Profeticamente falando, essa igreja pode representar:

1. Qualquer igreja que, na doutrina ou na prática, não tem a Cristo como Senhor;

2. Mais especificamente ainda, a igreja como um todo, antes da «parousia» ou segundo advento de Cristo, que será apóstata.

Cremos que o remanescente fiel de Filadélfia existirá lado a lado com a igreja de Laodicéia. A «sinagoga de Satanás», aludida na carta à igreja de Filadélfia (ver Apo. 3:9), pode ser o equivalente à igreja de Laodicéia. Em seu aspecto profético, a igreja laodicense representa mais do que a indiferença ou a frieza espiritual. Representa a apostasia. Nos dias anteriores à volta de Cristo as condições serão péssimas, a tal ponto que, mediante a pessoa do anticristo, a chamada cristandade adorará ao próprio Satanás, o poder espiritual por detrás do anticristo. A verdadeira igreja, porém, composta de crentes de todas as denominações, terá de viver subterraneamente, porquanto haverá a pior perseguição religiosa de todos os tempos. Nós, e certamente os nossos filhos, veremos o cumprimento desses tremendos acontecimentos. (Ver o artigo *Profecia: A Tradição Profética e a Nossa Época*, que descreve as condições daquela época futura, mas não muito distante). Espera-se o cumprimento dessas predições para antes do fim do nosso século XX.

A partir da carta à igreja de Tiatira, há elementos nas sete cartas do Apocalipse que falam sobre a natureza da igreja dos últimos dias, mas esta carta à igreja de Laodicéia contém a plena descrição dessa igreja. *Profeticamente* falando, essa é a principal revelação de que dispomos acerca da natureza da igreja dos tempos do fim. A carta à igreja de Filadélfia descreve a natureza do remanescente daquela igreja, que não esquecerá do seu Senhor, e que recebeu promessas prodigiosas de bem-estar eterno.

«Soren Kierkegaard, que com tanta freqüência se mostrou violentamente egoísta, amargo e psicopata, algumas vezes escreveu com singular penetração. Quando ele discutia sobre o fracasso da igreja em tornar real o cristianismo, estava levantando uma

questão que os crentes de todos os séculos têm tido de enfrentar. A igreja de Laodicéia perdera o poder de fazer distinções morais e espirituais. Até mesmo quando usava grandes vocábulos, perdera o sentido dos mesmos. E já que ninguém pode gloriar-se com entusiasmo por uma verdade de cuja existência já nem temos mais consciência, os eclesiásticos dessa cidade se achavam na trágica posição de quem tem uma bandeira, mas não um país sobre o qual fazer drapejá-la. Eram, literalmente, cidadãos sem pátria, pois tinham perdido aquela terra do espírito, em que se acha a pátria da alma. O que precisavam era recuperar o lar da alma». (Hough, *in loc.*).

Cada igreja local de todos os séculos exibe algo de todas as sete igrejas do Apocalipse. Mas a igreja do fim dos tempos, com exceção do remanescente fiel, será dominada pela horrenda condição que havia na igreja de Laodicéia. Não terá coisa alguma do calor espiritual de Éfeso, do destemor de Esmirna, da lealdade ao nome de Cristo e à sua fé de Pérgamo, da fé e das boas obras crescentes de Tiatira, do remanescente imaculado de Sardes e da observância da Palavra e dos labores de Filadélfia.

«Chegamos agora ao triste e terrível final do testemunho da igreja. O fato de ter sido abandonado o primeiro amor, em Éfeso, resulta agora no abandono do Senhor». (Newell, *in loc.*).

Podemos estar certos de que a igreja de Laodicéia, em vez de incorporar em si mesma qualquer bem que havia nas demais igrejas, está investida somente de todos os seus males. Não tem amor, pois abandonou seu primeiro amor (maldade em Éfeso). Habita onde está o trono de Satanás, tendo sido apanhada na imoralidade de Balaão (como sucedia em Pérgamo). Tolera e entroniza a Jezabel, por ser abertamente maligna e entregue ao paganismo (como se via em Tiatira). Poderá ter nome de ser uma igreja viva, mas na realidade está morta (como em Sardes). Não compartilha das características do remanescente fiel de Filadélfia, mas antes, na realidade, é a «sinagoga de Satanás», que perseguia aos fiéis crentes filadelfianos. Mostra-se distintamente miserável, pobre, cega e nua. Esqueceu-se da fonte de águas vivas. Haverá algum vencedor nessa igreja?

LAODICÉIA, SÍNODO (CONCÍLIO) DE

Esse foi um concílio eclesiástico local, efetuado em cerca de 364 D.C., para tratar, principalmente, com questões de organização eclesiástica. Fixou um cânon das Escrituras que omitia o livro de Apocalipse. Isso refletiu atitudes próprias da Ásia Menor, que persistiram por vários séculos. Ver o artigo geral sobre o *Cânon*, na porção relativa ao Novo Testamento. Esse concílio também procurou regulamentar a questão da *penitência* (vide). Declarou errada a adoração aos anjos, provavelmente tendo em mente a refutação às práticas de certas seitas gnósticas. É curioso que esse concílio tenha proibido o uso de hinos sacros não-autorizados. Com base nisso, vemos que a música, nas igrejas, era um problema desde aquele tempo, não sendo apenas um fenômeno moderno. Ver o artigo sobre a *Música*.

A esse concílio estiveram presentes trinta e dois bispos da província da Ásia. Teve lugar em Laodicéia *ad Lycum* (a Laodicéia do Novo Testamento), na antiga Frígia, que, atualmente, faz parte da moderna Turquia. Esse concílio produziu sessenta cânones, principalmente sobre questões disciplinares, como tratar com os hereges, sobre questões de penitência, ritos, etc. Esses cânones foram publicados no primeiro volume da obra de Jean Hardouin, *Collectio Conciliorum*, impresso em 1715. Ver o artigo geral sobre os *Concílios Ecumênicos*. (AM E)

LAODICENSES

Esse adjetivo foi usado para indicar qualquer igreja que professe ter fé e seja bombástica em suas declarações, mas dotada de pouca espiritualidade genuína. Deriva seu nome da carta do vidente João aos laodicenses (ver Apo. 3:14 *ss*). Essa carta é uma vigorosa denúncia da falsa espiritualidade. Ver o artigo separado sobre *Laodicéia, Carta do Apocalipse*.

LAODICENSES, EPÍSTOLA AOS

I. A Epístola de Paulo aos Laodicenses

O trecho de Col. 4:16 menciona uma carta que Paulo enviou aos cristãos de Laodicéia, recomendando que ela também fosse lida em Colossos.

Abaixo transcrevemos a chamada *Epístola aos Laodicenses*, para satisfazer à curiosidade dos leitores. É óbvio que, originalmente, foi escrita em grego, embora tenha chegado até nós em sua tradução latina. Sixtus Sememsis menciona dois manuscritos que a continham, um existente na Sorbonne, Paris, uma cópia antiqüíssima, e o outro na biblioteca de um certo Joannes a Virdário, de Pádua. Uma antiga tradução da mesma se acha no Museu Britânico, entre os manuscritos Harleianos, códice 1212. Naturalmente, não se trata de uma epístola genuína do apóstolo Paulo. Foi compilada com base em outras epístolas paulinas, principalmente a epístola aos Filipenses, por um autor desconhecido.

1. Paulo, um apóstolo, não da parte de homens e nem pelo homem, mas por Jesus Cristo, aos irmãos que estão em Laodicéia.

2. Graça a vós e paz, da parte de Deus, nosso Pai, e da parte do Senhor Jesus Cristo.

3. Agradeço a Cristo, em todas as minhas orações, porque continuais e perseverais nas boas obras, aguardando a promessa do dia do juízo.

4. Não vos perturbeis com os vãos discursos de certos, que pretendem dizer a verdade, para que possam desviar os vossos corações da verdade do evangelho, que foi pregado por mim.

5. E que Deus conceda que aqueles que pertencem a mim, sejam levados até à perfeição da verdade do evangelho, realizando a benignidade de obras que se torna a salvação da vida eterna.

6. E agora minhas cadeias são manifestas que eu sofro em Cristo, e nelas regozijo-me e estou alegre.

7. E isso redundará em minha perpétua salvação, por meio de vossas orações e da assistência do Espírito Santo, quer sejam elas para a vida ou para a morte.

8. Pois a minha vida consiste no viver em Cristo; e morrer será jubiloso.

9. E que o próprio Senhor nosso vos conceda a sua misericórdia, para que tenhais o mesmo amor e sejais de uma mesma atitude mental.

10. Portanto, meus amados, assim como tendes ouvido da vinda do Senhor, assim pensai e agi, no temor do Senhor, e isso vos será vida eterna.

11. Pois é o Senhor quem opera em vós.

12. Tudo quanto fizerdes, fazei-o sem pecado, e fazei o que é melhor.

13. Amados, regozijai-vos no Senhor Jesus Cristo, e tende cuidado com o lucro imundo.

14. Que todas as vossas orações sejam manifestas diante de Deus.

15. E sede firmes nos sentimentos que tendes sobre Cristo. E tudo quanto for perfeito, verdadeiro, modesto, casto e justo e amável, isso fazei.

16. E tudo quanto tiverdes ouvido e recebido, retende em vossos corações, e isso tenderá para vossa paz.

17. Todos os santos vos saúdam.

18. Saudai a todos os irmãos com ósculo santo.

19. A graça de nosso Senhor Jesus Cristo esteja com vosso espírito. Amém.

20. E fazei que esta epístola seja lida aos colossenses; e aquela dos colossenses que seja lida por vós. (Aos Laodicenses, escrita de Roma, por meio de Tiquico e Onésimo).

II. Epístola aos Laodicenses em Latim

Alguns dos primeiros pais da Igreja avisaram aos cristãos acerca dessa carta, por ser uma obra obviamente forjada em nome de Paulo. Jerônimo (*Vir* 3.5) lançou um aviso nesse sentido, embora os cristãos da época não tivessem dado muita atenção ao mesmo. Por isso, a epístola propagou-se muito pelo mundo ocidental antigo. Isso se deveu, em parte, ao fato de que o papa Gregório, o Grande, afirmou que Paulo havia escrito quinze epístolas, e essa declaração foi tomada pelo povo como autenticação da epístola aos laodicenses, que passou a ser vista como a décima quinta epístola do apóstolo dos gentios.

Sabe-se que essa epístola aos laodicenses costumava ser lida no Oriente, durante o século oitavo D.C., o que transparece nas advertências do segundo concílio de Nicéia (787 D.C.) contra ela. O cânon Muratoriano (vide) menciona uma carta aos Laodicenses, forjada em nome de Paulo, usada pela seita gnóstica de Márcion, e alguns eruditos supõem que se trata da mesma epístola de que estamos falando. A verdade, entretanto, é que essa breve carta nada contém que pudesse ser de grande utilidade para os gnósticos, e, por isso, identificá-la com a carta atacada no cânon Muratoriano é precário, para dizer o mínimo. Supõe-se que a carta atacada nesse cânon foi escrita em algum tempo entre o século II e o século IV D.C.

Os pais gregos da Igreja tinham conhecimento de uma versão grega dessa carta, mas todos os manuscritos gregos estão atualmente perdidos. Essa carta nada tem de notável, sendo apenas uma espécie de compilação frouxa de idéias e frases, encontradas nos escritos paulinos autênticos. Começa com as palavras introdutórias da epístola aos Gálatas, e depende muito da epístola aos Filipenses. A tradição não gosta de deixar espaços em branco em nosso conhecimento, razão pela qual muitas personagens neotestamentárias têm seus nomes adornados com muitas lendas. Era apenas natural, pois, que alguma pessoa sem grande imaginação tomasse sobre si a incumbência de produzir uma carta aos Laodicenses, tentando assim preencher o hiato deixado pelo trecho de Col. 4:16 em nosso conhecimento sobre as epístolas paulinas.

LAO TZU

Ele viveu no século VI A.C. Ao que se presume, ele foi o fundador da filosofia chinesa do *taoísmo* (vide). Ele foi o autor da obra *Lao Tzu*, também chamada *Tao-Te Ching* (Clássico do Caminho e sua Virtude). Essa é uma obra poética que dá substância ao taoísmo. Praticamente nada se sabe sobre a vida de Lao Tzu, mas Su-ma Ch'ien, em seu livro, *Registros do Historiador*, apresenta-o como um líder religioso que se impacientava diante dos princípios do confucionismo, e buscava alguma verdade adicional. Lao Tzu é por ele apresentado como guardião dos arquivos reais. Pensa-se que Confúcio o visitou, pedindo-lhe conselhos sobre várias questões. Quando Lao Tzu estava prestes a aposentar-se, o porteiro dos arquivos reais pediu-lhe para preparar um tratado de cinco mil palavras sobre a sua filosofia, e esse documento, uma vez produzido, tornou-se a famosa obra *Tao-Te Ching*. Alguns eruditos aceitam essa tradição como essencialmente autêntica, mas outros não a aceitam. Alguns situam Lao Tzu nos fins do século III A.C., o que anula a data anterior e suas tradições. Seja como for, suas idéias levaram ao estabelecimento de uma das grandes religiões do mundo, o *taoísmo*. Ver o artigo separado sobre esse assunto, bem como o artigo intitulado *Tao-Te Ching*, o livro sagrado dessa religião.

LAPIDADORES

Ver o artigo geral **Artes e Ofícios**. Os pedreiros e cavouqueiros são mencionados em II Reis 12:12; I Crô. 22:2,15 e I Reis 5:15 *ss*. Sabe-se que Salomão empregou milhares de homens que talhavam pedras, na construção do templo de Jerusalém. Ver o artigo sobre *Pedra*, onde damos outros detalhes. Os fenícios tornaram-se famosos por sua habilidade em lavrar pedras (ver II Sam. 5:11; I Reis 5:18). Quase tudo quanto os hebreus sabiam a esse respeito foi aprendido da parte de outros povos. Além de pedras para templos, edifícios e casas particulares, também eram talhadas pedras para forrar pavimentos (ver II Reis 16:17), para fechar entradas de cavernas (ver Jos. 10:18), túmulos (ver Mat. 27:60), para servir de marcos fronteiriços (Deu. 19:14), pesos e medidas (Deu. 25:13), e, finalmente, máquinas de guerra (I Sam. 17:40,49). Metaforicamente, devemos pensar nas *pedras vivas*, das quais Cristo é a principal pedra angular, pedras essas que fazem parte do templo espiritual (I Ped. 2:5,6). As pedras preciosas indicam valor, beleza, durabilidade, etc. (Can. 5:14; Isa. 54:11; Lam. 4:7; Apo. 4:3; 21:11,21).

LAPIDÁRIOS

Esse vocábulo refere-se aos livros que descrevem as alegadas propriedades sobrenaturais das pedras preciosas. Dois nomes são proeminentes quanto a essa questão, Epifânio de Chipre, que morreu em cerca de 403 D.C., e Marbode de Rennes (que faleceu em cerca de 1123). Alguns místicos modernos e alguns poucos que estudam o ocultismo acreditam que as pedras preciosas, por causa de suas vibrações específicas, sendo capazes de capturar certas vibrações, podem produzir efeitos sobre nós. Esses efeitos incluem até mesmo a saúde física. Assim, eles usam pedras preciosas no tratamento de várias enfermidades. Além disso, segundo presumem, os poderes intuitivos ou místicos, ou mesmo a iluminação espiritual, podem ser ajudados com o uso das pedras preciosas. Sabe-se muito pouco sobre essas coisas, e são necessários mais estudos para ver se há nelas qualquer parcela de verdade, ou se tudo não passa de fantasias.

LAPIDOTE

No hebraico, **tochas**, nome do marido da profetisa Débora (Juí. 4:4), que viveu em cerca de 1120 A.C. Aparentemente, o casal morava nas vizinhanças de Ramá e Betel.

LÁPIS-LAZÚLI; LÁPIS LAZULITE

Esses nomes referem-se ao mineral de coloração

íntensamente azul, que vem sendo usado como pedra ornamental por excelência, desde tempos antiqüíssimos. Trata-se de um mineral de azul profundo. Sua cor é produzida por uma mistura de minérios. Originalmente era usado para produzir o azul ultramarino, e era empregado pelos povos antigos com propósitos de decoração. Alguns estudiosos modernos pensam que está em foco a pedra que se chama «safira». Êxo. 28:18 e Apo. 21:19 são referências a essa pedra. Trata-se de um silicato de alumínio de sódio, que pode ser cortado e polido, ou, então, usado como parte de mosaicos. É mole demais para ser muito usado na joalheria, mas os egípcios faziam amuletos dessa pedra. Encontra-se em pedras calcárias adjacentes a intrusões graníticas no Irã, no Turquestão, no Afeganistão e na Mongólia. Ver o artigo geral sobre as *Jóias*.

LAPSARIANISMO (A Controvérsia Lapsária)

Esse termo refere-se a uma controvérsia, havida entre os calvinistas, sobre quando houve o decreto divino da eleição. Esse decreto ocorreu *após* a queda no pecado, e em face dessa queda (infra ou sublapsarianismo), ou antecedeu à queda no pecado, não tendo em mira essa queda (supralapsarianismo)? A eternidade da predestinação é ensinada por ambas as posições, e o resultado da predestinação também não difere em nada, de acordo com ambas as posições. A única diferença diz respeito ao tempo exato em que o decreto da eleição foi feito pelo Senhor Deus.

O termo «lapsarianismo» refere-se, coletivamente, aos vários pontos de vista sobre essa questão, porquanto ali trata-se da *queda* ou *lapso* do homem no pecado. Se o decreto divino ocorreu antes da queda, então Deus estava contemplando a exaltação do homem (porquanto torná-lo-ia membro da família divina) inteiramente à parte da queda, ou anterior à mesma. Mas, se o decreto divino teve lugar após a queda no pecado, então Deus estava contemplando a *redenção* de um ser caído, em seu decreto eletivo. A teologia arminiana, naturalmente, adotou a posição infralapsariana, embora, de fato, esse sistema não tenha qualquer tipo de eleição divina, porquanto essa palavra, por si mesma, subentende que o Senhor estabeleceu uma seleção entre os homens, inteiramente à parte da escolha e do livre-arbítrio humanos. Ver os artigos sobre o *Calvinismo* e sobre o *Arminianismo*.

LAPSO

O fato de que o crente pode cair, e realmente cai, em um grau mais ou menos grave, de sua fé ou de sua prática cristã, sempre perturbou os teólogos. Muitas teorias têm surgido para explicar esse fenômeno espiritual.

Em termos amplos, temos aí a controvérsia entre os calvinistas e os arminianos acerca da questão se um verdadeiro crente pode cair ou não de sua fé, ou mesmo se pode abusar violentamente de seus privilégios cristãos, mediante a prática de pecados e vícios. Quanto ao problema, temos apresentado um longo e detalhado artigo chamado *Segurança Eterna do Crente*. Apresentando aqui um breve sumário do que acredito pessoalmente sobre a questão, afirmo o seguinte: um crente autêntico pode cair tanto da fé quanto da prática cristã (a posição arminiana), mas também creio que tal pessoa, finalmente, será trazida de volta ao seu estado anterior, em face da promessa feita por Deus de que não perderia a nenhum dos seus. Ver João 10:28. Isso representa a fé calvinista. E eu vou além da posição calvinista comum, porquanto penso que essa restauração pode ocorrer no além-túmulo, isto é, após a morte biológica do crente, não estando limitada à vida física do indivíduo. De fato, suponho que isso pode precisar de um longo tempo da eternidade futura. Não obstante, creio que esse *fato* é garantido, mesmo que o elemento tempo seja incerto. Outrossim, no caso dos incrédulos, não creio que a morte física marque o fim da oportunidade de salvação, e creio que a missão de Cristo no hades garante uma oportunidade *post-mortem*. Ver o artigo sobre a *Descida de Cristo ao Hades*. Até onde posso ver as coisas, essa é a única interpretação lógica e verdadeira de I Pedro 4:6.

Classes Distinguidas no Lapso:

1. *O Estado Fluido*. Alguns dizem que é mais correto afirmarmos: *Estamos sendo salvos* do que dizer: «Estamos salvos». Já abordei de passagem o problema da possibilidade da perda da salvação, o que constitui uma das posições teológicas cristãs. De acordo com essa posição, os perdidos podem ser salvos, e os salvos podem perder-se. Ora, se considerarmos a salvação como um *processo eterno* (visto que seu ponto culminante só será atingido na glorificação, quando a alma humana houver de obter a natureza divina, daí por diante participando crescentemente nos atributos divinos), então não será muito difícil aceitar o conceito de que não existe qualquer estado fixo da alma, dentro e fora da graça divina. De acordo com essa posição, ninguém *já* estaria salvo. Antes, alguns estariam sendo salvos, o que poderia incluir muitas vicissitudes espirituais. Mas, se nossa teologia requer que os destinos eternos sejam fixados por ocasião da morte biológica, ficando esses destinos estagnados para sempre depois da passagem desta vida para a outra, então ser-nos-á muito difícil aceitar o conceito de um *estado fluido* da salvação ou da perdição. A tendência de alguns teólogos é mostrar precipitação quanto a tudo isso. Estou convencido, entretanto, que Deus não tem pressa, embora certos textos de prova bíblicos possam ser apresentados que pareçam indicar tal coisa. Há outros textos de prova, como o primeiro capítulo da epístola aos Efésios, que mostram que Deus não tem pressa. A salvação é produto de um complexo e magnificente trabalho de tapeceiro, e não uma xícara de café instantâneo.

A Reencarnação. Muitos religiosos orientais e alguns poucos teólogos cristãos têm pensado que a reencarnação faz parte dessa questão de um estado fluido da salvação e da perdição. De acordo com esse ponto de vista, um indivíduo, tendo sido salvo, se vier a cair de novo, simplesmente poderá ser enviado de volta para ter outra vida na terra, a fim de renovar seus votos e reentrar no rebanho dos remidos. Quanto àquilo que tenho a dizer sobre essa questão, a favor e contra, ver o artigo geral sobre a *Reencarnação*.

Devo dizer que os pais gregos da Igreja, seguidos pela Igreja Ortodoxa Oriental e pelos anglicanos, tradicionalmente têm favorecido o programa de ampla oportunidade de salvação, preferindo um conceito de estado fluido no tocante à salvação. A Igreja ocidental (católica romana e suas filhas históricas, os grupos protestantes e evangélicos) é que sempre mostrou estar com pressa, presumindo que essa precipitação venha de Deus. Pessoalmente, concordando com a posição da Igreja Oriental quanto a esse particular, chego à conclusão de que, para a maioria das almas, é difícil determinar um destino eterno, em um único período de vida. Pelo menos, não penso que Deus requeira isso. Desse modo, não limito a graça de Deus. Antes, tomo um ponto de vista realista da resistência e hostilidade do homem para

com a graça divina (por causa da radicalidade da queda no pecado), de tal modo que Deus precisa seguir uma estrada *longa*, quando redime a maioria das almas. Deus vence a resistência oferecida por elas, mas sem destruir o livre-arbítrio delas, embora não saibamos explicar de que modo.

Naturalmente, nem todos os crentes concordam com essa posição. Há muitos, como este co-autor e tradutor, que pensam que Deus é poderoso para salvar quem quer que seja em apenas uma vida terrena, vencendo qualquer resistência, por parte das almas, com o poder de seu Espírito e de sua Palavra. Esses escudam-se em passagens como Heb. 9:27,28: «E, assim como aos homens está ordenado morrerem uma só vez e, depois disto, o juízo, assim também Cristo, tendo-se oferecido uma vez para sempre para tirar os pecados de muitos...», trecho esse que ensina uma única oportunidade de salvação, seguida pelo juízo, e ilustrada pelo fato de que também Cristo não precisou morrer segunda vez para salvar aos escolhidos. Entre os cristãos sempre haverá diferenças de pontos de vista, pelo menos enquanto estivermos deste lado da existência. Uniformidade teológica só conseguiremos na própria presença do Senhor, quando todos os mistérios forem esclarecidos, e pudermos ver as coisas conforme também somos vistos. Ver I João 3:2.

2. *Os Sacrificati*. Temos aí um problema histórico. Que poderia ser dito a respeito dos cristãos que se desviaram ao ponto de voltar a sacrificar aos deuses pagãos, sem importar a influência que os levou a esse retorno? Dois problemas estão envolvidos: a. a salvação deles; b. a readmissão deles no seio da Igreja visível, se chegarem a arrepender-se de sua idolatria. Com base no texto de Hebreus, sexto capítulo, alguns estudiosos têm pensado que o desvio de tais cristãos é *irremediável*, e que eles devem ser rejeitados. Mas outros pensam que qualquer pecado pode ser perdoado, sob a condição do arrependimento. As antigas posições dos crentes calvinistas e arminianos não eram diferentes das modernas posições. Muitos cristãos foram forçados a tomar partido, sendo considerados traidores se não aceitassem esta ou aquela posição radical. Porém, devemos reconhecer que o nosso conhecimento é muito parcial, mantendo posição de humildade, sem forçar a quem quer que seja a aceitar pontos de vista.

3. *Os Turificati*. Assim eram chamados aqueles que queimavam incenso aos deuses, após terem-se convertido a Cristo, o que era considerado um crime menos grave do que no caso anterior. Contudo, outros cristãos antigos consideravam que até mesmo isso era um pecado sério. Sabe-se que muitos cristãos foram forçados a oferecer tal incenso, pelas autoridades civis.

4. *Os Libellatici*. Esses eram aqueles que obtinham imunidade contra as perseguições contra os cristãos, mediante favores políticos, suborno, etc. Essas pessoas *enganavam* às autoridades, e assim escapavam da perseguição, ou mesmo da morte e, «oficialmente», participavam do culto imperial, embora não cultuassem, realmente, ao imperador. Quanta culpa deveria ser atribuída a tais atos, quando um homem age em defesa própria, sob circunstâncias prementes?

5. *Os Traditores*. Esses eram os traidores, que entregavam os livros sagrados e os vasos santos da Igreja às autoridades do império, e assim destruíam a base do culto público cristão.

O que fazer diante desses vários casos de *lapso* já deu azo a muita controvérsia entre os antigos cristãos. A opinião e a providência que, finalmente, prevaleceu, é que todos os culpados desses atos poderiam ser readmitidos às igrejas, se fizessem confissão pública de seus pecados e cumprissem os atos apropriados de penitência, evidenciando assim um autêntico desejo de se arrependerem de seus lapsos.

6. *A Aplicação Moderna*. — É claro que, em um sentido espiritual, tudo isso continua sendo praticado por cristãos professos e praticantes. De fato, a adoração nas modernas igrejas evangélicas pode ser considerada corrompida, até mesmo pela música sensual, que não exibe o devido respeito pela dignidade e santidade da Igreja de Cristo. Qualquer lapso, entretanto, é passível de perdão, sob a condição de arrependimento e mudança de atitude e conduta.

LAQUIS

Esboço:

I. Localização Geográfica
II. Referências Literárias
III. Informes Históricos
IV. A Arqueologia e Laquis

I. Localização Geográfica

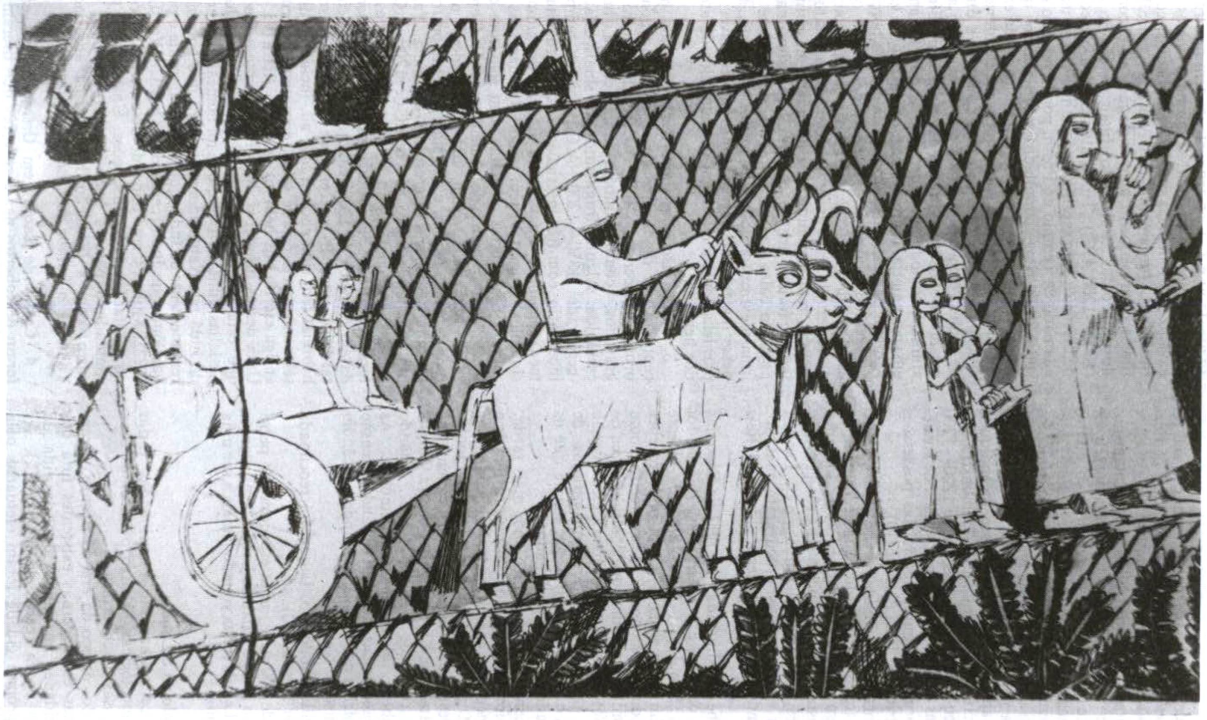
Laquis era uma cidade real e fortificada dos cananeus. Ficava nas terras baixas do território de Judá e guardava a estrada principal que levava a Jerusalém. Ficava a quarenta e oito quilômetros a noroeste daquela cidade. Ficava nos sopés da *Sefelá* (vide), mais ou menos a meio caminho entre Jerusalém e Gaza. A antiga localização tem sido identificada como o moderno Tell ed-Duweir, um grande cômoro que cobre cerca de dezoito acres de território, a vinte e quatro quilômetros a oeste de Hebrom e a oito quilômetros a sudoeste de Beit Jibrin. Sabe-se que Laquis, em seu período de maior importância, era maior do que Jerusalém ou Megido.

II. Referências Literárias

Laquis é mencionada por mais de vinte vezes no Antigo Testamento. Algumas instâncias são: Jos. 10:3,5,31-35; 12:11; 15:39; II Reis 14:19; 18:14,17; II Crô. 11:9; 25:27; 32:9; Nee. 11:30; Isa. 36:2; Jer. 34:7; Miq. 1:13. Ela é mencionada por diversas vezes nos tabletes de Tell el-Amarna. Ver sobre *Tell el-Amarna*. Um papiro hierático, dos dias de Tutmés III, menciona Laquis, sob o nome de *Rakisa*. Uma tigela de cerâmica, encontrada no Egito, foi fabricada em Laquis, e traz o nome dessa cidade. Um relevo em uma parede no palácio de Senaqueribe, em Nínive, menciona essa cidade. Essas poucas mas importantes referências a Laquis, de origem egípcia ou assíria, mostram a importância da cidade em relação àqueles poderosos países de então. Os tabletes de Tell el-Amarna mencionam Laquis por cinco vezes (com data entre 1400 e 1360 A.C., aproximadamente). O Egito fez de Laquis uma fortaleza sua, uma espécie de posto avançado para a sua expansão territorial. Esteve envolvida nas intrigas que envolveram os *Habiru* (vide). Outras cidades, leais aos egípcios, escreveram ao Faraó, pedindo ajuda em face da ameaça dos habiru. Uma dessas cartas lança a culpa sobre Jerusalém, Laquis, Asquelom e Gezer, por haverem suprido os habiru com mercadorias e azeite. A peça de cerâmica acima mencionada fala sobre o «rei de Latisa (Laquis)». A inscrição do palácio de Senaqueribe retrata Laquis sob cerco. Outras cenas mostram alguns cativos judeus em marcha, ou sendo espancados e pedindo misericórdia a Senaqueribe. Muitos despojos teriam sido tomados de Laquis, conforme essas cenas gravadas.

III. Informes Históricos

1. Descobertas feitas em cavernas, fora da cidade de Laquis, mostram que essa cidade vinha sendo



Os filhos de Israel cativos pelos assírios em Láquis

ocupada pelo menos do começo da era do Bronze (cerca de 3000 A.C.).

2. Durante o período dos hicsos, no Egito (cerca de 1720—1550 A.C.), Laquis foi uma fortificação militar.

3. As cartas de Tell el-Amarna afirmam que seu rei ajudou os *habiru* (os hebreus) seminômades, conforme já vimos na segunda seção, acima.

4. As primeiras referências bíblicas informam-nos que Laquis era governada por um rei amorreu de nome Jafia, que formou uma coligação com quatro outros reis amorreus (encabeçada por Adoni-Zedeque, de Jerusalém). Josué derrotou esses cinco aliados em Gibeom. Essa vitória de Josué foi obtida apesar da ajuda oferecida pelo rei de Gezer (Jos. 10:31-33). O ataque durou apenas dois dias. Josué incendiou a cidade (Jos. 11:10-13). A arqueologia demonstra que essa cidade jazeu incendiada em cerca de 1220—1200 A.C., que alguns eruditos associam à vitória de Josué.

5. Laquis tornou-se, então, parte das possessões territoriais da tribo de Judá (Jos. 15:19).

6. Reoboão fortificou a cidade (II Crô. 11:9). Desse modo, Laquis tornou-se um dos quinze centros de defesa que foram construídos para proteger Judá dos ataques dos filisteus e dos egípcios (II Crô. 11:5-12).

7. Amazias, rei de Judá, buscou refúgio em Laquis, quando alguns conspiradores procuraram matá-lo. Mas acabou sendo assassinado nessa cidade (II Reis 14:19).

8. Senaqueribe invadiu Judá, nos dias de Ezequias (701 A.C.). Na ocasião, a primeira coisa que fez foi lançar cerco a Laquis (II Reis 18:13-17). Desse modo, Jerusalém ficou isolada e não pôde receber qualquer ajuda de alguma potência estrangeira, como o Egito. Um cemitério comum, que continha cerca de mil e quinhentos esqueletos, — ilustra essa invasão assíria. Ossos de porcos foram encontrados de mistura com os ossos humanos, o que sugere que os sepulcros dos judeus foram profanados.

9. Cerca de cento e vinte e cinco anos mais tarde, Laquis e Azeca foram os últimos centros provinciais a resistir ao avanço dos exércitos de Nabucodonosor (ver Jer. 34:7). O portão da cidade e a cidadela foram parcialmente destruídos, na mesma época em que Jerusalém era atacada. O golpe final contra Laquis teve lugar em cerca de 589—587 A.C., quando Jerusalém também foi finalmente demolida. As descobertas arqueológicas mostram a grande extensão da destruição sofrida por Laquis, incluindo o incêndio de que já falamos.

10. Após o exílio babilônico, Laquis foi reocupada pelos judeus (ver Nee. 11:30).

11. Em cerca de 400 A.C., uma espaçosa vila persa foi construída no antigo local de Laquis. Entretanto, não parece que Laquis tenha voltado jamais a ser uma cidade importante.

IV. A Arqueologia e Laquis

Nos parágrafos acima, são mencionadas várias descobertas arqueológicas. Abaixo oferecemos uma lista sumária dessas descobertas:

1. Da época do começo da era do Bronze, foram feitas descobertas em cavernas existentes fora das muralhas da cidade, ilustrando algo da vida da cidade, naquela época (cerca de 3000 A.C.). As escavações na própria cidade foram efetuadas pela Expedição de Pesquisas Arqueológicas Wellcome-Marston, entre 1932 e 1938. O diretor da mesma foi James L. Starkey, que, muito tragicamente, foi assassinado por bandidos, em 1938. E seu trabalho foi concluído por Charles H. Inge e Lankester Harding. As descobertas exibem uma vida primitiva, ilustrada por peças de cerâmica, pilões de pedra, artefatos de bronze e implementos de pedra lascada.

2. Quanto ao período dos hicsos (cerca de 1720—1550 A.C.), os arqueólogos têm mostrado que a cidade era fortificada. Profundos fossos foram cavados em redor das muralhas de Laquis, com essa finalidade, juntamente com elevadas muralhas de tijolos. Um pequeno templo pagão, ali encontrado, ilustra o culto religioso dos finais da era do Bronze (1600—1200 A.C.). Tinha altares para oferecimento de incenso e para sacrifícios de animais. Esse templo é chamado de Templo do Fosso, por haver sido erigido sobre os detritos acumulados sobre o fosso, que lhe ficava abaixo. Esse pequeno templo consistia em uma sala única, equipada com uma mesa de ofertas, um altar para holocaustos defronte da mesa, e um altar de tijolos, com três degraus que levavam ao alto do mesmo. Foram encontrados ossos dos mais diferentes animais, como também de peixes e aves. Os animais, em sua maioria, eram ovelhas, cabras, bois e gazelas. A maior parte de tais ossos era da coxa, a porção que os sacerdotes deveriam receber, de acordo com os estatutos de Lev. 7:32. Não havia estátuas ou ídolos nesse templo, mas foi encontrada uma estatueta de bronze, representando uma divindade masculina, no lado de fora do templo, confirmando assim a natureza pagã do culto que ali se processava. Não se obtém uma idéia exata da adoração dos cananeus, através desse material encontrado, mas parece haver algum paralelismo com o sistema de sacrifícios de animais, dos hebreus.

3. *Várias inscrições* sobreviveram até nós, pertencentes à era do Bronze Posterior. Uma adaga de bronze (de cerca de 1600 A.C.) tinha quatro sinais gravados, como também uma cabeça humana esculpida. Alguns fragmentos de sinais alfabéticos (cerca de 1350—1200 A.C.); uma tampa de incensário, com três inscrições em cor vermelha; uma taça com onze sinais, com figuras de animais; e símbolos religiosos têm sido algumas das mais comuns descobertas ali feitas. Um selo com quatro faces, com o nome de Amenhotepe II (cerca de 1450—1425 A.C.), em um dos lados; e uma representação de Ptá, e oito sinais em um outro lado, foi uma descoberta interessante e curiosa. Parte de um esquife de barro (de cerca de 1200 A.C.) foi encontrada, com alguns sinais hieroglíficos, que foram decifrados. Peças de cerâmica, com inscrições, datam de cerca de 1200 A.C., ou de um pouco mais tarde. A começar em cerca de 800 A.C., inscrições hebréias têm sido encontradas ali, incluindo diversos selos ou impressões de selos, com nomes escritos na antiga escrita dos hebreus (séculos VIII a VI A.C.). Uma dessas inscrições diz: «Pertencente a Gedalias, que está sobre a casa», o que poderia aludir a Gedalias, filho de Aicão, que foi nomeado governador de Judá por Nabucodonosor, para que governasse o remanescente de Judá, que ali ficou durante o período babilônico de Judá (cerca de 587 A.C). Ver II Reis 25:22. Muitas jarras têm sido desenterradas, contendo as mais variadas inscrições. Um altar de pedra, contendo a palavra hebraica para *incenso*, e um outro, com a inscrição *Yah* (forma abreviada de Yahweh), *o Senhor do Céu*.

4. **Cartas de Laquis em Ostraca.** Esses escritos foram descobertos nas escavações que tiveram lugar entre 1935 e 1938. Cerca de vinte cartas, escritas em hebraico antigo, várias das quais datadas de 589 A.C., fornecem valiosas informações sobre os tempos de Jeremias. Essas cartas foram achadas entre o lixo existente em um pequeno depósito de uma das torres

da porta externa da cidade. Essas cartas ilustram as condições caóticas que prevaleciam em Judá, durante a campanha babilônica de 587 A.C. Questões pessoais sobre as pessoas envolvidas na produção desse material, transparecem nessas cartas, e muita coisa é dita sobre assuntos militares. Uma dessas cartas menciona um profeta cujo nome termina em *iah*, e que poderia ser Urias (Jer. 20:20), ou o próprio Jeremias, ou mesmo alguma pessoa para nós desconhecida. Em uma dessas cartas há o tetragrama sagrado, *YHWH* (*Yahweh*). Ali espera-se que Deus faria algum bem resultar do caos dominante. Quase todas as cartas foram escritas por um homem de nome Hosaías, estacionado em um posto militar avançado e, então, foram enviadas a um homem de nome Jaós, que, ao que tudo indica, era um oficial importante de Laquis.

5. A arqueologia tem demonstrado *a presença de guerreiros citas* em Laquis, no século VII A.C. e, talvez, isso mostre por que razão a cidade não foi imediatamente reconstruída, após a invasão de Senaqueribe.

6. *Manassés* (II Crô. 33:11-14), com a passagem do tempo, reedificou as defesas de Laquis. Uma nova muralha de pedra substituiu a muralha interior, e outras fortificações foram construídas (cerca de 690 A.C.).

7. Pela época de Jeoaquim, a cidade havia recuperado sua capacidade anterior de defesa. Porém, há evidências de que ela foi novamente destruída por duas vezes, no século VI A.C. Na primeira dessas duas vezes, a destruição foi aquela causada pelo exército babilônio. Um segundo ataque, em 587 A.C., concluiu a destruição.

8. Laquis ficou praticamente abandonada de 586 a 450 A.C. Há algumas evidências arqueológicas de que havia ali uma modesta vila persa, em cerca de 400 A.C. O lugar foi reocupado pelos judeus, após o retorno do exílio babilônio (ver Nee. 11:30), mas nunca mais foi lugar importante.

9. *Níveis de exploração arqueológica*, distinguidos no cômoro da antiga cidade de Laquis:

Nível VIII — 1567—1450 A.C.
Nível VII — 1450—1350 A.C.
Nível VI — 1300—1225 A.C. (era do Bronze Posterior)
Um hiato na história, séculos XII e XI A.C.
Nível V — Dias de Davi e Reoboão, 1000—900 A.C.
Níveis IV e III — 900—700 A.C.
Nível II — 700—586 A.C.
Um hiato na história, quando a área foi abandonada.
Nível I — 450—150 A.C.

Bibliografia. AM E FIN HAU ND Z

LARES

Ver o artigo separado sobre **Religiões Romanas**. A palavra latina *lar* refere-se à «lareira», e, por extensão, ao «lar». A raiz original da palavra parece ter significado «senhores», aludindo aos muitos deuses do panteão romano. A forma plural, lares, veio a referir-se, com o tempo, aos deuses domésticos. A doutrina dos lares, pois, tornou-se muito complexa, havendo muitos tipos de lares. Os intérpretes mais antigos supunham que os lares eram os fantasmas deificados dos mortos, que personificavam as energias vitais e os poderes misteriosos do além-túmulo. Isso pode indicar um certo aspecto da verdade, visto que o *animismo* (vide), provavelmente, é a mais antiga das religiões do mundo. Esses deuses não permaneceriam no lar, porquanto esses «lares», segundo se acreditava, vieram a ter muitas manifestações em todos os segmentos da sociedade, conforme mostramos abaixo:

1. *Lares domestici* (deuses domésticos). Alguns estudiosos pensam que o vocábulo latino *lar* originalmente não significa a «lareira» ou o «lar», mas que veio a adquirir tal sentido quando os deuses se tornaram ídolos domésticos. Talvez os ídolos postos sobre a lareira tenham dado a essa estrutura o nome de *lar*, no latim. De acordo com um de meus professores de latim, o português é o único idioma romance que preservou a palavra «lar» para indicar a residência, o lar, a casa. Não sei quão exata é essa observação.

As imagens dos deuses domésticos eram feitas de madeira, de pedra ou de metal. Eram dirigidas preces a esses ídolos, geralmente em horários regulares, isto é, pela manhã, antes das refeições, à noite, em eventos familiares especiais, como os aniversários, os casamentos e os falecimentos. O culto envolvia sacrifícios oferecidos aos *lares*. Os romanos davam grande importância ao culto doméstico, e essas imagens desempenhavam um importante papel nesse culto. Usualmente, essas imagens representavam figuras humanas.

2. *Lares compitales*. Esses eram espíritos guardiães das encruzilhadas e, geralmente, tinham santuários nesses pontos. Sacerdotes e festividades serviam a tais divindades.

3. *Lares hostilii*. Esses eram divindades que tinham por incumbência defender o Estado.

4. *Lares militares*. Essas eram divindades que defendiam os soldados.

5. *Lares permarini*. Esses eram os guardiães dos marinheiros e dos que viajavam por via marítima.

6. *Lares praestites*. Eles eram os guardiães das terras públicas e do Estado. Esse culto consistia em cerimônias elaboradas, efetuadas em santuários. O templo principal ficava na Via Sacra, perto da colina Palatina, em Roma. Moedas mostram cenas com Rômulo e Remo, os irmãos gêmeos, que teriam fundado a cidade de Roma. Eles seguram uma lança e estão sentados ao lado de um cão, símbolo da vigilância. Moedas cunhadas posteriormente também mostram ali o imperador. Augusto foi o primeiro imperador a ser assim retratado. Ele queria ser considerado o segundo fundador de Roma.

7. *Lares rurales* (ou *rustici*). Essas divindades eram concebidas como guardas das fazendas e áreas rurais e, supostamente, interessavam-se pelo bem-estar dos animais.

8. *Lares salutares*. Esses eram os defensores da saúde das pessoas.

9. *Lares semitales*. Esses guardavam as estradas e as veredas.

10. *Lares viales* (ou *viatorii*). Esses eram os guardiães dos que viajavam pelas estradas.

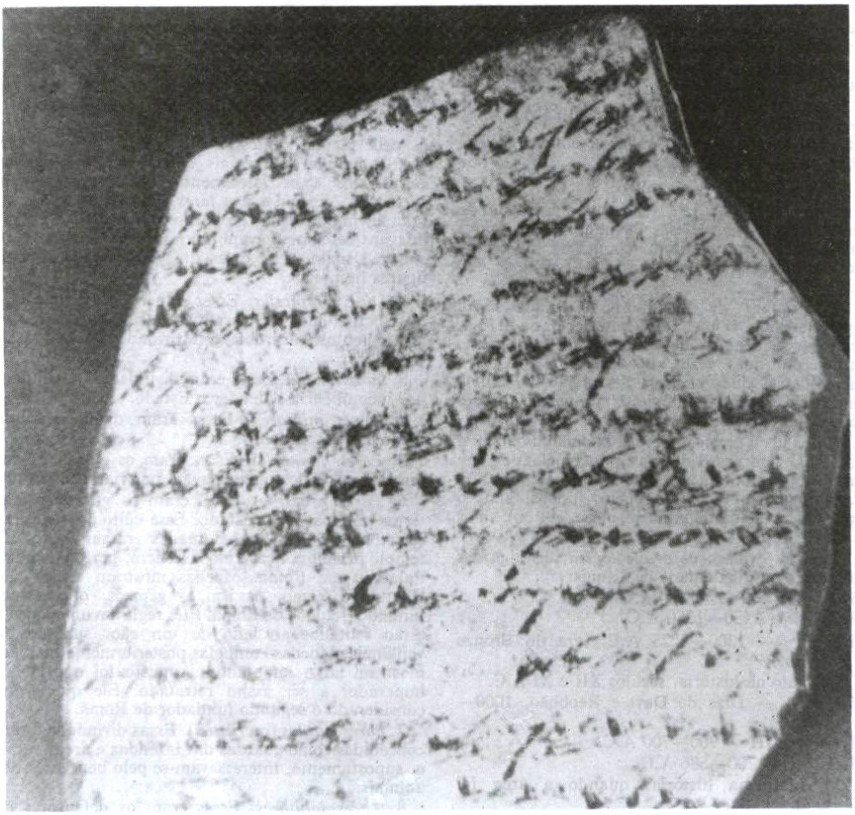
11. *Lares victores*. Essas eram as divindades que dariam a vitória na guerra. Ver o artigo geral sobre a *Idolatria*. (AM E OS)

LARGURA DA MÃO

Ver **Pesos e Medidas**.

LASA

Esse nome deriva-se de uma palavra hebraica que parece significar «irrompimento». Talvez o nome



Carta de Láquis
Cortesia, Matson Photo Service

refira-se às águas que irrompiam de um manancial, borbulhando. Era o nome de uma cidade que assinalava um ponto fronteiriço do território dos cananeus (ver Gên. 10:19, único trecho bíblico que menciona essa cidade). Desconhece-se atualmente a sua localização, embora várias identificações tenham sido sugeridas, como Callirrboe, a leste do mar Morto, onde há muitas fontes termais. Outros estudiosos têm pensado em Lusa ou Elusa, mais ou menos eqüidistante do mar Morto e do mar Vermelho. — A história informa-nos que Herodes foi até ali por razões de saúde, a fim de banhar-se nas águas termais da localidade. Esse lugar ficava localizado no que agora se conhece por wady Zerka Ma'in.

LASALLE, FERDINANDO

Suas datas foram 1825-1864. Ele obteve a reputação de ser importante filósofo da história. Ver o artigo intitulado *Filosofia da História*. Nasceu em Breslau, na Alemanha. Educou-se em Breslau e em Berlim. Sua abordagem geralmente era hegeliana. Ver sobre *Hegel*. Sua tríada da história consiste em: 1. Solidariedade sem liberdade (representada na história antiga e feudal). 2. Liberdade sem solidariedade (representada na história desde o ano de 1789). 3. Liberdade com solidariedade (representada na história como um alvo a ser atingido idealmente). Ele acreditava que esse alvo ideal pode ser obtido quebrando-se o poder daqueles que manipulam todo o dinheiro, através da organização e funcionamento de associações de trabalhadores, que participam das riquezas, e não apenas da produção de outras pessoas. Ele também ensinava que o Estado tem a responsabilidade de estabelecer e promover tais associações, financiando-as. Todos os trabalhadores deveriam ter o direito ao voto, para serem capazes de vencer aos capitalistas em número de votos. Na Alemanha, uma associação dessa ordem foi organizada por Lasalle, e ele devotou a ela os últimos anos de sua vida. E essa organização veio a tornar-se genitora do nazi-socialismo alemão!

Obras. The Philosophy of Heraclitus the Dark of Ephesus; The System of Acquired Rights; The Worker Program, e muitos artigos e ensaios.

LA SALLE, JOÃO BATISTA DE (SANTO)

Suas datas foram 1651-1719. Ele foi um padre católico romano, fundador do Instituto dos Irmãos da Escola Cristã, em Rheims, na França, em 1648. Em vista de seus brilhantes esforços no campo das instituições e da reforma educacional, ele tem sido chamado de Pestalozzi da França. Ver sobre *Pestalozzi, J. H.*

LASAROM

No hebraico, «pertencente a Sarom». Por sua vez, *Saron* significa «planície». Esse era o nome de uma cidade cananéia, localizada a oeste do rio Jordão, que Josué foi capaz de capturar (Jos. 12:18). A Septuaginta (vide), diz nessa passagem: «o rei de Afeque (que pertence) a Sarom», o que, talvez, corresponda ao texto original. Nesse caso, a palavra em questão não se refere a qualquer cidade, mas seria meramente parte da frase que fala sobre o rei de Afeque. Essa declaração, pois, distinguiria o rei de Afeque dos outros reis, mediante a localidade onde exercia a sua autoridade, isto é, Sarom.

••• ••• •••

LASCÍVIA

Ver o artigo geral sobre os **Vícios**. Essa palavra portuguesa vem do termo latino *lascivia*. Sua raiz é *lascivus*, «esportivo», «sensual». Esse termo aponta para todas as variedades de pecados e atitudes sexuais. A palavra grega correspondente é *asélgeia*, que ocorre por dez vezes no Novo Testamento: Mar. 7:22; Rom. 13:13; II Cor. 12:21; Gál. 5:19; Efé. 4:19; I Ped. 4:3; II Ped. 2:2,7,18; Jud. 4.

Platão e os escritores áticos usavam essa palavra para indicar a licenciosidade e a violência libertina. Em sua forma adjetivada, a palavra pode significar «ultrajante». Josefo (*Guerras* 1:22,3) usou a palavra dessa maneira. Aparentemente, a raiz grega da palavra era *thélgo*, que significa «enganar», «armar ardil». Pode ser significativo que o trecho de Gál. 5:19, onde há uma longa lista de vícios, faz seguir a palavra grega *asélgeia* pela palavra grega *pharmakeía*, «feitiçaria», pouco adiante. Porém, nas outras menções da palavra há alusão a alguma forma de sensualidade. O uso dessa palavra grega, nos papiros, ilustra o fato de que esse vocábulo podia ter a idéia de linguagem e de atos abusivos. Nas várias listas de vícios do Novo Testamento, os pecados sexuais quase sempre são mencionados em primeiro lugar, talvez porque dentre todos os problemas enfrentados pelas pessoas, esses pecados sejam os mais difíceis de controlar.

LASÉIA

Desconhece-se a derivação da palavra grega por detrás dessa transliteração. Esse era o nome de uma cidade da ilha de Creta, próxima de Bons Portos, mencionada em Atos 27:8. O nome continua sendo aplicado a certas ruínas a poucos quilômetros a leste daquele local. Paulo parou ali em sua última viagem a Roma, quando, como prisioneiro, para ali era levado a fim de apelar a César. Virtualmente nada se conhece sobre a história dessa cidade. Talvez seja a localidade mencionada por Plínio, o Velho, em sua *História Natural* (4:12,59), onde a chama de *Lasos*. Essa era uma das muitas cidades importantes da ilha de Creta. Plínio revela-nos que Creta tinha nada menos de cem cidades importantes.

LATÃO

No hebraico temos quatro palavras muito parecidas, *nachush*, *nechusah*, *nechash* e *nechoseth*, todas elas com o mesmo sentido de «latão». A primeira aparece somente em Jó 6:12. A segunda figura por dez vezes; por exemplo: Lev. 26:19; Jó 28:2; 41:27; Isa. 45:2. A terceira ocorre por nove vezes; por exemplo: Dan. 2:32,35. Essa palavra só ocorre no livro de Daniel. E a quarta ocorre por cento e trinta e nove vezes; por exemplo: Gên. 4:22; Êxo. 25:3; 26:22; 38:29; Núm. 21:9; Deu. 8:9; Jos. 6:19; I Sam. 17:5; II Sam. 8:8; I Crô. 15:19; Sal. 107:16; Isa. 60:17; Jer. 7:28; Eze. 1:7; Zac. 6:1.

No grego, a palavra é *chalkós* e *chalkolíbanon*, «latão» e «bronze polido», respectivamente. A primeira aparece em Mat. 10:9; Mar. 6:8; 12:41; I Cor. 13:1; Apo. 18:12. A segunda figura em Apo. 1:15 e 2:18.

O latão é uma liga de cobre e zinco, com a mistura de outros metais, como o chumbo e o estanho, um tanto mais tendente à correção e às manchas do que o bronze (que vide). Seu ponto de fusão é entre 858 e 1050 graus centígrados, dependendo do conteúdo de zinco, que baixa o ponto de fusão. O latão de cerca de 1500 A.C. compunha-se de cerca de 23 por cento de zinco e 10 por cento de estanho. No começo,

obtinha-se o latão aquecendo o cobre ao fogo de carvão-de-pedra e de carbonato de zinco, um mineral que se sabe ter existido nas antigas minas de prata de Laurion, na Grécia. O uso do latão antecede aos dias do Antigo Testamento. Ver as referências em Núm. 21:9; I Reis 7 e Êxo. 26:11, onde as traduções dão latão ou bronze. É mesmo possível que algumas das primeiras referências bíblicas na realidade indiquem o cobre. O bronze é a liga de cobre com o estanho. Alguns intérpretes duvidam da existência do verdadeiro latão nos tempos bíblicos, pensando que sempre devemos pensar no bronze ou no cobre. Ver sobre *Bronze* e *Mineração de Metais*.

Usos Figurados. 1. Ignorando a distinção entre o latão e o bronze, a palavra hebraica pode indicar a obstinação pecaminosa (Isa. 48:4; Jer. 6:28). 2. Força (Sal. 107:16; Isa. 48:4; Miq. 6:13). 3. Um forte e duradouro oponente (Jer. 1:18; 15:20). 4. O império macedônico (Dan. 2:39), provavelmente referindo-se ao fato de que quase todas as armas, na antiguidade, eram feitas de bronze, pelo que a Macedônia representava muita guerra e destruição. 5. Montes de bronze, em Zac. 6:1, indicam os decretos de Deus que governam a terra. (Ver Sal. 36:6). 6. Os pecadores empedernidos são comparados ao latão, ao estanho, ao chumbo e ao ferro, a fim de ser denotada a sua imprudência e persistência no pecado (Isa. 48:4; Jer. 6:28; Eze. 22:18). (G ID LAN S)

LATERANOS (CONCÍLIOS)

Ver os artigos intitulados *Concílios Lateranos* e *Concílios Ecumênicos*.

LATIM

Essa palavra vem de **Latinus**, que significa «do Lácio». Essa era uma região e um antigo país na porção central da península italiana, onde residiam os latinos originais. Dentro do grupo de línguas indo-européias, os idiomas mais próximos do latim eram aqueles também falados na Itália, ou seja, o *falisco*, o *osco-umbriano* e o *venético*. Essas línguas, juntamente com o latim, originalmente faziam parte de um subgrupo de línguas indo-européias, que poderíamos chamar de *itálicas*. Foi o latim que sobreviveu na história, mediante um processo de eliminação. E, então, o próprio latim tornou-se a mãe de um grande número de idiomas, atualmente chamadas de línguas romances. Fora da Itália, as línguas aparentadas mais próximas são os idiomas celtas e germânicos. As similaridades com o grego também são consideráveis, sugerindo um prolongado contacto entre o latim e o grego. Ver o artigo separado sobre *Língua*, segunda seção, *Línguas Indo-européias*, quanto à posição do latim dentro dessa grande família de idiomas, as línguas indo-européias.

O latim era usado pelos antigos romanos, e disseminou-se largamente por toda a Europa ocidental. Com a passagem do tempo, a principal agência dessa disseminação foi a Igreja Católica Romana. Na antiguidade, antes e ainda algum tempo depois de Cristo, o latim era a segunda língua franca do império romano, perdendo em importância somente para o grego. Mas, em tempos posteriores, tornou-se a primeira língua franca daquela vasta região, mormente como o grande veículo da teologia, do culto religioso e das ciências. Sua influência sobre as línguas modernas é incalculável.

Nos tempos do Novo Testamento, essa era a língua oficial do império romano, e também era usada extensamente na província da Judéia, em atos e documentos oficiais. No entanto, nessa época, o grego era mais universal, por ser a língua do comércio e da filosofia. Na Palestina, o aramaico era a língua falada mais popular, chegando mesmo a dominar inteiramente nas áreas rurais. Porém, nas cidades havia uma generosa mistura do aramaico com o grego. — Com base nessas circunstâncias, podemos compreender a acusação assacada contra Jesus, afixada à sua cruz, escrita em hebraico, latim e grego (Mat. 27:37; Luc. 23:38).

A palavra *latim* acha-se por duas vezes no Novo Testamento, em Luc. 23:38 e em João 19:20, onde temos a transliteração para o grego, *romaikos*. Existe um total de vinte e cinco palavras de origem latina, no Novo Testamento grego, além de um número bastante grande de nomes próprios, incluindo o de Paulo (no latim, *Paulus*). Outras palavras são *charta, census, centurio, colonia, custodia, denarius, forum, flagellum, grabbatus, legio, lenteum, libertini, lolium, praetorium, quadrans, macellum, membrana, modius, raeda, semicinctium, sicarius, speculator, sudarium, taberna, titulus* e *zizanium*.

LATIM ECLESIÁSTICO

Durante muitos séculos, a Igreja Católica Romana achou conveniente usar o idioma latino em suas missas, documentos oficiais escritos, etc. Essa tem sido a língua oficial e internacional dessa organização religiosa. Quanto à função, o latim eclesiástico deve ser diferenciado do latim clássico, embora não lhe seja inferior quanto à qualidade. Através dos séculos tem havido uma adaptação ao desenvolvimento do vocabulário, de acordo com as funções administrativas e as necessidades literárias, visando propósitos especiais. O Concílio Vaticano II, porém, livrou a missa da necessidade do uso do latim, para grande consternação dos católicos romanos conservadores.

LATIMER, HUGH

Suas datas foram 1485-1555. Ele foi um reformador protestante inglês. Latimer nasceu em Thurcaston, Leicester, na Inglaterra, e faleceu como mártir, por ordem da rainha Maria Tudor, em Oxford, a 16 de outubro de 1555. Morreu juntamente com o bispo Ridley, igualmente martirizado. Quando a fogueira estava a ponto de ser acesa, Latimer gritou para Ridley: «...neste dia acenderemos uma chama tal que, pela graça de Deus, na Inglaterra nunca será apagada, segundo confio».

Latimer recebeu uma boa educação. Ele recebeu o grau de mestre em Cambridge e, então, tornou-se sacerdote. Mas, através da influência de seu amigo, Thomas Bilney, converteu-se à causa protestante. As autoridades olhavam para Latimer com preocupação. Para começar, ele se recusava a pregar contra Martinho Lutero. As obras de Lutero haviam sido proibidas na Inglaterra, e Latimer pôde asseverar, em sua defesa, que não as havia lido. Naturalmente, ele conhecia a substância dos escritos de Lutero, e com eles concordava em princípio. Um exame a que foi submetido, perante os capelães do cardeal Thomas Wolsey resultou em sua liberdade para pregar. Porém, por volta de 1529, havia caído sob as suspeitas das autoridades. Deu apoio a Henrique VIII em seu divórcio, e muitos clérigos ficaram insatisfeitos diante disso. Ele era um pregador poderoso, entregando sermões incisivos, que eram muito eficazes entre o povo comum. Embora desfrutando do favor real, caiu no desprazer de muitos, quando se recusou a aceitar o Ato de Seis Artigos, que fazia a negação da transubstanciação, da confissão auricular e do celibato clerical, crimes puníveis com a pena capital.

Latimer tornou-se arcebispo de Worcester, em 1535, mas resignou ao ofício em 1539, por causa do Ato de Seis Artigos, acima mencionado. Começou a sofrer uma série de aprisionamentos. Depois, tornou-se o pregador da corte, durante o reinado de Eduardo, quando então passou a exercer vasta influência na Inglaterra, em favor do pensamento protestante. Sua pregação, porém, não se limitava apenas às questões eclesiásticas e teológicas. Também criticava com destemor as autoridades eclesiásticas e os males sociais e governamentais. Continuou em segurança enquanto Eduardo Seymour esteve no trono. Mas, quando Maria Tudor, uma católica romana, subiu ao trono, ele compreendeu que seu tempo estava terminando. Maria Tudor subiu ao trono em 1553. Apesar de Latimer ter podido fugir e escapar à detenção, não o fez. E assim, foi encarcerado na Torre de Londres. Foi removido para Oxford, onde teve de enfrentar várias acusações de heresia. Juntamente com ele, Nicholas Ridley, bispo de Rochester, e Thomas Cranmer, arcebispo de Canterbury, foram citados para comparecerem ao julgamento. Ele e Ridley foram condenados e, subseqüentemente, foram executados na fogueira. Cranmer foi forçado a ser testemunha do martírio dos dois, e, então, foi forçado a retratar-se por seis vezes em seguida. Em 1556, porém, renegou sua retratação, e também foi executado na fogueira, naquele mesmo ano. Cranmer morreu heroicamente, para dizermos o mínimo. Manteve sua mão direita (aquela com a qual assinara suas retratações) nas chamas, até vê-la consumida pelo fogo. Não sabemos dizer como criaturas humanas são capazes de atos tão heróicos, mas, de alguma maneira, as crises profundas produzem grandes feitos de coragem. Ver o artigo separado sobre *Cranmer*. É com Cranmer que a Igreja da Inglaterra reivindica a sua idéia de sucessão apostólica (vide). (AM E P)

LATITUDINÁRIOS

Esse foi o nome de um movimento de eruditos e clérigos anglicanos, no século XVII, assim apelidados por seus oponentes. Eles se originaram na chamada *Igreja Baixa* (vide). Ver os artigos separados sobre *Comunhão Anglicana* e *Episcopalismo*. A Igreja Baixa é o segmento menos formal da Igreja Anglicana, e, em muitos aspectos, parece-se muito com os batistas, excetuando que preferem a forma episcopal de governo eclesiástico. De fato, os batistas originaram-se da Igreja Baixa Anglicana. Seja como for, o movimento latitudinário originou-se dessa porção da Igreja Anglicana. Eles ensinavam o princípio da *compreensão*, e não meramente a tolerância, em nosso trato com outras pessoas e seus credos. O que almejavam era uma maior *latitude*, evitando assim os extremos promovidos por outros sistemas, como o calvinismo rígido, com sua estreiteza de visão e sua ausência de sentimentos, no tocante à esmagadora maioria da humanidade, ou como o rígido catolicismo romano, com seus dogmas todo-poderosos e sua intolerância. O apelido «latitudinários» foi dado, inicialmente, aos anglicanos que se ajustaram aos acordos eclesiásticos de Cromwell. Mas o grande período deles começou em 1688, sob a liderança do arcebispo Tillotson (1630—1694).

Os escritos de Chillingworth (1602—1644) também foram muito importantes dentro desse movimento, tal como o platonismo de Whichcote (que faleceu em 1683). O movimento também incluía anglicanos pendentes para o *arminianismo* (vide) e para os *platonistas de Cambridge* (vide). Eles foram os precursores de um racionalismo mais radical, que surgiu no século seguinte (século XVIII). E também anteciparam, em certo sentido, o movimento do liberalismo, no seio da Igreja. Eles foram os genitores espirituais do que se tornou conhecido, posteriormente, por Igreja Ampla da Comunhão Anglicana. Arthur Penrhyn Stanley e Thomas Arnold foram importantes figuras entre os últimos representantes dessa atitude. Sem importar o que pensemos sobre algumas das posições doutrinárias desses homens, a grande verdade da necessidade dos primeiros, *tolerância*, e então *compreensão*, é algo que muitos cristãos da atualidade recusam-se teimosamente a aprender, provindo daí muitos conflitos, ódio, atitudes preconcebidas e divisões, tudo o que é muito mais destrutivo para a Igreja do que diferenças de opinião doutrinária. Ver outros detalhes no artigo intitulado *Eclesiásticos Latitudinários*. (AM B E F)

LATOEIRO

No grego, **chalkeús**. Provavelmente era uma palavra de uso bastante geral, incluindo ferreiros, latoeiros e trabalhadores em metal em geral. Essa palavra aparece somente em II Tim. 4:14. O termo grego *chalkós*, «cobre», também podia indicar o bronze e o metal amarelo, mas a referência em Deu. 8:9 certamente está em vista o cobre. Na época de Salomão, Hirão, de Tiro, sabia trabalhar muito bem com o bronze. O metal era muito procurado para ser usado em edificações, ídolos e o fabrico de todas as variedades de vasos e utensílios. Paulo mencionou um certo Alexandre, um latoeiro, que muito dano lhe fizera (II Tim. 4:14). No que concerne a detalhes sobre esse ofício, além de outros, ver o artigo sobre *Artes e Ofícios*.

LATRIA

Esse termo vem do grego, **latreía**, que, originalmente, significava «serviço» e «adoração» prestados aos deuses, embora também pudesse ter o sentido geral de qualquer tipo de serviço e culto. A forma verbal, *latreuo*, significava «trabalhar por um salário», «servir», e até mesmo «ser escravizado». De fato, *latreuma* era uma palavra grega para *escravidão*, e até hoje, no grego moderno, *latréia* significa «adorar», «cultuar».

Dentro do vocabulário teológico, *latria* veio a indicar aquela adoração que deve ser prestada exclusivamente a Deus, ao passo que a veneração prestada à Virgem Maria é referida como *dulia* (que vem do grego *douleía*, «serviço»). Encontramos aqui uma outra palavra grega que significa escravo, *doũlos*. Seja como for, os teólogos católicos romanos dizem que a *dulia* é um tipo inferior de adoração em relação à *latria*, pelo que a *dulia* poderia ser apropriadamente conferida a Maria, aos santos e aos anjos, contanto que seja evitada a *latria*, nesses casos. Os protestantes e evangélicos rejeitam todas essas distinções como mera questão de palavras, como um abuso contra a questão inteira da adoração. De fato, vêem nessas práticas uma forma velada de *idolatria*. Uma possível solução seria reduzir toda dulia e veneração a mero *respeito*, reservando qualquer forma de adoração e veneração exclusivamente a Deus.

LATRINA, LUGAR ESCUSO

No hebraico, *motsaoth*, palavra usada somente por uma vez, em II Reis 10:27. No grego, *aphedrón*, «assento externo», «latrina». Palavra grega usada somente em Mat. 15:17 e Mar. 7:19, e que nossa

versão portuguesa traduz por «lugar escuso», uma tradução possível dessa palavra, sinônimo de «assento externo».

Alguns têm dito que uma das maravilhas do mundo moderno é o sistema de esgotos da cidade de Chicago, nos Estados Unidos da América. A arqueologia tem mostrado algumas tentativas muito respeitáveis de criação de um sistema de esgotos, nos tempos antigos. Porém, quase sempre se praticava o sistema de fossas, o que se verifica até hoje, em muitas nações ao redor do globo. Por mais primitivo que isso seja, ainda é melhor do que lançar os dejetos, por meio de tubulação, nos rios, sem qualquer tratamento, conforme se verifica na maioria das cidades interioranas do Brasil.

Ao expurgar de Israel a adoração a Baal, Jeú primeiramente derrubou o templo a ele dedicado, e então converteu o lugar em uma latrina (II Reis 10:27). O simbolismo assim tencionado é óbvio. Era a pior profanação possível. Os trechos de Esd. 6:11 e Dan. 2:5 falam em um «monturo», algumas vezes usado para indicar um lugar onde se acumulava esterco de animais, embora também pudesse ter o sentido de latrina. Ver também Isa. 24:10 e Lucas 14:35. Ver o artigo sobre *Estrume*.

LAUD, WILLIAM

Suas datas foram 1573-1645. Ele foi um eclesiástico inglês que, antes da Igreja da Inglaterra tornar-se uma espécie de unidade separada e independente, entre o catolicismo romano e o protestantismo, promovia a causa da Igreja Católica Romana na Grã-Bretanha e procurava impor seus pontos de vista e suas práticas mediante a força. Primeiro ele foi bispo de Londres, — e, então, arcebispo de Canterbury. Durante os dias perturbados da monarquia Stuart, sendo ele arcebispo, mostrou-se leal aos princípios católicos romanos e se opôs aos puritanos e aos calvinistas. Sua política de força criou mais dificuldades para a Inglaterra, e para ele mesmo, do que conseguiu resolver. Finalmente, foi impedido, foi julgado por motivo de traição e foi executado a mando do parlamento inglês, em algum tempo entre 1640 e 1645.

Laud é melhor lembrado como defensor da causa católica romana na Igreja Anglicana. Ele publicou uma *Apologia* em defesa de seus pontos de vista, que foi a sua produção literária mais importante. Sua perseguição contra os puritanos foi uma das causas primárias da Guerra Civil Inglesa; e foi principalmente em face de suas imposições que vinte mil emigrantes uniram-se às colônias puritanas da Nova Inglaterra (posteriormente, parte nordeste dos Estados Unidos da América do Norte). Ele ilustra aquela atitude de intolerância que tem sido uma das pragas constantes da cristandade. Ver o artigo sobre *Tolerância*.

LAUDES

Essa palavra vem diretamente do latim, **laudes**, «louvor». Faz parte da liturgia católica romana. Consiste em cânticos de louvor, que fazem parte do sistema das *Horas Canônicas* (vide). Normalmente, esses cânticos são entoados por um coro, imediatamente após as *matinas* (vide). Esse nome deriva-se do uso que a tradução latina da Vulgata faz da palavra *laudate* para designar os Salmos 148—150. Esses salmos começam com a palavra *Aleluia!* (transliteração do hebraico, que significa «Louvai a Yah», ou seja, «Louvai ao Senhor»). E, no latim, essa palavra é *laudate*.

LAVABO

Essa palavra significa, no latim, «lavarei». Trata-se da primeira palavra do trecho de Salmos 25:6-12 (em nossa versão portuguesa, Sal. 26:6-12, «Lavo»): «Lavabo inter innocentes manus meas». O celebrante da missa católica romana profere essas palavras após ter lavado e enxugado seus dedos, após o ofertório da *missa* (vide). Por essa razão, a própria cerimônia é chamada de *lavabo*. Esse ato originou-se da necessidade prática de limpar os dedos, após o manuseio do oferecimento de pão, frutas, etc. E o ato acabou assumindo funções litúrgicas, simbolizando o caráter sagrado dos mistérios e a reverência com que os adoradores católicos romanos deveriam aproximar-se desses elementos, de coração limpo e puro.

LAVAGEM

Ver sobre **Ablução**.

LAVAGEM CEREBRAL

Consiste em tortura física e mental, uma espécie de violência mental que tem o propósito de destruir o «eu» psíquico de um indivíduo, com suas idéias, a fim de substituí-las por um novo código de crenças e atos. — Embora haja menção a vários métodos de lavagem cerebral, através da história, como um instrumento utilizado por homens cruéis, tornou-se um artifício mentalmente conhecido quando dos expurgos comunistas soviéticos, — em 1936, antitigos elementos bolchevistas confessaram, através desse processo, que se tinham tornado traidores do bolchevismo, — que, por tanto tempo vinham servindo.

Lavagens cerebrais também foram empregadas pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial, para conseguir confissões de traição por parte de elementos leais ao regime, embora inconvenientes. Os comunistas de pós-guerra usaram o processo para extrair confissões falsas, como no caso do cardeal Mindszenty, da Hungria. Os comunistas chineses também lançaram mão do método durante a Guerra da Coréia. Muitos militares norte-americanos declararam que preferiam permanecer na Coréia, obviamente vítimas da lavagem cerebral. Alguns deles, posteriormente, puderam voltar às funções psíquicas normais, com a plena restauração de seus antigos sistemas de crenças.

O processo. 1. Assalto à identidade da pessoa, através de interrogatórios e formas de abuso mental e físico. 2. Estabelecimento do senso de culpa. O prisioneiro é levado a sentir que é apenas um criminoso. 3. Autotraição. O prisioneiro denuncia seus amigos, sua família e sua pátria, tornando-se psicologicamente dependente de seus captores, a interesse da sobrevivência. 4. Um *ponto crucial* é atingido mediante total conflito e medo básico, baseados na ameaça de aniquilamento, provocada pela tortura e pela tensão mental e física. A essa altura, muitos sofrem ilusões, alucinações e têm pensamentos suicidas. 5. Afrouxamento da tensão e oportunidade, que é uma isca para atrair a total mudança de atitudes. 6. Então vem a confissão, pois agora a vítima é um transgressor arrependido, sendo perdoado e sendo absorvido por uma nova vida. Agora ele é um imperialista culpado que busca renovação. 7. Reeducação. Precisa dedicar-se a uma nova causa. 8. A vítima passa a agir em grande cooperação com os seus captores. 9. O reeducado faz sua grande confissão purificadora. 10. Em seguida, é considerado renascido, sendo exortado a dedicar todas as suas antigas aptidões à nova causa, o

comunismo. Foi assim forçado a converter-se ao comunismo, sua nova religião. 11. Então é solto como missionário do comunismo, tornando-se livre para retornar à sua pátria de origem. Usualmente, isso provoca uma nova crise de identidade.

Aqueles que têm resistido às técnicas opressivas da lavagem cerebral geralmente são pessoas dotadas de firmes convicções religiosas e/ou políticas. Palavras chaves nessa resistência são oração, fé e convicção. Crentes sujeitados a essa tortura têm apelado para as Escrituras que conhecem, repetindo-as para si mesmos, como uma ajuda especial. A lavagem cerebral é uma forma de violação e homicídio, empregada por indivíduos de natureza depravada e abusiva. (H)

LAVAGEM DOS PÉS

Ver **Lava-Pés.**

LAVANDEIRO

Ver o artigo geral sobre *Artes e Ofícios*, em seu quarto ponto, intitulado, *Alguns Ofícios Específicos*. h. *Os Lavandeiros*.

LAVANDEIRO, CAMPO DO

Um lugar próximo da cidade de Jerusalém (II Reis 18:17; Isa. 36:2; 7:3), bastante próximo das muralhas da cidade, de tal modo que quem ali dialogasse, seria ouvido do alto das muralhas (II Reis 18:17,26). Ali havia um poço que, provavelmente, deve ser identificado com o moderno Birket-el-Mamilla, no começo do vale do Hinom, a oeste do portão de Jafa. Era ali que os lavandeiros lavavam e alvejavam roupas.

LAVANDEIROS; POTASSA DOS

Os lavandeiros precisavam usar poderosos agentes limpadores e embranquecedores, a fim de obterem os resultados desejados. O trecho de Malaquias 3:2 usa essa circunstância em sentido figurado, para referir-se aos efeitos purificadores da vinda do Messias. Ver o trecho de Marcos 9:3 que fala sobre a glória da transfiguração de Jesus Cristo. Esse texto emprega a metáfora das vestes embranquecidas. Havia uma lixívia natural, extraída de certas plantas de origem asiática como a *Mesembrianthemum cristallinum*, a *Salicornia solacea*, a *Salsala kali*, e outras. Essas plantas eram reduzidas a uma massa pastosa, mediante o processo da queima, tornando-se um poderoso sabão, quando misturado com óleo de oliveira.

LAVA-PÉS

Esboço:

I. No Contexto Bíblico
II. Cerimônia ou Ordenança do Lava-pés
III. Argumentos Contrários e Favoráveis à Obrigação do Lava-pés na Igreja
IV. Significação da Cerimônia do Lava-pés

I. No Contexto Bíblico

João 13:5: *Depois deitou água na bacia e começou a lavar os pés aos discípulos, e a enxugar-lhos com a toalha com que estava cingido.*

Essa declaração mostra-nos que, contrariamente ao costume comum do lava-pés, que observa essa cerimônia antes do começo da festa ou Ceia do Senhor, Jesus realizou o ato algum tempo depois do começo da mesma. Esse serviço — a lavagem dos pés dos convivas — comumente era efetuado pelos escravos, e certamente jamais era feito pelo anfitrião, posição essa que Jesus, mui naturalmente, ocupava durante a festa da páscoa com seus discípulos. Na ausência de escravos, entretanto, essa ação mui naturalmente cabia ao membro mais humilde do grupo festivo, e certamente não ao de maior honra.

Alguns estudiosos acreditam que a disputa relacionada com as circunstâncias da festa da páscoa, conforme se verifica no vigésimo segundo capítulo do evangelho de Lucas, talvez tenha sido provocada em parte pela necessidade de nomear um dos discípulos para cuidar dessa questão da lavagem dos pés dos convidados, e nada seria mais natural pensarmos que nenhum deles tenha querido aceitar a incumbência, especialmente em face do fato de que se preocupavam muito mais com qual deles porventura seria o maior personagem, uma vez que Jesus se estabelecesse firmemente no trono político que os discípulos esperavam que ele ocuparia, em harmonia com as expectações judaicas sobre o Messias, que era por eles reputado como figura política que livraria de vez o povo de Israel de todos os seus inimigos e dominadores.

Para a lavagem dos pés dos convidados, os escravos costumavam tirar a sua veste mais externa, para em seguida se cingirem com uma toalha em torno da cintura, a fim de tê-la à mão, chegado o momento de enxugar os pés dos convidados, à proporção que os iam lavando. Dessa maneira, pormenorizadamente, o autor sagrado mostra-nos como o Senhor Jesus tomou o lugar de um mero escravo. Por conseguinte, sendo ele o maior de todos os homens, em estatura moral e espiritual, tomou o lugar de um simples escravo, servo de todos, porque esse era justamente o desígnio de sua missão, ao encarnar-se, segundo vemos claramente na passagem de Fil. 2:7,8, que diz: «*...a si mesmo se esvaziou...a si mesmo se humilhou...*»

Deitou água na bacia. Tudo isso fazia parte das obrigações dos escravos mais humildes, quando da lavagem dos pés dos convivas em um banquete. Na literatura rabínica encontramos o fato de que era considerado sinal de reverência um discípulo lavar os pés de seu mestre. Mas jamais teria pensado em um mestre a lavar os pés a seus próprios discípulos. E certamente a nenhum rabino jamais teria ocorrido tomar tal posição.

Entretanto, John Gill (*in loc.*) mostra que era ensino comum dos rabinos que apesar de ser exigido que os discípulos demonstrassem muitos sinais de respeito e humildade para com seus mestres, todavia, *uma coisa* que não lhes era requerido era desamarrarem os seus sapatos, e *muito menos*, lavar os seus pés. Provavelmente essa era a regra comum, apesar de que também havia exceções. (Ver Talmude Bab. Cetubot, fol. 96:1). Isso expressa a verdade, embora dos discípulos (de acordo com as idéias judaicas) fosse esperado que honrassem aos seus mestres mais do que aos seus próprios genitores. John Gill (*in loc.*), que foi profundo conhecedor das questões religiosas dos judeus, também frisa o fato de que o lava-pés não era uma prática associada à festa da páscoa, embora fosse sinal muito comum de hospitalidade entre os judeus.

Podemos ver à base dessas circunstâncias históricas, portanto, quão grande não deve ter sido a surpresa causada por essa ação do Senhor Jesus, entre os seus discípulos, e também por que razão Pedro tentou evitar que o Senhor lhe lavasse os pés. Pois essa ação parecia inteiramente descabida em relação aos vínculos que geralmente prevaleciam entre um mestre e os seus discípulos, como sucedia no caso do Senhor Jesus e seus apóstolos. Isso deve ter-lhes parecido

tanto mais estranho devido ao fato de que o Senhor tornou essa prática uma parte da festa pascal. Através do lava-pés, portanto, o Senhor ensinou uma lição suprema de humildade, que provavelmente os apóstolos jamais puderam olvidar, especialmente em razão do fato, sugerido por alguns estudiosos, de que a controvérsia sobre qual deles seria o maior no reino de Deus é que teria provocado essa providência do Senhor, com a intenção de dar-lhes uma lição definitiva sobre o assunto.

II. Cerimônia ou Ordenança do Lava-pés

No Oriente, essa cerimônia, desde os tempos mais remotos, tinha lugar entre os deveres próprios da *hospitalidade*, e era reputada como sinal de respeito pelos hóspedes, como característica de atenção humilde e afetuosa por parte do hospedeiro. O costume teve origem nas circunstâncias das localidades orientais, onde as estradas eram poeirentas e o clima era opressivamente quente. Também parece haver alguma evidência de que a prática do lava-pés, além de ser um costume que visava a hospitalidade e a higiene, também era considerada como uma ajuda na prevenção de certas enfermidades que poderiam infeccionar os pés. Nos países do oriente, por motivo do tipo de calçados usados, os pés geralmente eram muito menos protegidos da sujeira e de outros elementos deletérios do que o tipo de calçados usados nos modernos países ocidentais. — O calçado comum no Oriente era a sandália. Mas até mesmo essa parca proteção dos pés era usualmente posta de lado, quando alguém estava em uma casa.

O costume do lava-pés é mencionado nas páginas do A.T. em trechos como Gên. 18:4; 19:2; 24:32; Juí. 18:21 e I Sam. 25:41. O rito podia ser realizado pelos escravos, mas, em determinadas ocasiões, também o era pelos filhos ou filhas menores da casa. Tratava-se de um costume que se vinha transmitindo de geração em geração desde os tempos dos primeiros patriarcas hebreus. Não obstante, no A.T. também podemos observar que além de servir de sinal de hospitalidade e de atenção afetuosa, o lava-pés também servia como sinal de humildade.

Dentro do N.T., parece que o rito do lava-pés era comumente realizado antes da refeição (sendo essa também a prática geral por todo o Oriente). Todavia, na passagem bíblica neotestamentária mais conspícua que se refere ao lava-pés (ver João 13), é óbvio que o Senhor Jesus a realizou *durante* a refeição, aparentemente ou por haver interrompido a refeição, ou por ter terminado de comer antes dos seus discípulos. Ver Mat. 15:2 e Luc. 11:38, versículos esses que, apesar de não mencionarem especificamente a prática do lava-pés, provavelmente incluem essa prática, e nesses trechos vemos que a cerimônia teve lugar antes do início da refeição.

Posto que a passagem de João 13:14 parece indicar que essa prática do lava-pés era observada pela igreja primitiva, como espécie de ordenança adicional à Ceia do Senhor e ao batismo, assim também, dentro da história eclesiástica, há indícios de que assim se considerava que fosse, *em algumas localidades* e em determinados períodos, embora seja impossível acompanhar a prática com clareza, pelos registros históricos primitivos, senão já nos tempos de Agostinho, ou seja, no século V D.C.

Em alguns lugares, na época de Agostinho, o *pedilavium* se tornara parte de certa observância «anual» que incluía: 1. a festa ou banquete; 2. o lava-pés; 3. a comunhão, com participação no pão e no cálice. Contudo, essa prática era levada a efeito apenas de *ano em ano*, em imitação à *páscoa* anual, segundo o costume judaico. Nossas informações históricas são por demais escassas para sabermos quão generalizada era essa prática, ou mesmo se era praticada como uma ordenança de observância mais freqüente, conforme as palavras de Agostinho parecem dar-nos a entender. O que é indiscutível, entretanto, é que sempre foi uma *pequena minoria* da igreja cristã que observava esse costume, quer como uma ordenança separada, quer como ordenança observada em conjunto com a Ceia do Senhor. (Quanto às informações que nos são fornecidas por Agostinho sobre essa ordenança do lava-pés, conforme ela era praticada em alguns círculos da igreja cristã, em seus dias, ver *Epístola* 118 *ad Januarium*). Essa prática era observada pela igreja de Milão, na Itália; e Ambrósio (bispo daquele lugar), o pai espiritual de Agostinho, deu continuação à mesma, tendo defendido essa prática como uma das ordenanças da igreja.

Em tempos posteriores, *Bernardo de Clairvaux* (1100 D.C.), fundador da ordem religiosa dos cistercianos, que era homem de grande piedade mística, desejou elevar a estatura desse rito, para que fosse instituído como um sacramento, mas os seus desejos jamais tomaram corpo. Não obstante, como cerimônia ou ordenança, tem conservado um papel importante na Igreja Católica Romana, posto haver-se tornado costume dos monarcas católicos e até do próprio Papa, lavar os pés a seus inferiores. O dia determinado para essa prática, segundo a Igreja Católica Romana, é a *quinta-feira*, o dia anterior à Sexta-Feira da Paixão. Naturalmente a data é bem própria, porquanto foi justamente numa quinta-feira que o Senhor Jesus observou pela primeira vez o lava-pés pelo menos em uma observância simbólica e semi-oficial. A prática católica romana de alguma forma está vinculada a uma expressão latina, *dies mandati*, que significa *dia da ordem*. A própria expressão se alicerça na primeira palavra da oração que é dita imediatamente antes da cerimônia, e esta, por sua vez, se fundamenta na idéia do texto do décimo terceiro capítulo do evangelho de João, onde se vê que o Senhor baixou «ordem» ou instrução, para que se fizessem os preparativos para a páscoa.

Lutero não instruiu as igrejas reformadas a que observassem a prática do lava-pés, antes, aconselhou que a mesma fosse substituída por um *banho* aplicado aos pobres, que realmente necessitavam dessa medida maior de higiene. Isso refletia uma prática já consagrada pelo uso que demonstrava superiores a lavarem os pés a seus inferiores, como demonstração de humildade, ao passo que, nas páginas neotestamentárias, o rito aparece como uma prática mútua, como ação recíproca e fraternal, e não como mera condescendência da parte dos socialmente elevados para com os socialmente humildes.

Cláudio lamentou, em belas palavras, a abandono da prática do lava-pés por parte da igreja cristã, observando acerca de algumas cerimônias afins que haviam sido descontinuadas: «São elas como pequenas bandeiras, drapejando acima da superfície das águas, mostrando onde naufragou alguma embarcação pesadamente carregada».

No que tange à posição da prática do lava pés dentro do próprio N.T., conforme observamos antes, a *única passagem* que a ensina diretamente é o décimo terceiro capítulo do evangelho de João. Mas também é mencionada indiretamente em I Tim. 5:10, como parte dos atos de humildade, graça e benevolência, que devem caracterizar uma viúva que houvesse de ser sustentada por qualquer igreja local. Todavia, essa referência em I Tim. 5:10 diz respeito, obviamente, a uma *hospitalidade doméstica*, e não a alguma ordenança realizada pela igreja. Por outro lado, o



Bida. JESUS LAVANDO OS PÉS DOS DISCÍPULOS

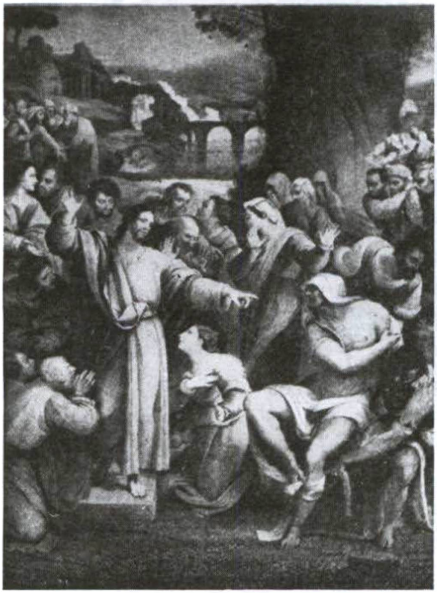


C. L. Eastlcke, R. A.

Jesus lamenta sobre Jerusalém



Bida. A mulher lava os pés de Jesus



S. Del Piombo.

A ressurreição de Lázaro

Eu sou a ressurreição e a vida;
Quem crê em mim, ainda que
esteja morto, viverá.
(João 11:25)

trecho do décimo terceiro capítulo de João definidamente subentende que a igreja cristã primitiva, pelo menos *em algumas* de suas seções, observava essa prática, e o versículo catorze desse mesmo capítulo parece ordenar a sua perpetuação como rito ou cerimônia a ser observada pela igreja cristã.

III. Argumentos Contrários e Favoráveis à Obrigação do Lava-pés na Igreja

Segundo geralmente sucede no caso de tais questões, especialmente aquelas que não são claramente delineadas em diversos trechos do N.T., surgiram diferenças de opinião e de maneira de prática, em torno da indagação se esse rito deve ser observado ou não pela igreja cristã, como uma espécie de ordenança, juntamente com as ordenanças do batismo e da Ceia do Senhor. Abaixo oferecemos um sumário das discussões que têm havido:

A. Os contrários à sua obrigação, dizem:

1. Somente essa passagem do décimo terceiro capítulo de João menciona a prática do lavapés. Se tivesse de ser considerada como uma ordenança *obrigatória* para a igreja cristã, e não uma instância isolada na vida de Jesus, certamente outros trechos bíblicos indicariam a sua necessidade. Em parte alguma o apóstolo Paulo a ordena, e isso parece indicar que na grande maioria das igrejas gentílicas, pelo menos, a prática não era observada nem mesmo nos dias desse apóstolo. E também podemos concluir, à base dessa circunstância, que a questão não era muito importante para Paulo. Já o batismo e a Ceia do Senhor, por outro lado, são firmemente estabelecidos como ordenanças, nos escritos desse apóstolo. Semelhante a essa consideração é aquela outra que diz que os demais evangelhos nem ao menos mencionam a instituição do lava-pés

2. Poderíamos julgar, à base das próprias Escrituras e das práticas prevalentes na igreja cristã primitiva, que alguns segmentos da igreja praticavam o lava-pés, mas que outros segmentos *não* o faziam; por conseguinte, talvez seja mais aconselhável deixar a questão sujeita às *práticas e preferências locais*, em vez de tentarmos estabelecer qualquer obrigação quanto à mesma. Essa idéia se alicerça na suposição de que nas próprias páginas do N.T. a questão não se reveste de notável importância, como algo que não era considerado primordial por toda a cristandade primitiva, durante o tempo dos apóstolos, pois, se houvesse sido reputado um assunto importante, então haveria alusões e mandamentos relativos ao mesmo, não somente no décimo terceiro capítulo do evangelho de João. Por exemplo, o apóstolo Paulo certamente teria instruído os crentes gentios a respeito, mas não existem instruções dessa natureza em suas muitas epístolas.

3. No que concerne ao próprio texto sagrado, e especialmente aos vss. 4-14 do décimo terceiro capítulo de João, que parecem *ordenar* a sua perpetuação, essa não é a única interpretação *possível*, porquanto o que Jesus exortou que seus discípulos fizessem não foi tanto que observassem uma cerimônia ou ordenança (paralelamente ao batismo e à Ceia do Senhor), mas antes, uma humildade e um serviço mútuo entre os discípulos. Ora, essa humildade e esse serviço condescendente mútuos não requerem a realização habitual de qualquer tipo de rito.

4. Desenvolvendo mais ainda esse tema, alguns estudiosos têm observado que a explicação dada pelo Senhor Jesus, nesse texto do décimo terceiro capítulo de João, parece mostrar que ele queria estabelecer *um símbolo sem-par* (através de uma explanação de caráter ético), e não por meio de alguma cerimônia literal de lava-pés.

5. O espírito do rito do lava-pés é cumprido na *confissão preparatória* do pecado, antes dos cristãos participarem da Ceia do Senhor.

6. A presença desse mandamento sobre o lava-pés em um único evangelho, ainda que o seu autor tenha querido que o mesmo se tornasse obrigatório para a igreja cristã inteira, *não é base suficiente* para que se torne uma prática universal; pelo contrário, na opinião de muitos, isso reflete mera preferência de um autor ou as práticas prevalecentes numa única localidade cristã, que talvez não fossem compartilhadas por outras comunidades cristãs ou mesmo por outros mestres cristãos.

7. É óbvio, na leitura do Novo Testamento, que algumas práticas na igreja eram reflexos diretos de costumes da sociedade, costumes considerados «apropriados» para a conduta humana. A mudança de práticas na sociedade naturalmente modifica as mesmas na igreja, se nenhuma ética eterna está envolvida. A lavagem de pés não representa nenhuma ética eterna, portanto, não deve ficar uma prática eterna.

B. Os favoráveis à prática literal do lava-pés, dizem:

1. Argumentar que apenas *uma* passagem bíblica fala sobre a questão do lava-pés, serve somente para *nublar* a questão. Precisamos aceitar ou rejeitar a inspiração da Bíblia; e se aceitamos a realidade da inspiração, então estamos obrigados a aceitar TODOS os mandamentos contidos nesses livros canônicos, quer esses mandamentos se encontrem ou não em todos os livros do *cânon* das Escrituras. O mandamento de Cristo, neste décimo terceiro capítulo do evangelho de João, é bastante *claro*; e devemos notar que foi reputado como de suficiente importância, pelo autor do quarto evangelho, para que tivesse devotado uma parte inteira do seu evangelho ao assunto, ao mesmo tempo em que deixa inteiramente de lado qualquer descrição sobre uma instituição como a Ceia do Senhor, a instituição que acompanha bem de perto o *lava-pés*. Ora, se esta cerimônia do lava-pés parecia tão importante para o autor do evangelho de João e se aceitamos esse evangelho como uma obra inspirada por Deus, estamos no dever de considerar essa cerimônia tão obrigatória como pensava o autor sagrado, por motivo de consciência. E essa consideração faz, automaticamente, com que o lava-pés seja considerado uma ordenança da igreja cristã.

2. O fato de que «algumas comunidades cristãs» têm preservado o lava-pés como uma ordenança, juntamente com o batismo e a Ceia do Senhor, através da história da igreja, é prova suficiente do fato de que homens bons, dotados de sensibilidade religiosa, dispostos a obedecer ao Senhor Jesus, têm reconhecido a necessidade de praticar a doutrina do lavapés e o fato de que esses têm estado em posição de minoria pode ser contado como um ponto em favor do reconhecimento da prática, e não um argumento contrário, posto que com facilidade se observa, tanto na igreja como no mundo, que é a massa dos homens, a multidão, que não dá a atenção devida às questões atinentes à piedade, mas, pelo contrário, quase sempre isso é atendido por uma pequena minoria.

3. O fato de que a cerimônia do lava-pés tem sido encarada como algo tão importante, inclusive pela Igreja Católica Romana, a ponto dos monarcas e dos papas a terem observado, e que até hoje os papas a observam uma vez por ano, — na quinta-feira imediatamente anterior a Sexta-Feira da Paixão, mostra que essa tradição *tem permanecido forte* nos

círculos da cristandade, a despeito do fato de que esse costume —há muito tem sido abandonado na maioria dos segmentos da igreja cristã. E apesar de não podermos concordar com todos os pontos tradicionais da Igreja Católica Romana, contudo, o fato de que esta doutrina é ali conservada, chegando mesmo a afetar a conduta dos papas, serve de poderoso argumento de que a prática é razoável e tem alicerces bíblicos e na tradição da igreja cristã primitiva.

4. Os versículos catorze e quinze deste décimo terceiro capítulo do evangelho de João parecem admitir uma *única* interpretação honesta, pelo menos o autor do quarto evangelho (mediante a ênfase dada por ele a essa prática, dedicando uma parte inteira de seu evangelho, deixando fortemente subentendido que o exemplo do Senhor Jesus deve ser seguido literalmente, e afirmando que realmente se trata de uma doutrina obrigatória) indicou que devemos compreender o lava-pés como doutrina perpétua e obrigatória, como a terceira ordenança da igreja cristã.

Comentário do autor desta enciclopédia. — O intérprete sincero, após exame dos versículos catorze e quinze do capítulo treze do evangelho de João sente-se forçado a admitir que, pelo menos, o autor sagrado tencionava ensinar que a cerimônia do lava-pés é perpétua, ocupando a posição de ordenança dentro da igreja cristã. Por conseguinte, a questão da prática depende das seguintes considerações:

1. A disposição do indivíduo em seguir *todas* as injunções do N.T. sem racionalizações, contanto que as considere todas obrigatórias, pois o autor sagrado obviamente tencionava que assim pensássemos acerca do lava-pés.

2. No caso de alguém pensar que *nem todas* as injunções do N.T. são necessariamente obrigatórias, então é mister que em seu próprio íntimo, em sua própria consciência, considere suas relações pessoais para com Deus, preparando-se para prestar *esclarecimentos* sobre por que *razão* observa algumas práticas e não observa outras. Esse tipo de defesa, contudo, só serviria para exibir atitudes diferentes para com a inspiração dos diversos livros das Escrituras, ou, pelo menos, para com a canonicidade e autoridade dos vários livros pertencentes ao N.T., em distinção à posição comumente expressa pela igreja evangélica.

3. Se alguém aceita o ponto de vista comum sobre a canonicidade e a inspiração das Escrituras, comum na igreja evangélica, mas, no entanto, não aceita que o lava-pés é uma ordenança perpétua e obrigatória para os cristãos, então, após examinar os versículos catorze e quinze do capítulo treze do evangelho de João, deverá apresentar uma *interpretação válida* negando que o autor sagrado pretendia que a prática do lava-pés fosse algo perpétuo e universalmente obrigatório para a igreja cristã. Queremos adiantar, contudo, que é muito difícil para alguém encontrar uma interpretação alternativa honesta. As objeções apresentadas acima (ver «A», *Os contrários à sua obrigação*) não são muito convincentes em face das declarações enfáticas do próprio texto sagrado, nesses dois vss. citados, sem falarmos da importância que o rito obviamente tinha na estimativa do autor sagrado, que dedicou uma seção inteira do seu evangelho ao mesmo, ao passo que não separou qualquer espaço para qualquer descrição acerca de uma doutrina tão importante nas Escrituras como é a instituição da Ceia do Senhor.

4. Também devemos levar em conta que *muitas outras coisas*, perfeitamente claras nas páginas do N.T., não estão sendo praticadas pela moderna igreja evangélica. Por exemplo, as instruções do apóstolo Paulo sobre os cabelos compridos e o véu, para as mulheres crentes, no décimo primeiro capítulo de sua primeira epístola aos Coríntios, é uma dessas questões.

5. Geralmente se considera uma insensatez torcer a interpretação das Escrituras a fim de que se adaptem às nossas práticas comuns, no entanto, isso é comumente feito pela igreja moderna. É muito melhor que o crente seja honesto e diga: «Isto é o que esta passagem da Bíblia ensina. Pratico ou não isso, pelas seguintes razões...» E nesse caso, o mesmo indivíduo deveria prosseguir: «O décimo terceiro capítulo do evangelho de João ensina a natureza universal e obrigatória do lava-pés. Pratico ou não o lava-pés pelas seguintes razões...» E as razões então expostas devem ser satisfatórias tanto para a consciência como diante das crenças (de modo geral e no que tange à inspiração e ao *cânon* do N.T.) daquele que as apresenta.

6. O argumento que nos lembra que *costumes* comuns nas sociedades antigas (como lavagem dos pés de visitantes em casa), têm mudado, portanto, têm mudado também *certas práticas* na igreja moderna, porque elas não têm mais «bases sociais», têm certa força. É possível que o autor do evangelho de João, no contexto moderno (que não tem mais o costume da lavagem de pés) não insistiria na continuação da mesma na igreja, mas sim, na ênfase sobre serviço humilde em favor dos outros, o que é o «significado espiritual» deste trecho.

IV. Significação da Cerimônia do Lava-pés. Nos seis pontos discriminados abaixo oferecemos amplos detalhes sobre o sentido da cerimônia do lava-pés formando uma espécie de sumário:

1. Temos aqui um ensino de *humildade mútua*, e não mera demonstração de humildade, da parte de superiores para com seus inferiores (embora essa idéia também faça parte do sentido), segundo o rito tem sido algumas vezes usado, embora erroneamente. Pelo contrário, deve ser uma prática fraternal, em que haja reciprocidade. Jesus estava ensinando uma profunda lição de unidade, eliminando as rivalidades, como aquela que acabara de surgir no meio dos discípulos, que discutiam sobre qual deles porventura seria o maior no reino dos céus.

2. A purificação física obtida no lava-pés provavelmente serve de símbolo da *purificação* parcial dos crentes, isto é, na regeneração, o indivíduo é inteiramente purificado no tocante às exigências da lei, em sua identificação com Cristo Jesus, mas, como ele ainda está sujeito a atos de pecado, precisa de purificação diária — seus pés (e os pés são um símbolo da conduta diária) se sujam durante a caminhada neste mundo e precisam ser limpos.

3. Alguns estudiosos vêem no rito da lava-pés uma referência ao *batismo*, e essa posição, apesar de estranha, é compreensível, porquanto o batismo também fala em parte da purificação, ainda que o seu simbolismo principal consista na identificação do crente com Cristo, em sua morte (para com a vida antiga) e em sua ressurreição (participação na vida de Cristo, a vida imortal). Entretanto, não parece ter sido esse o intuito do autor sagrado, embora tenha sido uma interpretação bastante popular nos círculos eclesiásticos de séculos passados

4. Outros acreditam que o lava-pés age como *substituto* do rito da Ceia do Senhor, ou, pelo menos, que seja o equivalente joanino da Ceia do Senhor. Mas não há que duvidar que não foi essa a intenção do autor sagrado ao fazer o registro sobre o episódio da lavagem dos pés dos discípulos, por parte do

Senhor Jesus. E isso porque a Ceia do Senhor está presente no texto, embora não tenha sido tão claramente delineada, conforme se vê em outros evangelhos ou nos escritos de Paulo.

5. A lição sobre a necessidade de humildade entre os crentes se destaca, aparecendo claramente à superfície, para que todos a percebam, porém, o ensino bíblico se aprofunda bem mais do que isso, atingindo mesmo a *verdadeira santificação*. O que se tenciona ensinar ali é que o crente deve estar de tal modo transformado em sua natureza moral que, mui naturalmente, manifeste a humildade que Cristo requer da parte dele. Ora, essa manifestação requer santificação, a saber, a transformação da natureza moral do crente. É exatamente à base desse princípio que alguns intérpretes têm visto, no rito do lava-pés, uma alusão ao batismo, o que, contanto que limitemos isso a uma *alusão* (e não substituição) à idéia do batismo, pode ser uma interpretação correta.

6. A idéia expressa no quinto ponto (imediatamente acima) pode ser aprofundada (ver o vs. 8 deste mesmo capítulo) até o ponto em que o lava-pés se torna um símbolo da *purificação da alma*, embora o batismo possa simbolizar esse aspecto com maior aptidão. A regeneração total é aqui subentendida e simbolizada.

7. Este rito simboliza *serviço mútuo*, o cumprimento da lei do amor. Ver os vss. 14 e 15.

Necessidade da Humildade

1. Ela é necessária no serviço de Deus (ver Miq. 6:8).
2. Cristo é o exemplo supremo da humildade (ver Fil. 2:5-8).
3. Precisa ser uma característica dos santos (ver Sal. 34:2).
4. Empresta grandeza espiritual (ver Mat. 18:4).

LAVATER, JOHANN

Suas datas foram 1741-1801. Ele foi pensador, autor e líder protestante. Nasceu em Zurique, na Suíça. Fez muitas e extensas viagens pela Alemanha, e assim chegou a conhecer a maioria dos líderes religiosos importantes de sua época, naquele país. Serviu como pastor protestante em Zurique, onde também veio a falecer. Ele foi o primeiro a afirmar expressamente que o trabalho pastoral, na realidade, é uma *cura de almas*. Seu ministério de aconselhamento era intenso, e mantinha correspondência com muita gente. Enfatizava sempre a necessidade do contacto pessoal no ministério pastoral. Sua fé religiosa era, essencialmente, bíblica e emocional, mas não abandonava o aspecto do raciocínio filosófico desempenhado no exame, acolhimento ou rejeição de idéias religiosas. No entanto, de modo geral, seu ministério e seu exemplo levaram ao racionalismo religioso, como um dos fatores no desenvolvimento do idealismo alemão. Ele costumava escrever diários morais, e o seu *Diário Secreto* veio a tornar-se um modelo de auto-exame, de auto-avaliação.

Ele concebia a natureza como manifestação direta do Espírito de Deus, e assim, com base na natureza, muito poderíamos aprender sobre a mente divina e os seus intuitos. Lavater também foi um notável escritor de assuntos místicos. Ver o artigo intitulado *Misticismo*.

LAVATÓRIO

Ver **Mar de Fundição; Lavatório.**

LAVELLE, LOUIS

Suas datas foram 1883-1951. Foi um filósofo francês. Nasceu em Saint-Martin-de-Villéreal. Foi professor no Collège de France. Tornou-se mais conhecido por causa de sua filosofia acerca da natureza da *liberdade*. Cumpre-nos considerar os cinco pontos abaixo, sobre ele:

1. Os homens devem participar do Ato de Ser. Para tanto, devemos disciplinar nossos instintos espontâneos por meio da razão. E é assim que começamos a atingir toda a nossa potencialidade como pessoas humanas. O alvo de tudo isso é a consecução da verdadeira liberdade, interna e externa, pessoal e social.

2. Em nossos exercícios racionais e espirituais, chegamos a relacionar-nos ao Ato Absoluto que é o Ser Absoluto. E ele também é a Liberdade Absoluta. Cada indivíduo, à sua própria maneira, é capaz de participar nesta liberdade. Uma participação crescentemente maior no Ser e na Liberdade Absolutos é o alvo próprio de toda a existência.

3. Distinguindo-se de filósofos como Sartre, que *desintegrava* o universo humano, herdado pelas tradições, Lavelle, à semelhança de Jaspers e Barth, tentava *reintegrar* as experiências fundamentais da humanidade. Ele interpretava o homem espiritualisticamente, e não materialisticamente.

4. Para ele, a metafísica era a ciência da interiorização espiritual. Sondando nossos seres interiores, por meio da razão e da intuição, descobrimos as nossas relações com o Absoluto. Todas as experiências humanas, pois, emergem dessa participação no Absoluto. O mundo separa os atos puros da porção limitada que cada indivíduo desempenha, mas é possível um processo de reintegração. A consciência individual faz parte da consciência absoluta.

5. No campo da ética, ele ensinava que a liberdade é a essência do ser moral do homem, além de ser o alvo principal a ser buscado. A nossa tarefa consiste em nos ajustarmos à nossa melhor parte, a verdadeira essência de nosso ser, porque, assim fazendo, corresponderemos melhor ao Absoluto.

Obras. On Being; Self-Awareness; The Ego and its Destiny; On the Act; Evil and Suffering; Of Time and Eternity; Introduction to Ontology; The Powers of the Ego; On the Human Soul; Treatise on Values; Spiritual Inwardness.

LAVRADORES

No Antigo Testamento:

1. No hebraico, *ikkar* (no acádico, *ikkar*, «homem do arado»). Desconhece-se qual a condição social desses indivíduos. O código de Hamurabi (vide) parece indicar que era uma espécie de capataz agrícola. O trecho de Isaías 61:5 contrasta-o com os pastores. Ver II Crô. 26:10; Jer. 31:24; Joe. 1:11; Amós 5:16.

2. *Yogeb*, que vem de uma palavra que significa «escavar» (no hebraico, *gub*), o que alude ao trabalho com a enxada, envolvido na agricultura, bem como ao trabalho manual pesado dos lavradores. Ver II Reis 25:12 e Jer. 52:16.

3. *'Is adama*, que significa «homem do solo». Todavia, essa expressão pode indicar tanto um lavrador do solo quanto um criador de gado. Ver Gên. 9:20.

No Novo Testamento:

1. No grego, *georgós*, «fazendeiro», «agricultor». Essa palavra ocorre por dezenove vezes: Mat. 21:33-35,38,40,41; Mar. 12:1,2,7,9; Luc. 20:9,10,14, 16; João 15:1; II Tim. 2:6; Tia. 5:7.

Havia agricultores que possuíam suas próprias terras, mas havia outros que alugavam a terra e

pagavam o aluguel com os produtos agrícolas colhidos.

2. *Usos Metafóricos*:

a. O próprio Deus é comparado com um agricultor. Ele semeia, planta, cultiva, colhe e espera fruto da parte daqueles que estão seriamente interessados pelas realidades espirituais (João 15:1 *ss*).

b. Os líderes religiosos de Israel eram os lavradores ao encargo dos quais Deus deixara a sua vinha, mas eles abusaram dos profetas de Deus e do seu próprio Filho, o que só serviu para arruiná-los espiritualmente (Mat. 21:33-41).

c. Há uma metáfora calcada sobre questões agrícolas, em Gálatas 5:22, onde as virtudes espirituais são comparadas com os frutos cultivados pelo Espírito em nossas vidas. Ver o artigo separado intitulado *Agricultura, Metáfora da*. Ver também *Agricultor* e *Agricultura*.

LAW, WILLIAM

Suas datas foram 1686-1761. Ele foi um teólogo, moralista e místico inglês. Nasceu em King's Cliffe, Northamptonshire. Era filho de um lojista de boa família. Ingressou no Emmanuel College, em Cambridge, em 1705. Foi eleito membro da Universidade. Foi ordenado ao clero anglicano. Entretanto, por motivos políticos, perdeu aquela posição de membro da Universidade. Sustentava-se ensinando a particulares e em capelas. Viveu uma vida devota, caracterizada pelo estudo, pela oração, pelas boas obras, e como escritor. Escreveu vários livros influentes, entre os quais *A Treatise of Christian Perfection*; e *A Serious Call to a Devout and Holy Life*. Esses livros influenciaram importantes figuras da Igreja, como João Wesley, e até hoje são lidos. Um outro livro dele, *The Case of Reason*, foi uma obra polêmica com o intuito de contradizer o *deísmo* (vide) de Tindal, uma figura importante na época. Em cerca de 1733, Law começou a familiarizar-se com os escritos de Jacob Boehme, o famoso místico; e, desde então, tanto a sua vida quanto os seus escritos mostraram marcante influência da tradição mística. As crescentes experiências místicas pessoais que teve, obtiveram para Law o título de «o místico inglês».

LAYA IOGA

Ver sobre **Ioga**, décimo primeiro ponto.

LÁZARO (Ver também, Lázaro, Ressurreição de).

Esse nome chegou ao português como transliteração, para o grego, do nome próprio hebraico, *Eleazar*, que significa «Deus ajuda». Há dois homens com esse nome, nas páginas do Novo Testamento.

1. Na parábola de Jesus, em Luc. 16:19-31, encontramos a descrição sobre um homem rico, e sobre um certo *Lázaro*, que vivia de pedir esmolas daquele homem rico. O nome do rico não aparece no relato bíblico, mas a tradição atribui-lhe o nome de *Dives*. O fato de que isso apenas corresponde à palavra latina para «rico» mostra que não passa de uma invenção essa tradição do nome do rico. De acordo com o relato, ambos os homens morreram. E, no outro mundo, suas situações foram invertidas. O rico encontrou-se em castigos atormentadores, ao passo que Lázaro desfrutava da alegria e de exaltação, no seio de Abraão, a porção melhor do sheol (vide). Ver também sobre o *Hades*. Alguns pesquisadores têm encontrado o original desse relato, na literatura egípcia. Mas a verdade é que o tema era comum, sendo apenas natural que mais de uma história semelhante, com a sua mensagem, tivesse sobrevivido. Os estudiosos salientam que o relato harmoniza-se bem com os interesses sociais de Lucas (comparar com Luc. 6:20-26). Alguns intérpretes pensam que as «chagas» de Lázaro eram produzidas pela lepra. E é por isso que Lázaro foi escolhido como santo patrono dos leprosos. A palavra «lázaro» tem sido adaptada para vários idiomas, indicando o mal de Hansen ou outra enfermidade cutânea de mau aspecto. Essa palavra vem do latim, *lazarus*, uma referência à personagem bíblica desse nome. A palavra italiana *lazaretto* indica um hospital, especialmente os hospitais públicos, onde os pobres, com enfermidades infecciosas, são mantidos segregados e são tratados. Consideremos ainda os pontos abaixo:

a. *Importância da parábola na teologia.* — Esse relato de Jesus assumiu certa importância na *teologia*. Ele ensina definidamente uma existência consciente no após-túmulo, tanto no caso dos salvos quanto no caso dos condenados. Também ensina um sofrimento consciente no hades, e júbilo consciente no caso dos remidos. Naturalmente, nesse relato, encontramos terreno tipicamente judaico, no tocante à doutrina do após-vida. E o quadro assim obtido seria muito lamentável, se o resto do Novo Testamento nada mais tivesse a adicionar a esse quadro. De fato, um trecho muito iluminador é o de I Ped. 3:18—4:6, que mostra que Jesus, o Cristo, teve uma missão remidora no hades, tendo anunciado o evangelho naquele lugar. Isso resultou no fato de que a oportunidade de salvação, além-túmulo, tornou-se uma realidade. O evangelho foi pregado aos mortos (ver I Ped. 4:6). Temos preparado um longo e detalhado artigo sobre essa missão de Cristo, intitulado *Descida de Cristo ao Hades*. Uma missão dessa natureza é exatamente o que se poderia esperar do grande amor de Deus, através do Filho, aquele que se identificou como Irmão de toda a humanidade e, em sentido espiritual, de todos os remidos.

b. *A doutrina do hades* envolve uma longa e complexa história. Tem passado por considerável desenvolvimento, no decurso dos séculos. Ver o artigo sobre o *Hades*, quanto a completas descrições.

c. *Uma significativa misericórdia.* O homem rico tinha cinco irmãos, e anelava que Lázaro fosse enviado como missionário a eles, a fim de que não terminassem encerrados naquele mesmo horrendo lugar. Mas o pedido foi negado por Abraão, sob a explicação de que os irmãos do rico contavam com os escritos de Moisés e dos profetas. Encontramos aí duas importantes lições: A primeira salienta a importância das Sagradas Escrituras. A segunda é que, embora essa petição não tenha sido atendida na ocasião, ela o foi mais tarde, devido ao fato de que Jesus abriu o hades como campo missionário, anunciando ali o evangelho. E isso foi muito melhor do que enviar de volta, ao mundo dos vivos, alguém que já havia falecido. Além disso, conforme foi ordenado pela graça de Deus, *o próprio Jesus* pregou no hades, após a sua morte expiatória. E isso, por certo, indica uma misericórdia deveras significativa. Notemos como Jesus *ultrapassou* em muito ao pedido do rico, pedido esse não atendido por Abraão. Mas Cristo, longe de não atender ao pedido, foi muito além do que o rico poderia ter esperado. É a questões assim que podemos chamar de «o amor de Deus». Entristecemo-nos diante do fato de que a maioria dos evangélicos, hoje em dia, perdeu completamente a



CASA DE LÁZARO, E ALDEIA DE BETÂNIA — Cortesia, Matson Photo Service



RUÍNAS DA CASA TRADICIONAL DE MARTA E MARIA Cortesia, Matson Photo Service

força do amor de Deus quanto a seus aspectos mais amplos. De fato, muitos chegam a usar a parábola do rico e de Lázaro na tentativa de provar que Deus realmente não amou muito ao mundo, e que o estado dos que se encontram no hades é ao mesmo tempo terrível e fixo para sempre. Em contraste com isso, a comunidade anglicana e a Igreja Ortodoxa Oriental têm percebido essa dimensão maior da missão de Cristo, e, por essa razão, são capazes de falar de modo mais significativo sobre o amor de Deus, do que muitos de seus irmãos evangélicos. Ver o artigo separado, sobre *Lázaro e Dives*.

2. Lázaro de Betânia. A narrativa sobre a ressurreição de Lázaro, residente em Betânia, é uma das maiores narrativas do Novo Testamento, ao mesmo tempo que deixa consternados a muitos estudiosos, por haver sido registrada somente pelo apóstolo João. E eles indagam: Como pode ter acontecido isso? Ver o artigo separado chamado *Lázaro, Ressurreição de*, que discute todos os ângulos do problema. De acordo com uma antiga tradição, registrada por Epifânio (*Haer.* 66.34), Lázaro tinha trinta anos de idade quando o Senhor Jesus o ressuscitou, e então viveu ainda por mais trinta anos.

João 11:1: *Ora, estava enfermo um homem chamado Lázaro, de Betânia, aldeia de Maria e de sua irmã Marta.*

Lázaro. Têm sido feitas diversas tentativas para identificá-lo com o jovem rico do trecho de Mat. 19:16, mas não há qualquer evidência em favor dessa posição. Naturalmente, lendas e tradições foram criadas em torno de sua pessoa, mas nada disso é caracterizado pela certeza. Tudo o que sabemos de Lázaro é justamente aquilo que encontramos nas referências a ele, neste capítulo, bem como no décimo segundo capítulo do evangelho de João (ver João 12:1,2,9,10 e 17). Lázaro era irmão de Maria e Marta, provavelmente filho ou cunhado de Simão, o Leproso (ver Mat. 26:6 e Mar. 14:3), em cuja casa todos viviam. Qual teria sido o parentesco exato, não sabemos com certeza, embora alguns comentadores conjecturem que Simão fosse marido ou irmão de Marta. Seja como for, deve ter havido algum laço de família que envolvia a todos eles — Simão, Lázaro, Maria e Marta. Parece que Jesus se utilizava da casa da família como lugar de retiro, quando se encontrava na área de Jerusalém. Visto que Betânia ficava a apenas cerca de três quilômetros de Jerusalém, podemos conjecturar que Lázaro era um bom amigo do Senhor Jesus. Em conformidade com a tradição (ver *Epifânio Haer.* 66), Lázaro viveu ainda trinta anos após ter sido ressuscitado por Jesus, tendo morrido com a idade de sessenta anos. Outros detalhes, além desses poucos, desconhecemos por completo, o que é belamente ilustrado pelo poema que diz:

Eis um homem ressuscitado por Cristo!
O resto permanece sem revelação;
Ele não contou; ou algo selou
Os lábios do evangelista.
(In memoriam, Alfred Lord Tennyson)

Existem tradições que fazem de Lázaro um ministro do evangelho, em anos posteriores, em Marselha, na Gália, onde ele teria fundado uma igreja e onde, finalmente, teve morte de mártir, mas essas são lendas totalmente destituídas de base histórica, sem qualquer valor, exceto como ficção religiosa. Não obstante, os «lazaristas», uma sociedade missionária de padres, na França, recebeu seu nome como derivação do nome de Lázaro de Betânia.

O nome *Lázaro* é uma forma abreviada do apelativo *Eleazar*, que significa «Deus é auxílio». Sendo Lázaro um homem obscuro, por haver sido beneficiado de maneira toda especial pela obra de Cristo, tornou-se um excelente símbolo de toda a humanidade, composta, em sua grande maioria, de pessoas comuns e obscuras, mas que, não obstante, são objetos do amor e do cuidado de Deus (ver João 3:16) e que, em potencial, são recebedoras da própria vida e da natureza de Deus (ver II Ped. 1:4).

O único outro **Lázaro** das páginas do N.T. é o de Luc. 16:19-31, na história do **rico** (a quem a tradição deu o nome de «Dives») e Lázaro, um esmoleiro, seu ex-conhecido, os quais são pintados juntos no hades, um deles em sofrimentos perenes e o outro em descanso e aprazimento. Naturalmente não há qualquer conexão entre esses dois «Lázaros».

LÁZARO DE BETÂNIA

Ver sobre **Lázaro**, segundo ponto.

LÁZARO E DIVES

Na parábola sobre Lázaro e o rico, a versão latina diz: *homo quidam erat dives*. A palavra latina *dives*, nesse trecho, significa «rico». A partir daí, essa palavra aparece, em algumas versões, como um nome próprio, *Dives*. Nos dramas cristãos, Dives é o nome do homem rico do relato. A história veio a tornar-se um poderoso texto de prova sobre o perigo e a futilidade das riquezas. Aquele homem possuía aquilo que outros buscam com tanta diligência; mas, que benefício as riquezas lhe trouxeram, afinal de contas? A espiritualidade deve ocupar o lugar supremo, em nossas considerações. Todas as demais condições desintegram-se e podem ser revertidas. As primeiras tradições cristãs referem-se, pois, a esse homem pelo nome de Dives. Mas isso repousa sobre uma tradução latina, malfeita para outras versões, e não tem autoridade alguma. Outros nomes para esse mesmo homem têm sido encontrados nas versões sírias e coptas.

Fontes Presumíveis da Narrativa:

1. Jesus usou sua oniscIência como Filho de Deus, a fim de narrar esse caso. Pois, de outra sorte, como poderia ter sabido o que ocorria no hades?

2. Jesus deu-nos essa «parábola» como se fosse outra qualquer de suas parábolas, e não querendo indicar que dois homens como o rico e Lázaro realmente existiram. Há quem não concorde com esse ponto, dizendo que nas verdadeiras parábolas ninguém é chamado por nome, dando a entender que as personagens que porventura apareçam são fictícias.

3. Jesus tomou conhecimento do caso de um pobre esmoler, que teve alguma relação com um homem rico, como aquele descrito nessa história. E, então, utilizou-se desse conhecimento, adicionando os informes sobre o após-túmulo com base em sua própria autoridade.

4. Lucas inventou a história, embora calcada sobre caracteres conhecidos, cujos nomes reais foram ocultados. Tertuliano sugeriu que estavam em pauta Herodes e João Batista — uma idéia fantástica, sem dúvida nenhuma.

5. Alguns identificam Lázaro de Betânia com o Lázaro daquela parábola contada por Jesus, fazendo a história aplicar-se a ele, e fazendo dele, além disso, um leproso. Porém, isso é especulação desnecessária. Quanto aos aspectos teológicos da história, ver sobre *Lázaro*, primeiro ponto.

••• ••• •••

LÁZARO E O RICO

Ver **Dives e Lázaro e Dives.**

LÁZARO, RESSURREIÇÃO DE — JOÃO 11:1-57

O autor do quarto evangelho nos informa (20:31-32): «Na verdade fez Jesus diante dos discípulos muitos outros sinais que não estão escritos neste livro. Estes, porém, foram registrados para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, *tenhais vida* em seu nome». (Quanto a mais amplas particularidades sobre o sentido dessa declaração, o leitor pode examinar as notas expositivas referentes a esse trecho mencionado no NTI).

Por conseguinte, vemos que um dos propósitos centrais deste evangelho, se não mesmo o seu propósito central, era a tentativa de demonstrar, especialmente através de *sinais* (termo esse que visa os «milagres» que Jesus operou com propósitos pedagógicos), que Jesus é o verdadeiro Messias, o Filho de Deus (divino), e que a fé depositada nele (a fé corretamente compreendida, segundo é definida na passagem de João 3:16), é a fonte da vida eterna. Esse propósito tem sido criteriosamente seguido, pelo que vemos um número sempre crescente de provas apresentadas em prol do caráter messiânico de Jesus. Ora, a prova mais freqüentemente reiterada é que os milagres por ele operados tinham o fito de demonstrar a sua autoridade, derivada do Pai, a sua missão divina, o seu caráter messiânico, a sua união com o Pai — e, portanto, que ele é o agente da vida eterna: primeiramente tendo recebido a *vida necessária* da parte do Pai (em sua natureza humana), isto é, aquela vida que não pode deixar de existir, e, em seguida, dispensando essa vida eterna aos homens, fazendo-os assim seres verdadeiramente imortais, tal como Deus é imortal, porquanto passam a compartilhar da vida e da natureza divinas. (Ver II Ped. 1:4. Sobre a «vida necessária» ou «vida independente», ver as notas relativas aos trechos de João 5:26 e 6:57 no NTI).

As provas apresentadas em prol do **caráter messiânico** de Jesus são sumariadas neste quarto evangelho em João 7:45. Jesus contava a seu favor com o testemunho de João Batista, com o testemunho dos discípulos de João, com o testemunho de muitos habitantes da área geral de Jerusalém, com o testemunho de Moisés, nas Escrituras do A.T., com o testemunho de Nicodemos (e outras autoridades), que era membro do sinédrio, o mais alto tribunal e corpo governante dos judeus, composto dos homens mais eruditos nas Escrituras do A.T. Além desses e acima de tudo, havia o testemunho do Pai, o testemunho de sua autoridade, o testemunho de sua união com o Pai, na qualidade de Filho de Deus, a qual era particularmente exibida através dos *sinais* ou milagres, aqueles feitos prodigiosos que visavam atrair a atenção dos homens, fazendo as suas almas se voltarem para Deus, porquanto os milagres operados pelo Senhor Jesus eram sempre compassivos, sempre benéficos, sempre surpreendentes em sua magnitude. (Ver no NTI, as notas em trechos como João 5:19,20; 7:17; 9:32,33; 10:21,32,37,38, todos os quais enfatizam as obras realizadas pelo Senhor Jesus, e a significação das mesmas).

E dessa maneira, o autor sagrado chega aqui finalmente ao ponto de preparar-se para narrar a mais avultada de todas as obras de Jesus (excetuando o caso de sua própria ressurreição), associada com a questão da transmissão de vida eterna. Este décimo primeiro capítulo registra o grande milagre da ressurreição de Lázaro, o qual é o registro mais longo de qualquer milagre historiado nas Escrituras. E o feito prodigioso mais importante dentre todos os milagres já registrados neste quarto evangelho, sendo igualmente o mais espantoso e significativo. Jesus pode conceder a vista física e a visão espiritual (ver o nono capítulo de João), mas também pode devolver a vida física, até mesmo para alguém já morto há quatro dias, como sucedeu a Lázaro, tal como pode outorgar a vida eterna ou vida espiritual aos pecadores, mortos em seus delitos e pecados.

A narrativa aqui apresentada, pois, é o **clímax** de uma série de sinais operados pelo Senhor Jesus, e descreve o dom supremo que o **Logos** pode propiciar aos homens. Jesus já fora exposto como a fonte da água viva, como o pão do céu, como a luz do mundo e como o Bom Pastor, mas aqui ele aparece como a «ressurreição e a vida», como o despenseiro da «vida necessária», a vida de Deus, aos homens, repetindo, em forma gráfica, a mensagem que já pudemos observar no trecho de João 6:57 (ver também João 5:26, quanto a detalhes).

Muitos têm feito a indagação por que um tão grande milagre não foi registrado nos evangelhos sinópticos (Mateus, Marcos e Lucas). Para tal pergunta não temos resposta adequada. O evangelho de João, quanto às suas fontes informativas, evidentemente dependeu principalmente da comunidade cristã em Éfeso, ou, pelo menos, não fazemos idéia melhor do que essa. Mui provavelmente, portanto, esta narrativa faz parte dessa tradição. A fonte informativa central do evangelho de Marcos (o evangelho original), era a comunidade cristã da cidade de Roma. Lucas e Mateus acrescentaram o auxílio de outras fontes informativas, talvez baseadas nas igrejas cristãs de Jerusalém e de Antioquia, além de narrativas que dependiam do testemunho de algumas ou mesmo de uma só pessoa. (Quanto a informação sobre as *fontes informativas*, ver os artigos sobre cada evangelho, sob o título «Fontes Informativas». — Ver também o artigo intitulado o *Problema Sinóptico*, que aborda com mais amplidão a fonte informativa de material encontrado nos evangelhos sinópticos, bem como outros problemas próprios desses três evangelhos).

Mas, retornando à pergunta feita no princípio do parágrafo acima, não sabemos dizer como tão grande milagre *escapou* de ser registrado nas fontes informativas dos evangelhos sinópticos. Contudo, as obras realizadas pelo Senhor Jesus foram extremamente numerosas, tendo sido preservadas em diversas comunidades da igreja cristã, estando além de qualquer dúvida que nenhuma delas preservou todos os prodígios realizados por Jesus, como também o autor deste evangelho nos diz distintamente, em João 20:30 e 21:25, tendo apresentado tão-somente uma seleção do material que tinha à sua disposição, como material representativo do que Jesus fizera e dissera. Assim, pois, muitos outros milagres devem ter sido realizados, mas que não ficaram registrados em qualquer dos quatro evangelhos, acerca dos quais não temos conhecimento algum. Isso não precisa surpreender-nos, embora seja um problema que nos deixa perplexos, pois um milagre dessa magnitude escapou de ser registrado por três dos evangelhos, tendo ficado historiado em apenas um deles. Para isso, pois, não encontramos razão adequada, e as respostas que têm sido oferecidas não passam de especulações. Assim sendo, esse problema pode ser meramente mencionado, mas não solucionado. No presente não encontramos resposta alguma para o mesmo.

As seguintes razões para essa ausência da narrativa da ressurreição de Lázaro, nos três evangelhos sinópticos, têm sido apresentadas (e o leitor pode

fazer o seu próprio julgamento sobre a questão):

1. As razões da tradição *liberal*. O milagre não teria sido realmente um acontecimento histórico, mas antes uma espécie de alegoria vívida, escrita a fim de demonstrar as virtudes doadoras de vida, possuídas por Cristo, embora não deva ser aceita como uma narrativa séria, história real. Teria certo valor espiritual, demonstrando uma importante verdade, mas sem base alguma nos fatos históricos. Assim é que os evangelhos sinópticos não teriam tomado conhecimento da história, posto ser uma composição alegórica do autor do evangelho de João. Respondemos que é possível termos uma verdade espiritual destituída de alicerces históricos, mas nada parece mais claro do que o fato de que este autor narra, com pormenores, um evento que realmente aconteceu, aceito como algo ocorrido na vida de Jesus. Não contamos com outro testemunho além deste do quarto evangelho, e, encontrando-nos nessa posição, não podemos encontrar melhor explicação para o fato.

2. A narrativa pode ter sido omitida pelos demais evangelistas simplesmente porque ela *não cabia* dentro do plano que traçaram para escrever seus respectivos livros. Admitimos que esse argumento é fraco. Parece certo de que se os outros evangelistas tivessem conhecimento do fato, tê-lo-iam registrado.

3. Alguns têm pensado que posto que a maioria dos familiares de Lázaro sobrevivia ainda, quando os evangelhos sinópticos foram escritos, e posto que a sua família era tão significativa, devido às suas conexões com o Senhor Jesus, e posto que a igreja primitiva vinha sendo intensamente perseguida, os autores dos evangelhos sinópticos propositalmente omitiram a história, a fim de não provocarem qualquer perseguição especial a ser infligida contra aquela família. Já o evangelho de João, por ter sido escrito mais tarde, pôde conter a narrativa com toda a segurança, porque se supõe nesse caso que todos os principais participantes da narrativa já teriam morrido por essa altura dos acontecimentos. Esse é o melhor argumento de que dispomos, porém, segundo a minha opinião, *sua probabilidade* não é muito grande.

4. Os evangelhos sinópticos centralizam suas narrativas quase inteiramente no ministério de Jesus na Galiléia, pelo que não contavam com material informativo acerca das atividades do Senhor Jesus na área de *Jerusalém*. Essa explicação é possível, e é difícil julgar a possibilidade da mesma. A pergunta, pois, parece continuar essencialmente sem resposta.

Quanto à natureza do milagre da ressurreição de Lázaro, diversos pontos de vista têm sido tentados, a saber:

1. O ponto de vista *racionalista*. Lázaro não teria realmente morrido, mas teria sido despertado de um transe ou de um estado cataléptico, ou de alguma forma de coma profunda, que de morte só teria tido a aparência. Naturalmente, casos assim têm ocorrido; mas não é provável que o escritor tivesse escrito o detalhe que o corpo já tinha mal cheiro, após quatro dias de sepultamento. Por semelhante modo, um corpo meramente enfermo não poderia ter sobrevivido ao processo de envolvimento e embalsamamento, que os antigos judeus usavam. Essa explicação é apresentada por aqueles que acham difícil crer no que é miraculoso, e para quem qualquer explanação é mais aceitável que um milagre qualquer. Mas nos dias que correm, quando os milagres se tornam mais comuns, tais interpretações são menos seriamente consideradas.

2. O ponto de vista *mítico*. Uma primitiva lenda cristã, possivelmente baseada na história de «Lázaro» (no capítulo dezesseis do evangelho de Lucas), ou simplesmente a invenção do autor deste quarto evangelho, explicando por que razão os outros evangelhos não incluíram essa narrativa. A narrativa teria sido criada com o propósito de ensinar certas lições espirituais, por terem valor religioso, embora à própria narrativa falte qualquer base histórica.

3. O ponto de vista de *impostura ou fraude*. Que a família de Betânia, por razões desconhecidas, teria inventado a história inteira, e que o autor deste evangelho tendo chegado a conhecê-la de alguma maneira, a incluiu neste evangelho. Alguns estudiosos, que tomam essa posição, chegam ao extremo de afirmar que Jesus fez parte da impostura, cooperando com ela, com o propósito de se engrandecer por meio da mesma.

4. O ponto de vista *simbólico ou alegórico*. Seria uma alegoria que demonstra como a morte pode ser vencida, embora não se trate de história que deva ser compreendida como uma ocorrência histórica, apesar de ser prenhe de valor espiritual, assim como qualquer alegoria ou parábola pode ter valor espiritual (muitas parábolas ou alegorias aparecem nos evangelhos sinópticos, duas das quais encontramos neste quarto evangelho, a saber o Bom Pastor e a Vinha Verdadeira).

5. O ponto de vista da *ocorrência histórica*. Essa é a posição tomada pela maioria dos intérpretes, e certamente os intérpretes de doutrina conservadora. Assim é que Philip Schaff (*in loc.*, no Lange's Commentary) diz: «Todas essas teorias devem a sua origem à descrença no que é sobrenatural. Mas elas se neutralizam umas às outras, e nada explicam em absoluto. A única alternativa é a verdade histórica versus a ficção desonesta. A verdade histórica é abundantemente confirmada por sua própria simplicidade, vivacidade e circunstâncias da narrativa, como os quatro dias que Lázaro já havia passado sepultado (ver o vs. 39), bem como o bom senso e a honestidade moral, para dizermos o mínimo, de Lázaro e suas irmãs, do evangelista e do próprio Cristo». As explicações que admitem o elemento miraculoso em geral, podem ser classificadas nesta categoria.

A narrativa se divide mui naturalmente em três seções, com suas respectivas subdivisões, a saber: 1. A preparação, cujo assunto é a morte de Lázaro (ver os vss. 1-16). 2. A própria ressurreição de Lázaro, que foi um notável triunfo sobre a morte física (ver os vss. 17-44). 3. Os efeitos ou reações que pertenceram a duas categorias: a. *efeitos positivos*: a confirmação da fé dos discípulos (ver o vs. 45); e b. *efeitos negativos*: a excitação e oposição dos membros do sinédrio, que deu em resultado um ódio mortal contra Jesus (ver os vss 47-57).

As principais mensagens da narrativa da ressurreição de Lázaro são as seguintes:

1. A realidade do *problema do mal*, isto é, da natureza má e da moral pervertida, que atingia até mesmo os melhores discípulos de Cristo. Lázaro, alguém que era amado e querido por muitos, com ternos laços de família, havia falecido: temos de passar por tempos difíceis. Ver o artigo sobre o *Problema do Mal*.

2. Em tais tribulações, Jesus (com seu auxílio celestial) pode parecer *afastado*, distante, aparentemente inatingido.

3. Contudo, a fé produz *ótimos dividendos*, porquanto Jesus finalmente apareceu e deu solução ao problema que surgira. Como crença a longo prazo, isso é algo que consola — ou mais cedo ou mais tarde,

Deus cuida dos seus, e realiza os seus desígnios em favor de cada um. (Ver o artigo sobre a *Providência de Deus*).

4. Jesus pode realizar um milagre poderoso, um prodígio de *beneficência*, em favor dos seus discípulos.

5. O *caráter messiânico* de Jesus é novamente demonstrado através de suas obras, e, juntamente com isso, fica comprovada a autoridade que recebeu da parte do Pai, a sua missão divina, a sua unidade com o Pai, que lhe conferia o poder.

6. O poder sobre a morte física subentende o poder sobre a morte espiritual, e isso subentende o poder de Cristo para dispensar a vida espiritual ou eterna. (Ver no NTI as notas em João 5:19,20; 7:45; 8:58).

7. O bem pode vencer o mal até nos casos aparentemente mais *impossíveis*. O princípio dominante é a *vida*, não a morte. A morte é meramente uma curiosidade no caminho do desenvolvimento espiritual.

8. Dentro da *polêmica cristã*, o autor sagrado demonstra quão sem razão, quão obstinada e maliciosa era a incredulidade dos judeus, e, por extensão, quão desarrazoada é a incredulidade de qualquer indivíduo de qualquer raça, porquanto a vida e o ministério de Jesus eram bem autenticados pelos «sinais» por ele operados.

LEABIM

No hebraico, «chamejantes» ou «fogosos». Esse é o nome dos descendentes do terceiro filho de Mizraim, que aparece em Gên. 10:13 e I Crô. 1:11. Alguns estudiosos supõem que o termo aplica-se aos atuais líbios, um dos mais antigos povos da África. O termo *Lubim* (talvez uma variante) aparece em Naum 3:9 e Dan. 11:43, que a Septuaginta e a Vulgata traduzem por «líbios». E, nessas mesmas duas referências há a tradução alternativa *núbios*, que já indica colônias de egípcios. E alguns eruditos pensam que eles seriam os *Re Bu* ou *Le Bu* dos monumentos egípcios, de origem midianita ou de origem cognata aos egípcios.

Os leabim eram descritos como líbios de cabelos claros e olhos azuis, que, desde as dinastias egípcias XIX e XX vinham sendo incorporados ao exército egípcio. Os leabim parecem ter saído do Egito juntamente com outros povos, como os ludim (vide), ou, talvez, fossem os mesmos, ou, então, os anamim, naftuim, patrusim, casluim e caftorim (ver Gên. 10:13,14 e I Crô. 1:11). Porém, nada se sabe com certeza a respeito deles.

LEALDADE

1. A fidelidade dos cidadãos a seu país e a seu soberano. Sem essa lealdade, seria impossível qualquer governo. Vemos que o crime não pode ser controlado, nem mesmo pelas mais severas medidas supressivas, onde os homens não sentem lealdade às autoridades. A Bíblia é favorável a essa lealdade, segundo se vê em Rom. 13:1 ss. Naturalmente, isso é limitado pelo fato de que a lealdade a Deus provoca um conflito de interesses (ver Atos 5:29).

2. A fidelidade do indivíduo a Cristo e ao princípio espiritual. Cristo é o Senhor supremo dos cristãos (Atos 4:19,29; 5:29; Mat. 10:17-25; Dan. 3). A verdadeira lealdade alicerça-se sobre a transformação espiritual, regulada pela lei do amor, que é a prova da espiritualidade (I João 4:7). Ver notas completas sobre isso no NTI.

Ser *leal* é ser fiel em qualquer relacionamento, é confiar e ser digno de confiança, é oferecer e receber verdadeira lealdade e devoção. A lealdade consiste em devotamento. Esse devotamento pode ser a uma pessoa, a um grupo, a uma nação, a um conjunto de princípios, a convicções e a instituições. A lealdade é reputada como uma virtude cardeal humana. Historicamente, tem desempenhado importantes funções nas tribos, nos clãs, nas organizações (seculares e religiosas) e na estrutura das nações. Envolve obrigações ao que é considerado como superior no indivíduo, na organização ou no credo. Aquele que é leal também serve aos outros, visto que a lealdade não é mera questão de crença. A lealdade medra quando se instala um espírito de equipe, quando o indivíduo faz parte de algo que ele respeita e deseja promover. Trata-se de uma virtude comunal, coletiva. Muitos problemas morais resultam de conflitos de lealdade.

A *lealdade* não é uma das palavras da Bíblia, embora certamente seja um conceito bíblico claríssimo, expresso através de vocábulos como «fé», «fidelidade», «confiança», «devoção», «dedicação», «consagração», «santidade», etc. Ver Rom. 2:1 *ss* quanto à lealdade dos crentes.

Josias Royce (vide) dava lugar especial à lealdade, em sua filosofia. Ele supunha que o ideal da lealdade é uma qualidade ética universal, uma idéia constante da mente humana. A lealdade é capaz de obter a harmonia entre dedicações que competem entre si. Para ele, a lealdade é o maior princípio ético que existe. Disse ele: «Sê leal à lealdade». Royce também abordou o conflito entre lealdades diversas, que, algumas vezes, deixam os homens tão angustiados. No cristianismo, destaca-se a lealdade a Deus, a Cristo, ao Espírito Santo e à Bíblia, e, então, secundariamente, a outras coisas. E isso fornece-nos uma hierarquia que nos ajuda a resolver questões conflitantes. Royce pensava que o homem tem, em sua consciência, o *ideal* que pode lançar luz nos casos de lealdade conflitante. O seu *ideal* seguia o imperativo categórico de Kant, que assevera: «Vive de tal modo, como se a tua vida e a vida do teu próximo fossem uma só para ti». Isso nos faz lembrar da declaração de Aristóteles, no sentido de que a verdadeira amizade é uma mente só em dois corpos.

LEANOTE

Essa palavra aparece no título do Salmo 88, em algumas versões. Aparentemente refere-se a algum instrumento musical. Nossa versão portuguesa interpreta esse instrumento como «cítara». Ver o artigo sobre *Música, Instrumentos Musicais*.

LEÃO

1. Palavras e Referências Bíblicas

Seis palavras hebraicas e uma palavra grega estão envolvidas:

a. *Gor*, «mamador». No hebraico, indica um leão jovem (Gên. 49:9; Deu. 33:20; Jer. 51:38).

b. *Kephir*, «felpudo», «hirsuto». No hebraico, um leão jovem que acabou de tornar-se independente (Eze. 19:2,3; Sal. 19:13; Pro. 19:12).

c. *Ari*, «que despedaça». Um leão adulto, caçador e destruidor (Naum 2:12; II Sam. 17:10; Núm. 23:24). No Antigo Testamento, esse é o nome mais comum desse grande felino.

d. *Schachal*, «rugidor». O leão que assusta com suas ameaças; algumas vezes, o «leão negro» (Jó 4:10; 10:16; Pro. 26:13; Osé. 5:13; 13:7).

e. *Layish*, «forte». No hebraico, o leão feroz (Jó 4:11; Pro. 30:30; Isa. 30:6).

f. *Labiah*, «rugidora». No hebraico, a leoa (Jó 4:11).

Sob essas diversas formas, a palavra «leão» aparece por cerca de cento e cinqüenta e cinco vezes no Antigo Testamento.

g. No grego, *léon*. Aparece por nove vezes no Novo Testamento: II Tim. 4:17; Heb. 11:33; I Ped. 5:8; Apo. 4:7, 5:5; 9:8,17; 10:3 e 13:2.

2. Descrição e Características

O leão é o maior e mais formidavelmente armado de todos os animais carnívoros. Somente o tigre da Índia lhe oferece competição. Um leão adulto da Ásia pode chegar até os 205 kg de peso, e um leão africano, aos 230 kg de peso. Um leão pode matar um homem com um simples golpe de pata; suas garras podem causar talhos de dez centímetros de profundidade, em uma fração de segundo. Com um único golpe de pata, um leão pode quebrar as vértebras de um novilho. Um leão geralmente chega aos 3,60 m de comprimento. O recorde é 3,90 m de comprimento, da ponta do focinho à ponta da cauda. As leoas são menores e mais leves que os leões. Os leões vivem, em média, trinta anos. As fêmeas não têm juba, mas a cabeça dos machos tem pêlos luxuriantes, que descem até o pescoço, ao que chamamos de juba. São necessários cerca de sete anos para que a juba se forme por completo em um leão adulto. A reprodução e a concepção podem ocorrer em qualquer época do ano, e a fêmea dá à luz a três ou quatro filhotes, uma vez por ano.

Os leões comem muitas espécies de animais, pequenos e grandes, além de também caçarem certas aves. O leão usualmente mata suas vítimas quebrando-lhes o pescoço, o que pode fazer facilmente, devido às suas poderosas queixadas. Há leões que se tornam devoradores de seres humanos. O leão tem excelente audição, como também visão e olfato muito bem desenvolvidos.

O leão é famoso por seu espantoso rugido, que, usualmente, solta para advertir a outros leões para que se mantenham longe de seu território e de suas fêmeas. Alguns estudiosos dizem que os leões são polígamos, mas outros insistem que eles são monógamos. Talvez ambas as condições existam entre eles, dependendo do estilo de cada macho. Seja como for, os leões brigam muito entre si e por causa das fêmeas.

Além do homem, que é o inimigo mais perigoso do leão, este tem de enfrentar parasitas e certas enfermidades. Quase todos os leões, selvagens ou mansos, vivem infectados por vermes, havendo uma elevada taxa de mortalidade entre os filhotes.

Há cerca de dez espécies conhecidas de leões africanos. Também há várias espécies de leões asiáticos, ligeiramente menores que seus primos africanos. Em nossos dias, o habitat dos leões anda muito reduzido, em comparação com o que sucedia na antiguidade. Na remota antiguidade, os leões vagueavam por grande parte do suleste europeu, por todo o continente africano, pela parte ocidental da Ásia e pelo subcontinente indiano. Os romanos entretinham-se lançando aos leões os criminosos e os cristãos. Quando esse cruel esporte se popularizou, havia grande demanda pelo rei dos felinos. Lê-se que os romanos chegaram a cruzar leões em cativeiro, para garantir que seu feroz entretenimento tivesse continuidade. As referências bíblicas são muito numerosas no tocante ao leão e com base nisso, sabe-se que essa espécie de animal era muito comum nas terras bíblicas.

3. O Leão e a Arte

A antiga arte egípcia muito retratava o leão, mostrando que ele fora dedicado ao deus Shu e à deusa Sechmete. Ambas as divindades eram simbolizadas pela cabeça de um leão. Visto que as inundações do rio Nilo ocorriam quando o sol se encontrava na constelação zodiacal do *Leão*, o leão era símbolo da água. Por causa dessa circunstância, muitos receptáculos para conter ou transportar água eram decorados com pinturas ou esculturas representando um leão. Entre os assírios e os gregos, o leão representava a deusa Cibele (Rea). Os assírios, os gregos e os romanos esculpiam figuras de leões em seus edifícios públicos, como símbolos de guardiães. Na arte cristã, o leão tornou-se símbolo de Cristo, que é chamado de *Leão de Judá*. Esse animal também tem sido associado a Daniel, Marcos e Jerônimo. Um ótimo exemplo de gravura mostrando a caça aos leões foi encontrado nos relevos do palácio de Assurbanipal, de cerca de 650 A.C., em Nínive. Um relevo representando um dragão-leão alado, foi encontrado em Susã.

4. Cativeiro, Procriação e Caça

O trecho de Dan. 6:7 *ss* mostra-nos que, na antiguidade, os leões eram conservados em cativeiro para se multiplicarem. Já vimos que os romanos, séculos mais tarde, faziam a mesma coisa, com suas razões especiais. Porém, muito antes disso, segundo se sabe, os egípcios criavam leões e os treinavam para ajudá-los na caça. É conhecido que Ramsés II tinha um leão como seu bicho de estimação, que o acompanhava às batalhas. A caça aos leões era um esporte perigoso, mas o favorito, entre os reis e nobres da Assíria. Os antigos acreditavam que o caçador que matasse um leão adquiria seus atributos.

5. Usos Figurados

a. Deus é comparado a um leão, devido ao seu poder, direito de julgar, etc. (Osé. 5:14; Amós 1:2; 3:8).

b. Cristo é o Leão da tribo de Judá. Ver o artigo separado sobre o *Leão de Judá*. A referência bíblica principal é Apo. 5:5.

c. A comunidade religiosa de Deus é comparada a um leão, por ser fortalecida por Deus, uma vencedora, portanto, terrível para os que lhe fazem oposição (Miq. 5:8).

d. Os santos do Senhor são leões, em face de sua ousadia e poder no serviço que prestam a Deus (Pro. 28:1).

e. A tribo de Judá era chamada de leão, em face de seu poder e coragem, o que resultou em muitas notáveis conquistas (Gên. 49:9). Outro tanto foi dito acerca de Gade (ver Deu. 33:20) e de Dã (ver Deu. 33:22).

f. Inimigos cruéis e poderosos são chamados leões (Isa. 5:29; Jer. 49:19).

g. Os temores imaginários dos preguiçosos são quais leões que caçam e ameaçam (Pro. 22:13).

h. Um leão amansado simboliza o homem natural, subjugado pela graça divina (Isa. 11:7; 65:25).

i. A paz será estabelecida na terra quando o leão e o boi puderem habitar juntos, e o leão comer erva, em vez de ser um animal carnívoro (Isa. 11:7).

j. Um leão alado simbolizava Nabucodonosor, rei da Babilônia, em certa visão de Daniel (Dan. 7:4).

l. *Nos sonhos e nas visões*. O leão pode simbolizar apetites ferozes e devoradores; a força brutal, os instintos incontrolados. Entrar em luta com um leão indica contender com algum problema ou força poderosa e potencialmente destrutiva. O leão pode indicar orgulho e coragem, ou perigos à espreita, ou o temor imposto por problemas destruidores. Um leão e

um cordeiro indicam união e compatibilidade, a união de opostos, como os instintos e o espírito.

m. Satanás é um leão que vive cercando e prejudicando aos santos do Senhor (I Ped. 5:8).

LEÃO I, PAPA

Também chamado Leão, o Grande. Esse nome vem do latim, *leo*, «leão». Foi o título de treze papas e de seis imperadores bizantinos. Todos os papas com esse nome são descritos neste e nos doze artigos seguintes.

Leão I, o Grande, nasceu em cerca de 390 e morreu em 461 D.C. Foi o primeiro bispo de Roma a obter reconhecimento geral para sua reivindicação à supremacia como sucessor de Pedro. Essa supremacia foi fomentada pelo fato de que Leão I defendeu a cidade de Roma contra Átila e seus bárbaros invasores. A definição de Cristo, dada por Leão I, foi adotada pelo concílio de Calcedônia, em 451 D.C., tendo permanecido como a posição ortodoxa. Ver o artigo separado sobre os *Concílios Ecumênicos* e sobre *Calcedônia, Concílio de*.

Leão I nasceu, provavelmente, em Roma, aparentemente de origem toscana. Os historiadores não têm conseguido descobrir muita coisa sobre seus primeiros anos de vida, e nem sobre o tempo de sua ordenação. Seus escritos mostram que ele recebera boa educação, embora desconhecesse o grego. Serviu como diácono ao tempo dos papas Celestino e Xisto III. Em 440 D.C., foi enviado à Gália a fim de ser o mediador na querela entre os generais imperiais Aécio e Albino, e continuava ali quando foi informado sobre a morte de Xisto III, e de que ele mesmo fora eleito papa. Foi consagrado papa a 29 de setembro de 440 D.C. Levava a sério os seus deveres sacerdotais, conforme se vê por quase cem sermões feitos ao povo de Roma. Além disso, cento e quarenta e três de suas cartas sobreviveram, além de trinta que foram escritas a ele. Essa literatura dá-nos uma noção das suas idéias e ansiedades sobre os cristãos espalhados por todo o império romano.

Contra as Heresias. Leão I tomou medidas contra os maniqueus, em Roma, contra os seguidores de Pelágio, em Aquiléia, e contra os priscilianistas, na Espanha. Temos provido artigos sobre todas as três seitas. Suas atividades envolveram-no em toda espécie de questão eclesiástica, por todo o império, demonstrando isso que, em sua época, o bispo de Roma era tido como uma posição dominante na Igreja organizada, merecendo o título de *papa*, «papai». Mas, ver Mat. 23:9.

Em 448 D.C., *Êutico* (vide) escreveu a Leão, queixando-se do reavivamento do *nestorianismo* (vide). Êutico foi desligado por Flaviano, patriarca de Constantinopla, mas pediu que Leão o reintegrasse. As investigações feitas por Leão desvendaram o fato de que na verdade, Êutico estava ensinando a heresia que nega a genuinidade das naturezas humana e divina de Cristo. Êutico contava com o apoio do imperador Teodósio II e por ocasião do chamado Sínodo de Latrão, em Éfeso, fez Flaviano ser removido, e ele mesmo ser reinstalado. Porém, Leão I declarou tudo isso nulo, e protestou contra o papel do imperador, na questão. Dois anos mais tarde, no concílio de Calcedônia, Flaviano foi vindicado, e Dióscuro, patriarca de Alexandria, e Êutico foram depostos. Leão I escreveu uma carta dogmática, lida perante seiscentos bispos. Ele falou sobre a genuinidade da *encarnação* de Cristo, defendendo tanto a sua natureza humana quanto a sua natureza divina.

Os Hunos. Átila e suas hordas invadiram a Itália em 452 D.C. O imperador, Valentiniano III, pediu que Leão negociasse com Átila. Os dois encontraram-se perto da cidade atualmente chamada Peshiera del Garda, na parte central-norte da Itália. Átila concordou em suspender sua invasão, sob a condição de que receberia tributo. Porém, somente três anos mais tarde, outro bárbaro, o chefe vândalo Genserico, voltou a Roma. Novamente, Leão I tentou aplacar o invasor, dessa vez, porém, com menos sucesso. E Roma foi pilhada durante catorze dias. Passado o pesadelo, Leão I lançou-se à tarefa da reconstrução de Roma.

Um Longo Pontificado. Leão I foi papa durante vinte e um anos, e obteve imenso prestígio entre os cristãos e entre os bárbaros. Era homem dotado de grande energia, magnanimidade e devoção aos seus deveres. Foi declarado Doutor da Igreja pelo papa Benedito XIV, em 1754. O dia de sua festa religiosa, na Igreja Católica Romana, é 11 de abril, e na Igreja Ortodoxa Oriental é a 18 de fevereiro. Suas relíquias estão preservadas na Basílica do Vaticano.

LEÃO II, PAPA

Desconhece-se a data de seu nascimento, embora seja sabido que ele nasceu na Sicília. Morreu em Roma, a 3 de julho de 683 D.C. Foi papa entre 682 e 683 D.C. Embora eleito papa em janeiro de 681 D.C., só foi consagrado ao papado a 17 de agosto de 682 D.C. Não teve tempo para fazer muita coisa, mas tornou-se conhecido principalmente por haver confirmado os atos do Sexto Concílio Ecumênico, em Constantinopla, em 680 — 681 D.C. Esse concílio anatematizou o papa Honório I (que governara em 625 — 638 D.C.), por não haver feito oposição adequada aos monotelitas, que afirmavam que Cristo não tinha vontade humana própria, mas apenas a vontade divina.

Leão II pode ser considerado um erudito. Ele conhecia bem o grego; foi mestre e pastor zeloso, e tinha profundo conhecimento da liturgia romana. Sua festa é comemorada a 3 de julho.

LEÃO III, PAPA

Nasceu em Roma, embora em data desconhecida. E morreu também nessa cidade, a 12 de junho de 816 D.C. Pontificou de 772 a 795 D.C., como sucessor de Adriano I. Foi eleito no dia da morte de Adriano I e foi consagrado ao papado no dia seguinte. Coisa alguma se sabe sobre sua vida, antes disso, a não ser que fora cardeal-sacerdote de Santa Susana, em Roma. O sobrinho de Adriano I aspirava o papado; mas, quando não foi eleito tal, tornou-se o líder de uma facção hostil a Leão III. Por ocasião da procissão do dia de São Marcos, partidários daquele homem agarraram o papa e tentaram cegá-lo e cortar-lhe a língua. Sua recuperação quase imediata do ataque foi tomada como sinal de sua autoridade divina, por parte do povo. Porém, Leão III teve de exilar-se temporariamente de Roma, e procurou refúgio em Paderborn, em companhia de Carlos Magno. Então, o papa retornou a Roma. E, por ordens de Carlos Magno, foram feitas investigações para aclarar os fatos do ataque. Os conspiradores fizeram acusações ao papa, mas foram exilados e aprisionados na França. As acusações contra o papa foram apresentadas no sínodo efetuado na Basílica do Vaticano, mas esse sínodo desqualificou a si mesmo, ao afirmar que não tinha o poder de investigar um papa. Entrementes, Leão III mantinha a sua inocência.

Por ocasião da missa do Natal, no ano 800 D.C., o papa Leão III coroou o rei dos francos, Carlos Magno,

estando este ajoelhado diante do confessionário de São Pedro, o que inaugurou o império carolíngio, predecessor do *Santo Império Romano* (vide). Ao mesmo tempo, Leão III ajoelhou-se diante de Carlos Magno, como sinal de sua homenagem ao poder temporal. Desse modo, foi confirmada a doutrina católica das *duas espadas*, interligadas. Até parecia que o ideal de Agostinho da Igreja como o poder maior dos dois poderes, como mestre do Estado, parecia estar-se tornando uma realidade. A partir daí, Igreja e Estado mesclaram-se livremente, e o Estado chegou a intervir em questões doutrinárias. Mas, ver Mat. 22:21, que ensina que não devemos misturar as atribuições da Igreja e do Estado.

Leão III resistiu às pressões de Carlos Magno para introduzir o *filioque* (vide) no credo Niceno. Ele sentia que a inovação ofenderia à Igreja Ortodoxa Oriental. Mas, esse acréscimo foi feito naquele credo, e a parte oriental da Igreja Católica ofendeu-se deveras, tendo sido essa uma das razões (embora não a mais importante, que era uma questão de rivalidade) do rompimento entre o segmento Oriental e o segmento Ocidental da Igreja Católica, em 1054 D.C.

A Igreja Católica, agora intimamente ligada ao Estado, obteve de volta parte de seus patrimônios perdidos. Controvérsias perturbadoras foram temporariamente acalmadas, e o poderes papais foram fortalecidos, até mesmo em terras distantes. Quando Carlos Magno morreu, em 814 D.C., os sarracenos invadiram as regiões costeiras da Itália, e houve novos conluios contra o papa. Mas, finalmente, a ordem foi restaurada. Leão III faleceu em 816 D.C., e seu nome foi adicionado ao martirológio romano oficial, em 1673.

LEÃO IV, PAPA

A data de seu nascimento é desconhecida, mas sabe-se que nasceu em Roma, onde também morreu, a 17 de julho de 855 D.C. Governou como papa entre 847 e 855 D.C. Serviu em ofícios eclesiásticos menores, antes de sua eleição ao papado, tendo sido subdiácono da basílica laterana; então foi cardeal-sacerdote da igreja do Quatuor Coronati. Sucedeu no trono papal a Sérgio II. Uma de suas primeiras tarefas consistiu em reparar os danos causados pela invasão dos sarracenos. A fim de proteger os interesses da Sé romana, ele mandou construir um elevado muro em redor da colina do Vaticano e da sé de São Pedro. Isso criou o que se tornou conhecido como a Cidade Leonina.

Leão IV teve uma longa lista de realizações, de tal modo que elas ocupam vinte e oito páginas do chamado *Liber Pontificalis*, «Livro dos Pontífices». Em 850 D.C., ele coroou a Luís II, demonstrando que continuava em vigência a doutrina católica das duas espadas, a eclesiástica e a temporal.

Leão IV teve de enfrentar um rival, o cardeal Anastácio, que tinha ambições papais. Em um sínodo, em 853 D.C., foram tomadas medidas contra essa tentativa. Nesse tempo, um legado seu foi assassinado por João, arcebispo de Ravena (de cujo homicídio também participou o seu irmão, o duque de Emília). Finalmente, os dois foram condenados à morte, com a ajuda pessoal do papa. Entretanto, os culpados não foram executados, porquanto era o tempo da páscoa, e a lei proibia punições capitais durante esse período. Leão IV também esteve envolvido em vários outros conflitos e lutas, de natureza eclesiástica e temporal. Há uma lenda que afirma que Leão IV, pelo poder da cruz, foi capaz de extinguir um incêndio no Bargo (bairro inglês) de Roma. Esse alegado evento (do que muitos duvidam) foi celebrado por um grande pintor do passado, Rafael, em algumas pinturas murais, que ainda podem ser vistas na Sala dell'Incendio, no palácio do Vaticano. Finalmente, cabe-nos dizer que Leão IV é relembrado como papa que muito se interessava pela música e liturgia eclesiásticas. A introdução da *asperges* (vide) na missa católica romana tem sido erroneamente atribuída a ele. Contudo, Leão IV promoveu o uso do cântico gregoriano.

LEÃO V, PAPA

Não são conhecidas as datas de seu nascimento e de sua morte. As circunstâncias do papado de Leão V foram, realmente, estranhas. Ele foi eleito papa a fim de suceder a Benedito IV, embora não fosse nem cardeal e nem especialmente proeminente entre o clero. Servia como reitor de uma pequena igreja, perto de Ardea, na Itália. O que o distinguia era sua santidade e devoção pessoais. Todavia, isso não bastou para que ele pudesse resistir ao movimento que se organizou com o propósito de depô-lo. Apenas um mês após a sua eleição (o que teve lugar em agosto de 903 D.C.), ele foi deposto por Cristofer, um cardeal-sacerdote romano. Leão V foi lançado em uma prisão. Mas o próprio Cristofer (que assumira os poderes papais) foi destronado no ano seguinte, por Sérgio III. Os historiadores informam-nos, em seguida, que Sérgio III cuidou de tirar a vida tanto de Leão V quanto de Cristofer, a fim de fortalecer sua própria posição, sem dúvida alguma. Há uma lenda bretã que identifica Leão V com São Tugdual, que era o patrono de Greguier, na França, mas dificilmente há nessa lenda alguma verdade.

LEÃO VI, PAPA

Não se sabe a data de seu nascimento, embora seja conhecido que ele morreu no ano de 929 D.C. Pontificou apenas por oito meses. Esse papa foi estabelecido no papado pela rainha Marozia, que depusera e aprisionara o papa João X em vista de sua insistência em governar independente. A única peça informativa de que dispomos sobre os atos de Leão VI é uma carta que ele escreveu, requerendo dos bispos da Dalmácia que respeitassem os direitos do arcebispo de Espalato, na Iugoslávia.

LEÃO VII, PAPA

Nasceu em Roma, em data desconhecida. Mas morreu nessa cidade, a 13 de julho de 939 D.C. Governou a Sé romana de 936 a 939 D.C. Ao que tudo indica, ele era beneditino. Sucedeu a João XI, e obteve o trono papal, pelo menos em parte, porque era favorecido pela rainha Marozia. Esse papa fazia notável contraste com os seus antecessores imediatos, corruptos e intrigantes. Os historiadores dizem-nos que ele era homem piedoso e generoso. Interessava-se em reformas eclesiásticas e aprimorou as condições nos mosteiros, promovendo as chamadas reformas de Cluny, que tinham sido iniciadas por Odo, abade de Cluny. Odo ajudou o papa Leão VII a aplacar a Alberico e a Hugo, que tinham intenções de assediar a cidade de Roma. Frederico, arcebispo de Mainz, foi nomeado vigário papal, e ajudou Leão VII a consolidar seus poderes na Alemanha. Ele contribuiu para o começo da reforma que floresceu cerca de um século depois, no seio da Igreja Católica Romana.

••• ••• •••

LEÃO VIII, PAPA

Não se sabe quando nasceu, mas morreu em alguma data entre 20 de fevereiro e 13 de abril de 965 D.C. Pontificou de 963 a 965 D.C. O imperador Oto I depusera irregularmente ao papa João XII (que governara entre 955 e 963 D.C.), e pôs a Leão VIII no trono. Ele fora oficial curial e arquivista romano, mas, quando foi eleito papa era apenas um leigo. Por esse motivo, teve de receber as ordens necessárias, como padre, para estar qualificado para o ofício papal. Mas, quando Oto I deixou Roma, João XII depôs a Leão VIII e anulou a sua ordenação sacerdotal. João XII morreu a 14 de maio de 964 D.C., e Benedito V tornou-se o próximo papa. Porém, quando Oto I retornou a Roma, reinstalou a Leão VIII. E Benedito V deixou o papado para ser arcebispo de Hamburgo. E ali morreu, dois anos mais tarde.

Leão VIII é melhor lembrado por seus envolvimentos políticos, e não em vista de suas atividades religiosas. Com seu *Privilegium Ottonis*, ele conferiu ao imperador todos os privilégios exercidos por seus antecessores carolíngios. Destarte, o imperador recebeu autoridade para aprovar ou rejeitar àqueles que fossem nomeados para ofícios eclesiásticos. Alguns pensam que esse documento é apenas uma forja posterior, mas, mesmo que o fosse, provavelmente reflete exatamente as condições vigentes na época.

LEÃO IX, PAPA

Ele nasceu em Eigisheim, perto de Colmar, na Alsácia, a 21 de junho de 1002, e morreu em Roma, a 19 de abril de 1054. Seu nome era Bruno. Era parente do imperador Conrado II, pelo lado paterno. Nasceu em uma família próspera. Foi educado sob a direção de Bertoldo, bispo de Toul. Foi nomeado cônego de Santo Estêvão, em 1017. Serviu como diácono e acompanhou o imperador à Itália, em 1026, a fim de ajudar a abafar uma rebelião na Lombardia, e comandou tropas. Elevou-se rapidamente ao poder, e foi eleito ao ofício de bispo de Tours, tendo tomado posse do cargo no dia da Ascensão, em 1027. Então, manteve-se no cargo por mais de vinte anos. Impôs uma disciplina mais rígida entre o clero; promoveu reformas; edificou grandes mosteiros; fez o trabalho de um pastor católico romano. Quando o papa Damasco II morreu, em 1048, foi eleito papa em seu lugar. Seu primo, o imperador Henrique III, foi instrumental nessa nomeação, embora ele contasse com largo apoio entre o clero. Foi coroado a 12 de fevereiro de 1049, quando, então, assumiu o título de Leão IX. Imediatamente tomou providências para eliminar certos abusos. Voltou-se contra a simonia; sublinhou o celibato do clero; promoveu as comunidades religiosas como um bom lugar para se viver; pregou a reforma moral; promoveu uma música sacra de melhor qualidade; atacou as heresias; ampliou os domínios papais; declarou guerra aos normandos, e foi criticado por tomar parte por demais ativa na guerra, não deixando a mesma às mãos do imperador. Todavia, Leão IX foi derrotado pelos normandos, em Astagnum, perto de Civitella, a 18 de junho de 1053, durante algum tempo esteve aprisionado em Benevento. Com o tempo, porém, teve permissão de regressar a Roma, embora não mais tivesse nem saúde e nem autoridade. Ordenou que seu leito e um esquife fossem postos um ao lado do outro, na basílica de São Pedro. Ali morreu, diante do grande altar, a 19 de abril de 1054, no mesmo ano em que a Igreja Ortodoxa Oriental separou-se do segmento ocidental da Igreja Católica. Ver os artigos intitulados *Grandes Cismas* e *Ortodoxa Oriental, Igreja,* sob o título *O Grande Cisma*. Leão IX esteve envolvido nessa questão, mas não viveu o bastante para levar qualquer coisa à sua conclusão.

Curas Milagrosas e Canonização. Mais de cento e setenta curas milagrosas, alegadamente, foram produzidas por sua intercessão (no outro lado da existência), quarenta dias após a sua morte, o que demonstra como ele capturou a imaginação das pessoas comuns. Isso conferiu-lhe uma espécie de canonização popular. Em 1087, o papa Vítor III canonizou-o oficialmente, e ordenou que seus restos mortais fossem guardados em um santuário.

Talvez o ato isolado mais importante do pontificado de Leão IX tenha sido a promulgação da proposta que a futura eleição dos papas estivesse sob o total controle dos cardeais de Roma. Isso veio a tornar-se uma lei, quatro anos após a sua morte.

LEÃO X, PAPA

Ele nasceu em Florença, na Itália, a 11 de dezembro de 1475, e faleceu em Roma, a 1º de dezembro de 1521. Seu pontificado deu-se de 1513 a 1521. Seu nome verdadeiro era Giovanni de Médici. Ele era o segundo filho de Lourenço, o Magnífico, o qual, desde o começo, garantira para ele algum elevado ofício eclesiástico, senão mesmo o mais elevado. Foi por isso que, com a incrível idade de sete anos, Giovanni já fora nomeado prelado. Em 1486, com apenas onze anos de idade, tornou-se abade do monte Cassino, e somente três anos mais tarde já era cardeal. Estudou teologia e lei canônica na Universidade de Pisa. Dificuldades políticas levaram à expulsão de sua família de Florença, onde ele então servia como legado papal, e ele também foi obrigado a exilar-se. Viajou pela Alemanha, pela Holanda e pela França, e obteve muita educação e experiência, além de amigos influentes. Quando voltou a Roma, tornou-se parte do círculo dos eruditos, artistas e membros distinguidos da sociedade. Em 1506, tornou-se governador de Pergia e, posteriormente, serviu como legado papal em Bolonha. Por algum tempo serviu como comandante do exército, em união com a Espanha. Então, foi feito prisioneiro, por ocasião da batalha de Ravena, mas escapou e, finalmente, foi capaz de restaurar sua família ao poder político. A 11 de março de 1513, com apenas trinta e sete anos de idade, foi eleito papa, para suceder ao papa Júlio II, e pontificou de 1513 a 1521.

Conforme já seria de esperar, com base na posição de sua família na política, e em sua própria história pregressa, Leão X teve um pontificado constantemente envolvido em intrigas políticas, a começar por sua tentativa de impedir que o rei da França interviesse na Itália. As lutas com a França resultaram em uma transigência, de acordo com a qual o rei da França tinha autoridade para nomear bispos e outros oficiais eclesiásticos em seus próprios domínios. Alfonso Cardinal Petrucci esteve envolvido em uma trama para assassinar ao papa, mas ele mesmo foi executado, antes que pudesse cumprir os seus propósitos.

Leão X conseguiu aplacar as facções em luta, no seio da Igreja Católica Romana; reorganizou a Universidade de Roma, começou a pagar melhores salários aos professores, encorajou a impressão de livros e estabeleceu grandes bibliotecas. Nomeou a trinta e um novos cardeais e produziu algumas outras mudanças no seio de sua igreja.

A Reforma Protestante. O maior acontecimento histórico dos dias de Leão X, e que o envolveu pessoalmente, foi o começo da Reforma Protestante,

em 1517. Os historiadores garantem que Leão X não percebeu a imensa significação desse evento. Apesar de concordarem que ele era homem de brilhante inteligência, dotado de treinamento acadêmico para iluminar sua mente brilhante, apesar de ter sido ele um homem magnânimo, que dirigiu muitas modificações culturais e educacionais, para melhor, apesar de ter sido homem generoso, que exibia considerável piedade pessoal, faltava-lhe a visão e a força necessárias para efetuar as reformas que desde há muito se impunham, na vida religiosa, política e moral da Sé romana e de toda a Igreja Católica Romana, o que poderia ter evitado esse grande cisma. Porém, ele andava muito preocupado com as artes, com a política e com o bem-estar de seus próprios familiares para ser capaz de ver claramente a magnitude dos acontecimentos, que o pegaram inteiramente despreparado.

LEÃO XI, PAPA

Ele nasceu em Florença, na Itália, a 2 de junho de 1535, e faleceu em Roma, a 27 de abril de 1605. Era filho de Attaviano de Médici e Francesa Salviati, sobrinha de Leão X. Portanto, com ele temos a continuação da família Médici na política e na Igreja Católica Romana. Seu verdadeiro nome era Alessandro Ottaviano. Tornou-se bispo de Pistóia e arcebispo de Florença. Serviu como embaixador na corte papal, enviado pelo grão-duque da Toscana. Em dezembro de 1583, tornou-se cardeal. Tentou restaurar a ordem na Igreja Católica Romana, e foi capaz de fazer voltar a essa igreja a muitos huguenotes franceses. Quando morreu o papa Clemente VIII, Leão XI tornou-se papa, embora já estivesse então com quase setenta anos de idade. Foi eleito a 10 de abril de 1605, embora tivesse morrido somente dezessete dias mais tarde. Mas, naquele brevíssimo período, foi capaz de resolver a disputa entre os jesuítas da Espanha e clérigos de outras ordens, naquele mesmo país.

LEÃO XII, PAPA

Nasceu em Castello della Genga, perto de Espoleto, na Itália, a 22 de agosto de 1760, e morreu em Roma, a 10 de fevereiro de 1829. Pontificou de 1823 a 1829. Seu nome de batismo era Annibale Sermattei della Genga. Formou-se em estudos superiores em Osimo e em Roma. Foi ordenado padre em 1783. Tornou-se arcebispo de Tiro em 1793; serviu como núncio, em Lucerna; e, então, na Diega Alemã; serviu como embaixador papal diante de Napoleão I. Depois da queda desse imperador, voltou àquele lugar a fim de congratular Luís XVIII por sua restauração ao poder. Tornou-se cardeal em 1816, e foi eleito papa a 5 de outubro de 1823. Grande parte de seu pontificado esteve ocupado no estabelecimento de concordatas (acordos entre a Igreja Católica Romana e os poderes seculares), com vários países. Ele opunha-se à política e às idéias religiosas de tendências liberais. Enriqueceu a biblioteca do Vaticano; removeu funcionários ineficientes da Cúria Romana; condenou a atitude de inferença quanto às questões religiosas, em seu *Ubi Primum*; condenou a maçonaria livre em seu *Quo Graviora Mala*. Também prestou ajuda aos cristãos armênios, dentro do império otomano, conseguindo a ajuda de várias nações; estabeleceu uma sede metropolitana para eles, e consagrou um prelado que dirigisse a recém-estabelecida sede.

LEÃO XIII, PAPA

Seu nome verdadeiro era Vincenzo Gioaccino Pecci. Nasceu a 2 de março de 1810, em Carpineto, e morreu em Roma, a 20 de julho de 1903. Governou como papa de 1878 a 1903. Foi educado pelos jesuítas, em Viberto, no Colégio Romano e na Academia dos Nobres, em Roma. Foi ordenado padre e tornou-se prelado doméstico em 1831. Então foi nomeado legado apostólico a Espoleto e Perúgia, em 1843, e núncio papal à Bélgica, em 1843. Encontrando ali problemas políticos, retornou a Roma, em 1846. Viajou muito por vários países da Europa e obteve assim uma visão social e cultural de âmbito internacional, qualidade essa que soube usar em seu ofício papal. Foi nomeado bispo de Perúgia, por Gregório XVI, e foi feito cardeal *in petto* (não-publicado); fez oposição às leis anticlericais do governo italiano. Foi nomeado cardeal por Pio IX, em 1853. Atuou como camerlengo da Cúria Romana. Quando Pio IX morreu, foi eleito papa, a 20 de fevereiro de 1878.

Seu pontificado foi assinalado por lutas políticas entre a Igreja e o Estado. Publicou muitas encíclicas, a fim de mostrar como os princípios cristãos são compatíveis com formas justas de governo. Ele favorecia a liberdade pessoal; a propriedade privada; os direitos das classes trabalhadoras compatíveis com a dignidade cristã e com as leis naturais. Escreveu vários tratados contra o socialismo e o liberalismo. Foi um humanista dotado de grande e profunda cultura, mas teve de enfrentar o surgimento de uma ciência cínica e materialista. Foi um estadista capaz e um bom erudito, e procurava um *modus vivendi* com governos alienados, em cujas tentativas obteve sucesso geral. Procurou livrar a Igreja Católica Romana da transigência diante de qualquer forma política, governo ou ideologia específicas que a tornassem prisioneira das invenções e instituições humanas. Obteve menor sucesso na Itália do que em outras nações, para reconciliar a Igreja Católica Romana com o governo. Tal como fizera Pio IX, antes dele, ele proibiu aos católicos italianos de participarem na política do país, o que mostra até que ponto havia na Itália a alienação entre a Igreja Católica Romana e Estado, naquele período.

Leão XIII tinha ilimitada confiança na verdade, e promulgou pesquisas eruditas em todos os ramos do conhecimento, incluindo nas ciências, na história e na filosofia. Em 1879, fundou a Academia de São Tomás de Aquino, em Roma. A começar em 1881, ele organizou os arquivos e a biblioteca do Vaticano, para pô-los em disponibilidade aos eruditos. Em 1888, restaurou o observatório do Vaticano, e, em 1902, iniciou a comissão bíblica, que veio à existência a fim de promover estudos bíblicos eruditos. Fundou a Universidade Católica em Washington, D.C., nos Estados Unidos da América, bem como as de Friburgo, na Suíça, e de Luvain, na Bélgica.

Não conseguiu trazer de volta ao redil católico romano a Igreja Ortodoxa Oriental (especialmente seu ramo eslavo). Dentre todos os papas, talvez nenhum deles tivesse sido tão grande, como intelectual, como Leão XIII. Seus conhecimentos sobre teologia e filosofia eram enciclopédicos. Também foi latinista e poeta bem conhecido, pioneiro e líder dos estudos que envolvem as ciências político-sociais cristãs.

Faleceu em 1903 e seu corpo foi posto em São João Laterano, diante do túmulo de Inocente III, um papa internacional da Idade Média.

••• ••• •••

LEÃO DE JUDA

A referência bíblica onde Cristo aparece com o Leão de Judá é Apo. 5:5, o que parece ter sido sugerido ou tomado por empréstimo de Gên. 49:9, onde Judá é chamado de «leãozinho».

Elementos

1. Cristo é o poderoso leão que abre os sete selos do julgamento, em Apo. 5:5, e assim cumpre a vontade de Deus, em contraste com Satanás (o leão), que assedia e prejudica aos santos do Senhor (I Ped. 5:8).

2. Cristo é da tribo de Judá (Mat. 1:1,20; 9:27; 12:23; Rom. 1:3; II Tim. 2:8).

3. Cristo é associado ao julgamento divino, e isso com uma qualidade incansável, sem dar quartel, tal como o leão salta subitamente sob a sua presa. Talvez os trechos de Isa. 38:13; Lam. 3:10; Osé. 5:14 e 13:8 sugiram a questão.

4. O *Leão de Judá* derrotou a águia romana, o principal adversário da Igreja quando foi escrito o livro de Apocalipse, que contém esse simbolismo.

5. O trecho de IV Esdras 12:31,32 retrata o Messias a atacar e derrotar Roma, onde ele aparece como o Leão que dominou a águia. Essa passagem pode ter sugerido o uso desse simbolismo no Apocalipse do Novo Testamento.

6. De modo geral, podemos pensar que o leão simboliza Cristo em sua força, coragem, autoridade e determinação, o que o capacita a ser o Cabeça e Protetor da Igreja cristã.

LEÃO HEBREU (ABARBANEL)

Suas datas foram 1460-1520. Ele foi um notável filósofo judeu, natural de Lisboa, Portugal, mas que foi forçado, por seus familiares, a viver entre a Espanha e a Itália. Finalmente, estabeleceu-se em Nápoles. Foi influenciado pela Academia de Florença e, especialmente, por *Ficino* (vide). Adquiriu certa fama no campo filosófico por causa de seus diálogos sobre o *amor*. Ele afirmava que Deus é a fonte originária de todo amor; que esse amor se irradia pela criação inteira; que o amor exerce poder sobre todos os seres inteligentes, servindo de grande poder unificador. O amor mover-se-ia do superior para o inferior, mas igualmente ao contrário, do inferior para o superior.

LE BON, GUSTAVE

Suas datas foram 1841-1931. Ele é bem lembrado em face de algumas declarações suas sobre as crenças humanas. Ele afirmou que os homens costumam aferrar-se tenazmente às suas crenças, mesmo quando não dispõem de quaisquer provas demonstradoras de que estão com a razão. Isso prova que o homem é, essencialmente, uma criatura ilógica. Os homens crêem em coisas ilógicas e desarrazoadas, contanto que essas crenças satisfaçam suas emoções e sentimentos. Por isso é que as crenças, e não a razão e a lógica, sempre desempenharam papéis tão importantes na vida e na história dos homens. As mudanças nas crenças, com freqüência, resultam em grandes alterações sociais. Apesar disso exprimir uma verdade, as mudanças nas crenças também resultam, com freqüência, de grandes descobertas científicas. Essas descobertas (não imediatamente, mas a longo prazo), levam a modificações nas crenças.

LEBONA

Transliteração do nome que, em hebraico, significa «incenso». Era um lugar na estrada, ou um marco ao norte de Silo, entre Silo e Siquém (ver Juí. 21:19). Tem sido identificado com a moderna Lubban, cerca de cinco quilômetros a noroeste de Silo. Foi ali que os jovens rapazes de Benjamim, que haviam restado, receberam instruções para capturar as donzelas silonitas, por ocasião da festividade anual.

LEBRE

No hebraico, **arnebeth**, uma palavra empregada somente por duas vezes, em Lev. 11:6 e Deu. 14:7. No grego, *lagoós*, um termo que nunca aparece no Novo Testamento. A lebre era considerada um animal impróprio para a alimentação humana, pois «...rumina, mas não tem as unhas fendidas...» (Lev. 11:6). O alimento que a lebre come a princípio é digerido apenas em parte. A porção não digerida recebe a ação de bactérias, e então, na segunda vez em que tal porção passa por seu trato digestivo, pode ser melhor absorvida. Essencialmente o mesmo princípio está envolvido no verdadeiro ato de ruminação, como a do boi, por exemplo, pelo que a classificação que se lê naquele trecho é válida. Por classificação, a lebre é um roedor. — Há quatro variedades da lebre na Palestina: a *Lepus Syriacus*, que é bem difundida; a *Lepus Sinaiticusz*, a *Lepus Aegyptius* e a *Lepus Isabellinus*, as últimas três sendo, essencialmente, espécies que vivem no deserto.

Embora a lebre e o coelho pertençam à mesma família, poderíamos apontar para certas distinções entre as duas espécies. As lebres não fazem ninhos, e seus filhotes nascem bem peludos e de olhos abertos. Os coelhos nascem com olhos fechados, sem pêlos, e fazem ninhos subterrâneos. Entretanto, os dois vocábulos desde há muito são usados como sinônimos; mas algumas espécies não cabem bem dentro nem de uma nem de outra categoria. De fato, há espécies bem distintas de outras. Conhecem-se vinte e seis espécies diferentes de lebres. As lebres da Palestina parecem-se muito com as da Europa. O chamado «coelho norte-americano» é uma lebre verdadeira, mas geralmente de menor porte que a lebre da Palestina.

LECA

No hebraico, «trilha», mas outros preferem algo como «adição». Esse nome aparece nas genealogias de Judá (I Crô. 4:21), embora não haja certeza se está em foco um lugar fundado por Er, ou se Leca era o nome de um filho seu. Se está em pauta uma aldeia, então sua localização moderna é desconhecida.

LECIONÁRIO

Esse é o nome do livro que contém as **lectionis** (vide), lidas durante a celebração da eucaristia (epístolas e evangelhos litúrgicos) ou das matinas. Essa palavra também pode indicar uma tabela de lições determinada para tal uso. Alguns manuscritos lecionários são utilíssimos para efeito de crítica textual, visto que tendem a preservar um texto mais antigo do que o tempo em que foram escritos. O começo e o fim são adaptados, mas muitos textos correntes dos evangelhos e das epístolas foram deixados intactos. Dessa maneira, os lecionários se tornam um importante testemunho acerca do texto do Novo Testamento.

LECOMTE DU NOUY, PIERRE A.

Suas datas foram 1883-1947. Ele foi um biofísico e filósofo francês. Nasceu em Paris e educou-se na

Sorbonne. Fez pesquisas no Instituto Rockefeller, de Nova Iorque, bem como no Instituto Pasteur, em Paris. Tornou-se melhor conhecido por causa de sua teoria *teísta* da evolução. Em outras palavras, a evolução não é apenas uma teoria, embora só possa ser adequadamente entendida se rejeitarmos a tese do mero acaso, e supormos que tudo foi guiado pela mente divina. Entre os seus argumentos, destaca-se aquele que diz que a vida veio à existência recentemente demais para poder ter aparecido por mero acaso (o que, segundo ele supunha, requereria muito, muito tempo), sem falar no fato de que a evolução por acaso contradiz a lei da *entropia*. A única explicação adequada para a vida, ainda de acordo com ele, é a tese do *telefinalismo*, ou seja, as coisas acontecem a fim de cumprir um propósito. Ele acreditava que há um desígnio operante no universo, procurando atingir propósitos específicos. Sendo isso verdade, precisamos aceitar a idéia da atuação de um Planejador (Deus). Ver os artigos separados sobre *Evolução*, *Argumento Teleológico* e *Teísmo*.

LECTION

Essa palavra latina indica alguma passagem selecionada das Escrituras, dos escritos dos pais da Igreja, ou das crônicas sobre as vidas santas, para ser lida nos cultos da Igreja Católica Romana, especialmente no tocante à celebração da *eucaristia* (vide) ou das *matinas* (vide).

LEÊM (JASUBI-LEÉM)

O manuscrito B da Septuaginta diz *Sochetha*. Talvez esteja em vista alguma localidade não identificada do território de Judá (ver I Crô. 4:22). A tradução inglesa Revised Standard Version diz que Joás e Sarafe retornaram a Léem. A King James Version mostra o termo como um nome pessoal. Há quem pense estar em foco uma expressão idiomática, traduzindo-a como «mas voltaram a si mesmos». Esse tipo de expressão aparece em Núm. 22:34; Deu. 5:30 e I Sam. 26:12. Kittel modificou a passagem para que se lesse «eles voltaram a Belém». Nossa versão portuguesa retém o nome como se fosse um nome locativo, «Jesubi-Leém».

LEGADOS E NÚNCIOS (PAPAIS)

Tanto os **legados** quanto os **núncios** são representantes do papa, embora difiram quanto ao grau de autoridade que eles exercem. Um *legado* pode ser enviado a um outro governante ou país, a fim de representar o papa, especificamente a fim de cumprir alguma função, como a de coroar um monarca. Ou, então, poderá presidir algum congresso eucarístico. Um *legatus a latere* é sempre um cardeal. O papa confere a ele, para a ocasião, a autoridade específica de que ele necessita, de acordo com as demandas das funções a serem desempenhadas. Se um representante do papa também representa a Santa Sé, como embaixador ao país para onde foi enviado, então ele é chamado pelo título de *núncio*. Visto que a sua função na verdade, é idêntica à de um embaixador, os termos *nunciatura* e *embaixada* são sinônimos.

Se o país para onde um desses embaixadores eclesiásticos é enviado é considerado de segunda categoria (por exemplo, dotado de pequena população católica romana), então ele será chamado de *internúncio*. Isso posto, a posição desse homem corresponde, a grosso modo, à de um ministro. O trabalho desenvolvido por um núncio ou por um internúncio é o mesmo de qualquer embaixador—cuidar de coisas importantes para a Igreja, no país onde tiver ido servir.

Um *delegado apostólico* está investido de uma autoridade menor. Esse não é considerado um embaixador oficial, mas antes, é um homem encarregado de cuidar de tarefas a ele delegadas.

LEGALISMO

Ver **Obras Relacionadas à Fé.**

Definição do Legalismo

Esta expressão, como usada pelos teólogos cristãos, não tem nada contra a dignidade da lei. Muito pelo contrário, fala de *abusos* dos propósitos da lei. Significa a crença de que a lei (ou diversas provisões da mesma) deve ser observada para obter a salvação. Secundariamente, o termo significa que a vida cristã deve ser governada pela observação da lei. É claro que muitos judeus convertidos ao cristianismo, que aceitaram o ensino de que *Jesus* era o Messias, ainda continuaram observando a lei pelas duas razões sugeridas, sendo que o judaísmo nunca promoveu um conceito de justificação pela fé. *Legalismo*, então, é o uso da lei como uma base de *soteriologia* e como o *guia* da vida espiritual, no lugar da justificação pela fé e a lei do Espírito como o guia da espiritualidade (Rom. 8:2). Ver o artigo separado sobre *Circuncisão, Partido da*.

Controvérsias acerca do legalismo — Atos 15:1-41

Dificuldades em Antioquia e Jerusalém — Atos 15:1-5

Este décimo quinto capítulo do livro de Atos tem sido sujeitado a críticas sérias da parte de diversos estudiosos, alguns dos quais acusam Lucas de não haver compreendido verdadeiramente a natureza da disputa havida em Jerusalém, acerca dos problemas de natureza legalista, na igreja primitiva. Por essa razão existem citações como a que transcrevemos aqui, acerca do problema: «A leitura do décimo quinto capítulo de Atos, como uma narrativa contínua, e o mero exame da significação geral dos decretos, deixa claro que o sentido que Lucas queria apresentar era o mínimo da lei que podia ser requerido dos crentes gentílicos, sem importar a circuncisão... Mas uma investigação mais profunda sobre o fraseado desses decretos...sugere que os mesmos diziam respeito ao problema das relações sociais entre os judeus e os gentios, na igreja cristã, e não ao problema da circuncisão». (*Beginnings of Christianity*, Kirsopp Lake, Londres: Macmillan and Co. 1920-1933, vol. V, págs. 204 e 205).

Mas o que diz esse autor mostra que ele julgou erroneamente o problema em sua inteireza, porquanto seria simplesmente impossível separar a questão da circuncisão da questão geral da mistura e relações sociais entre judeus e gentios, na comunidade da igreja primitiva. Pois, ao acompanharmos os lances principais da controvérsia, podemos perceber, com facilidade, que havia dois pontos básicos em debate, a saber: 1. A questão da circuncisão (ver Atos 15:1-2 e 11:2,3 e *ss*) e 2. A questão de qualquer tipo de associação social com os gentios (ver Gál. 2:11-14, que é o trecho que descreve as circunstâncias dessa controvérsia. Ver também o décimo capítulo do livro de Atos, bem como o trecho de Atos 11:1-18). A leitura desses textos bíblicos demonstra claramente que estavam envolvidos vários fatores nessa controvérsia, ficando inclusas as questões fundamentais do contacto social com os gentios em geral e da questão da permissão aos convertidos dentre os gentios para que permanecessem incircuncisos.

Aquilo que aqui nos interessa, por conseguinte, é um problema de graves conseqüências, isto é: a dificuldade inteira, criada pelo contacto com os gentios, e a formação de uma comunidade religiosa não-orientada pelas *leis cerimoniais* judaicas, o que envolvia a maneira dessa comunidade ser governada e quais normas deveriam ser seguidas, já que os crentes não deveriam aderir fortemente aos antigos caminhos do judaísmo, conforme os seus antepassados haviam feito. Em outras palavras, quanto do judaísmo antigo poderia e deveria ser incorporado na nova religião revelada, o cristianismo?

Cada comunidade cristã, dependendo de suas respectivas circunstâncias, mui provavelmente *incorporava graus diversos* do antigo judaísmo. Algumas dessas comunidades exigiam a circuncisão dos convertidos dentre os gentios, ao passo que outras não impunham tal exigência. — Algumas chegaram mesmo a repelir qualquer associação com os gentios, ao passo que outras não tinham tais escrúpulos. Ainda outras comunidades cristãs haviam abandonado totalmente o judaísmo, com todas as suas formalidades. Isso significa, pois, que algumas congregações cristãs eram muito parecidas com o judaísmo, em sua forma externa, — ao passo que outras divergiam, inteiramente, do mesmo. — Ao concílio de Jerusalém, por conseguinte, coube decidir o que se deveria fazer, exatamente, quanto a essa questão em geral, e a simples leitura do texto sagrado nos mostra que, apesar dos gentios não serem forçados, de modo geral, a se tornarem judeus, antes de se tornarem cristãos, nem todos os elementos religiosos do judaísmo foram eliminados da igreja cristã, pelo menos em Jerusalém e nas circunvizinhanças. Porquanto a abstenção de animais sufocados indubitavelmente foi uma concessão feita aos costumes cerimoniais judaicos (ver Atos 15:20).

Embora a decisão a que chegou o concílio de Jerusalém tenha envolvido uma determinada dose de transigência, ante o judaísmo (simplesmente devido ao fato de que aqueles que tomaram essas decisões desde a infância vinham sendo treinados nas práticas do judaísmo), considerando a questão em termos gerais, essa decisão pode ser reputada como de natureza surpreendentemente liberal, — tendo sido eliminado o cerimonial judaico em um grau muito mais extenso do que se poderia esperar de tal concílio. Por causa disso é que houve grande número de pessoas, no seio do cristianismo primitivo, que passou a desconsiderar a decisão tomada pelo concílio de Jerusalém, sob a alegação de que os apóstolos tinham transigido, não mantendo a religião revelada em toda a sua pureza, permitindo que elementos estranhos penetrassem na prática da pura religião divina. A leitura das epístolas aos Gálatas e de Tiago é o suficiente para nos convencer disso.

O rito do batismo dos convertidos a Cristo parece ter tomado o lugar anteriormente ocupado pela circuncisão, ainda que os convertidos ao judaísmo, vindos do paganismo, fossem tanto batizados como circuncidados. Um judeu estrito não teria considerado o batismo como suficiente. É bem provável, portanto, que o partido judaico mais extremista tenha reputado as decisões do concílio de Jerusalém, como uma «desnacionalização», do Messias judaico (porquanto até mesmo esse partido, que fazia parte integrante da igreja cristã primitiva, havia aceito Jesus como o Messias), transformando o cristianismo, pelo menos em parte, em uma religião *paganizada*. Mui certamente, jamais foram capazes de imaginar qualquer expressão religiosa, «piedosa», e «santa», que não estivesse encrustada nas formas cerimoniais e ritualistas a que eles estavam acostumados. Aceitavam Jesus como o Messias, mas uma religião sem circuncisão, sem ritos, sem dias santos, etc., jamais! Isso era tudo quanto sempre haviam conhecido e ouvido e, naturalmente, estavam convencidos de que essa era a imutável verdade de Deus.

Quão moderno parece ser todo esse problema! Tão-somente as questões em debate são outras! Por um número demasiado de vezes se têm inventado vários «sistemas fechados», no seio do cristianismo, os quais nunca admitem qualquer modificação. Com que freqüência muitos, até mesmo nas modernas igrejas evangélicas, pensam que possuem toda a revelação de Deus, que nada de novo é possível a quem quer que seja e que alguém falar de modo que não se adapte perfeitamente às suas doutrinas fixas e aceitas, é apenas demonstração de que é um *herege*.

A controvérsia de que tratou o concílio de Jerusalém, pois, foi uma controvérsia multilateral, que tinha como seu centro a melhor maneira de mesclar tão diversas culturas, em uma única comunidade religiosa. Ora, isso não podia ser conseguido da noite para o dia, e nem era uma tarefa fácil. De fato, em muitas comunidades cristãs jamais se conseguiu realizar tal alvo, porquanto muitos daqueles primitivos cristãos desceram ao sepulcro aferrados aos seus antigos preconceitos, recusando-se a aceitar qualquer nova revelação ou modificação de seus costumes.

Houve ainda outros debates e discussões, o que, entretanto, não conseguiu encontrar solução para esse grande problema. (Ver os trechos de Atos 11:30 e de Gál. 2:1-10). É bem provável que algum tempo, antes dos acontecimentos narrados no décimo quinto capítulo do livro de Atos, Paulo tenha tido a sua disputa com Pedro, por causa desse mesmo problema. (Ver Gál. 2:14). Isso não significa, como é óbvio, que Pedro não concordasse doutrinariamente com Paulo, sobre essa questão, mas significa, tão-somente, que ele, sob pressão, tenha retornado aos seus antigos preconceitos judaicos. Talvez seja correto afirmarmos que o concílio de Jerusalém, narrado neste décimo quinto capítulo do livro de Atos, tenha resolvido a questão tanto em seu aspecto doutrinário como em seu aspecto prático, no caso de todos os apóstolos, ainda que não, certamente, para a igreja cristã inteira. (Para que o leitor possa entender melhor a questão inteira ver no NTI, as notas expositivas sobre «a profundidade do exclusivismo judeu e ódio aos gentios», em Atos 10:28). Ver igualmente como as fronteiras dogmáticas servem de obstáculos para o desenvolvimento espiritual, em Atos 10:44. No que diz respeito ao caráter judaico da igreja cristã primitiva, ver Atos 2:46 e 3:1. A leitura desses versículos ilustrará, para o leitor, a profundidade desse problema, o que, para nós, hoje em dia, pode parecer uma questão um tanto ou quanto tola. A verdade é que variações do mesmo problema subsistem até os nossos dias, no seio das igrejas evangélicas, porquanto muitas pessoas são rejeitadas de uma plena comunhão, com certos grupos, por causa de motivos de raça, de posição social e de outras distinções que os homens sempre ansiaram por estabelecer, exaltando a alguns e degradando a outros.

«É bem provável que a missão de Paulo e Barnabé, que alcançou tão grande sucesso, tenha sido a causa imediata desse protesto, por parte do partido judaico, de vistas tão curtas e estreitas. Esse partido, à medida que foi crescendo a igreja de Jerusalém, talvez também tenha crescido em número. O caso de Cornélio fora finalmente aceito, mas fora aquele um

caso um tanto excepcional, sendo algo muito diferente de solicitar que todos os gentios fossem aceitos como participantes da nova aliança, ficando eles situados em um nível idêntico ao dos cristãos judeus, sem importar se isso homenageava ou não à lei mosaica». (R.J. Knowling, *in loc.*).

Contra os Judaizantes, Fil. 3:1-3

Posto que a igreja cristã, em seus passos iniciais, se alicerçou no judaísmo, foi apenas natural que muitas das idéias do judaísmo tivessem sido retidas por muitos cristãos primitivos, como a «salvação pelas obras», a «importância dos ritos e cerimônias», etc. Em outras palavras, a observância da lei de Moisés era imposta como algo necessário. E o décimo quinto capítulo do livro de Atos mostra-nos que muitos ex-fariseus, que tinham vindo a aceitar a Jesus de Nazaré como o Messias, não queriam modificar suas formas de adoração e suas crenças básicas, estribadas na legislação mosaica. Nos nossos tempos é dificílimo percebermos a grande diferença de doutrina que finalmente surgiu na igreja cristã, quando posta em confronto com o judaísmo comum. Estamos tão acostumados com as idéias paulinas da graça e da justificação pela fé, que não conseguimos sentir o impacto das mesmas como idéias revolucionárias. Não foi senão após a destruição de Jerusalém, quando caiu o estado judaico, quando o evangelho já estava bem espalhado pelos territórios gentílicos, e após a morte daquela primeira geração de cristãos, que o evangelho, conforme era pregado por Paulo, obteve total ascendência no seio da igreja cristã. Pois certamente que a igreja cristã, em Jerusalém e cercanias, continuou muito semelhante às sinagogas judaicas, com a exceção que os cristãos proclamavam Jesus como o Messias. (Quanto à natureza judaica de «igreja cristã primitiva», ver, no NTI, as notas expositivas sobre Atos 2:46 e 3:1. Quanto à questão do *legalismo*, ver Atos 10:9. Quanto ao *Partido da Circuncisão*, ver Atos 11:2. A leitura dessas notas expositivas dará ao leitor uma boa idéia da complexidade desse problema).

Não eram apenas os judeus incrédulos, fora das fileiras cristãs, que se preocupavam com a suposta *heresia* de Paulo. Julgavam-no «destruidor de Moisés», como quem punha de lado tudo quanto até então os judeus julgavam importante. Mas muitos judeus cristãos sentiam exatamente isso a respeito do apóstolo dos gentios, conforme se vê claramente em Atos 15:1,2 e 21:18-26. Além disso, vemos na primeira e na segunda epístola aos Coríntios, bem como na epístola aos Gálatas, que os elementos *legalistas* tinham alcançado surpreendente progresso, até mesmo em igrejas gentílicas. Isso se deu pelo menos em parte porque, em todas as cidades de algum tamanho, havia também certa população judaica. Vários judeus se converteram por toda a parte, conferindo à igreja cristã (embora formada principalmente de gentios) um acentuado sabor judaico, como a observância de práticas religiosas típicas do judaísmo. Além disso, havia «judaizantes» itinerantes, alguns dos quais seguiam ao apóstolo em seus calcanhares, procurando causar-lhe dificuldades. E Paulo falou em termos severos acerca desses, como se vê em Gál. 1:8,9, onde os acusou de pregarem a *outro evangelho*. Chegou mesmo a invocar uma «maldição» contra os tais. E também advertiu aos crentes gálatas que o bem espiritual que fora efetuado espiritualmente entre eles, em Cristo, estava no perigo de ser desfeito, e, juntamente com isso, a conversão deles a Cristo. (Ver Gál. 5:1-4). No entanto, o apóstolo não diz que os gálatas cativados pelo legalismo não eram crentes, ainda que tivesse visto certo perigo espiritual por estarem dependendo de outras coisas, à parte de Cristo, o que poderia levá-los a perder a dependência cristã normal de Cristo, por parte deles. Portanto, é possível que os crentes assumam uma atitude legalista, ao pensarem que estão ajudando ou preservando sua salvação mediante as suas próprias obras, mediante ritos ou cerimônias, etc. Essa posição põe em perigo a fé cristã verdadeira.

Crente autêntico é aquele que teve um encontro com o Espírito de Deus, quando de sua conversão, em quem teve lugar uma operação divina. Não é necessariamente alguém que tem *opiniões certas* sobre qualquer coisa. Todavia, nem sempre isso ocorre no seio das modernas igrejas evangélicas. Deus se interessa primariamente pelo que é operado na própria alma do indivíduo, se Cristo está sendo formado ou não ali. O Senhor cuidará, no tempo apropriado, das nossas «opiniões», mediante muitos meios e instrumentos pelos quais ele nos pode ensinar a verdade. E o apóstolo não exigiu a exclusão de quem quer que fosse por defender opiniões errôneas, mas antes, recomendou a instrução cristã constante, a fim de que todos os convertidos pudessem crescer em Cristo, e assim fossem se harmonizando mais e mais com a verdade revelada em Jesus. A igreja de Corinto, por exemplo, era uma organização extremamente heterogênea. Mas Paulo não procurou derrubar os filósofos ali existentes (que tinham feito de Apolo seu herói), — nem os místicos (que tinham escolhido a Cristo como sua grande figura, os quais também rejeitavam toda e qualquer autoridade humana), — nem os legalistas (que tinham Pedro como seu herói), e nem o partido dos que defendiam a doutrina da justificação pela fé (e que consideravam Paulo a figura de proa). No entanto, hoje em dia, as denominações evangélicas e os crentes individuais são separados da comunhão uns com os outros, por razões as mais ínfimas. Isso não pode agradar a Deus, sendo prova de imaturidade espiritual.

É interessante que até este ponto, a epístola aos Filipenses se mostra muito tranqüila e gentil, mas agora, subitamente, Paulo irrompe em uma tempestade. Por essa razão é que alguns estudiosos têm imaginado que esta seção não faz parte da epístola original aos Filipenses, mas de uma outra qualquer, e que, na compilação dos escritos paulinos, dois fragmentos ou mais de epístolas curtas foram fundidos. O problema inteiro da *integridade* da presente epístola é discutido na introdução à mesma, em sua seção IV. Policarpo indica que Paulo escreveu *várias* epístolas aos Filipenses (ver Policarpo 3:2), não sendo impossível que nossa conhecida «epístola aos Filipenses» se componha de porções de várias missivas. Contudo, a defesa dessa idéia não é muito forte, não havendo boa maneira de resolvermos o problema. O terceiro capítulo desta epístola poderia resultar do surgimento repentino do desgosto de Paulo ante a tentativa de alguns de arruinarem o seu trabalho. Essa explosão pode ter surgido normalmente dentro de um contexto mais calmo. Uma única missiva pode ter muitos níveis e complexidades. O trecho de Fil. 3:1, entretanto, parece subentender ter havido outras cartas entre Paulo e os crentes filipenses, ainda que nossa carta presente preserve apenas uma delas, e não porções de diversas missivas.

A polêmica de Paulo contra os legalistas mostrou-se violenta e aguda, e até mesmo um tanto vulgar (ver o termo *mutilação*, como termo designativo de «partido da circuncisão», no segundo versículo deste capítulo). Paulo falou em termos ardentes devido à sua grande dedicação ao Senhor Jesus, não podendo ele tolerar a idéia de uma igreja cristã local a observar a antiga lei

mosaica e seus preceitos, em pé de igualdade com a revelação do novo pacto, firmado no sangue de Cristo, já que isso detrata da glória devida exclusivamente ao Senhor Jesus. Em sua intensa devoção a Cristo ele escreveu, logo em seguida, uma das passagens mais excelentes que há sobre a dedicação a Cristo e sobre a vida cristã que caracteriza tal dedicação (ver Fil. 3:7-14). Mas isso foi inspirado pelo intenso ataque do apóstolo contra aqueles que ele reputava como roubadores da glória do Senhor Jesus. Portanto, sem importar se esta seção é dura demais ou não, o fato é que ela resultou em algo proveitoso.

Vincent, em Fil. cap. 3, apresenta-nos uma excelente paráfrase sobre esta passagem: «Quanto ao resto, meus irmãos, sem importar quais sejam as vossas provações, o vosso passado, o vosso presente, ou o vosso futuro, continuai a regozijar-vos no Senhor. Não me sinto incômodo por escrever-vos acerca de uma questão sobre a qual já vos falei em minhas epístolas anteriores; mas sou impelido a falar-vos de novo por causa de minha ansiedade e visando a vossa segurança. Cuidado com aqueles *cães*, com aqueles maus obreiros, com aqueles que se jactam de uma circuncisão que não é melhor que a mera mutilação física, por ser destituída de qualquer significação espiritual. Nós, os crentes, é que somos a verdadeira 'circuncisão'; cujo serviço é impulsionado pelo Espírito de Deus; cujo regozijo se firma em Cristo Jesus, como a única fonte de autêntica retidão, os quais também não confiam na carne».

Um **uso moderno** desse termo diz respeito a situações éticas que negam valores éticos absolutos ou certos. Aqueles que supõem que Deus, ou alguma outra força tem valores fixos e específicos, que os seres humanos precisam obedecer, são chamados *legalistas*, porquanto dispõem de algum código fixo de ética ou de leis que, presumivelmente, sempre têm poder e autoridade. Portanto, de acordo com essa moderna definição, qualquer um que acredita na Bíblia como obra que é um código de ética inspirado, e que os homens têm a obrigação de seguir, pode ser intitulado de legalista.

Alguns grupos evangélicos têm sido chamados de «legalistas», por outros grupos devido ao seu fanático apego à lei como regra de conduta. Os *puritanos* (vide) foram um notável exemplo disso. Certas denominações cristãs, como os Adventistas do Sétimo Dia, são consideradas legalistas, por vários outros grupos evangélicos, da mesma forma que o é a Igreja Católica Romana pelos grupos protestantes.

LEGALISMO (ÉTICA)

Essa é a idéia de que a mais estrita conformidade a um conjunto de regras ou leis é a melhor maneira de se obter a excelência moral, mesmo que a perfeita realização disso chegue a violar a compaixão ou o bom senso. É mais ou menos como «lei a qualquer preço». Essa atitude é transferida para a fé religiosa, mesclando-se à atitude que descrevi sob o simples título de *Legalismo*. Na ética, ou na fé religiosa, o legalismo assevera que a expressão religiosa ou a conduta ética é governada, essencialmente, pela lei. Quando Emanuel Kant tentou formular algumas poucas leis universais para guiar-nos na ética, ele tirou proveito do elemento do legalismo, embora dificilmente possamos chamar o sistema como se fosse inteiramente de sua lavra. Ele supunha que a lei que diz: «Faze somente aquilo que gostarias que se tornasse uma lei universal» seria capaz de dirigir corretamente a conduta humana, em qualquer situação. As pessoas podem utilizar-se dessas leis como diretrizes do pensamento e da conduta, mas não se pode olvidar a lei do Espírito, a sua presença conosco, que nos capacita e fortalece. Essa presença é obtida mediante o desenvolvimento espiritual, através de uma direta intervenção de Deus na vida do indivíduo, que transcende à mera observância de qualquer forma de lei.

Seja como for, no campo da ética o *legalismo* opõe-se ao *utilitarismo*. Dentro daquele sistema, o homem é instado a fazer aquilo que resulta em algum benefício, ou aquilo que evita a dor. Nos tempos modernos, encontramos o desenvolvimento da *ética situacional*. Em outras palavras, cada situação requer sua própria solução, não havendo leis universais quanto a isso. Ademais, o que a minha situação requer pode ser diferente daquilo que a situação de outrem requer. Destarte, não há soluções fixas, preestabelecidas. A ética situacional usualmente é hedonista em sua base. Ficamos à espera de soluções agradáveis, e tentamos evitar situações que importem em dor. Ver o artigo geral sobre a *Ética*.

LEGIÃO

1. *Informações Gerais*

Esse termo português vem do vocábulo grego, *legeon*, que, por sua vez, se deriva do latim, *legio*, palavra que se deriva de *legere*, «escolher», referindo-se a um corpo seleto de soldados. Uma legião era uma das divisões principais, dentro do antigo exército romano. Consistia em dez coortes de infantaria. Cada coorte, por sua vez, compunha-se de quatrocentos a seiscentos homens. Usualmente contava com uma força auxiliar de trezentos cavaleiros. Isso posto, uma legião podia consistir em um número entre quatro mil e seis mil homens.

Uma legião era sempre um corpo numeroso, embora seu número variasse de um período para outro da história. Além disso, há considerável discrepância nas declarações da literatura romana acerca das legiões. Há alguma evidência em favor da assertiva que, originalmente, uma legião consistia em três mil homens, mas que esse número foi aumentando com a passagem do tempo.

2. *Divisões de uma Legião*

a. Dez *coortes*. b. Cada coorte consistia em três *manípulas* ou bandos, e cada manípula consistia em duas centúrias. c. Uma *centúria* era formada por cem homens. Além disso, havia a *ala*, uma unidade de cavalaria com cerca de cento e vinte cavaleiros. Essas cifras, naturalmente, fornecem-nos um número maior do que uma legião usualmente continha, e, conforme já foi mencionado, esses números dependiam das referências literárias e da época envolvida. Seis mil homens, com a passagem do tempo, tornou-se uma espécie de número padrão para uma legião.

3. *Os Oficiais de uma Legião*

Cada legião contava com sessenta centuriões, bem como sessenta auxiliares, que ajudavam os centuriões, chamados *opções*. Cada legião era comandada por seis *tribunícios*, que serviam em sucessão, um após outro, até os dias de César. Foi esse imperador quem alterou o sistema, entregando cada legião ao comando de um *legado*. E César também deu aos tribunícios uma autoridade secundária. O pendão de cada legião era a *águia*.

4. *Referências no Novo Testamento*

O termo «legião» ocorre por quatro vezes nas páginas do Novo Testamento, a saber, em Mat. 26:53; Mar. 5:9,15 e Luc. 8:30. Entretanto, a referência, nessas passagens, não é a corpos militares, e, sim, refere-se ao conceito de que os anjos e os demônios organizam-se como se fossem legiões. Jesus disse que

poderia convocar doze legiões de anjos para ajudá-Lo em seu período de provação e julgamento, se tivesse preferido apelar para uma exibição de poder, em vez de querer passar pela experiência da expiação vicária. Os demônios que tinham tomado conta de certo homem foram chamados de «legião» (ver Mar. 5:9), devido ao fato de que essa invasão demoníaca era múltipla, o que, conforme se sabe, ocasionalmente acontece. Há trechos dos evangelhos que indicam que os demônios existem formando numerosas tropas (ver Mat. 12:45 e Luc. 8:2), e Paulo diz a mesma coisa, embora sem usar a palavra «legião» (ver Efé. 6:11 *ss*).

LEGISLADOR

No hebraico, *chaqaq* (ver Gên. 49:10; Núm. 21:18; Deu. 33:21; Juí. 5:14; Sal. 60:7; 108:8; Isa. 10:1 e 33:22). No grego, *nomothétes* (ver Tia. 4:12). No Antigo Testamento, a palavra hebraica é usada em seu costumeiro sentido de «legislador», embora nossa versão portuguesa a tenha traduzido por «comandantes», em Juí. 5:14. No Novo Testamento, o termo foi usado para indicar Deus como o supremo Legislador e Juiz. Há outros lugares do Antigo Testamento onde a palavra hebraica em questão significa «cetro», o sinal do mando de um rei ou de legislador. Esse uso pode ser visto em Núm. 21:18; Sal. 60:7 e Gên. 49:10.

A descrição do Novo Testamento é enfática. Diz Tiago 4:12: «Um só é Legislador e Juiz, aquele que pode salvar e fazer perecer; tu, porém, quem és, que julgas ao próximo?» Assim, Deus é o único verdadeiro Legislador e Juiz, o único que tem o direito de salvar ou destruir. Toda lei deriva-se Dele. Ver o artigo intitulado *Direito Divino*. O décimo terceiro capítulo de Romanos mostra-nos que as leis humanas derivam-se da lei divina, e essa é a razão pela qual devemos obedecer às autoridades constituídas. Ver o artigo separado sobre o *Governo*. Os trechos de João 1:17 e 7:19 falam sobre Moisés como «legislador», o instrumento usado por Deus para essa função. Os capítulos quinto a sétimo de Mateus mostram-nos que Jesus, o Cristo, é o Novo e Superior Moisés, que substituiu ao primeiro, conferindo um caráter muito mais espiritual à lei. Os trechos de Atos 7:53 e Gál. 3:19 preservam a antiga tradição hebréia de que a lei foi dada a Israel por meio de anjos. O Novo Testamento aproveita esse fato para afirmar a sua própria superioridade, ao dizer que a nova revelação foi dada através do Filho e não meramente através de anjos. Ver Heb. 1:2,6-14.

LEGUMES

No hebraico, **zeroim** (somente em Dan. 1:12) e **zereonim** (somente em Dan. 1:16), o que mostra que eram apenas duas maneiras diferentes de se chamar a mesma coisa. Segundo as melhores autoridades, estariam em pauta o que designaríamos de leguminosas, como os feijões, as ervilhas, etc.

O regime alimentar humano bem equilibrado inclui não somente as carnes (de gado, de caças, de aves e de peixes), mas também frutas, ovos, castanhas, verduras e legumes. Não admira, pois, em certo sentido, que os filhos de Israel, depois de libertados da escravidão no Egito, e encontrando-se em um deserto estéril, tivessem desejado tanto contar com itens alimentares como «...dos peixes, que no Egito comíamos de graça; dos pepinos, dos melões, dos alhos silvestres, das cebolas e dos alhos» (Núm. 11:5).

As populações forçadas a viver no nomadismo não podem plantar verduras e legumes, porquanto a horticultura requer cuidados por vários meses a fio, antes que se possa fazer qualquer colheita. Abraão, Isaque e Jacó eram criadores de gado, e viviam sempre à procura de novos pastos para seus animais. O alimento deles não consistia em legumes e saladas recém-apanhados—e nem isso ocorre entre os beduínos do deserto, até os nossos próprios dias!

Jacó preparou uma «sopa de lentilhas»? (ver Gên. 25:34). Nesse caso, ou Isaque conseguiu plantá-las, ou as obteve em troca de animais de sua criação. Ver o artigo sobre as *Lentilhas*. Outros estudiosos pensam que a *Lens esculenta* podia ser encontrada medrando selvagem. Os criadores de gado, geralmente, procuravam lugares onde tal ervilhaca medrasse como mato, porque já se sabia que o gado que a comia tinha aumentada a sua produção de leite.

Outros legumes ou verduras plantados naquelas regiões arenosas, provavelmente, eram: a salada selvagem, as malvas, várias folhas de plantas arbustivas e as raízes de zimbro (ver Jó 30:4). Nesse versículo, Jó mostra-nos que esses alimentos vegetais eram consumidos pelas classes pobres.

A julgar pelo pedido de Daniel e seus companheiros ao cozinheiro-chefe, um regime vegetariano é melhor para a saúde do que um regime em que predominem as carnes gordas. Contudo, os nutricionistas dizem que toda a falta de carnes, na alimentação, pode levar à anemia e a uma certa debilidade. Terminado o dilúvio, Deus deu a receita para um regime alimentar bem equilibrado: «Tudo o que se move, e vive, ser-vos-á para alimento; como vos dei a erva verde, tudo vos dou agora. Carne, porém, com sua vida, isto é, com seu sangue, não comereis» (Gên. 9:3,4).

LEI

Esta enciclopédia oferece certo número de artigos sobre esse assunto. Esses artigos e sua ordem de apresentação aparecem na lista abaixo. Alguns títulos referem-se a artigos sob outras letras, mas damos aqui somente referências iniciadas pela letra *L*. Além desses artigos, ver também: *Legalismo; Direito; Direito Divino; Direito Natural; Direito Romano; Direitos Civis; Direitos Humanos; Direitos Naturais*.

Lei Agrária
Lei, Analogia da (Declaração Geral)
Lei Canônica
Lei, Características da
Lei Cerimonial
Lei — Códigos da Bíblia
Lei Comum
Lei do Levirato
Lei dos Três Estágios
Lei e Graça, Conflito
Lei e o Evangelho, A
Lei Espiritual, do Espírito
Lei, Função da
Lei Internacional
Lei, Jesus e, A
Lei, Jugo da
Lei, Modelo Abrangente da
Lei Moral
Lei Moral da Colheita Segundo a Semeadura
Lei na Filosofia
Lei Natural
Lei no Antigo Testamento
Lei no Novo Testamento
Lei Oral
Lei Romana
Lei, Rudimentos Fracos e Pobres
Lei, Usos da

LEI AGRÁRIA

1. Os hebreus eram essencialmente um povo pastoril. Os egípcios eram agricultores, e não gostavam da vida pastoral (ver Gên. 46:34). Mas, quando Israel tornou-se uma nação independente, e mudou-se para uma região já cultivada, teve de tornar-se um povo agrícola em escala maior do que fora antes. Isso exigiu leis que governassem o uso da terra.

2. Uma eqüitativa distribuição do solo era a lei básica (ver Núm. 26:53,54): uma tribo mais numerosa recebeu mais terras, e uma tribo menos numerosa, recebeu menos terras. Cada família, pois, possuía sua partilha, e nenhum oficial, tribo ou autoridade podia alterar a mesma.

3. *O acúmulo de dívidas* era impedido pela lei que proibia que um hebreu cobrasse juros de outro (ver Lev. 25:35,36). Ademais, a cada sétimo ano havia uma liberação regular das dívidas, e nenhum terreno podia ser alienado para sempre. A cada ano de jubileu, ou seja, cada sétimo ano sabático, todas as terras revertiam às famílias que eram suas proprietárias originais. Todos os negócios eram regulados em antecipação a essa provisão.

4. A lei dada sob o ponto acima não se aplicava às casas nas cidades, as quais, se não fossem resgatadas dentro de um ano após terem sido vendidas, eram alienadas para sempre (ver Lev. 25:29,30). O efeito dessa lei era que as pessoas preferiam a vida no interior, devido a vantagens econômicas. Essas leis fomentavam famílias fortemente formadas, com tradições que atravessavam muitas gerações. Uma família identificava-se com certa porção da terra. Isso resultava na solidariedade da família, ajudando na prevenção do crime.

5. *Serviço militar*. Esse também estava vinculado à terra. Cada proprietário era obrigado a servir, se e quando fosse necessário, às suas próprias custas, o que seria recompensado ou mais do que recompensado, mediante os despojos tomados (ver Deu. 20:5). Cada pessoa participava da segurança nacional, porque tinha sua própria terra para defender, e não apenas um estado nebuloso. Cada divisão do exército representava um corpo homogêneo, visto que os soldados daquela divisão vinham dessa mesma área e eram comandados por oficiais da mesma área. (Ver Êxo. 17 e Núm. 31:14). Visto que as pessoas viviam com base na terra, não havia glória no militarismo profissional. Retornando da batalha, ainda cheios da ira da guerra, os soldados eram considerados poluídos pela matança até depois dos ritos de purificação (ver Núm. 19:13-16; 31:19). Somente então podiam participar da vida religiosa, bem como das atividades comunitárias em geral. (G I IB S)

LEI, ANALOGIA DA (DECLARAÇÃO GERAL)

Ver sobre **Direito**.

1. *O Sentido Jurídico da Lei*. No seu sentido jurídico, a *lei* é o conjunto daquelas regras de conduta que um partido governante, juntamente com a comunidade por ele governada, reconhece como autoritário, e cuja desobediência requer alguma forma de punição, para assegurar que continuará em vigência. Muitos códigos legais também prometem alguma espécie de recompensa aos obedientes.

2. *A Natureza e a Origem da Lei*:

a. *A lei natural*. Ver os artigos separados sobre *Direito Natural* e *Direitos Naturais*. O primeiro pronunciamento sistemático sobre a lei natural foi desenvolvido entre os filósofos estóicos, o que foi enfaticamente reafirmado pela lei romana. Ver sobre o *Direito Romano*. A idéia básica é que a natureza, Deus, os deuses ou os poderes cósmicos de alguma maneira dotam naturalmente os homens de certos direitos, que eles possuem meramente por fazerem parte da sociedade humana.

b. *A escola analítica*. Thomas Hobbes, em sua obra intitulada *Leviathan* (1651), e, de forma ainda mais proeminente nos escritos de John Austin (1790—1859), dava muita ênfase ao direito dos soberanos fazerem o que quisessem, paralelamente à necessidade de seus súditos obedecerem-nos. Ver o artigo sobre o *Direito Divino*. Ele acreditava que as leis naturais e a lei civil combinam-se naturalmente, ao ponto de serem uma e a mesma coisa. Os contratos sociais legais, para ele, conteriam os elementos básicos dessas leis naturais. Não ensinava que Deus está por detrás disso, e, sim, as leis naturais, mas, a sua ênfase sobre o poder dos soberanos faz-nos relembrar o ensino sobre o direito divino dos reis. Ver o artigo geral sobre Hobbes.

c. *O direito divino*. De acordo com esse ponto de vista, a autoridade dos soberanos, visto ser recebida da parte de Deus, é absoluta. O décimo terceiro capítulo da epístola aos Romanos reflete isso, embora o Novo Testamento reserve o direito de «desobediência» quando uma lei qualquer for claramente contraditória aos padrões espirituais exarados na Bíblia.

d. *Escolas históricas e comparativas*. Têm-se desenvolvido leis a partir dos *costumes sociais* e da conveniência dos homens, e não das leis naturais ou das leis divinas. As leis são produtos da sociedade, em suas tentativas para verificar o que funciona melhor. Essa perspectiva da lei originou-se com o aparecimento das ciências sociais, no século XIX. Os escritos de Henry Summer Maine (1822-1828) popularizaram essa maneira de pensar.

3. *As Sociedades Primitivas e a Lei*. Ficamos impressionados diante do forte sabor religioso dos conceitos de lei, nas sociedades antigas. Os babilônios, os egípcios e os hebreus tinham a certeza de que seus reis eram divinamente nomeados e guiados, e que suas leis originavam-se nos seus deuses ou em Deus. O *animismo* era importantíssimo em relação às leis primitivas. Os *espíritos* dos homens mortos e de outras espécies aterrorizavam os homens, exigindo deles muitas coisas. As leis primitivas não eram, necessariamente, menos detalhadas e exigentes do que as leis modernas. Uma coisa que nos surpreende, nesse contexto, é a severidade das sanções impostas a uma grande variedade de infrações. Outrossim, havia na antiguidade a tendência para não se distinguir entre crimes civis e crimes religiosos. Mas, o senso de comunidade era claro nessas antigas legislações. Algumas vezes, as infrações feitas por um indivíduo faziam o rigor da lei descarregar-se sobre sua família, ou mesmo sobre sua comunidade. O relato sobre Acã, no sétimo capítulo de Josué, ilustra o ponto. A lei de vingança privada operava nas sociedades antigas; e, apesar disso continuar sendo uma realidade prática, até hoje, as modernas legislações proibem tal coisa. A *lex talionis* (lei do pagamento na mesma moeda) era um fator muito forte nas antigas legislações. Ver sobre *Lex Talionis*. Naturalmente, esse princípio aparece claramente no Antigo Testamento. Ver, por exemplo, Êxo. 21:24.

4. *A Lei Romana*. Todas as leis dos países europeus (e os sistemas legais dali derivados, incluindo os códigos norte, centro e sul-americanos), muito devem ao *Direito Romano* (vide). Os romanos eram dotados de uma capacidade especial para formular leis justas e razoáveis. A lei romana era influenciada pela

universalidade dos estóicos e o conceito de lei natural deles. O artigo referido neste parágrafo dá detalhes sobre a questão, incluindo uma demonstração de leis romanas específicas.

5. *Fontes das Leis Modernas*. Essas fontes são seis: a. *Lex scripta* ou *lei estatutária*. Cabem aí aquelas decisões legislativas que têm resultado de uma longa experiência, com base na tentativa e erro. b. *Lex non-scripta* ou *lei comum*. *Costumes prevalentes* são reconhecidos pelos tribunais de apelo. São os chamados precedentes. c. *Leis específicas*. Leis estatutárias e leis comuns são *adaptadas* a casos específicos, não mencionados diretamente nos códigos. d. *Legislação judicial*. Essas são as *novas regras* que vão sendo adicionadas, em face do processo da interpretação da lei, quando inadequações ou omissões são encontradas e precisam ser corrigidas.

6. *A Lei Internacional*. O inter-relacionamento cada vez mais intenso entre as nações, a par dos transportes rápidos e da comunicação em massa, tem exigido a formulação de leis internacionais, obrigatórias a todas as nações. Essas leis tratam das associações e interações entre os Estados, determinando os seus direitos e obrigações recíprocos. Com base nisso desenvolveram-se tribunais internacionais. Naturalmente, a eficácia do sistema depende da boa vontade das nações em acatar as decisões daqueles tribunais, visto que as nações, soberanas como se declaram, ainda não desistiram de seus poderes diante de qualquer comunidade internacional. Assim, os Estados Unidos da América do Norte exercem, em algumas áreas, uma força moral, embora não uma autoridade judiciária absoluta.

7. *O Monopólio de Violência*. Uma das mais notáveis características da sociedade moderna é o monopólio da violência por parte dos Estados. Assim, a retribuição por parte de indivíduos ou de grupos tem sido declarada ilegal na maioria dos países, em nossos dias.

8. *A Eficácia da Lei*. Tem sido amplamente demonstrado que a eficácia da lei não depende, acima de tudo, de ser ela imposta. Pois as pessoas sempre acabam encontrando meios de desobedecer às leis e não serem punidas. Portanto, um fator mais importante que a imposição da lei é o grau de correspondência entre as leis e as crenças religiosas, as convicções éticas e as tradições de um povo. O homem bom não precisa de leis. É conforme disse um certo professor meu: «A sociedade precisa de leis; eu, não». Procurar agradar aos deuses ou a Deus tem contribuído mais para fazer as pessoas serem o que são, do que qualquer legislação o tem conseguido. Naturalmente, o homem é uma criatura rebelde, e, algumas vezes, ele não se importa em agradar a quem quer que seja, senão a si mesmo. Talvez a maior de todas as leis seja a lei do auto-serviço, que predomina em todos os atos humanos. O amor, todavia, é a mais nobre de todas as leis; porém, os homens continuam mais a aprendê-la do que a pô-la em prática. (AM E F EP).

LEI CANÔNICA

Ver o artigo sobre o **Cânon**, sétimo ponto.

LEI CARACTERÍSTICAS DA

e Contrastada com a Graça

Gál. 3:12: *ora, a lei não é da fé, mas: O que fizer estas coisas, por elas viverá.*

Paulo acabara de mostrar que o «princípio da fé» é aquele que é aprovado aos olhos de Deus, bem como a fonte originária da vida. Já a lei não concorda com esse princípio da fé. Neste ponto, pois, Paulo mostra como esses dois princípios — o da fé e o da observância legal — se excluem mutuamente. Não pode ser «a fé e a lei», mas antes, «a fé ou a lei». O A.T. encerra passagens que prometem a vida eterna mediante a observância da lei, não duvidemos disso; e é evidente que muitos têm compreendido que isso se torna literalmente possível. Mas sem importar qual seja a promessa do A.T., e sem importar como essas promessas sejam compreendidas, nesta passagem o apóstolo procura mostrar a futilidade de tais promessas e da confiança nelas. (Quanto a outras notas expositivas sobre como «a graça e a lei se excluem mutuamente», ver os trechos de Rom. 4:4,14 e 11:6 no NTI). Paulo mostra tal futilidade das seguintes maneiras:

1. Deus determinou que a vida nos vem através de apenas um dos princípios, e não da mistura dos dois (lei e graça). Esses dois princípios se excluem mutuamente. A lei não provém da fé, e a fé não é um subproduto da lei. O versículo presente ensina exatamente isso.

2. A lei encerra uma promessa de vida, mas na realidade não pode conferi-la, porquanto a obediência humana jamais pode atingir o ponto da perfeição; e isso é o que Deus requer na lei. Assim o ensinam os versículos dez e doze de Gál. 3.

3. E mesmo que a lei pudesse ser perfeitamente obedecida, ainda assim não nos conferiria a vida, pois esta não é dada através do princípio legal (ver os versículos onze e doze). O princípio da vida procede «da fé», porquanto isso põe Deus no quadro também. Ele é a fonte originária de toda a vida e conduta piedosa, de tal modo que a santidade produzida é a sua própria santidade perfeita; e somente essa combinação é aceitável para Deus.

4. A lei, apesar de estender para nós a possibilidade de bênção ou de maldição, na realidade só é capaz de conferir-nos a maldição, porque todos nos tornamos culpados perante ela. (Ver os versículos dez e treze).

5. A vida mediante a fé é o caminho original e único, conforme fica ilustrado no caso de Abraão, o pai dos fiéis, porquanto é no *crente Abraão* que nos tornamos aceitos como o verdadeiro Israel. (Ver os versículos nove e catorze).

6. A lei não foi inaugurada a fim de propiciar vida, pois não era esse o seu propósito. A lei foi acrescentada para cuidar da transgressão, para mostrar o caráter verdadeiro do pecado. Mas, ao assim fazê-lo, a lei tão-somente agrava a situação, em nada a aliviando. (Ver os versículos dezessete a dezenove. Com isso se pode comparar o trecho de Rom. 3:19,20 — quais os propósitos da lei? — bem como a passagem de Rom. 7:7-10, quanto ao fato de que a lei foi aparentemente baixada a fim de dar vida, mas terminou por produzir a morte).

7. A vida nos é outorgada mediante a *promessa* feita a Abraão (o pacto abraâmico), porque essa promessa se estende aos seus filhos espirituais. Dessa maneira é que Deus dá vida, e não mediante a observância legalista. (Ver os versículos dezesseis a dezenove). E a lei, que apareceu posteriormente, não pode anular aquele pacto e promessa.

8. A maneira normal de Deus tratar com os homens é diretamente, e não através de algum mediador. O fato de que a lei exigia um mediador mostra-nos que não é através da lei que Deus dispensa a vida aos homens. A natureza de Deus, como «um» só ser, mostra-nos que a lei foi um tratado incidental com os homens, e não a maneira essencial de Deus tratar com eles, porquanto na doação da vida eterna Deus entra

em contacto direto com o homem, através do seu Santo Espírito. (Ver o vigésimo versículo).

9. A lei, embora aparentemente prometa a vida, na realidade não é um princípio doador da vida, pois, de outra maneira, a vida teria sido conferida dessa maneira. Não existe uma lei que possa proporcionar a vida, porquanto simplesmente essa não é a natureza da lei. (Ver o versículo vinte e um).

10. A lei pode forçar os homens a se aproximarem de Cristo, até mesmo ensinando-lhes coisas proveitosas, que farão com que desejem ir a Cristo. Mas Cristo, e somente ele, é o doador da vida. (Ver os versículos vinte e quatro e vinte e cinco).

11. Uma vez que o *aio* ou *mestre-escola*, que é a lei, fez o seu trabalho, não continua sendo necessário como treinador das crianças conduzidas a Cristo. Daí por diante, Cristo assume esse papel. Por conseguinte, um homem não é justificado pela lei, e nem é santificado por ela. A lei não nos conduz à vida e nem mesmo serve para aperfeiçoar a santidade em nós. Mas existe uma lei superior, que é a (do Espírito), a qual dirige a vida cristã. Assim sendo, o legalismo, em todos os seus aspectos possíveis, é eliminado do quadro da vida cristã. (Ver os versículos vinte e cinco e vinte e sete, como também Gál. 3:1,3). A comunhão mística com Cristo, o batismo espiritual, assegura uma vida santa. A lei não pode produzir a piedade em um homem, porquanto isso é obra e incumbência do Espírito Santo. (Ver os versículos vinte e sete e vinte e oito, como também Rom. 6:3 e 8:1).

12. Ser alguém de Cristo é ser filho de Abraão, e isso *ultrapassa* em muito ao legalismo. Este fica inteiramente para trás, como caminho até Cristo. É de acordo com a promessa, com a aliança estabelecida segundo o princípio da fé, que alguém recebe a vida eterna. (Ver o vigésimo nono versículo deste capítulo).

Esses são os argumentos de Paulo em prol do «sistema da graça divina», em contraste com o sistema legal. Tais argumentos são perfeitamente convincentes, sem importar se o A.T. lhes dá apoio em qualquer coisa, em maior ou menor grau.

Paulo faz a lei, na qual os legalistas tanto confiavam, voltar-se contra eles, ao citar o trecho de Lev. 18:5. A lei nos faz a promessa da vida eterna, mas isso na dependência de sua perfeita obediência, razão pela qual tal promessa jamais pode ser obtida. A futilidade da promessa que nos é feita através da lei é que nos força a buscarmos a Cristo. Essa é uma das maneiras pelas quais a lei é o «mestre-escola» que nos ensina a nós, «crianças», a nos achegarmos a Cristo.

O livro apócrifo conhecido como II Esdras compartilha em parte do pessimismo de Paulo acerca da doação da vida mediante a lei. *Esdras*, nesse livro, se queixa como segue: «Nossos pais receberam a lei da vida, mas não a guardaram». (II Esdras 14:30). O grão da semente maligna, herdado de Adão, tem-se multiplicado de tal modo que abafa qualquer semente boa que a lei porventura possa implantar em um indivíduo. Por essa razão, a humanidade inteira fracassa na tentativa de justificar-se perante Deus mediante a observância da lei. (Essas são as idéias expostas pelo autor desse livro apócrifo em II Esdras 9:29-31). Não obstante, esse mesmo autor ainda se aferra à esperança de que um pequeno remanescente chegaria à vida através da lei. Mas o apóstolo Paulo, por ser muito mais realista, e porque entendia muito mais profundamente a verdadeira natureza da santidade que Deus exige, abandonou de vez o sistema legalista e apelou para Cristo, a fim de obter santidade e vida.

O livro apócrifo Sabedoria de Salomão (6:18), de conformidade com as noções do judaísmo comum, declara que a obediência aos mandamentos da lei assegura a imortalidade, e que a lei é o tesouro inexaurível como meio de amizade com Deus. Por essa razão é que ali a lei mosaica é denominada de «lei da vida e do entendimento». Esse era o conceito judaico comum da natureza e propósito da lei. Paulo havia compartilhado dessa opinião por muitos anos, mas, finalmente, abandonou-a, por causa do conhecimento obtido através da experiência mística e da revelação divina.

Achegamo-nos a Deus mediante a fé. A fé é uma *capacidade*. É, também, o primeiro dom de Deus. Mas todos os homens, através da graça geral, podem exercer fé, já que Deus está disposto a capacitar para tanto. Deus requer do homem que reaja favoravelmente à sua vontade e uma vez que isso ocorra, o Espírito Santo insufla fé no mesmo, e, mediante a fé, a santidade. Ora, isso a lei nunca fez, nem mesmo poderia fazê-lo.

«A fé é uma coisa, e o legalismo é outra; não podem ser combinados como alicerce da justificação. Não há que duvidar que sempre houve aqueles que procuram combinar essas duas coisas, admitindo que a justificação vem pela fé, mas asseverando que a obediência à lei, não obstante, é necessária para a salvação. Tal fazem também certos cristãos modernos que afirmam que a religião é algo inteiramente espiritual, mas que, apesar disso, sentem-se mais seguros da salvação se forem batizados 'na água'». (Burton, *in loc.*).

LEI CERIMONIAL

Esse nome é dado àquela porção da legislação mosaica que trata das externalidades da fé religiosa, e não dos princípios morais básicos. Especificamente, essa porção aborda questões como cerimônias, festividades religiosas, holocaustos, e, de acordo com o ponto de vista cristão, a circuncisão. A «lei moral», em contraste com isso, aponta para os dez mandamentos e o desdobramento dos mesmos, constante nos livros de Êxodo a Deuteronômio. No entanto, a maior parte dos grupos cristãos elimina a observância do dia de sábado das leis morais. Desnecessário é dizer que os judeus nunca dividiriam sua lei em moral e cerimonial. Entre eles, o sábado e a circuncisão revestiam-se da máxima importância, e geralmente supunha-se que os sacrifícios podiam, realmente, obter o perdão dos pecados. Somente diante do refinamento dos princípios morais, quando são atingidos a alma e o coração, aprendemos a distinguir entre verdadeiras leis morais ou éticas e preceitos cerimoniais. Muitos cristãos da atualidade continuam misturando a lei moral com preceitos cerimoniais. Sinto dizê-lo, mas é claro que os sacramentos, que muitos evangélicos preferem chamar de «ordenanças», fazem parte de preceitos cerimoniais. Ver sobre os *Sacramentos*. Os homens têm o hábito quase incurável de transformar símbolos nas realidades representadas por esses símbolos. Para exemplificar, a participação mística na vida de Cristo é substituída pela eucaristia ou Ceia do Senhor; a regeneração é confundida com o batismo em água (que vide); o perdão dos pecados, por parte de Deus, é confundido com a suposta autoridade de absolvição do padre, mediante a confissão auricular. À medida — que nossos conceitos religiosos se vão purificando, contudo, mais e mais vamos percebendo que o que importa são as realidades espirituais, e não os seus emblemas externos. Para algumas pessoas, as realidades espirituais existem independentemente de símbolos externos; para outras, os símbolos fazem-

nas relembrar as realidades espirituais; ainda para outras, realidades espirituais e símbolos externos tornam-se uma coisa só. Exemplificando, a circuncisão verdadeira não é a do prepúcio, mas a do coração (ver Rom. 2:29). No entanto, há quem confunda as duas coisas. Ver o artigo sobre o *Batismo Espiritual*. Outro tanto ocorre com os sacramentos ou ordenanças. Penso que um dos principais problemas envolvidos aqui é apenas um problema semântico. Muitas pessoas, por longo tempo, são instruídas a entender as Escrituras *literalmente*. Se uma pessoa insistir sempre nisso, acabará perdendo de vista os sentidos espirituais por detrás do literalismo, visto que este sempre confunde o sinal com a verdade representada. Assim, quando Jesus disse: «Este é o meu corpo» (Mat. 26:26), muitos milhões de pessoas agora supõem que essa declaração deve ser entendida de modo literal, e que o pão da Ceia já é o corpo de Jesus, quando, na realidade, é como se ele estivesse dizendo: «Este pão representa o meu corpo». Mediante essa interpretação literal, o sentido espiritual de sua declaração fica obscurecido. Assim surgem o cerimonialismo e toda a idéia por detrás dos sacramentos, que faz destes últimos meios diretos da graça. O ensino católico romano é que a participação nos ritos por si só torna a pessoa participante da graça divina. E assim o rito é concebido como se fora dotado de virtude divina, por si mesmo. Outro tanto pode ser dito sobre o batismo em água. O ensino da «regeneração batismal» surgiu quando os homens confundiram o novo nascimento, produzido por operação especial do Espírito Santo, com o símbolo dessa operação, que é o rito do batismo.

Ora, se puder ser demonstrado que os autores do Novo Testamento julgavam que as cerimônias são as realidades espirituais, em si mesmas, então teremos de concluir que eles permaneceram presos a conceitos do antigo judaísmo. No entanto, apesar de muitos dizerem que eles viveram em um período de transição, entre o antigo e o novo pactos, a verdade é que o Novo Testamento foi escrito, entre outras coisas, a fim de trazer à superfície o ensino espiritual do Antigo Testamento, oculto por detrás de sombras e símbolos. Disso testifica o trecho de Hebreus 10:1: «...a lei tem sombra dos bens vindouros, não a imagem real das cousas...» É inconcebível, pois, que os autores do Novo Testamento se deixassem impressionar pelos meros símbolos, esquecediços das realidades espirituais representadas por esses símbolos. Quanto maior for a luz espiritual que consigamos obter, tanto mais nos afastaremos dos símbolos e nos aproximaremos das realidades espirituais por eles representadas.

Jesus mostrou que a lei mosaica, mesmo a lei dos dez mandamentos, era provisória e incompleta, quando, reiteradamente, declarou: «Ouvistes que foi dito aos antigos...Eu, porém, vos digo...» (Mat. 5:21,22,27,28,33,34,38,39,43,44).

De cada uma dessas vezes, o Senhor aprofundou o sentido de algum mandamento, indicando não uma interpretação literal do mesmo, mas a verdadeira interpretação espiritual a respeito. Quanto à circuncisão, Paulo encarregou-se de mostrar o seu mais profundo sentido espiritual, conforme já vimos. Quanto ao sábado, que significa «descanso», a interpretação espiritual consiste no «descanso» de que desfrutamos, pela fé em Cristo. «Nós, porém, que cremos, entramos no descanso...» (Heb. 4:3). O sábado literal, que consistia na guarda do sétimo dia da semana, foi descontinuado nos dias de João Batista. «A lei e os profetas vigoraram até João; desde esse tempo vem sendo anunciado o evangelho do reino de Deus...» (Luc. 16:16). Visto que a lei, com todos os seus mandamentos, tornara-se inválida a partir do instante em que o evangelho começou a ser pregado (ver também Col. 2:14), Jesus «não somente violava o sábado» (João 5:18), mas também defendeu os seus discípulos, acusados de fazerem coisas ilícitas em dia de sábado. Se o próprio Filho de Deus violava o sábado—visto que o mesmo estava então sem efeito—como é que alguns cerimonialistas hodiernos nos condenam por não guardarmos o sábado? Na verdade, não guardamos dia nenhum, integrados como estamos no espírito de passagens neotestamentárias como Gálatas 4:9,10. É claro que esses cerimonialistas continuam aferrados à interpretação literal da lei, e que a verdade espiritual da mesma ainda não lhes raiou no entendimento. Oremos em favor deles, irmãos, na esperança de que o Senhor venha a iluminá-los, para que participem das bênçãos neotestamentárias.

LEI—CÓDIGOS DA BÍBLIA

A Bíblia fornece-nos vários códigos legais. Israel sempre se distinguiu como nação profundamente interessada pela história, pela religião e pela lei. De fato, dentro da mentalidade hebréia, não há como separar esses três conceitos, porque, para um hebreu piedoso, todas as coisas tinham um forte sabor religioso. A preocupação com a lei foi transferida para o Novo Testamento, onde, entretanto, recebeu um novo caráter. Jesus foi o novo Moisés que nos trouxe um conhecimento mais profundo e uma aplicação mais perfeita dos princípios ensinados no Antigo Testamento.

1. *A lei mosaica, do Antigo Testamento*, veio à existência a fim de definir como a nação de Israel deveria relacionar-se a Yahweh e cumprir as suas exigências. Nos preceitos de lei havia a vida (potencialmente). Fora desses preceitos havia somente destruição e morte. É evidente que o código inteiro da lei mosaica estava alicerçado sobre essa suprema convicção religiosa. O propósito dos códigos era moldar a vida do povo de Deus, a fim de prepará-lo para a conduta apropriada, e tendo em vista a glória final de Israel, entre as nações, como a cabeça das nações. Para alguns, a esperança messiânica fazia parte da razão da boa conduta, por parte do povo de Deus.

2. *No Novo Testamento*, os preceitos de Jesus são encarados como uma graduação acima dos preceitos do Antigo Testamento, uma espiritualização dos mesmos. O advento do Messias fez com que a lei mosaica fosse cumprida em seus termos mais nobres. O discipulado cristão, além disso, tornou-se dependente de obediência prestada ao Messias, do que depende a promessa da vida eterna. Ver o décimo quinto capítulo do evangelho de João.

3. *O apóstolo Paulo* conferiu-nos um novo ângulo para contemplarmos a lei. Apesar de seus escritos incorporarem os preceitos morais da lei, e esses preceitos, naturalmente, serem obrigatórios para todos os homens, contudo, até mesmo esses preceitos devem ser agora vistos como cumpridos por intermédio do ministério capacitador do Espírito Santo, e não por causa dos próprios recursos do ser humano. Ver Rom. 8:1 *ss*. Ademais, Paulo eliminou da observância da lei toda a idéia de merecimento humano, salientando, única e exclusivamente, a lei do Espírito. Oferecemos artigos separados que abordam essas questões. Ver os seguintes artigos: *Lei, Função da; Lei, Usos da; Lei Espiritual, do Espírito.*

4. *A Lei do Amor* assumiu o seu devido lugar como lei suprema, divina em sua origem e obrigatória para todos os homens. Ver João 15:12 *ss*; I João 4:7 *ss*;

Rom. 13:10.

5. *Códigos Específicos da Bíblia*:

a. *O Decálogo* (vide). Há duas recensões no Antigo Testamento. Ver Êxo. 20:1-17 e Deu. 5:6-21.

b. O pacto de Yahweh com Israel (versão sulista). Ver Êxo. 34:10-26.

c. O livro da aliança (versão nortista). Ver Êxo. 20:22—23:19.

d. O código de Deuteronômio, com afinidades com o reino do norte e com os profetas que pregaram para o norte. Ver Deu. 12—16.

e. A lei da santidade. Ver Lev. 17—26; Eze. 40—48.

f. A legislação sacerdotal, da qual alguns elementos estão espalhados pelo Pentateuco, por detrás dos quais haveria a chamada fonte informativa *S*. Ver o artigo sobre *J.E.D.P.(S.)*,

g. *A lei de Jesus*, o Novo Moisés. Aí temos suas idéias, adaptações e aplicações espirituais de vários princípios da legislação mosaica. Essas leis foram agrupadas pelo autor do evangelho de Mateus, provavelmente com propósitos catequéticos, nos capítulos quinto a sétimo de seu livro. Não deveríamos ficar inconscientes diante do propósito desse agrupamento das declarações de Jesus, no tocante à lei. Temos ali o Grande Mestre a interpretar a lei de Moisés.

h. *Os códigos éticos nas epístolas do Novo Testamento*. Nas epístolas dos apóstolos encontramos, essencialmente, uma adaptação cristã de grandes idéias do Antigo Testamento. Talvez, nas chamadas Epístolas Católicas (vide) também sejam adaptadas algumas idéias contidas na literatura de sabedoria do Antigo Testamento.

i. A base da lei inteira, de acordo com os padrões neotestamentários, é *a lei do amor*, conforme mostramos no ponto quarto, acima.

LEI COMUM

Ver o artigo geral sobre a **Lei**. A expressão «lei comum» refere-se à lei de vários países que têm conservado uma ininterrupta tradição de regras, técnicas e usos legais, desenvolvidos nos tribunais reais da Inglaterra, desde o século XI D.C. Esses países são a Inglaterra, a Irlanda e a maior parte da Comunidade Britânica de Nações, e, igualmente, os Estados Unidos da América do Norte. Em contraste com isso, a *lei civil* desenvolveu-se nos países do continente europeu, com base em diferentes costumes e usos locais.

No campo teológico, a *lei comum* indica a lei universal de Deus, que se impõe a todos os homens, conforme a mesma é refletida na lei mosaica, do povo de Israel, ou na lei da consciência, entre os povos gentílicos, onde os mesmos princípios fundamentais fazem-se sentir.

LEI DE AMOR

Ver **Amor**, seção V, **Lei no Novo Testamento**.

LEI DO LEVIRATO

Ver o artigo detalhado sobre **Matrimônio Levirato**.

LEI DOS TRÊS ESTÁGIOS Ver sobre **Comte**.

LEI E GRAÇA, CONFLITO

Quanto a esse assunto, ver o artigo sobre **Tiago**, sexta seção, o *Cristianismo Judaico*, e a sétima seção, *Paulo e Tiago*. Ver também sobre *Lei no Novo Testamento*. A lei, vista como uma medida justificadora, com base no mérito humano, é absolutamente o oposto ao ensino paulino sobre a graça (Rom. 3:21 *ss*). E a mesma lei, vista como medida santificadora, como guia da vida, também é contrária ao ensino de Paulo sobre o Espírito Santo como nosso guia e santificador, segundo se vê em Rom. 8:1 *ss*. Entretanto, a lei, vista como as obras do Espírito em Deus—a lei de Deus que se torna real em nossas vidas—é sinônima da graça. Ver o artigo sobre a *Graça*, III. 8, onde esse conceito é descrito pormenorizadamente. Ver também sobre *Justificação*.

LEI E O EVANGELHO, A

Esboço:

I. Considerações Preliminares
II. A Lei e a Graça como Sistemas
III. O Cristo-Misticismo
IV. Graça e Obras como Sinônimos
V. Distinções Históricas

I. Considerações Preliminares

O Pentateuco não encerra ensinamentos claros sobre o oferecimento da vida eterna, da mesma forma que nesses cinco livros seus mandamentos e advertências não estão vinculados quer à retribuição por causa do mal praticado, após a vida física, quer à recompensa pelo bem praticado, em algum estado pós-morte. Assim, quando é dito que um homem *viverá* se guardar os mandamentos (ver Lev. 18:5), podemos supor somente que a vida prometida é uma próspera vida presente, sob a bênção de Deus. O judaísmo posterior, como é óbvio, incorporou essa afirmação à sua teologia acerca da vida espiritual além da morte. Coisa alguma é mais claramente ensinada, no judaísmo, como o fato de que a justificação verificava-se mediante a fé e as obras e, especificamente, obras ilustradas e requeridas pela lei.

A força da lei. Os conceitos da lei apresentam os requisitos de Deus ao homem, a imutável vontade de Deus que nos diz o que é certo e o que é errado, e como o homem deve reagir diante desses fatores. Visto que a lei requer muito mais do que o homem é capaz de cumprir—a impecabilidade—ela se torna uma medida de morte, porquanto a condenação para os desobedientes—isto é, *todos* os homens—precisa ter seu cumprimento. Ver Rom. 3:19 *ss*.

A força da graça. A graça divina impulsiona o homem até muito além do que ele poderia fazer por si mesmo. Em primeiro lugar, na justificação que há na pessoa de Cristo. Estamos *em Cristo*, e não em nós mesmos, aos olhos de Deus. E, em segundo lugar, dentro daquele sistema da graça, o Espírito Santo nos é dado como medida justificadora, santificadora e glorificadora, transformando-nos à imagem de Cristo (Rom. 8:29). A graça, portanto, fala de um ato espiritual de Deus, que lhe transmite a vida e faz o homem ser o que não era. Há uma lei do Espírito que opera por meio da graça. Ver o artigo separado sobre *Lei Espiritual, do Espírito*.

II. A Lei e Graça como Sistemas

Para Paulo, a lei representava um sistema de vida, e não meramente uma série de mandamentos. Paulo nunca liga as operações do Espírito ao sistema da lei mosaica. Pelo contrário, chega a mostrar que uma coisa nada tem a ver com a outra: «Quero apenas saber isto de vós: recebestes o Espírito pelas obras da lei, ou pela pregação da fé?... Aquele, pois, que vos concede o Espírito e que opera milagres entre vós, porventura o faz pelas obras da lei, ou pela pregação

da fé?» (Gál. 3:2 e 5). A lei foi dada ao povo judeu a fim de instruí-los quanto à verdadeira natureza do pecado e a realidade do mesmo, mas, nada oferecia para remediar a situação. Também era um sistema que envolvia muitas ameaças. A lei era uma medida para *impor a morte*: «Outrora, sem a lei, eu vivia; mas, sobrevindo o preceito, reviveu o pecado, e eu morri» (Rom. 7:9). Esse versículo é muito claro e radical. A lei prometia vida, mas terminou ministrando a morte. No entanto, a maioria dos judeus nunca compreendeu sua própria lei por esse prisma, e podemos entender por que motivo Paulo, ao falar nesses termos, foi considerado o arqui-herege do século I D.C.

As operações do Espírito Santo, no Antigo Testamento, são perfeitamente óbvias. Mas a esmagadora maioria dos judeus supunha que o Espírito operava por meio da lei, e não à revelia dela, e mesmo de modo contrário. O fato de que Paulo ensinava que o Espírito operava somente através do sistema da graça deve ter parecido uma doutrina estranha para os judeus, definidamente destrutiva de tudo quanto eles entendiam que Moisés representava. Naturalmente, Paulo teve o cuidado de ajuntar que ele não viera anular a lei (ver Rom. 3:21), mas antes, a graça divina viera *estabelecer* ou *confirmar* a lei. Com essa *confirmação*, o apóstolo entendia que a graça dá poder ao homem para cumprir a lei, em sentido espiritual, além de permitir que a lei cumpra sua devida função de informação e de condenação, a fim de que o homem se volte para a justificação que há em Cristo, mediante a fé. Entretanto, para a maioria dos judeus, isso envolvia um virtual anulamento da lei.

A *graça*, como um sistema, certamente não é um programa de distribuição de esmolas da parte de Deus. A graça é tão exigente quanto a lei, mas confere ao homem o poder que requer. Manifesta-se unida às operações do Espírito. E, uma vez que nos achamos em Cristo (uma expressão usada por Paulo mais de cento e sessenta vezes em suas epístolas; ver sobre o *Cristo-Misticismo*), somos justificados nele, somos capacitados por ele, somos transformados à sua imagem. Daí é que emerge a grande doutrina cristã da fé. O alvo final desse grandioso processo é a transformação segundo a imagem de Cristo, de forma a compartilharmos da natureza e dos atributos divinos. Ver o artigo separado intitulado *Transformação Segundo a Imagem de Cristo*. O sistema da lei, sem importar o que mais esperemos que chegue a realizar, nunca foi guindado a uma condição de tão augusta importância. Paulo mostrava que é a presença própria do Espírito Santo que torna operante o sistema da graça. Há uma *lei do Espírito* que nos santifica e transforma (Rom. 8:1 *ss*). Além disso, o Espírito Santo aparece como o agente de nossa eterna transformação segundo a imagem de Cristo, porquanto a glorificação é um processo eterno, e não uma ocorrência que ocorra em um único momento, por ocasião da morte biológica do indivíduo. Ver II Cor. 3:18.

III. O Cristo-Misticismo

Ver o artigo separado sobre esse assunto. Consideremos os *três* tipos fundamentais de religião:

1. *A Religião Legalista*. De acordo com esse tipo, a justificação e a espiritualidade são obtidas através da observância de leis e preceitos. Usualmente, esse tipo combina-se com a religião sacramental, em que as cerimônias e ritos religiosos recebem papel preponderante. Nesse caso, os ritos e as cerimônias fazem parte dos preceitos ou leis.

2. *A Religião Cerimonial*. Também chamada «sacramental». De acordo com esse tipo, a graça de Deus é administrada mediante uma série de sacramentos, supostos veículos da espiritualidade. Assim, na Igreja Católica Romana, o sacramento do batismo é a cerimônia que, alegadamente, justifica ao homem. A Igreja administra os sacramentos, pelo que a Igreja torna-se o agente *sine qua non* da salvação. Ver o artigo separado sobre os *Sacramentos*.

3. *A Religião Mística*. De acordo com esse tipo, as realidades espirituais são mediadas pelo contacto genuíno com o Espírito de Deus, ou, pelo menos, com algum poder superior a nós mesmos. Algumas pessoas entendem mal o sentido e o uso do vocábulo *misticismo* (vide), tanto na religião quanto na filosofia. O sentido básico dessa palavra é que o espírito humano é capaz de entrar em contacto com algum poder superior a ele mesmo, seja o seu próprio «eu» superior, a superalma (de acordo com o misticismo *subjetivo*, que se vê em muitas religiões ocidentais), seja com um poder superior, como os anjos ou como Deus (Pai, Filho ou Espírito Santo), conforme se vê em alguns segmentos do cristianismo, ou mesmo com espíritos humanos glorificados, dotados de autoridade espiritual superior, chamados «santos», em outros ramos do cristianismo. Esse tipo de misticismo é chamado de *objetivo*. A fé de Paulo é ardentemente mística. Ele salientava o Espírito de Deus como o agente de todos os valores e realidades espirituais. A justificação, a santificação e a glorificação, nos escritos paulinos, são realizações do Espírito Santo. As virtudes espirituais também são cultivos do Espírito (ver Gál. 5:22,23). Esse poder místico sempre aparece ligado ao sistema da graça, nos escritos do Novo Testamento, e nunca ao sistema de leis ou ao sistema de cerimônias.

IV. Graça e Obras como Sinônimos

Se pensarmos naquilo que o homem realiza porque a lei foi escrita nas tábuas de carne do seu coração, pelo Espírito de Deus, e se essas obras forem concebidas como realizações do Espírito Santo, e não obras humanas meritórias, então essas obras e a graça divina tornam-se sinônimas, no sentido de que a graça divina é que produz essas obras. Temos desenvolvido esse conceito no artigo intitulado *Obras Relacionadas à Fé*, e também no artigo sobre a *Graça*, III.8.

V. Distinções Históricas

1. *Agostinho*. Na era pós-apostólica, *Agostinho* (vide) salientava a doutrina paulina da graça, embora de mistura com o *sacramentalismo* (vide), tal como o fez Lutero, séculos depois, um monge agostiniano. Pelo menos, em seus escritos contra Pelágio, Agostinho resistiu aos assédios do legalismo na Igreja Católica, e enfatizou a obra do Espírito acima de qualquer outro fator. Sua obra, *De Espiritu et Littera*, aborda especificamente o problema das relações entre a lei e o evangelho, este com o seu sistema da graça divina. Essa obra de Agostinho foi escrita em 412 D.C. Ele comentou extensamente sobre o trecho de II Cor. 3:6, que nos diz que *a letra mata*, mas que *o Espírito dá vida*. A letra aponta para a lei, em seu pleno sentido veterotestamentário. E o Espírito, como é óbvio, indica o Espírito Santo, aquele que empresta energia à mensagem cristã. Só o Espírito transmite vida. Todavia, o sacramentalismo de Agostinho maculou toda a sua explicação, embora ele tivesse sido um intérprete de Paulo, em sua época.

2. *A Reforma Protestante* renovou a distinção radical entre a lei e a graça, tentando remover a compreensão legalista do evangelho. A Apologia da Confissão de Augsburg (4.5,6), referindo-se às Escrituras, diz o seguinte:

> «Em alguns trechos elas apresentam a lei. Em outros, elas apresentam a promessa de Cristo. Isso

elas fazem quando prometem a vinda do Messias, e também prometem o perdão de pecados, a justificação e a vida eterna por causa Dele; ou, então, quando, no Novo Testamento, o Cristo, que veio promete o perdão dos pecados, a justificação e a vida eterna. — Com o termo *lei*, dentro dessa discussão, podemo-nos referir ao decálogo, onde quer que ele apareça nas Escrituras».

Assim, o protestantismo recusou-se a transformar o evangelho em uma **nova lei**, conforme foi a doutrina padrão da Igreja, durante a Idade Média. O evangelho, realmente, é de outra categoria.

3. *Lutero* tomou a linha agostiniana, o que era apenas natural para um monge agostiniano. Declarou ele o que transcrevemos abaixo.

«Essa distinção entre a lei e o evangelho é a arte mais elevada, no seio da cristandade, que deveria ser apreendida e entendida por todos aqueles que se chamam cristãos. Sem essa distinção, um cristão não poderá ser distinguido de um pagão ou de um judeu...Mas, todo aquele que recebeu a capacidade de distinguir a lei do evangelho está à testa de todos e pode ser intitulado de Doutor nas Santas Escrituras. Pois, sem o Espírito Santo é impossível alguém estabelecer essa distinção» (*Ética Luterana*, W (2) 9, 789 *ss*).

4. *Calvino*, em suas Institutas (3.17,6), faz a mesma distinção. Todavia, seu estudo a respeito não é tão vívido e conciso quanto o de Lutero. E é lamentável que Calvino tenha feito da lei «a regra, para uma vida reta». Isso significa que a Reforma produziu uma doutrina má que diz que se a lei não justifica, pelo menos santifica. Em seu *legalismo* (vide), Calvino mantém o seu poder pessoal sobre a Igreja. Paulo, por outro lado, ensinava que, dentro do sistema da graça, o Espírito proveu-nos uma nova lei, a lei do Espírito, que opera através de atuações místicas, e não por meios legalistas.

5. *O Abuso do Antinomianismo*. Alguns evangélicos, em seu entusiasmo em favor do ensino sobre a graça divina, reduziram-na a um programa de doações, que não requer qualquer responsabilidade moral. Dessa maneira, a lei do Espírito é anulada, e todas as regras são desprezadas. As pessoas esquecem-se de que o Espírito de Deus ainda é mais exigente do que a lei mosaica, pois sem a santificação, ninguém jamais verá a Deus (Heb. 12:14). João Agrícola, de Eisleben, um mestre luterano, chegou mesmo ao extremo de ensinar que a lei não deveria ser pregada e aplicada aos cristãos (1526—1527). Mas Lutero replicou que a lei deve ser ensinada entre os cristãos, a fim de que se sintam contritos diante de suas falhas morais. O triste resultado dessa controvérsia foi que a lei foi transformada (conforme Calvino fez) em guia *da piedade e da conduta*, isto é, em regra de vida. Ver sobre a *Fórmula de Concórdia*, 5D 4.3.

6. *Os Irmãos de Plymouth* muito contribuíram para fazer a Igreja voltar a depender da graça divina em tudo, na justificação, na santificação e na transformação gradual do crente. Assim, a lei voltou à posição que lhe fora conferida por Paulo: uma medida que descreve o pecado (dando conhecimento acerca do do mesmo), um poder condenador, um juiz, e não um salvador. Naturalmente, os princípios morais da lei estão incorporados no evangelho cristão, mas de uma maneira espiritualmente vitalizada, na *Lei do Espírito* (vide).

7. *A Lei é Sumariada no Amor*. Paulo deixou claro que a lei do amor sumaria todas as qualidades morais da lei do Antigo Testamento. O amor também aparece como um dos aspectos do caráter cristão, cultivados pelo Espírito Santo, especificamente através do amor que nos inspira. Ver Rom. 13:10. (B H NTI)

LEI ESPIRITUAL, DO ESPÍRITO

Rom. 7:14: *Porque bem sabemos que a lei é espiritual; mas eu sou carnal, vendido sob o pecado.*

A lei é espiritual. Os motivos disso são alistados abaixo:

1. Porque a sua fonte originária é o Espírito de Deus.

2. Porque a lei é o reflexo moral de Deus, isto é, indica-nos a sua natureza espiritual.

3. Porque, assim sendo, a lei é uma comunicação espiritual, cujo intuito é o de produzir, na natureza humana, a mesma natureza espiritual que Deus possui, ainda que na experiência real não possa cumprir esse alvo, o que é deixado ao encargo do sistema da graça.

4. Porque, sob exame de seu conteúdo, descobrimos que a lei é santa, justa e boa, sendo assim separada de qualquer carnalidade, em sua natureza inerente.

5. Alguns comentadores (como Calvino), acrescentam a esses pensamentos a idéia de que a lei é espiritual porque requer uma justiça celestial por parte dos homens.

6. Porque se relaciona à natureza superior ou espiritual dos homens.

7. Orígenes opinava que Paulo pensa aqui que a lei é vista em sua aplicação espiritual, isto é, a lei conforme ela é formada no homem interior por meio do Espírito Santo, não estando em vista apenas a legislação legalista da lei mosaica. Nesse sentido, pois, a lei é certamente «espiritual».

8. Uma variação dessa idéia é aquela que pressupõe a presença do Espírito Santo, como *condição* de seu cumprimento.

9. Sua natureza é idêntica àquela da natureza moral do Espírito Santo, porquanto suas afinidades são espirituais, e não humanas. Não há nisso qualquer discrepância. E é bem provável que Paulo tenha concordado com diversas das idéias expostas nesses pontos.

LEI, FUNÇÃO DA

Rom. 5:20: *Sobreveio, porém, a lei para que a ofensa abundasse; mas, onde o pecado abundou, superabundou a graça;*

A lei *intensifica* o pecado, ou fá-lo «abundar», e isso em vários sentidos, conforme mostramos abaixo:

1. Porquanto faz com que a ofensa se torne mais claramente *visível*, mais perfeitamente compreendida, removendo todos os motivos possíveis de desculpa. (No que diz respeito a esse aspecto da função da lei, ver as notas expositivas em Rom. 3:20 no NTI).

2. A lei *intensifica* a transgressão porque *estimula* impulsos pecaminosos dormentes, dando-lhes uma nova atividade. «As regras são feitas para serem desobedecidas», é um refrão popular muito conhecido, porquanto isso expressa algo da perversidade humana, que se deleita em fazer algo que é proibido, conforme também a experiência humana o comprova abundantemente (ver Rom. 4:15).

3. A lei causou uma espécie de imputação do pecado aos homens, embora essa imputação realmente não se tivesse completado senão já quando do primeiro advento de Cristo, conforme Paulo nos esclarece em Rom. 3:25. Não obstante, a lei *agravou* a

questão da imputação do pecado, tornando a transgressão algo mais sério, porque se tornou melhor compreendido quão prejudicial é o mal representado pelo pecado (ver Rom. 5:13).

4. A lei, que revela tão claramente a natureza do pecado, e que subentende a necessidade de julgamento, leva os homens a entrarem em inimizade contra o Senhor. Os homens podiam odiar a Deus até mesmo por sua aparente severidade e por seus mandamentos «impossíveis de serem guardados». Mas tais indivíduos ignoram propositadamente a salvação que há em Cristo, e passam a amaldiçoar a Deus.

5. Dessa maneira, Paulo demonstra como é impossível alguém obter a vida através da guarda da lei, mediante o princípio legalista, e isso, por sua vez, mostra a necessidade da graça.

6. A abundância do pecado força a abundância da graça, e a lei põe isso em exercício, conferindo ao pecado a sua força.

7. A lei «foi adicionada» ou «sobreveio», isto é, não existia para Adão, nem para Abraão, e nem para a humanidade toda, antes de Moisés. Foi um acréscimo cujo intuito era ajudar, mas falhou em seu propósito. Pelo contrário, a lei aliou-se ao princípio do pecado-morte, e levou esse princípio a dominar o mundo inteiro.

8. A reação divina foi radical; Deus enviou seu Filho em sua missão salvatícia, até à cruz, mas ressuscitou-o com vista à nossa justificação (ver Rom. 4:25). A missão do Filho fez a graça abundar e através dela, a vida eterna (ver as notas em João 3:15 no NTI). A qualidade da salvação mostra-nos quão abundante é a graça. (Ver os artigos sobre *Graça* e *Salvação*).

O ponto de vista de Paulo sobre a «lei», conforme ele expressa aqui, dificilmente poderia agradar aos judeus, embora seja um pensamento muito comum dentro da teologia bíblica e evangélica. Aqui, entretanto, ele não diz tudo quanto se pode dizer acerca da natureza do princípio da graça, e o trecho de Rom. 3:31 subentende mais, nessa direção, do que faz o presente versículo. No entanto, ele nos fornece aqui uma idéia, sobre a qual podemos adicionar outras. Mas nenhuma dessas idéias, e nem todas elas em seu conjunto, conforme são entendidas pelo sistema teológico do cristianismo, teria agradado aos judeus, os quais viam a lei como um verdadeiro agente salvador, e a obediência à lei mosaica como algo possível em grau suficiente para que o homem viesse a obter correta posição espiritual diante de Deus. O apóstolo Paulo, pois, contradiz aqui o que comumente se compreendia acerca da natureza e das funções da lei, e deve ter sido considerado um dos piores hereges, pelos judeus, por causa desses seus ensinamentos.

Referindo-se às idéias de Paulo, sobre a lei, conforme ele as expressa aqui, diz Dwight (*in loc.*): «Foi (a lei) acrescentada no plano ou arranjo divino, tendo-se tornado uma ocasião ou motivo para que a graça superabundasse, abrindo assim o novo caminho para a justificação e para a vida».

«O dilúvio da graça ultrapassou em potência ao dilúvio do pecado, por maior que este último tivesse sido e seja». (Robertson, *in loc.*).

«...para que avultasse a ofensa... abundou o pecado...» Algumas traduções não observam que dois vocábulos gregos diferentes são empregados para expressar aqui essas idéias, conforme vemos na tradução portuguesa que serve de base textual para este comentário. O primeiro verbo significa «aumentar», «intensificar»; e o segundo significa «abundar além das medidas», «extravasar abundantemente».

John Newton, que antes fora um libertino e um incrédulo, conforme ele mesmo confessou, escreveu as palavras imortais de seu poema sobre a «graça de Deus»:

Ó graça de Deus, quão doce é o som
Que salvou um miserável como eu,
Antes, eu estava perdido, agora fui achado,
Eu era cego, mas agora vejo.

Foi a graça que ensinou meu coração a temer,
E a graça meus temores alivia;
Quão preciosa pareceu-me a graça,
Desde o momento em que cri.

(John Newton)

«'Mas onde abundou o pecado...' Sem importar se essa abundância é no 'mundo' ou no 'coração' do indivíduo, uma vez desvendado por essa lei puríssima e justa, a 'graça superabundou'. Não somente na forma de *perdão* para todo o passado é oferecido no evangelho, de tal maneira que todas as transgressões por causa das quais a alma é condenada à morte pela lei, são livre e plenamente perdoadas, mas também na forma da presença do Espírito Santo, na abundância de seus dons e bênçãos, preparando assim o seu recebedor a desfrutar de um peso excessivo e eterno de glória. Portanto, a graça do evangelho não somente nos redime da morte e, por conseguinte, nos restaura à vida, mas também leva a alma a ter uma nova relação para com Deus, uma nova participação na glória eterna, tal como não temos autoridade de crer que tais bênçãos pudessem ser a porção do próprio Adão, ainda que ele tivesse mantido eternamente a sua inocência. Assim, 'onde o pecado abundou, a graça superabundou'». (Adam Clarke, em Rom. 5:20).

«O pecado penetrara abundantemente em todas as capacidades e faculdades da alma, no seu entendimento, na sua vontade e nas suas afeições, como homem não-regenerado que era. Porém, quando da regeneração, a graça de Deus mais do que abundou quanto às mesmas capacidades e faculdades, iluminando o entendimento, subjugando a vontade e influenciando as afeições com o amor pelas realidades divinas. O pecado abundou no mundo gentílico, antes da pregação do evangelho no mesmo; mas depois a graça superabundou na conversão de multidões, que se afastaram dos ídolos, a fim de servirem ao Deus vivo; e onde o pecado abundou em indivíduos particulares, de modo extraordinário, mesmo assim a graça ultrapassou a esse acúmulo, como nos casos do rei Manassés, de Maria Madalena, de Saulo de Tarso, e outros». (John Gill, em Rom. 5:20).

«A graça ainda não atingiu suas mais exaltadas alturas e soberania, mas dá início a essa soberania quando propicia aos homens o dom da justiça de Deus... O seu alvo, o seu limite, que contudo não é limite, é a vida eterna». (James Denny, *in loc.*, o qual corretamente percebe aqui a obra contínua e eterna da graça, na «vida», isto é, na outorga da vida de Cristo, de sua pessoa e imagem, de sua essência, para os crentes, os quais finalmente, haverão de atingir a sua perfeição, participando da divindade, que é a grande esperança do evangelho e da obra da graça, conforme se vê em Rom. 8:29 e II Ped. 1:4).

LEI INTERNACIONAL

Ver sobre **Nações Unidas** e sobre **Governo Mundial**.

LEI, JESUS E A

Essa questão é amplamente examinada no artigo *Lei no Novo Testamento*, segunda seção.

LEI, JUGO DA

Jugo, Gál. 5:1. Essa palavra é usada metaforicamente para indicar uma carga ou servidão. (Comparar com Mat. 11:29,30; Atos 15:10 e I Tim. 6:1. Ver também, no A.T., os trechos de Gên. 27:40; Lev 26:13 e II Crô. 10:4,9-11,14). Essa palavra é usada nas páginas do N.T. para indicar uma «canga», exceto em Apo. 6:5, onde indica uma balança. No trecho de Atos 15:10 Pedro chamou o jugo do judaísmo e da lei de intolerável. Os crentes gálatas tiveram de aprender isso através da própria experiência deles. Mas Paulo queria salvar a todos disso.

Há uma curiosa narrativa no Talmude, *Midrash Shochar*, contada no *Yakut Simeoni*, parte 1.229, que ilustra bem o jugo da lei. E embora essa passagem pinte Coré procurando justificar-se de sua rebeldia, referindo-se à avareza dos sacerdotes, a história ainda assim e bastante ilustrativa: «Havia uma viúva na vizinhança que tinha dois filhos órfãos. Ela também tinha um campo. Quando começou a ará-lo, alguém se aproximou e disse: 'Não ararás com um boi e um jumento ao mesmo tempo'. Quando ela foi semeá-lo, ele disse: 'Não semearás teu campo com sementes diversas'. Quando ela começou a colher os molhos, disse ele: 'Deixa um punhado nos cantos do campo, para os pobres'. Quando ela se preparou para trilhar o grão, ele disse: 'Dá-me a oferta movida, bem como o primeiro e o segundo dízimo'. Ela fez conforme lhe foi ordenado. Mas então foi e vendeu seu campo, tendo comprado duas ovelhas, para que pudesse vestir a si mesma e à sua família com a lã, obtendo lucro com as ovelhas. Quando as crias nasceram, Aarão chegou e disse: 'Dá-me o primogênito', pois o Deus bendito disse: 'Todo o primogênito, que abrir a madre, será teu'. Ela cedeu às exigências dele e lhe deu as duas crias. Quando chegou o tempo da tosquia, ele disse: 'Dá-me as primícias da lei'. Uma vez que a viúva fez isso, disse ela: 'Não posso ficar na presença deste homem; matarei minhas ovelhas e as comerei'. Porém, quando ela matou as ovelhas, Aarão chegou e disse: 'Dá-me o ombro, a queixada e as vísceras'. A viúva disse: 'Embora eu tenha abatido minhas ovelhas, não posso livrar-me deste homem. Portanto, consagro tudo a Deus'. Mas Aarão disse: 'Tudo me pertence, pois o Deus santo e bendito disse: 'Tudo quanto for consagrado em Israel será dele (isto é, do sacerdote)'. Assim dizendo, ele tomou as carcaças inteiras e se foi, deixando a viúva e seus filhos órfãos na maior aflição».

LEI MODELO ABRANGENTE

Essa expressão indica a noção de que, para se chegar à verdadeira explicação sobre uma questão qualquer, deve haver uma lei que ofereça uma explanação adequada dos fenômenos envolvidos. Porém, não parece que encontrar tal lei seja algo necessário para explicar qualquer fenômeno. Muitos fenômenos ocorrem sem que estejam vinculados a qualquer lei geral. Assim, se um trem chega tarde à estação, não significa que os trens sempre devam chegar atrasados. Outrossim, mesmo quando podemos ligar os eventos a certas leis, com freqüência estas são inadequadas para explicar muitas coisas a eles relacionadas. Nem sempre é possível conseguir explicar formalmente as coisas, na ciência, na filosofia ou na fé religiosa. Nosso conhecimento ainda é por demais primitivo para que isso suceda em todos os casos.

LEI MORAL

Ver o artigo sobre a **Lei Cerimonial**, onde se faz a distinção entre a lei moral e a lei cerimonial.

LEI MORAL DA COLHEITA SEGUNDO A SEMEADURA

1. *Declaração Geral*

Paulo deixou bem claro que «...aquilo que o homem semear, isso também ceifará» (Gál. 6:7 *ss*). E esse texto mostra-nos que essa *colheita* envolve até mesmo a questão da salvação eterna, a *grande colheita*, e não meramente a interação entre causa e efeito, que temos de enfrentar todos os dias. No entanto, uma coisa está ligada à outra. A lei da colheita segundo a semeadura labora contra o *antinomianismo* (vide), embora *não* favoreça ao *legalismo* (vide). Fica entendido, dentro do contexto paulino, que qualquer semeadura apropriada precisa ser efetuada no poder do Espírito, que cultiva em nós todas as virtudes espirituais (ver Gál. 5:22,23). O homem, uma vez impelido no processo da transformação segundo a imagem do Filho (ver Rom. 8:29; II Cor. 3:18), de tal modo que virá a possuir toda a plenitude de Deus (ver Efé. 3:19), ou seja, a natureza divina (ver II Ped. 1:4; Col. 2:10), dificilmente poderá realizar tais coisas exceto em, e através do poder do Espírito Santo. Ver o artigo separado intitulado *Lei Espiritual, do Espírito*.

2. *O Princípio do Julgamento*

Todo julgamento depende das operações da lei da colheita segundo a semeadura. Cada indivíduo será julgado de acordo com as suas obras (ver Rom. 2:6), e isso se aplica tanto ao crente quanto ao incrédulo. Ver os artigos sobre os julgamentos de ambos, sob os títulos: *Julgamento de Deus dos Homens Perdidos; Julgamento do Crente por Deus* e *Julgamento Segundo as Obras*. O exame desses três artigos fornecerá ao leitor amplas ilustrações sobre a lei da colheita segundo a semeadura.

3. *Metáfora Extraída da Vida Agrícola*

Muitos dos leitores originais de Paulo eram agricultores. Em qualquer época da história, a agricultura reveste-se de importância suprema para a sustentação da vida dos homens. Todos aqueles que se ocupam nas lides agrícolas têm plena consciência de que só colhem aquilo que tiverem semeado. Também sabem que colhem a «espécie» plantada. Além disso, sabem que as plantações são atacadas e ameaçadas por ervas daninhas, pela seca e por pestes. Toda colheita abundante é resultante de uma semeadura abundante, e todo esse processo de plantio e colheita acompanha, necessariamente, as leis da natureza. No sentido espiritual, sempre é *Deus* quem faz progredir e multiplicar a colheita (I Cor. 3:7). A vida não é um jogo, embora muitos homens vivam como se ela o fosse. Embora a *graça* divina (vide) seja necessária para o avanço bem-sucedido de qualquer indivíduo, contudo, temos a responsabilidade de empregar nossos conhecimentos e nossas capacidades, a fim de distinguir o que é bom e o que é mau, e de tirar proveito das oportunidades, visando ao desenvolvimento espiritual de nossas almas, através do *uso* dos meios do crescimento espiritual. Esses meios são: o treinamento intelectual nos documentos sagrados e outros livros, que promovam um útil conhecimento e espiritualidade; a oração; a meditação; a santificação; a prática da lei do amor; as boas obras; a iluminação espiritual e o toque místico, com a possessão e a utilização dos dons espirituais.

Semeai um hábito, e colhereis um caráter.
Semeai um caráter, e colhereis um destino.
Semeai um destino, e colhereis...Deus.
(Prof. Huston Smith).

4. *Algumas Características Dessa Lei*

a. Ela atua segundo as obras de cada um (Rom. 2:6).

b. Ela está envolvida na questão das coroas e galardões (II Tim. 4:8). Ver o artigo sobre as *Coroas*.

c. Ela está vinculada ao tribunal de Cristo (II Cor. 5:10).

d. Ela não ensina a estagnação após a morte biológica do crente. O crente haverá de compartilhar da plenitude de Deus (ver Efé. 3:19), e simplesmente não conseguiria tal coisa, se lhe fosse tolhida a possibilidade de crescer, no outro lado da existência. A glorificação é um processo eterno, e não um acontecimento isolado, de um único instante. Os incrédulos também terão oportunidades no além-túmulo (ver I Ped. 4:6), e uma *restauração* geral aguarda a criação, conforme tenho descrito no artigo por esse nome. Essas condições (glorificação e restauração) também dependem da lei da colheita segundo a semeadura, que assumirá um papel ainda de *maiores dimensões*, nos mundos eternos.

5. *Uma Prova da Existência de Deus*

Emanuel Kant alicerçava um argumento em prol da existência de Deus sobre a necessidade que todos os homens têm de colher segundo o que tiverem semeado. De outro modo, teríamos de enfrentar um caos completo. A alma existe a fim de enfrentar — após a morte física — a recompensa ou o castigo que se faça mister. E Deus deve existir, visto ser ele o único que é suficientemente sábio, suficientemente poderoso para aplicar o castigo ou a recompensa apropriada.

6. *A Certeza Dessa Lei*

O trecho de Gál. 6:7 adverte-nos a não nos deixarmos enganar quanto a essa questão. A lei da colheita segundo a semeadura realmente opera, de outra maneira, Deus seria sujeito à zombaria. O verbo grego envolvido nessa ação de zombar de Deus, isto é, *mukterízo*, significa, literalmente, «torcer o nariz». É absurdo pensar que poderíamos torcer o nariz, em atitude de desrespeito, escapando da lei universal da colheita segundo a semeadura. Hipócrates usou esse termo para indicar «hemorragia nasal» (ver *Epid.* 7,123). O gesto de andar de nariz emproado (sinal de arrogância), ou de torcer o nariz (sinal de desprezo), sob hipótese alguma pode ser feito (metaforicamente falando) no tocante ao Senhor. E isso porque a lei da colheita segundo a semeadura terá um pleno e cabal cumprimento na vida de todos os seres humanos.

«Ninguém pode usar de desonestidade com Deus, porquanto ele conhece todos os pensamentos e intuitos do coração» (Rendall, comentando sobre Gál. 6:7).

7. *A Lei do Karma*

Nas religiões orientais, encontramos uma vívida representação **da lei da colheita** segundo a semeadura na doutrina do *karma*. Esse ensino supõe que tudo quanto um homem faz é inexoravelmente entesourado, levando-o a «encontrar-se consigo mesmo» em alguma outra reencarnação (vide), ou reencarnações. Alguns, que acreditam na lei do *karma*, nos termos ensinados por aquelas religiões orientais, acreditam que essa lei em nada contradiz à doutrina cristã da salvação pela graça divina, se a compreendermos no sentido de uma lei disciplinadora, que instrui os homens, até que eles encontrem a salvação em Jesus Cristo. De fato, não há muita diferença entre o *karma* e o ser julgado de acordo com as próprias obras, exceto que esse julgamento alude ao fim do processo, ao passo que a lei do *karma* fala sobre um processo que vai operando ao longo da vida do indivíduo. Outrossim, nao podemos supor que as obras humanas, que criam um bom *karma*, sejam capazes de salvar a alma. Para tanto, já será mister a lei do Espírito, com o seu poder transformador. Não obstante, dizer *karma* e dizer *colher segundo a semeadura* são uma e a mesma coisa, se evitarmos certos abusos legalistas que a palavra *karma* envolve para certas pessoas. O artigo separado que escrevi, acerca desse assunto, entra em maiores detalhes no tocante a essa crença.

Alguns cristãos, além de outros, que aceitam tanto o *karma* quanto a *reencarnação* como descrições válidas do que realmente tem lugar na experiência humana, supõem que, em Cristo, todo *karma* é cancelado, diante do *verdadeiro arrependimento*, sendo precisamente aí que entra a graça de Deus. Em outras palavras, algumas pessoas supõem que o *karma* é a lei que opera antes de Cristo intervir em uma vida humana, mas que essa intervenção de Cristo a cancela. Mas, mesmo diante dessa hipótese, o julgamento dos crentes obedecerá a certa forma de *karma*. Em seu sentido oriental, o *karma* pode ser compreendido como uma espécie de aio, que conduz os homens a Cristo, tal como a lei mosaica o era para com os judeus. O *karma* forçaria os homens a buscarem outra solução possível, — porquanto intermináveis semeaduras e colheitas, jamais poderão salvar uma alma humana!

8. *O Alvo Glorioso*

O Novo Testamento ensina-nos a esperança. É possível um ser humano tornar-se um *vencedor*, e, então, entrar na glória resplendente do Senhor. Isso é exatamente o que nos garantiu a missão de Cristo, aquilo que é promovido pelo ministério do Espírito Santo.

Quando eu chegar ao fim do meu caminho,
Quando eu descansar no fim do dia da vida,
Quando 'Bem-vindo' eu ouvir Jesus dizer,
Oh, isso será a aurora para mim!

Quando, em sua beleza, eu vir o Grande Rei,
Unido com seus remidos, para entoar seus louvores,
Quando eu unir a eles os meus tributos,
Oh, isso será a aurora para mim!

Aurora amanhã, aurora amanhã,
Aurora na glória, espera por mim;
Aurora amanhã, aurora amanhã,
Aurora com Jesus, pela eternidade.

(W.C. Poole)

A Visão Beatífica. A glória final dos remidos envolve muito mais do que meramente contemplar a Deus. Antes, ao contemplarem ao Senhor, os remidos serão transformados, de modo a compartilharem de sua natureza e de seus atributos (ver II Ped. 1:4). As visões transformam. Mas, visto que há uma infinitude com que os remidos serão enchidos, também deverá haver um enchimento infinito. Ver o artigo intitulado *Transformação Segundo a Imagem de Cristo*. Ver também sobre a *Visão Beatífica*.

LEI NA FILOSOFIA

Esboço:

I. Alguns Problemas Básicos
II. Sentidos Descritivos
III. Sentidos Prescritivos
IV. A Filosofia da Lei

I. Alguns Problemas Básicos

1. *A Origem das Leis*. As leis humanas dependem das leis naturais, da lei divina, ou da evolução na sociedade humana (lei experimental)?

2. Pode haver tal coisa como uma *verdadeira* lei, ou

todas ás leis são apenas *experimentais?* A antiga máxima que diz: *Lex injusta non est lex*, «uma lei injusta não é lei», pressupõe que toda lei verdadeira será justa. Por outro lado, se aquilo que é justiça não emerge de alguma exigência divina ou cósmica e da mera experiência humana, então o conceito da lei em geral, como também de qualquer lei em particular, é um conceito em perene fluxo.

3. *O Poder é o Direito?* Se um soberano qualquer baixa uma lei e tem autoridade para pô-la em vigor, a sua lei é automaticamente correta? Alguns pensadores têm achado que aí reside a verdadeira substância da lei. É conforme disse Mao Tzé Tung, premier chinês da década passada: «O poder sai do cano de um fuzil».

4. *Senso de Responsabilidade.* Aqueles que são estudiosos de filosofia sabem quão difícil é tentar definir qualquer termo de sentido muito amplo. Como é óbvio, a *responsabilidade* é um conceito vital à lei. Não obstante, encontramos grande dificuldade para definir esse termo. De acordo com a doutrina do direito divino dos reis, a responsabilidade de cada homem é obedecer sem questionar, sem importar a evidente injustiça de algumas leis. Os religiosos supõem que os livros sagrados definem claramente a responsabilidade, mas o problema é que esses livros sagrados nem sempre são interpretados da mesma maneira, e poucos acreditam que sejamos capazes de resolver o problema da responsabilidade meramente apresentando textos de prova (juntamente com analogias e aplicações) extraídos dos Livros Sagrados. Além disso, devemos pensar nas chamadas «circunstâncias atenuantes». Por exemplo, um homem fez o que era errado, no entanto, ele está insano. Outro homem cometeu um erro, mas, fê-lo na inocência. Ainda um outro errou, no entanto, suas intenções eram boas. Como se poderia pesar as responsabilidades nesses casos? Aristóteles acreditava que a *voluntariedade* está por detrás de toda culpa, louvor e responsabilidade. Se um homem estiver obedecendo ordens que ele não pode ignorar, ou, então, se o fizer sobre uma pressão incomum da parte de outras pessoas, não poderá ser considerado responsável por algum ato errado, e, mesmo que possa ser considerado como tal, sê-lo-á até que ponto? A vontade do indivíduo, afinal, muito tem a ver com a aquilatação das responsabilidades. A mesma coisa deve ser dita no tocante a pressões e ameaças externas, por causa das quais um indivíduo se vê forçado a agir de modo contrário à sua vontade. Finalmente, devemos enfrentar o problema da negligência. Imaginemos um homem que ultrapasse um semáforo e mate a alguém. Esse terá feito alguma coisa que não queria fazer, mas, mostrou-se negligente. Talvez não seja sentenciado à prisão perpétua, mas poderá ser condenado a um ano de prisão, ou terá de ficar sob custódia, dependendo da severidade do juiz.

5. *As Intenções.* Alguns pensadores opinam que não existe bondade exceto na vontade. Aquilo que tencionamos fazer direito, é bom, e aquilo que tencionamos fazer errado, é verdadeiramente errado. Ora, a intenção está intimamente vinculada à responsabilidade.

6. *Empecilhos.* Todos nós somos, algumas vezes, impedidos de fazer o bem que gostaríamos de fazer, ou somos impedidos por defeitos morais e mentais, que nos levam a fazer o que é errado, por assim dizer, contra a nossa própria vontade. Paulo referiu-se a essa questão no sétimo capítulo da epístola aos Romanos. Os mentalmente insanos são internados em hospitais psiquiátricos, e não em prisões, quando fazem algo de errado. No entanto, em muitos casos, pode ser demonstrado que os insanos podem fazer coisas que criam ou mesmo agravam a sua insanidade. Por conseguinte, essa condição pode ser o primeiro erro de um indivíduo, como se dá no caso daqueles que se viciam com o álcool ou com as drogas e alucinógenos. Os homens devem ser responsabilizados por aquilo que fizerem de si mesmos. Alguns estudiosos supõem que as vidas passadas (ver sobre a *Reencarnação*) também podem fazer os homens serem quais maçãs podres, antes mesmo de nascerem. Nesse caso, eles seriam responsáveis pelo seu estado, embora tenham vindo a este mundo criminalmente insanos, ou possuidores de grandes tendências para os vícios e para o crime, *desde o próprio nascimento.*

7. *Retribuição.* Como devem ser aplicadas as sanções da lei? Quão severas devem ser essas sanções? De que tipos elas deveriam ser? Os filósofos continuam debatendo sobre essas questões. A punição capital está certa? Até que ponto deveríamos tentar recuperar aos criminosos empedernidos que matam, são aprisionados, mas matam novamente, se forem libertados? A retribuição deveria visar somente a propósitos de reabilitação, ou pode e deve haver algo como uma justa vingança, inteiramente à parte de qualquer desejo de reabilitar?

8. *Direitos e Obrigações.* A lei garante a todos certos direitos básicos. Mas, quais devem ser esses direitos? E esses direitos implicam em que obrigações?

9. *Conflitos de Grupos de Interesses.* O governo não é a Igreja, mas o governo é influenciado pela Igreja. Até que ponto as leis de um país refletem as crenças religiosas e as convicções do seu povo? Os lapsos religiosos deveriam ser castigados pela lei? As crenças religiosas deveriam ser ensinadas nas escolas públicas, com o apoio das leis civis? Podem existir escolas religiosas, se, por acaso, não cumprirem os requisitos educacionais do Estado? As uniões trabalhistas podem forçar seus membros a unirem-se às suas respectivas organizações? Se os trabalhadores não se unirem a essas uniões e sindicatos, deveriam eles participar dos benefícios obtidos da parte dessas uniões e sindicatos?

II. Sentidos Descritivos

Esse título é usado para falarmos sobre a lei como *leis da natureza.* Presumivelmente, os fenônemos que ocorrem na sociedade humana, e que podem ser examinados pelos cientistas sociais, dependem das funções naturais de nosso mundo e de nosso universo.

1. Alguns estudiosos têm ensinado a correspondência entre as leis naturais e a experiência humana, ou, então, que a experiência humana deveria coincidir com as leis naturais. Nesse caso, as leis deveriam ser formuladas de acordo com aquilo que a natureza parece requerer. E a filosofia e a teologia existiriam a fim de definir o que significa esse «parece».

2. *Peirce*, entretanto, não eliminava o elemento do acaso, no tocante a essa questão. Isso posto, a evolução estaria envolvida nos erros dos homens quanto às leis, da mesma maneira que a própria natureza pode errar.

3. *Augusto Comte* (vide) referia-se à lei da evolução cultural. Ele aludia a três estágios, nessa evolução, a saber: a. *A evolução teológica:* todas as dúvidas seriam solucionadas pelos clérigos, em seus livros e em suas declarações. Nesse caso, os *deuses* é que resolvem tudo. b. *A evolução metafísica*: aí os homens começam a pensar em termos mais abstratos. A religião continua sendo um fator importante; mas agora já se deve pensar em *forças cósmicas*, e não meramente em deuses. A ética contém abstrações e

discussões morais que transcendem àquilo que os eclesiásticos afirmam. c. *A evolução científica*: nesse ponto, os homens deixam de tentar resolver os seus problemas pelo apelo a «algo existente lá fora», e começam a definir a conduta deles em termos de suas próprias experiências, e essas experiências são examinadas e modificadas cientificamente.

III. Sentidos Prescritivos

1. *As leis do pensamento*, conforme são vistas na lógica tradicional, com os seus conceitos de identidade, contradição e meio-termo excluído, são prescritivas.

2. *A ética teísta* conta com uma lei prescritiva. Deus faz as leis. Ele também as prescreve. Sobre essa base é que concebemos Deus como o grande legislador, como o originador das leis naturais, visto que Deus é o criador da própria natureza.

3. *Platão*, com os seus *universais* (vide) perfeitos e imutáveis, supunha que a ética ideal e a lei seguem esses padrões absolutos, que prescrevem aquilo que devemos e que não devemos fazer.

4. *Tomás de Aquino*. Ele falava sobre quatro tipos de leis prescritivas, a saber: a. as leis das nações; b. as leis naturais; c. as leis positivas; d. as leis eternas. Todavia, esses tipos de leis prescritivas não teriam o mesmo peso e autoridade.

5. Se *as leis naturais* existem e são corretas, então podem ser prescritas para o homem, para que saiba o que deve fazer e o que não deve fazer.

IV. A Filosofia da Lei

1. **Problemas Básicos.** Descrevi esses problemas na primeira seção, acima.

2. A filosofia da lei é uma disciplina moderna que analisa conceitos prescritivos relacionados à jurisprudência.

3. O positivismo insiste sobre a experiência humana como o fator determinante de toda lei, e a experiência humana é uma situação de tentativa e erro.

4. O pragmatismo insiste sobre o princípio que bons resultados devem advir da lei, e não meramente alguma boa teoria.

5. Há regras primárias que impõem deveres; e há regras secundárias que se preocupam com o reconhecimento e a aquilatação das regras primárias. Ver sobre a Filosofia de *Hart*.

6. A religião continua exercendo poderosa influência sobre as leis e a legislação de muitos países; e as crenças religiosas, naturalmente, influenciam a filosofia da lei. (EP P)

LEI NATURAL

Ver sobre **Direito Natural e Direitos Naturais.**

LEI NO ANTIGO TESTAMENTO

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Tora e Outras Palavras Importantes
III. Três Tipos de Lei
IV. Códigos Legais
V. A Lei e as Alianças
VI. A Lei Antes e Depois de Moisés
VII. Princípios e Propósitos: Complexidade das Provisões da Lei
VIII. Confronto com o Código de Hamurabi e outros Códigos Antigos

I. Caracterização Geral

A lei nacional dos hebreus é conhecida como «lei de Moisés», visto que tanto a sua jurisprudência quanto o seu sistema de práticas rituais foram transmitidos através de Moisés, oriundos de Deus. Os livros sagrados originais dos hebreus, o *Pentateuco* (vide), durante milênios foram considerados essencialmente escritos por Moisés, embora não inteiramente. Mas a erudição moderna tem desafiado esse ponto de vista. Ver sobre o artigo *J.E.D.P.(S.)*, que procura dar ao leitor a essência da teoria de várias fontes originárias do Pentateuco. Mas, o que não devemos esquecer é que para os hebreus, como para a maioria dos povos antigos, dotados de leis formais, leis rituais e leis civis, a jurisprudência não se distinguia das leis religiosas.

Muitos estudiosos vêem no Antigo Testamento um longo período de desenvolvimento da lei, um processo que continuou entre os hebreus mediante comentários, como o Talmude e outros documentos religiosos principais dos judeus. Os principais fatores envolvidos nessa evolução eram a interpretação, a promulgação e a força dos costumes. Quando a *Mishnah* (vide) foi compilada pelo rabino Judá, o Patriarca, tornou-se o guia da prática judaica no tocante a cada questão que afeta à religião e à lei. E a tarefa principal dos estudiosos judeus posteriores, conhecidos como *amoraim* (que floresceram entre 200 e 500 D.C.), consistia em interpretar a Mishnah e ajustá-la à vida contemporânea. O termo *amora* vem do verbo hebraico *amar*, «dizer», «falar». Esse era o título oficial dos mestres ou conferencistas judeus, que expunham a Mishnah, em uso desde a morte de Judá, o Patriarca (219 D.C.), até à compilação do Talmude Babilônico (500 D.C.). Visto que as condições econômicas, sociais e políticas na Palestina e na Babilônia (um dos centros da erudição judaica e de uma numerosa comunidade judaica) eram diferentes entre si, a lei e sua interpretação também diferiam quanto a muitos pontos, no Talmude Palestino e no Talmude Babilônico. Durante o período gaônico (700—1040 D.C.), o Talmude Babilônico tornou-se mais autoritário do que o Talmude Palestino, sempre que aparecia conflito entre os dois. E, a partir do século XI D.C. houve grande desenvolvimento das tradições hebréias nos países europeus, como Alemanha, Espanha, França e Itália, além da Turquia, países esses onde foram estabelecidos centros de erudição da *diáspora* (vide). Não obstante, as duas principais autoridades, para todos os judeus de todos os países e épocas, sempre foram o Antigo Testamento e o Talmude.

Poucos povos envolveram-se com a lei como os judeus, e a lei dos hebreus é a legislação mais completa que tem sido preservada desde os tempos antigos. O poder e a influência da lei dos hebreus têm sido muito vastos, especialmente por causa da Bíblia, com seu Antigo e Novo Testamentos, que têm sido traduzidos para tantos idiomas, tornando-se parte da cultura e da religião de inúmeros povos.

II. Tora e Outras Palavras Importantes

1. *Tora*. O principal vocábulo hebraico traduzido em português por «lei» é *tora*. Essa palavra aparece por nada menos de duzentas e vinte vezes no Antigo Testamento. O sentido dessa palavra hebraica é mais abrangente do que nosso termo «lei», indicando a idéia de *instrução divina*. Esse vocábulo veio a tornar-se um dos títulos dos primeiros cinco livros do Antigo Testamento, também chamados *Pentateuco*. Os eruditos têm debatido sobre a etimologia da palavra *tora*. Está relacionada ao verbo hebraico *hora*, que significa «dirigir», «ensinar» ou «instruir». Sua raiz, *yrh*, está relacionada ao verbo *yara*, que significa «lançar», «atirar (dardos)», embora alguns duvidem disso. Outros estudiosos pensam que essa raiz está ligada a *goral*, «sorte», podendo dar a

entender o lançamento de sortes, tendo em vista determinar qual o oráculo divino sobre esta ou aquela questão. Todavia, quase todos os eruditos rejeitam essa explicação. — Ainda outros têm associado a palavra *tora* ao acádico *tertu*, «oráculo», o que também tem sido uma tentativa de explicação abandonada pela maioria dos estudiosos. Por isso mesmo, outros pensam que *tora* pode estar relacionada ao acádico *waru*, «guiar»; ou, então, ao árabe, *warra*, «mostrar». Seja como for, o uso da palavra *tora* mostra que havia associações com a idéia de «instruir». Ver Jó 6:24; 8:10 e Pro. 4:4. O substantivo «professor», no hebraico é *moreh* (ver Pro. 5:13), obviamente um termo cognato. Em Isa. 8:16-20 e Miq. 4:2, encontramos a palavra *tora* usada em seu sentido lato de «instrução», instrução da parte de Deus. Desse modo, indica a totalidade da vontade revelada de Deus, com suas palavras, seus mandamentos, seus julgamentos, seus caminhos, seus preceitos, etc. O Salmo 119 usa essa palavra no seu sentido mais amplo.

Na Septuaginta foi empregada a palavra grega **nomos** para traduzir o vocábulo hebraico **tora**. Essa palavra grega é útil para aludir aos documentos básicos da revelação divina. Ver Luc. 2:23,24; 10:26; João 1:17,45; Gál. 3:17; Tia. 2:10,11. Ou, então, para aludir ao *decálogo* (ver Rom. 3:20). Entretanto, o vocábulo grego *nómos* é um termo de significação mais estreita que *tora*, não dando a idéia de instrução completa da parte de Deus. Contudo, também foi usado ocasionalmente para indicar a totalidade do Antigo Testamento (ver João 10:34; 12:34 e Rom. 3:19). *Nómos*, usualmente, aparece no singular, confirmando a unidade do Antigo Testamento, nos dias de Paulo. Mas, deve-se notar que apesar de *tora* aludir obviamente às instruções divinas totais, também podia referir-se a alguma instrução em particular (ver Pro. 3:1; 6:23; 7:2 e 13:14).

2. *Dabar*. Em Deuteronômio 4:13, encontramos as *dez palavras*, que algumas traduções têm traduzido como «dez mandamentos» (ver a nossa versão portuguesa). *Dabar* é palavra hebraica com muitos sentidos: mandamento, conselho, relatório, petição, razão, declaração, etc. Também pode significar «oráculo» ou «revelação» (Juí. 3:20). Para alguns eruditos os *debarim* eram as leis sagradas, ao passo que os *mishpatim* eram as leis civis; mas essa distinção labora contra o ponto de vista dos hebreus sobre a qualidade sagrada de todos os aspectos da vida. Essa palavra, *dabar*, parece ter-se originado de uma raiz que significava «gravar». As *dez palavras* (ver Êxo. 32:16) foram esculpidas em tábuas de pedra. Porém o uso da palavra ultrapassa esse sentido original.

3. *Mishpatim*. Essa palavra refere-se a decisões e promulgações judiciais ou atos de julgamento, como os vereditos. Em um sentido abstrato, pode indicar «justiça», «direito», «privilégio». Ver Gên. 14:7; Deu. 1:46; Núm. 15:35. Em Núm. 11:16-25, temos a idéia de «decisões».

4. *Tisvah*. Essa palavra refere-se a um comando ou ordem. Ver Êxo. 18:23; 27:20; Núm. 5:2,8; Deu. 6:2; Jos. 1:11.

5. *Mitsvah*. Esse vocábulo deriva-se da palavra anterior. É o substantivo que significa «ordem», «preceito». Aponta para mandamentos tanto divinos quanto humanos. Ver II Crô. 8:14; Nee. 13:5. Usualmente é palavra que se refere a alguma ordem definida, e não à *lei* genérica, embora também fosse usada como sinônimo virtual de *tora*.

III. Três Tipos de Lei

Os teólogos cristãos têm distinguido entre três tipos de lei, dentro do código mosaico. Essas são as leis *morais* (questões de bem e mal, que não se alteram com a passagem do tempo); as leis *cerimoniais* (os ritos que acompanhavam a legislação mosaica, quanto aos preceitos que não envolviam questões morais, e que podiam ser alterados com a passagem do tempo); e as leis *civis* (os estatutos que governavam os cidadãos de Israel, questões agrárias, etc., e que não tinham aplicação a povos fora da antiga nação de Israel, excetuando, talvez, como idéias sugestivas). O argumento dos teólogos cristãos, pois, é que os crentes estão na obrigação de observar somente os preceitos morais, ao passo que os outros tipos de leis tornaram-se obsoletos com a passagem do tempo.

Comentários Sobre Essa Divisão de Preceitos:

1. É verdade que o Novo Testamento incorpora a lei moral em seus ensinamentos éticos; mas faz isso através da *Lei Espiritual* (vide). Porém, a lei moral do Antigo Testamento não é nem nosso guia e nem nosso impulsionador. Esses dois ofícios pertencem ao Espírito Santo (Rom. 8:1 *ss*).

2. A lei moral cumpre-se na prática da lei do amor (ver Rom. 13:9,10).

3. A lei cerimonial inclui coisas que eram consideradas altamente obrigatórias e morais, como a circuncisão. Porém, o Novo Testamento descontinuou completamente essas cerimônias, que não fazem parte da prática cristã, embora elas simbolizem realidades espirituais. Ver Atos 15.

4. Essas distinções dentro das leis do código mosaico eram estranhas para o pensamento dos hebreus. Para eles, todas as leis envolviam um sentido moral. O Novo Testamento mostra que os fariseus sentiam que certos preceitos cerimoniais, incluindo aqueles que dizem respeito à lavagem de vasos, eram moralmente obrigatórios. Ver Mar. 7:4.

5. Apesar de alguns teólogos cristãos sentirem que o decálogo inteiro (excluindo-se unicamente o sábado) é obrigatório para os cristãos, devendo ser aceito como um guia da conduta diária (uma idéia comum que se originou na Reforma Protestante), a verdade é que esse não é o ensino do Novo Testamento. O trecho de Romanos 14:5 *ss* ensina que a observância do dia de sábado não mais tem vigência entre os crentes cristãos, mas outras passagens paulinas removem completamente a lei, como medida justificadora ou como poder santificador. Ver, para exemplificar, Rom. 3:10 *ss*.

6. Os legalistas entre os cristãos têm substituído o sábado judaico pelo domingo cristão, para então reterem o resto da lei como guia e medida santificadora. No entanto, ambas as idéias são estranhas aos escritos de Paulo. A retenção do código legal, incluindo o quarto mandamento (a observância do dia de sábado, em qualquer de suas formas) é algo que pertence ao *legalismo* (vide) e não ao cristianismo paulino.

IV. Códigos Legais

A maioria dos eruditos modernos não acredita que a legislação mosaica inteira tenha se originado ao mesmo tempo, como também não acredita que tenha tido começo na mesma época e com base nas mesmas fontes informativas. Antes, eles vêem nessa legislação um processo evolutivo, que teria envolvido até mesmo alguma codificação regional. Temos abordado essas questões em um artigo separado, intitulado *Lei — Códigos da Bíblia*.

V. A Lei e as Alianças

Alguns teólogos têm argumentado vigorosamente contra a idéia de que a lei mosaica estivesse ligada a alguma aliança. O raciocínio deles é que uma aliança

é um pacto ou *acordo* entre dois partidos ou mais, cada qual com condições a serem cumpridas, a fim de que o acordo seja cumprido. Uma aliança, pois, diz que se certas condições forem cumpridas, *então* certos benefícios resultarão daí. Apesar de haver algum mérito nessa explicação, o próprio Moisés disse: «*Se* um homem cumprir esses mandamentos, por eles viverá». Ver Lev. 18:5. Em contraste com essa maneira de pensar, temos uma elaborada descrição do *pacto mosaico*, na *Bíblia Anotada de Scofield*, em Êxodo 20. O pacto mosaico, ali, ocupa seu lugar entre outros sete pactos, a saber: edênico (Gên. 1:28); adâmico (Gên. 3:15); noaico (Gên. 9:1); abraâmico (Gên. 15:18); palestino (Deu. 30:3); davídico (II Sam. 7:16); e novo (Heb. 8:8). Ver o artigo sobre os *Pactos*, que fornece maiores descrições a respeito.

No tocante ao *Pacto Mosaico*, Scofield disse o seguinte:

«*O Pacto Mosaico*. 1. Foi dado a Israel; 2. em três divisões, cada qual essencial às outras e formando juntas o pacto mosaico, a saber: a. os *mandamentos*, que expressam a reta vontade de Deus (Êxo. 20:1-26); b. os *juízos*, que governam a vida social de Israel (Êxo. 24:12—31:18). Esses elementos formam *a lei*, conforme essa expressão geralmente é usada no Novo Testamento (por exemplo, em Mat. 5:17,18). Os *mandamentos* eram um *ministério da condenação* e da *morte* (II Cor. 3:7-9); c. as *ordenanças* davam, na pessoa do sumo sacerdote, um representante do povo diante de Yahweh; e nos sacrifícios havia *cobertura* (ver sobre a expiação; Lev. 16:6) para os pecados deles, em antecipação à cruz (Heb. 5:1-3; 9:6-9; Rom. 3:25,26). O crente não vive sob o pacto mosaico condicional das obras, a lei, mas está sob a nova aliança incondicional da graça (Rom. 3:21-27; 6:14,15; Gál. 2:16; 3:10-14,16-18; 4:21-31; Heb. 10:11-17). Ver também sobre o *Novo Pacto* (Heb. 8:8)».

A lei mosaica foi dada dentro do arcabouço do **pacto sinaítico**, que também fez parte das negociações entre Deus e seu povo de Israel. Apesar de sua natureza legalista, tinha sua origem na graça de Deus, que escolhera Israel, em seu amor (Êxo. 19:4,5). A própria lei é um dom da graça, porquanto teve um importante serviço espiritual a realizar. Deus ordenou que Moisés guardasse as tábuas das Dez Palavras dentro da arca da aliança (ver Deu. 10:2). Assim, apesar da lei não servir de meio para obtenção da graça divina, originou-se na graça, como uma de suas inspirações.

O trecho de Êxodo 19:5,6 situa bem definidamente a lei dentro do contexto da *aliança* que Deus estabeleceu com Israel. Essa aliança alicerça-se sobre a obediência por parte do povo de Israel, oferecendo a promessa de que esse povo seria possessão especial e povo de Deus à face da terra. Eles haveriam de ser um reino de sacerdotes e uma nação santa.

VI. A Lei Antes e Depois de Moisés

A. A Lei Antes de Moisés

1. *Provisões já existentes*. É um erro esperar total originalidade por parte da lei mosaica. De fato, o confronto com outros códigos antigos, especialmente o de Hamurabi, mostra-nos claramente que grande parte da legislação mosaica já existia nas leis de povos relacionados aos hebreus. Além disso, o conceito de lei como um dom *divino*, dado por intermédio dos profetas e de poderosos líderes nacionais, era um conceito comum desde antes da época de Moisés.

2. *Arcabouço bíblico*. A arqueologia tem demonstrado que muitas das leis e muitos dos costumes do período dos patriarcas da história do Antigo Testamento também eram compartilhados por outros povos semitas. A Bíblia contém as alianças edênica, adâmica e abraâmica; e cada uma delas tem algo que foi incorporado à filosofia do pacto mosaico. A aliança firmada com Noé contém vários mandamentos explícitos (ver Gên. 9:1-7). O conceito da lei divina, dado ao homem, já fazia parte do relato sobre o jardim do Éden, onde se esperava que o homem obedecesse às exigências impostas por Deus. Ver Gên. 1:26,27. E também havia proibições espirituais (ver Gên. 2:16,17).

3. Paulo tirou proveito da falta de uma lei formal, nos dias patriarcais, a fim de ensinar que, naqueles tempos, os princípios da graça e da fé eram os princípios dominantes. A isso, pois, foi *adicionada* a lei de Moisés, que não poderia anular o pacto anteriormente existente. Por semelhante modo, o *Novo Testamento* foi estabelecido *sem lei*. Ver Gál. 3:10 *ss*. Os gentios, por conseguinte, que nunca estiveram debaixo da lei mosaica, podiam participar das promessas feitas a Abraão, que recebeu aquelas promessas sem qualquer legislação, ou qualquer coisa parecida (ver Gál. 3:14). Portanto, Paulo aproveitou-se dessa ausência de legislação formal para conferir esperança aos gentios, que assim sendo, podem herdar as promessas feitas a Abraão, e isso por operação do Espírito de Deus, mediante a fé (ver Gál. 3:15). Desnecessário é dizer que os judeus devem ter ficado horrorizados diante desse argumento, mas o fato é que nada há de errado nesse argumento, que se tornou o ensino cristão e neotestamentário, e isso remove de cena a lei, como base de qualquer ensinamento a respeito da justificação e da salvação.

B. A Lei Depois de Moisés

A lei entrou em pleno vigor nos dias do ministério de Moisés. Conforme foi dito acima, sabemos que muitas de suas provisões já estavam em vigor, tanto entre os israelitas quanto entre outros povos semitas. Não obstante, a codificação e a autoridade maior da lei vieram juntamente com Moisés. E, então, a lei tornou-se parte integrante do *pacto mosaico*, o que, em um sentido especial, distinguiu o povo de Israel de todos os outros povos da terra. O início da era dos reis (a monarquia unida e então as duas monarquias, do norte e do sul) em nada modificou a questão. O rei passou a ser o supremo juiz e aplicador da lei (II Sam. 15:2-6). Contudo, ele mesmo estava sujeito à lei. Os sacerdotes continuaram a desempenhar importante papel na observância da lei—mormente em seu aspecto cerimonial — e também com poderes que garantiam a compreensão espiritual e a prática diária da lei. A tarefa deles consistia em interpretar e em fazer a lei entrar em vigor. Ver Deu. 33:10; Osé. 4:6; Jer. 5:4 *ss*. Os profetas surgiram, então, em cena a fim de reforçar essa condição, pregando contra os lapsos morais e religiosos de Israel. Os profetas ensinavam a autoridade da lei (ver Osé. 4:1 *ss*; 9:12; Jer. 11:1 *ss*; Eze. 22:1 *ss*). Criticavam a observância meramente formal e ritualista, estéril quanto a qualquer cometimento moral (ver Amós 5:21 *ss*; Osé. 6:6; Miq. 6:6 *ss*; Isa. 1:11 *ss*; Jer. 7:21 *ss*). Reconhecendo a necessidade de transformação moral, e não de mera obediência externa a preceitos, os profetas enfatizaram que Deus olha para o *coração* (ver Jer. 4:4). Isso posto, houve uma antecipação de que a lei mosaica seria ultrapassada na pessoa do Messias (ver Jer. 3:16; 31:31 *ss*; Zac. 14:20,21). Mas isso não quer dizer que tenha sido antecipada qualquer doutrina paulina expressa.

Os profetas que previram os dois exílios (o assírio e o babilônico) culparam o povo de Israel por sua desobediência à lei, como a causa principal desses

exílios. E os repatriados do cativeiro babilônico concordaram com essa opinião, e assim, resolveram renovar a obediência à lei e restaurar a antiga fé como um meio de impedir quaisquer calamidades nacionais posteriores. Essa é a atitude prevalente na literatura judaica do período intertestamental, nos livros apócrifos e pseudepígrafos. A seita dos fariseus desenvolveu-se nesse período como uma espécie de seita ultraconservadora, que começou a fazer adições à lei e a exagerar suas proibições. Jesus e os seus apóstolos tiveram de abordar esses exageros, e o concílio de Jerusalém (Atos 15) rejeitou esse radicalismo. A teologia paulina anulou a antiga compreensão judaica sobre a lei, quanto às suas funções justificadoras e santificadoras, e essa teologia foi aceita por grandes segmentos da Igreja antiga. Ver o artigo intitulado *Lei no Novo Testamento*, acerca de como a lei foi tratada por Jesus e pelos seus apóstolos.

VII. Princípios e Propósitos: Complexidade das Provisões da Lei

1. *Uma parte integral do pacto mosaico*. Temos abordado essa questão na seção quinta, acima. A lei foi adicionada a fim de emprestar poder e substância ao pacto de Deus com Moisés, através do qual pudesse nascer uma nova nação, um povo mais espiritualizado, que se tornasse o veículo transmissor da mensagem espiritual ao mundo inteiro.

2. *A dispensação da lei tinha por escopo continuar a evolução do propósito divino em relação aos homens*. Ela assumiu lugar entre os outros grandes movimentos ou dispensações. Ver sobre *Pactos* e sobre *Dispensações* (*Dispensacionalismo*). De acordo com alguns teólogos cristãos, seu propósito era fracassar, mas, nesse fracasso, demonstrar que o homem não é capaz de obedecer à lei de Deus, e assim, teria de haver uma provisão da *graça*, se o homem tiver de obter a salvação de sua alma.

3. *A lei visava à revelação da vontade divina*, no tocante ao que se requer para que os homens sejam santos.

4. *Também tinha por intuito mostrar os juízos justos* que sobrevêm aos homens, quando teimam em mostrar-se desobedientes à vontade de Deus. Ver Deu. 24:16.

5. Por igual modo, a lei provia uma base para uma *vida material mais próspera*. Muito provavelmente, esse é o sentido de Lev. 18:5. O judaísmo posterior e o cristianismo aplicaram isso à *vida eterna* (a vida da alma).

6. *Jurisprudência geral*. A lei não considerava somente a questão de obedecer a Deus e prosperar, material e espiritualmente. A lei também era um elaborado código de jurisprudência, que abordava todos os aspectos da vida. Quanto a uma ilustração sobre isso, ver o artigo separado sobre a *Lei Agrícola*. Ver o sétimo ponto desse artigo, quanto a abundantes ilustrações de jurisprudência geral.

7. *Regulamentos específicos* que ilustram o ponto sexto, acima:

- *Acerca de pessoas*:

a. Acerca dos pais e filhos (Êxo. 21:15,17; Lev. 20:9; Deu. 21:18-21; Núm. 27:6-7; 30:3-5).

b. Acerca de marido e mulher (Núm. 30:6-15; 30:9; Deu. 24:5).

c. Acerca de matrimônio e divórcio (Lev. 18:1 *ss*; Deu. 21:1 *ss*; 22:13-31; 24:1-4; Êxo. 21:7-9).

d. Acerca da descendência e dos direitos das viúvas (Deu. 25:5-10).

e. Acerca de senhores e escravos (Êxo. 21:20,26,27; Deu. 15:12-18; 23:15; Lev. 25:10,47-54).

f. Acerca dos estrangeiros em Israel (Êxo. 22:21; Lev. 19:33,34).

- *Acerca de coisas*:

a. Sobre as propriedades e possessões (Lev. 25:23; 25:25-28; 25:29,30; 23:22 e Deu. 25:19-21; Lev. 25:31-34; 25:14-39; Êxo. 21:19; 22:9; cada uma dessas unidades de versículos, embora repetitiva, indica algum tipo de provisão).

b. Sobre as dívidas (Deu. 15:1-11; Êxo. 22:25-27; Deu. 23:19,20. 24:6,10-13,17,18).

c. Sobre taxações e impostos (Êxo. 30:12-16).

d. Sobre despojos de guerra (Núm. 31:26 *ss*).

e. Sobre os dízimos e os pobres. Ver o artigo separado intitulado *Dízimos*. No tocante à provisão dos pobres, ver Lev. 19:9,10; Deu. 24:19-22; 23:24,25.

f. Sobre os salários (Deu. 23:24,25).

- *Acerca de leis criminais:*

a. Ofensas contra Deus: crimes religiosos (Êxo. 22:20; Deu. 13; 17:2-5; Êxo. 22:18; Deu. 18:9-22; Lev. 19:31; 24:15,16; Núm. 15:32-36).

b. Ofensas contra o homem (Êxo. 21:15,17; Lev. 20:9; Deu. 21:18-21; I Reis 21:10-14; II Crô. 24:21; Êxo. 21:12,14; Deu. 19:11-13; Êxo. 21:22,28-30; Núm. 35:9-28; Deu. 4:41-43; 19:4-10; 21:1-9; 22:22-27; Êxo. 22:16; Deu. 22:28,29; Êxo. 22:1-4; 22:5-15; 23:6-9; Deu. 19:16-21; Êxo. 23:4 *ss*; Deu. 22:1-4; Lev. 24:18; Êxo. 21:18,19,22-25; Lev. 24:19,20. Cada referência fala sobre um tipo específico de ofensa, e sobre aquilo que a lei requer em tais casos.

VIII. Confronto com o Código de Hamurabi e Outros Códigos Antigos

Ver o artigo separado sobre *Hamurabi, Código de*. Este artigo expõe muitas comparações entre a legislação mosaica e esse famoso código babilônico. Os estudiosos reconhecem que vários códigos são muito similares a preceitos mosaicos. O exemplo clássico a esse respeito, usado pelos eruditos, é o código de Hamurabi (vide). No entanto, o código de Hamurabi, dentro da história, foi de feitura comparativamente recente. As escavações arqueológicas, feitas nos últimos cinqüenta anos, muito têm feito para lançar luz sobre a questão. Códigos sumérios, babilônicos, assírios, hititas e cananeus continham muito material similar. O código de Hamurabi data de cerca de 1700 A.C., mas há outros bem mais antigos. Parece que houve um desenvolvimento antiquíssimo de leis, entre os semitas. Finalmente, isso se generalizou entre vários ramos dos povos semitas, naturalmente com modificações, adições e subtrações, embora muitas leis comuns tivessem sido preservadas no processo. Outro tanto pode ser dito acerca da religião dos semitas, onde aparecem histórias da criação e do dilúvio, obviamente relacionadas ao relato bíblico. O código de Esnuna antecede ao de Hamurabi por quase dois séculos. Notável é a provisão concernente às divisões de bois, após algum combate fatal entre esses animais (cf. Êxo. 21:35). Além dos códigos, há antigos tabletes babilônicos e assírios de Canis, na Capadócia (século XIX A.C.), com alguns paralelos no Antigo Testamento. Além disso, muito material similar foi encontrado em Nuzu, perto da moderna cidade de Quircuque, onde também há muitos paralelos com preceitos do Antigo Testamento. Mais material ainda procede de Assur, às margens do rio Tigre, da época de Tiglate-Pileser (cerca de 1110 A.C.). Anteriores a esses códigos, por dois séculos, havia as leis dos hititas (chamados «heteus» em nossa versão portuguesa da Bíblia). Apesar de alguns eruditos muito se terem esforçado por demonstrar diferenças entre esses

antigos códigos e o código de Moisés, esses esforços erram inteiramente o ponto. Nem por isso, porém, devemos pensar que Moisés simplesmente aproveitou as leis de outros povos (mediante tal ação, dificilmente poder-se-ia dizer que ele recebeu revelações da parte de Deus). Antes, o que devemos observar aqui são as óbvias similaridades que indicam que havia um fundo comum de leis que os povos semitas possuíam. Cada ramo semita, pois, adotou alguma porção dessa legislação. Deve-se notar que, em todos os códigos antigos, são levados em conta os poderes divinos. O princípio da inspiração divina da lei era a crença virtualmente padrão entre os povos antigos.

Os *dez mandamentos*, pois, são o âmago da legislação mosaica; e uma parte desses mandamentos tem tido aplicação e influência universais. Temos preparado um artigo separado sobre o assunto, com esse título.

Bibliografia. ALB B BRI ND OES(1945) PF PFE UN VA YO Z.

LEI NO NOVO TESTAMENTO

Ver os artigos vinculados a essa questão: *Lei e o Evangelho, A; Lei Espiritual, do Espírito; Lei, Jugo da; Lei, Usos da; Lei, Rudimentos Fracos e Pobres.* Cada um desses artigos poderia formar uma seção de um artigo geral sobre a questão da lei, no Novo Testamento. Quanto aos muitos artigos sobre a *Lei*, oferecidos nesta enciclopédia, ver a lista apresentada sob o artigo chamado *Lei*.

Esboço:

I. Variedade de Referências à Lei no Novo Testamento
II. Jesus e a Lei
III. A Igreja Apostólica e a Lei
IV. Paulo e a Lei
V. João e a Lei
VI. A Epístola aos Hebreus e a Lei
VII. Tiago e a Lei

Essas seções foram escolhidas como itens que deveriam ser enfatizados ou expostos, com maiores detalhes, do que se fez nos artigos apresentados na lista existente no parágrafo acima.

I. Variedade de Referências à Lei no Novo Testamento

1. A palavra grega *nómos* é o termo comumente usado no Novo Testamento para aludir à «lei». Essa palavra é usada por cento e noventa e sete vezes no Novo Testamento, com uma grande variedade de significados. Apresentamos aqui alguns poucos exemplos, que iluminam as idéias principais a respeito. Ver Mat. 5:17,18; 7:12; 11:13; Luc. 2:22-24,27,39; 24:44; João 1:17; 7:19; 8:5; 12:34; 15:25; Atos 6:13; 13:15,39; 22:3,12; 28:23; Rom. 2:12-15,17,18,20,23,25-27; 3:19,20; 5:13; 13:8,10; I Cor. 7:39; 9:8; Gál. 2:16,18,19,21; 3:3,5; 6:2,13; Efé. 2:15; Fil. 3:5,9; I Tim. 1:8,9; Heb. 7:5,12,16,19,28; 8:4,10; 9:19,22; 10:1,8,16,28; Tia. 1:25; 2:8-12; 4:11.

2. *Referências Específicas* (tipos de leis no Novo Testamento):

a. *A totalidade do Antigo Testamento* (Rom. 3:19). Paulo citou várias porções da lei, em seu tratado. Naturalmente, ele indicava a *lei* conforme a mesma está contida no volume dos livros do Antigo Testamento. Talvez o trecho de Rom. 2:17-27 seja usado nesse sentido lato, conforme também se vê em Mat. 5:18; Luc. 16:17; João 8:17; 10:34 e 15:25. Visto que a lei é a porção mais importante do Antigo Testamento, este pode ser chamado pelo termo «lei».

b. *A lei e os profetas.* Nesse caso, o uso é mais restrito. As três grandes divisões do Antigo Testamento são: a lei, os profetas e os salmos. Ver Mat. 5:17; 7:12; 11:13; 22:40; Luc. 16:16; Atos 13:15; Rom. 3:21.

c. *O Pentateuco*, ou seja, os primeiros cinco livros do Antigo Testamento (ver Luc. 24:44). Algumas referências poderiam dizer respeito somente ao Pentateuco, ou ao Pentateuco e aos salmos, excetuando os livros proféticos (ver João 1:45; Atos 28:23).

d. *A administração mosaica*, sem designação a porções específicas do Antigo Testamento. Ver Rom. 5:13,20; Gál. 3:17,19,21. Similar a esse uso é o emprego que Paulo fez da expressão «debaixo da lei» (ver I Cor. 9:20; Gál. 3:23; 4:4,5,21). As instituições mosaicas e a filosofia aparecem em contraste com as instituições que figuram no Novo Testamento.

e. *A vontade de Deus* (ver Rom. 3:20; 4:15; 7:2,5,7-9,12,16,22; 8:3,4,7; I Cor. 15:56; Gál. 3:13; I Tim. 1:8; Tia. 1:25; 4:11). A lei exprime a vontade de Deus naquilo que ele requer da parte dos homens, ou seja, santidade e justiça em sua conduta diária.

f. *A lei natural de Deus, ou lei não-revelada.* Essa é aquela que opera mediante a natureza e na consciência humana. Ver Rom. 2:12-14. Presumivelmente, essa é a essência da lei revelada de Deus, à revelia dos documentos sagrados.

g. *A lei como um poder escravizador e condenador.* Temos aí a legislação mosaica considerada de seu ponto de vista negativo, por causa dos maus resultados que a acompanham. «Debaixo da lei» é a expressão paulina para indicar esse conceito. Ver Rom. 6:14. Isso é contrastado com a liberdade e o livramento que obtemos «em Cristo». Uma expressão parecida é «obras da lei». Ver Rom. 3:20; Gál. 2:16; 3:2,5,10. Os homens sem Cristo confiam nessas obras, mas com resultados desapontadores. No entanto, a justiça divina manifesta-se independentemente de tais obras (Rom. 3:21). Há uma justiça segundo a lei, que fracassa redondamente. Há aquele sistema da graça-fé que funciona e confere aos crentes a própria justiça de Deus, por estarem eles unidos misticamente com Cristo, identificados com ele. Por conseguinte, estamos «em Cristo» e não «debaixo da lei». Ver o artigo sobre o *Cristo-Misticismo*.

h. *Um princípio atuante e orientador.* Existe aquela *lei da fé* que substituiu a lei mosaica como meio de obtenção e desenvolvimento da espiritualidade. Ver Rom. 3:27. Isso posto, há um princípio da fé e um princípio da lei, que são opostos entre si e se excluem mutuamente.

i. *A lei interna, mas corrupta.* Talvez essa seja a própria natureza pecaminosa do homem, provocada e atuada pela lei mosaica. Ver Rom. 7:21. Essa lei impede-nos de fazer o bem, e inspira-nos a fazer o mal. Essa é a lei do homem carnal, não-regenerado, que tem sua base em sua natureza pecaminosa.

j. *A lei da mente.* Essa é a porção mais nobre do homem, talvez em sua alma regenerada, ou pelo menos, da alma que já recebeu certa dose de iluminação espiritual. Essa lei combate a lei interior e corrupta. Ver Rom. 7:23.

l. *A lei do pecado.* Talvez seja idêntica à lei interna e corrupta (ver i, acima). A natureza pecaminosa do homem recebe o apoio da lei mosaica (ver *b*, acima). A natureza pecaminosa do homem e a lei derrotam ao homem. Ver Rom. 7:23.

m. *O cristianismo como um todo*, ou seja, a filosofia, o código moral e a fé cristãos. Nisso consiste

a *nova lei*. Essa é a *lei da fé* (ver Rom. 3:27), ou seja, aquela lei que requer fé da parte do homem. Também é a *lei de Cristo* (ver Gál. 6:2). Além da fé em Cristo, essa lei requer a correta ação, em consonância com os princípios que têm sido revelados em Cristo. Essa é a lei que os homens regenerados, espirituais, seguem. A obra apócrifa de Barnabé 2:6 encerra uma declaração reveladora nessa conexão, que reflete as idéias dos primitivos cristãos. Ali a «nova lei de nosso Senhor Jesus Cristo» é posta em contraste com a antiga lei de Moisés.

II. Jesus e a Lei

Um dos problemas mais consternadores para os teólogos conservadores é o fato de que Jesus falou de modo bem diferente, acerca da lei de Moisés, em relação ao que disse Paulo. De fato, quase todas as declarações de Jesus acerca da lei concordam com a teologia judaica comum, embora ultrapassem em muito da mesma. Abaixo damos seus pontos de vista específicos sobre o assunto:

1. *A Validade e a Necessidade da Lei de Moisés*. Jesus reconheceu a autoridade da lei de Moisés. Ver Mat. 5:17 *ss*; 22:36 *ss*. Ele ordenou que outros guardassem a lei (ver Mat. 7:12; 8:4; 11:15 *ss*; 19:16 *ss*; Luc. 16:27 *ss*).

2. *A Rejeição do Fanatismo*. Jesus rejeitou o fanatismo dos fariseus no tocante à parte cerimonial da lei. Ver Mat. 23:23,25,26. Esse capítulo do evangelho de Mateus aborda os abusos dos líderes judaicos contra a lei. Estão ali em foco a superficialidade deles; o fato de que quebravam mandamentos importantes, mas mostravam-se muito particulares diante de questões triviais de suas próprias tradições. No entanto, como introdução à questão, Jesus recomendou às *multidões* que fizessem aquilo que era recomendado por escribas e fariseus, embora não devessem copiar o que eles punham em prática.

3. *Jesus Interpretou Certos Preceitos de Modo Menos Estrito*. Alguns eruditos sugerem que a visão de Jesus sobre a lei ensina-nos quão estritamente ela deve ser observada, em harmonia com os judeus da Galiléia, ao mesmo tempo em que rejeitava o fanatismo dos judeus de Jerusalém. A lei do sábado, para exemplificar, ilustra o ponto. Jesus fazia coisas, nesse dia, que os fariseus condenavam. Ver o décimo segundo capítulo de Mateus. Ele dava mais importância ao homem do que ao sábado. O *códex Bezae* (D) contém uma declaração extracanônica de Jesus (em Lucas 6, após o quarto versículo). «Naquele mesmo dia, vendo um homem trabalhando em dia de sábado, disse-lhe Jesus: 'Homem, se sabes o que estás fazendo, és bem-aventurado, mas, se não o sabes então és maldito e és um transgressor da lei'». Se essa é uma declaração autêntica de Jesus, então ele estava antecipando uma grande modificação que teria lugar quanto à estrita observância do sábado quanto a um dia santo. Mas, como dificilmente poder-se-á averiguar se essa declaração de Jesus é genuína ou não, nenhum argumento pode firmar-se sobre a mesma.

4. *A Lei e a Vida Eterna*. Quando certo indivíduo indagou o que teria de fazer, a fim de herdar a vida eterna, Jesus lhe disse simplesmente: «Guarda os mandamentos». E quando o homem perguntou quais, Jesus replicou citando os mandamentos que dizem respeito aos deveres entre homem e homem. Em seguida, Jesus mostrou quão supremamente importante é a observância da lei do amor. O homem deveria ir e vender tudo quanto tivesse, para dá-lo aos pobres. Isso deixou consternado ao inquiridor, como também continua a consternar àqueles que pensam ser necessário fazer Jesus falar como Paulo. Na verdade, Jesus deu ao homem a resposta que lhe teriam dado os judeus, excetuando o «...depois vem, e segue-me» (Mat. 19:16-22). Com razão podemos acreditar que Jesus pensava que para um homem poder guardar os mandamentos, só se fosse um homem regenerado, mas, é óbvio que Jesus não estava falando em termos paulinos, e nem em consonância com a teologia paulina acerca da lei. Assim, em termos gerais, os judeus acreditavam que a correta observância da lei poderia resultar na vida eterna. Jesus deu essa mesma espécie de resposta, mas Paulo rejeitava enfaticamente a idéia inteira. Em Luc. 10:25 *ss*, encontramos algo similar. A mesma pergunta foi dirigida a Jesus. Dessa vez, Jesus respondeu citando a lei do amor, o âmago mesmo da lei mosaica. Se alguém amar a Deus, conforme diz o mais importante dos mandamentos, então «viverá». Poderíamos argumentar que o único que pode verdadeiramente amar a Deus é o homem regenerado, que confia em Cristo. Mas isso já nos leva até o cerne da teologia paulina, o que simplesmente não transparece nas palavras e ensinamentos de Jesus. Isso posto, o máximo que podemos dizer é que a doutrina paulina da graça existia potencialmente nos ensinos de Cristo, de forma não expressa, e que foi Paulo quem desdobrou essa doutrina da salvação pela graça divina. Porém, não há interpretação que possa solucionar plenamente o problema. Resta-nos a fé que Paulo falava de acordo com o ensino do Espírito de Cristo. Essa questão não me perturba espiritualmente e nem me perturba a mente, mas, há inúmeros teólogos cristãos que têm perdido o sono por esse motivo, tendo inventado muitos esquemas falsos. Um desses esquemas é que Jesus disse essas coisas, não a fim de dar uma resposta séria à pergunta, mas para mostrar que é simplesmente impossível que um homem realmente guarde os mandamentos, pelo que será necessário esse homem apelar para a fé e a graça. Mas essa explicação é tão absurda que nem merece comentário. Jesus simplesmente deu a resposta que também encontramos em Lev. 18:5: «Portanto, os meus estatutos e os meus juízos guardareis; cumprindo os quais, o homem viverá por eles: Eu sou o Senhor».

Tiago, no segundo capítulo de sua epístola, dá essencialmente a mesma resposta. Por que haveríamos de ficar surpreendidos diante do fato de que Jesus e Tiago deram uma resposta tipicamente judaica acerca do propósito e função da lei? Verdadeiramente, *Paulo* era diferente!

5. *Jesus, o Novo Legislador*. Jesus foi o novo Moisés, que ultrapassou aquilo que Moisés havia dito, e com muito maior autoridade que ele. Isso é claramente ensinado na abordagem de Jesus a vários mandamentos da lei, no quinto capítulo do evangelho de Mateus. «Moisés disse... mas *eu* vos digo!» Jesus fez os mandamentos descerem até os motivos dos corações, e não meramente aos atos dos homens, conforme fazia a lei. Dentro do ensino de Jesus, um homem pode quebrar um mandamento e tornar-se culpado, mesmo que *nada* faça, exteriormente falando. A *mente*, por si só, é um canteiro fértil para o pecado. Ver Mat. 5:21,22,27,28,31,32,33-37,38-42, 43-47.

6. *Jesus Antecipou Grandes Modificações*. Trechos bíblicos como o de Mat. 9:14-17 certamente indicam que Jesus não foi mero reformador do judaísmo. Antes, ele antecipou grandes modificações na dispensação mosaica, para algo inteiramente novo. Ver as parábolas dos odres e do remendo (Mat. 9:16 e 17). A cristologia dos evangelhos (para nada dizermos acerca das epístolas) ilustra a mesma verdade. Essa

grande alteração, naturalmente, afetaria a posição da lei mosaica. Paulo levou à sua plena fruição essa grande alteração, do ponto de vista teológico. Essa modificação profunda é reconhecida pelo autor da epístola aos Hebreus como uma inarredável necessidade. «Pois, quando se muda o sacerdócio, necessariamente há também mudança de lei» (Heb. 7:12).

III. A Igreja Apostólica e a Lei

Não se deve procurar homogeneidade quanto a esse ponto. A harmonia, quanto a esse ponto, é anti-histórica e anticronológica. O décimo quinto capítulo de Atos mostra-nos que havia grande conflito, no seio da Igreja, acerca de como se deve interpretar a lei no tocante à Nova Fé. Em Jerusalém, algumas das grandes colunas da Igreja eram fariseus convertidos. Eles reconheciam que Jesus era o Messias, mas, para eles, Moisés continuava a ser o grande guia da conduta diária. Eles chegaram mesmo a supor que a circuncisão era algo necessário à salvação, para nada dizer sobre a observância do decálogo. Apesar de pensarmos que o primeiro concílio ecumênico, em Jerusalém (com as regras ali estabelecidas), solucionou o problema, a história mostra-nos claramente que essas regras não foram respeitadas em muitos segmentos da Igreja primitiva e antiga. Outrossim, temos a considerar o *contraste* (e não a harmonia) entre Paulo e Tiago. Até onde posso ver as coisas, não há como reconciliar o segundo capítulo da epístola de Tiago com o terceiro capítulo da epístola aos Romanos. Assim sendo, o próprio Novo Testamento contém diversidade sobre a questão, o que se reflete na história posterior da Igreja. Ver o artigo separado sobre o *Legalismo*. Ver também sobre os *Judaizantes*. A epístola de Paulo aos Gálatas deve ter sido escrita *antes* do concílio de Jerusalém, pois, do contrário, Paulo teria tido um argumento mais definitivo que todos aqueles que ele usou naquela epístola, a saber, que a decisão unânime da Igreja fora a seu favor, incluindo Tiago e seu grupo. No entanto, forçoso é reconhecer que, a julgar pela epístola aos Romanos, a controvérsia não cessou, apesar dos mais zelosos esforços de Paulo. E a Igreja cristã histórica continuou a refletir esse conflito. Paulo nunca conseguiu conquistar, para a sua posição teológica, a inteira Igreja cristã! E a Reforma Protestante (vide) foi um retorno à teologia paulina quanto a várias questões, incluindo a questão relativa à lei. Todavia, não houve, nessa oportunidade, um retorno completo, pois certos segmentos da reforma, apesar de negarem que a lei seja capaz de justificar, ensinaram que a lei serve de guia e de medida santificadora da vida dos crentes. Temos descrito isso com significativas citações, no artigo intitulado, Lei e o *Evangelho, A*, em sua quinta seção, *Distinções Históricas*, pontos quarto e quinto.

IV. Paulo e a Lei

Vários artigos separados abordam com detalhes essa questão. Ver *Lei e o Evangelho, A; Lei Espiritual, do Espírito; Lei, Jugo da; Lei, Usos da; Lei, Rudimentos Fracos e Pobres*. Aqui apresentamos apenas um sumário de idéias:

1. Paulo rejeitava até a mais superficial possibilidade de que a justificação ou a salvação possam ser obtidas mediante a guarda da lei. Ver Rom. 3:20; 4:13; Gál. 3:11.

2. Não existe nenhuma lei, que pode ser dada, mediante a qual seja possível a obtenção da salvação. *Se* tal lei existisse, então Deus teria ensinado a justificação mediante a lei. Mas, nenhuma lei jamais existiu, segundo Paulo afirmou (ver Gál. 3:21), capaz de justificar. Por isso mesmo, a salvação precisa ser conferida ao homem mediante o sistema da fé-graça. No entanto, essas enfáticas declarações têm sido ignoradas ou distorcidas por grandes segmentos da Igreja cristã.

3. Visto que não existe nenhuma lei que justifique, a salvação foi oferecida através das promessas do evangelho, promessas essas exemplificadas, desde a época dos patriarcas, antes que a lei mosaica fosse dada. Ver Gál. 3:15 *ss*.

4. A lei, por sua parte, tinha uma certa variedade de usos, conforme se pode ver nos sete pontos abaixo:

a. A lei nos ensina a natureza do pecado e proíbe o mesmo (Rom. 7:7).

b. Na lei se obtém o pleno conhecimento do pecado (Rom. 3:20). Isso tem em vista deixar fechada toda boca e não nos ensinar como ou por qual poder somos capazes de escapar do pecado e sua condenação.

c. A lei fortalece o pecado, em vez de abrandá-lo. E isso leva o indivíduo, esclarecido pela lei, a fugir para a graça divina, onde obterá a vitória. Ver Rom. 5:20.

d. A lei faz do pecado um matador, física e espiritualmente falando (I Cor. 15:56; Rom. 7:10).

e. A lei promete a vida, mas essa promessa é inútil, em face da pecaminosidade do homem. Isso força o homem a procurar outra solução, que encontra na graça divina, em Jesus Cristo (Gál. 3:12; Rom. 7:11).

f. A lei é o ministério da morte e da condenação (II Cor. 3:7). E assim, aqueles que querem receber a vida, são instruídos pela lei a procurá-la algures.

g. A lei teve a função de conduzir os homens a Cristo, como um aio. Isso visa especialmente à nação judaica. Ver Gál. 3:24. Essa orientação é feita mediante uma clara demonstração da necessidade do homem, que a própria lei não pode aliviar.

5. *A própria lei é boa*. Nada há de errado com a qualidade moral da lei (ver Rom. 7:12,14). Mas, apesar da lei mostrar o que é bom, e condenar o que é mau, ela não tem qualquer poder para ajudar o homem a seguir a bondade e evitar a maldade. O sétimo capítulo de Romanos demonstra isso claramente. O princípio do pecado, inerente ao homem, é forte demais para o homem. Se quiser ser salvo, terá de socorrer-se do Espírito de Deus e seu poder (ver Rom. 8:1 *ss*)

6. *A lei tornou-se uma maldição*. — Paulo contradisse, de modo absoluto, o princípio exarado em Lev. 18:5. Longe de dar qualquer promessa genuína de vida eterna, a lei tornou-se uma maldição. Cristo, entretanto, veio livrar-nos da maldição da lei (Gál. 3:13).

7. *A lei serviu de mestre-escola ou aio*. Mas, assim que Cristo veio, a lei perdeu essa função (Gál. 3:24,25). Uma vez unido ao Pai, o crente não mais precisa de aio. Ver Gál. 3:26.

8. *Os ensinamentos morais de Paulo incorporam os ensinos da lei*. Mas, nos escritos de Paulo, esses ensinos são postos nas mãos do Espírito Santo, nosso justificador e santificador. Assim, a lei nem justifica e nem santifica (Rom. 8:1 *ss*).

9. *A lei era apenas uma sombra*, e não a substância própria da espiritualidade (Col. 2:17).

10. *A lei do amor*. Todas as obrigações morais da lei cumprem-se na lei do amor (ver Rom. 13:8 *ss*, mormente o vs. 10).

11. Os homens acham-se ou *debaixo da lei*, ou *debaixo da graça*. As duas situações representam dois sistemas inteiramente diversos entre si, a mesma diferença que existe entre o Antigo e o Novo Testamentos. Ver Rom. 6:14,15.

12. *Paulo anulou a lei*. Se pensarmos do ponto de vista judaico-ortodoxo, então diremos que Paulo

ab-rogou a lei. Paulo negava isso (Rom. 3:21); mas nenhum judeu teria aceitado esse argumento. Para Paulo, a única serventia da lei era a de mostrar aos homens o fracasso deles, levando-os a buscarem a Cristo. E isso porque a lei é uma medida condenadora. No entanto, como medida de salvação, Paulo anulava totalmente a lei. Mas os judeus pensavam obter a salvação por intermédio da lei.

Esse sumário demonstra vividamente quão *diferente* era Paulo. Não admira, portanto, que ele tivesse sido perseguido como um arqui-herege. As novas idéias nunca são aceitas ao serem expostas pela primeira vez. De fato, a aceitação geral das novas idéias só ocorre quando surge uma nova geração, quando essa nova geração acostuma-se à nova idéia.

Coisas Novas Podem Acontecer na Teologia:

Paulo mostrou que, realmente, coisas novas podem acontecer na teologia. Novas idéias podem *substituir*, e não somente suplementar antigas idéias. Ademais, não é mister haver *harmonia*, para que se avance na verdade. Paulo avançou na exposição da verdade, mediante uma *contradição* e o *abandono* de velhas idéias. Devemos observar, porém, que o que foi contradito e abandonado foram os ensinamentos padrões do Antigo Testamento. Esse é o tipo de filosofia que aplico à doutrina do julgamento. Quando Cristo desceu ao hades, e anunciou ali o evangelho, ele contradisse antigas idéias acerca do julgamento. E trouxe uma nova esperança e um programa mais otimista. Ele estendeu o dia da oportunidade para além do sepulcro. Isso contradisse e abandonou o antigo sistema de julgamento. A profunda verdade é que as grandes incursões na verdade e os desenvolvimentos espirituais maiores ocorrem por meio de contradição e abandono, e não por meio de suplementos. A grande prova disso é a natureza verdadeiramente *diferente* da economia do Novo Testamento, quando a comparamos com a economia veterotestamentária. Novos ciclos surgem em cena não se melhorando os antigos ciclos, mas mediante a destruição e abandono dos antigos ciclos. E os novos ciclos elevam-se dentre as cinzas dos antigos ciclos. Não se trata do embelezamento dos antigos ciclos, e, sim, de sua total ab-rogação.

V. João e a Lei

1. *A lei do amor*. A grande contribuição do apóstolo João ao conceito da lei foi a sua ênfase sobre a «lei do amor». Ele chegou ao ponto de afirmar que para uma pessoa poder viver segundo essa lei, terá de ter nascido de Deus. Outrossim, viver de acordo com essa vida é a grande prova da espiritualidade do indivíduo. Ver I João 4:7 *ss*.

2. *A observância dos mandamentos. O novo mandamento*. Essa observância é cristianizada nos escritos de João, porque os mandamentos ali em foco são os mandamentos de Cristo, o Novo Legislador. Se amamos a Cristo, então também haveremos de guardar os seus mandamentos. Ver João 14:15. Agindo dessa forma, mantemos comunhão com o Pai (João 15:10). O maior de todos esses mandamentos de Cristo, é o amor, de tal modo que o amor é chamado de *novo mandamento* (ver João 13:34). O amor sumaria e sintetiza a lei mosaica (Mat. 22:34 *ss*). Ver também o trecho de I João 2:7-11; quanto ao «novo mandamento».

3. *A superioridade da Nova Revelação*. João não expôs a doutrina cristã da mesma maneira radical que Paulo o fez, não obstante, ele enfatizou a superioridade de Cristo em relação a Moisés (João 1:17; 6:32; 8:12,16; 9:5; 15:1). E essa superioridade, como é óbvio, indica a substituição de uma coisa pela outra, uma fé inteiramente nova, e não mera reforma das antigas crenças.

4. *A antiga revelação apontava para a nova revelação*. O Antigo Testamento (incluindo a lei mosaica) era revelação de Deus, mas apontava para Cristo como sua maior revelação (João 1:45). Foi acerca de Cristo que Moisés e os profetas escreveram. O próprio Cristo é a Palavra, ou *Logos* de Deus (vide).

VI. A Epístola aos Hebreus e a Lei

A questão da lei do Antigo Testamento é destacada nessa epístola. Ali a lei é vista como cumprida em Cristo, o Novo Moisés, superior ao antigo Moisés. O antigo sacerdócio, que promovia a lei e cumpria suas exigências, foi substituído por Cristo, o nosso Sumo Sacerdócio. O intuito inteiro da lei teve cumprimento nesse novo Sumo Sacerdote. O verdadeiro propósito da lei consistiu em antecipar a pessoa de Cristo, que cumpriria todas as exigências e ofícios representados simbolicamente na lei. Através do novo Sumo Sacerdote, os homens têm acesso final a Cristo. O livro inteiro aos Hebreus é um tratado que promove esse tipo de filosofia. A introdução dessa epístola afirma isso desde as suas primeiras declarações: «Havendo Deus, outrora, falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias nos falou pelo Filho...» (Heb. 1:1,2).

A legislação mosaica era apenas uma sombra da superior revelação que seria dada em Cristo. Assim, aquela revelação inferior fora substituída por uma revelação superior, alicerçada sobre superiores promessas. Uma antiga aliança foi assim substituída por um novo pacto (ver Heb. 8:5-8 e 10:1). E os que eram os ministrantes e guardiães da lei foram substituídos (e não aprimorados) pelo Filho (ver Heb. 7:28).

VII. Tiago e a Lei

É ao mesmo tempo fútil e anacrônico tentar fazer Tiago concordar com Paulo. Ele representava o cristianismo legalista, o espírito que se manifestou no décimo quinto capítulo do livro de Atos. Meu tradutor e co-autor desta enciclopédia não concorda com essa avaliação; e seus argumentos podem ser vistos no artigo sobre a *Justificação*, décima seção, segundo ponto. Quanto a meus argumentos em favor da idéia de que Tiago era verdadeiramente legalista em seus pontos de vista, ver sobre *Tiago* (*O Livro*), seção VI, *O Cristianismo Judaico*, e seção VII. *Paulo e Tiago*. Lutero reconheceu a contradição básica entre Tiago e Paulo, e chamou a epístola de Tiago de «epístola de palha». O cânon do Novo Testamento, apesar dessas contradições, preservou a epístola de Tiago, devido às suas outras excelentes qualidades. E eu mesmo a tenho usado como base de muitas lições e sermões.

Bibliografia. A B C GU H I IB K ND NTI W.

••• ••• •••

LEI ORAL

Antes da composição da Lei de Moisés, é suposto que uma forma *oral*, que continha o conteúdo essencial da Lei Escrita, existia. Uma comparação da lei hebraica com as leis dos outros povos semitas, certamente, implica a verdade desta suposição. Este fato não anula a inspiração, mas, obviamente, nos indica que nada veio a existir num vazio. Eruditos liberais têm a tendência de dar datas relativamente recentes para o *Pentateuco*. Ver sobre a teoria *J.E.D.P.(S.)*. Se eles têm razão, então, a tradição oral existia muito tempo antes da forma escrita da mesma.

Talmude (*Mishna*). Outro uso do termo é aquele que se relaciona com a **lei oral**, alternativa, e contemporânea com a lei escrita. A tradição é que

Deus deu esta lei paralela (oral) a Moisés; ele a transmitiu para Josué; Josué para os presbíteros e líderes principais do povo; estes para os profetas; e finalmente, a tradição chegou aos oficiais da Grande Sinagoga. Supostamente, então, a substância desta tradição foi compilada numa forma escrita no Talmude. Os fariseus defendiam esta tradição, mas os saduceus a rejeitaram, utilizando o Pentateuco **escrito** como sua única autoridade.

LEI ROMANA

Se os gregos eram amantes da filosofia, os romanos se deixavam fascinar pelas questões de direito. Se os primeiros advogados eram apenas filósofos-sofistas na Grécia, em Roma elés já eram profissionais. Roma deixou para nós o legado do Direito Romano, além da língua e da religião. Não se pense, contudo, que esse imenso corpo de leis tenha surgido da noite para o dia. De fato, *lei romana* é uma expressão que se reveste de duplo sentido: denota o sistema legal de Roma, durante todos os seus mil anos de desenvolvimento, desde as chamadas Doze Tábuas, até o código de Justiniano, ou *Imperatoris Iustiniani Institutions*, e, em segundo lugar, denota o próprio código de Justiniano.

As Doze Tábuas consistiam apenas de breves declarações de pontos da lei, mas que, não obstante, serviram de fundamento sobre o qual se estruturou todo o futuro complexo das leis romanas. A despeito de sua simplicidade, essas Doze Tábuas foram usadas por mais de mil anos, até o código de Teodósio (438 D.C.), e até o *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano, durante esse tempo as leis de Roma nunca foram codificadas. Essas Doze Tábuas eram interpretadas pelos *jurisconsultos*, cujas opiniões e escritos, geralmente, eram adotados pelos *pretores*, em seus editos anuais. Disso conclui-se que as declarações das Doze Tábuas eram muito gerais, requerendo interpretação para que se pudesse aplicá-las na prática. Era como se as duas tábuas da lei mosaica não tivessem sido acompanhadas pelos preceitos detalhados dos livros de Êxodo, Números, Levítico e Deuteronômio. Isso nos dá idéia das manipulações que se faziam necessárias. Não admira que, ali, os advogados tivessem muito trabalho a fazer!

As *Institutas* de Justiniano, finalmente, moldaram as leis romanas, conferindo-lhes uma forma conveniente tanto para o praticante como para o estudante de direito romano. Essa codificação, porém, nunca foi completa e homogênea. Antes, vez por outra, alguma figura importante acrescentava mais algum remendo, como as constituições imperiais, os comentários gregos obscurecedores, e as revisões feitas por ordem de Constantino VII, em cerca de 945 D.C.

A despeito da confusão, o reconhecimento das doutrinas do antigo sistema, embora este tivesse sido varrido nos dias posteriores do império, é essencial para que possamos apreciar a lei romana, naquilo que ela se aplica ao pano de fundo do Novo Testamento. A principal dessas doutrinas elementares era o *ius civile*, cujos princípios determinavam a situação do pai ou chefe da família. A regra de descendência seguia a linha paterna, em torno da qual se formava a família patriarcal, sendo que da mesma havia a *gens* ou classe, com a qual estava ligada a família, por força de descender de um ancestral comum. A mais importante adição à lei romana foi o conceito da *lex naturae*, tomado por empréstimo dos estóicos, que dava a entender que as ações dos homens deveriam ser guiadas pela n esma lei que dirige o universo. O *ius gentium* emergiu daí, de tal modo que, juntamente com o *ius naturae*, essas duas agências melhoraram e ampliaram o *ius civile*, fazendo impor, um pouco mais, o senso de igualdade de todos diante da lei. Esse sistema romano mais ou menos permeou a maioria dos outros sistemas legais do mundo civilizado.

Convém comentarmos sobre o *ius gentium*, ou lei das nações, administrada pelos pretores e aplicada aos povos sob o domínio dos romanos. Essa era a lei cômum para todos os homens, pois a palavra *ius* indicava tanto os direitos legais como as regras da lei. Os juristas romanos consideravam o *ius gentium* como alicerçado sobre o consentimento dos homens, por ser inerentemente razoável e por apelar à consciência dos homens. Não obstante, refletia mais ou menos o direito do mais forte mandar no mais fraco. Assim, a supremacia de Roma, nos negócios da Judéia, foi assinalada pelo governo de Herodes, confirmado por Augusto. Portanto, a lei romana era apenas um aspecto do caráter dominador da quarta fera de Daniel: «...eis aqui o quarto animal, terrível, espantoso e sobremodo forte, que tinha grandes dentes de ferro; ele devorava e fazia em pedaços, e pisava aos pés o que sobejava...» (Dan. 7:7).

Tendo chegado a essa compreensão, não nos interessa muito examinar a extrema complexidade da lei romana, conforme ela veio a ter nos estágios finais do império. Deixemos isso para os estudantes de direito. Mas, há interessantes aspectos da lei romana, que se refletem no Novo Testamento. Por exemplo, as referências à adoção, nas epístolas de Paulo (ver Rom. 8:15,23; 9:4; Gál. 4:5 e Efé. 1:5). O entendimento desse aspecto da lei romana ajuda-nos a entender melhor certos argumentos de Paulo. Dentro da lei romana, a adoção era uma antiqüíssima instituição, com raízes na adoração aos antepassados. A manutenção da família *sacra* era um ponto considerado tão importante que se um homem idoso estivesse morrendo e não tivesse descendentes, era-lhe permitido escolher algum cidadão, nomeando-o pai da família e tornando-o um virtual *filho*, com todos os direitos de herança e de continuar o nome da família. Por igual modo, uma pessoa podia ser adotada como filho por uma determinada família, sendo absorvida pela mesma, e onde passava a ser reputado um filho natural. Diz Paulo: «Ora, se somos filhos, somos também herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo...» (Rom. 8:17; ver também Efé. 3:6). Essas alusões à lei romana baseiam-se na característica de que a principal função de um testamento não era a disposição das propriedades, conforme se vê nas leis modernas, mas antes, a nomeação de um sucessor, o herdeiro, que também se tornava o representante oficial do falecido. Essas idéias, que faziam parte da lei romana, lançam intensa luz sobre a questão enfocada pelo apóstolo naqueles trechos bíblicos.

O cristianismo não alterou em coisa alguma o arcabouço da lei romana. Isso foi feito mais tarde, por Justiniano. O código de Justiniano é a nossa principal fonte informativa sobre a lei romana. O primeiro livro desse código preceitua: «A justiça é um propósito fixo e constante de dar a cada qual o que lhe é devido». Ora, isso já é justiça no sentido de uma virtude moral, no sentido de um atributo do caráter humano, e não no sentido de um padrão legal.

O que dizer sobre o julgamento e a morte de Jesus? Quando Jesus foi apresentado a Pilatos, pelo menos nesse estágio, ele enfrentou um julgamento romano. Qual foi o veredito de Pilatos? «Não vejo neste homem crime algum» (Luc. 23:4). Jesus foi crucificado por permissão de Pilatos, pois os judeus, sob os romanos, não podiam executar a quem quer que fosse. Portanto, Pilatos agiu contrariamente à sua convicção. Jesus morreu como vítima da política romana,

que queria comprar as boas graças das autoridades judaicas. Até parece que, no império romano, as leis existiam somente para serem esquecidas, quando isso fosse conveniente! Quão antigo, mas quão moderno!

LEI, RUDIMENTOS FRACOS E POBRES

Rudimentos fracos, Gál. 4:9. A palavra *rudimentos*, neste caso, é tradução do mesmo termo grego, «stoicheia», que aparece em Gál. 4:3, dentro da expressão «rudimentos do mundo». Mui provavelmente, tal como no terceiro versículo deste capítulo, esses elementos rudimentares fazem alusão à *lei*, com suas múltiplas exigências, com seus ritos, com suas cerimônias, isto é, a uma religião essencialmente legalista e sacramental. Isso parece ser o sentido exigido pelo décimo versículo deste capítulo, onde são enumerados alguns dos elementos desses rudimentos, a saber, a observância de dias especiais, de meses, de anos, etc.

Fracos e pobres, Gál. 4:9. Houve tempo em que os rudimentos pelo menos eram «legítimos», isto é, serviam a um propósito divinamente tencionado. Porém, quando muito, eram apenas fracos, ignóbeis, pobres modos de buscar a Deus e de adorá-lo. Essas descrições foram usadas pelo apóstolo a fim de descrever a «impotência» da lei mosaica. Não podia ela proporcionar aquilo que aparentemente prometia, isto é, a vida eterna e a vitória sobre o pecado. Somente Deus Pai, mediante o envio de Deus Filho, pode fazer tal coisa. Quão grande é a insensatez daqueles, por conseguinte, que se voltam para um meio impotente! E agora Paulo indica que essas coisas não são mais «legítimas», visto que o seu propósito já teve cumprimento, posto que Jesus Cristo já subiu ao seu trono, deslocando completamente a lei do seu lugar anterior de utilidade.

Que os crentes gálatas estavam voltando para esses recursos superados e fracos, depois de terem ouvido e aceito a sua pregação, é que constituiu grande surpresa para o apóstolo dos gentios, surpresa essa que se reflete na sua indagação: «...como estais voltando outra vez...?» Com isso se pode comparar o trecho de Gál. 1:6, onde Paulo se «maravilha» de que tão prontamente os crentes gálatas se tivessem afastado daquele que os chamara pela sua graça, para aceitar um «outro evangelho».

Fracos, ou seja, em contraste com o poder salvador inerente ao evangelho de Cristo, que produz aquilo que promete. E «pobres» em contraste com as riquezas do evangelho, com a riquíssima herança que ele oferece. (Ver o sétimo versículo deste capítulo; e comparar com o trecho de Efé. 1:18).

Outra vez, Gál. 4:9. Uma vez mais se voltavam para a escravidão espiritual. E nessa oportunidade voltavam não à sua antiga servidão à idolatria, e, sim, ao legalismo, —que nem por isso deixava de ser uma forma de escravatura espiritual. Após terem se tornado filhos adultos de Deus, tinham preferido ser governados pela lei mosaica, que servia para os judeus tão-somente de serviçais escravos, e assim os crentes gálatas revertiam à posição que tipifica a imaturidade espiritual. Dessa maneira já haviam começado a negar sua relação filial para com Deus, bem como a negar a Jesus Cristo, que os comprara e redimira da servidão. Aos olhos do apóstolo, isso era o começo da apostasia, e não meramente a aceitação de alguma forma de adoração inferior. Ao perderem a «liberdade», os crentes gálatas igualmente corriam o perigo de perder a sua *filiação divina*.

«Eu e muitos outros temos experimentado a verdade que há aqui. Tenho conhecido monges que se têm esforçado laboriosamente por agradar a Deus, a fim de obter a salvação; no entanto, quanto mais labutam, mais impacientes, miseráveis, incertos e temerosos se tornam. O que mais se poderia esperar? Ninguém pode tornar-se forte mediante a fraqueza, ou rico através da pobreza. As pessoas que preferem a lei ao evangelho se assemelham ao cão da fábula de Esopo, que deixou ir-se a carne a fim de apanhar a sombra na água. Não existe qualquer satisfação na lei. Que satisfação poderia haver na coleção de preceitos que apenas atormentam o próprio indivíduo e outros? Um preceito provoca um outro, até que o seu número forma uma legião. Todo aquele que volta para a lei é que perdeu o conhecimento da verdade, deixando de reconhecer a sua própria pecaminosidade, não reconhecendo mais nem a Deus, nem ao diabo e nem a si mesmo, porquanto perdeu o entendimento acerca do sentido e do propósito da lei. Sem o conhecimento de Cristo, um homem sempre haverá de argumentar que a lei é necessária para a salvação, como se ela pudesse fortalecer os fracos e enriquecer os pobres. Onde quer que essa opinião se faça presente, as promessas de Deus passam a ser negadas. Cristo é rebaixado e a hipocrisia e a idolatria se firmam». (Lutero, em Gál. 4:9).

LEI, USOS DA

Rom. 7:7: *Que diremos pois? É a lei pecado? De modo nenhum. Contudo, eu não conheci o pecado senão pela lei; porque eu não conheceria a concupiscência, se a lei não dissesse: Não cobiçarás.*

Os Usos da Lei; O que Ela Tenta Fazer; O Que Ela Faz

1. Rom. 7:7 procura ensinar-nos a natureza do pecado, proibindo-o.

2. O trecho de Rom. 3:20 é similar: através da lei obtemos o pleno conhecimento do pecado.

3. Romanos 5:20: mas a lei só serviu para conferir novas forças ao pecado, fazendo-o abundar. A lei aumenta a atração que o pecado exerce sobre os homens.

4. A lei confere ao pecado as forças para matar espiritual e fisicamente (ver I Cor. 15:56 e Rom. 7:10).

5. A lei promete a vida, mas somente engana os homens no que diz respeito a essa promessa (ver Gál. 3:12 e Rom. 7:11).

6. Portanto, a lei era o ministério da morte (ver II Cor. 3:7).

7. Serviu para guiar os homens, conduzindo-os a Cristo, mostrando-lhes a necessidade que dele tinham (ver Gál. 3:24).

Matthew Henry (*in loc.*) comenta sobre os efeitos prejudiciais da lei, especialmente devido ao fato de que retrata perante nós, com tanta clareza, a profundidade de nossa natureza pecaminosa. Se tal revelação, entretanto, tiver o dom de nos conduzir a Cristo, então poderíamos dizer verdadeiramente que a lei nos serve de «aio», conduzindo-nos a Cristo. Essa é uma função da lei, porém, que não é diretamente considerada nesta passagem, ainda que fique subentendida, porquanto o apóstolo Paulo procurava mostrar como a lei, em si mesma, não nos ajuda, a não ser para nos levar ao ponto do desespero, forçando-nos a buscar aquilo que possa fazer por nós o que está fora do alcance da mesma. Diz esse citado autor, pois: «O versículo sétimo mostra-nos o desvendamento. A lei desvenda diretamente aquilo que está torto, tal como um espelho nos mostra nosso rosto natural, com todas as suas manchas e deformações; assim também não há maneira de

chegarmos àquele conhecimento do pecado que é necessário para o arrependimento e, conseqüentemente, para a paz e o perdão, senão comparando a nossa vida e o nosso coração com a lei. Particularmente, Paulo chegou ao conhecimento da pecaminosidade da cobiça através do décimo mandamento da lei, pois a lei falava em outra linguagem, diferente daquela que os escribas e fariseus faziam-na falar, pois falava em sentido e tonalidade espirituais. Por meio disso, ele veio a reconhecer que a cobiça (o desejo desordenado) é pecado, e extremamente pecaminosa; que aqueles movimentos e anelos do coração, para com o pecado, embora tais anelos nunca houvessem produzido ações, são pecaminosos, excessivamente pecaminosos, em si mesmos. Nada existe sobre o que o homem natural seja mais cego do que acerca de sua corrupção original, a respeito do que o seu entendimento se encontra em trevas as mais totais, até que o Espírito Santo comece a iluminá-lo através da lei, tornando assim reconhecida tal corrupção. Nunca vemos o veneno e a malignidade desesperadores que existem no pecado, até que nos chegamos a comparar com a lei, com a natureza espiritual da lei, e é então que percebemos que o pecado é algo maligno e amargo».

LEÍ

No hebraico, «maxilar». Ver Juí. 15:9,14,19. Essa palavra aponta para uma localidade desconhecida, no território de Judá. Foi ali que Sansão matou a mil filisteus, utilizando-se do maxilar de um asno. Talvez essa cidade ficasse localizada entre Zorá e Timna, na região de Bete-Semes. F.F. Bruce identificou-a com Khirbet es-Syyaj, as ruínas da antiga Siyyah. Mas outros estudiosos opinam que nenhuma identificação, até agora feita, é segura. Seja como for, foi o local onde Sansão exibiu um de seus prodígios de força física, por atuação do Espírito de Deus sobre ele. Ele fora amarrado e entregue aos filisteus, por seus próprios conterrâneos danitas. Os danitas haviam-no entregue aos filisteus, a fim de evitarem retaliações, da parte destes, — devido a outras matanças causadas por Sansão. Porém, ele quebrou as cordas que o amarravam, apossou-se de um maxilar de jumento, e matou a mil filisteus com grande facilidade.

LEIBNIZ, GOTTFRIED WILHELM

Suas datas foram 1646-1716. Ele foi um matemático de alto gabarito, filósofo e homem de muitos ofícios e atividades. Nasceu em Leipzig, na Alemanha. Era filho de um professor de filosofia moral. Foi criança prodígio, que aprendeu o latim com oito anos de idade, e o grego não muito depois. Recebeu o título de doutor em leis na Universidade de Altdorf e, subseqüentemente, foi professor ali. Atuou como embaixador do eleitor de Mainz, por toda a Europa, tendo obtido sucessos e fracassos em seus labores. Inventou uma máquina de calcular que podia efetuar várias operações matemáticas, incluindo a extração da raiz quadrada. Isso ele demonstrou perante a Academia de Paris e a Royal Society, de Londres. Foi eleito membro desta última em 1676, e ficou encarregado da biblioteca Ducal. Viajou muito e visitou pessoas influentes, incluindo Spinoza. Estando em Roma, foi-lhe oferecido o cargo de chefe da biblioteca do Vaticano, mas, por causa de diferenças doutrinais e de preferências pessoais, declinou do convite. Em 1700, tornou-se presidente vitalício da Academia de Ciências, de Berlim. Subseqüentemente, serviu em vários outros ofícios políticos e honorários.

Seu trabalho no campo da matemática foi historicamente significativo. Ele e Newton aparentemente inventaram o *cálculo* independentes um do outro, embora Newton tivesse publicado suas informações em primeiro lugar. Também a Leibniz credita-se a origem do cálculo integral e diferencial. Leibniz foi um prolífico escritor, quase tudo realizado entre 1690 e 1716. Sua obra, intitulada *Teodicéia*, foi escrita a pedido da rainha da Prússia, e uma outra, de nome *Monadologia*, a pedido do príncipe Eugênio, de Savóia.

A vida de Leibniz foi uma trágica combinação de gigantescas realizações, paralelamente a planos grandiosos que tentavam o impossível. Talvez ele tenha sido o maior gênio intelectual entre os filósofos modernos, tendo contribuído para quase todos os ramos do conhecimento, incluindo a filosofia, a teologia, a matemática, a física, as leis, a história e muitos ramos da tecnologia. Suas descobertas algumas vezes não conseguiam influenciar seus contemporâneos, meramente por permanecerem sem divulgação. Sua filosofia foi o último e mais intelectual dos grandes sistemas filosóficos do século XVII.

Idéias:

1. *Importância da Teologia*. a. Sua doutrina das *mônadas*, dentro da qual Deus aparece como a *Grande Mônada*, refletida por todas as outras mônadas, conferiu ao mundo filosófico um outro conceito de Deus. b. Sua *teodicéia* era, ao mesmo tempo, profunda e sutil, tendo provido uma poderosa explicação e defesa de sua doutrina de *mônadas*. Christian Wolff (1679—1754) popularizou uma forma inferior das idéias de Leibniz, e publicou sua famosa teoria que diz: «Este mundo é o melhor de todos os mundos possíveis». O propósito dessa teoria era propor uma solução para o problema do mal (vide). c. A filosofia de Leibniz continha versões das demonstrações e provas do teísmo clássico. Entre elas podemos citar uma excelente reformulação do *argumento ontológico* (vide). Isso veio a tornar-se um ponto padrão da filosofia teológica do século XVIII, na Europa. Outros pontos relacionados à teologia, aparecem abaixo.

2. A mônada (no grego, *monas*, «unidade») tornou-se o conceito mais importante de sua filosofia, sobre o qual tantas outras de suas idéias repousavam. Ele acreditava que a realidade, onde as «causae efficientes pendent a finalibus» formam um sistema auto-suficiente, ímpar, constituído de centros de existência e percepção (mônadas). A qualidade das mônadas amplia-se continuamente, desde a obscura percepção de uma simples mônada, até à mais clara percepção das verdades necessárias, concebidas pelos espíritos racionais. Cada mônada *refletiria* o universo de seu ponto de vista, não por causa de uma interação mútua, mas por haver sido selecionada, para desempenhar seu papel, por um Deus (a Grande Mônada) que é onisciente, onipotente e todo-providente, cujas *fulgurações* trouxeram à existência este melhor de todos os mundos possíveis. Este é um mundo finito e, juntamente com a liberdade moral, requer a presença do mal. Deus, a fonte originária do mundo possível e real, deve existir. Somente ele pode ser a causa do mundo contingente que conhecemos. A fé e a razão harmonizam-se uma com a outra através do conhecimento de Deus.

Uma *mônada* é um indivíduo ou átomo simples, vivo e sensível, concebido como uma unidade elementar, indivisível, irredutível da realidade. Tratar-se-ia de uma espécie de alma ou «eu»

autocontido, programado por Deus em toda a sua natureza e em todos os seus atos.

3. A *fulguração* seria o método mediante o qual todas as coisas vieram à existência, e não a criação absoluta, partindo do nada, e nem há a eternidade da matéria, que, com seu fluxo, teria produzido tudo. Antes, todas as coisas seriam fagulhas do Fogo Central. A Grande Mônada emitiria as mônadas que compõem todas as coisas, e essas emissões refletem o seu Originador. As mônadas secundárias, ou «criadas», diferem de Deus, não quanto à espécie, mas somente quanto ao grau. Elas deveriam ser consideradas consubstanciais com ele, e distinguidas dele somente por possuírem uma menor *quantidade* da mesma substância. Nesse caso, a criação delas pertenceria à natureza da procedência ou emanação de Deus. Porém, Leibniz não desejava desafiar a doutrina formal do cristianismo sobre a questão das origens, que fala sobre um ato criativo definido de Deus e nega a teoria das emanações, além de estabelecer uma diferença entre a substância de Deus e a substância de todas as outras coisas. Defrontado com essa dificuldade, ele tentou reconciliar pontos de vista opostos. Ele precisava de um termo que não salientasse demais a idéia das emanações, mas que, de algum modo, contradissesse a idéia da criação *ex nihilo*, «do nada». Por isso Leibniz lançou mão da palavra *fulguração*, com a qual ensinava que as mônadas secundárias e inferiores adquiriram uma existência separada de Deus, por meio de *faiscação*. Isso posto, a sua idéia de fulguração ficaria a meio caminho entre a criação *ex nihilo*, postulada pela Igreja, e a teoria das emanações. Mas, no sistema de Leibniz, visto que não se nota qualquer diferença no tipo de substância entre a Grande Mônada e as mônadas fulguradas, isso significa que esse sistema ensina uma variante do *panteísmo* (vide). As mônadas teriam fulgurado de uma vez por todas, antes do começo do tempo, da Mônada divina, pelo que seriam absolutamente indestrutíveis, a menos que Deus ordene que elas desapareçam. Esse conceito garante, nos termos mais enfáticos, a imortalidade da alma. Ver abaixo. O matemático Leibniz, pois, propôs que todas as coisas se derivam de Deus, tal como podemos fazer derivar proposições matemáticas de proposições maiores.

4. *Uma Harmonia Preestabelecida*. Todas as mônadas seriam fechadas em si mesmas, não havendo interação com as demais mônadas. Antes, interna e externamente elas teriam sido programadas pela Grande Mônada. Desse modo, pois, Leibniz resolvia o problema corpo-mente, contradizendo o dualismo de Descartes. Todas as coisas achar-se-iam em Deus e são de Deus, e todas as coisas seriam apenas extensões da Mente divina. Elas já contêm, em si mesmas (por efeito da programação divinamente impressa), todas as ações e interações, e interagem apenas aparentemente. Quando qualquer modificação ou desenvolvimento é insuflado em uma mônada, as alterações paralelas e apropriadas ocorrem em outras mônadas, não devido à relação de causa e efeito, mas apenas por força da pré-programação. Dois relógios poderão marcar perfeitamente a passagem do tempo, e estarem sempre em acordo um com o outro, mas um dos relógios não atua sobre o outro para conseguir essa harmonia. Antes, são unidades independentes, cujas funções coincidem, embora sem qualquer interação entre elas. E nem o aparente processo de causa e efeito precisa usar Deus continuamente, como um intermediário, conforme supõem os *ocasionalistas* (vide). Pelo contrário, a programação impressa de uma vez por todas nas coisas fá-las concordarem umas com as outras. É assim que obtemos uma explicação não somente da interação entre a mente e o corpo, mas também uma prova da existência de Deus. Somente um ser como Deus poderia explicar uma programação adredemente tão bem-feita. Ver o artigo separado sobre o *Probmema Corpo-Mente*.

5. *A Força e as Mônadas*. Força é o pressuposto e a explicação para todas as coisas, o objetivo de todas as nossas computações matemáticas. Trata-se do princípio que impulsiona todas as coisas. É um *princípio metafísico*. A força reveste-se de várias qualidades significativas: Ela está em todas as coisas; atua o tempo todo; não muda e nem está no processo de tornar-se; não tem extensão e nem pode ser dividida; não foi criada e não pode deixar de existir, a não ser por decreto divino. É eterna. No entanto, não existe uma força única. Há muitas forças, individuais. Mas cada força é o poder impulsionador da mônada, impedida de agir com a força de outra mônada qualquer, embora pareça haver interação entre elas, devido ao referido fenômeno da programação prévia. O número de forças individuais, que constituem a realidade, deve ser infinito. A força é o princípio vital que emana da *Mente Divina*. A força é a Mônada considerada como um princípio metafísico impulsionador e manifestador.

6. *Todas as Mônadas são Conscientes*. As coisas às quais chamamos de matéria morta seriam apenas mônadas que dormem, com um baixo grau e tipo de consciência. Há uma hierarquia de energias mentais e de consciência, nas mônadas, e o ponto culminante delas todas se encontra na Mente divina. Na verdade, não existiria tal coisa como matéria morta. Isso posto, nos escritos de Leibniz temos o ensino sobre o *pampsiquismo*.

7. *Diferenças Entre as Mônadas*. Visto que todas as mônadas não são extensíveis, são indivisíveis, simples, fundamentais e eternas, no que elas podem diferir entre si? Já vimos que uma das diferenças é a extensão em que elas participam da consciência. Algumas mônadas são brilhantes; mas há aquelas que se acham em uma espécie de estupor, como aquelas que compõem as chamadas coisas sem vida. Mas também diferem entre si quanto ao *grau* com que representam, para si mesmas, cada coisa considerada isoladamente. Essa representação, sem dúvida, envolve certa vitalidade de energia consciente. Cada mônada representa sua independência, para si mesma, de forma objetiva, visto que seu corpo está separado de todos os outros corpos. O espaço, que é a condição dessa separação, não é uma coisa externa, antes, é uma *experiência interna* de cada mônada.

8. *Definição da Realidade*. A realidade é constituída, para Leibniz, por um número infinito de mônadas que representam, para si mesmas, em graus que variam de zero ao infinito, a natureza essencial das coisas. Ou, então, conforme dizemos atualmente, a natureza do mesmo universo. Juntas, as mônadas representam para si mesmas, coletivamente, o universo; mas também representam, individualmente, suas próprias existências separadas. A infinitude é atingida somente pela Mente divina, a Mônada das mônadas. A Mente divina é a única mônada que tem toda a percepção, contém todas as representações, de forma absolutamente clara, articulada e perfeitamente inteligível. As mônadas que se derivam de Deus mediante a fulguração vão possuindo cada vez menor parcela da Mente divina, e é nisso que consiste a diferença essencial entre elas. Um homem, dotado de espírito e corpo, tem mônadas que representam, para si mesmas, essas duas condições diferentes, mas a diferença entre o corpo e o espírito consiste na

extensão da consciência e na participação variada na Mente divina, e não há qualquer diferença essencial entre o corpo e a alma, no tocante ao tipo de natureza.

9. *O Melhor de Todos os Mundos Possíveis.* Uma solução proposta para o problema do mal. Poderíamos supor que as mônadas representam a si mesmas um universo diferente e melhor do que aquele que conhecemos. Porém, devemos lembrar que todas as suas representações são controladas por sua participação na Mente divina, a Mônada das mônadas. Visto que tudo procede da Mente divina por fulguração, então todas as coisas devem refletir a bondade e a justiça essenciais de Deus. Por outro lado, somente a Grande Mônada é perfeita. Todas as demais são ao mesmo tempo limitadas e imperfeitas, com base nas quais surgem as circunstâncias adversas. Porém, esse mal deve ser considerado como parte da programação estabelecida por Deus, pelo que se trata de um mal necessário. Além disso, o mal é como as cores escuras de um tapete, que fazem destacar ainda mais as cores brilhantes do mesmo. Portanto, o mal realiza bons propósitos, e justifica a fulguração da Mônada divina. Em certo sentido, portanto, o mal é uma ilusão. O universo que existe é o melhor de todos os mundos possíveis. Deus não fez nenhum erro, e o chamado mal não O apanhou de surpresa e nem estragou a sua fulguração (criação). O melhor de todos os mundos possíveis tem defeitos, mas, de alguma maneira, são defeitos necessários que, naturalmente, resultam da finitude. A maioria das religiões, naturalmente, pensa que o nosso mundo está em condições muito ruins e propõe a redenção como algo necessário para cumprir a vontade de Deus. Para Leibniz, a redenção é possível pela modificação nas fulgurações de Deus, modificação essa produzida por ele mesmo, produzindo um mundo ainda melhor. Devemos presumir que essa opção está aberta para ele. A Mente divina poderia escolher representar a si mesmo de maneira diferente. Ver também o artigo intitulado *Problema do Mal.*

10. *A Imortalidade da Alma.* A alma é necessariamente eterna, visto que as mônadas são eternas. Uma alma, que consiste em mônadas que se representam como um tipo específico de substância, poderia sair da existência somente por decreto divino. Não se deve esperar, porém, que Deus decrete jamais tal coisa. Mas, a fim de conformar seu ensino com a doutrina cristã (criacionismo), Leibniz ensinava que cada alma é praticamente criada por ocasião do nascimento, mediante fulguração, o que importa em certa individualização, de mônadas específicas. Para que uma alma não se desintegre do tipo de mônadas a que ela pertence, Deus a destaca, intacta, da mônada do corpo, por ocasião da morte, garantindo a sua integridade e continuação. Dessa maneira, a alma é preservada em suas representações de autoconsciência, de personalidade, de racionalidade, de moralidade. O corpo, por outra parte, composto de mônadas inferiores, sofre dissociação e separação de seu grupo de mônadas. Cada qual, pois, continua existindo, mas, no nível das mônadas materiais, isso envolve uma espécie de estupor, de nível muito baixo de consciência.

11. *A Liberdade da Vontade.* Dentro do sistema de Leibniz, não poderíamos desfrutar de qualquer tipo de *liberdade* que possa agradar àqueles que acreditam no livre-arbítrio. Para ele, a liberdade consiste em poder seguir as determinações que nos são impostas pela nossa natureza, e a nossa natureza é programada pela Mente divina. Assim sendo, a liberdade consiste em fazer aquilo que Deus programou para nós. Não podemos agir sem determinação. Podemos hesitar entre duas alternativas, mas, no fim, agimos conforme nossa maneira de pensar nos força a fazer, e isso faz parte da programação divina. Não agimos de forma lógica, necessariamente. Somente a Grande Mônada é capaz disso, visto que somente Deus é perfeitamente iluminado. Deus já escolheu, adredemente, para os homens, os *atos livres* que eles haverão de realizar, e, quando os homens põem em prática esses atos, então eles participam do princípio de liberdade, mas, na realidade, não em face de seus próprios poderes criativos, conforme, inocente e erroneamente, eles imaginam.

Bibliografia. AM E EP MM P

LEIBNIZ (LEI DE)

Esse é o princípio que declara que se uma coisa é idêntica a outra, então qualquer coisa que descreve uma delas necessariamente descreve também a outra. Em certo sentido, isso é verdade. Em outro sentido, porém, não é assim. Na realidade, assim sucede, mas, em nossa interpretação e entendimento, isso não é necessariamente verdadeiro. Por exemplo, muitas pessoas não sabem que a Estrela Matutina e a Estrela Vespertina são a mesma coisa, o planeta Vênus. Em outras palavras, esse planeta pode ser ambas as coisas. Por outra parte, a Estrela Matutina também pode ser os planetas Júpiter, Marte, Saturno e Mercúrio. Mas, tendo em vista o argumento, digamos que Vênus tanto é a Estrela Matutina quanto é a Estrela Vespertina. Mas as pessoas, não sabendo desse fato, ao descreverem as supostas duas estrelas (ou planetas), apresentam diferentes descrições, embora estejam descrevendo uma mesma coisa, sob circunstâncias diferentes. Desse modo, de acordo com a compreensão e as descrições das pessoas, uma e a mesma coisa são diferentes.

Essa lei de Leibniz tem grande aplicação à teologia, visto que as pessoas podem estar-se referindo à mesma entidade espiritual, usando termos diferentes, dando assim a impressão de que estão falando sobre proposições teológicas distintas. O princípio do Logos, por exemplo, é bastante amplo na religião, e não meramente na fé cristã; mas esse princípio é descrito de maneiras diferentes, em diferentes religiões.

LEIGO, CONFISSÃO A UM

A prática da confissão de pecados, diante de um leigo, era comum na Idade Média, sempre que não houvesse padre disponível. Talvez existisse em analogia ao *batismo leigo* (vide), que era praticado em casos extremos, quando não havia presente qualquer clérigo.

LEIGO (IRMÃO, IRMÃ) Ver também **Leigos.**

Essa palavra portuguesa deriva-se do grego **laikós**, «relativo ao povo», que, por sua vez, vem de *laós*, «povo». O irmão ou irmã leigo é um membro de alguma ordem religiosa, mas que nem se obrigou a isso mediante as santas ordens, e nem tem tal obrigação em face da recitação do ofício no *coro* (um corpo de cantores treinados, que se ocupam da música coral litúrgica da eucaristia ou ofício divino). Esses leigos ocupam-se somente das questões seculares em um mosteiro ou convento. Essas pessoas religiosas leigas são clérigos no sentido somente do termo, embora desfrutem de imunidades clericais. Essa instituição era desconhecida na Igreja Católica Romana antes do século X D.C.

••• ••• •••

LEIGO, LEITOR

Desde os dias elizabetanos, os bispos da comunidade anglicana têm tido o direito de nomear algum leigo para fazer a leitura dos textos, nos cultos, especialmente nos casos de ausência de clérigos. Na Igreja cristã antiga, essa prática não era exatamente duplicada, embora homens investidos em ordens menores, ou serviçais das paróquias, que usualmente eram pagos como assistentes do clero, pudessem ocupar-se desses deveres de leitura.

LEIGOS

Essa palavra vem do termo grego **laós**, «povo». Refere-se a todos os membros da Igreja que não fazem parte de seu clero. O termo não é aplicado a pessoas não-batizadas, ou que não sejam membros da Igreja. Por extensão, o vocábulo veio a indicar pessoas que não são profissionais, em contraste com os profissionais de alguma profissão ou negócio. Quase todos os sistemas eclesiásticos barram os leigos de qualquer exercício nos ofícios ministeriais, embora existam ofícios eclesiásticos abertos aos leigos. Alguns sistemas cristãos, que não reconhecem a existência de um clero profissional, entregam todas as funções religiosas a leigos qualificados devidamente.

1. *Ponto de Vista Histórico*. Aqueles que separam o clero do corpo laico dizem poder encontrar textos de prova para essa distinção, nas páginas do Novo Testamento. Assim, Jesus nomeou «apóstolos» e lhes conferiu poderes especiais. Os apóstolos, por sua vez, nomearam ministros, e, conforme se vê nas chamadas epístolas pastorais (vide), dentre esses ministros levantaram-se *bispos* (que se deriva de uma palavra grega, *episcopoi*, «supervisores»), cuja autoridade envolveria regiões inteiras, e não meramente igrejas locais. Esses ministros é que têm encabeçado os movimentos missionários e realizado os ritos eclesiásticos, como o batismo e a ordenação de outros homens qualificados. Assim, além dos apóstolos haveria *ministros* (I Cor. 4:1; II Cor. 3:6; 6:4), *profetas* (Rom. 12:8; I Tes. 5:12; Heb. 13:7,17; Atos 13:1; 20:28), *pastores* (Efé. 4:11), *anciãos* (Tito), *mestres* (Atos 3:1; I Cor. 12:28).

Todavia, é muito difícil perceber-se, no Novo Testamento, uma situação estritamente controlada por leigos; no tocante às *funções* das igrejas todos são igualmente «irmãos», o que já representa a filosofia ou ponto de vista de certos grupos cristãos, que não acreditam em um clero, em distinção ao corpo laico.

No começo do cristianismo, os oficiais originais das igrejas eram aqueles que se distinguiam quanto aos dons espirituais, à eloqüência na pregação e, em alguns casos, uma óbvia nomeação ou chamada divina. — Mas, à proporção que os séculos se foram passando, o clero se foi profissionalizando cada vez mais, e os dons espirituais miraculosos se foram tornando menos proeminentes. Porém, apesar de podermos objetar à profissionalização dos ministros do evangelho, formando um clero, também é difícil ver somente leigos em função na Igreja do Novo Testamento.

2. *Evangelização*. Como é óbvio, tanto nos dias do Novo Testamento quanto atualmente, espera-se dos leigos que eles façam um trabalho missionário. Isso pode ser realizado de modo informal e não profissional. Porém, quando se trata da organização das igrejas, então já se torna mister algum modo de serviço e de exercício de autoridade, que ultrapassa ao conceito de que todos os crentes são apenas «irmãos». As várias denominações cristãs se têm distinguido umas das outras pela forma específica de governo eclesiástico que têm adotado, governo esse que pode variar desde a hierarquia da Igreja Católica Romana, ao presbitério, à democracia dos batistas ou ao governo episcopal dos anglicanos. Os mórmons (vide) repelem um clero profissional, o que não significa que eles não tenham os seus *bispos* devidamente nomeados, que são praticamente equivalentes aos pastores protestantes e evangélicos. Todavia, os mórmons retêm alguns poucos membros pagos, que são seus oficiais superiores, e que são obreiros de tempo integral no governo do grupo. Os seus missionários, porém, são jovens leigos, sustentados financeiramente por suas respectivas famílias, e não pelo grupo inteiro.

3. *União e Privilégios*. O clero e os leigos estão espiritualmente unidos no corpo místico de Cristo. Não devem ser distinguidos quanto a seus privilégios espirituais, embora suas *funções* e sua *autoridade*, nas igrejas, difiram. Todos os crentes são sacerdotes, mas nem todos são pastores.

4. *Contra o Dualismo*. Diferentes funções não deveriam criar um dualismo no seio das igrejas, com o distanciamento entre o clero e os leigos, onde os clérigos são tudo, ao passo que os leigos são meros espectadores, e não participantes. As qualidades cristãs são comuns a todos os crentes; a inquirição espiritual pertence a todos; a obrigação missionária também pesa sobre todos; o destino cristão está igualmente à espera de todos os crentes autênticos.

5. *O Exercício dos Dons Espirituais*. Apesar de se esperar que o clero exerça os dons espirituais, devendo distinguir-se através disso, também é de se esperar que todos os leigos tenham dons espirituais, usando-os dentro e fora da igreja local. Os dons espirituais dos ministros são os dons ministeriais, que o apóstolo Paulo enfeixa como os apóstolos, os profetas, os evangelistas e os pastores (alguns dos quais também são mestres), segundo se aprende em Efé. 4:11-14. Todavia, não se pode esperar que os leigos, mesmo quando espiritualmente dotados, exerçam participação no ensino, na exortação, no conforto, porquanto ao pastor e aos anciãos (se os houver), e a outros oficiais da igreja cabem as responsabilidades próprias da organização e liderança, que não pertencem aos leigos. Ver também o artigo *Governo Eclesiástico*, onde se aprende que o Novo Testamento não determina uma forma exclusiva de governo eclesiástico, mas antes, demonstra várias opções possíveis, contanto que os líderes espirituais estejam atuando sob a orientação do Espírito de Deus.

LEIS DA TERRA

Ver sobre **Lei no Antigo Testamento.**

LEIS DE MANU

Esse é o principal código do antigo hinduísmo. Ver sobre *Vedas*, quinto ponto.

LEITE

1. *As Palavras Envolvidas*

O termo hebraico é *halab*; o termo grego é *gala*. A palavra aparece no Antigo Testamento por cerca de quarenta vezes; e no Novo Testamento por cinco vezes: I Cor. 3:2; 9:7; Heb. 4:12,13; I Ped. 2:2. Esse termo é usado tanto literalmente, para indicar o leite de animais e o leite humano, quanto figuradamente.

2. *Exemplos de Referências no Antigo Testamento*

Gên. 18:8; 49:12; Êxo. 3:8,17; 13:5; 23:19; 33:3;

34:26; Lev. 20:24; Núm. 13:27; Deu. 6:3; 11:9; 14:21; Jos. 5;6; Juí. 4:19; Jó 10:10; Pro. 27:27; Can. 4:11; 5:1,12; Isa. 7:22; 28:9; 60:16; Jer. 11:5; Lam. 4:7; Eze. 20:6; Joel 3:18.

3. *Um Item da Dieta de Israel*

O leite era um elemento importante da alimentação da nação de Israel, até onde recuam nossas fontes informativas. Os produtos derivados do leite também eram muito importantes. Era consumido leite de vaca ou ovelhas (Deu. 32:14; Isa. 7:22), de cabras (Pro. 27:27), e, talvez, até de camelas (Gên. 32:15). Leite era oferecido a recém-chegados, como bebida reconfortante (Gên. 18:8), e era bebido às refeições (Eze. 25:4). Algumas vezes, era misturado com mel ou com vinho (Gên. 49:12; Isa. 55:1; Joel 3:18). Com base nessa circunstância é que surgiram certos usos metafóricos do leite, o que discutimos mais abaixo.

O leite era usado na arte culinária. Porém, não era permitido usar o leite de uma cabra para cozinhar seu cabrito (ver Êxo. 23:18; Deu. 14:21). Com base nessa proibição, havia uma outra ainda mais ampla. As leis dietéticas dos judeus não permitiam que se usasse carne e leite como parte de uma mesma refeição. Os judeus ortodoxos mostram-se tão exigentes quanto a isso que nem mesmo usam o mesmo equipamento para o preparado de pratos com carne e de pratos com produtos lácteos. Provavelmente, a proibição original era de natureza meramente psicológica. Se alguém matar um cabrito para comê-lo, não parece correto, de alguma maneira, cozinhá-lo no leite de sua própria mãe! Essa proibição parece remontar a um costume cananeu, tendo sido adotado pela sociedade judaica, ou, então, a regra apareceu entre os próprios israelitas.

A palavra hebraica *hemah* parece referir-se tanto à manteiga quanto à coalhada, como também a queijos. A coalhada, depois do pão, continua sendo o alimento principal das classes mais pobres da Arábia e da Síria. Abraão ofereceu coalhada aos anjos (ver Gên. 18:8). E o trecho de Isaías 7:22 menciona a manteiga.

4. *Usos Metafóricos e do Novo Testamento*

a. *Leite e mel* são, freqüentemente, combinados na linguagem do Antigo Testamento. Ver Êxo. 3:8,17; 33:3; Lev. 20:24; Núm. 13:27; 14:8; 16:13; Deu. 6:3; 11:9; Jos. 5:6; Jer. 11:5. Essa lista é apenas representativa, e não completa. Segundo já pudemos notar, o leite era misturado com mel, como uma bebida. Mas, metaforicamente, essa expressão, «leite e mel», indica *abundância*. A Palestina é descrita por várias vezes como terra em que fluía leite e mel, e, portanto, uma terra caracterizada por muita abundância.

b. Leite e mel, *debaixo da língua*, indica a doce conversação com um ente amado (Can. 5:1).

c. O comentário de Kimchi, sobre Isa. 45:1, faz com que o leite, devido às suas qualidades *alimentícias*, refira-se à *lei*, que nutre a alma. O trecho de I Ped. 2:2 diz algo similar, embora aludindo à Palavra de Deus, conforme a mesma está contida na revelação cristã. Os crentes devem desejar esse alimento espiritual, da mesma forma que um infante deseja o leite materno.

d. Em I Cor. 3:2, a idéia de nutrição recebe um aspecto diferente, no que diz respeito ao leite. Os bebês é que desejam e precisam de leite. Mas os adultos precisam e desejam a nutrição oferecida por alimentos sólidos. Essas instruções paulinas indicam que devemos crescer, sempre aprendendo e desenvolvendo-nos, não nos satisfazendo com as coisas elementares da fé cristã e da espiritualidade. Os crentes maduros não agem como bebês, entregando-se a suspeitas e contendas com outros, em perturbações que só mostram a imaturidade espiritual de quem assim age.

e. O trecho de Heb. 5:12,15 tem um uso semelhante ao de Paulo em I Coríntios, fazendo o leite referir-se aos «princípios elementares» da fé, que os crentes imaturos vivem desejando. Em distinção a isso, o alimento sólido é para os crentes maduros, cujas faculdades espirituais estão devidamente treinadas, mediante a prática, capacitando-os a distinguir entre o que é bom e o que é mal. A palavra da justiça é o alimento sólido do qual o crente precisa. Os aprendizes preferem o leite, mais fácil de digerir. Os mestres cristãos, porém, não se satisfazem senão com a dieta de alimentos sólidos.

f. Leite, em sonhos e visões, pode simbolizar nutrição e abundância, embora também possa indicar o sêmen e os poderes reprodutivos.

LEITE E MEL

Ver sobre o **Leite**, ponto **4.a.**

LEITE, METÁFORA DO

I Ped. 2:2: *desejai como meninos recém-nascidos, o puro leite espiritual, a fim de por ele crescerdes para a salvação.*

Desejai ardentemente. Temos aqui uma única palavra grega, *epipotheo*, que significa «anelar», «desejar muito». Esse vocábulo é usado por nove vezes nas páginas do N.T., algumas vezes em bom sentido, e de outras vezes em mau sentido, como no sentido de «concupiscência» (ver Tia. 4:5; ver também I Tes. 3:6 e II Tim. 1:4). Sua forma composta dá a essa palavra um sentido intensivo, conforme é comum no grego.

Crianças recém-nascidas. No grego é *brephos*, palavra usada para designar os infantes de tenra idade. (Ver Luc. 18:15; Atos 7:19; e ver Luc. 2:12,16, acerca do infante Jesus). Também era palavra para indicar o «embrião» humano. O termo *artigennetos*, «recém-nascido» é bem traduzido aqui. Pedro não quis dizer que aqueles crentes tinham se convertido bem recentemente a Cristo, como se eles fossem «bebês» espirituais, embora isso também possa ficar subentendido; antes, o que ele queria salientar é que sem importar seu estado espiritual presente, e a despeito do tempo que já conheciam a Cristo, no desejo de crescerem espiritualmente, deveriam ter anelo pela Palavra de Deus, tal como uma criança recém-nascida anela pelo leite materno. Essa atitude deveria caracterizar todos os crentes, e não apenas os recém-convertidos. Essa é a mensagem de Pedro, neste ponto.

Leite Genuíno. No grego, o adjetivo é *adolos*, forma privativa da palavra usada no primeiro versículo, para indicar «dolo». Essa nutrição espiritual não deveria envolver nenhum elemento adulterador, mas antes, deve ser pura e genuína. Isso significa a nutrição espiritual encontrada em Cristo e no seu evangelho, sem qualquer mistura de idéias e práticas pagãs. Isso porque, o leite da Palavra, se for misturado com a falsidade, pode tornar-se um veneno, e não um alimento nutritivo.

Espiritual. Assim quiseram os tradutores traduzir as palavras gregas *to logikon*, que alguns estudiosos pensam que se deveria traduzir por «da palavra». O termo «logos», em sua forma adjetivada (como aqui) significa «espiritual», «racional». (Ver Rom. 12:1 quanto a outro uso do mesmo, a única outra ocorrência em todo o N.T.). Portanto, o leite não é «da Palavra», ou seja, «das Escrituras» ou «do

evangelho», conforme este versículo tem sido freqüentemente interpretado. Naturalmente, o leite espiritual do qual nos nutrimos, vem através do evangelho e das Escrituras, mas não é isso que Pedro queria afirmar aqui, mais diretamente. Ele sabia que os seus leitores reconheceriam a necessidade que tinham da mensagem cristã e dos ensinamentos das Escrituras, e que esses são os elementos da nutrição espiritual. Alguns intérpretes preferem aqui a tradução «da Palavra», supondo que a forma adjetivada de «logos» pode significar «pertencente à palavra», e então, a «palavra» seria o «evangelho», conforme se vê em I Ped. 1:23,25. Porém, não há nenhum apoio léxico para tal significado.

Os Elementos da Metáfora

1. O uso que Pedro faz da metáfora do «leite» não corresponde ao uso paulino do mesmo elemento em I Cor 3:1. O uso de Paulo tem aspectos nitidamente depreciativos. Segundo disse o apóstolo dos gentios, é uma desgraça alguém precisar permanentemente de leite, como se continuasse sendo uma criança recém-nascida. Mas o uso que se faz da metáfora, em Heb. 5:12 e 6:2, é semelhante ao de Paulo.

2. A metáfora de Pedro simplesmente nos diz que devemos ter o «urgente desejo» de ter as realidades espirituais, tal e qual uma criança recém-nascida busca o leite como se a sua vida dependesse desse alimento, e como, na realidade, depende.

3. Em certo sentido, Pedro considerava todos os crentes, sem importar sua condição, jovens ou antigos, fortes ou fracos, como meros bebês, que precisam urgentemente do leite dos cuidados de Cristo. Nenhum indivíduo chega a ficar tão avançado e forte, espiritualmente falando, que não mais precise do leite espiritual. Ninguém jamais atinge uma tão elevada espiritualidade, que não possa ser chamado de mero infante, em contraste com a espiritualidade que ainda precisa atingir.

4. Para Pedro, assim sendo, «leite» não representa a doutrina ou a experiência cristã em seus estágios elementares, e, sim, a totalidade da nutrição espiritual, da qual todos precisamos, e sem a qual não poderemos crescer de forma alguma.

Crescimento, ou seja, o avanço na maturidade espiritual: purificação dos antigos vícios, paralelamente à obtenção dos atributos positivos e santos de Cristo, como o amor, a bondade, a fé, a justiça, etc. (Ver o artigo separado sobre *Fruto do Espírito*). Esse desenvolvimento moral provoca o «crescimento metafísico», que consiste em receber a própria natureza essencial de Cristo, a fim de nos tornarmos verdadeiros filhos de Deus, tal e qual ele é o Filho. E, finalmente, significa a participação na natureza divina (ver II Ped. 1:4; Col. 2:10 e Efé. 3:19), mediante o que todos teremos «a completa plenitude de Deus».

Para salvação, isto é, a salvação em sua maior extensão, que praticamente jaz toda no futuro, incluindo, finalmente, a *glorificação* (vide). (Ver o artigo separado sobre a *Salvação*). A salvação é vista aqui como algo essencialmente escatológico, e não o passo único que damos quando da conversão inicial. A salvação é o dom gratuito de Deus, embora requeira o uso dos meios de graça para que entremos em sua possessão, incluindo a reação positiva da vontade humana, a sua santificação (ver II Tes. 2:13) bem como seu desenvolvimento espiritual, conforme o presente versículo diz sem rebuços.

Avançando Além do ABC

1. O autor da epístola aos Hebreus fazia objeção à repetição interminável de doutrinas fundamentais, sem um suficiente crescimento espiritual que levasse seus leitores a uma teologia mais avançada, com o acompanhamento de uma espiritualidade mais profunda.

2. Chegou à conclusão de que seus leitores eram espiritualmente preguiçosos, não havendo dedicado tempo e esforço para avançarem.

3. Encorajou seus leitores a «freqüentarem os cultos» (ver Heb. 10:25), mas insistiu que quando os crentes vão à igreja, devem receber algo sólido para suas almas. Não era suficiente, conforme ele via as coisas, que meramente freqüentassem as reuniões e ouvissem sempre as mesmas coisas.

4. Alguns pregadores modernos falam sobre o grave pecado do povo evangélico que costuma não freqüentar às reuniões, sem embargo, se esquecem convenientemente do papel que eles mesmos devem desempenhar nessa questão, ensinar! Em outras palavras, eles precisam prover os meios de desenvolvimento espiritual para aqueles que venham às reuniões. O ensino faz parte da Grande Comissão. Bastaria isso para mostrar-nos quão importante é o ensino cristão.

5. Não havendo progresso espiritual, há a possibilidade de apostasia, conforme os versículos que se seguem mostram dramaticamente.

Princípios elementares. No grego é usado o termo *arche*, que usualmente significa o *começo* de qualquer coisa, mas que aqui tem o sentido de «princípios elementares de um sistema religioso». A expressão equivale ao termo *stoicheia*, que figura em Heb. 5:12. Está em foco o ABC do ensinamento religioso, as idéias básicas do cristianismo, que são ensinadas em primeiro lugar. O autor sagrado alista seis aspectos que ele considera princípios elementares, neste e no versículo seguinte. A lista não tem por intuito ser exaustiva, mas é apenas uma sugestão.

LEITO

No hebraico, **yatsua**, «leito». Palavra usada por cinco vezes: I Crô. 5:1; Jó 17:13; Sal. 63:6; 132:3 e Gên. 49:4. Na referência de Gênesis, lemos que Rúben perdeu o precioso direito de primogenitura por haver cometido grave pecado sexual, o que é reiterado na referência de I Coríntios. Em Salmos 63:6, Davi registra como se lembrava do Senhor mesmo descansando em seu leito. Em Salmos 132:3, Davi vota que não descansaria em seu leito enquanto não encontrasse um lugar apropriado para a construção do templo, em Jerusalém. Ver o artigo geral intitulado *Cama*.

LEITOR

Na antiga Igreja cristã, o **leitor** era alguém que lia as lições para o povo ouvir, nos cultos religiosos. Justino, no século II D.C., mencionou que havia homens que se ocupavam desse serviço. Precisamos lembrar que os manuscritos da Bíblia eram poucos e caros, e que a esmagadora maioria dos membros da Igreja não tinha qualquer cópia de qualquer dos livros da Bíblia. Além de fazer parte importante do culto cristão, a leitura de passagens escriturísticas era, para todos os efeitos práticos, o único contato que as pessoas tinham com as Escrituras. Por isso mesmo, o leitor parece ter sido um dos mais importantes oficiais burocráticos nas igrejas. A ordem dos leitores, até hoje, é uma das quatro ordens menores da Igreja Católica Romana, como um passo a mais que conduz na direção do sacerdócio. Entretanto, somente nos ofícios da *Sexta-Feira Santa* é que o missal católico

romano reconhece as funções dos leitores.

LEITURA

No campo da crítica textual, essa palavra refere-se ao conteúdo específico de um manuscrito qualquer, que o faz diferir dos demais. Talvez se trate de uma única palavra, ou frase, ou versículo. Assim, dizendo: «este manuscrito tem esta leitura», com o que queremos dar a entender que tem alguma palavra, frase, etc., que o faz contrastar com o conteúdo de outros manuscritos. Nos círculos do ocultismo ou das forças psíquicas, essa palavra indica a «mensagem» que estiver sendo dada à parte interessada, uma mensagem que pode ser um aviso, um conselho, uma predição quanto ao futuro, etc.

LEMBRETE DIVINO E PIEDOSO

Apo. 2:5: *Lembra-te, donde caíste, e arrepende-te, e pratica as primeiras obras; e se não, brevemente virei a ti, e removerei do seu lugar o teu candeeiro, se não te arrependeres.*

O lembrete divino e piedoso:

Lembra-te. Exortação à memória piedosa acerca dos dias anteriores, quando a devoção intensa a Cristo era a força motivadora de uma vida piedosa e de um imenso serviço. Notemos a progressão: «relembrar-se», «arrepender-se» e «praticar», os elos dourados da restauração e do progresso da igreja.

«A verdadeira piedade põe em ação todas as nossas faculdades. Um dos poderes humanos consiste em olharmos para trás, revivendo os acontecimentos e o curso da vida, através da memória. E essa capacidade é a primeira coisa que precisa ser posta em ação, para curar a decadência da vida e do fervor religiosos. As pessoas precisam pensar em seu passado, comparando aquilo que são agora com o que foram. A memória deve relembrar o passado, para que seja posto lado a lado com o presente.

Quando os apóstolos desejaram levar os crentes judeus à firmeza e constância contínua na fé, ordenavam-lhes que se lembrassem «...dos dias anteriores em que, depois de iluminados, sustentastes grande luta e sofrimentos. Porque não somente vos compadecestes dos encarcerados, como aceitastes com alegria o espólio dos vossos bens...» (Heb. 10:32). O Salvador fez a mesma coisa, com alusão aos membros da igreja efésia; e outro tanto deve-se dar no caso de todos nós». (Seiss, *in loc.*).

Lembremo-nos de nosso plano mais elevado de realização espiritual. Que tal é a comparação entre aquela condição e a condição de nossa vida espiritual atual? — Como primeiro passo de recuperação, procuremos reter a altura antes obtida, e então subamos dali para uma realização espiritual totalmente nova.

«A percepção de que tem havido declínio, a admissão de que tem havido um lapso, é o primeiro passo de volta ao estado original». (João Bunyan, *Graça Abundante*).

Relembra-te de onde te originaste:
Não foste formado para viver como os animais,
Mas para seguir à virtude e ao alto conhecimento.
(Ulisses no Inferno, xxvi)

LEMUEL

No hebraico, «devotado a Deus». Esse é o nome de uma pessoa a quem foram dirigidos os provérbios que se encontram em 31:1,19 desse livro. Ele teria sido um rei — para nós desconhecido — a quem sua mãe dirigiu esses conselhos. Porém, os estudiosos mais antigos acham que estava em vista a pessoa de Salomão. Outros eruditos, no entanto, dizem que devemos pensar no rei Ezequias, conforme pensavam Eichhorne, Ewald e alguns outros. Ainda outros afirmam que está em foco uma personagem inteiramente desconhecida, pensando que *Lemuel* é apenas uma apelação poética de um rei imaginário, por meio de quem as máximas em questão podem ser aplicadas a todos os monarcas. Seja como for, as máximas dizem respeito a um bom governo, advertindo contra os excessos do sexo e do vinho.

LENÇO

No grego, **soudarion**, significa **pano-suado** (pano para limpar o suor). É chamado *lenço* em Atos 19:12. É um pano usado para secar o suor do rosto e para limpar o nariz (Luc. 19:20; Atos 19:12). Era usado para enrolar a cabeça de um corpo, e também podia ser usado na cabeça separadamente, enquanto um outro pano (normalmente de linho) envolvia o corpo todo (ver João 11:44; 20:7). Por isso, no caso de Jesus e seu sepultamento, os *dois* panos são mencionados.

LENÇOL

Essa é a tradução portuguesa, em algumas versões, do termo hebraico *sadin*, «vestes ou panos de linho» (conforme se vê em Juí. 14:12,13), ou, então, do termo grego *othóne*, «pano de linho», que figura na visão de Pedro, em Jope (Atos 10:11; 11:5).

No caso que envolveu Pedro, a ocasião disse respeito à inclusão de crentes gentios na Igreja, como membros plenos da nova fé. Embora isso estivesse predito desde o Antigo Testamento, a plena aceitação de crentes gentios na comunidade religiosa judaica constituiu um ato revolucionário. Tanto isso é verdade que o apóstolo Pedro só aceitou a idéia mediante uma revelação direta.

LENDA

Essa palavra portuguesa vem do termo latino *legere*, «ler». Denota alguma estória popularmente aceita, ou uma coletânea dessas estórias. As lendas têm um certo uso religioso quando ensinam lições morais e espirituais. Um livro oriundo da Idade Média, que foi muito usado, foi a *Lenda Dourada*, de Jacobus de Voragine, que combinava leituras e lições juntamente com trechos bíblicos e relatos sobre santos. Sermões, dramas religiosos e devoções privadas sempre foram muito usados nas lendas. Os eruditos liberais crêem que tanto o Antigo quanto o Novo Testamentos preservaram um bom número de lendas, revestidas de valor como ensinamentos morais e espirituais, mas destituídos de historicidade. Alguns desses eruditos estão convencidos de que até mesmo as narrativas sobre a vida de Jesus estão misturadas com lendas. Ver os artigos separados sobre *Historicidade dos Evangelhos* e *Jesus Histórico*, onde essas questões são tratadas de maneira minuciosa.

LENIN, VLADIMIR ILYICH

Suas datas foram 1870-1924. Ele nasceu em Simbirsk (Ulianov, na União Soviética). Estudou em Kazem e em São Petersburgo. Foi aprisionado como ativista revolucionário, e foi exilado para a Sibéria (durante quase todo o tempo entre 1900 e 1917). Chegou ao poder como uma espécie de conseqüência natural que a Rússia recebeu durante a Primeira Grande Guerra (1914 — 1918). A 16 de abril de 1917, apenas um mês depois da derrubada da monarquia,

Lenin retornou à Rússia, em um trem fechado e pesadamente guardado, provido pelas autoridades alemãs. Os alemães esperavam que sua chegada apressasse o fim da resistência russa. No dia seguinte, ele anunciou a *Tese de Abril*, que exigia a derrubada do governo provisório *burguês* e sua substituição pelos soviéticos, que, na época, eram dirigidos pelos revolucionários socialistas e mensheviks. Dessa maneira, a guerra imperialista transformou-se em uma guerra civil intensa. Várias vicissitudes e conflitos continuaram até novembro. Lenin e seus aderentes foram obtendo cada vez mais força, até à vitória final. A 7 de novembro de 1917, tornou-se completa a derrubada do governo provisório. No mesmo dia foi formado um novo governo, a República Soviética Russa, tendo Lenin como seu cabeça. Isso levou à rápida comunização da Rússia. Ele encabeçou o Estado russo de 1917 a 1924.

Idéias:

1. A princípio, Lenin tentou aplicar as idéias de Karl Marx. Entretanto, o que ele almejava era descobrir uma versão mais radical do marxismo. A princípio, ele rejeitou a dialética, embora aderisse a um rígido materialismo. Gradualmente, porém, foi adotando a maioria dos pontos de vista de *Engels* (ver o artigo a respeito dele). A isso ele acrescentou algumas idéias próprias. Ver sobre o *Marxismo*, quarto ponto.

2. Lenin rejeitava aquelas formas de marxismo que comprometiam ou rejeitavam o materialismo. Ele aderia a um *materialismo* (vide) estrito, crendo que somente um *realismo* (vide) epistemológico é adequado como teoria do conhecimento para exprimir as suas idéias. Ele afirmava que os conceitos e as sensações, em nossas mentes, devem ser réplicas de realidades externas às nossas mentes. No entanto, para ele, a mente seria o cérebro, porquanto ele não antecipava qualquer dualismo do tipo corpo-mente. O marxismo ortodoxo tem defendido rigidamente esse tipo de teoria do conhecimento.

3. Lenin chegou a adotar, em forma modificada, o conceito de tese-antítese-síntese, postulado por Hegel, embora dando-lhe uma interpretação materialista, fazendo do dinheiro e do poder material a essência da realidade humana. Isso, naturalmente, não deixa espaço para Deus e nem para uma alma humana que sobrevive à morte biológica. Assim sendo, todos os valores devem ser achados neste mundo, e todas as motivações devem ser puramente físicas e mundanas.

4. *Teologia da Libertação*. Ver o artigo separado sobre esse assunto. Alguns teólogos modernos têm assumido a fantástica posição de que as pessoas atéias, bem como os Estados ateus, totalitários e militaristas opressivos podem servir de modelos a serem seguidos, com base em uma *teologia* liberalizante. O papa João Paulo II salientou o fato de que, dentro desse sistema, a teologia é reduzida à sociologia marxista. Dentro dessa teologia da libertação, os grandes temas da teologia cristã, como Deus, o Cristo transcendental, a alma humana e seu augusto *destino*, a soteriologia, a escatologia, o problema do pecado (conforme é entendido pela Bíblia), o problema do mal (conforme é compreendido pelos cristãos), etc., são postos inteiramente de lado. Em outras palavras, a essência real da teologia e da espiritualidade foi sacrificada, dentro desse sistema, em prol da mera melhoria material. Ajuntamos que a melhoria material não é errada em si mesma; mas ela é um substituto inadequado para as realidades e considerações espirituais. Ver o artigo separado sobre o *Comunismo*.

O que esse sistema tem ensinado ao mundo é que os grandes males e desigualdades sociais devem ser enfrentados, pois, sem isso, soluções inadequadas, como é o caso do comunismo, fatalmente surgem em cena. A revolta contra o comunismo, nos próprios países comunistas, embora cuidadosamente abafada, tão evidente na história recente, mostra-nos que o coração humano não permanece com qualquer sistema, para sempre, se o homem é transformado apenas em um animal inteligente. De fato, a própria ciência está às vésperas de conseguir uma prova empírica da existência da alma e sua sobrevivência diante da morte física. Uma vez que essa prova seja plenamente desenvolvida e reconhecida, o comunismo terá de sujeitar-se a uma revisão radical, se quiser sobreviver. Ver o artigo separado sobre *Experiências Perto da Morte*, que serve para ilustrar a espiritualidade humana. Ver os vários artigos a respeito, sob o título *Imortalidade*. Infelizmente, a Igreja organizada, com freqüência, se tem aliado às classes ricas e poderosas, deixando a miséria humana sem qualquer alívio prático. Por outra parte, que organização, em toda a história da humanidade, tem-se mostrado mais ativa em atos de caridade e de educação do que a Igreja Católica Romana? Isso tem sido feito, essencialmente, sem a força contrária do uso do poder militar, que tem sido usado para sujeitar as pessoas à força, dentro dos sistemas totalitários.

LENTILHAS

No hebraico, **adashim** (Gên. 25:34; II Sam. 17:28; 23:11 e Eze. 4:9). A lentilha é uma leguminosa cultivada, pertencente à família da ervilha. Nos mercados da Palestina, lentilhas vermelhas continuam sendo vendidas como a melhor de suas variedades. Muitas pessoas da atualidade, que as têm experimentado, afirmam que seriam uma refeição atrativa para algum caçador cansado (ver Gên. 25:29,34). De fato, dizem que Esaú teve uma tentação razoável. O trecho de II Sam. 23:11 menciona um terreno cheio de lentilhas, e até hoje a lentilha é bastante cultivada na Terra Santa. O trecho de Eze. 4:9 mostra-nos que os pobres faziam pães de lentilhas. Em alguns países de maioria católica romana, esse alimento é usado durante a quaresma (vide). Alguns supõem, com base nessa circunstância, que o nome inglês da quaresma, *lent*, vem de «lentilha». A verdade, porém, é que esse vocábulo inglês deriva-se do inglês antigo *lencten*, «primavera», o tempo do ano em que a quaresma era e continua sendo observada.

A lentilha era cortada e esmagada, como o trigo, reduzindo-se a uma espécie de farinha, mas também podia ser comida cozida, como os feijões ou as ervilhas. Até hoje, fazem-se assados ou sopas avermelhadas, de lentilhas, e as pessoas gostam de temperar esses pratos com bastante alho.

Aparência. A planta da lentilha produz uma pequena flor branca e violeta, produzindo uma espécie de ervilha doce. Depois forma-se uma vagem pequena e achatada. Dentro das vagens aparecem as lentilhas. As lentilhas são pequenas lentes convexas, o que explica o termo português «lentilha», ou «lente pequena». Quando elas são cozidas, ficam da cor do chocolate, uma coloração que, no Oriente, é considerada vermelha.

LENTISCO

A forma grega dessa palavra é *schinon*. Não há qualquer referência veterotestamentária a essa palavra, embora ela apareça no livro apócrifo de Susana (54). Está em vista a espécie vegetal *Pistacia lentiscus*.

Trata-se de uma árvore que exsuda uma goma do tronco, quando o mesmo é golpeado. Esse produto chama-se *mástique*. Tem cor branca amarelada, sendo usado como base de um verniz. A planta é um arbusto sempre verde, que pode chegar a mais de seis metros de altura.

LENTO

Poderíamos incluir neste verbete certas palavras hebraicas e gregas usadas para indicar uma ação gradual ou desacelerada, a saber:

1. *Erek*, «longo». Termo hebraico usado para indicar a idéia de longaminidade, ou de quem é lento para irar-se. Esse termo é empregado por dez vezes com esse sentido: Nee. 9:17; Sal. 103:8; 145:8; Pro. 14:29; 15:18; 16:32; Joel 2:13; Jon. 4:2; Naum 1:3 e Ecl. 7:8.

2. *Kabed*, «pesado», «grave», «sobrecarregado». Palavra hebraica usada por quarenta vezes. Por exemplo: Gên. 12:10; 41:31; Êxo. 4:10; 8:24; 9:3,18,24; 10:14.

3. *Agrós*, «preguiçoso», «ocioso». Termo grego usado por trinta e seis vezes: Mat. 6:28,30; 13:24,27,31,36,38,44; 19:29; 22:5; 24:18,40; 27:7,8, 10 (neste último versículo citando Zac. 11:13); Mar. 5:14; 6:36,56; 10:29,30; 11:8; 13:16; 15:21; 16:12; Luc. 8:34; 9:12; 12:28; 14:18; 15:15,25; 17:7,31,36; 23:26; Atos 4:37; Tito 1:12. Neste último versículo temos a citação de um fragmento de um poema de algum observador cretense, da era pré-socrática, Epimênides (século VI A.C.).

4. *Bradús*, «lento», sobretudo dentro da expressão grega «lentos de coração», que a nossa versão port. traduz por «tardos de coração». Esse vocábulo ocorre por três vezes: Luc. 24:25; Tia. 1:19 (duas).

LENTULO, EPÍSTOLA DE

Não há certeza quanto à data desse breve documento, mas é provável que não foi escrito antes do século XIII. Provavelmente, foi produzido na Itália, embora também isso seja incerto. Seja como for, nesse documento há uma descrição da pessoa de Jesus, que alguns tomam a sério, mas outros não. Ali é declarado que ele era um «homem de estatura medianamente alta, de boa aparência, com uma fisionomia reverente, que as pessoas contemplavam com amor e com temor». O que é significativo nessa descrição é que ela segue a aparência das pinturas tradicionais de Jesus, bem como a imagem que ficou na mortalha de Turim (vide). Ver o artigo separado, intitulado *Sudário de Cristo*. Essa relíquia, que atualmente se encontra em Turim, na Itália, poderia ser a mortalha genuína de Jesus Cristo. Parece, pois, que se a descrição de Jesus, na epístola de Lentulo, é exata, em algum grau, essa exatidão deriva-se da arte pictórica antiga, que por sua vez, deriva-se do sudário de Turim. Tal exatidão, pois, não significa que esse documento medieval tenha qualquer autoridade especial. Nos manuscritos mais antigos dessa epístola, o texto afirma derivar-se dos anais romanos. Em suas formas mais recentes, — o texto afirma tratar-se de uma carta endereçada ao senado romano por parte de Lentulo, um oficial romano aquartelado na Judéia, nos dias do imperador Tibério.

Lentulo era o nome de uma família patrícia na Roma antiga, da gente de Cornélia. Vários de seus membros distinguiram-se por virtudes e por seus serviços ao Estado. Por conseguinte, teria sido natural que esse nome fosse usado em um documento que alegadamente refletia uma antiga carta, escrita na época de Cristo. Porém, é muito difícil acreditar-se na autenticidade dessa epístola, especialmente porque não veio a público senão já bem dentro da Idade Média. A descrição de Jesus é como segue: cabelos longos, partidos no meio, ondeando sobre os ombros; testa suave; expressão calma, sem manchas e nem rugas; bem barbado. Eusébio (Hist. 7:18,4) informa-nos que uma ocupação popular de muitos cristãos antigos era a especulação sobre a aparência física de Jesus.

LEOPARDO

No hebraico, **namer** (ver Can. 4:8; Isa. 11:6; Jer. 5:6; 13:23; Osé. 13:7 e Hab. 1:8); a forma *nemar* aparece em Dan. 7:6. No grego, *párdalis*, que ocorre somente em Apo. 13:2.

O leopardo é um grande felino, com manchas arredondadas pelo corpo, pertencente à família do leão. Seu nome científico é *Panthera pardus*. É carnívoro, e faz presa de qualquer animal que possa, embora sua predileção seja o cão. No entanto, na linguagem popular, o termo «leopardo» indica certa variedade de felinos de pele manchada, o que também se dava com o animal que, em hebraico, chamava-se *namer*. É simplesmente impossível determinar a espécie exata citada em cada referência bíblica. O trecho de Jer. 13:23 dá-nos a alusão mais bem conhecida a esse animal, em toda a Bíblia: «Pode acaso o etíope mudar a sua pele, ou o leopardo as suas manchas? Então poderíeis fazer o bem, estando acostumados a fazer o mal»? Esse uso é metafórico, como todos os demais usos da palavra nas Escrituras. A espécie *Felis chaus* continua sendo encontrada nos bosques da Palestina, especialmente na Galiléia. Mas o verdadeiro leopardo provavelmente desapareceu de Israel, embora continue sendo ocasionalmente avistado nos países que fazem fronteira com Israel. Um deles foi morto e fotografado no wadi Darejah, na Jordânia, em outubro de 1964; três meses mais tarde, um outro foi morto a tiros na Galiléia; e ainda um outro foi visto em Darejah, cerca de um ano depois. Isso posto, é possível que esse animal, à beira da extinção naquelas regiões, ainda persista em Israel. Suas dimensões variam muito, mas pode-se dizer que, incluindo a cauda, seu comprimento vai de 1,80 m a 2,30 m.

O leopardo caça boa variedade de presas, incluindo antílopes, veados e animais menores, inclusive aves. Os trechos de Jer. 5:6 e Osé. 13:7 referem-se ao leopardo em conexão com seus hábitos predadores. O leopardo é bem conhecido por causa de sua agilidade e velocidade, o que é mencionado em Hab. 1:8. Seu couro sempre foi muito procurado para o fabrico de tapetes, envoltórios de selas e vários outros itens de couro. Peles de leopardo eram usadas como parte das vestes cerimoniais por membros do sacerdócio egípcio. Esse animal é retratado nos cortejos de nações tributárias, sujeitas ao Egito.

Usos Figurados:

1. Jer. 13:23. O pecador não consegue, por si mesmo, mudar sua maneira de ser e de viver, tal como o leopardo não pode alterar as suas manchas.

2. Os julgamentos divinos operam como o leopardo, que fica à espreita de sua presa. Esses animais esperam com paciência, mas atacam de súbito.

3. Os exércitos de Nabucodonosor assemelhavam-se a leopardos, isto é, rápidos, cruéis e destruidores. Ver Jer. 5:6 e Hab. 1:8.

4. Na visão de Daniel sobre vários animais, que

representavam diversas nações, o *leopardo* era o símbolo da Grécia. Ver Dan. 7:6.

LEPRA, LEPROSO

Ver o artigo intitulado *Enfermidades na Bíblia*, primeira seção, *Enfermidades Físicas*, item número vinte e sete.

LEQUIER, JULES

Suas datas foram 1814-1862. Foi um filósofo francês. Nasceu em Quintin; educou-se em Paris. Renouvier foi um de seus discípulos, e, visto que William James foi discípulo de Renouvier, houve certa influência de Jules Lequier sobre William James, quanto à sua filosofia. Ele se tornou conhecido por suas idéias estranhas (do ponto de vista ortodoxo), que serviam para garantir a liberdade e a independência do homem, até mesmo em relação a Deus.

Idéias:

1. Tanto o conhecimento quanto a liberdade são possíveis ao homem. Outrossim, a liberdade é uma das condições para o verdadeiro conhecimento, visto que onde a liberdade se ausenta, nunca há um conhecimento genuíno.

2. Para que a liberdade exista (e, para Lequier, ela existia), Deus não poderia prever as coisas, o que criaria o *determinismo* (vide). Deus tem pleno conhecimento do homem e de seus atos históricos, mas pode somente adivinhar o que o homem fará em seguida.

3. Somente assim o homem seria verdadeiramente livre, agindo de forma independente de Deus. Ademais, quando Deus vê as coisas mudarem, ele também muda. O futuro seria contingente, e o homem e Deus manteriam uma relação de toma-e-dá, em meio ao fluxo e refluxo das coisas.

Obras: *The Search for Primary Truth* e *Liberty*.

É curioso que um tão grande comentador bíblico como foi Adam Clarke, aparentemente antes de Lequier (Clarke foi contemporâneo mais velho de Lequier), também tenha tentado preservar a liberdade humana, negando a presciência divina. Agostinho forneceu ao mundo teológico-filosófico uma solução melhor ao problema, ao declarar: «Deus prevê que o homem agirá livremente», o que faz a presciência divina garantir a liberdade do homem, em vez de anulá-la.

LESBIANISMO

Ver o artigo separado sobre o **Homossexualismo**, um artigo detalhado que examina as várias facetas do problema. Apesar dos verdadeiros homossexuais representarem apenas cerca de quatro por cento da população, o bissexualismo é praticado, ao menos ocasionalmente, por nada menos de vinte por cento das pessoas.

O termo *lesbianismo* vem do nome da ilha grega de Lesbos. Seiscentos anos antes de Cristo, durante a era áurea da Grécia, a poetisa Safo viveu naquela ilha, onde encorajava as mulheres jovens do lugar a manterem relações eróticas umas com as outras, como parte da adoração à deusa pagã Afrodite. Com base nessa circunstância, o homossexualismo feminino tornou-se conhecido como *safismo* ou *lesbianismo*. Os pesquisadores ainda não encontraram razões biológicas pelas quais as mulheres deixam-se atrair sexualmente por outras mulheres, e buscam motivos culturais, sociais e psicológicos, para explicar o fenômeno. Há mulheres que temem os homens, como se eles fossem caçadores, exploradores, impulsionados por todas as formas de más intenções. Esse temor não impede a sexualidade feminina, mas pode fazer com que sua atração seja transferida para outras mulheres, mais gentis, de quem não se espera qualquer maldade. — Mulheres sem homens, mas que temem os homens, sentindo-se solitárias, algumas vezes deixam-se atrair por outras mulheres. Mas, há estudos que demonstram que o homossexualismo, entre as mulheres, pode ser um comportamento aprendido. E até mulheres heterossexuais podem descobrir, para sua grande surpresa, que podem achar prazer no lesbianismo, o que acaba transformando-se em algo habitual.

Ponto de Vista Bíblico. Apesar do fato de que houve gregos que exaltaram o homossexualismo masculino e feminino (embora a maioria das pessoas nunca tenha levado isso a sério), a Bíblia encara o lesbianismo, e não só o homossexualismo masculino, como pecaminoso. A única referência bíblica que tenho podido achar ao lesbianismo encontra-se em Rom. 1:26: «...porque até as suas mulheres mudaram o modo natural de suas relações íntimas, por outro contrário à natureza». Talvez essa prática fosse desconhecida, nos tempos do Antigo Testamento, entre as mulheres hebréias, o que explicaria sua omissão no Antigo Testamento. Entretanto, o Talmude, refletindo tempos posteriores, menciona essa prática (Bab. Sabbat. fol. 65.2; Piske Tosapa, art. 266), proibindo os sacerdotes de se casarem com mulheres lésbicas.

Mas a sociedade greco-romana, que Paulo conhecia, incluía o lesbianismo. E o apóstolo dos gentios condenou enfaticamente a prática, embora talvez com menor intensidade do que condenou o homossexualismo masculino. Isso não significa, porém, que ele considerasse menos pecaminoso o lesbianismo, mas talvez, como homem que era, não sentia pelo lesbianismo tanta repulsa quanto sentia pelo homossexualismo masculino.

A solução bíblica para esse pecado (que também constitui grave problema social, haja vista a incidência cada vez maior de AIDS) é a conversão e a santificação. É de se notar que o aconselhamento evangélico (acerca de cristãos envolvidos nesse pecado) não se tem mostrado mais eficaz do que o aconselhamento secular. De fato, simples diálogos sobre a questão parecem não exercer o mínimo efeito. Sabemos que algum homossexualismo é aprendido. Existem também certas evidências preliminares, pelo menos, de que o homossexualismo pode ter uma base biológica, e não apenas psicológica. Ver o artigo sobre o assunto, para maiores informações.

LESÊM

Uma forma alternativa de **Laís** (vide). Essa forma alternativa encontra-se somente em Jos. 19:47. Os danitas, uma vez conquistada a cidade, mudaram-lhe o nome para «Dã».

LESMA

No hebraico, **shablul**. Essa palavra ocorre exclusivamente em Sal. 58:8. O contexto desse versículo confirma tal identificação, quando diz: «Sejam como a lesma que passa diluindo-se...» — Há outra palavra hebraica, *chomet* (ver Lev. 11:30), que algumas versões também traduzem por «lesma» ou «caracol». Nossa versão portuguesa, entretanto, talvez mais acertadamente, traduz essa palavra por «lagarto da areia». De fato, as principais autoridades sobre o assunto concordam que deve tratar-se de alguma

espécie de lagarto. Portanto, a única menção real à lesma, em toda a Bíblia, fica mesmo em Salmos 58:8.

A trilha visível deixada pela secreção aquosa da lesma, segundo os antigos pensavam, dava a entender que esse animal estava se dissolvendo. Por toda a região da Palestina há vários tipos de lesmas, que chegam a tornar-se uma peste nos campos irrigados, onde a umidade adicional permite que elas se mostrem ativas durante mais meses a cada ano.

LESSING, GOTTHOLD EPHRAIM

Suas datas foram 1729—1781. Ele foi um filósofo alemão, que produziu uma notável abundância de literatura. Era capaz de sustentar-se com o fruto das suas produções literárias. Nasceu em Kamenz, na Saxônia. Educou-se na Universidade de Leipzig. Escreveu todas as variedades de literatura, como peças teatrais, poemas, ensaios de crítica literária e tratados filosóficos. Também ocupou-se na tradução de várias obras.

Idéias:

1. *No campo da estética*. Ele afirmava que as obras de arte são uma espécie de *silhueta* do plano divino da criação, operando como uma espécie de teodicéia, quando têm o poder de vincular os eventos e exibir os fatos, com um efeito geral tendente ao bem.

2. *No campo da ética*. É um fato demonstrável, na experiência humana, que a bondade não se confina a qualquer sistema isolado. A bondade também não respeita os credos. Portanto, a tolerância, nas questões religiosas, é algo eminentemente razoável.

3. *No campo do cristianismo*. O uso e o poder do cristianismo (como, de resto, de qualquer religião), dependeriam de seu funcionamento, ministrando às necessidades humanas. O espírito religioso nada tem a temer, mesmo das mais ousadas especulações, visto que, certas ou erradas, essas atividades não impedem o verdadeiro propósito da fé religiosa.

4. *No campo das religiões em geral*. Em seu escrito final, com título em inglês, *Education of the Human Race*, «A Educação da Raça Humana», Lessing argumentou que todas as religiões têm contribuído com algo para o desenvolvimento humano. O progresso, para ele, é inevitável, embora possa haver algum retrocesso ocasional. Porém, até mesmo o retrocesso seria necessário, tornando-se um instrumento futuro do progresso. Seu *evangelho eterno* postulava a idéia de que o homem sempre buscará o que é direito, porquanto o direito tem sua própria recompensa, não que prometa algum galardão arbitrário para aqueles que o buscam.

5. Embora nunca tivesse escrito tal coisa em suas obras, declarou a *Jacobi* (vide) que ele seguia a filosofia de *Spinoza* (vide), e que era um determinista, tal como aquele o foi.

Obras Principais: *Laocoon; Nathan the Wise; The Education of the Human Race*.

LESTE

Nesta enciclopédia temos provido vários artigos referentes ao leste ou Oriente, como *Filhos do Oriente, Porta Oriental*, etc. Mas aqui estamos considerando essa porção da rosa-dos-ventos. O Antigo Testamento emprega a expressão *mizrah-semes* para indicar «o nascente» (ver Núm. 21:11; Juí. 11:18), pois o leste também pode ser indicado, no hebraico, somente pela palavra *mizrah* (ver Jos. 4:19), ou então pelo vocábulo *mosa* (ver Sal. 75:6). No Novo Testamento grego, encontramos a palavra *anatolé* (ver Mat. 2:1), com o mesmo sentido.

Significados Simbólicos. O leste simboliza o nascimento, — a vida terrena consciente, o lugar onde a sabedoria tem início. O leste também representava algum acontecimento revolucionário, o começo de algo novo e grande, um novo dia. Nos sonhos e nas visões, esses sentidos simbólicos podem ser tencionados.

LETRA (CARTA)

Ver o artigo separado intitulado **Escrita**.

1. Essa palavra é usada para indicar um *caráter do alfabeto*, e, por extensão, a correspondência por meio de cartas ou missivas. Uma referência bíblica onde figuram as duas idéias é Gál. 6:11, onde Paulo diz: «Vede com que letras grandes vos escrevi de meu próprio punho». Isso pode aludir às letras graúdas que ele escrevia (talvez devido à miopia), ou pode aludir ao volume da epístola aos Gálatas. Porém, a interpretação mais provável é a primeira.

2. A palavra *letra* (no grego, *grámmatos*) também foi usada por Paulo para indicar *a lei*, em contraste com o «Espírito». Ver Rom. 2:27,29; 7:6; II Cor. 3:6,7. A *letra*, pois, consiste na obediência à lei mosaica, que fala sobre uma espécie de obediência cerimonial, ritual, externa, à qual falta o poder transformador do Espírito Santo. Em Rom. 7:6, Paulo refere-se à «caducidade da letra», dando a entender que a *lei* foi substituída por algo novo, o *evangelho*.

3. *As Cartas Antigas*. Na antiguidade, as cartas eram enviadas por correios, que as levavam de um lugar para outro. Na Pérsia, criou-se um sistema de correios montados, que levavam os decretos reais até as mais longínquas regiões do império. As cartas, na antiguidade remota, eram escritas em tabletes de argila, fragmentos de barro ou em pergaminho, preparado com peles de animais. Os tabletes de argila eram marcados com instrumentos pontiagudos, sobre o barro ainda mole, produzindo-se assim a chamada escrita cuneiforme. Mais tarde, apareceu a tinta de escrever, que passou a ser usada sobre o papiro ou o pergaminho. Todos esses três materiais de escrita foram usados nos tempos bíblicos. A escrita hieroglífica ou cuneiforme era usada na Babilônia, na Pérsia e no Egito, e essa prática é mencionada em Jó 19:24. No artigo intitulado *Escrita*, descrevemos as antigas formas de escrita, e que variedades de alfabetos eram usados. Ver também, *Alfabeto* (*Escrita*). Cacos de cerâmica tornaram-se um material de escrita. Esse material chamava-se *ostraca* (vide), e foi muito usado nas comunicações escritas, depois que o alfabeto fenício amadureceu. Provavelmente as ostraca estivessem refletidas nos textos bíblicos, I Reis 21:8 e II Reis 19:14. Não há qualquer alusão direta ao material chamado «pergaminho», nas páginas do Antigo Testamento, mas a descoberta de pergaminhos em *Elefantina* (vide), de cerca do século V A.C., e as cartas de Bar-Cochba, de 132—135 D.C., mostram-nos que esse material era também usado em cartas, e não somente em livros.

4. *Cartas nas Páginas da História, fora da Bíblia*. Sabe-se que Isócrates (436—338 A.C.) escreveu nove cartas, avisando aos atenienses sobre como deveriam recepcionar a Filipe II, da Macedônia, como conquistador. Alexandre, o Grande (356—326 A.C.), e Dario III, da Pérsia, trocaram cartas que abordavam questões nacionais e internacionais. O retórico grego, Alcipron (século II D.C.), escreveu muitas cartas, enviadas de lugares que ele visitava, versando sobre toda espécie de assunto. Dionísio de Halicarnasso (falecido em cerca de 7 A.C.) utilizou-se

de cartas para abordar problemas de retórica e dicção. Juliano, o Apóstata (vide), e que viveu de 331 a 363 D.C., escreveu várias centenas de cartas, que chegaram até nós, quase todas tratando sobre suas tentativas para reavivar o paganismo no mundo romano. Marcus Tullius Cicero (106—43 A.C.) fez da escrita de cartas uma verdadeira arte literária. Ele escreveu nada menos de oitocentas e sessenta e quatro cartas que são referidas, das quais noventa chegaram aos nossos dias. Ali ele falou sobre os negócios de Estado, sobre filosofia e sobre questões pessoais. Lucius Annaeus Sêneca (cerca de 4 A.C.—65 D.C.), enviou cento e vinte e quatro cartas moralizadoras a um amigo, exibindo brilhante estilo epistolar e notável raciocínio filosófico. Plínio, o Moço (62—114 D.C.), produziu uma grande quantidade de cartas e falou sobre grande variedade de coisas, que servem para ilustrar muitos aspectos da vida antiga. Os leitores modernos sentem a paixão da erupção de Vesúvio e os sofrimentos dos primitivos cristãos, nessas cartas.

5. *As Epístolas do Novo Testamento*. Temos as epístolas de Paulo, de Pedro, de João, de Tiago e de Judas. Cerca de quarenta por cento do volume do Novo Testamento consiste em cartas, enviadas a igrejas locais ou a indivíduos. Ver o artigo separado intitulado *Epístola*. Embora essa literatura consista em cartas, elas conseguem conter muito material formal e informal, sobre assuntos teológicos, que servem de base para a formulação da teologia cristã. O artigo intitulado *Epístola* é bastante detalhado, descrevendo esse subponto do presente artigo, igualmente.

6. *Cartas dos Chamados Pais da Igreja*. Essas cartas fornecem-nos uma pista que nos capacita a traçar a história e o desenvolvimento do dogma, no seio da cristandade. Dessa maneira, a história posterior foi ilustrada, por cartas de alguns dos papas. Uma lista representativa dessas cartas cristãs antigas é a seguinte: Epístolas de Clemente de Roma, de Inácio, de Policarpo, de Barnabé, de Diogneto, e das relíquias dos anciãos, preservadas por Irineu. Além dessas, temos outras: Epístola de Basílio (330?—379 D.C.), de Ambrósio (340?—397 D.C.), de Jerônimo (340?—420 D.C.), de Agostinho (354—430 D.C.), do papa Leão I (pontificou de 440 a 461 D.C.) e do papa Gregório I (pontificou de 590 a 604 D.C.).

LETRA QUE MATA (II Cor. 3:6)

A alusão dessas palavras é ao código escrito da lei mosaica, e, portanto, àquele pacto que veio através de Moisés, que é a antiga aliança. O A.T. inteiro se centraliza em redor desse pacto e da legislação de Moisés; por isso, como algo inteiro, recebe seu nome. As *tábuas de pedra* formavam o âmago desse documento escrito, que transmitia aos homens as condições e exigências do antigo pacto.

As mensagens escritas não são aqui condenadas: A presente expressão (em vinculação com as palavras «...mas o espírito vivifica...») com freqüência tem sido interpretada erroneamente, por pessoas intelectualmente preguiçosas (segundo suspeitamos), como se indicasse que as comunicações escritas, acerca das questões espirituais, fossem inferiores em seu discernimento espiritual, ou mesmo como se não envolvessem qualquer discernimento espiritual. Ora, nosso N.T. é também um documento escrito, embora nos transmita conhecimentos espirituais, e necessitamos de discernimento espiritual para compreendermos a sua mensagem. A forma mais elevada de comunicação humana é a linguagem escrita. Ninguém haveria de reivindicar, pois, que o entendimento espiritual, inteiramente à parte de qualquer documento escrito, não fosse absolutamente necessário para o recebimento e o uso das questões espirituais mencionadas nos documentos escritos. Por outro lado, ninguém aqui condena a «mensagem falada». Portanto, por que não se poderiam ter composto mensagens escritas que expussessem o sentido do N.T.? As mensagens escritas, todas as variedades de livros evangélicos, podem ser superiores, em seu conteúdo e poder, às mensagens faladas. Certamente tais mensagens são mais duradouras, e por conseguinte, são potencialmente mais úteis.

mas o espírito vivifica. Algumas traduções dizem aqui, **O Espírito**, querendo dar a entender que é o Espírito de Deus quem dá vida. É notório que no original grego nunca a palavra «pneuma» («espírito») é escrita com inicial maiúscula, mesmo quando se refere ao Espírito Santo. Por essa razão, algumas vezes é-nos impossível precisar quando está em foco a personalidade do Espírito de Deus ou algum «princípio espiritual», contrastado com o «princípio legalista». A diferença quanto ao sentido é praticamente nula, porque por toda a parte do N.T. fica subentendido que o princípio espiritual tem tal qualidade porque o Espírito Santo opera nos corações dos homens. Assim, pois, a vantagem do novo pacto é que o «espírito doador de vida» aplica seus conceitos, tornando-os reais aos homens, no nível da alma.

Tudo quanto é realizado nos homens, levando-os à vida e à piedade, é obra e feito do Espírito Santo (ver Gál. 5:22,23; ver também II Cor. 3:8). O «antigo» pacto trouxe a morte aos homens, porquanto lhes apresentou um código ético impossível de ser observado, e a falta de obediência implicava em pena de morte. Por isso mesmo é que a *letra mata*. Mas o «novo» pacto conferiu aos remidos o Espírito da água viva (ver João 7:37 e *ss*), o qual se transforma, nos homens, em uma fonte de água viva, que frutifica na forma de vida eterna. Esse é o contraste que Paulo desejava destacar.

Deve-se observar que, nesta seção, o apóstolo dos gentios repete, de maneira bem abreviada, as mensagens essenciais de suas epístolas aos Romanos e aos Gálatas. Os capítulos primeiro a quinto da primeira dessas epístolas mostram-nos como a lei requer muito, mas nada outorga ao pecador, e isso explica a necessidade da vida ser proporcionada de outra maneira. O capítulo sexto dessa epístola aos Romanos mostra como, quando do «batismo espiritual», os homens são unidos em uma comunhão vital com Cristo. O sétimo capítulo mostra os dois princípios (a lei e a graça) como princípios incompatíveis entre si. O oitavo capítulo diz-nos exatamente no que consiste essa vida imortal que possuímos em Cristo. (Consultar no NTI, as notas expositivas sobre Rom. 8:29,30, quanto a um sumário acerca dessa questão. Ver especialmente as passagens de Rom. 5:12,13; 7:9 e 8:2, acerca de como a letra mata).

«Nenhuma idéia é mais familiar para nós do que a distinção entre o espírito e a letra. Não obstante, até onde vai meu conhecimento, essa idéia ocorre aqui pela primeira vez nos escritos do apóstolo Paulo. Não há que duvidar que tal conceito já desde antes flutuava no ar. Porém, ele o fixou; ele o tornou qual moeda corrente». (Lightfoot, *Sermons in St. Paul's*, pág. 206).

Letra. Quanto a essa palavra, consideremos os pontos seguintes:

1. O código escrito, a lei mosaica, é a sua correta interpretação.

2. Não estão em foco ensinamentos através de livros, documentos escritos, em contraste com o discernimento espiritual.

3. Não se trata também de uma alusão ao «sentido literal» das Escrituras, quer do Antigo quer do Novo Testamentos, em contraste com «espírito», como se fora o «sentido alegórico» desses documentos, conforme Orígenes e outros sugeriram.

4. Também não está em vista a «pregação externa», que não chega a atingir o coração (a letra), em contraste com o espírito da pregação aplicada (o espírito) no homem interior, conforme Calvino explicava.

Espírito. Consideremos aqui os dois pontos alistados:

1. Talvez esteja compreendido o — princípio espiritual — como algo que recebe sua força da parte do Espírito Santo. Esse «princípio espiritual» seria uma alusão a tudo quanto nos é dado em Cristo, na nova aliança, em contraste com a lei ou «letra».

2. Mas talvez haja uma referência direta ao Espírito Santo; e, nesse caso, o Espírito deve ser entendido como o agente que usa os conceitos do novo pacto em suas operações. O sentido é o mesmo, embora a ênfase seja ligeiramente diversa.

Mata. Paulo quis dar a entender a «morte espiritual», tal como em II Cor. 2:15,16; não aludia à punição capital exigida pela legislação mosaica para certos crimes, e nem aludia à morte física.

Vivifica. Está em pauta a vida espiritual, a vida eterna. (Ver o artigo sobre a *Vida Eterna*). Trata-se da vida necessária e independente, a imortalidade de Deus, conferida aos homens por meio de Cristo, conforme se vê nos comentários sobre os trechos de João 5:25,26 e 6:57 no NTI. (Comparar com João 6:63, que diz: «O espírito é o que vivifica; a carne para nada aproveita; as palavras que eu vos tenho dito, são espírito e são vida»).

Alguns descansam na mera letra do evangelho. Mas a regeneração não é a mera aceitação mental e a afirmação verbal das verdades do evangelho. Essa «letra» não é capaz de transmitir vida. A verdadeira doutrina cristã consiste na comunicação da parte do Espírito Santo, que envolve a regeneração íntima; a participação em uma nova vida, no nível da alma; a transformação espiritual segundo a imagem de Cristo, o que produz uma transfiguração literal do espírito humano. Tudo isso envolve misticismo, o *Cristo-misticismo* (ver o artigo sob este título). A *letra* do N.T. não vivifica com mais eficácia que a *letra* do A.T.

«Pode-se asseverar com segurança que os judeus, em nenhum período de sua história, nunca dependeram mais da letra de sua lei do que a vasta maioria dos cristãos o estão fazendo da letra do evangelho». (Adam Clarke, *in loc.*).

LETUSIM

Essa palavra hebraica significa «afiados», por esmerilhamento. Esse era o nome do segundo filho de Dedã, neto de Abraão e Quetura (ver Gên. 25:3), e fundador de uma das tribos árabes. Dele descendiam também os Assurim e os Leumim. Os estudiosos não estão certos quanto às identidades específicas deles, mas pensam que habitavam na península do Sinai. Sua data foi cerca de 2024 A.C.

LEUCIPO DE MILETO

Suas datas foram 450-420 A.C. Parece que ele foi o primeiro filósofo grego a produzir uma cosmologia atomista claramente enunciada. Seu contemporâneo mais jovem, *Demócrito* (vide), desenvolveu a idéia. E outros, como Epicuro, aceitaram-na por suas próprias razões específicas. Outro atomista bem conhecido, foi Lucrécio. Ver o artigo separado sobre o *Atomismo.*

LEUMIM

No hebraico, «povos». Esse era o nome dos descendentes de Dedã, neto de Abraão e Quetura (Gên. 25:3) e progenitor de uma tribo árabe que não se tem podido identificar. Ele viveu em cerca de 2024 A.C. Ptolomeu pensava que os *alumeotai* seriam a tribo em questão (6:7, par. 24). Porém, outros pensam que os *alumeotai*, da Arábia central, corresponderiam a *Almodade* (vide). Nas inscrições deixadas pelos sabeus ocorrem as formas *l'mm* e *l'mym*.

LEVI

De acordo com alguns intérpretes essa palavra significaria, no hebraico, «vaca selvagem», relacionada ao nome de *Lia* (vide). Uma idéia mais antiga (atualmente rejeitada por muitos estudiosos) associava esse nome próprio à palavra hebraica *lavah*, «unir», «juntar». De fato, parece haver um jogo de palavras com esse sentido, em Núm. 18:2,4. Mas, se o sentido do termo nada tem a ver com «vaca selvagem», então ele pode estar relacionado ao termo árabe *lawiyu*, que significa «aquele que fez voto» ou «aquele que está endividado». Ainda uma outra sugestão é a que diz que a palavra é cognata de *lawi'a*, «sacerdote», que, por sua vez, estaria vinculada ao verbo «juntar». Inscrições minoanas referem-se aos que trabalhavam nos templos como *lawi'u*, o que poderia concordar com a interpretação que diz que «sacerdote» é o sentido mais provável.

Personagens Bíblicas com Esse Nome. Várias pessoas aparecem com esse nome, nas páginas da Bíblia, a saber:

1. O terceiro filho de Jacó e Lia, nascido na Mesopotâmia, em cerca de 1950 A.C. Consideremos os seguintes informes bíblicos a seu respeito:

a. *Referências Bíblicas.* Podemos apresentar uma seleção, incluindo referências ao próprio Levi, a seus filhos e à tribo que tomou o seu nome: Gên. 29:34; 34:25,30; 25:23; 46:11; 49:5; Êxo. 1:2; 2:1; 6:16; 32:26,28; Núm. 3:22,23,28; 4:47,48. Os três filhos de Levi, Gérson, Coate e Merari, nasceram antes do êxodo do Egito. «Joquebede, filha de Levi», deve ser tomada como uma descendente de Levi, conforme era comum entre os hebreus chamar «filho», quando, na realidade, estava em foco apenas um descendente. Os três filhos de Levi tiveram suas respectivas famílias, de onde se originaram as diversas divisões de sacerdotes e levitas.

b. *Levi Vinga Diná, sua Irmã.* Levi e seu irmão mais velho, Simeão, vingaram-se do fato de que sua irmã, Diná, fora deflorada, massacrando os siquemitas (Gên. 34:25,26), uma vingança que Jacó sempre viu com horror, fazendo referência ao acontecido até perto da morte. Jacó ligou esses dois filhos seus em uma predição que previu que os descendentes deles seriam espalhados e divididos em Israel, por causa da disposição iracunda deles. No caso dos descendentes de Levi, entretanto, isso se tornou uma bênção, quando eles foram escolhidos como levitas e sacerdotes em Israel.

c. *Viagem ao Egito.* Juntamente com seus três filhos, Gérson, Coate e Merari, Levi desceu ao Egito (ver Gên. 46:6,11), o que, naturalmente, os tornou participantes do exílio de Israel no Egito, até que

Moisés veio resgatar os seus descendentes, séculos mais tarde.

d. *Bênção e Morte de Levi.* Quando Aarão fez o bezerro de ouro (após o êxodo), Moisés clamou: «Quem é do Senhor, venha até mim». E foi a tribo de Levi que lhe deu todo o apoio, contra essa manifestação idólatra. E assim houve uma grande matança entre o povo. Ver Êxo. 32:26-29. Isso armou o palco para os levitas, Aarão e seus filhos, tornarem-se sacerdotes (vs. 29). Naturalmente, Aarão descendia de Levi diretamente, pelo que o sacerdócio também vinha solidamente de Levi. Ver o artigo separado intitulado *Sacerdotes e Levitas*. Damos ali alguns detalhes importantes sobre o título «levita».

e. *Diminuição do Número dos Homens da Tribo.* A comparação entre os trechos de Núm. 3:22,28,34 e Núm. 4:47,48 revela-nos um grande declínio no número dos levitas, e acerca do que nenhuma razão nos é dada na Bíblia. Talvez isso fizesse parte da predição negativa de Jacó. Ver o artigo separado sobre *Tribo* (*Tribos de Israel*).

2. Um filho de Simeão e pai de Matã, dentro da genealogia de Jesus Cristo, que viveu entre o tempo de Davi e o de Zorobabel (Luc. 3:29), ou seja, em cerca de 876 A.C.

3. Um filho de Melqui, pai de outro Matã, dentro da genealogia de Jesus Cristo (Luc. 3:24), que viveu em cerca de 22 A.C., ou mesmo antes.

4. Um filho de Alfeu, um apóstolo de Jesus, também melhor conhecido pelo nome de *Mateus*. Ver o artigo sobre o homem com esse nome. As referências bíblicas que contêm o nome de Mateus, como *Levi*, são Mar. 2:14 e Luc. 5:27,29. No evangelho de Mateus, porém, ele é sempre chamado «Mateus», e nunca «Levi» (ver Mat. 9:9-13). O nome «Levi» não aparece em qualquer das listas formais de apóstolos de Cristo, como forma variante de «Mateus».

LEVI BEN GERSON

Ver sobre **Gersonides; Gerson, Levi Ben.**

LEVIATÃ

1. *A Palavra.* O título deste artigo é a transliteração de uma palavra hebraica que parece provir de uma raiz que significa «torcer» ou «dobrar», isto é, *lawa*. O sentido aplicado parece ser «feito de dobras». Naturalmente, isso sugere alguma espécie de réptil, de serpente. Talvez a palavra tenha sido tomada por empréstimo da língua babilônica.

2. *Referências Bíblicas.* Há cinco referências a esse animal, nas páginas do Antigo Testamento: Jó 41:1; Sal. 74:14; 104:26; Isa. 27:1 (duas vezes). Esse nome também aparece em ugarítico, sob a forma de *lotan*, referindo-se a algum monstro marinho que teria sido morto por Baal (ANET, págs. 137 *ss*).

3. *Interpretações.* Alguns intérpretes bíblicos insistem em que há alusão a algum monstro marinho literal, com o qual não mais estamos familiarizados. Outros sugerem o *crocodilo* (interpretação de nossa tradução portuguesa), o que é impossível, pois nem começa a satisfazer as exigências da totalidade das referências bíblicas. Outros ainda frisam que, na mitologia cananéia, *lotan* significava as forças do caos, como personificação dessas forças. Esses crêem que, nas páginas do A. Testamento, trata-se de um animal mitológico, simbólico, pertencente à mitologia «morta», ou seja, já desacreditada, em que as pessoas não mais acreditavam, embora ainda usada, como símbolo poético, para indicar as forças que os homens não entendiam e temiam.

O caos e suas forças pertencem à criação divina, e estão sujeitas à vontade do Senhor (Sal. 104:6), sem importar o terror que possam impor aos homens. A referência a leviatã, no livro de Isaías, mostra-nos a figura em um contexto escatológico, referindo-se a como a iniqüidade haverá de produzir o caos. No trecho de Jó 41:1-34, a referência parece ser ao crocodilo, embora isso não explique o uso dessa palavra em toda a sua amplitude. Nos textos de Ugarite (Ras Shamra), que datam do século XIV A.C., sem dúvida há menção a algo mais do que o crocodilo, o que também se dá nas referências que falam acerca da Babilônia. Talvez o que esteja em pauta seja o terrível dragão, que, supostamente, causava eclipses do sol, enrolando-se em torno desse astro. *Lotan*, o monstro de sete cabeças da mitologia babilônica, é descrito em termos que são obviamente similares àqueles que vemos em Isa. 27:1.

LEVIS

Ver o artigo sobre Levi, quanto ao sentido desse nome. Esse foi o nome de um juiz de Israel, da época de Esdras, mas não mencionado nos livros canônicos do Antigo Testamento. O trecho de I Esdras 9.14 estampa esse nome, que, em várias traduções dos livros apócrifos aparece como «Levi». Entretanto, o trecho paralelo de Esd. 10:15 diz «...Sabetai, levita...», de «Levi e Sabetai», conforme se vê em I Esdras 9:14.

LEVI-STRAUSS, CLAUDE

Ele nasceu a 28 de novembro de 1908, mas nenhuma das fontes informativas que investigamos dá a data de seu falecimento. Nasceu em Bruxelas, na Bélgica. Formou-se em filosofia, na Sorbonne de Paris. Ensinou sociologia na Universidade de São Paulo, Brasil. Foi em nosso país que ele executou um notável trabalho no campo da antropologia, mormente entre os índios de Mato Grosso. Foi professor visitante da New School for Social Research, na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América do Norte. Serviu como adido cultural nesse mesmo país. Uniu-se ao Institut d'Ethnologie, da Universidade de Paris, e foi nomeado para a cadeira de antropologia social do College de France.

Levi-Strauss é o fundador de uma técnica antropológica chamada *estruturalismo*, um método que estuda a organização social das tribos indígenas. Seus estudos sobre os mitos tribais levaram-no a concluir que os diferentes padrões culturais alicerçam-se sobre princípios universais do pensamento. E, em conseqüência, ele rejeitou a classificação das sociedades em avançadas e primitivas. Em vez disso, ele as chamou de *quentes*, isto é, «móveis», com avanços tecnológicos rápidos, e de *frias*, ou seja, «estáticas» quanto ao avanço tecnológico. Mas as sociedades frias, se eliminarmos o fator da tecnologia, podem ser superiores às sociedades quentes.

Idéias:

Além da tendência geral de seu pensamento, dado acima, também poderíamos mencionar alguns pontos sobre Levi-Strauss:

1. Ele pensava que as estruturas sociais são formas de entidades objetivas que existem independentes da consciência humana. Ele acreditava que todas as sociedades desenvolvem-se de acordo com as mesmas diretrizes, embora com maior ou menor impulso. Também pensava que a estrutura social está acima da realidade empírica. Isso poderia ser discernido nos mitos, nos rituais, na filosofia e na religião. Essas

atividades tendem por ocultar ou justificar as discrepâncias entre os ideais humanos e a sua sociedade real. A estrutura jaz em nossa consciência, mais ou menos como um dos grandes arquétipos da mente, postulados por *Jung* (vide).

2. Os mitos não podem ser divididos em parcelas minúsculos, e nem podem ser totalizados por nossos estudos e esforços. O empirismo perde seu poder diante dos mitos. — Estes dão lugar à linguagem e suas estruturas gramaticais. A análise dos mitos vincula-os ao suprimento alimentar, aos sistemas de parentesco e às estruturas lingüísticas, tudo ao mesmo tempo. Assim, os mitos unem o ideal e o real. Eles refletem a história dos sistemas sociais, reconciliando elementos aparentemente contraditórios.

3. Levi-Strauss usava a linguagem como modelo para compreensão de todos os tipos de relacionamento. Assim, mediante os mitos, os estudiosos podem descobrir o tipo de gramática que um povo usa. Tal como a linguagem funciona como uma entidade inteira, emprestando significação às coisas, assim também os mitos, como um todo, provêem significação às coisas. Os mitos, entretanto, não estão sujeitos aos desgastes do tempo, ao passo que a linguagem o está. As relações de casamento, para exemplificar, assemelham-se às funções da linguagem, com seus tempos verbais e tipos específicos de comunicação. Os mitos são maiores que a linguagem, e transmitem uma mensagem não sujeita ao tempo. Os indivíduos, em suas mútuas relações, são como as palavras de um idioma. Porém, os mitos parecem-se com uma mensagem geral, sem serem dissecados em seus elementos formadores.

Obras: *The Elementary Structures of Kinship; Structural Anthropology; The Savage Thought; Totemism; The Raw and the Cooked; Structure and Misfortune*.

LEVITAS

Ver o artigo mais detalhado sobre **Sacerdotes e Levitas**. Quanto ao patriarca **Levi**, ver o artigo com esse título, II.1. O nome é explicado na primeira seção desse artigo. Ver também o artigo *Tribo* (*Tribos de Israel*).

Os levitas, ou filhos de Levi, eram antes uma tribo secular, mas que se tornou a tribo sacerdotal, pois deles procederam os sacerdotes (descendentes de Aarão) e os levitas (os demais membros da tribo). Os descendentes de Levi descendiam de seus três filhos, Gérson, Coate e Merari. No sentido mais estrito, o termo *levitas* designa todos os descendentes de Levi que ocuparam ofícios subordinados ao sacerdócio, a fim de distingui-los dos descendentes de Aarão, que eram os sacerdotes. Ver Êxo. 6:25; Lev. 25:32; Jos. 21:3,41. Todavia, em um outro sentido, o termo *levitas* aponta para aquele segmento da tribo que foi separado para o serviço do santuário, e que atuava subordinado aos sacerdotes (Núm. 8:6; Esd. 2:70; João 1:19). É por isso que se lê uma expressão como «...os sacerdotes e os levitas...» (Jos. 3:3; Eze. 44:15; embora nossa versão portuguesa diga ali, respectivamente «levitas sacerdotes» e «sacerdotes levíticos»).

Os levitas serviam no caráter de representantes da nação inteira, quanto às questões de honra, privilégio e obrigações do sacerdócio. A tríplice divisão do sacerdócio era: 1. o sumo sacerdote; 2. os sacerdotes comuns; e 3. os levitas. Todas três divisões descendiam diretamente de Levi. Assim, todos os sacerdotes eram levitas; mas nem todos os levitas eram sacerdotes. A ordem menor do sacerdócio era constituída pelos levitas, que cuidavam de vários serviços no santuário. Alguns de seus deveres são descritos em Êxo. 13:2,12,13; 22:29; 34:19,20; Lev. 27:27; Núm. 3:12,13,41,45; 8:14-17; 18:15; Deu. 15:19. Os filhos de Aarão, que foram separados para servirem especialmente como sacerdotes, eram os superiores dos levitas. Somente os sacerdotes podiam ministrar nos sacrifícios *do altar*. Os levitas serviam ao santuário, como um todo. Os sacerdotes formavam um grupo sacerdotal. Após a idolatria que envolveu o bezerro de ouro, foram os levitas que se juntaram em torno de Moisés, ajudando-o a restaurar a boa ordem. Desde então, eles passaram a ocupar uma posição distinta entre as tribos de Israel. Tornaram-se os guardiães do tabernáculo, e ninguém mais tinha permissão de aproximar-se do mesmo, sob pena de morte.

Desde o começo, os coatitas (descendentes de Coate), por serem os parentes mais chegados dos sacerdotes, receberam os ofícios mais elevados. Eram os coatitas que transportavam os vasos do santuário e a própria arca da aliança. Um arranjo permanente foi feito, para que recebessem o sustento com base nos dízimos pagos por todo o povo de Israel. À tribo de Levi, finalmente, foram destacadas quarenta e oito cidades, seis das quais também eram «cidades de refúgio» (vide). Entre as tarefas dos levitas estavam aquelas de preservar, copiar e interpretar a lei mosaica. Os levitas não foram incluídos no recenseamento geral, mas tiveram o seu próprio censo. Ver I Crô. 23:3. Eles preparavam os animais a serem sacrificados, mantinham vigilância, faziam trabalhos braçais, limpavam o lugar de adoração e agiam como assistentes e servos dos sacerdotes aarônicos. Alguns levitas aproximavam-se dos sacerdotes quanto à dignidade, mas outros eram pouco mais que escravos.

Terminado o cativeiro babilônico, quando o remanescente de Israel retornou a Jerusalém, não mais do que trinta e oito levitas puderam ser reunidos. A pureza de sangue deles e suas posições foram cuidadosamente preservadas por Esdras e Neemias. E, quando os romanos destruíram o templo de Jerusalém, em 70 D.C., e, então, dispersaram de vez aos judeus, depois de 132 D.C., os levitas desapareceram da história como um grupo distinto, misturando-se à multidão dos cativos e peregrinos judeus pelo mundo inteiro.

LEVITAS, CIDADES DOS

Ver a lista dessas cidades, o que se vê no vigésimo primeiro capítulo do livro de Josué.

Quarenta e oito cidades foram dadas por Moisés e Josué aos levitas (Núm. 35:1-8; Jos. 21). A tribo de Levi não recebeu um território regular, conforme sucedeu às demais tribos (Núm. 18:20-24; 26:62; Deu. 10:9; 18:1,2; Jos. 18:7). Os levitas foram separados para servirem no recinto sagrado, e a herança deles era o próprio Senhor. Porém, quanto às suas necessidades físicas, eles contavam com os dízimos pagos pelo povo (ver Núm. 18:21), e quanto a lugares onde residir, eles dispunham de cidades especiais — quarenta e oito cidades. Essas cidades foram selecionadas dentre várias outras tribos, não estando localizadas todas em um mesmo território, mas espalhadas por todo o território de Israel. Entre essas cidades, algumas eram consideradas «cidades de refúgio» (ver Núm. 35:9-34; Deu. 4:41-43). Ver o artigo separado chamado *Cidades de Refúgio*. As quarenta e oito cidades foram arranjadas para os levitas, quatro cidades dentre o território de cada tribo. Contando com essas cidades como centros, os levitas foram capazes de levar o culto divino ao povo de Israel, de maneira mais eficaz. As descrições e

dimensões dessas cidades aparecem em Núm. 35:4,5, embora o texto seja um tanto obscuro, o que tem causado aos intérpretes não poucas dores de cabeça.

Essas quarenta e oito cidades foram dadas somente aos levitas. O arranjo é que os levitas residiriam nessas cidades juntamente com outros habitantes, o que significa que cada cidade continuava pertencendo à tribo daquela área. Os levitas exerciam plenos direitos sobre as suas propriedades. Eles podiam vendê-las e redimi-las; e, naturalmente, tal como sucedia a todos os demais israelitas, no ano do Jubileu (vide), recebiam de volta essas propriedades. Todavia, os levitas não podiam vender os seus campos (Lev. 25:32 *ss*). No tocante à cidadania, os levitas (embora mantendo uma posição especial, como líderes religiosos) eram membros das tribos onde viviam, para todos os efeitos práticos. Pelo menos é a impressão que nos dá o trecho de Juí. 17:7. Elcana tanto era levita quanto era efraimita (I Sam. 1:1), o que significa que os levitas não formavam uma décima terceira tribo, em qualquer sentido. Não se sabe dizer quantas daquelas quarenta e oito cidades foram, realmente, ocupadas pelos levitas. Isso constituía um direito e um potencial, mas não é provável que o ideal tenha jamais sido inteiramente cumprido. A lista das cidades, em I Crô. 6:54-81, é um tanto menor, o que talvez reflita melhor a realidade da ocupação. Também aparecem algumas alterações nessas listas, pelo que a situação deve ter variado com a passagem do tempo. Alguns poucos nomes de cidades, após a época de Josué, apareceram, como vemos nos casos de Bete-Semes (I Sam. 6:13-15); Jatir (I Sam. 30:37); Anatote (I Reis 2:26; Jer. 1:1,32).

LEVÍTICO

Levítico é o terceiro livro do Pentateuco, chamado em hebraico *Wayyiqra*, que é a palavra inicial do livro e significa «Ele chamou». O título «Levítico» foi derivado da Vulgata Latina *Leviticus*, que por sua vez emprestou o vocábulo da LXX grega (*Leuitikon*). O nome Levítico foi atribuído ao livro devido ao fato de que nele está descrito o sistema de adoração e de conduta levíticas. Por outro lado, este nome é enganoso, pois as funções sacerdotais eram exercidas por um grupo seleto que clamava ser descendente de Arão, irmão de Moisés. Levítico está muito mais associado a esse grupo do que aos levitas propriamente ditos. Na *Mishnah*, Levítico é também chamado, «lei dos sacerdotes», «livro dos sacerdotes», e «lei das oferendas»; no *Talmude*, «lei dos sacerdotes» e na *Pesh*, «o livro dos sacerdotes». Esses títulos indicam com mais precisão o conteúdo do livro.

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Autoria e Data
III. Propósitos
IV. Conteúdo
V. Notas sobre as Leis e a Expiação
VI. A Importância do Livro

I. Caracterização Geral

O Levítico é o terceiro dos cinco livros do *Pentateuco* (vide). Encerra, principalmente, a legislação sacerdotal sobre um considerável número de assuntos, conforme se pode ver na lista abaixo:

1. Os sacrifícios (1:1 - 6:7). 2. O sacerdócio (6:8-10; 21:22). 3. As purificações (caps. 11 -15). 4. As estações sagradas (caps. 16 e 23). 5. O preceito acerca da ingestão de carnes (cap. 17). 6. As questões que envolvem o casamento e a castidade (cap. 18). 7. O ano sabático e o ano do jubileu (cap. 25). 8. Os votos e os dízimos (cap. 27).

Os eruditos liberais não acreditam na autoria mosaica desse tipo de material. Ver o artigo intitulado *Pentateuco*, com sua discussão acerca da *autoridade*. Eles pensam que esse livro representa os labores do sacerdócio, no decurso de muitos séculos. Os sacerdotes levíticos teriam reunido e compilado esse material, com base em costumes posteriores. Aqueles eruditos designam as fontes de materiais como esses de P, a forma inglesa abreviada de *priestly*. Nesta enciclopédia, temos traduzido essa abreviatura por S, do termo português «sacerdotal». Ver o artigo sobre as alegadas fontes informativas do Pentateuco, *J. E. D. P.* (*S.*), que procura aclarar e descrever essa teoria. Os estudiosos liberais datam esse material no século VI A.C., quando o sacerdócio levítico consolidou sua organização e sua produção literária. O *Código de Santidade* seria o verdadeiro responsável pelos caps. 17 - 26 do livro de Levítico. Ver o artigo *Santidade, Código da*, quanto a completas explicações sobre essa questão.

Acredita-se que o livro de Levítico, em sua forma presente (resultante de compilação), veio à tona tão tarde quanto 500 A.C. Discuti a questão da data do livro na segunda seção deste verbete. O judaísmo ortodoxo e os historiadores encontram muito valor no livro de Levítico, mas, no tocante à aplicação de princípios ali exarados, há pouca utilidade em nossos dias, exceto no que diz respeito aos tipos simbólicos. Isso serve de ilustração sobre como algo, *importantíssimo* na fé e na prática religiosa pode vir a tornar-se obsoleto, conforme o avanço no conhecimento.

II. Autoria e Data

A autoria do livro não é atribuída a Moisés em nenhuma passagem do livro. Aqueles que acreditam na plena inspiração das Escrituras dizem: «Nós devemos o conteúdo do livro à divina revelação dada a Moisés no Sinai». Essa atitude não resolve o problema da autoria de Levítico mas serve como base para a teoria conservantista que tenta resolvê-lo. Para os críticos, a questão da autoria desse livro se esclarece através da teoria documentária que envolve a composição do Pentateuco como um todo.

1. *Ponto de Vista Conservantista.* Embora o livro não registre o nome de seu autor, uma comparação entre Êxodo 40:1-17 e Números 1:1, sugere que essas leis pertencem ao primeiro mês do segundo ano depois do êxodo. Por conseguinte, o contexto dessas leis é, claramente, a revelação dada por Deus a Moisés no Sinai. Trinta e oito vezes o livro declara que Deus falou a Moisés no Sinai. Por outro lado, a declaração de 16:1 de que a lei para o dia da Expiação fora dada depois da morte de Nadabe e Abiú, recontada no capítulo 10, mostra que o material não fora organizado com ênfase em cronologia, mas em lógica. Talvez um escritor posterior tenha organizado o material mosaico do qual Levítico consiste, mas não há razão para se pensar que o próprio Moisés não tenha preparado as leis. Os conservantistas acrescentam que o ponto de vista crítico envolve a existência de um autor posterior de caráter fraudulento, que inventou um cenário histórico para todas as leis e narrativas a fim de realizar seus objetivos. (Z,p.916).

2. *Ponto de Vista Crítico.* Segundo a teoria documentária, Levítico é inteiramente produto de P, a fonte mais recente do Pentateuco, e de S, Código de Santidade. O documento P(S) ou Código Sacerdotal, originou-se por volta de 500 A.C., mas sua redação prolongou-se até o século IV A.C. Os documentos J,E, e D, juntamente com P, que serviram de base para a composição do Pentateuco, não foram usados

pelo compilador de Levítico. Ver o artigo sobre a teoriá J.E.D.P(S). O documento S originou-se por volta de 570 A.C., por um autor «semelhante a Ezequiel em pensamento e em forma de expressão».

Devido ao fato de que Ezequiel trata, até certo ponto, do tema da santidade, e que muitas das leis de S são paralelas às leis encontradas no livro de Ezequiel, alguns eruditos sugerem que Ezequiel compilou S. Não obstante, há mais probabilidade de que ambos, Ezequiel e S, foram derivados das mesmas fontes de leis e costumes para satisfazer a circunstâncias semelhantes. As leis de S, como as de P, consistem na compilação de leis conhecidas e na clarificação de costumes existentes, que até aquela época não haviam sido registrados na literatura. Muitas das práticas legais são conhecidas de outros códigos mais antigos, embora os detalhes variem em alguns pontos. A data de S (570 A.C.) mencionada acima é uma sugestão baseada nas evidências internas e na íntima associação com Ezequiel, todavia, a questão da prioridade em tempo entre Ezequiel e S não é definida. O material de S foi incorporado em Levítico pelo compilador de P, por volta de meados do século V A.C., que adicionou ao material, comentários e notas próprias, a fim de atribuir a S, o estilo e as idéias de P. A despeito disso, os caps. 17-26 que constituem o Código de Santidade, distinguem-se do Código Sacerdotal em muitas formas. No material de S as leis são colocadas num quadro de exortação, onde as passagens têm por tema a santidade de Jeová, e a necessidade de santidade por parte de seu povo que deve guardar seus estatutos. Israel deve se lembrar da intervenção divina e evitar a infiltração de coisas impuras, principalmente a idolatria cananita. O tema da santidade é tratado também em outros códigos, mas em nenhum outro é tão difundido como nessa passagem de Levítico.

Alguns problemas discutidos em P são também encontrados em S, ocasionalmente com tratamentos diferentes. Os capítulos de S possuem uma estrutura unificada: iniciam-se com leis de sacrifício, e se encerram com uma exortação. Os assuntos tratados nesses capítulos são extremamente variados, se estendendo de comida animal, pureza sexual, santidade sacerdotal, calendário festivo, a detalhes de sacrifício e de leis morais e religiosas. (EA. p.322)

Examinando o livro de um ponto de vista formalista alguns críticos têm concluído que Levítico é o resultado de estágios sucessivos de composição. M. Noth afirma que somente os capítulos 8-10 pertencem ao documento P. O restante do livro pertence ou à tradição oral, ou a outras fontes desconhecidas. Noth declara que há numerosos detalhes no livro que diferem drasticamente dos relatos do documento P. Ele acrescenta ainda que tais diferenças o conduzem à concluir que as porções não-narrativas do livro possuem história independente, e que foram inseridas posteriormente nas partes narrativas. Noth e os outros críticos que defendem esse ponto de vista atribuem as regulamentações cultuais e rituais à tradição oral. (Z, p. 915).

III. Propósitos

Levítico expõe um conjunto de leis e regulamentos que devem ser seguidos pelos israelitas como condição para que Jeová habite no meio deles. Com esse propósito o livro apresenta uma série de leis culturais, civis e morais. Outros assuntos como relações sociais, higiene e medicina, são trazidos à esfera da religião nesse livro. Os versículos de Lev. 26:11 e 12 asseguram que o povo desfrutará da companhia de Jeová se obedecerem seus estatutos e guardarem seus mandamentos. Portanto, o objetivo de Levítico era regular a vida nacional em toda sua conduta, e consagrar a nação de Israel a Deus.

IV. Conteúdo

Levítico contém um registro mais prolongado e desenvolvido da legislação sinaítica, cujo início se acha em Êxodo. O livro exibe um progresso histórico da legislação, conseqüentemente não se deve esperar uma exposição sistemática da lei nesse material. Há, contudo, certa ordem a ser observada, que se fundamenta na natureza do assunto em questão. De modo geral este livro está íntimamente associado ao conteúdo do livro de Êxodo, pois este último conclui com a descrição do santuário ao qual está associada toda forma de culto externo descrita em Levítico.

A. *Direções para Aproximar-se de Deus* (1:1—16:24)
  1. Direções para sacrifícios sacerdotais (1:1—7:38)
    a. Holocausto (1:1-17)
    b. Oferta de manjares (2:1-16)
    c. Sacrifício de paz (3:1-17)
    d. Sacrifício pelos erros dos sacerdotes (4:1-12)
    e. Sacrifício pelos erros do povo (4:13-21)
    f. Sacrifício pelos erros de um príncipe (4:22-26)
    g. Sacrifício pelo erro de uma pessoa comum (4:27-35)
    h. Sacrifício pelos pecados ocultos (5:1-13)
    i. Sacrifício pelo sacrilégio (5:14-16)
    j. Sacrifício pelos pecados de ignorância (5:17-19)
    l. Sacrifício pelos pecados voluntários (6:1-7)
    m. Lei acerca do holocausto (6:8-13)
    n. Lei acerca da oferta dos manjares (6:14-18)
    o. A oferta na consagração dos sacerdotes (6:19-23)
    p. Lei acerca da expiação pelo pecado (6:24-30)
    q. Lei acerca da expiação pela culpa (7:1-10)
    r. Lei acerca do sacrifício da paz (7:11-21)
    s. Deus proíbe comer gordura e sangue (7:22-27)
    t. A porção dos sacerdotes (7:28-38)
  2. Direções para a consagração sacerdotal (8:1—9:24)
    a. A consagração de Arão e seus filhos (8:1-36)
    b. Arão oferece sacrifícios por si mesmo e pelo povo (9:1-24)
  3. Direções sobre a violação sacerdotal (10:1-20)
    a. Nadabe e Abiú morrem diante do Senhor (10:1-11)
    b. Lei sobre as coisas santas (10:12-20)
  4. Direções para a purificação sacerdotal (11:1—15:33)
    a. Os animais que devem comer e os que não devem comer (11:1-47)
    b. A purificação da mulher depois do parto (12)
    c. Leis acerca da praga da lepra (13)
    d. Lei acerca do leproso depois de sarado (14:1-32)
    e. Lei acerca da lepra numa casa (14:33-57)
    f. Lei acerca das excreções do homem e da mulher (15)
  5. Direções para o dia de expíação (16:1-34)
    a. Instruções sobre como Arão deve entrar no santuário (16:1-10)
    b. O sacrifício pelo próprio sumo sacerdote (16:11-14)
    c. O sacrifício pelo povo (16:15-28)
    d. A festa anual das expiações (16:29-34)

B. *Direções para Manter um Relacionamento com Deus* (17:1-27:34)
  1. Direções para preservar a santidade (17:1—

22:33)
a. O lugar do sacrifício (17:1-9)
b. A proibição de comer sangue (17:10-16)
c. Casamentos ilícitos (18:1-18)
d. Uniões abomináveis (18:19-30)
e. Repetição das diversas leis (19)
f. Penas para diversos crimes (20)
g. Leis acerca dos sacerdotes (21)
h. Leis acerca de comer e oferecer sacrifícios (22)
2. Direções acerca das festas religiosas (23:1-44)
a. As festas solenes do Senhor (23:1-25)
b. O dia da Expiação (23:26-44)
3. Direções para o tabernáculo e para o acampamento (24)
a. Lei acerca das lâmpadas (24:1-4)
b. Pães da proposição (24:1-9)
c. Pena para o pecado de blasfêmia (24:10-23)
4. Direções sobre a terra (25)
a. O ano sabático (25:1-7)
b. O ano jubileu (25:8-23)
c. Redenção da terra (25:24-34)
d. Não tomar usura dos pobres (25:35-38)
e. Escravidão (25:39-55)
5. Promessas e advertências (26)
6. Instruções sobre votos e dízimos (27)

V. Notas Sobre as Leis e a Expiação

Leis Sacrificiais:

1. *Holocausto*. O holocausto era um sacrifício voluntário oferecido com a finalidade de assegurar ao ofertante o favor de Jeová. A oferenda consistia na queima de um animal. Exemplos de seu uso encontram-se em I Sam. 17:9; 13:9; Salmos 20. 2. *A oferta de manjares*, similarmente ao holocausto, era um sacrifício voluntário. Assim como um *inferior* oferece um presente ao seu *superior*, como uma expressão normal de sua submissão e lealdade, assim também o piedoso devoto fazia ofertas a Deus. A eficácia do ato, no entanto, consistia no envolvimento de renúncia por parte do ofertante, daí a razão de ofertar comida. 3. *A oferenda de par*, era também voluntária e expressava a humildade e submissão do ofertante em relação ao seu divino Senhor. Esse sacrifício, o único que podia ser comido por um sacerdote leigo, era motivado por um sentimento de apreciação e servia como expressão pública e moral de gratidão. Peculiar a esta oferenda era o fato de que o animal não fazia expiação (4:20,26,31,35, etc.). 4. A *oferenda do pecado* era oferecida mediante a transgressão de algum mandamento e designava o sacrifício que fazia expiação. Sangue era o preço exigido para acalmar a ira divina. 5. *A oferta da culpa* envolvia a compensação de um dano causado pelo pecado. A compensação deveria ser feita ou diretamente à pessoa prejudicada, ou ao santuário por ocasião do sacrifício.

Leis de Purificação:

1. *Animais puros e impuros*. Essa era uma lei dietética que classificava as comidas consideradas benéficas à saúde como puras, e as consideradas nocivas como impuras. 2. *Regulamentações sobre a lepra* encontram-se nos capítulos 13 e 14. Médicos modernos argumentam que a doença descrita nesses capítulos não é exatamente o mal de Hansen conhecido atualmente.

O Dia da Expiação.

A expiação anual ensina que a culpa não é removida pela purificação individual dos vários pecados e impurezas. Um grande sacrifício cobrindo todas as impurezas deveria ser feito para acalmar a ira divina.

VI. A Importância do Livro

Levítico é um livro valioso como fonte informativa dos costumes nacionais, sagrados e seculares, e abrange uma boa parte da história hebraica. Como documento religioso Levítico é um livro indispensável para o judaísmo pós-exílico. Mesmo atualmente, os judeus ortodoxos encontram suas regulamentações nesse livro. Levítico, segundo Harford-Battersby, é o monumento literário do sacerdócio hebreu.

Este livro fornece também um alicerce para todos os outros livros da Bíblia. Quaisquer referências a oferendas sacrificiais, cerimônias de purificação, ou regulamentações sobre o ano sabático e o ano de jubileu são explicadas em Levítico. Em Mateus 22:40, Jesus disse que toda a lei e os profetas dependiam de Deuteronômio 6:5 e Levítico 19:18. Ao curar o leproso, Jesus o instruiu a seguir a lei concernente a lepra, Lev.14. Os apóstolos consideraram Levítico como um livro divinamente inspirado, relacionado (profeticamente) à doutrina cristã. Por exemplo, os sacerdotes e sacrifícios associados ao tabernáculo prenunciaram o trabalho de Cristo em relação ao céu (Heb. 3:1; 4:14-16; caps. 9 e 10). A afinidade entre Levítico e o Novo Testamento se torna muito óbvia no livro de Hebreus, que é considerado por alguns como um comentário sobre Levítico no Novo Testamento. De modo geral, os rituais e as idéias do livro influenciaram profundamente o cristianismo, e mesmo uma leitura casual do Novo Testamento evidencia tal influência. (ALB AM ANET BA E I IB IOT WBC WES Y Z)

LEVY-BRUHL, LUCIEN

Suas datas foram 1857-1939. Ele foi professor de sociologia na Sorbonne, em Paris. Foi um continuador do *positivismo* (vide), de Augusto Comte; investigou, principalmente, a natureza da mentalidade primitiva de povos analfabetos. Ele tentou mostrar que a lei básica da mentalidade mística é a lei da participação. Ele interpretava a mentalidade primitiva como pré-lógica ou mística, embora não como antilógica. Ele supunha que as representações coletivas das mentalidades primitivas são essencialmente incompreensíveis para a mentalidade dos povos civilizados. Isso dever-se-ia, primariamente, a uma maior socialização da mentalidade primitiva. Por «participação» ele entendia qualquer coisa ou pessoa, de uma maneira impossível de entendermos, que pode ser, ao mesmo tempo, tanto ela mesma como algo diferente dela. Forças e qualidades seriam recebidas e comunicadas por meios místicos. Ver o artigo geral sobre o *Misticismo*. A mentalidade primitiva não precisa reconciliar idéias, da mesma maneira que o misticismo não tem necessidade disso. Ambos os lados de uma aparente contradição podem ser cridos, pelas mentes primitivas, sem a necessidade de se prover explicações. A essas mentes faltam distinções claras, racionais.

LEX DIVINA

Ver sobre **Ius Divinum.**

LEX NATURALIS

Essa expressão latina significa **lei natural**. Também é chamada, em latim, de *ius naturale*. Essa expressão designa a direção natural e nativa para onde se move a consciência humana, na convicção daquilo que é universalmente correto. Alguns intérpretes fazem a

lex naturalis alicerçar-se sobre o *ius divinum* (vide), ou seja, a mente e a lei divinas. A razão humana abarca os princípios imutáveis da razão, e, por meio deles, estabelece a justiça. A lei natural é encarada como a base de todas as leis, sendo refletida em toda boa legislação humana. Subentende que existem normas éticas universais, válidas para todos os seres humanos. Quanto a artigos que oferecem maiores detalhes a respeito, ver sobre *Direito Natural* e *Direitos Naturais*.

LEX TALIONIS

No latim, «lei tal e qual», ou seja, aquela lei que requer que as infrações sejam pagas recebendo o culpado o mesmo tipo de castigo. Trata-se da mesma lei de «vida por vida, olho por olho, dente por dente», estrita quanto aos castigos que devem ser aplicados aos que causarem algum dano ao próximo. Ver Êxo. 21:23 *ss*.

Apesar dessa lei usualmente ser tida como primitiva, foi um passo além da vingança pessoal, visto que dava à sociedade um padrão para julgamentos sociais e castigos aos criminosos. Sanções impostas pela comunidade, pois, substituíram as sanções pessoais, a vindita pessoal.

LEXICOGRAFIA

Essa palavra vem de dois termos gregos, **lexicon**, «dicionário», e *graphein*, «escrever». Temos aí, pois, a palavra que indica a compilação de dicionários ou léxicos. No seu sentido mais lato, esse vocábulo refere-se ao preparo de dicionários em geral. No seu sentido mais estrito, refere-se à compilação de dicionários que são úteis para a interpretação do Antigo Testamento hebraico e do Novo Testamento grego.

LI

Essa é uma palavra chinesa que significa «propriedade», «boas maneiras». No confucionismo , *li* é uma das quatro virtudes cardeais, sendo uma expressão externa da harmonia interior.

1. *No Neoconfucionismo*. Chou Tun-I, Chu Hsi, Ch'eng, Ch'eng Lu Hsian-shan e Wan Yan-ming foram mestres chineses que ensinaram que *li* é o princípio racional, não material do universo, fazendo contraste com *ch'i*, o princípio material.

2. Os *mohistas* (vide) faziam de *li* os benefícios advindos do princípio do amor. *Mo Tzu* (vide) foi um importante mestre chinês que explicava a questão dessa maneira.

LIA

Esboço:

1. Nome
2. Família
3. O Engano no Casamento
4. Jacó não Amava Lia
5. Sua Lealdade a Jacó
6. O Incidente que Envolveu Esaú
7. Sepultamento de Lia e Raquel
8. Lia, uma das Matriarcas de Israel

1. *Nome*

A palavra hebraica *lea*, ao que parece, significa «vaca selvagem», embora alguns pensem que o seu sentido é «impaciente». Ela foi descrita como mulher de «olhos baços», que alguns estudiosos pensam significar «olhos ternos», mas que outros vinculam ao seu nome, pensando que ela teria «olhar de vaca», ou coisa semelhante. Entretanto, a descrição poderia significar que ela era míope. Ver Gên. 29:17. Unger, em seu *Dicionário Bíblico*, sugeriu que uma das razões pelas quais Jacó se sentia atraído por Raquel era que Lia tinha olhos fracos. Porém, a razão deve ter sido algo muito maior do que isso.

2. *Família*

Lia era a filha mais velha de Labão, e irmã de Raquel. Era prima e esposa de Jacó. Também era sobrinha de Rebeca, esposa de Isaque. Se retrocedermos um pouco mais na árvore genealógica da família, então lembraremos que Abraão e Naor, bisavô de Lia, eram irmãos. Naor permanecera na terra de Harã e casara-se com Milca (Gên. 11:29). Naor e Milca tiveram oito filhos, um dos quais era Betuel (ver Gên. 22:22). Betuel, por sua vez, teve dois filhos, que são mencionados na Bíblia, a saber, Rebeca (Gên. 24:15) e Labão (Gên. 24:29). Então Rebeca casou-se com Isaque, e Jacó foi um dos filhos gêmeos que tiveram. Labão, por sua vez, teve duas filhas, Lia (Gên. 29:16) e Raquel. Isso significa que Lia, Raquel e Jacó eram primos-irmãos.

3. *O Engano na Casamento*

Labão, com a cooperação de Lia, enganou a Jacó, na noite de seu casamento com Raquel, por causa de quem ele havia trabalhado durante sete anos (ver Gên. 29:23). Labão substituiu-a por Lia, que foi para a cama com Jacó. E, incrivelmente, Jacó não a reconheceu, e só descobriu o logro ao amanhecer! Labão desculpou-se do logro dizendo que havia um costume local que impedia que uma filha mais jovem fosse dada em casamento, antes de uma filha mais velha (ver Gên. 29:21-30).

4. *Jacó Não Amava Lia*

Não há que duvidar que Jacó ressentiu-se do que Labão e Lia tinham feito, e também podemos estar certos de que ele não deixou que Lia se esquecesse disso por bastante tempo. Por outra parte, Jacó estava apaixonado por Raquel, e Lia não tinha muito com que atraísse a sua atenção. É muito difícil explicar a paixão que pode haver entre um homem e uma mulher. Isso sucede em alguns casos, mas não em outros, e, algumas vezes, sem qualquer razão evidente. O tipo físico tem muito a ver com isso; mas também há similaridades de vibrações das energias vitais dos próprios seres, em que igual atrai a igual. Além disso, se a alma é preexistente (como penso que é), com ou sem o concurso da reencarnação, então as histórias das almas algumas vezes podem explicar apegos incomuns que duas pessoas podem experimentar uma pela outra. Platão falava sobre almas cônjuges, os lados positivo e negativo de um único ser, os quais, finalmente unem-se diante de Deus. E, se isso é uma doutrina verdadeira, então alguns casos de poderosa e incomum atração poderiam ser explicados pela circunstância de que almas cônjuges *encontraram-se novamente*. A história de uma alma, sem dúvida, é como um livro com muitos capítulos, e os reencontros podem ser muito poderosos. Se assim sucedeu com Jacó e Raquel, então não nos admiremos que Lia tenha ficado de fora. Nem tudo pode ser explicado pelas circunstâncias de qualquer dada situação.

A extensão em que o afeto de Jacó por Raquel diferia do que ele sentia por Lia é ilustrada pelo fato de que, pelo menos em uma ocasião, Lia teve de barganhar com Raquel pelo privilégio de dormir com seu próprio marido! Ver Gên. 30:14-18. Lia anelava pelo amor de Jacó, e procurou usar sua fertilidade superior para capturar sua atenção (Gên. 29:32), mas nem mesmo isso afetava grandemente a Jacó.

5. *Sua Lealdade a Jacó*

Quando Lia poderia ter permanecido em companhia de seu pai, e em sua própria terra, quando Jacó deixou Harã, ela preferiu ficar com seu marido (ver Gên. 31:14).

6. *O Incidente que Envolveu Esaú*

Jacó havia enganado e maltratado a seu irmão gêmeo, Esaú, e tivera de fugir para a região onde Labão, seu tio, vivia. Agora, deixando o território de Labão, e regressando à terra de seu pai, ele precisava entrar em contacto com Esaú. Jacó temia o que esse contato poderia significar de adverso para ele mesmo e para todo o seu clã. E novamente Jacó favoreceu a Raquel, deixando Lia à testa da caravana, e fazendo Raquel e José (até então filho único de Jacó e Raquel) ficarem bem para trás, para que estes tivessem uma oportunidade melhor de escapar da ira em potencial de Esaú. Ver Gên. 33:1,2. Mas, conforme as coisas sucederam, nada havia a temer. Os irmãos tiveram um jubiloso reencontro, por mais desconfortável que isso tenha sido para Jacó.

7. *Sepultamento de Lia e Raquel*

Lia deve ter falecido na terra de Canaã, visto que ela não é mencionada na lista daqueles que migraram para o Egito (ver Gên. 46:6). Apesar de não termos detalhes a esse respeito, sabemos que ela foi sepultada em Hebrom, no cemitério de família, em Macpela, o terreno que Abraão havia comprado (ver Gên. 49:21). Por outro lado, Raquel foi sepultada em um túmulo perto de Belém, cujo local está marcado até hoje. Alguns intérpretes pensam que isso mostra que, pelo menos na morte, Lia foi favorecida. Porém, dificilmente Jacó teria descategorizado Raquel. Seria absurdo pensar tal coisa. Ele deve ter tido razões para sepultá-la perto de Belém, e não no cemitério da família, em Hebrom. Seja como for, Jacó foi, finalmente, sepultado ao lado de Lia (ver Gên. 49:31), e não perto de Raquel. Mas, o que ele estava fazendo *em espírito* quando seu cadáver foi depositado no terreno de Macpela, isso é difícil de dizer. Porém, imagino que ele tenha se reunido a Raquel.

8. *Lia, uma das Matriarcas de Israel*

Lia contribuiu com seis filhos, que se tornaram os cabeças de seis das tribos de Israel. Ela foi mãe de Rúben, Simeão, Levi, Judá (ver Gên. 29:32-35), e também de Issacar e Zebulom (ver Gên. 30:17-20), e também teve uma filha, Diná (ver Gên. 30:21). Além disso, foi ela quem deu a Jacó sua serva Zilpa, que teve dele dois filhos, Gade e Aser (ver Gên. 30:11,12).

Foi do quarto filho de Lia, Judá, que descendia Davi, do qual também descendia, segundo a carne, o Senhor Jesus Cristo. Alguns estudiosos têm salientado esse fato como se, *no fim*, Deus tivesse favorecido mais a Lia do que a Raquel, mas essa é uma interpretação fantasiosa. A decisão divina de que a linhagem real viria através de Judá dificilmente teria qualquer coisa a ver com os poucos sentimentos românticos de Jacó para com Lia!

LI AO

Ele viveu entre os séculos VIII e IX D.C. Foi um importante filósofo chinês, que imprimiu uma nova direção ao neoconfucionismo. Restaurou a ênfase histórica dessa fé, quanto à importância da natureza humana e a compreensão sobre a mesma. Ele exibia o grau de *Doutor Apresentado*, e foi professor de educação e um líder no sistema educacional chinês. Também foi vice-ministro do Ministério da Justiça, além de ter ocupado outros cargos políticos importantes. Foi aprimorador e harmonizador das filosofias já existentes em sua nação, mas não ofereceu quaisquer inovações. Seu principal escrito tem o título, em inglês, de *Recovery of the Nature*, «Recuperação da Natureza».

LIBAÇÃO

Ver o artigo geral sobre **Sacrifícios e Ofertas**. Uma libação é um tipo de sacrifício, ou ritual sacrificial, em que um líquido é derramado em honra de alguma divindade ou de algum conceito religioso. Os líquidos que os homens têm usado nesses atos de libação têm sido tão variegados quanto sangue, vinho, azeite, leite, água e mel. Entre os gregos e os romanos, as libações faziam parte essencial de sacrifícios e ritos solenes. As libações também faziam parte do cerimonial simbólico dos hebreus. Ver Gên. 28:18; 35:14; Lev. 9:9; Núm. 28:7. A base das libações encontra-se a idéia de que os líquidos que têm certo valor (como o vinho, o leite, o azeite, etc.) devem agradar a Deus ou aos deuses aos quais são oferecidos. O *sangue*, que a Bíblia ensina ser a sede mesma da vida biológica (ver Lev. 17:11), era um elemento especialmente precioso, usado nos ritos mais solenes.

LIBAÇÃO, Ofertas de

Ver sobre **Sacrifícios e Ofertas**.

LÍBANO

Esboço:

I. A Palavra
II. Localização Geográfica e Descrição
III. Produtos e Recursos
IV. Informes Bíblicos e História
V. Usos Figurados
VI. O Líbano e a Arqueologia

I. A Palavra

O termo hebraico **lebanohn** significa «branco». Aquela região geográfica é assim chamada por causa de seus picos eternamente cobertos de neve. A raiz dessa palavra hebraica é *ibn*, «branco». A serra montanhosa ali existente recebeu tal nome, aparentemente por causa de dois fatores. Em primeiro lugar, contém grandes encostas de pedra calcária branca; e, em segundo lugar, por causa dos rebrilhantes picos montanhosos, recobertos de neve pelo menos durante seis meses a cada ano. Ver Jer. 18:14. Os assírios chamavam a região de *Laban*, e, posteriormente, *Labnanu*; os heteus chamavam-na de *Niblani*; os egípcios, de *rmnn* ou *rbrn*; e os cananeus, de *lbnn*.

Há cerca de setenta e cinco referências ao *Líbano*, nas páginas do Antigo Testamento, mas nenhuma no Novo Testamento, embora certas partes do mesmo sejam mencionados em várias referências. Para exemplificar, damos alguns trechos veterotestamentários que mencionam essa região: Deu. 1:7; 3:25; 11:24; Jos. 1:4; 9:1; Juí. 3:3; I Reis 4:33; 5:6,9; II Reis 14:9; 19:23; II Crô. 2:8; 9:16; Esd. 3:7; Sal. 29:5; 92:12; Can. 4:8; 5:15; Isa. 2:13; 14:8; 40:16; 60:13; Jer. 18:14; Eze. 17:3; 27:5; Osé. 14:5,6; Naum 1:4; Hab. 2:17; Zac. 10:10 e 11:1.

II. Localização Geográfica e Descrição

A cadeia montanhosa do Líbano é uma serra que se estende por cerca de cento e sessenta quilômetros. Segue a direção sudoeste a nordeste, acompanhando as costas fenícias, começando por detrás da cidade de Sidom, e seguindo na direção nordeste até o vale do rio Nhr El-Kebir (chamado *Eleutero* nos tempos antigos), vale esse que segue a direção leste-oeste. Na

verdade, a cadeia do Líbano é um prolongamento de uma cadeia montanhosa maior, que vai descendo desde o *Cáucaso*, na direção sul, até que, em seu extremo sul, desdobra-se em duas serras paralelas, a saber, o *Antilíbano*, mais ao oriente, e o *Líbano* propriamente dito, mais ao ocidente. Liga o mar Mediterrâneo à planície de Hamate (que aparece com o nome de «entrada de Hamate», em Núm. 34:8). Daí corre na direção sudoeste, até que some na planície de Acre e nas colinas baixas da Galiléia. Seu comprimento em pouco ultrapassa os cento e sessenta quilômetros, com uma largura média de trinta e dois quilômetros. Seu pico mais alto é o Jebel Mukhmel, que se eleva a 3.110 m de altitude. Vários outros picos proeminentes têm 1.500 m de altura ou mais. O Jebel Kukhmel e o Sannin (este com mais de 2.750 m de altura), são recobertos de neves perpétuas.

O Líbano é conhecido por sua notável beleza, o que os escritores bíblicos com freqüência louvaram (ver Sal. 72:16; 104:16-18; Can. 4:15; Isa. 2:13; 35:2; Osé. 14:5). Atualmente, da mesma forma que na antiguidade, muitos animais selvagens habitam naquelas paragens. Ver II Reis 14:9 e Can. 4:8. O clima da região varia consideravelmente. Na planície de Dã, nas cabeceiras do rio Jordão, o calor é intenso e o clima é quase tropical. Ao longo das costas marítimas, a brisa marinha refresca as noites, comparativamente falando. O ar é seco, exceto nas estações de chuvas e neves. Nas planícies de Coele-Síria e de Damasco, chega a nevar. As serras principais recebem muita neve, de dezembro a março. Durante o verão, os níveis mais elevados das montanhas são frescos e agradáveis, e as chuvas rareiam de junho a setembro.

III. Produtos e Recursos

A cadeia do Líbano sempre foi notória por seus cedros (ver Sal. 29:5; Can. 5:15), por suas vinhas (Osé. 14:7), e por suas águas frescas (Jer. 18:14). Muitas fontes e riachos descem pelas encostas, até às áreas mais baixas. Os sopés mais baixos das montanhas provêem a possibilidade da horticultura, dos olivais, das vinhas, dos pomares de frutas (incluindo muitos tipos de bagas, figos, maçãs, abricós e vários tipos de castanha). Nos tempos antigos, a cadeia do Líbano era recoberta de cedros; mas, atualmente, sobreviveram somente dois bosques isolados de cedros. O principal desses bosques fica em Bsharreh, a sudoeste de Trípoli. Os cedros ali existentes deram origem a várias expressões metafóricas, conforme é mencionado na quinta seção, abaixo. Os cedros do Líbano (e outras espécies de madeira de construção) forneciam material para muitas edificações no Oriente Próximo, e os reis do Egito, da Mesopotâmia, da Síria e da Palestina cobiçavam essa excelente madeira. Salomão obteve madeira vinda do Líbano, para a construção do templo de Jerusalém (ver I Reis 5:6,9,14; 7:2; 10:17,21). Os pinheiros do Líbano e do Antilíbano proviam boa madeira para a construção de embarcações (ver Eze. 27:5), bem como para as barcaças sagradas do Egito (conforme a arqueologia o tem demonstrado). A madeira usada na construção do segundo templo de Jerusalém também foi extraída do Líbano (ver Esd. 3:7). Móveis de excelente qualidade eram feitos com madeira cortada dali (ver Can. 3:9).

IV. Informes Bíblicos e História

Nas seções segunda e terceira, acima, apresentamos as referências básicas do Antigo Testamento que envolvem os montes e a área geográfica do Líbano. Neste ponto, damos referências que abordam especificamente a história do povo de Israel, no que diz respeito a essa região:

1. Josué, desde o começo, fez com que parte do Líbano se tornasse uma porção da Terra Prometida (Deu. 1:7; Jos. 1:4; Juí. 3:3).

2. Antes disso, Moisés havia orado pedindo para ver «...esta boa terra que está dalém do Jordão, esta boa região montanhosa, e o Líbano» (Deu. 3:25).

3. As atividades de Salomão, como construtor, envolveram o Líbano, visto que ele precisava de produtos ali produzidos (I Reis 9:19; II Crô. 8:6). Provavelmente, as vertentes orientais, perto de Beqaa, estão em pauta, visto que o império de Davi e Salomão estendia-se até aquele ponto. Os eruditos não acreditam que, em qualquer tempo, o império de Israel se estendesse até à Fenícia propriamente dita, ou até bem dentro das cadeias montanhosas do Líbano. Móveis de alta qualidade eram feitos com madeiras extraídas dali, conforme se vê em um trecho como Can. 3:9.

4. A madeira destinada à construção do segundo templo de Salomão também procedia do Líbano. Ao que tudo indica, seus produtos eram importados por Israel durante todo o transcurso de sua história.

V. Usos Figurados

1. Aquilo que é grande, forte e belo era simbolizado pelo Líbano e seus produtos. A própria serra era símbolo da grandeza de Deus, mas Deus é tão maior do que o Líbano que este *salta* como bois selvagens, quando Deus fala (Sal. 29:6). Foi Deus quem plantou os poderosos cedros do Líbano, pelo que isso faz alusão à provisão e aos cuidados divinos (Sal. 104:16).

2. Os cedros simbolizam os indivíduos arrogantes (Eze. 31:3). Porém, assim como Deus plantou os cedros do Líbano, assim também pode arrancá-los, o que significa que ele destrói e humilha os homens arrogantes (Isa. 10:34).

3. O Líbano era símbolo do que é inacessível, do que é romântico, do que é estranho, do que é misterioso. O leito de Salomão era feito de madeira do Líbano (Can. 3:9), o que deve ter sido considerado algo muito especial. Sua noiva foi convocada, *por assim dizer*, do Líbano (Can. 4:8), o que lhe deu uma aura de raridade e romance. Suas vestes eram como o perfume do Líbano (Can. 4:11). Nesse ponto, um jogo de palavras entre *Líbano* e incenso (no hebraico, *lebona*) pode estar em pauta.

4. A prosperidade e a estabilidade são simbolizadas pela declaração de que os justos crescerão «como o cedro no Líbano» (Sal. 92:12).

5. Oséias comparou a nação de Israel, uma vez restaurada, às árvores firmemente arraigadas e às fragrantes florestas do Líbano (Osé. 14:5-7).

6. Jerusalém e seu templo foram chamados de «Líbano» por haverem sido edificados, pelo menos em parte, com cedros do Líbano, além do que as muitas e elevadas edificações da cidade assemelhavam-se à floresta do Líbano (Hab. 2:17; Zac. 11:1; Eze. 17:3; Jer. 22:23).

7. O exército de Senaqueribe já se mostrara orgulhoso e arrogante como os cedros do Líbano; mas, quando foi decepado como estava, ficou humilhado (Isa. 10:34; Eze. 31:3,16).

8. As bênçãos da era do reino, incluindo a prosperidade espiritual das nações gentílicas, são simbolizadas pelo Líbano, convertido em bosque frutífero (Isa. 29:17).

VI. O Líbano e a Arqueologia

Importantes descobertas arqueológicas têm sido feitas em locais associados ao Líbano. Tiro, Sidom, Biblos e Balbeque aparecem com proeminência entre esses locais. Dúzias de localidades menos importantes, nessa mesma área, têm sido escavadas.

LIBERALIDADE E GENEROSIDADE

1. Existe algo de apropriado no fato de que numa das poucas vezes em que Paulo citou o Senhor Jesus, é enfatizada a generosidade, Atos 20:35. O próprio evangelho nasceu em meio à generosidade: «Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho...» (João 3:16). Tal como Jesus, o Mestre, foi enviado por um ato de amor generoso, assim também ele ministrou sua vida inteira em um ato admirável e contínuo de auto-sacrifício e generosidade.

2. Paulo seguia o exemplo de Cristo, tal como fica demonstrado no versículo que estamos considerando.

3. A generosidade consiste no amor em ação, e o amor é a comprovação mesma da espiritualidade. (Ver I João 4:7). O amor torna-se uma realidade por ocasião do novo nascimento. O Espírito cultiva em nós a qualidade do amor, sendo essa a princesa de todas as virtudes espirituais (ver Gál. 5:22,23), o solo onde todas elas medram e prosperam.

Consideremos Estas Referências e Idéias

Agradável a Deus (II Cor. 9:7; Heb. 13:16).
Deus nunca a esquece (Heb. 6:10).
Cristo deu exemplo da mesma (II Cor. 8:9).
Característica dos santos (Sal. 112:9; Isa. 32:8).
Sem proveito, sem o acompanhamento do amor (I Cor. 13:3).

Deveria ser exercida:

No serviço prestado a Deus (Êxo. 35:12-29).
Para com os santos (Rom. 12:13; Gál. 6:10).
Para com os servos (Deu. 15:12-14).
Para com os pobres (Deu. 15:11; Isa. 58:7).
Para com os estrangeiros (Lev. 25:35).
Para com os inimigos (Pro. 25:21).
Para com todos os homens (Gál. 6:10).
No empréstimo para os que padecem necessidades (Mat. 5:42).
Na doação de esmolas (Luc. 12:33).
No alívio aos destituídos (Isa. 58:7).
No fomento de missões (Fil. 4:14-16).
Na prestação de serviços pessoais (Fil. 2:30).
Sem ostentação (Mat. 6:1-3).
Com simplicidade (Rom. 12:8).
Segundo a capacidade de cada um (Deu. 16:10,17; I Cor. 16:2).
Voluntariamente (Êxo. 25:2; II Cor. 8:12).
Abundantemente (II Cor. 8:7; 9:11-13).

Seu exercício emula outros à mesma (II Cor. 9:2).
Esforcemo-nos para poder exercê-la (Atos 20:35; Efé. 4:28).

Sua ausência:

Atrai muitas maldições (Pro. 28:27).
É prova de que não amamos a Deus (I João 3:17).
É prova de que não temos fé (Tia. 2:14-16).

Bênçãos vinculadas à mesma (Sal. 41:1; Pro. 22:9; Atos 20:35).

Promessas aos liberais (Sal. 112:9; Prov. 11:25; Ecl. 11:1,2; Isa. 58:10).

Exortações a seu respeito (Luc. 3:11; 11:41; Atos 20:35; I Cor. 16:1; I Tim. 6:17,18).

Exemplificada: os príncipes de Israel (Núm. 7:2), (Rute 2:16), Davi (II Sam. 9:7,10), Barzilai, etc. (II Sam. 17:28), Araúna (II Sam. 24:22), a mulher sunamita (II Reis 4:8.10), Judá (II Crô. 24:10,11), Neemias (Nee. 7:70), os judeus (Nee. 7:71,72), Jó (Jó 29:15,16), Nebuzarada (Jer. 40:4,5), Joana, etc. (Luc. 8:3), Zaqueu (Luc. 19:8), os cristãos primitivos (Atos 2:45), Barnabé (Atos 4:36,37), Dorcas (Atos 9:36), Cornélio (Atos 16:2), a igreja de Antioquia (Atos 11:29,30), Lídia (Atos 16:15), Paulo (Atos 20:34), Estéfanas, etc. (I Cor. 16:17).

LIBERALISMO

Esboço:

I. Definições
II. Elementos Básicos e Atitudes do Liberalismo
III. O Liberalismo Teológico
IV. O Liberalismo Ético
V Avaliações

I. Definições

A base lingüística do termo «liberal» é a palavra latina *liberalis*, «pertinente ao liberto», em contraste com os escravos, que não podiam promover suas idéias e realizações.

Cada tipo específico de liberalismo envolve definições especializadas, as quais aparecem nas seções que se seguem. O *liberalismo*, explicado de modo geral, é uma atitude para com as idéias ou sistemas sociais, econômicos, políticos e religiosos, que não se valhe de dogmas fixos, e que, além disso, promove alterações que ocorrem por meio da razão e da experiência. No campo da teologia, tende por opor-se a teorias fixas sobre a inspiração das Escrituras, favorecendo antes o uso da crítica histórica e da aplicação das descobertas da ciência que envolvam algo das crenças religiosas.

Se o *fundamentalismo* (vide), que é o oposto do liberalismo, continua a confiar nas revelações da Bíblia, assentando suas crenças essencialmente sobre a Palavra escrita de Deus, o liberalismo assevera que essas revelações, apesar de conterem alguma verdade, não podem ser consideradas a base de toda a verdade. Ademais, todas as épocas, incluindo aquelas em que a Bíblia foi produzida, representaram *estágios* da verdade a que os homens já tinham alcançado, tanto no campo religioso quanto em qualquer outro campo do conhecimento humano. A própria Bíblia ensina que nosso conhecimento, por enquanto, é parcial (ver I Cor. 13:12), ao mesmo tempo em que ensina que o conhecimento total só nos será dado no outro lado da existência (essa mesma referência e I João 3:2). Por conseguinte, qualquer busca pela verdade precisa ir além dos documentos sagrados, embora, como é óbvio, não possa ignorar as Sagradas Escrituras como marcos orientadores importantes. Porém, devem ser considerados marcos, e não a estação final da verdade.

II. Elementos Básicos e Atitudes do Liberalismo

1. Os liberais são **individualistas** e não sentem necessidade de ajustar-se a qualquer sistema ou dogma estabelecido.

2. O elemento constante, típico a todas as formas de liberalismo, é uma atitude, e não alguma doutrina ou conjunto específico de doutrinas. Os eruditos liberais têm-se mostrado tradicionalmente *críticos*, tanto das instituições existentes quanto das autoridades estabelecidas. Isso não significa que eles não se sintam parte do sistema, ou que não promovam o mesmo, mas tão-somente que eles buscam alterar o sistema, não aceitando qualquer dogma contra essa atitude.

3. Os eruditos liberais mostram mais fé na *bondade inerente* do homem e em sua racionalidade, do que o fazem os estudiosos conservadores.

4. Os liberais defendem a absoluta *liberdade de expressão* como algo necessário à sobrevivência deles, como algo fundamental para a promoção da evolução de idéias e das organizações que sentem ser necessárias para o bem dos homens. Em instâncias específicas, os liberais, uma vez que assumam o poder, têm-se mostrado tão ditatoriais quanto os

conservadores, mas isso é contrário à filosofia básica do liberalismo. A democracia é necessária para que exista o liberalismo político, e a tolerância religiosa é necessária para o desenvolvimento do liberalismo teológico. Isso não significa, todavia, que todos os liberais religiosos sejam tolerantes, embora, de acordo com suas crenças básicas, devessem sê-lo.

5. Os liberais favorecem a *reforma*, e parte dessa reforma consiste na obtenção da liberdade para poderem fazer experiências.

6. Os liberais favorecem a aplicação do *método científico* nas ciências, na filosofia e na teologia. Isso requer experimentação, e não meramente a aceitação de antigas idéias e ultrapassados valores.

7. Apesar dos eruditos liberais respeitarem a sabedoria acumulada do passado, não fazem dela um objeto de adoração. Os liberais religiosos acusam os evangélicos fundamentalistas de transformarem a Bíblia em um *papa de papel*, ou em um *ídolo*, assim acusando-os de *bibliolatria* (vide), o que, afinal de contas, é uma forma suave de idolatria, mas que, tal como qualquer outra forma de idolatria, diminui a glória de Deus e deifica algo que não é divino.

8. Os liberais enfatizam a necessidade de *liberdade* diante de qualquer sistema opressor, seja político, social ou religioso, pois tais sistemas, naturalmente, opõem-se às reformas e inovações propugnadas pelos liberais. Um liberto romano, *liber* (em contraste com os escravos, cujas vontades estavam acorrentadas), provê a base lingüística e o principal elemento filosófico do liberalismo.

9. *Em seu lado negativo*, podemos salientar os seguintes pontos no liberalismo: em sua inquirição pela liberdade, alguns liberais subestimam o poder da revelação divina. Alguns deles chegam mesmo a negar inteiramente esse poder. A verdade é que os eruditos liberais têm-se mostrado tão preconceituosos quanto muitos fundamentalistas. Os liberais têm inventado teorias críticas, aparentemente com a finalidade de degradar antigas idéias, teorias críticas essas que, com freqüência, podem ser menos consubstanciadas ainda do que as antigas idéias. Poucos liberais mostram ter qualquer fé na profecia, e geralmente exibem uma atitude deísta, e não teísta. Apesar de que, teoricamente falando, a maioria dos liberais acredita em Deus, supondo que ele pode intervir na história da humanidade, na prática, com freqüência, mostram-se muito mais deístas do que teístas. Ver os artigos sobre o *Deísmo* e o *Teísmo*, quanto à distinção que estamos fazendo aqui. Muitos liberais exibem menor respeito pela Bíblia do que deveriam fazê-lo. Em sua ansiedade por rejeitar a bibliolatria, eles têm subestimado o valor da Bíblia. Alguns poucos liberais radicais têm mostrado que estão externamente manchados pelo preconceito, e são destrutivos, e tão amargos e desnecessariamente críticos quanto os fundamentalistas da extrema direita. E, assim sendo, tornam-se liberais não liberais. Além disso, muitos liberais têm salientado em demasia a ética relativista, mostrando-se por demais ansiosos por abandonar a idéia de que Deus realmente disse-nos o que é certo e o que é errado, por meio da revelação bíblica.

10. **O evangelho social.** Obras práticas de caridade, movimentos para o melhoramento econômico-social são freqüentemente enfatizados no lugar da salvação da alma e a esperança do outro mundo (os céus).

III. O Liberalismo Teológico

1. Atitude Básica. Em um sermão entregue em 1819, W.E. Channing ilustrou a atitude e os métodos dos liberais, quando declarou:

«Nosso princípio fundamental, na interpretação das Escrituras, é este — que a Bíblia foi um livro escrito para os homens, na linguagem dos homens, e que o seu significado deve ser buscado da mesma maneira que se faz com qualquer outro livro... De fato, admitimos que o uso da *razão*, na religião, é feito com perigo. Porém, solicitamos a todo homem honesto a examinar a história e o caminho percorrido pela Igreja, se a renúncia disso tudo ainda não é algo mais perigoso». O Oxford Dictionary define a palavra *liberal* como «originariamente, o epíteto distintivo daquelas artes e ciências que eram consideradas dignas de um homem livre, em oposição ao que é meramente *servil* ou *mecânico*». Os liberais dão grande valor a essa definição, porquanto muito revela sobre a atitude e os métodos deles.

2. Responsabilidades. Nem todos os liberais são indivíduos irresponsáveis, que se desfazem do que é antigo, e terminam como destruidores. A atitude liberal é contra isso. Para eles, o liberalismo é uma *inquirição* e uma *realização* educacional e espiritual que envolve as dignidades e as responsabilidades de um homem livre, e não meramente os seus direitos e a sua liberdade. Muitos liberais buscam seriamente a verdade, acreditando que ultrapassaram a seus irmãos conservadores, acumulando mais verdades do que aqueles, além de terem negado a amargura de espírito demonstrada pelos ultraconservadores.

3. Alguns liberais rejeitam totalmente a **revelação.** Mas há outros que acreditam nela, embora não creiam que qualquer livro sagrado seja, por si mesmo, uma revelação. Eles dizem encontrar revelações *dentro* dos livros sagrados, mas raramente limitam essas revelações à Bíblia cristã. Acreditam que a revelação é progressiva, estando sempre sujeita à expansão e ao aprimoramento.

4. Alguns liberais rejeitam o sobrenatural; mas há aqueles que acreditam no sobrenatural. Todavia, pensam que há muitos mitos associados a alegados eventos miraculosos.

5. Muitos liberais dedicam-se às suas respectivas instituições religiosas. De fato, é surpreendente a profundeza de lealdade e respeito que os liberais alemães demonstram ter por suas igrejas. Porém, consideram-nas dignas desse apego por serem veículos para a inquirição pela verdade, para a preservação de valores, e não por serem infalíveis em qualquer sentido. As instituições religiosas tornam-se mais dignas de devoção, quando se vão tornando veículos melhores para a busca pela verdade e pela promoção de empreendimentos de caridade e outras atividades humanas de valor.

6. Bases históricas e desenvolvimentos do liberalismo:

a. *O liberalismo religioso* (algumas vezes chamado «modernismo», ou, talvez, mais apropriadamente, «neoprotestantismo») foi um desenvolvimento da teologia alemã posterior ao *iluminismo* (vide). De fato, foi um produto do iluminismo. Entretanto, o liberalismo (em seus primeiros anos), opunha-se ao racionalismo extremado do iluminismo, bem como à rígida ortodoxia que parecia ultrapassada diante do avanço da ciência e do conhecimento. Um começo histórico de nomeada foi a obra de *Schleiermacher*, com título em alemão, *Uber die Religion: Reden an die gebildeten unter ihren Veraechtern*, publicada em 1799. Alguns supõem que o movimento liberal formal terminou com a publicação da obra de Barth, *Epistle to the Romans*, que instituiu o movimento da neo-ortodoxia. Ver o artigo sobre *Crítica da Bíblia*. O livro de Barth foi publicado em 1919. Naturalmente, o liberalismo continuou, mesmo depois disso, embora não com o mesmo ímpeto de antes.

b. *Emanuel Kant*. Suas datas foram 1724—1804. Sua filosofia teve grande impacto sobre o protestantismo. Em sua *Crítica da Razão Pura*, ele apresentou argumentos que pareciam remover várias bases racionais das principais doutrinas cristãs. Por exemplo, ele convenceu muita gente de que os antigos argumentos em favor da existência de Deus—os argumentos ontológico, cosmológico e teleológico (ver sobre os *Cinco Argumentos de Tomás de Aquino em Favor da Existência de Deus*) — não eram argumentos válidos. Esse ataque contra o pensamento metafísico e as dúvidas lançadas sobre a teologia natural, a par com sua ênfase sobre o homem como um ser moral e pensante, que transcende à natureza, debilitou a base da religião puramente revelada, levando os pensadores a reexaminar sua teologia. Muitos abandonaram a teologia metafísica e começaram a frisar os poderes humanos e sua consciência interior ímpar, em busca de solução dos problemas teológicos. F.E.D. Schleiermacher (1768—1834) foi um desses teólogos que rejeitaram a teologia natural especulativa, procurando alicerçar as crenças cristãs sobre a consciência universal e subjetiva que o homem tem de Deus. O homem teria uma reação estética e espiritual interior natural, diante de Deus—essa era a idéia de Schleiermacher. O Espírito Absoluto estabelece uma espécie de ressonância no espírito humano, e daí é que emergiria a verdade religiosa. O homem dependeria completamente dessa ressonância. A idéia do Espírito Absoluto, naturalmente, começou com Hegel, tendo sido adaptada para os propósitos de Schleiermacher. O resultado foi que o protestantismo alemão assumiu um caráter fortemente antropológico. A revelação cristã não foi esquecida, e também reteve a sua importância, mas outros caminhos de pensamento foram abertos, com bases teológicas. E esse desenvolvimento foi muito importante para o surgimento do liberalismo teológico.

c. *Albrecht Ritschl*. Suas datas foram 1822—1889. Ele foi outra importante figura no desenvolvimento da teologia liberalizante. Ele reagia contra o naturalismo, o positivismo e o determinismo. Porém, também rejeitava a influência de todo pensamento metafísico sobre a teologia. Influenciado pelo idealismo neokantiano, Ritschl encontrou em Jesus um *arquétipo* do homem, que demonstrava a supremacia humana sobre a natureza. Jesus, apesar de todas as ameaças, confiou inteiramente em Deus, e assim revelou o padrão a ser seguido por todos os homens. A reação do homem a Deus, pois, está baseada sobre amor e graça não qualificados. Esse tipo de racionalismo substituiu a simples crença naquilo que a Bíblia ensina, confiando na revelação como fonte de tudo. O conhecimento religioso passou a ser considerável como obtido através da consciência do *valor* conferido pela vida do homem, por parte de Deus, através de Jesus. Todo conhecimento válido passou a ser visto como conhecimento que contém os valores que Deus dá ao homem, nesse processo de conscientização. Somente os julgamentos de valor da fé são dignos de nossa atenção. De acordo com Ritschl, esse conhecimento do valor haveria de transformar a sociedade humana, trazendo para os homens o Reino de Deus. Temos aí, portanto, uma espécie de ponto de vista pós-milenar. O próprio homem haveria de inaugurar o milênio. Além disso, esse pensamento tornou-se um importante alicerce para as teorias do evangelho social, que surgiram mais tarde, que tendem por eliminar a profecia e as especulações escatológicas.

Outros pensadores que desenvolveram o modo de pensar de Ritschl, com suas próprias adições e modificações, foram Adolf von Harnack (1851—1930), Wilhelm Herrmann (1846—1922) e Julius Kaftan (1848—1926). *Harnack* desenvolveu mais conceitos ainda do evangelho social. Ele foi um dos mestres de Karl Barth. Ver o artigo separado a seu respeito.

d. *O liberalismo do século XIX*. Um de seus principais alicerces era a crítica literária da Bíblia. Tenho abordado detalhadamente essa questão, no artigo intitulado *Crítica da Bíblia*. Métodos aplicados a qualquer tipo de literatura passaram a ser aplicados à Bíblia, juntamente com grandes doses de ceticismo, no que diz respeito à validade histórica e à integridade de muitos dos livros da Bíblia, juntamente com invenções de entusiastas, que tinham pouca base nos fatos históricos. A neo-ortodoxia de Karl Barth foi uma reação contra o radicalismo manifestado por esses ativistas. Muitos liberais deixaram de reputar o cristianismo como qualquer coisa ímpar, fazendo-o ocupar lugar entre outras religiões, como mais um desenvolvimento histórico da busca humana pela verdade. Para muitos liberais, Jesus deixou de ser uma figura sem igual, e as idéias sobre a sua divindade foram abandonadas. Ver o artigo sobre o *Jesus Histórico*, que fornece mais detalhes sobre essa questão. Schleiermacher defendia o cristianismo como a religião que incorpora a mais elevada consciência do homem sobre a verdade de Deus, porém, muitos eruditos liberais, depois dele, não davam mais ao cristianismo tão elevada posição.

e. *Ernst Troeltsch*. Suas datas foram 1865—1923. Foi líder da chamada Escola da História das Religiões. Ele salientava, com grande erudição, as similaridades entre a fé cristã e outras fés, mostrando muitos pontos paralelos e muitos empréstimos, e admitia que poderia chegar o dia em que o cristianismo cederia seu papel de líder das fés religiosas, sacrificando esse papel diante de alguma novel religião.

f. *H.E.G. Paulus* (1761—1851) e *D.F. Strauss* (1808—1874) aplicaram o racionalismo aos elementos miraculosos que há na Bíblia. Eles tentaram eliminar o elemento sobrenatural da fé cristã. Foram apontados alegados mitos que haveria nas narrativas bíblicas. O livro de Strauss, *Life of Jesus*, contém muito desse tipo de especulação.

g. *Pressupostos e categorias de filosofias correntes* foram aplicadas a fim de explicar as origens da fé cristã. Hegel e Kant exerceram a principal influência dentro dessa atividade. Strauss e F.C. Baur (vide) deixaram-se influenciar pela filosofia de Hegel. Ritschl, por sua vez, foi influenciado pelas idéias antinaturalistas e antimetafísicas de Kant.

h. *O Jesus teológico e o Jesus histórico*. Os estudiosos liberais fizeram distinção entre a religião de Jesus (aquela que ele realmente ensinou) e a religião *sobre Jesus* (aquela que a Igreja inventou, atribuindo a Jesus toda espécie de qualidades metafísicas, que ele, na realidade, não teria). A religião *sobre Jesus*, com freqüência, foi identificada pelos liberais com as atividades e ensinamentos de Paulo, com as especulações helenistas e com um antigo supernaturalismo, geralmente sem sentido. Essas idéias foram propagadas principalmente através de obras como *The Essence of Christianity* (1841) e *The Essence of Religion* (1845), de Ludwig Feuerbach, e *What is Christianity?*, de Adolf Harnack. Um dos resultados dessa atividade foi a falta de confiança nos credos e dogmas tradicionais.

i. *Ataque contra a historicidade*. Para os liberais, a história foi-se tornando cada vez menos importante. De fato, se houve algo é que a investigação histórica

passou a ser vista como contrária à crença na Bíblia. Os ensinamentos superiores ou mesmo inigualáveis do cristianismo, de acordo com os liberais, seriam a essência dessa fé, o elemento que deveria ser salientado. O poder de Jesus residiria em sua moralidade ímpar, e não em sua natureza metafísica sem igual entre os homens.

j. *Atitudes sobre o pecado e a salvação.* A pecaminosidade humana passou a ser menos crítica e radical, no liberalismo. Os eruditos liberais assumiram uma posição mais caridosa e compreensível sobre o homem e suas falhas. Essas falhas foram atribuídas à falta de conhecimento ou discernimento (conforme Sócrates ensinava). A salvação perdeu, entre eles, suas cruciais qualidades metafísicas e escatológicas, sendo vista como uma inspiração que livra o homem de sua condição adversa. Ritschl ensinava que o pecado é uma compreensão confusa, com base na ignorância do homem, sobre a verdadeira natureza de Deus. A doutrina da expiação, por sua vez, tem sido explicada por eles como um grande exemplo dado por Jesus, visando a exercer uma influência moral sobre os homens.

1. *Karl Barth.* Suas datas foram 1886 — . Oferecemos um artigo detalhado acerca dele. Nosso propósito, neste ponto, é apenas dizer que ele se revoltou contra os extremismos dos eruditos liberais, contra o negativismo e o ceticismo deles, tendo encontrado na graça divina a única base para a fé humana. Ele também negava que o cristianismo é apenas uma religião entre muitas, salientando seu caráter único, e encontrando em Jesus a inigualável auto-revelação de Deus. A influência de Barth foi e continua sendo grande, tendo debilitado em muito o avanço do liberalismo. Por outra parte, muitos crêem que Barth apenas cortou o nó górdio, em vez de expor uma nova e vital verdade. Ver o artigo *Nó*, último parágrafo. Para os eruditos liberais, as atividades de Barth tenderam por obscurecer avanços genuínos na teologia. Para os conservadores, porém, não avançaram o suficiente as atividades de Barth para restaurar o *biblicismo* (vide). De fato, alguns têm-se referido à influência de Barth como *o cativeiro barthiano* da Igreja. Por outra parte, os artigos de *Rudolf Bultmann* (vide) e de *Paul Tillich* (vide) tenderam por dar continuidade ao pensamento liberal, segundo já se descreveu acima. Ambos esses homens estiveram associados à revolução teológica de Karl Barth, meio século atrás ou mais, e têm procurado evitar os excessos do liberalismo, ao mesmo tempo em que não promoviam os excessos do próprio Barth. Porém, as críticas que podem ser feitas contra esses homens são essencialmente as mesmas que os críticos têm feito contra o liberalismo mais antigo.

7. Seis Características da Teologia Liberal. Os pontos 6.e,f,g,h,i,j, além de demonstrarem os desenvolvimentos históricos da teologia liberal, também servem como as *seis principais* características dessa teologia. Ali oferecemos os detalhes. Aqui meramente damos títulos a esses detalhes. Essas seis características são as seguintes:

a. Foi posta em dúvida — a natureza única — do cristianismo.

b. Foi promovida a dessupernaturalização do cristianismo.

c. Foram evocadas filosofias correntes para explicar a natureza do cristiansimo, com a apresentação de argumentos antimetafísicos.

d. Veio à tona a distinção entre o Jesus teológico e o Jesus histórico.

e. A historicidade do cristianismo foi atacada, e seus ensinos sem igual foram salientados como a sua verdadeira contribuição.

f. Mudaram as atitudes concernentes ao pecado e à salvação.

8. Cinco Raízes Principais do Liberalismo Teológico:

a. O idealismo filosófico alemão (Kant e Hegel), visto através de Schleiermacher, Ritschl e Biedermann (muito influenciado por Hegel).

b. A historicidade e a revelação foram atacadas, e se depositou uma grande fé nos estudos críticos, e não no objeto que estava sendo estudado — a Bíblia.

c. Muitas crenças judaicas e cristãs foram vistas como obsoletas, diante dos descobrimentos da ciência. Onde a ciência contradizia a Bíblia, era dada preferência à ciência.

d. Muitos estudiosos liberais foram notáveis eruditos, algo que, com freqüência, faltava aos estudiosos conservadores, os quais, somente ultimamente se estão destacando por sua erudição. Essa *nova erudição* era impressionante, tendo dado origem, pelo menos em parte, ao título «modernismo», como alternativa para *liberalismo*. Com grande freqüência, os liberais falavam com base na erudição e nas pesquisas, ao passo que os conservadores podiam apenas recorrer a *textos de prova* das Escrituras, um tipo de argumentação que envolve falhas, visto que os textos de prova podem ser manipulados, como a estatística, para que se defenda quase qualquer coisa que os debatedores queiram dizer. Outrossim, o uso de textos bíblicos de prova pressupõe que a Bíblia não pode conter qualquer tipo de erro, o que poucos eruditos conservadores iluminados ousariam dizer, hoje em dia. Os liberais eram os donos da erudição, e o anti-intelectualismo dos conservadores servia apenas para prejudicar a causa deles.

e. *Preocupação social.* É simplesmente impossível negar a genuinidade dos profundos interesses sociais dos eruditos liberais. A grande ênfase que eles têm dado às mudanças sociais e às instituições de caridade, visando ao bem-estar dos homens, tem tendido por produzir um evangelho social e por obviar em grande parte a preocupação com a salvação das almas.

9. Produções Literárias Clássicas dos Eruditos Liberais. A produção literária do liberalismo tem sido admirável, assinalada pelo exame exaustivo tipicamente teutônico. Salientamos abaixo apenas alguns dos volumes clássicos do neoprotestantismo:

The Christian Faith, de Schleiermacher; *The Christian Doctrine of Justification and Reconciliation*, de Ritschl; *What is Christianity?*, de Harnack; *The Essence of Christianity and the Essence of Religion*, de Ludwig Feuerbach; *The Modern Use of the Bible*, de E. Fosdick; *Life of Jesus*, de Strauss; *Jesus Christ and Mythology* de R. Bultmann. Outras obras liberais importantes são mencionadas no artigo sobre *Crítica da Bíblia*.

10. Avaliações. Ver a quinta seção do presente artigo.

IV. O Liberalismo Ético

Ver o artigo paralelo, *Conservantismo Ético*. Deve-se entender o liberalismo como movimento que sugere *liberdade de toda restrição*, mas não, necessariamente, liberdade da responsabilidade. De fato, quanto maior for a liberdade desfrutada por alguém, maior será a sua responsabilidade. Os usos históricos do termo «liberalismo ético» e sua idéia têm variado. Sugerimos várias formas possíveis de liberalismo ético:

1. *A liberdade individual* em contraste com as restrições impostas por algum sistema, como uma igreja, uma fé religiosa, o Estado, etc. O homem,

como indivíduo, tem a liberdade de tomar suas próprias decisões éticas, sobre quaisquer bases e de acordo com qualquer sistema ou teoria. A liberdade ética, pois, não implica, necessariamente, na liberdade de qualquer tipo de obrigação, mas somente na liberdade de certos tipos de restrição. Assim, um homem pode sentir-se restringido por sua própria consciência e pela fé bíblica, mas não por outras forças. Essa é uma forma de liberalismo ético.

2. *O liberalismo como campeão do povo.* Os liberais — têm insistido na necessidade — de **tolerância** religiosa e outras formas de tolerância. Eles estão dispostos a aceitar *mudanças*, e tendem por negar a autoridade de qualquer modalidade de dogmatismo. Eles preferem acompanhar a maré da história, em vez de tentar estagná-la. Por esse motivo, usualmente não toleram valores fixos, engastados em sistemas dogmáticos.

3. *Eles frisam os direitos individuais*, opondo-se aos sistemas opressivos, sem importar se políticos ou religiosos. Os eruditos liberais atuam muito melhor nas sociedades democráticas e nas igrejas de tendências liberalizantes do que em sistemas políticos ou religiosos fechados, mormente quando estes últimos dão grande importância aos dogmas.

4. Eles crêem que as *questões de ética* devem ser *decididas por cada indivíduo*, sem qualquer interferência da parte de códigos e sistemas. Essa atitude, por outro lado, pode encorajar o *antinomianismo* (vide) e o *anarquismo* (vide).

5. Usualmente os liberais favorecem o *relativismo* e o *pragmatismo* no campo da ética. Ver os artigos sobre esses assuntos.

6. Apesar de crerem na revelação quanto a diretrizes éticas, usualmente os liberais *negam* a tese que a revelação é a principal ou melhor *fonte* de normas éticas. De fato, muitos eruditos liberais chegam a negar que a revelação seja uma fonte de informes éticos, pensando que o *humanismo* é a verdadeira fonte originária dos valores éticos.

7. O liberalismo *opõe-se* ao conservantismo rígido, sob a alegação de que este faz estagnar a inquirição pela verdade; que promove interesses estranhos; que o mesmo enfatiza sonhos, considerações sobre a vida após-túmulo, etc. Por sua vez, os eruditos liberais são acusados pelos eruditos conservadores de terem abandonado a verdadeira base da ética, a saber, os documentos sagrados que Deus tem dado aos homens, como uma doação do alto. O homem precisa obedecer ao que lhe foi proporcionado, em vez de substituir isso pelas invenções humanas.

8. Alguns eruditos liberais mais radicais *rejeitam* quaisquer questões éticas como se fossem julgamentos subjetivos de valor, refletindo apenas preferências individuais, e não verdadeiras questões. Atos *autênticos* são encorajados por eles, com o que dão a entender aquilo que funciona bem e dá os resultados almejados (pragmatismo), e não aquilo que é considerado teoricamente correto.

V. Avaliações

Assim como as divisões e as querelas são vícios do fundamentalismo, assim também o ceticismo e os exageros são vícios do liberalismo. Mas que o liberalismo tem contribuído em muito para a erudição bíblica, muito tendo feito por esclarecer os homens sobre a Bíblia e o cristianismo, quanto às questões de desenvolvimento histórico e dogmático, é algo que nem precisa ser defendido. — Mas que os liberais têm, por muitas vezes, enveredado por caminhos ainda mais impossíveis que o fundamentalismo, também não pode ser negado, pois têm defendido idéias que simplesmente não se sustêm de pé. Alguns eruditos liberais são destruidores propositais, porquanto partem do pressuposto de que se deve fazer oposição às idéias mais antigas, as quais, segundo pensam, aprisionam a mente humana. Portanto, a busca pela verdade, por parte dos liberais, nem sempre é objetiva. Esse sentimento distorcido tem colorido a erudição de vários liberais. Sob a segunda seção, acima, temos dado os elementos e as atitudes fundamentais do liberalismo. O leitor poderá verificar, por si mesmo, que vários de tais elementos e atitudes seriam úteis, se não fossem os exageros. O nono ponto alista os itens negativos do liberalismo, o que deve ser tido como críticas à posição liberal.

Apesar de ser bom rejeitar a *bibliolatria* (que não podemos negar que existe entre muitos fundamentalistas), alguns eruditos liberais chegam a não demonstrar o devido respeito pelos poderes da revelação divina e pelas experiências místicas, que são nossas principais fontes de conhecimento espiritual. Apesar de estarem corretos quanto ao seu ataque contra o *anti-intelectualismo* (vide), a experiência religiosa da maioria dos eruditos liberais é por demais provincial para ser levada a sério e os elegermos como nossos guias às realidades espirituais. Os liberais procuram encontrar explicações racionalistas para o que é miraculoso; mas esse elemento miraculoso é um fator comum à existência humana. Como ilustração moderna, haja visto o caso de *Satya Sai Baba* (vide), um místico hindu, homem de poder e milagres, que demonstra como Jesus facilmente pode ter realizado tudo quanto os evangelhos lhe atribuem, e muito mais ainda, conforme se lê em João 20:30,31. Essas coisas foram escritas acerca de Jesus, a fim de que pudéssemos *crer*, e a crença cristã tem firme fundamento nos eventos miraculosos históricos, produzidos pelo extraordinário Jesus Cristo. A ênfase de alguns liberais sobre a ética relativista também tem sido prejudicial à moralidade cristã. A ética sempre deve ser encarada como muito mais do que meras experiências e testes humanos. Ademais, apesar da maioria dos eruditos liberais dizer-se teísta, muitos deles exibem as atitudes próprias do deísmo. Os artigos sobre o *Teísmo* e o *Deísmo* ilustram esse ponto.

A ênfase dos liberais sobre o método científico, e a disposição deles de aceitarem evidências confirmadas da ciência, ao mesmo tempo em que rejeitam certos antigos conceitos religiosos, têm produzido alguns avanços positivos na inquirição pela verdade. Uma coisa óbvia, para exemplificarmos, são as abundantes provas que a ciência arqueológica nos tem dado sobre a vasta idade da terra, o que é secundada pela geologia e pela astronomia. Somente os teólogos mais bitolados têm-se recusado a reconhecer que, quanto a esse particular, a ciência está com a razão, e que antigas idéias teológicas, alicerçadas sobre os informes genealógicos, estão irremediavelmente erradas. Nossa busca pela verdade deveria ser suficientemente aberta para incorporar novas idéias, sempre que houver provas convincentes das mesmas. As tradições, a curto prazo, são mais fortes que a verdade. Mas a verdade, a longo prazo, sempre sai vitoriosa, do que resultam alterações nas tradições. Quanto a ilustrações sobre esse ponto, ver os artigos sobre a *Criação*, seção V.4; *Antediluvianos; Astronomia*, terceiro ponto; e *Língua*, seção IV, *A Origem das Línguas*. Ali apresentamos fortes evidências arqueológicas de que a existência do homem, mesmo nas Américas, pode ser orçada em mais de quarenta mil anos. Isso nos leva a aceitar a idéia de que houve raças *pré-adâmicas* de homens. Isso ilustra idéias que

a ciência consegue aclarar. Não se trata, porém, de alguma questão isolada, pois há outras questões que também poderão ser iluminadas pelas pesquisas científicas.

Bibliografia. AM B C E F ID R

LIBERALISMO CATÓLICO

A grosso modo, pode-se dizer que o **Liberalismo Católico** resultou da influência do liberalismo protestante (essencialmente descrito no artigo sobre o *Liberalismo*) sobre os católicos romanos. Naturalmente, antes mesmo disso já se faziam sentir os efeitos liberalizantes da comunidade anglicana muito aberta. Os anglicanos sempre enfatizaram muito o papel da razão e o respeito pela sólida erudição teológica. O século XIX, com seus avanços científicos, de mistura com a erudição liberal, submeteu a teste os próprios alicerces do cristianismo tradicional. Entre as diversas tentativas para diminuir a distância entre o cristianismo tradicional e o pensamento moderno, podemos citar a do liberalismo católico. Os católicos romanos, querendo continuar parte da Igreja Católica Romana, ainda assim desejavam ter o direito de repensar e modificar os credos. Exemplos conspícuos disso são os eruditos católicos romanos da Holanda e dos Estados Unidos da América do Norte. O liberalismo católico tem procurado reter alguma semelhança com a ortodoxia credal, ao mesmo tempo que concedendo plena autoridade aos *resultados seguros* da crítica histórica e da crítica bíblica. Esse tipo de teologia pode ser visto em seu melhor aspecto na obra *Lux Mundi* (vide), um volume de ensaios editado por Charles Gore (vide), em 1889. Essa obra assinalou a aceitação de uma seção de anglo-catolicismo da alta crítica bíblica e da filosofia idealista. Muitos católicos romanos deixaram-se influenciar por esse material, e, subseqüentemente, vários outros estudiosos estavam dizendo e escrevendo coisas similares. Os liberais de tendências mais radicais objetaram a esse tipo de abordagem conciliatória, ao passo que os conservadores estritos criticavam a mesma, por causa do liberalismo ou modernismo ali contido.

Em relação ao catolicismo romano, há um elemento adicional que não se tornou proeminente dentro do protestantismo. É que a Igreja Católica Romana sempre esteve intimamente vinculada ao Estado. A fim de que a teologia liberal tivesse sucesso, no seio do catolicismo romano, tornava-se necessário romper esse vínculo. Os católicos romanos conservadores, baseados sobre a teologia agostiniana, sempre pensaram que a união entre Igreja e Estado foi divinamente instituída. E por isso, dentro da Igreja Católica Romana sempre houve resistência a todas as demandas liberalizantes, incluindo o aspecto da separação entre a Igreja e o Estado. A idéia que a Igreja deveria retirar-se da política foi acerbamente criticada pelo papa Gregório XVI em sua encíclica *Mirari Vos* (1832), e pelo papa Pio IX, em seu *Syllabus* (1864). O papa Leão XIII em seu *Libertas Praestantissimum* (1888), e o papa Pio X, em seu *Lamentabili* (1907), condenaram o liberalismo como um esforço da sociedade civil por libertar-se da autoridade de Deus, concretizada na Igreja. Leão XIII também expediu sua *Rerum Novarum*, igualmente contra o liberalismo. Naturalmente, tanto a política liberal quanto a teologia liberal parecem ameaçadoras para qualquer sistema fechado, como é o caso da Igreja Católica Romana. Uma notável encíclica contra o liberalismo foi a *Pascendi*, de Pio X. Esse documento (1907) contém uma detalhada caracterização e crítica do liberalismo (modernismo). Ali os bispos romanistas são encarregados da responsabilidade de ser os guardiães da Igreja e suas escolas, das heresias do liberalismo. O seu *Motu Próprio* (vide), foi chamado de *Sacrorum Antisitum*. Aquele papa determinou que todos os padres jurassem combater o modernismo, reafirmando sua fé nas tradições católicas romanas.

Existem muitas denominações protestantes que são sistemas fechados, não menos do que a Igreja Católica Romana. Para essas denominações, o liberalismo representa a mesma ameaça que representa para o romanismo. Todavia, houve teólogos católicos romanos, em Tubingen, na Alemanha, como J.A. Mohler e J.E. Kuhn, que tentaram incorporar idéias liberais (e outros avanços do pensamento) ao sistema católico romano, com resultados muito dúbios.

O papa João Paulo II (atual papa, fins de 1987) tem atacado vigorosamente àqueles que aceitam parte da doutrina da Igreja Católica Romana, mas rejeitam outra parte, e tem despedido de universidades católicas a vários professores de tendências liberais. No entanto, dentro do catolicismo romano de nossos dias há um segmento liberalizante bem amplo. Além disso, ainda há pouco tornou-se notório nos meios católicos romanos a chamada *Teologia da Libertação* (vide), ainda que, por incrível que pareça, apesar de seu título «da Libertação», na verdade é ferozmente *totalitária*, uma filosofia secular que modifica a teologia em uma sociologia religiosa. Portanto, a Igreja Católica Romana está enfrentando, na atualidade, uma dupla ameaça, cujo resultado pode ser um outro cisma ainda maior do que aquela no século XVI, no tempo da Reforma Protestante. Ver o artigo geral sobre o *Liberalismo*. (C R)

LIBERDADE

Esboço:

I. Caracterização Geral

II. Considerações Filosóficas

III. Algumas Considerações Bíblicas e Teológicas

I. Caracterização Geral

1. *Quando o Homem é um Ser Livre?* Alguém já forneceu a seguinte resposta: «O homem é livre quando as condições sob as quais vive são de sua própria escolha». À primeira vista, parece que temos aí uma boa definição. Porém, essa definição envolve problemas. Pois se as pessoas forem treinadas, educadas ou mesmo forçadas a aceitarem um determinado conceito de liberdade, talvez se contentem relativamente bem diante da servidão, em vez de quererem ser verdadeiramente livres. Se houvesse eleições livres atualmente, na União Soviética, provavelmente o comunismo seria vencedor. Entretanto, isso não faria do comunismo um promotor da liberdade humana. Tal eleição serviria somente para provar que o povo russo foi treinado de tal modo que nem saberia escolher direito entre opções. Antes, naturalmente, permaneceriam com aquilo que sempre conheceram, temendo que qualquer modificação pudesse apenas vir a piorar as suas condições de vida.

2. *Dentro do Campo Espiritual.* Aplica-se ali o mesmo princípio. Em nossos dias, vemos o espetáculo em que todo o tipo de deboche é apresentado como se fosse «moderno» e «livre». Um indivíduo completamente depravado e viciado, em várias modalidades de pecado, considera-se livre meramente porque a lei não proíbe o seu estilo de vida e porque tem a liberdade de deixar-se escravizar pelo pecado. Isso nada tem a ver com a liberdade autêntica. Jesus Cristo trouxe

para nós uma mensagem de libertação do pecado, que envolve o direito de nos tornarmos membros da família de Deus. Ver João 8:36. A verdadeira liberdade consiste no que disse ali o Senhor Jesus. A queda no pecado tornou os homens cativos do pecado e da mortalidade. — A mensagem do evangelho promete-nos liberdade dessas coisas. A liberdade genuína está diretamente ligada à verdadeira imortalidade. Platão referia-se ao mundo material como o sepulcro e a *prisão* da alma. A libertação, mediante a redenção que há em Cristo, pode reverter tal situação.

II. Considerações Filosóficas

1. Um importante elemento da *liberdade* é a capacidade e a oportunidade de ter uma genuína *escolha livre*. Ver os artigos separados sobre o *Livre-Arbítrio* e sobre o *Determinismo*. Entretanto, essa escolha não deve ser somente entre poderes ou forças externas, mas deve envolver o íntimo do próprio indivíduo. Talvez me seja dada a oportunidade de escolher o bem, por exemplo; mas, se eu mesmo estiver escravizado pelo mal, serei forçado, por compulsão íntima, a continuar escolhendo o mal. Terei feito uma aparente livre escolha, mas já me havia decidido, mediante fatores subjetivos.

2. A *teoria atômica* de Demócrito, dos epicureus e de Lucrécio propunha a liberdade em relação aos átomos. E as teorias éticas, baseadas nessa pequena metafísica, representavam o homem como um ser livre para agir, sem qualquer compulsão externa (os deuses não se incomodariam nem um pouco com o que fazemos), e também sem qualquer compulsão interna escravizadora.

3. Os *filósofos teólogos cristãos* têm assumido diversas posições acerca da questão da liberdade. Agostinho e Tomás de Aquino apoiavam a realidade das escolhas humanas, mas combinavam-na com a presciência divina e com um futuro previamente determinado. A queda do homem no pecado também é um fator importante da teologia, visto que muitos teólogos (como os calvinistas) crêem que o homem perdeu sua capacidade de vontade livre, quando caiu no pecado. Assim, o homem poderia escolher livremente o mal, mas não o bem, pelo que não o escolheria mesmo. Essa idéia reflete-se claramente no terceiro capítulo da epístola aos Romanos. Ver o artigo geral sobre o *Livre-Arbítrio* e também sobre o *Determinismo*, onde a questão é amplamente debatida.

4. *Guilherme de Ockham* favorecia fortemente a liberdade humana, ao ponto em que pensava que o futuro é sempre contingente, embora, de alguma maneira, a infinitude de Deus não seja por isso limitada, ainda que ele não soubesse dizer de que maneira, visto que um futuro contingente requer que pensemos em um Deus finito.

5. *Pico della Mirandola* acreditava que a liberdade de escolha do homem confere-lhe uma posição especial no universo, acima de todas as demais criaturas.

6. *Descartes* ensinava que os homens reconhecem, intuitivamente, que são livres quanto à sua escolha.

7. *Cousin* pensava que a fonte da liberdade é a espontaneidade. Essa condição seria universal, garantindo a liberdade.

8. *Martineu* definia a liberdade como a capacidade de escolher entre diferentes motivações.

9. *Charles Peirce* postulava que o *tiquismo* (vide), o princípio da chance (vide), é uma força que opera no mundo, garantindo a liberdade de escolha.

10. O *existencialismo* (vide) acredita que a liberdade (e, por conseguinte, a responsabilidade) é uma das principais características da existência humana. A liberdade não somente existe, mas também é inevitável e, com freqüência, mostra-se desastrosa. Nem sempre a liberdade leva à bondade e ao benefício. O existencialismo religioso encara a missão de Cristo, ou a bondade de Deus, como garantidoras de um bom resultado, porém, a variedade atéia do existencialismo vê um mundo pessimista misturado em meio a uma liberdade indefinida e sem sentido.

11. *David Hume* não pensava que a liberdade fosse incompatível com a necessidade, fazendo a coação ser o contrário da liberdade.

12. *Jonathan Edwards* fazia a liberdade tomar a feição de um determinismo disfarçado, assegurando-nos que os homens escolhem o que preferem, embora só escolham aquilo que Deus já determinou que deve acontecer.

13. *Voltaire* tomava uma posição parecida com a de Jonathan Edwards. Fazemos aquilo que preferimos: porém, escolhemos aquilo que necessariamente deve ser escolhido. Para Voltaire, isso parecia uma liberdade suficiente.

14. *Kant* falava em liberdade em termos de *autonomia*, uma qualidade da vida humana, posta à disposição de todos os homens, mas somente dentro do nível *noumenal* do ser, pois, dentro do mundo dos *fenômenos*, as coisas seriam governadas pelo determinismo.

15. *A definição normativa*. A verdadeira liberdade consiste em fazer aquilo que a pessoa *deveria fazer*, porquanto todos os demais tipos de atos são escravizadores. Agostinho e Tomás de Aquino trouxeram à tona esse conceito do valor da liberdade.

16. *Liberdade é caráter*. Milton ensinava que a liberdade verdadeira envolve a questão do caráter. Quem possui um caráter fraco sempre vive escravizado pelo pecado, por mais que declare, em altos brados, a sua liberdade, que é falsa. O caráter espiritual leva os homens a escolherem a bondade e a retidão, bem como a liberdade genuína.

17. A liberdade é o poder que inicia ou impulsiona as causas (Epicuro).

18. *Dewey* equiparava a liberdade com o poder de tomar decisões inteligentes.

19. A *liberdade política* consiste no estado de ser livre de compulsões externas. No regime de liberdade política os homens não são aprisionados, nem aterrorizados, por causa de suas convicções, e também desfrutam de certas liberdades fundamentais. Ninguém é inteiramente livre, mesmo sob circunstâncias ideais, visto que precisa viver em uma comunidade, cedendo aos direitos e desejos de outros seres humanos. Acresça-se a isso que o homem precisa ter um genuíno conceito de liberdade, com a permissão de expressar esse conceito de alguma maneira prática. Isso requer a garantia dos direitos e liberdades humanos básicos. A liberdade inclui o direito de seguir um certo curso de vida, incluindo alguma profissão, e não a isenção de qualquer opressão externa. As pessoas livres escolhem a sua própria condição de vida, embora também precisem ser treinadas a reconhecer como se deve escolher entre opções diversas. Antes de tudo, quem é livre é livre na mente e, em seguida, nos atos e nas condições.

III. Algumas Considerações Bíblicas e Teológicas

1. É patente que o grande adversário da verdadeira liberdade é o pecado e a sua degradação, porquanto o homem que é escravo de suas corrupções internas não é livre, sendo antes um cidadão do mundo dos poderes malignos. O terceiro capítulo da epístola aos Romanos descreve graficamente o poder escravizador

do pecado, e os capítulos que se seguem descrevem como o homem pode ser libertado, por meio do evangelho.

2. A *verdadeira liberdade* faz parte do poder libertador da missão de Cristo, conforme se aprende em João 8:36. A liberdade espiritual é mais importante que a liberdade pessoal e a política, e os escravos podem ser libertos em Cristo (I Cor. 7:22).

3. Embora a queda no pecado tenha embotado a capacidade do homem de fazer escolha, de tal modo que é verdade que ele escolhe facilmente o mal, ao passo que só dificilmente ele escolhe o bem, também é verdade que o homem pode escolher, realmente, o bem. E só será uma pessoa responsável se o fizer. A mensagem do evangelho dificilmente pode ser proclamada perante ouvidos surdos; mas, quem quiser atender ao seu chamamento, que o faça. Na Bíblia são ensinados tanto o livre-arbítrio quanto o determinismo. Se dissermos que o homem não é capaz de fazer escolhas entre o bem e o mal, por causa da queda, a menos que para isso seja capacitado pelo Espírito de Deus, então respondemos que o Espírito de Deus posta-se ao lado do crente, quando vê a mais tênue reação favorável a Cristo. — E se alguém argumentar dizendo que o homem não pode ter nem mesmo a mais tênue reação favorável, então replicamos que isso é contrário à experiência e à observação humanas. E também que o Espírito Santo, em face do amor de Deus, é poderoso para permitir a todos os homens essa reação mínima. E, mesmo que isso não ocorra deste lado da existência, o julgamento remedial, ensinado em I Ped. 4:6, e também a restauração geral, ensinada em Efé. 1:9,10, haverão de permitir essa oportunidade.

4. *O homem é um ser criativo.* Alguns teólogos têm dado pouco valor ao ser humano, referindo-se a ele como um verme, totalmente depravado e impotente. Porém, a experiência humana não concorda com essa avaliação. De fato, as evidências demonstram que o homem não somente é uma criatura capaz de fazer livre escolha, mas também é um ser criativo, que pode transformar tanto a si mesmo quanto ao seu meio ambiente e ao seu destino. Até onde sou capaz de ver as coisas, essas são qualidades que o ser humano possui, devido ao fato de haver sido criado segundo a imagem de Deus.

5. *O poder libertador de Cristo é universalmente libertador.* Ele mesmo ensinou que quando fosse levantado na cruz, *todos os homens* seriam atraídos a Ele (João 12:32). Essa declaração de Jesus soluciona de vez a questão da potencialidade humana.

6. Apesar do homem ser um egocêntrico, importante aos seus próprios olhos, preocupado somente consigo mesmo, auto-indulgente e justo perante seu próprio conceito, também é objeto do amor universal de Deus e da missão toda-poderosa de Jesus Cristo. Esses elementos divinos vencem a todas as possíveis barreiras humanas.

7. *Responsabilidade.* O apelo bíblico para que os homens escolham a bondade e os benefícios da missão de Cristo pressupõe que eles realmente são capazes de fazê-lo. Se os homens não pudessem corresponder a esse apelo, sob hipótese alguma poderiam ser considerados responsáveis por terem-no rejeitado. Condenar todos os homens, por causa da má escolha de Adão, sem qualquer recurso provido pelo Senhor é perder inteiramente de vista o significado da missão de Cristo. Essa missão tem um alcance universal, na terra, no céu e no hades, pelo que os seus efeitos também são universais, podendo resgatar de modo universal. Uma teologia má é aquela que fecha qualquer dessas portas. Não obstante, sabemos que apesar dessa capacitação, oferecida por Deus, mediante a missão de Cristo, muitos acabam mesmo preferindo o mal. O inferno ficará repleto, e não vazio! Há aqueles que nunca se deixarão conquistar pelo amor de Deus!

8. Um aspecto importante da liberdade ensinada na Bíblia é salientado pelo apóstolo Paulo, no quarto capítulo da epístola aos Gálatas. Em Cristo temos liberdade para desvencilhar-nos do sistema mosaico legalista, o qual apontava para a santidade, mas não tinha a capacidade de produzi-la. Ver Gál. 4:19 e *ss.* Naturalmente, essa é a mensagem, de modo geral, das epístolas aos Romanos e aos Gálatas.

9. *Liberdade moral e espiritual no serviço.* O indivíduo que é moralmente livre é aquele que já aprendeu a servir ao próximo. Aquele que desejar ser grande entre os homens, deve procurar essa grandeza no serviço que possa prestar a seus semelhantes. E quem desejar ser o primeiro, que se torne o último, na hierarquia do poder. O servo é aquele que dispõe de liberdade suficiente, libertando-se de seu egoísmo, para poder servir ao próximo. Ver Mar. 10:43,44. Jesus lavou os pés de Seus discípulos (João 13:12-20).

10. *Outros tipos de liberdade.* Ver os seguintes artigos: *Indiferença, Indiferentismo* e *Liberdade Cristã.*

LIBERDADE CRISTÃ

Esse título alude àquelas coisas que um crente pode fazer, mas que evita fazer, a fim de não ofender algum irmão escrupuloso com o ato. Falamos sobre coisas que, em si mesmas, são *indiferentes*, mas que deixam de sê-lo, somente porque alguém faz questão delas. O princípio básico da liberdade cristã é o fato de que Cristo liberta ao crente, não somente da servidão ao pecado, mas também da carga da lei de Moisés, como uma lei moral, como uma diretriz para a vida, sem falarmos na lei cerimonial, que não está mais em vigor. Ver João 8:31-36; Atos 26:17; Rom. 7:24,25; Heb. 2:14; Rom. 14. A união espiritual com Cristo (ver o artigo intitulado *Cristo-Misticismo*) faz toda a diferença, e é um agente libertador.

Nem a circuncisão e nem todo o conjunto de ritos e observância de dias especiais foram incorporados na fé cristã. Ver João 4:20-24; Atos 15:1-29; Gál. 2:1-21; 5:1-6; Heb. 8:10,13. Naturalmente, houve um longo e difícil período de separação, enquanto o antigo pacto estava morrendo e o novo pacto estava nascendo. Muitos cristãos primitivos eram legalistas, procurando manter as formas antigas dentro da nova criação. Ver o artigo sobre o *Legalismo*. Em minha opinião, Paulo representava o novo pacto, ao passo que o autor da epístola de Tiago (provavelmente não o apóstolo Tiago, irmão do Senhor) representava o antigo pacto. E isso significa que no Novo Testamento encontramos livros canônicos que representam ambos os lados da controvérsia. O concílio de Jerusalém, o primeiro concílio ecumênico, deu liberdade para os gentios quanto à maioria dos antigos regulamentos, estabelecendo exceção somente quanto ao uso do sangue e à ingestão de carne de animais sufocados, porquanto essas coisas eram especialmente repelentes para os irmãos judeus. Os trechos de Rom. 13:1-23 e 14:14 mostram que até mesmo nos territórios gentílicos o problema estava longe de ser solucionado, e careceu de instruções especiais da parte de Paulo.

É significativo que Paulo tenha chamado as pessoas escrupulosas do antigo caminho de *fracas*, sem importar se aqueles que continuavam a observar os antigos caminhos julgavam-se fortes e melhores cristãos que os demais, orgulhando-se de seu culto religioso superior e de sua observância alegadamente mais fiel. De fato, os novos avanços na fé cristã

sempre envolvem os «inovadores religiosos e os hereges», na opinião da velha guarda.

Quanto a outras explicações, incluindo a moderna aplicação do princípio da *Liberdade Cristã*, ver o artigo intitulado *Indiferença, Indiferentismo*. Ver também o artigo geral sobre a *Liberdade*.

LIBERDADE DA VONTADE

Ver sobre o **Livre-Arbítrio.**

LIBERDADE DE INFORMAÇÕES

Ver o artigo sobre o **Sigilo.**

••• ••• •••

LIBERDADE RELIGIOSA

Esboço:

1. Ilustrações e Exemplos
2. Os Preconceitos e a Conduta Indigna
3. A Dignidade Humana
4. Liberdade para os Cativos
5. Na Igreja Cristã Primitiva
6. A Reforma Protestante
7. O Estado e a Liberdade Religiosa
8. Elementos e Tipos de Liberdade Religiosa
9. Direitos Religiosos Básicos
10. Onde Está o Espírito de Deus, Aí Há Liberdade

Ver o artigo geral sobre a *Liberdade*.

1. *Ilustrações e Exemplos*

Talvez, em um artigo sobre um tema tão importante, fosse bom começar com uma ilustração.

Por algum tempo, vários grupos religiosos orientais, no estado de São Paulo, Brasil, em seu fervor propagandístico, estavam usando os ônibus interurbanos a fim de propagarem as suas doutrinas. Algumas vezes, aqueles propagandistas entravam em um desses ônibus para anunciar algum livro que tinham para vender, ou solicitavam doações em dinheiro para certa variedade de obras sociais e de caridade. Aparentemente, a direção daquelas companhias de ônibus permitia a continuação da prática. Ocasionalmente, os ativistas mais zelosos faziam a mesma coisa, mas iam em viagem, no ônibus, para então, ao longo do caminho, fazerem o seu trabalho religioso.

Embora eu não tivesse sido testemunha ocular do que passo a narrar, — o acontecimento foi visto por um amigo. Um dia, quando um representante de uma dessas religiões orientais estava fazendo a sua propaganda, um missionário evangélico resolveu intervir. Ele se levantou e anunciou que os passageiros do ônibus, certamente, não queriam comprar os livros que aquele homem estava tentando vender. Então seguiu o homem e recolheu todos os livros e os devolveu ao propagandista religioso. Apesar de que, à primeira vista, isso pode parecer um ato de coragem, em defesa do evangelho cristão, quando nos pomos a refletir, fica patente que foi um ato tolo, que milita contra a liberdade religiosa. Poderíamos questionar se é próprio que uma companhia de ônibus permita que seus veículos tornem-se cena de tal propaganda religiosa. No entanto, a primeira pedra fundamental da liberdade religiosa é que devo permitir que outras pessoas façam a mesma coisa que eu quero fazer. A liberdade religiosa instala-se quando todas as pessoas têm a liberdade de propagar a sua fé, sem importar no que consista essa fé. Já que desejo liberdade para mim mesmo, devo conceder liberdade a todos os meus semelhantes. Muitos líderes protestantes, durante o período da Reforma, clamaram contra a opressão da Igreja Católica Romana, exigindo direitos iguais e liberdade religiosa. Porém, quando obtiveram poder político, tornaram-se opressores. Quanto a isso, João Calvino (vide) é um exemplo conspícuo. Chegamos a ficar estupefactos quando lemos quantos objetores e hereges foram executados ou exilados a mando dele. Ver o artigo sobre a *Tolerância*. Os anglicanos, por sua vez, nos têm dado bom exemplo de liberdade religiosa. Eles têm insistido que a tolerância não é suficiente. Também há o princípio de amor e compaixão, que deveria ser aplicado a toda a controvérsia religiosa. Apesar daquilo que reputo serem erros graves no mormonismo (ver o artigo sobre os *Santos dos Últimos Dias*), tenho de confessar que eles nos têm dado um notável exemplo de tolerância, que deve mesmo estar no centro da liberdade religiosa.

2. *Os Preconceitos e a Conduta Indigna*

Uma pessoa **preconceituosa** é uma pessoa **não** liberal e intolerante. É possível um homem ter opiniões corretas, ao mesmo tempo em que é preconceituoso. E também é possível alguém ser preconceituoso, e estar errado em suas opiniões religiosas. Visto que a teologia é *teo*logia, e não *humano*logia, todas as pessoas religiosas erram em um ou outro ponto em sua teologia. Isso exige que sejamos humildes. O amor requer que sejamos tolerantes quanto aos nossos semelhantes e às suas crenças. Jesus misturava-se com os pecadores e não se mantinha afastado deles, conforme faziam os preconceituosos fariseus. Jesus atraía a Si mesmo os homens, mediante o poder da verdade que expunha. Ele jamais forçou quem quer que fosse a aderir a algum sistema. Ele criticou os seus próprios apóstolos quando demonstraram atitudes intolerantes, o que pode ser visto em dois significativos trechos bíblicos. Ver Mar. 9:38-40 e Luc. 9:51-56. Jesus aceitou certo homem como um seu discípulo autêntico, embora o homem não o seguisse e nem fizesse parte de seu próprio grupo (primeiro trecho bíblico); e Jesus desaprovou atitudes destrutivas concernentes aos samaritanos, que os judeus consideravam hereges (segundo trecho bíblico).

3. *A Dignidade Humana*

Uma das bases da liberdade religiosa é o conceito da dignidade do homem, o qual foi criado à imagem de Deus.

4. *Liberdade Para os Cativos*

Jesus veio a fim de pôr os homens em liberdade (ver Luc. 4:16-22). Ele fez isso pregando a verdade, expelindo demônios dos homens e salvando eternamente a muitos. Sua Igreja, embora discordando com seitas que se mantêm fora do pálio de Cristo, dificilmente segue o exemplo deixado por Deus; antes, por muitas vezes a Igreja organizada tem sido agente de perseguição. Uma pessoa ou um grupo de pessoas que seja um agente perseguidor dificilmente poderá ser respeitado como agência do evangelho, que liberta os homens no espírito do amor.

5. *Na Igreja Cristã Primitiva*

Atanásio, Hilário de Poitiers (*Contra Arianos vel Auxentium, Migne* x. 610) e Lactâncio (*Divina Intitutio*, Migne vi. 1061) rejeitavam a idéia do uso da força a fim de subjugar os hereges. Agostinho, para sua eterna vergonha, defendia o uso da força para controlar as heresias, incluindo o uso do poder do Estado, para o que se valia do argumento de que a liberdade pertence somente à verdade, e que aquele

que não defende a verdade não deveria ser livre. Ele argumentava que as pessoas não deveriam ter o direito de escolher o erro, porque esse tipo de escolha não é uma forma de liberdade, e, sim, de servidão. Também ensinava que as religiões falsas deveriam ser exterminadas. O resultado lamentável dessa maneira de pensar foi que tanto o Estado quanto a Igreja tornaram-se perseguidores e destruidores, mesmo que não houvesse crimes civis envolvidos, mas apenas diferenças doutrinárias. A história da cristandade, desde Agostinho até à Reforma Protestante provê-nos uma triste ilustração de como a Igreja Católica seguiu as diretrizes ensinadas por Agostinho, quanto a essa questão da liberdade religiosa.

6. *A Reforma Protestante*

Os historiadores religiosos falam sobre esse evento como um gigantesco passo na direção do estabelecimento do princípio da liberdade religiosa, tanto na Igreja como no Estado. A Reforma Protestante, em muitos casos, intensificou o ódio e a perseguição pois vários líderes protestantes foram mortos, exilados e perseguidos, ou, então, mataram, exilaram e perseguiram a outros. Todavia, a Reforma Protestante restaurou o conceito da responsabilidade individual diante de Deus, diminuindo a força dos poderes totalitários, seculares ou religiosos. A Reforma, pois, foi um fator na liberalização da Europa, e parte do movimento que, finalmente, separou a Igreja do Estado, na maioria dos países modernos. Isso deu margem para a variedade religiosa. Além disso, visto que os protestantes requeriam liberdade para *si mesmos*, logicamente criaram a atmosfera em que *outras* pessoas também são consideradas dignas do mesmo direito, sem importar se não são nem católicas romanas e nem protestantes.

7. *O Estado e a Liberdade Religiosa*

Têm prevalecido três condições gerais quanto a essa questão:

a. *Territorialismo*. Um território ou país permite apenas uma religião, o que elimina totalmente a liberdade religiosa. Todavia, os cidadãos têm ali o direito de emigrar para outros países. Esse foi o conceito adotado pela Paz de Augsburgo (1555) e pela Paz de Westphalia (1658).

b. *Territorialismo e Tolerância Religiosa*. Embora haja uma religião oficial, a emigração não é exigida da parte dos que não concordam com ela. Poucas pressões são feitas sobre os que não concordam com a religião oficial, e muita tolerância religiosa pode ser conferida aos tais. Essa foi a norma que, por longo tempo, prevaleceu na Grã Bretanha.

c. *Pax Dissendentium*. Em outras palavras «paz entre os dissidentes». O Estado concorda em permitir certa variedade religiosa, em que os partidos dissidentes vivem juntos, em paz. A Polônia foi o primeiro país a experimentar o sistema, em 1783. Esse sistema chegou a prevalecer nos Estados Unidos da América do Norte, embora, nos primeiros anos, quando os puritanos eram a força dominante, o sistema não chegou a funcionar. Muitos países modernos têm adotado o sistema.

8. *Elementos e Tipos de Liberdade Religiosa*

a. A liberdade em Cristo, que liberta aos homens (João 8:36).

b. A liberdade de sistemas legalistas, como medidas justificadoras ou santificadoras, o que é a mensagem cêntrica das epístolas aos Romanos e aos Gálatas. Ver Rom. 3 e Gál. 5:1.

c. A liberdade religiosa pode ser concedida pelos governos, conforme foi sugerido no sétimo ponto, acima. Ver o nono ponto, quanto a uma lista de direitos fundamentais que os governos devem dar aos seus governados.

9. *Direitos Religiosos Básicos*

a. Liberdade de expressão.

b. Liberdade de consciência.

c. Liberdade de reunião.

d. Liberdade de propagar a própria fé.

e. Liberdade de qualquer tipo de opressão por causa de crença religiosa.

f. Direito de falar sobre as implicações religiosas e espirituais das idéias e sistemas sociais, econômicos e políticos.

g. Liberdade de movimento nacional e internacional para os missionários religiosos.

h. O direito de manter escolas religiosas.

i. A necessidade de proteger o pluralismo religioso e político.

j. O direito de mudar de idéia e de unir-se a outros grupos religiosos.

Artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas:

«Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou de crença, bem como a liberdade — sozinho ou coletivamente, juntamente com outras pessoas, em público ou privadamente — de manifestar a própria religião ou crença no ensino, na prática, na adoração e na observância».

10. *Onde Está o Espírito de Deus, Aí Há Liberdade*

«Porque a lei do Espírito da vida, em Cristo Jesus, te livrou da lei do pecado e da morte» (Rom. 8:2).

«Ora, o Senhor é o Espírito; e onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade» (II Cor. 3:17).

«Para a liberdade foi que Cristo nos libertou. Permanecei, pois, firmes e não vos submetais de novo ao jugo da escravidão» (Gál. 5:1).

Bibliografia. C E P

LIBER DE CAUSIS

Esse tratado data de cerca do século IX D.C., embora tenha sido atribuído a Aristóteles. Trata-se de uma espécie de tratado neoplatônico sobre Deus e o mundo. Foi traduzido do grego para o árabe, e dali para o latim. Exerceu profunda influência sobre o pensamento de Eckhart, no século XIV D.C. Refere-se a muitos níveis de seres, começando por Deus, a Causa Primária. De Deus emanam, por meio de atos de *criação*, todas as formas de vida inteligente e todas as formas materiais. Essa obra difere das obras neoplatônicas comuns porque, nela, Deus aparece como o Criador, e não como emanador das outras coisas. Isso significa, por sua vez, que a essência de Deus é diferente de todas as outras essências, além de ser anterior a elas. O neoplatonismo comum era panteísta e dependia fortemente do conceito de *emanação* (vide), a fim de explicar a criação, conforme a conhecemos. A verdadeira origem desse tratado foi uma parte de um manuscrito de *Proclo*, adaptada para os propósitos de seu autor.

LIBER PONTIFICALIS

Esse nome latino significa «Livro dos Pontífices», ou «Livro dos Papas». O livro foi escrito por muitos autores, cada qual contribuindo com uma parte. A obra contém as biografias de papas, desde Simão Pedro (que ali aparece como o primeiro papa, embora a Bíblia nunca mencione tal coisa) até Estêvão V

(885—891 D.C.). Foi iniciado por um autor desconhecido do século VI D.C., e, gradualmente, foi recebendo adições. Louis Duchese lançou uma edição que punha a obra em dia, até o ano de 1431.

LIBERTADOR, LIBERTAÇÃO

Há dezenove palavras hebraicas envolvidas, das quais seis são as principais, e há cinco palavras gregas envolvidas neste verbete, a saber:

1. *Chalats*, «tirar», «libertar». Palavra hebraica usada por vinte e três vezes com esse sentido, como, por exemplo, em II Sam. 22:20; Jó 36:15; Sal. 6:4; 7:4; 18:19; 34:7; 50:15; 140:1.

2. *Yasha*, «salvar». Palavra hebraica empregada por duzentas vezes, das quais no particípio *hifil* por quinze vezes, com o sentido de «salvador». Por exemplo: Juí. 2:16,18; 3:9,31; 8:22; 10:12-14; 13:5; Êxo. 14:30; Deu. 20:4; Jos. 10:6; I Sam. 7:8; Nee. 9:27; Sal. 3:7; Isa. 25:9; Jer. 2:27,28; Eze. 34:22, Zac. 8:7,13; 12:7.

3. *Malat*, «deixar escapar». Termo hebraico usado por noventa e duas vezes, como em II Sam. 19:9; Jó 6:23; 22:30; Sal. 33:17; Ecl. 8:7; Isa. 46:2,4; Amós 2:14,15.

4. *Netsal*, «libertar», «arrebatar». Palavra aramaica usada por quatro vezes, em Daniel 3:29; 6:14; 8:4,7.

5. *Palat*, «deixar escapar». Palavra hebraica usada por vinte e seis vezes, como em II Sam. 22:44; Jó 23:7; Sal. 17:13; 18:43,48; 31:1; 37:40; Miq. 6:14.

6. *Shezab*, «libertar». Palavra aramaica usada em Daniel, por nove vezes: Dan. 3:15,17,28; 6:14,16,20, 27.

7. *Apallásso*, «libertar», «modificar». Palavra grega usada por três vezes: Luc. 12:58; Atos 19:12; Heb. 2:15.

8. *Eleutheróo*, «libertar». Vocábulo grego empregado por sete vezes: João 8:32,36; Rom. 6:18,22; 8:2,21; Gál. 5:1.

9. *Eksairéo*, «tirar de», «arrebatar». Palavra grega usada por oito vezes: Mat. 5:29; 18:9; Atos 7:10; 7:34 (citando Êxo. 3:8); 12:11; 23:27; 26:17; Gál. 1:4.

10. *Rúomai*, «salvar». Vocábulo grego que aparece por dezessete vezes, por exemplo: Mat. 6:13; Rom. 7:24; II Cor. 1:10; Col. 1:13; I Tes. 1:10; II Ped. 2:7,9.

11. *Dídomi soterían*, «dar a salvação». Expressão grega usada somente em Atos 7:25.

Essas palavras expressam uma atividade dominante de Deus, que aparece em ambos os Testamentos. No uso comum, no Antigo Testamento, a palavra tem a idéia de «arrebatar», livrando a pessoa de algum perigo. Ver Gên. 37:21; II Sam. 19:9; Amós 2:14. Além disso, temos a considerar o extraordinário livramento do êxodo, exemplificado no livro inteiro intitulado Êxodo, como também, especialmente, em declarações como a de Êxo. 3:8: «...desci a fim de livrá-lo (o povo) da mão dos egípcios...» Visto que o livramento pode atingir a própria alma, e não somente o corpo, a palavra também tem uma importante conotação espiritual, podendo servir de sinônimo de *redenção*. Por causa disso, a narrativa sobre o livramento de Israel do Egito tornou-se símbolo da redenção espiritual. Em Jó 33:28 e Sal. 69:18, o uso da palavra aponta para a redenção. Mas também há aquele livramento negativo mediante o qual Deus entrega seu povo ao castigo, por motivo de suas más ações, como no caso dos cativeiros (ver Jer. 20:5; 21:7; 24:9; 29:18; Eze. 11:8,9; 21:31; Eze. 25:4-7). Mas isso já envolve outras palavras hebraicas. Outros livramentos incluem a libertação da morte (Sal. 33:19); das tribulações (Sal. 34:6); das aflições de toda a variedade (Sal. 107:6); da fornalha ardente (Dan. 3:17,18); da cova dos leões (Dan. 6:14,16); da decadência (Rom. 8:21); da servidão espiritual, do perigo e da consternação, por parte do Messias (Isa. 59:20; Rom. 11:26). Essa última referência inclui a idéia da restauração nacional de Israel. Também há o livramento do poder de Satanás (Mat. 6:13); da segunda morte (Apo. 2:11; 20:6; Luc. 4:18, citando Isaías 61, que aponta para o livramento dos cativos do pecado e de seus resultados físicos, como a aflição e a enfermidade, por meio da missão do Messias). Também há o livramento da enfermidade (Luc. 13:16); do *reino* de Satanás (Luc. 11:14 *ss*); das perseguições, do sofrimento e das aflições (II Tim. 3:11; 4:17 *ss*); do poder do pecado (Rom. 7:18-25); da tirania e do temor da morte (Heb. 2:15); do maligno (Mat. 6:13); e do presente mundo pervertido (I Tes. 1:10). (W)

LIBERTADOR, O

Ver o artigo geral sobre **Libertador, Libertação**. O Libertador é «alguém que salva e remove do perigo». Ele é o agente que providencia os muitos meios de libertação, conforme se vê no artigo referido. O próprio Deus aparece como o nosso Libertador (Sal. 40:17). Deus também figura como o Salvador, ou seja, libertador no sentido espiritual (Isa. 43:11). Aquele que livra de qualquer perigo é chamado «libertador» (Sal. 7:2). Moisés foi o agente usado por Deus no livramento de Israel do Egito, pelo que lhe é dado o título de «libertador», em Atos 7:35.

Reveste-se de especial interesse a figura do Libertador (Messias e Salvador) de Israel, conforme se vê em Rom. 11:26, o qual dará salvação nacional ao povo de Israel. Antecipo que isso envolverá muito mais que o remanescente israelense dos últimos dias, porquanto fará parte da restauração geral, prometida em Efésios 1:10. Seja como for, haverá um grande livramento para todos os povos, em consonância com o poder, a predestinação e o amor de Deus.

LIBERTARIANISMO E NECESSARIANISMO

Libertarianismo é sinônimo de crença no livre-arbítrio, o poder que os homens têm de dar início a decisões vitais. O *necessarianismo*, por sua vez, é o oposto, ou seja, a idéia de que os homens não têm verdadeira liberdade, visto que os seus atos estariam todos inevitavelmente condicionados por causas, muitas das quais estão acima do controle dos homens. Os problemas envolvidos não são meramente teológicos, também são de ordem científica, filosófica e política. A partir de *Newton* (vide), a ciência desvendou a necessidade na natureza (dependente da filosofia do *naturalismo mecanicista*). E Deus poderia estar envolvido ou não na questão, visto que a necessidade poderia ser assegurada por leis naturais, e não somente por imposição sobrenatural. Os eruditos passaram a tentar subordinar a filosofia e a ética ao mesmo conceito de lei, natural e sobrenatural, removendo, ao mesmo tempo, todo o autodeterminismo. Mas outros resistiram a essas tentativas, declarando que o determinismo existe, mas que é o «eu» que determina, pelo que a liberdade existe desde antes do determinismo. Com o descobrimento da *mecânica quantum* (vide) pelos cientistas, foi debilitada a visão mecanicista da natureza. De fato, essa descoberta tem possibilitado, à ciência, a especulação científica acerca da alma e suas operações, de um ponto de vista rigorosamente científico. Mas, além disso, há o espírito, que

transcende às investigações científicas em qualquer época, e podemos supor que esse espírito é livre por decreto de Deus. Doutra sorte, o homem não passaria de um autômato, sem qualquer utilidade prática para Deus. Ora, Deus está interessado em «filhos», e não em autômatos. O libertarianismo favoreceu uma revolta contra o que é estático ou tende à estagnação; e vários promotores dessa filosofia geral viam nos princípios da evolução uma prova viva de sua filosofia básica.

Apesar de poderem ser formulados poderosos argumentos teóricos em prol do determinismo, conforme dizia Sidgwich: «Descubro ser impossível não pensar que posso *escolher agora*». Kant promoveu a idéia da liberdade como algo necessário, em torno do conceito inteiro de obrigação, e, destarte, ele situou a sua ética sobre a base da liberdade moral e suas resultantes obrigações.

Temos apresentado apenas uma pequena amostra da controvérsia que tem envolvido essa questão da liberdade versus determinismo. Em artigos separados, expandimos e expomos as idéias envolvidas. Ver também sobre *Determinismo; Predestinação* e *Livre-Arbítrio*.

LIBERTINOS

Esse termo tem sido usado com certa variedade, identificando uma atitude ética, grupos ou organizações. À raiz da palavra está o termo latino *liber*, «livre». A questão ficará mais clara se acompanharmos os pontos abaixo:

1. Houve uma seita panteísta e antinomiana na França e na Holanda, no século XVI, com esse nome, que, em francês, também ficaram conhecidos como *spirituels*. Eles chegaram ao cúmulo de negar a distinção entre o bem e o mal.

2. Os *perrinistas*, um partido político religioso, também foram apodados de *libertinos*. O chefe deles era *Ami Perrin* (daí o nome do grupo). Eles se opunham à liderança de Calvino em Genebra, na Suíça, estrita e, por muitas vezes, brutal. Mas, foram essencialmente destruídos em 1555. O grupo era formado por pessoas provenientes de vários interesses e motivações. Alguns deles eram simplesmente libertinos éticos; outros eram antinomianos teológicos. Havia também aqueles que apenas objetavam aos atos desumanos e aos métodos ditatoriais de Calvino, e que se uniram à causa dos libertinos como uma maneira de tentar quebrar o poder de Calvino.

3. *No Novo Testamento* (Atos 6:9) há referência a um partido com esse nome. Eles estavam entre os opositores de Estêvão, e participaram ativamente de sua execução injusta. Provavelmente, descendiam de libertos judeus que haviam sido expulsos de Roma pelo imperador Tibério. Nossa versão portuguesa, por isso mesmo, talvez, chama-os de «Libertos».

A palavra *Libertos* (no latim, *libertinus*) indica o que essa palavra quer dizer, referindo-se a judeus antes escravizados em Roma, mas que conseguiram obter a sua liberdade. O mais provável, nesse caso, é que eles seriam descendentes dos cativos judeus que Pompeu levara para Roma. E esses judeus, que haviam desde então adquirido a sua liberdade, deixando Roma a fim de voltarem a Jerusalém, eram tão numerosos que até puderam organizar a sua própria sinagoga. No entanto, alguns intérpretes opinam que há aqui uma alusão a judeus provenientes da *Líbia*, como sua pátria anterior. Os advogados dessa idéia salientam que havia na Líbia um distrito denominado *Libertina*, cujos habitantes recebiam o patronímico de *libertinos*. Não há como determinar, com absoluta certeza, qual dessas duas idéias será a correta, mas a maioria dos estudiosos prefere a primeira alternativa. No NTI, em Atos 6:9, ofereço explicações mais completas.

4. *No campo da ética*. Usualmente, o termo «libertino» é usado em sentido pejorativo para referir-se ao indivíduo cujos atos não têm qualquer restrição, dando livre oportunidade a seus impulsos e apetites.

5. *No tocante a idéias*, o termo é aplicado a livre pensadores irresponsáveis.

LIBERTOS

Atos 6:9: *Levantaram-se, porém, alguns que eram da sinagoga chamada dos libertos, dos cireneus, dos alexandrinos, dos da Cilícia e da Ásia, e disputavam com Estêvão*;

A palavra *Libertos* (no latim, *libertinus*) indica o que essa palavra quer dizer, referindo-se a judeus anteriormente escravizados a Roma, que conseguiram obter a sua liberdade. O mais provável é, que neste caso, fossem descendentes dos cativos que Pompeu levara para Roma. E esses judeus, que haviam adquirido a sua liberdade, deixando Roma para voltar a Jerusalém, eram tão numerosos que puderam formar a sua própria sinagoga.

No entanto, alguns intérpretes opinam que há aqui uma referência a judeus provenientes da Líbia, como pátria anterior daqueles homens, visto que ali viviam também os cireneus (ver Atos 2:10) e que os alexandrinos não habitavam muito longe, por isso mesmo é que algumas traduções vinculam esses três grupos, como se os mesmos formassem uma única sinagoga, pensando ser natural que as três nacionalidades se tivessem unido para formar uma única congregação judaica. Assim sendo, os judeus da Cilícia e da Ásia formariam uma outra sinagoga. E isso significaria que estão aqui em foco duas sinagogas distintas. É perfeitamente possível, entretanto, que esses *Libertos* tenham chegado a Jerusalém através da Sardenha, ilha ao largo das costas marítimas da Itália, porque muitos judeus, antes escravos de Roma, haviam sido deportados para aquela ilha do mar Mediterrâneo. (Ver Tácito, Anais ii.85). Outrossim, não é mesmo impossível que, tendo eles vindo diretamente de Roma, se tivessem reunido na mesma sinagoga em companhia dos cilicianos e dos cireneus. Todavia, em defesa da idéia que os *Libertos* vieram da Líbia, salientam seus advogados que havia ali um distrito chamado Libertina, cujos habitantes recebiam o patronímico de «libertinos» e que, por isso mesmo, é bem possível que essa palavra tenha ficado vinculada a indivíduos que dali vieram, não estando em foco a idéia de que eram libertos que tinham vindo de Roma. Assim sendo, tanto com base na idéia de proximidade geográfica como com base no próprio vocábulo, talvez estejam em foco os líbios. Contudo, não há meios seguros para decidirmos a questão, embora a maioria dos eruditos acredite que se tratava, realmente, de libertos vindos de Roma. (Ver também Josefo, Antiq. xviii.3,5, que talvez sirva para confirmar esta última posição).

LIBERTOS

Ver o artigo **Libertinos**, terceiro ponto. A referência bíblica a esse grupo fica em Atos 6:9.

LIBERTOS, SINAGOGA DOS

Essa expressão acha-se apenas em Atos 6:9, referindo-se àqueles judeus de Cirene e de Alexandria que se tinham organizado como uma sinagoga, e que

então faziam oposição a Estêvão. Chegaram ao extremo de contratar falsas testemunhas, a fim de fortalecerem o seu caso, a fim de garantir a execução de Estêvão, sob a acusação de blasfêmia.

Os eruditos não estão certos quanto à identidade e à natureza dos «Libertos», conforme diz o texto sagrado. Foi descoberto uma inscrição em uma sinagoga de Jerusalém, por Raymond Weill, em 1920. Essa inscrição menciona a construção de uma sinagoga por parte de Teodato, filho de Veteno, sacerdote e chefe da sinagoga. O nome Veteno, naturalmente, é latino, uma alusão à família romana a cuja família judaica pertencera como escrava. Quando os judeus eram libertados e retornavam a Jerusalém, retinham o nome latino que haviam recebido e, então, tornavam-se conhecidos como *libertos*. Talvez por causa de vínculos comuns, aquela gente preferisse associar-se a uma ou mais sinagogas específicas. A sinagoga referida naquela inscrição é a mais antiga inscrição dessa natureza, descoberta pela arqueologia.

Tácito (*Anais* 2:85) informa-nos de que os judeus foram expulsos de Roma em cerca de 19 D.C., sendo possível que isso tivesse algo a ver com a libertação de escravos judeus, podendo estar relacionado com as circunstâncias historiadas em Atos 6:9. Todavia, alguns estudiosos pensam que o termo não deveria ser entendido como «Libertos» e, sim, como «*Líbios*», africanos. Porém, duas palavras diferentes deveriam ter sido usadas nesse caso, e a hipótese não tem sido bem aceita pela maioria dos estudiosos. Nas notas do NTI, em Atos 6:9, ofereço mais detalhes e especulações sobre a questão. Josefo (*Anti.* 18:3,5) alude a judeus libertos, essencialmente de forma paralela ao que Lucas nos diz no livro de Atos.

LÍBERUM ARBITRIUM

Expressão latina que significa «livre-arbítrio». Ver os artigos intitulados *Liberdade* e *Livre-Arbítrio*. Ver também sobre o *Determinismo*.

LÍBIA, LÍBIOS

Líbia é nome que vem da forma grega para o hebraico *Lubim* (vide). De acordo com alguns eruditos, esse nome parece significar «sedentos», o que pode ter-se originado nas condições de vida no deserto, onde eles viviam. Ver II Crô. 12:3; 16:8; Naum 3:9. No começo, o nome aparece com a forma de *Rbw* (= Libu), nos textos egípcios dos séculos XIII e XII A.C., referindo-se a uma tribo líbia hostil aos egípcios. Posteriormente, sob o nome grego de *Lubía*, a menção era aos povos do norte da África, ou mesmo à África inteira, de acordo com a limitada compreensão que os antigos tinham daquele continente. As referências, no hebraico, naturalmente, eram mais limitadas, referindo-se às tribos que descendiam de Cão, e que viviam a oeste do território do Alto Egito, e daí até às margens do mar Mediterrâneo, para o norte. Os termos hebraico e grego incluíam mais do que à tribo que os egípcios chamavam de *Rbw*.

Durante os séculos XII a VIII A.C., os líbios penetraram no Egito como atacantes, colonos ou soldados. Os lubim mostraram-se proeminentes nas forças do Faraó Sisaque (II Crô. 12:3; 14:9 e 16:8). Isso indica que muitos deles foram absorvidos na cultura egípcia. Também fizeram parte integrante dos Faraós etíopes que não conseguiram proteger No-Amom (Tebas) das devastações assírias, segundo está registrado em Naum 3:9. Em Dan. 11:43, talvez, haja uma forma variante desse nome, *lubbim*, que nossa versão portuguesa traduz por «líbios».

Os *Leabim* que figuram em Gên. 10:13 (na tabela das nações) e em I Crô. 1:11, classificados sob o Egito, talvez sejam uma forma variante de *Lubim*. Os gregos usavam a forma *Lubía* para indicar o continente africano. Mas a Líbia do Novo Testamento (ver Atos 2:10) restringe-se à faixa de terras que margeia o Mediterrâneo, a oeste do Egito. Nos dias do Antigo Testamento, os *lubim* eram tribos nômades ou seminômades, as quais entraram em contacto com o Egito, com a Etiópia e com Israel, quando este povo foi aliado do Egito. Chegou tempo em que eles foram subjugados pelos cartagineses. Heródoto informa-nos de que nenhum dos líbios que vivia além do território cartaginês arava o solo (*Hist.* 4.186,187), e Políbio diz algo similar (Hist. i.161,167,177). O território passou às mãos dos gregos, dos romanos, dos sarracenos e dos turcos, em sucessão.

Pute, nos trechos de Gên. 10:6 e I Crô. 1:8, é alistado como uma nação separada, mas, em tempos posteriores, veio a associar-se com os *Lubim* (Naum 3:9). Os trechos de Eze. 27:10; 30:5; 38:5 alistam Pute juntamente com a Pérsia e com Lude, ou, então, Cuxe com Lude, pelo que parece ter havido na região grande mescla de povos. Ver o artigo separado sobre *Pute*.

Cirene era uma das cidades da Líbia. Simão, o cireneu, era nativo dessa cidade (Mat. 27:32; Mar. 15:21). Visitantes de certas partes da Líbia estiveram presentes em Jerusalém, por ocasião da festa de Pentecoste (Atos 2:10). Não há que duvidar que aquela gente era tanto judeu de nascimento quanto prosélito do judaísmo, que subiu a Jerusalém a fim de observar a festa do Pentecoste. Dentre eles, alguns converteram-se ao cristianismo. A região de Cirene encorajava que ali se formassem colônias judaicas e nos tempos em que o livro de Atos foi escrito, cerca de um quarto da população de Cirene era de origem judaica. Plínio asseverava que os gregos chamavam a África de Líbia (livro 5, no começo). Provavelmente, *Líbia* também era uma espécie de termo geral para a região da África, a oeste do Egito, sendo, sem dúvida, a região tencionada na lista de Lucas, no segundo capítulo do livro de Atos. Quanto a isso, coincide com a moderna Líbia. Josefo (*Anti.* 14.7,2) informa-nos que muitos judeus habitavam em Pentápolis, uma das principais cidades da Líbia.

LIBNA

No hebraico, «brancura». Esse é o nome de duas localidades que figuram no Antigo Testamento, a saber:

1. *Libna* era uma das cidades reais dos cananeus, que Josué conseguiu conquistar imediatamente depois que tomara a Maquedá (Jos. 10:20-30). Ela ficava no território que, finalmente, foi dado a Josué (15:42), e que, posteriormente, se tornou uma das cidades levíticas. Ver sobre *Levitas, Cidades dos*. Ver também Jos. 21:13 e I Crô. 6:57. Essa cidade ficava em Sephelah, ao norte de Laquis. Ela tem sido identificada, variegadamente, com Tell es-Safi ou com Tell Bornat. Em tempos posteriores, essa cidade revoltou-se com sucesso contra o domínio exercido por Judá, nos dias do rei Jeorão. Sabemos que as tribos mantinham domínio precário sobre certas áreas e cidades, sempre havendo um certo avanço ou recuo nessa questão. Todavia, Judá deve ter recuperado o domínio sobre a cidade, porquanto ela aparece como uma das cidades fortificadas que Senaqueribe atacou quando se lançou contra Judá, nos tempos do rei Ezequias. Ver II Reis 19:8 e Isa. 37:8. Foi durante

essa invasão que uma praga dizimou o exército assírio (II Reis 19:35,36). Libna era a terra natal de Hamutal, mãe do rei Zedequias (II Reis 23:31; 24:18; Jer. 52:1). Albright, estudioso moderno, preferia identificar Libna com o Tell Bornat, cerca de dez quilômetros mais para o sul. Mas há estudiosos que preferem Gate ou Maquedá.

Arqueologia. O Tell es-Safi tem sido exaustivamente explorado pelos arqueólogos. Têm sido encontradas relíquias assírias naquele cômoro. Um tablete de pedra calcária, aí desenterrado, retrata o lançamento de um navio, acompanhado por ritos e cerimônias, incluindo sacrifícios de animais. Talvez esse tablete pertença aos dias de Senaqueribe.

Visto que há rochedos de pedra calcária perto daquele lugar, os cruzados chamaram-no de Blanchegard. Talvez a existência desses rochedos brancos é que tenha dado origem ao nome da cidade, na antiguidade.

2. A vigésima primeira parada onde os israelitas descansaram em sua jornada pelo deserto, após o *êxodo* (vide), também se chamava Libna. Ver Núm. 33:20,21. Essa é a única referência bíblica a essa localidade. Coisa alguma se sabe a seu respeito, e nem qualquer identificação positiva tem sido possível fazer. Há estudiosos que pensam que esse local é idêntico à Labã de Deu. 1:1.

LIBNI, LIBNITAS

Esses nomes também vêm do termo hebraico que significa «branco». Duas personagens eram chamadas Libni, nas páginas do Antigo Testamento:

1. O filho mais velho dos dois filhos de Gérson, filho de Levi (Êxo. 6:17; Núm. 3:17,21; I Crô. 6:17). Ele foi o progenitor dos libnitas (Núm. 3:21,26,48; ver abaixo).

2. Um filho de Merari, filho de Levi (I Crô. 6:29). Alguns estudiosos identificam esse homem com o primeiro, acima. O trecho de I Crô. 6:29 refere-se a ele como filho de Mali, que, por sua vez, foi filho de Merari. Parece evidente que houve alguma forma de corrupção textual envolvendo esse nome.

Os libnitas, descendentes de Libni, são mencionados em Núm. 3:21 e 26:48.

LIBRA

Ver sobre **Pesos e Medidas**.

LICAÔNIA

1. *O Nome*

O nome dessa região, aparentemente, deriva-se do povo chamado *lykaones*, os quais residiam na área. Ouvimos sobre eles, pela primeira vez, nos escritos de Xenofonte (*Anábasis* 4.2,23), do século IV A.C. A raiz dessa palavra talvez seja *lúkos*, «cabelo esbranquiçado», ou, então, «lobo». Mas a conexão entre o povo e a região é remota, no tocante a qualquer informação que tenhamos a respeito deles.

2. *A Região*

A Licaônia era uma antiga divisão da Ásia Menor, limitada ao norte pela Galácia; a leste pela Capadócia; ao sul pela Cilícia; e a oeste pela Pisídia. De acordo com os padrões modernos, era um território bem pequeno, com um total de apenas cerca de quatrocentos quilômetros de extensão. Tal região faz parte da moderna Turquia, especificamente a área de Conia.

3. *Informes Históricos*

Xenofonte mencionou a região em sua história sobre a expedição do jovem Ciro, intitulada *Anábasis*. Na época, a região fazia parte do império persa. Após ter sido conquistada por Alexandre, e após a morte deste, foi anexada ao reino da Síria. Posteriormente. tornou-se parte dos domínios de Eumenes II, rei de Pérgamo. Na última metade do século I A.C., foi conquistada por Amintas, rei da Galácia. Foi das mãos dele que passou para o domínio dos romanos, nos dias de César Augusto, quando então foi anexada à província da Capadócia. Tornou-se uma província romana em 25 A.C. A parte leste da Licaônia tornou-se independente da Capadócia; e, de 37 D.C. em diante, passou a fazer parte do reino de Antíoco, rei de Comagene, quando então ficou conhecida como Licaônia Antioqueana.

4. *No Novo Testamento*

Esse documento sagrado denota uma parte do território que constituía a província da Galácia, a Licaônia Galática. As cidades de Listra e Derbe, mencionadas no livro de Atos, ficavam nessa área. Ver Atos 14:6. O Novo Testamento indica que a cidade de Icônio ficava situada no lado frígio da fronteira que separava a Licaônia Galática da Frígia Galática, uma pequena informação da qual os eruditos chegaram a ter dúvidas. Porém, a confirmação dessa informação aumentou o caráter fidedigno do livro de Atos como história. Essa confirmação foi obtida por W.M. Ramsey. Paulo e Barnabé passaram por aquela região na primeira viagem missionária do apóstolo dos gentios (cerca de 47—48 D.C.), e assim atravessaram a fronteira lingüística entre Icônio e Listra. Assim, o trecho de Atos 14:11 refere-se à «língua licaônica» (no grego, *lykaonisti*). Esse idioma, como é óbvio, era um grego misturado com assírio. Em ocasião posterior, Paulo retornou à região por mais duas vezes (ver Atos 16:1,2 e 18:23). Atualmente, Icônio chama-se Konya. Paulo e Barnabé encontraram ali um povo um tanto selvagem, aguerrido, especialmente famoso por sua habilidade como arqueiros. No entanto, eles tiveram dificuldades com certos judeus, que criaram problemas. A Igreja cristã floresceu na região por diversos séculos, mas, finalmente, a região foi dominada pelos islamitas.

LICENÇA (TERMO ÉTICO)

No campo da ética, essa palavra não se refere a qualquer tipo de permissão formal para se fazer alguma coisa e, sim, refere-se a um desvio voluntário dos preceitos bíblicos ou dos princípios morais básicos, mediante um ato da vontade humana pervertida. O vocábulo grego *asélgeia* ocasionalmente tem sido traduzido por «licenciosidade», mas, usualmente, é traduzido por «lascívia», «sensualidade», etc. Em nossa versão portuguesa temos a tradução «lascívia» (em Mar. 7:22; II Cor. 12:21; Gál. 5:19) e «dissoluções» (Rom. 13:13).

Naturalmente, a rebelde vontade humana produz toda espécie de ato pervertido, pois o homem dá-se licença para tal, de acordo com seu prazer do momento. Os homens degeneram-se ao ponto em que se tornam escravos de sua natureza adâmica. E Deus acaba por entregá-los a paixões infames, o que é contrário aos seus reais interesses. No antigo *gnosticismo* (vide), tal como na situação ética do século XX, defendia-se e defende-se uma falsa liberdade mediante a qual o indivíduo tem licença de fazer tudo quanto lhe agradar, e ainda tem o displante de considerar isso «bom». Ver o artigo geral sobre os *Vícios* e *Licenciosidade*.

••• ••• •••

LICENCIOSIDADE

No grego, **asélgeia**. Essa palavra grega ocorre por nove vezes no Novo Testamento: Mar. 7:12; Rom. 13:13; II Cor. 12:21; Gál. 5:19; Efé. 4:19; I Ped. 4:3; II Ped. 2:7,18; Jud. 4. Indica «licenciosidade», «deboche», «sensualidade», «desejo pervertido», «conduta indecente», «dissolução», etc. Jesus referiu-se a esse tipo de pecado entre aqueles pecados contaminadores, gerados pelo coração humano (Mar. 7:22,23). As pervertidas práticas sexuais de Sodoma e Gomorra fornecem-nos um exemplo de licenciosidade sem freios (II Ped. 2:7). O mundo pagão caracteriza-se por esse tipo de pecado (Efé. 4:19). A licenciosidade é uma das obras da carne (Gál. 5:19), que fazem contraste com os vários aspectos do fruto do Espírito (Gál. 5:22,23). O corpo deve ser servo da mente e do espírito, mas os homens têm feito uma inversão nesses valores, fazendo a mente ser serva das paixões físicas. Ver o artigo geral sobre os *Vícios*.

LICEU

Esse era o nome de um jardim público de Atenas, freqüentado por Aristóteles e seus discípulos. Com base nessa circunstância, sua escola de filosofia veio a tornar-se conhecida por esse nome. Também era chamada de escola *peripatética*, devido ao hábito daqueles filósofos ficarem andando pelo jardim, em suas discussões filosóficas. A palavra grega *lykeum* deriva-se de *lúketos*, «matador de lobos», apelido ou apodo dado a Apolo, cujo templo ficava próximo daquele jardim.

Aristóteles foi o primeiro cabeça daquela escola. Ele nomeou Teofrastos como seu sucessor. Outros renomados nomes foram Eudemo, Aristóxenos e Dicearco. Estrabão de Lampsaco tornou-se o terceiro cabeça da escola. Licon, seu discípulo foi o quarto presidente. Então, veio Aríston, em cujo período a escola quase terminou. Não demorou muito a perder toda a importância. Seja como for, tal escola promoveu as ciências e a filosofia, tendo-se tornado um ideal educacional, e não meramente uma escola. Esse nome foi novamente usado para designar a escola de Alexandria, no século I A.C.

LICIA

1. *Nome e Localização*

Essa era uma região montanhosa da Ásia Menor, localizada a sudoeste do mar Mediterrâneo. Para leste ficava a Panfília; para oeste e para o norte, a Cária; ao norte, a Frígia; e a nordeste, a Panfília. O território tinha menos de trezentos quilômetros de comprimento. É uma região isolada por uma íngreme cadeia montanhosa. Essa área contém o vale do rio Xanto, e os montes se elevam cerca de três mil metros de altitude.

2. *Informes Históricos*

A Lícia fora colonizada por gregos, provenientes da ilha de Creta, em tempos mui remotos. Eles e os cilícios foram os únicos povos a oeste do rio Halis que Croeso não conseguiu conquistar. Também foram os dois últimos povos a resistir ao poder dos persas. Mas, finalmente, após muita luta e perda de vidas, a Lícia e a Cilícia sucumbiram àquele império, em 546 A.C. No século seguinte, foram libertadas pelos gregos, e submeteram-se voluntariamente a Alexandre, o Grande. Eles eram um povo misto, pois os colonos gregos originais misturaram-se por casamento com os habitantes da região. E assim, depois que Alexandre conquistou a região novamente, foi mister helenizar seus habitantes, que muito se haviam afastado de suas raízes primitivas. No século II A.C., a região caiu sob o tacão dos romanos. Em 43 D.C., Cláudio anexou Lícia à província da Panfília. Mas Nero, não muito depois, restaurou-lhe a independência. Em 69 D.C., Vespasiano separou a Panfília da Lícia. e combinou a Panfília com a província da Galácia. É possível que por essa época, devido a tais manobras, a Lícia se tenha tornado um território livre. O trecho de I Macabeus 15:23 mostra-nos que desde cerca do século II A.C., daí por diante, a área contava com uma apreciável comunidade judaica. Não sabemos dizer como passava a Igreja cristã ali, devido à falta de informações a respeito, nos primeiros séculos do cristianismo. Seja como for, tal como em todos os territórios circundantes, o lugar finalmente passou para o domínio dos islamitas.

3. *No Novo Testamento*

Lemos que Paulo visitou as cidades de Patara e Mira, que ficavam na Lícia. Ver Atos 21:2 e 27:5. Isso ocorreu quando Paulo voltava de sua terceira viagem missionária. Alguns manuscritos também mencionam a Mira. Dali, ele partiu para a Fenícia. Durante sua viagem a Roma, o navio em que Paulo seguia costeou a Cilícia e a Panfília. E, chegando o navio em Mira, ele e outros prisioneiros foram postos em outra embarcação. Esta havia chegado de Alexandria e estava velejando na direção da Itália. Mira era um lugar natural para os navios que transportavam cereais fazerem escala, antes de continuar viagem para a Itália.

LICOFRON

Ver sobre os **Sofistas**, quinto ponto.

LÍCON

Ele foi um filósofo grego. Nasceu em Laodicéia. Foi discípulo de *Estrato* (vide), estudou no *Liceu* (vide), e se tornou seu cabeça em cerca de 268 A.C. Permaneceu como presidente dessa famosa instituição de ensino filosófico e científico por quarenta anos. Mas sua época assinalou um período de declínio naquela escola, que, finalmente, chegou ao fim após o tempo de seu sucessor, Aríston.

LIDA

Ver sobre **Lode, Lida**.

LIDEBIR

Essa é uma variante marginal para *Debir* (vide), em Jos. 13:26. Os textos hebraico, grego, siríaco e a Vulgata Latina têm todos *Lidebir*. Talvez a forma correta dessa variante seja *Lo-Debar*, referindo-se a uma localidade em Gileade.

LÍDIA (MULHER)

Lídia, a mulher, que figura como personagem *central* em Atos 16:14 *ss*, provavelmente devia o seu nome por causa de sua vinculação com a província do mesmo nome (o que acontecia com muitas mulheres, de diversas regiões), em Filipos, e foi a primeira pessoa a se converter na Europa, pelo menos de conformidade com o registro do livro de Atos. É provável que muitas pessoas *antes* dela, provenientes da Europa, já se tivessem convertido a Cristo, devido a grande propagação do evangelho, que já havia chegado a Roma e a outros centros populacionais, mediante aqueles que fugiam das perseguições movidas contra o cristianismo. Mas segundo o

registro de Lucas, ela foi a primeira convertida da Europa.

Lídia era uma mulher de negócios bem-sucedida, uma pessoa de alguma importância. Ela encabeçava uma família, indicando que ou era solteira ou viúva. Vendia ela o corante de púrpura, um importante e famoso produto da Lídia, sobretudo de Tiatira, o que vinha sucedendo desde os remotos tempos de Homero. (Ver Homero, A Ilíada, iv.141). É possível que Lídia fosse judia; muito mais certo, entretanto, é que ela fosse prosélita do judaísmo, que continuava se esforçando por cumprir as suas obrigações religiosas segundo as formas judaicas, ainda que não contasse com qualquer ajuda exterior nesse particular, e nem tivesse qualquer sinagoga que a encorajasse em suas práticas. Provavelmente havia aprendido sobre a fé judaica na colônia judaica de *Tiatira* (ver o artigo sobre *Tiatira, Igreja de*). Lídia era mulher conhecida pela sua hospitalidade, o que se tornou tradicional na igreja subseqüentemente fundada em Filipos (ver Fil. 1:5 e 4:10).

«Com discernimento ela percebeu que Paulo era o elemento mais importante do grupo. Ele possuía um magnetismo pessoal e um poder intelectual que o Espírito de Deus usava para conquistar o coração de muitos, como fez com aquela notável mulher, levando-os aos pés de Cristo. Valeu a pena o apóstolo ter vindo a Filipos, onde ganhou aquela excelente personalidade para o Reino de Deus. Ela haveria de ser o principal espírito daquela igreja que tanto daria a Paulo alegria e cooperação, mais do que qualquer das outras igrejas». (Robertson, Atos 16:14).

Vendedora de púrpura, Atos 16:14. É bem possível que ou ela vendesse o próprio corante, ou sedas e outros tecidos tingidos com esse corante, ou, talvez, uma combinação das duas mercadorias. No livro apócrifo de I Macabeus 4:23, esse corante é denominado *púrpura do mar*, e consistia do sangue ou do sumo de uma espécie de concha marinha, que os judeus designavam pelo nome de «*chalson*». Maimônides menciona o uso desse corante pelos judeus, especialmente para tingir as franjas de suas vestes. (Ver *Hilchot Tizitzith*, cap. 2, seção 2).

Desde os tempos mais remotos, a cidade de Tiatira se tornara famosa por seu corante purpuríneo e pelos seus tecidos tingidos dessa cor, e muitíssimas pessoas eram empregadas nessa indústria. Essa cor purpurina era altamente preferida pelos antigos, incluindo muitas tonalidades, que variavam desde o vermelho rosa até o verde marinho ou azul marinho. Existem inscrições, provenientes de Tiatira, que mostram que havia sociedades de tingidores, porquanto essa indústria era uma das principais ocupações daquela área.

LÍDIA (PAÍS)

1. *O Nome*

O nome desse território aparentemente derivava-se do nome próprio *Lúdos*, o seu fundador. Mas outros dizem que se derivava de *Lude*, o quarto filho de Sem (ver Gên. 10:22). No grego, *ludos* indica os habitantes daquele território. O termo passou a ser usado para indicar o luxo, em face da prosperidade econômica da região, mas o sentido original do nome é desconhecido.

2. *Geografia*

A Lídia era uma província da parte ocidental da Ásia Menor. A oeste ficava o mar Egeu; ao sul, ficava a Cária; a leste, a Frígia; e ao norte, a Mísia. As suas antigas fronteiras, porém, não podem ser determinadas com precisão. A fronteira sul talvez se ampliasse até o rio Meandro (ver Estrabão 12:8,15). Porém, as informações sobre a fronteira leste são incertas, porquanto talvez até se modificassem de tempos em tempos. Disputa-se se Catececaumene, uma área vulcânica interior, às margens do rio Hermo, fazia parte da Lídia ou da Mísia (ver Estrabão 13:4,11). Os territórios envolvidos eram reivindicações de ambas as províncias. A região contém rios com vales férteis, entre as cadeias do Timolo e do Massogis. Sardes era a sua antiga capital.

3. *Informes Históricos*

Os habitantes originais da região, até onde a história nos permite saber, eram um povo chamado maeonianos. Não há certeza se eram de origem semita ou indopelásgica. Seja como for, eles foram vencidos pelos lídios, uma tribo cária. A prosperidade material estava associada ao nome desse povo. Grandes riquezas foram amealhadas pelo personagem semimitológico, Guigues (716 A.C.), e essas riquezas atingiram seu ponto culminante no tempo do mais rico de todos eles, Creso (546 A.C.). Mas, no tempo de Ciro, da Pérsia, ele foi dominado por esse monarca. Os historiadores deleitam-se em falar sobre as riquíssimas vestes, os lindos jardins, os tapetes caríssimos e as decorações dos edifícios e, naturalmente, sobre todo o dinheiro sob a forma de ouro, de prata, de pedras preciosas e outras possessões. O exemplo de luxo deixado pelos lídios, juntamente com os inevitáveis vícios, corrompeu os jônios, como também muitos outros povos, segundo é fácil de imaginar. As minas da área eram riquíssimas, e o rio Hermo (atualmente chamado Sarabate), juntamente com o rio Pactolo, tinham muito ouro. As pessoas contavam com muitos escravos para fazerem o trabalho, garantindo assim um maior acúmulo de bens materiais. Alguns historiadores acreditam que os lídios foram o primeiro povo a cunhar moedas. Portanto, pode-se dizer: «Eles foram os inventores do dinheiro!» Além disso, os lídios foram os primeiros a terem uma importante indústria hoteleira. Também inventaram vários instrumentos musicais, bem como a arte de costurar a lã (o que foi levado à perfeição em Mileto). Também eram bons artífices em metais.

Sardes, sua capital, tornou-se um importante centro comercial. Ali era promovido o comércio escravagista, e muitas mulheres eram vendidas para os haréns da Pérsia — e para diversos outros lugares. — Grandes túmulos, onde eram ocultados os cadáveres de seus reis, podem ser vistos até hoje. A arqueologia tem descoberto muitas inscrições lídias interessantes.

Josefo (Anti. 1.6,4) faz Lude, filho de Sem, ser o ancestral do lídios; porém, visto que os luden ou ruten dos monumentos egípcios dos séculos XIII e XV A.C. parecem ter vindo de um lugar ao norte da Palestina, perto da Mesopotâmia, essa identificação tem sido posta em dúvida por alguns estudiosos. Entretanto, outros eruditos sugerem que esse povo foi deslocado de seu lugar pelo poder dos assírios e, então, acabaram se estabelecendo na Ásia Menor. Inscrições do século IV A.C. indicam que os lídios falavam um idioma da família indo-européia; mas, aí pelo começo da era cristã, o grego era a língua falada na região.

Creso, o mais famoso e último rei dessa área, dominou a Ásia Menor inteira, antes da região ser conquistada por Ciro, o rei persa, em 546 A.C. Subseqüentemente, a região foi dominada por Alexandre, o Grande, e seus sucessores, tornando-se parte integrante do reino atálida de Pérgamo, antes de passar para as mãos dos romanos, o que sucedeu em 133 A.C., quando a mesma foi incorporada à

província romana da Ásia. Têm sido encontradas algumas inscrições lídias originais, mas, aí pelos primórdios da era cristã o grego já se tornara o idioma comum daquela gente. A Lídia foi o primeiro Estado do mundo a empregar moedas cunhadas, e foi o lar de diversas inovações no campo da música.

4. *Descobertas Arqueológicas Recentes*

Duas antigas taças gregas, descobertas em Sardes, têm fornecido importantes indícios sobre a sua queda. O *American Journal of Archaeology*, de outubro de 1986, informa-nos que essas taças foram encontradas parcialmente quebradas e queimadas, no soalho de um edifício que estava sendo escavado, em Sardes, cidade que, antigamente, fora a capital da Lídia. Essas taças datam de cerca dos meados do século VI A.C. Foi então que Ciro, rei da Pérsia (fins de 547 ou começo de 546 A.C.), conquistou a Lídia, quando ela estava no ponto culminante de sua glória e riquezas materiais. Os conquistadores tiraram a vida de Creso, o monarca lídio.

Construções defensivas colossais, incluindo uma gigantesca muralha, foram encontradas por detrás do edifício onde foram descobertas aquelas taças gregas. A muralha da cidade tinha mais de 18 m de espessura, e tem sido estudada pelos cientistas *in loc.* O soalho de que se falou acima, ficou sepultado sob os tijolos que formavam essa muralha. Entre os itens espalhados ao redor, havia panelas, utensílios de cozinha, taças, lâmpadas, contas de vidro e vários alimentos, incluindo cevada e trigo, em vasos próprios. Quase toda a cerâmica era tipicamente lídia, embora aquelas duas taças fossem de origem grega. Quando as taças foram reconstituídas, notou-se que uma delas trazia a imagem de duas panteras, na frente e atrás. A outra taça trazia a gravura de dois dançarinos de ambos os lados. Provavelmente, as taças foram importadas pouco antes da destruição de Sardes. Quando os persas invadiram a cidade, ao que tudo indica, os habitantes fugiram, deixando as coisas como elas estavam. A muralha caiu sobre aquele soalho, preservando assim uma cena que foi reencontrada pelos homens mais de dois milênios mais tarde.

Ver também o artigo sobre *Sardes*.

LIEBMANN, OTTO

Suas datas foram 1840-1912. O poder da filosofia hegeliana era grande, chegando mesmo a influenciar o desenvolvimento do liberalismo germânico. Ver sobre o *Liberalismo*. Ora, Liebmann fazia objeção a essa influência, preferindo, de modo geral, a filosofia de Kant. Por isso mesmo, ele instituiu uma espécie de movimento «de volta a Kant», nos círculos filosóficos alemães, tendo-se tornado um dos líderes da filosofia *neokantiana* (vide). Não obstante, Liebmann rejeitava a doutrina kantiana da «coisa em si mesma» (isto é, a verdadeira essência de alguma substância ou realidade). Antes, Liebmann ensinava que esse conceito representava ou algo que, na verdade, não existe, ou, então, que não pode ser conhecido, pelo que não teria lugar na filosofia, afinal de contas.

Seus principais escritos foram: *Kant and the Epigonen; On The Objective View; The Climax of Theory*. Ele foi professor nas universidades alemãs de Estrasburgo e Jena.

LIEBNER, CARL THEODOR ALBERT

Suas datas foram 1806-1871. Ele ensinou nas universidades alemãs de Gottingen, Kiel e Leipzig, tendo sido capelão da corte, em Dresden. Promoveu uma espécie de misticismo ético, com vistas à obtenção do conhecimento de Deus. Dava muita importância à doutrina da *kénosos* (o esvaziamento de Cristo, de certos atributos divinos). Cristo, na qualidade de homem ideal, dentro dessa filosofia, ocupava posição cêntrica em sua busca espiritual. Ele usava essas idéias fundamentais para construir uma ponte que chegasse a uma filosofia cristocêntrica da história.

LIEH TZU

Ele foi um pensador e filósofo chinês do século V A.C. Era seguidor do *taoísmo* (vide). Ele encarava essa fé de uma maneira negativa, visto que defendia o completo abandono de qualquer esforço. Dentro da teoria do conhecimento, Tzu rejeitava a idéia da possibilidade de qualquer verdadeiro conhecimento, o que significa que ensinava o *ceticismo* (vide).

LIGA DE ESMALCALDE

Essa foi a união de forças protestantes alemãs, incluindo cinco principados e onze cidades, formada, pela primeira vez, em 1531. Seu propósito era o de organizar uma força armada contra as perseguições e ameaças do imperador alemão do Santo Império Romano, Carlos V. Posteriormente, a isso se uniram outras forças alemãs e dinamarquesas. Essa liga promovia a causa religiosa do protestantismo, a liberdade religiosa e a autonomia dos protestantes, e veio a tornar-se um importante fator na política européia. Tal liga chegou ao fim quando as forças protestantes foram batidas em Muehlbergue, naquilo que se chamou historicamente de Guerra de Esmalcalde. Filipe de Hesse (vide) e João Frederico, eleitor da Saxônia, que tinham promovido a formação da liga, ficaram cativos.

LIGAR, DESLIGAR (Poderes dos Apóstolos)

No original grego temos os verbos **dein e luein**, respectivamente, «ser necessário» ou «dever» e «soltar» ou «liberar». Porém, nos trechos de Mateus 16:19 e 18:18, encontramos um uso especializado dos mesmos, referindo-se ao exercício de autoridade disciplinar, conferida por Cristo à sua Igreja, paralelamente à outorga das chaves do reino. As chaves do reino foram dadas primeiramente a Simão Pedro (Mat. 16:19), mas logo em seguida, também a todos os outros apóstolos (Mat. 18:18). A Igreja Católica Romana procura defender o sistema papal com base nas chaves do reino entregues a Pedro. Mas, se alguém torna-se papa, por haver recebido as chaves do reino, então logo de saída teríamos doze papas, pois todos os apóstolos as receberam. Portanto, o recebimento das chaves do reino não têm nada a ver com o papado. O trecho de João 20:23 é paralelo a esses, onde está em foco o perdão ou a retenção de pecados. Em Mateus, está em pauta a autoridade de deixar um indivíduo sob o poder de Satanás, ou de liberá-lo desse poder, transferindo-o para o reino de Deus.

1. *Pano de Fundo Histórico*. Encontramos fórmulas, nos escritos rabínicos, que indicam exclusão ou restabelecimento, como também o poder de proibir ou permitir coisas, em questões morais e religiosas (no aramaico, *asar* e *sera*). Os sentidos enfocados, nos escritos rabínicos, são: 1. Proibir ou permitir, através de injunções doutrinárias, estipulando o que podia e o que não podia ser feito pelos judeus interessados em seguir a lei. 2. Excluir e restabelecer na comunidade religiosa. 3. Ficar sujeito ou ser liberado do poder de um deus ou espírito maligno, através da feitiçaria.

2. *Uso Geral no Novo Testamento*. Os dois verbos gregos em questão podem aludir a muitas questões relacionadas a poderes malignos, à sepultura, ou, simplesmente, às coisas que necessariamente são feitas na vida diária, ou mesmo coisas que podem ser proibidas ou permitidas. (Mat. 5:19; 12:29; 13:30; 14:4; 21:2; 22:13; 27:2; Luc. 2:49; 4:43; 9:22; João 3:7,14,30; 4:24). O verbo *dein* aparece por cento e cinco vezes no Novo Testamento; *luo*, por quarenta e três vezes, em todas as conexões imagináveis. Por exemplo, com o sentido de liberar, Mat. 16:19; 18:18; 21:2; Luc. 13:15; João 11:44; Apo. 5:2, etc. Com o sentido de soltar, Mar. 1:7; João 1:27. Com o sentido de dissolver, II Ped. 3:11,12; e com o sentido de derrubar, Efé. 2:14.

3. *Uso Especializado no Novo Testamento*. As palavras de Jesus, registradas em Mat. 16:19, são bem traduzidas em nossa versão portuguesa: «...o que ligares na terra, terá sido ligado nos céus; e o que desligares na terra, terá sido desligado nos céus». No grego temos o tempo futuro perfeito passivo. É como se Jesus tivesse dito: «Ligarás na terra o que já foi ligado no céu; e desligarás na terra o que já foi desligado nos céus». A interpretação e tradução tradicionais dessas palavras dão o poder de iniciativa a Pedro, com a conseqüente anuência por parte dos céus. A gramática grega, porém, mostra-nos que Cristo ensinou justamente o contrário. O Senhor tinha recomendado que Pedro não se esquecesse de sua subserviência ao céu. As decisões celestes deveriam ser confirmadas por ele. Esse era seu privilégio, como possuidor das chaves do reino, que o Senhor tornou extensivo a todos os apóstolos em Mat. 18:18. Cristo continua sentado em seu trono, ao passo que Pedro é apenas «...servo e apóstolo (enviado) de Jesus Cristo» (II Ped. 1:1).

Interpretações:

1. A interpretação católica romana, baseada em tradições e engodos (ver sobre as Falsas Decretais, usadas extensivamente durante a reforma gregoriana do século XI, e que ajudaram a firmar o poder do papado), que faz de Pedro o primeiro papa. Isso afeta profundamente todos os aspectos da vida e da doutrina romanistas, visto que o papa é considerado o «vigário» ou substituto de Cristo. A hierarquia romana participaria nesses poderes como uma delegação de autoridade.

2. Questões doutrinárias e disciplinares são determinadas pela Igreja, através de seus oficiais, mediante o exercício da pregação e da absolvição a particulares. O concílio de Trento reconheceu o sentido mais geral da questão, mas aplicou o trecho de Mat. 18:18 somente aos bispos e aos padres. A idéia de perdão de pecados está incluída na questão, por autoridade delegada (segundo o ponto de vista católico romano), ou por autoridade administrativa (conforme o ponto de vista evangélico). De acordo com esse último ponto de vista, o indivíduo tem seus pecados perdoados ou retidos, não por determinação de outrem, mas em face de sua reação favorável ou desfavorável diante do evangelho. Isso concorda com a declaração de Paulo em II Cor. 2:15,16: «...nós somos para com Deus o bom perfume de Cristo; tanto nos que são salvos, como nos que se perdem. Para com estes cheiro de morte para morte; para com aqueles aroma de vida para vida. Quem, porém, é suficiente para estas cousas?»

3. Alguns pensam que estão em foco questões como mágica, poderes satânicos, etc., de acordo com o terceiro uso hebraico, sob Pano de Fundo Histórico. Alguns chegam mesmo a pensar que o texto recomendava que os apóstolos usassem encantamentos, para libertarem as almas, mas isso é inaceitável, segundo uma sã exegese.

4. Outros pensam que o texto ensina o direito que os apóstolos tinham de legislar sobre questões morais, conforme se vê, na prática, no décimo quinto capítulo do livro de Atos. Não há que duvidar que esse é um dos aspectos do ensino de Jesus, naqueles trechos de Mateus.

5. O direito conferido a Pedro, em Mat. 16:19, foi estendido a todos os apóstolos em Mateus 18:18. Isso teria feito de Pedro *primus inter pares*, ou seja, «o primeiro entre iguais». De fato, em algumas ocasiões, Pedro, por assim dizer, era o representante do grupo apostólico, mostrando-se mais vocal e dotado de mais iniciativa própria que os outros. Mas, para a Igreja Católica Romana, essa interpretação não é suficiente, embora a hierarquia romana também dê a Pedro a posição de *primus inter pares*. Para o romanismo, Pedro ocuparia uma posição inteiramente distinta e superior à dos demais apóstolos, porquanto seria a «pedra» sobre a qual a Igreja está fundada. Qual o testemunho de Pedro a respeito? Teria sido por mera modéstia (segundo explica a interpretação romanista) que ele não aceitou para si a atribuição de ser a rocha basilar da Igreja? Pedro disse: «Este Jesus é pedra rejeitada por vós, os construtores, a qual se tornou a pedra angular» (Atos 4:11). E o original grego não usa o indefinido, como se Jesus fosse uma pedra qualquer que tivesse sido rejeitada. O grego diz *o líthos*, «a pedra».

Interpretações Patrísticas. Entre os chamados pais da Igreja havia diversas opiniões a respeito da questão:

1. Alguns interpretavam o ensino em foco no sentido disciplinador de exclusão ou readmissão à Igreja, o que implica na questão do perdão de pecados. Assim pensavam Tertuliano (*De Pud.* 21), Cipriano (73,7 *ad Jub.*) e Orígenes (Com. sobre Mateus, tomo xii).

2. Outros pensavam em poderes organizacionais e judiciários, pertencentes às autoridades eclesiásticas, os quais baseavam-se nesses versículos.

3. Desde os escritos de Tertuliano e Cipriano encontramos, em forma preliminar, laivos da interpretação papal. Essa foi tomando um vulto tal que, no começo da Idade Média, os textos em pauta já eram interpretados por muitos em termos tipicamente papais. Ver o artigo sobre o *Papado*, que aborda, com detalhes, o surgimento e desenvolvimento desse ofício extrabíblico. Quanto a notas expositivas completas sobre Mat. 16:19; 18:18 e João 20:23, examinar o NTI.

Exposição Bíblica dos Versículos

Mat. 18:18.

«*Tudo o que ligardes*». A tradução WM diz: «...deve já ter sido proibido no céu... deve já ter sido permitido no céu...», interpretando o futuro do indicativo (do grego) como imperativo. Essa tradução diminui a autoridade para com a vontade imutável de Deus; porém, precisamos ter cautela com os usos gramaticais do grego *koiné*, no qual foi escrito o N.T.

Parece ser opinião geral dos intérpretes e tradutores do N.T. que, a despeito da possibilidade do uso do tempo verbal futuro com sentido do imperativo (existem exemplos claros de tais empregos do tempo verbal futuro), é melhor traduzir aqui como futuro simples «será ligado» ou «será desligado». Essa tradução evita a possibilidade das dificuldades de interpretação sobre o limite ou extensão da autoridade da igreja, bem como qual a relação entre essa autoridade e a vontade «dos céus». A idéia que diz que

se deve traduzir por «já» permitido, vem do fato de que no grego temos o particípio passado perfeito, que pode indicar um estado contínuo, resultante de ações já efetuadas. Essas ações seriam as ações da vontade de Deus, como princípios eternos. As ações da igreja local seriam apenas confirmações dessas ações divinas. Essa interpretação enfatiza demais e exagera as possibilidades de interpretação, em vez de esclarecer por meio de razões mais prováveis, e tal ação, no grego «koiné», é perigosa. É melhor, portanto, ficar com a tradução «será ligado» e «será desligado».

Em primeiro lugar, observamos que temos aqui uma variação dos **logoi** encontrados em Mat. 16:19, que falam dos poderes especiais de Pedro **na** administração do evangelho e na função da igreja. É de se notar, pois, que os altos privilégios que foram conferidos a Pedro pessoalmente, naquela ocasião, aqui se estendem à igreja inteira. Os vss. 16 e 17 falam particularmente de disciplina, mas os vss. 18-20 estendem-se claramente além dessa provisão simples e incluem todas as ações da igreja na esfera moral, envolvendo qualquer coisa que seja de interesse da igreja, isto é, esperar que Deus dê, para cada problema ou situação nova da igreja, uma visão ou outra manifestação especial para resolvê-los. O Senhor deixa a responsabilidade com a autoridade da igreja, mediante uma atitude coletiva. A igreja tem autoridade para excluir um membro, pronunciando-se no tocante ao seu «pecado», isto é, estabelecendo um juízo sobre a natureza de tal pecado. Tal atitude, todavia, não impossibilita o perdão de pecados, nem tem coisa alguma a ver com o perdão final ou a ausência desse perdão. Por semelhante modo, a ação da igreja não determina no que consiste e no que não consiste realmente o pecado, como se a natureza de um pecado pudesse ser modificada a talante das decisões da igreja. Tal interpretação é exagero em relação a estes versículos. O texto ensina que a ação coletiva da igreja (com a ajuda da presença mística de Cristo) é ação aceitável, fidedigna para a comunidade religiosa, e deve ser reputada como ação dos «céus». Esse é o método de Deus, e não se deve esperar uma revelação especial para cada passo. Pouco a pouco, vão se estabelecendo, diversos precedentes da conduta cristã, sobre coisas que não foram descritas particularmente nas páginas das Escrituras Sagradas.

Lembrando-nos que o texto está ligado ao problema disciplinar, devemos reconhecer que o problema do *pecado* está aqui incluído. Mas, claramente, não temos a declaração que a — exclusão — torna o pecado *imperdoável*, mas antes, que a ação de exclusão é aceitável e aprovada pelos céus, pois tal ação faz parte da autoridade da igreja. Falando do problema do «pecado» e do seu perdão, devemos afirmar que nada pode ser «ligado» ou «desligado» para sempre para a eternidade, pela ação da igreja. Dizer que este texto inclui essa idéia é exagerar o propósito do mesmo. Nas ações da igreja, em sua situação atual, ela pode usar dos poderes necessários para preservar a sua existência como organização; mas as decisões finais, que tratam do destino final do homem, partem de Deus, e não do indivíduo ou da igreja. Em torno deste versículo (como no caso dos vss. 16,17), tem-se desenvolvido uma quantidade fabulosa de dogmas eclesiásticos.

A afirmação de que a igreja, por suas decisões, pode enviar uma pessoa para o inferno, requer o acréscimo de muitas outras opiniões e ensinos, que não estão implicados nem neste texto nem em qualquer outra porção bíblica. A afirmação de que algo é permitido ou proibido nos céus, não equivale, de maneira alguma, à afirmação de que a pessoa envolvida está perdida ou salva. E afirmar que a pessoa que merece ser excluída também é desligada nos céus, não equivale a afirmar que tal pessoa está perdida. Este versículo, por si mesmo, não tem essas implicações; essas implicações foram adicionadas pelo processo mental dos homens. Talvez o maior erro que se tem desenvolvido na interpretação deste versículo, é o fato de se pensar que uma certa igreja ou uma determinada denominação, ou mesmo um grupo de igrejas, é que está investida da autoridade conferida por estes versículos, desconsiderando totalmente a autoridade de outras igrejas ou denominações. A identificação de qualquer organização eclesiástica com as implicações destes versículos, separadamente de outras organizações, requer a inclusão de diversos dogmas, tradições e idéias humanas, o que certamente nada tem a ver com a interpretação deste texto. Repetindo, dizer que certa denominação ou divisão do cristianismo tem o poder de perdoar «eternamente» qualquer pecado ou de enviar uma alma para o inferno ou para os céus — ou ainda, que ser membro dessa igreja garante a salvação da alma — é um desenvolvimento eclesiástico que não consta dos ensinos do N.T. A aceitação de tais ensinos exige outro «salto de fé» — um salto dogmático — uma «ginástica lógica».

Mat. 16:19: *dar-te-ei as chaves do reino dos céus; o que ligares, pois, na terra será ligado nos céus, e o que desligares na terra será desligado nos céus.*

A passagem de Isa. 22:20-22 ilustra os pensamentos deste versículo: «E será naquele dia que chamarei a meu servo Eliaquim, filho de Hilquias, e revesti-lo-ei da tua túnica, e esforçá-lo-ei com o teu talabarte, e entregarei nas suas mãos o teu domínio, e será como pai para os moradores de Jerusalém e para a casa de Judá. E porei a chave da casa de Davi sobre o seu ombro, e abrirá, e ninguém fechará, e fechará e ninguém abrirá». O palácio do grande rei subentende a existência de alguém, de um oficial subordinado ao rei, que tenha autoridade no palácio, especialmente no tocante ao tesouro, mas cujos serviços não estariam limitados a essa função. O trecho de Apo. 3:7 usa o mesmo símbolo, relacionado à ampla pregação do evangelho, pregação essa que arrostará todos os obstáculos. A expressão *pedra* alude ao *núcleo* da igreja, como se deu no caso de Pedro; as *chaves* referem-se ao *exercício* do ofício apostólico na igreja.

Alford diz (*in loc.*): «Eis outra promessa pessoal feita a Pedro, cumprida de maneira notável na sua atitude pioneira de admitir tanto os judeus como os gentios na igreja; assim ele usou o poder das chaves para abrir as portas da salvação». Alguns intérpretes, como Wordsworth, aplicam essa promessa principalmente a Pedro, mas, por extensão da idéia, a todos quantos pregam o evangelho ou exercem outras funções na igreja, incluindo as funções relacionadas à disciplina.

«O *que ligares na terra...*» Há diversas interpretações sobre essas palavras: 1. Significa ligar à igreja ou desligar dela, fazendo de alguém membro ou não da Igreja Universal e, assim, participante ou não dos benefícios da igreja. Porém, devemos rejeitar essa interpretação, embora contenha certa verdade, porque a pregação do evangelho tem esse efeito. A pregação do indivíduo tem essa autoridade, mas dificilmente o próprio indivíduo tem tal autoridade. Olshausen diz que aqui há uma alusão ao antigo costume de amarrar as portas para fortalecê-las. Contudo, aqui Cristo falou de «chaves». Aceitando a idéia exata de seu sentido. Pois o que queria dizer «amarrar as portas» — ou «desamarrar as portas»?

A dificuldade permanece. 2. Na literatura dos rabinos, esses termos eram usados para significar *proibir e permitir*. John Gill explica que esse uso, na literatura judaica, aparece quase sem limite de repetição, e a implicação é a do ato de proibir certas coisas, declarando se elas são permitidas pela lei, ou o ato de recomendar outras coisas, declarando sua necessidade. De modo geral, o uso indica o que convém ser feito e o que não convém; o que é lícito e o que não é. Muitos intérpretes — aceitam essa explicação — do texto. Como ilustração dessa idéia, as autoridades dos judeus podiam pronunciar o que era reputado transgressão contra a lei do sábado e o que não era reputado tal. Esses seriam os atos de «ligar» ou «desligar», de «permitir» ou de «proibir». Algumas dessas autoridades permitiam o divórcio por qualquer motivo, «permitindo» ou «desligando» os homens das responsabilidades do matrimônio. Outros estabeleciam leis mais severas, «ligando» ou «proibindo» certas atitudes. Provavelmente, em termos gerais, sem definições particulares, essa é a idéia aqui. Outras interpretações, como aquela que relaciona estas palavras à idéia do «perdão» de pecados ou da «disciplina» na igreja, poderão fazer parte dessa idéia geral. O ofício apostólico possuía diversos poderes em relação à natureza das leis eclesiásticas e à pregação do evangelho, que admitia pessoas ao reino ou à igreja, ou ainda, que excluía as mesmas da igreja, por atos disciplinares.

A passagem de João 20:23 dá um aspecto dessa idéia: «Se de alguns perdoardes os pecados, são-lhes perdoados; se lhos retiverdes, são retidos». Nota-se neste passo bíblico, que essa promessa foi feita *a todos* os apóstolos, e é justamente aqui que precisamos observar que aquilo que Jesus concedeu a Pedro, no princípio, antes de sua crucificação, se estendeu posteriormente a todos os apóstolos. O perdão de pecados não pertence ao indivíduo, em si mesmo, mas Cristo outorga essa autoridade àqueles que pregam a Palavra de Deus, porquanto a aceitação ou rejeição dessa mensagem é que determina o «perdão» ou ausência de perdão dos pecados. O homem não perdoa nem se recusa a perdoar, mas a sua ação, uma vez *dirigida por Deus*, está revestida dessa autoridade.

A passagem de Mat. 18:16-18 apresenta — outro aspecto — do privilégio que foi proporcionado a Pedro, e que mais tarde se estendeu aos outros: «Se, porém, não te ouvir, toma ainda contigo uma ou duas pessoas, para que, pelo depoimento de duas ou três testemunhas, toda palavra se estabeleça. E, se ele não os atender, dize-o à igreja; e, se recusar ouvir também a igreja, considera-o como gentio e publicano. Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra, terá sido ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra, terá sido desligado no céu». Aqui o texto fala da disciplina na igreja, e é de se notar que aquilo que antes fora dado a Pedro, tornou-se depois função dos membros comuns da igreja, pelo menos nesse importante aspecto. O assentimento dos membros de uma igreja, sobre qualquer problema disciplinar (naturalmente considerando-se que o caso seja justo), tem a aprovação dos céus, porque dos céus é que vem a autoridade da igreja. O vs. 18 indica que esse poder se estende a mais coisas além da disciplina, e parece que, da mesma forma que a declaração de Mat. 16:19 é geral, assim também esta declaração é de natureza geral. Portanto, pelo menos em termos gerais, parece que aquilo que foi conferido a Pedro mais tarde também foi dado à igreja em geral, para ser usado por consentimento mútuo.

Este versículo tem dado motivo a *controvérsias*, não menos que o vs. 18. Novamente, neste caso, alguns exageram o seu ensinamento e procuram fazer de Pedro o primeiro papa, como se tivesse exercido poder e autoridade quase sem limites e uma autoridade inerrante. Porém, a simples leitura do texto derruba por terra essa idéia, o que também se dá com os textos de João 20:23 e Mat. 18:16-18, a saber, esses poderes não foram dados exclusivamente a Pedro, mas também se estenderam a todos os outros apóstolos e ao *consenso da igreja*. A tradição romanista é que tem criado diversos privilégios papais, supostamente originados dessas simples palavras. Ainda que aceitemos o fato de que Pedro tenha exercido esses poderes com exclusividade, ainda que tenha exercido o poder absoluto de perdoar pecados, *de onde* se deriva a idéia que alguma igreja ou indivíduo *também* os tenha? As Escrituras não indicam qualquer *sucessão* de ofício, e a declaração da posse de tal poder não cria a *continuidade* do ofício. Tais crenças não procedem dos ensinamentos bíblicos e não têm origem histórica, mas se derivam de uma «ginástica lógica».

Alguns intérpretes e tradutores procuram eliminar toda a dificuldade desse versículo, *transferindo* toda a autoridade para os céus, com a tradução, «o que desligardes na terra, já deve ter sido desligado nos céus, e o que ligardes na terra, já deve ter sido ligado nos céus». Essa tradução vem da observação que aqui temos o particípio perfeito no grego, o que implica em ação ou condição contínua no presente, em face de uma ação anterior, cujos efeitos se fazem sentir até o presente. É verdade que o tempo verbal perfeito, no grego, pode ter esse sentido; mas, no grego «koiné» (que inclui o N.T.) nota-se que tal uso não é regular, razão por que não podemos confiar em tais explicações. A despeito do uso gramatical, parece claro que as outras interpretações são preferíveis.

A explicação dada por alguns, de que a referência é ao *reino dos céus*, e não à igreja, e que assim os privilégios especiais de Pedro se aplicam ao reino e não às funções eclesiásticas, ignora o fato de que Jesus introduz aqui a sua igreja e que o texto fala de igreja, e não de reino. Outrossim, devemos observar que o reino literal já fora rejeitado, e que agora Jesus falava em termos que implicam em que o «reino dos céus» será estabelecido (pelo menos na presente dispensação) não como reino literal, com a autoridade de Deus sobre a terra, mas na organização da igreja. Dessa maneira, a igreja agora é o reino. Isso não nega a existência do reino literal no futuro (na segunda vinda de Cristo). (B IB ID G NTI RO)

LIGHTFOOT, JOSEPH BARBER

Suas datas foram 1828-1889. Ele nasceu em Liverpool, na Inglaterra. Estudou no Trinity College. Foi discípulo de *Westcott* (vide), e, posteriormente, tornou-se um dos professores do Trinity College. De 1879 a 1880 foi um dos revisores da King James Version (em inglês) da Bíblia, que produziu a Revised Version. Em 1879, tornou-se bispo de Durham. Por muitos anos, foi um dos mais destacados eclesiásticos e eruditos anglicanos. Faleceu em Burnemouth.

Sua Erudição e seu Trabalho na Literatura Bíblica. Lightfood foi um dos melhores eruditos bíblicos do século XIX. Ele produziu comentários de valor permanente sobre as epístolas paulinas, e publicou uma monumental obra sobre os *Pais Apostólicos*, em cinco volumes. Ele aplicou às suas obras os modernos métodos de crítica textual e histórica. Foi mestre bem-sucedido, com muitos discípulos. Influenciou a

exegese. Foi excelente ministro evangélico e pregador popular. Foi amigo chegado de Westcott (que o sucedeu como bispo de Durham) e de Hort, que se tornaram conhecidos pela sua edição do Novo Testamento Grego.

LIGUORI, ALFONSO

Suas datas foram 1696-1787. Ele nasceu em Marianella, perto de Nápoles, na Itália. Era advogado praticante. Foi ordenado padre católico romano. Começou a mostrar-se ativo no trabalho missionário. Fundou a Congregação do Santíssimo Redentor, também conhecida como os *Redentoristas* (vide), dos quais ele foi o superior a começar em 1743. Ele serviu como bispo da diocese de Sant' Agata dei Goti. Na teologia, ele é lembrado como fundador do sistema conhecido como *equiprobabilismo*. Isso significa que em qualquer questão teológica ou moral, quando duas idéias ou cursos de ação parecem estar em perfeito equilíbrio, os cristãos têm a liberdade de escolher entre as suas possibilidades. Seu principal escrito teológico intitulava-se *Theologia Moralis*.

Em sua vida pessoal, Liguori era asceta muito religioso, sendo considerado o maior santo católico que viveu no seu século. Seus ensinos exibem uma sábia moderação, evitando tanto o rigor quanto a lassidão. Foi beatificado em 1816 e foi canonizado em 1839 e, então, foi declarado doutor da Igreja, em 1871.

LILITE (FANTASMAS)

Em Isa. 34:14 temos uma palavra hebraica, **lilith**, que, segundo os estudiosos, pode referir-se a alguma espécie de ave ou quadrúpede. Mas o sentido da palavra hebraica está cercado de muitas dúvidas, tanto é que a mesma tem sido traduzida por «coruja», «mocho», «monstro noturno», «bruxa noturna», «monstro terrível», «fúria vingagora», «fantasma» (como em nossa versão portuguesa), ao passo que outras desistem de traduzi-la, meramente transliterando-a por «lilite», conforme faz outra versão portuguesa.

Coisas assim desconhecidas atraem muita atenção, havendo interessantes lendas judaicas a respeito. Esse nome aparece em conexão com a destruição de Edom, e das trevas que circundariam a cena. Por isso mesmo, alguns têm pensado em algum demônio noturno, que se ocultaria em lugares escuros, à espera de vítimas. Outros eruditos pensam que esse era o equivalente hebraico do moderno «vampiro». Outros opinam que devem estar em foco as trevas causadas por tempestades de areia nos desertos, como se alguma criatura não deste mundo, oculta pelas trevas de tais tempestades, — quisesse destruir alguma vítima que ficasse ao seu alcance. O termo sumério *lil.la*, «vento tempestuoso», pode ser aqui refletido. Jerônimo dizia que a palavra significa «fúria vingadora», do tipo provocado por um tufão.

Na literatura judaica posterior, a questão tornou-se complexa. Assim, *Lilith* teria sido a primeira esposa de Adão. Ela o teria abandonado e voando como uma ave, transformou-se em um demônio. A especialidade desse demônio seria furtar e matar aos recém-nascidos humanos. E também trazer doenças aos lares.

Há estudiosos que pensam ser um erro tentar encontrar uma alusão mitológica nessa palavra. Eles pensam que está em foco algum animal real. A Septuaginta dá a entender que seria uma espécie de macaco sem cauda, mas é difícil perceber como um macaco assim poderia espantar tanto as pessoas. Todavia, o versículo de Isaías não requer tanto susto, segundo alguns intérpretes supõem. Edom foi deixada desolada, e essa desolação talvez prediga o Armagedom (conforme pensam os dispensacionalistas). Nos lugares desolados é possível achar feras, corujas e muitos animais que ocupam os lugares abandonados. Mas um macaco estaria totalmente fora de lugar nas ruínas. Por isso, outros pensam estar em foco alguma espécie de ave, embora seja inútil procurar sua exata identificação.

Contra a interpretação secular de *lilith*, alguns salientam que ela fazia parte da demonologia babilônica, pelo que talvez o Talmude esteja com a razão ao fazer de *lilith* partícipe da sua lista de demônios. A imaginação popular não permite que os lugares arruinados sejam habitados somente por animais conhecidos. Quando um morcego passa voando, e a gente sente a leve deslocação do ar nos cabelos, pelo menos por um momento a gente quase tem *a certeza* de que deve haver alguma verdade naquelas histórias sobre vampiros!

LIMBO

1. *O Termo*

A palavra portuguesa «limbo» vem do latim, *limbus*, que significa «fronteira». A noção que a cerca é que o limbo é um lugar de habitação das almas que não merecem chegar ao céu (por certa variedade de razões), mas que também não merecem ser deixadas no inferno. Por isso, residiriam na «fronteira» do inferno.

2. *Tipos de Limbo*

Haveria o *limbus patrum*, «limbo dos pais», um lugar bastante decente, onde residiriam os justos antes do advento de Cristo, que teria sido eliminado mediante a transferência das almas dali para o céu. O trecho de Efé. 4:9,10 é usado como texto de prova quanto a isso. O *limbus patrum* seria a mesma coisa que o «seio de Abraão», de Luc. 16:22. Esse era o lar temporário dos santos do Antigo Testamento. A missão e o ministério de Jesus ao hades teriam eliminado aquele lugar. Minha convicção pessoal a respeito é que a missão de Cristo abriu o hades (vide) como campo missionário, ampliando-se assim a oportunidade de salvação a todas as almas. O trecho de I Ped. 4:6 quase certamente ensina isso. Ver o artigo separado intitulado *Descida de Cristo ao Hades* quanto a uma completa explicação sobre essa noção. Assim, apesar da missão de Cristo no *limbus patrum* ser um notável feito por si mesmo, devemos aceitar sua realização ali como obra de bem maior escopo do que alguns segmentos da Igreja cristã crêem.

Também existiria o *limbus infantum*, que seria a residência permanente das crianças não batizadas, mortas na infância, ou dos mentalmente deficientes, sejam adultos sejam crianças, incapazes de fazer uma escolha inteligente acerca da salvação. Apesar dessas almas viverem em um belo e feliz lugar, não teriam acesso à *visão beatífica* (vide), um privilégio exclusivo dos salvos. Embora pecadores (por serem descendentes de Adão), tais pessoas não têm culpa pessoal, visto que a graça de Deus cuida dessa particularidade, visto que não tiveram qualquer oportunidade para decidirem-se. Vários teólogos têm opinado que os melhores dentre os pagãos, também vão residir no limbo, face à sua notável santidade e as suas grandes desvantagens.

3. *Teologia do Limbo: Descrições e Críticas*

O que é dito acima sobre o *limbus patrum* conta com algum apoio tanto das Sagradas Escrituras quanto das antigas tradições judaicas. Entretanto, o

chamado *limbus infantum* é uma idéia racionalista criada para cobrir uma área *desconhecida* da teologia. De fato, é bastante surpreendente que a Bíblia nada diga de específico sobre esses casos *marginais*, isto é, almas que não parecem merecer o céu, mas que também não merecem o inferno. Todavia, podemos tirar conclusões com base em alguns princípios bíblicos gerais a fim de cobrir esses casos, embora deva-se confessar que essa atividade tem levado a várias conclusões, dependendo do indivíduo ou denominação que se ponha a especular.

Idéias:

a. O limbus infantum é uma idéia católica romana. Tentando dar solução a casos problemáticos como a morte de infantes, ou os mentalmente incompetentes, ou a questão da justiça, muitos relutam em atribuir aos tais meramente um lugar garantido na melhor parte do inferno, o que para eles parece ser um ato de injustiça, sem qualquer razão e misericórdia. Essas são *almas excepcionais*, pelo que deveria haver lugares excepcionais para elas. Contra esse ponto de vista, porém, podemos afirmar que essa doutrina parece ser uma invenção *ad hoc* dos teólogos. Isso significa que foi inventada para solucionar «exatamente essa questão», com um certo propósito em mira. Naturalmente, os católicos romanos não concordam com essa apreciação. Mas, o conceito de autoridade, para os católicos romanos, é bem mais abrangente do que no caso dos protestantes e evangélicos. Para os católicos romanos, se os papas e os concílios se pronunciarem acerca de algo extrabíblico, ultrapassando daquilo que a Bíblia ensina, tais decisões ainda assim são consideradas autoritárias, visto que acreditam que os papas e os concílios receberam autoridade divina para tanto.

b. O Inferno dos Calvinistas. Alguns calvinistas radicais não hesitam em mandar para o inferno infantes e deficientes mentais, asseverando que a justificativa para isso é que todos os seres humanos são pecadores. Porém, esse tipo de justiça *nua* (aplicada sem as vestes do amor e da misericórdia divinos) não satisfaz à maioria dos protestantes, e nem mesmo a católicos romanos.

c. Idade da Razão. Essa é outra invenção **ad hoc**, mas de autoria protestante e evangélica. Origina-se da razão, conforme seu nome mesmo indica. Não tem alicerces bíblicos, porém, embora seja uma idéia mais *razoável* do que o manuseio dos casos excepcionais por um Deus destituído de sentimentos. Todavia, tal doutrina não pode ser defendida teologicamente. De fato, representa uma injustiça. Milhões de almas chegariam ao céu, sem terem feito qualquer escolha pessoal, meramente porque seus corpos físicos estavam na infância, tendo-lhes sido vantajoso morrer na infância. Porém, as *almas*, e não os corpos, é que são pecadoras. Assim, as almas é que precisam decidir seus próprios destinos. Nada tem a ver com a decisão de uma alma quando seu corpo humano morre. E nem uma alma pode obter transporte gratuito para o céu, somente porque teve a boa sorte de viver apenas temporariamente no seu veículo material.

d. A Idéia da Não Entrada no Corpo. Trata-se de uma outra racionalização. De acordo com ela, uma alma estava prestes a unir-se com um corpo, formando assim uma personalidade humana. Mas, devido à sua sabedoria superior, a alma sabe que o corpo em que estava prestes a entrar, logo morrerá. E assim, simplesmente não entra em tal corpo. Esse corpo vive por algum tempo, *sem alma*, e então morre. Em resultado disso, nenhuma alma vai para o céu, para o inferno ou para o limbo. Isso constitui um não acontecimento. Considero essa idéia muito improvável.

e. Oportunidade Contínua, Segundo a Igreja Cristã Oriental. Para as Igrejas Ortodoxas Orientais, a morte de um infante não constitui grande problema teológico. Esse segmento da cristandade, com quase vinte diferentes denominações, está sob a influência da doutrina dos pais gregos da Igreja, os quais diziam que a alma é preexistente e que a oportunidade de salvação da alma não termina por ocasião da morte biológica do indivíduo. O relato sobre a descida de Cristo ao hades é usado como texto de prova dessa idéia; e, efetivamente, o trecho de I Ped. 4:6 (a conclusão daquele relato) quase certamente ensina que há ampla oportunidade de salvação, pois Deus não requer que as questões eternas sejam determinadas somente neste lado terreno da existência. É que o trecho de I Ped. 4:6 vai mais além que o trecho de Heb. 9:27. A primeira dessas referências exibe uma teologia mais abrangente, contra o que não faço objeção. Se uma alma pode ir para alguma região espiritual onde tem o direito de escolher a provisão salvatícia de Cristo, — então, o fato de que seu corpo infante (um *veículo temporário* apenas) morreu prematuramente, torna-se uma questão indiferente. A morte de um infante deveria ser considerada um incidente relativamente secundário, que não requer qualquer medida heróica, como o *limbus infantum*, para resolver a questão. Em minha opinião, esse ponto de vista da Igreja Ortodoxa Oriental é muito superior à idéia da idade da razão dos protestantes ou à idéia do *limbus infantum* do catolicismo romano.

f. A Reencarnação. Se uma alma sai de um corpo infante que acabou de morrer, por que Deus simplesmente não pode enviá-la de volta para ocupar outro corpo? Conjecturo que Deus pode fazer isso, embora essa idéia não passe de uma especulação, pois a Bíblia é inteiramente silente a respeito. Tal idéia reveste-se de uma certa simplicidade. Se é a vontade de Deus que envia as almas humanas aos seus corpos físicos, então essa vontade divina pode persistir e enviar a alma a um outro corpo, em vez de permitir que ela parta para as esferas espirituais. Ockham (vide) dizia que devemos procurar as respostas mais simples para as questões, não multiplicando entidades metafísicas. Essa maneira de pensar chama-se «navalha de Ockham», visto que corta fora pensamentos desnecessários. Talvez a navalha de Ockham favoreça essa limitada forma de reencarnação. Todavia, forçoso é confessar que não dispomos da resposta indiscutível para esse tipo de problema, o qual, por isso mesmo, está envolto em muita especulação.

g. O Fator Desconhecido. Talvez exista uma resposta que continua fora do âmbito de nosso conhecimento e experiência, mas que, algum dia, obterá acesso à nossa consciência. Então as outras idéias tornar-se-ão obsoletas. Até lá, porém, parece melhor não as abandonar. — Talvez, alguma delas, afinal, corresponda à realidade dos fatos.

Quanto a esse ponto da teologia, como em tantos outros, é melhor admitirmos a nossa própria ignorância. Pessoalmente, porém, dou meu voto às posições *e* ou *f*, ou mesmo a ambas (ambas as coisas poderiam ocorrer, nos casos de certas almas), pois me parecem mais prováveis que as demais especulações. É bom a gente ser humilde no campo da teologia e não ter a boca muito grande.

Nossos pobres sistemas têm a sua época,
Têm a sua época, mas logo passam;

São lâmpadas bruxuleantes, ao lado
Da Tua Luz, ó Senhor.
(Russell Champlin)

Da covardia que teme novas verdades;
Da preguiça que aceita meias verdades;
Da arrogância que pensa saber toda a verdade;
Livra-nos, ó Senhor!
(Arthur Ford).

Apesar do *limbo* fazer parte da teologia católica romana comum, a Inquisição e o papa Benedito XIV defendiam como ortodoxa a negação da existência desse lugar. Atualmente, muitos católicos romanos estão perguntando se o limbo faz justiça ao fato de que, de algum modo, todos os homens são afetados pela graça salvadora de Cristo. Gregório de Nissa e Gregório Nazianzeno preferiam deixar as almas em um estado intermediário, mas os *pelágios* (vide) preferiam pensar que elas vão diretamente para o céu. Alguns teólogos católicos romanos de nossos dias oscilam entre essas duas idéias. Essa questão foi explicitamente debatida pela Comissão Teológica Preparatória do Concílio Vaticano II, embora com resultados incertos. Ver o artigo separado e mais detalhado intitulado *Infantes, Morte e Salvação dos.*

Bibliografia. AM B E NTI R

LIMIAR

No hebraico devem ser consideradas duas palavras, a saber:

1. *Saph*, «espaço», «limiar», «entrada». Esse vocábulo é usado por vinte e seis vezes, conforme se vê, por exemplo, em Juí. 19:27; I Reis 14:17; Eze. 40:67; 41:16; 43:8; Sof. 2:14; Isa. 6:4; Jer. 35:4; 52:24.

2. *Miphtan*, «soleira», «limiar». Aparece por oito vezes no Antigo Testamento: I Sam. 5:4,5; Eze. 9:3; 10:4,18; 46:2; 46:1; Sof. 1:9.

Quanto à primeira dessas palavras, nossa versão portuguesa, geralmente, a traduz por «limiar», embora também por «vestíbulo» e por «porta». No tocante à segunda dessas palavras, nossa versão portuguesa a traduz por «limiar», «entrada», «vestíbulo», e, em Sofonias 1:9, por «pedestal», uma tradução inteiramente destituída de base.

No caso dos templos, o limiar era considerado sagrado, o que se comprova pelos sacrifícios sepultados ali, propositalmente.

O trecho de Juízes 19:27 refere-se ao limiar de uma casa, sobre o qual caíram as mãos de uma concubina morta. Sofonias 2:14 descreve a desolação da cidade de Nínive, capital da Assíria, afirmando que corvos viriam piar nos seus limiares.

A passagem de I Reis 14:17 refere-se à morte do filho de Jeroboão, quando a rainha cruzou o limiar do palácio. Ester 2:21 menciona o conluio armado contra Assuero, por parte de dois eunucos, que guardavam a porta do palácio. Este é um dos casos em que o termo hebraico *saph* é usado com o sentido de «porta».

Outras alusões ao limiar de uma construção, no Antigo Testamento, são ao limiar do templo, ornamentado de ouro (II Crô. 3:7). Sacerdotes serviam como guardiães do limiar (II Reis 22:4; 25:18), incluindo levitas (II Crô. 34:9), algumas vezes em número de três (Jer. 52:24).

Os alicerces do limiar do templo «estremeceram» quando Isaías recebeu sua visão da glória de Deus (Isa. 6:4). Esse limiar era um lugar onde a glória do Senhor chegou a manifestar-se (Eze. 9:3; 10:4), e onde os sacerdotes adoravam (Eze. 46:2). Também apareceu na visão que Amós teve de Deus (Amós 9:1). Fluía água do limiar do templo, dentro da visão de Ezequiel (47:1).

Também se faz menção ao limiar do templo de Dagom (I Sam. 5:4,5). E a passagem de Sofonias 1:9, talvez se refira a uma prática associada a espíritos que saltavam através do limiar (cf. I Sam. 5:5), embora também possa ser uma referência àqueles que se aproximavam do pedestal de um ídolo, a fim de adorá-lo.

LIMITES

No hebraico, **gebul**, palavra que figura por cerca de duzentas e quarenta vezes, desde Gênesis a Malaquias, cujo sentido é «lugar fechado». Um termo cognato, *gebulah*, com o mesmo sentido, aparece por dez vezes apenas. Ainda uma terceira palavra, *qatseh*, «limite», «extremidade», é usada no Antigo Testamento por noventa e quatro vezes (por exemplo: Eze. 25:9) a qual aproxima-se mais, quanto ao sentido, de nossa palavra «fronteira». Duas idéias básicas se destacam:

1. Limites geográficos. Nessa conexão, ver o artigo *Fronteiras.*

2. Os decretos divinos que delimitam a duração da vida de uma pessoa (Jó 14:5), os limites até onde se espraiam os oceanos (Jó 38:10) e a perpétua duração dos céus e da terra (Sal. 148:6).

LIMPO E IMUNDO

Várias palavras, hebraicas e gregas, foram empregadas, em ambos os Testamentos, para transmitir as idéias de condições puras e impuras. De algumas vezes, o sentido é literal, dizendo respeito a algo relativo à higiene; mais usualmente, porém, deve-se pensar em um sentido moral ou cerimonial. Há muita coisa, na lei moral, que trata da pureza cerimonial, e isso tornou-se uma obsessão para o judaísmo. No Antigo Testamento encontramos tanto a pureza cerimonial ou ritual (como em Lev. 12:7), como a pureza moral (como em Sal. 51:7). No Novo Testamento, excetuando aqueles textos que tratam das leis cerimoniais judaicas, deve-se pensar no sentido moral. Portanto, o que é puro implica em *santidade*, e o que é impuro implica em *poluição moral* de alguma espécie.

Esboço:
1. Palavras Envolvidas
2. Conceitos Antigos
3. Leis Levíticas
4. Pureza Moral
5. Modos de Purificação
6. Conceitos do Novo Testamento
7. Evolução da Espiritualidade ou da Heresia

1. Palavras Envolvidas

a. *Tame*, «imundícia». Como substantivo a palavra aparece por vinte e seis vezes no Antigo Testamento; a forma adjetivada, «imundo», aparece por setenta e duas vezes.

b. *Tahor* e *barar* são termos hebraicos sinônimos, referindo-se à pureza. A primeira ocorre por noventa e quatro vezes; e a segunda, por dezoito vezes.

c. O termo grego *akatharsía* aparece por dez vezes: Mat. 28:37; Rom. 1:24; 6:19; II Cor. 12:21; Gál. 5:19; Efé. 4:19; 5:3; Col. 3:5; I Tes. 2:3 e 4:7. Esse vocábulo significa «imundícia». O adjetivo correspondente, «imundo», figura por trinta vezes, de Mateus 10:1 até Apocalipse 18:2.

d. *Katharós*, «puro». Palavra grega usada por vinte e três vezes: Mat. 5:8; 23:26; 27:59; Luc. 11:41; João

13:10,11; 15:3; Atos 18:6; 20:26; Rom. 14:20; I Tim. 1:5; 3:9; II Tim. 1:3; 2:22; Tito 1:15; Heb. 10:22; Tia. 1:27; I Ped. 1:22; Apo. 15:6; 19:8,14; 21:18,21. O verbo e outros cognatos ocorrem por mais trinta e oito vezes.

Essas palavras hebraicas e gregas são usadas para indicar imundícia ou pureza literal, ou então ritual e ética.

2. Conceitos Antigos

Os rituais das religiões antigas quase universalmente incluíam atos de purificação. A água e sangue eram os elementos favoritos, usados nesses atos. Formas de batismo (que vide) freqüentemente estavam ligadas à noção de purificação. Os sacrifícios cruentos, segundo pensava-se, removiam a culpa e aplacavam os espíritos. As antigas fés quase sempre incluíam o conceito de *tabu*, uma palavra polinésia que significa «proibido». Essas fés eram invariavelmente espiritualistas, supondo-se que havia espíritos malignos que invadiam as vidas dos homens e os corrompiam. Mediante lavagens e ritos de todas as variedades, os homens tentavam contrabalançar as forças do mal, removendo as pessoas de sob o *tabu*. Além disso, haveria as forças boas, usualmente também inspiradas por espíritos, que deveriam ser encorajados e aplacados, para o que as pessoas precisavam ser purificadas, para se tornarem aceitáveis. Destarte, entravam no quadro vários tipos de ablução.

3. As Leis Levíticas

Muitos eruditos acreditam que a legislação original dos hebreus, sobre essas questões de limpo e imundo, estava inspirada em crenças similares àquelas referidas no ponto «2», acima. Porém, no Antigo Testamento encontramos o Deus supremo, Yahweh, como aquele que exigia cerimônias, e não alguma companhia nebulosa de espíritos, bons ou maus. Naturalmente, nem o judaísmo e nem o cristianismo negam o poder dos espíritos *imundos*.

Fatores. a. Yahweh requer pureza, incluindo a separação de toda idolatria (Lev. 19:5). Há um espírito de imundícia (Zac. 13:2), que satura as práticas idólatras. Fazia parte da teologia judaica comum, a idéia de que a idolatria está alicerçada sobre poderes demoníacos, e que os idólatras, na realidade, prestam lealdade aos espíritos demoníacos. O trecho de I Coríntios 10:20 reflete essa crença. Sacrificar aos ídolos é sacrificar aos demônios. b. *A purificação cerimonial*. Conforme a noção de pureza cerimonial, o homem aproxima-se de Deus como um ente santo, sendo necessárias certas cerimônias para enfatizar esse ponto (ver Lev. 15:31 e o contexto). c. *Muitos requistos*. Esses abarcavam pessoas, animais e objetos.

i. *Pessoas*. O contacto de israelitas com animais proibidos, ou então com cadáveres de homens ou de animais, com uma mulher menstruada, com leprosos, com sêmen humano, etc., requeria a purificação cerimonal desses judeus. A lista é bastante longa. Ver as referências bíblicas abaixo, dando atenção às variedades mencionadas: Lev. 21:1; Núm. 9:6,10,19 *ss*; 31:19; Lev. 22:4 *ss*; Lev. 11:28; Deu. 14:8; Lev. 12:4 *ss* e 15:19. O contacto com qualquer forma de imundícia fazia um israelita tornar-se incapacitado de participar das funções religiosas, segundo se vê em Lev. 21:11 e Hab. 2:13.

ii. *Animais*. As leis levíticas dividiam os animais em limpos e imundos. Os primeiros podiam ser consumidos na alimentação dos israelitas, mas não os segundos. Parte dessa legislação provavelmente estava envolvida no conflito contra a idolatria, visto que, no paganismo, muitos animais eram tidos como sagrados, incluindo espécies como peixes, porcos, bois, etc. De acordo com os mistérios eleusianos, o sangue do porco era considerado dotado de poderes purificadores. A Israel estava vedado observar costumes pagãos (Lev. 20:23). Algumas das razões expostas para essas proibições são compreensíveis. Por exemplo, todos os animais que se alimentam de carniça, as aves de rapina, etc., eram proibidos como alimentos, provavelmente por razões higiênicas, além de motivos psicológicos, porquanto tais animais e pássaros eram asquerosos. Quem gostaria de ter um urubu assado para o jantar?

Durante minha permanência de alguns anos em Manaus, ouvi dizer que pessoas muito pobres tentavam comer a carne dessa ave, mas que a cocção não podia remover a dureza e indigestão de sua carne. Por igual modo, de acordo com a legislação mosaica, animais usados nos cultos pagãos, como porcos, cães, ratos, serpentes, coelhos e insetos como o escaravelho, eram proibidos. A associação dessas espécies com a idolatria, era suficiente para removê-las do cardápio dos israelitas. Além disso, há aqueles animais que inspiram repulsa, como os «enxames de criaturas» (Lev. 11:41). É fácil evitarmos tais espécies, mesmo quando estamos famintos. Recentemente, li sobre um jovem que se perdeu em um lugar desértico, mas que sobreviveu comendo formigas. Também existem animais desconhecidos e exóticos, que as pessoas evitam comer, simplesmente porque temem fazer a experiência. No entanto, no Oriente, cães e ratos são consumidos. Dizem que o cão tem gosto de porco, e que a carne do rato se parece com a do esquilo, mas não tenho a menor vontade de experimentá-los. Meu irmão foi missionário no Congo (atual Zaire), e ali eles têm sua lista de animais proibidos. Porém, as *cobras* estão na lista dos alimentos permissíveis. Meu irmão não pensou jamais em comer carne de cobra, não por ser ele de ascendência judaica, mas porque tal criatura nunca conseguiu despertar o seu apetite. Quando meu irmão foi desafiado por um médico-feiticeiro a comer cobra, para mostrar que não tinha preconceitos, meu irmão comeu um pouco. E depois disse que a carne de cobra não é assim tão ruim. Mas, quando meu irmão desafiou o médico-feiticeiro a comer um de seus animais proibidos, que, para meu irmão, parecia perfeitamente apetecível, o médico-feiticeiro recusou-se, dizendo que se o homem branco contentava-se em quebrar as suas regras, isso não queria dizer que o homem negro também estava disposto a quebrar as suas. No entanto, em certos supermercados nos Estados Unidos da América, vende-se carne de cascavel, um alimento considerado um acepipe delicioso, por algumas *poucas* pessoas. E quando eu trabalhava na estrada de ferro Union Pacific, nos Estados Unidos da América, por algumas poucas semanas, em meus dias de colegial, conheci um grego que devorava toda espécie de insetos. Ele declarava, talvez corretamente, que nunca poderia morrer de inanição, sem importar quão difícil se tornasse conseguir alimentos, porquanto sempre haveria insetos em grande quantidade para ele consumir.

Conheci um missionário evangélico que fez uma viagem ao extremo norte brasileiro. Internou-se em um pequeno tributário do rio Negro, habitado por tribos indígenas. Estando ali, o «igarapé» secou, e ele não mais podia descer ribeiro abaixo com o seu pequeno grupo. Não havia como sair dali, senão a pé. (Sua esposa chegou a dá-lo como morto; e, quando ele, finalmente, chegou, ela perguntou: «Por que você não me escreveu, contando o que estava acontecendo?») Fosse como fosse, ali estava ele, preso em meio à

floresta amazônica. O grupo estava faminto. Um dia, alguém do grupo sugeriu que eles comessem carne de jacaré, visto que aqueles sáurios eram tão abundantes. Meu amigo conseguiu acertar em um dos jacarés com um tiro direto entre os olhos, com sua pistola calibre 22, matando-o no mesmo instante. E obteve uma desmerecida reputação de ter boa pontaria. Eles comeram a cauda do jacaré, e depois disseram que tinha gosto de peixe. Todas as coisas são limpas para quem tem fome. Voltando ao Zaire, devo informar ao leitor que ali se diz solenemente que as mulheres não podem comer carne de *frango*, sob pena de adoecerem, ou mesmo morrerem. Mas os homens podem comer quanta carne de frango quiserem. É difícil entender por que existem regras como essa.

Os judeus contavam com toda espécie de leis sobre a questão, conforme já pude demonstrar. Algumas dessas proibições são fáceis de entender, mas não outras. Uma das estipulações difíceis de compreender é aquela que diz que os animais de patas bipartidas e que ruminam são próprios para a alimentação humana; mas, se alguma espécie não tinha essas características, era retirada da lista (Lev. 11:3; Deu. 14:3 *ss*). Só podiam ser consumidos os peixes dotados de barbatanas e escamas, Lev. 11:9 *ss*. A lei proibia a ingestão de criaturas aladas que também fossem quadrúpedes (Lev. 11:20-23). Entretanto, gafanhotos e grilos eram permitidos. Essas proibições deixam perplexos a vários intérpretes, embora deva haver alguma razão para elas, que não ficou registrada no texto sagrado. Além disso, a última coisa que um judeu podia usar em sua alimentação era o sangue (Lev. 3:17; 17:10-14; Deu. 12:5,23-25; 15:23). Pensava-se no sangue como a essência mística da vida, pelo que seria de propriedade exclusiva de Deus, e, obviamente, um item não apropriado para a alimentação humana.

iii. Objetos. A impureza cerimonial podia ser transmitida por qualquer coisa que fosse tocada por uma pessoa ou por um animal considerado imundo, como uma cama, um assento, uma sela, vestes, vasos de barro, etc. A lepra era um terror para os hebreus. Eles supunham que até as vestes podiam ser infeccionadas pela lepra. Provavelmente confundiam certas espécies de fungo com a lepra. Também pensavam que até as paredes de uma casa podiam ficar leprosas (Lev. 14:33 *ss*). Neste caso, também parece que estava em pauta algum tipo de fungo. Seja como for, tudo quanto fosse tocado por um leproso, ficava cerimonialmente impuro. Inúmeros preceitos ensinavam como as coisas impuras podiam ser purificadas. Casos mais sérios requeriam ritos de purificação que se prolongavam até por sete dias (Lev. 15:13); enquanto que casos menos sérios perduravam somente do momento da infecção até o cair da noite (Lev. 15:6 *ss*). Ritos de expiação e purificação eram efetuados em relação a lugares, como o lugar santo (Lev. 16:16, 20), o altar (vs. 18 *ss*), o propiciatório (vs. 15), o véu do santuário (Lev. 4:6). Também precisavam ser purificados aqueles que manuseavam com as cinzas da novilha, referida em Núm. 19:10, e com a água da impureza, de Núm. 19:20. O sistema judaico de ritos purificadores era complexo, realmente, totalmente estranho à nossa maneira cristã de viver e de pensar.

4. Pureza Moral. Não há que duvidar que, entre os judeus, a pureza e a impureza cerimoniais eram consideradas importantes questões morais. O Novo Testamento demonstra isso, segundo se vê em Atos 10:11 *ss*. Porém, inteiramente à parte do sistema cerimonial, os hebreus reconheciam a pureza e a impureza morais. A culpa pelo sangue inocentemente derramado era uma poluição séria entre eles (ver Núm. 35:33 *ss*). O adultério era considerado uma contaminação (Lev. 18:20), como também o eram os atos sexuais desnaturais (Lev. 20:13). Até mesmo as crianças eram julgadas por seus atos, se puros ou não (Pro. 20:11). Davi reconheceu o poder de poluição de certos pecados por ele cometidos, e clamou pedindo purificação (Sal. 51). Ele anelava por um coração puro, e não meramente por ser declarado cerimonialmente limpo (vs. 10). Também reconheceu que sacrifícios de animais de nada valeriam em seu caso, pelo que ele apresentou a Deus um sacrifício que consistia em um coração contrito (vs. 17). A lei moral judaica consistia precisamente nisso, um código moral cujo intuito era separar o pecador do seu pecado. Talvez meneemos a cabeça em sinal de desolação, diante da interminável lista de regras e ritos do judaísmo; mas os hebreus distinguiam-se de outros povos em face de seu agudo senso de certo e errado.

5. Modos de Purificação. Uma vez mais, defrontamo-nos com grande complexidade. Havia provisões cuidadosas quanto a toda forma de poluição, cerimonial ou moral. Um conceito básico era aquele que dizia que a imundícia separa o homem de Deus, e que a adoração e a comunhão tornam-se impossíveis, por esse motivo.

a. *O uso da água*. Há menção à água da expiação (Núm. 8:7), à água de purificação (Núm. 19:9,13 e 8:7), e também à água corrente da purificação (Núm. 19:17). Ver também Lev. 6:28; 8:6; 14:8 *ss*, Eze. 36:35 quanto a maiores detalhes.

b. *O sangue dos sacrifícios*. Arão e seus filhos foram ungidos para o sacerdócio por meio do sangue (Lev. 8:23 *ss*). A purificação da lepra era realizada com sangue (Núm. 19:17). A oferta pelo pecado era efetuada mediante sangue (Lev. 16:11 *ss*).

c. *Cinzas*. As cinzas das vítimas sacrificadas, segundo se pensava, tinham muito valor para propósitos de purificação cerimonial (Núm. 19:17), sobretudo no caso da novilha vermelha, cujas cinzas eram usadas exclusivamente com propósitos de purificação (Núm. 19:1-13).

d. *Madeira de cedro*. Essa era misturada com escarlata (alguma espécie de fio ou tecido) e hissopo (Lev. 14:4,5,51 *ss*). Isso tem envolvido os estudiosos em toda espécie de conjecturas e idéias. Alguns intérpretes supõem que o fio escarlata tinha por intuito afastar os maus espíritos, havendo alguma evidência em favor dessa conjectura no Talmude (*Shabb* 9:3; *Yoma* 4:2). O hissopo era uma erva que teria propriedades catárticas especiais, sendo usado para aspergir a água santa (ver Sal. 51:7).

e. *Fogo*. Esse era o elemento mais radical usado nas purificações cerimoniais. Era usado para purificação de vasos de metal (Núm. 31:22 *ss*). Para prevenir a poluição, eram queimados a fogo os restos do cordeiro pascal (Êxo. 12:10). Também outros sacrifícios compartilhavam dessa característica (Lev. 7:17). As ofertas pela culpa eram totalmente queimadas e as cinzas eram removidas do acampamento (Lev. 4:12). Em casos extremos, indivíduos especialmente pecaminosos eram queimados na fogueira (Lev. 20:14; 21:9). Isso, segundo se pensava, purificava o acampamento, mesmo que talvez, não as pessoas envolvidas. Os ídolos eram destruídos a fogo (Êxo. 32:20; Deu. 9:21). Uma cidade entregue à idolatria podia ser incendiada até a sua destruição total (Lev. 13:12 *ss*), para nunca mais ser reedificada.

6. Conceitos do Novo Testamento: uma Revolução. Foi uma medida realmente revolucionária quando a Igreja primitiva descontinuou as leis cerimoniais do

judaísmo. Essa foi uma medida que muitos judeus consideraram herética e radical. No Novo Testamento, o conceito moral de pureza é retido e ampliado, mas os meros ritos simbólicos do Antigo Testamento são considerados cumpridos em Cristo.

a. *Os ensinamentos de Jesus*. Jesus referiu-se às questões mais importantes da lei, diminuindo, conseqüentemente, a importância dos ritos (Mat. 23:23). Demonstrou como os fariseus (que vide) cuidavam tanto das questões rituais que negligenciavam as verdades morais e espirituais. Há coisas que realmente poluem uma pessoa, como a extorsão e a ganância (Mat. 23:25 *ss*). Jesus também falou sobre a necessidade da pureza interna (Luc. 11:41). Questões similares foram levantadas na questão da obsessão da lavagem das mãos (Mar. 7:2-8). A pureza externa serve de mero símbolo da pureza interna (Mar. 1:4,15). O trecho de Marcos 7:6 *ss* mostra a preocupação do Senhor Jesus com a fé religiosa autêntica, que não se alicerça sobre coisas meramente superficiais e externas. Por essa razão, Jesus acusou os líderes religiosos do judaísmo de abandonarem os mandamentos de Deus, ao mesmo tempo em que se apegavam às tradições dos homens (Mar. 7:8). E o versículo catorze do sétimo capítulo de Marcos fala de coisas que realmente contaminam um homem. Esses pecados, abrigados no coração, são coisas como a fornicação, o furto, o homicídio, o adultério, a cobiça, a iniqüidade, o logro, a licensiosidade, a inveja, a calúnia, o orgulho e a insensatez. Essas são as coisas que corrompem moralmente a uma pessoa. Porém, aquilo que um homem come não o contamina, a menos, naturalmente, que ele seja um glutão (vs. 18). Os judeus, entretanto, tinham caído em extremos. Assim, um vendedor de vasos temia que alguma pessoa cerimonialmente impura tocasse em seus produtos, tornando-os poluídos. Isso o obrigaria a purificá-los ritualmente (ver *Tohoroth* 7:1). Havia entre eles até mesmo a teoria da reação em cadeia. Um objeto imundo poderia tocar em um objeto limpo, o qual, por sua vez, ficaria imundo. Então esse segundo objeto podia tocar em um terceiro, que também ficaria imundo, etc., *ad nauseum*. Um indivíduo religioso, pois, nunca poderia sentir-se tranqüilo. Jesus, porém, aquietou os espíritos, quanto a questões assim.

b. *Desenvolvimentos teológicos*. A epístola aos Hebreus ensina como Cristo tomou o lugar de todo o sistema veterotestamentário de sacerdotes e ritos. Isso mostra que o Antigo Testamento, dentro da teologia cristã, assumiu uma posição *simbólica*, representativa das qualidades espirituais e morais de Cristo, ou então, de certas qualidades ou aspectos de sua missão. O conceito de sacerdócio cumpriu-se em Cristo (Heb. 5, 7, 8, além de outras referências). A relação de pacto agora gira em torno de Cristo, e a sua missão eliminou todos os sacrifícios e holocaustos (Heb. 9:11 *ss*). A lei era apenas *sombra* dos valores vindouros (Heb. 10:1 *ss*), e o sacrifício único de Cristo substituiu a todos os sacrifícios (Heb. 10:5 *ss*). O sangue derramado sobre o altar foi substituído pelo sangue da cruz, vertido de uma vez por todas (Heb. 10:4; I João 1:7,9; Heb. 9:13 *ss*; Ló 12:22).

O uso levítico da água foi parcialmente substituído pelo batismo cristão, e os aspectos que não estão contidos ali foram incorporados no ensino cristão moral sobre a purificação dos pecados. A purificação representada pelo batismo consiste em uma boa *consciência* diante de Deus, mediante a ressurreição de Jesus Cristo (I Ped. 3:21). A regeneração é a purificação final, que suplanta a purificação meramente cerimonial (Tito 3:5); e a regeneração é simbolizada pelo batismo em água. A Palavra de Deus, transmissora de vida, santifica ao crente (Efé. 5:26; João 3:5). Os homens que precisam de purificação são *podados* através do poder do Espírito Santo (João 15:1,22). O sangue de Cristo purifica (Apo. 7:14). A alma do penitente é que é purificada, e não o seu corpo (I Ped. 1:22). Temos uma *esperança* que purifica (I João 3:3). Na relação matrimonial, o cônjuge incrédulo é santificado através do cônjuge crente, o que indica primariamente, se não mesmo exclusivamente, que o casamento, nesse caso, é legítimo, contrariamente ao ensino judaico de que os casamentos mistos (entre um judeu e um gentio) não eram válidos (I Cor. 7:14).

Coisas Impuras no Novo Testamento. Os espíritos malignos (Mar. 1:26); os impenitentes não-regenerados (Rom. 1:24); as observâncias legais (Gál. 4:4); a desconsideração pelas coisas assim consideradas, dentro das leis cerimoniais judaicas (Atos 11:1-12; Mat. 15:3-20); o retrocesso ao cerimonialismo do gnosticismo (Col. 2:16; 20:22); os perdidos (Apo. 22:14).

Os Alimentos no Novo Testamento. A visão de Pedro, registrada em Atos 10:11 *ss*, deu a entender que os preceitos alimentares do Antigo Testamento não continuavam em vigor, dentro da fé cristã. O décimo quinto capítulo de Atos mantém a proibição quanto ao uso do sangue como alimento, não porque isso fosse algo errado, por si mesmo, mas porque os membros judeus da Igreja primitiva muito se ofendiam diante do ato. Além disso, animais estrangulados, que, naturalmente, retinham o sangue na carne, foram proibidos. A poluição da idolatria, mencionada no mesmo decreto (ver Atos 15:20), incluía os alimentos usados nos ritos pagãos, que, em seguida, eram vendidos nos mercados. O decreto de Atos 15 proibia o consumo de tais carnes. Paulo, porém, incluiu tais alimentos dentro da lista de itens liberados para os cristãos. Em outras palavras, um crente podia consumir tais alimentos, contanto que nenhum irmão na fé, sabedor do que ele estava fazendo, se escandalizasse diante de tal ato. No caso do ato ofender a algum irmão, então o crente não deveria comer alimentos oferecidos previamente a ídolos (I Cor. 8). Contudo, isso não solucionou totalmente a questão, dentro da Igreja primitiva, visto que no Apocalipse (2:14,20), esse ato é proibido. No que concerne às inúmeras leis levíticas contra e a favor da ingestão de animais específicos, o trecho de I Timóteo 4:4,5 elimina a questão inteira. Agora, qualquer animal (visto que todos foram criados por Deus) pode ser ingerido livremente, se o ato for feito em ação de graças a Deus.

7. Evolução da Espiritualidade e da Heresia. É patente que o cristianismo trouxe imensas modificações ao mundo religioso. O cristianismo originou-se no judaísmo, mas eliminou as leis cerimoniais deste último. Também substituiu o sistema sacerdotal inteiro por um só sacerdote, Cristo. Valorizou a graça em lugar das obras, como meio de justificação. Substituiu o templo e seu elaborado sistema de sacrifícios pelas reuniões simples nos lares, quando as pessoas se reúnem para partir o pão em memória do sacrifício de Cristo. Essas modificações foram muito radicais. Não se pode duvidar que muitos judeus consideraram-nas altamente heréticas. Não somente isso, mas essas modificações cristãs também contradiziam muitas injunções do Antigo Testamento. Isso significa que os judeus não teriam grande dificuldade em provar a natureza herética do cristianismo mediante o uso de textos de prova extraídos do Antigo Testamento. Isso, por sua vez, mostra-nos que o

avanço espiritual nos conduz a áreas que são reputadas heréticas ou mesmo apóstatas por pessoas que defendem os sistemas antigos que estão sendo substituídos ou aprimorados. Torna-se evidente, pois, que não podemos sempre aquilatar uma doutrina mediante o apelo a textos de prova. Ocasionalmente, a evolução da espiritualidade leva-nos a novas áreas, nunca antes antecipadas. A verdade é tão ampla que as modificações, até mesmo as mais radicais, são possíveis. Não podemos erguer uma cerca diante de Deus e dizer: «A revelação cessou aqui, conosco». Essa é uma posição manifestamente absurda, passando apenas de um dogma humano, e não de um ensino espiritual revelado. Porém, a curto prazo, as tradições derrotam a verdade. Somente a longo prazo é que a verdade divina prevalece. Na verdade, a ortodoxia de hoje, em muitos casos, foi a heresia de ontem; as ortodoxias se alteram, transformando-se em pontos de fé ultrapassados, e as heresias que eram combatidas tornam-se novas ortodoxias. A cada vez que ocorre uma grande e profunda modificação, os homens entram em conflito. Novas ortodoxias sempre são consideradas «o desenvolvimento espiritual *final*». Porém, nunca chegaremos ao estágio final de nossa evolução espiritual, visto que o que é meramente finito está absorvendo a infinitude de Deus. Isso envolverá um processo eterno, dentro do qual coisas fantásticas, nunca antes imaginadas, esperam por nós. (B CGM ND DE UN)

LINCHAMENTO

Por lei, o estado tem o monopólio da violência e da vingança. Nas sociedades primitivas, a vingança não somente era aprovada, como era até exigida, e isso era devido, pelo menos em parte, à ausência de uma força policial organizada. Em outras palavras, indivíduos eram autorizados a fazer o trabalho de uma força policial, quando eles ou seus familiares tivessem sofrido alguma violência ou injustiça. A sociedade hebréia provia cidades de refúgio (vide), a fim de dar a oportunidade de viverem sem receio àqueles que tivessem prejudicado a outras pessoas, sem terem querido fazê-lo propositalmente. O refúgio nessas cidades equivalia a uma sentença perpétua, mas, pelo menos, dentro dessas cidades, os refugiados tinham liberdade de movimento.

O linchamento é uma violência coletiva. Embora não seja o indivíduo quem toma a justiça nas próprias mãos, ainda assim é o povo que faz a justiça. Ora, apesar dessa prática continuar vigorando em muitos países, tudo é feito fora da lei. A maioria desses casos, porém, mesmo quando os culpados são condenados, eles não são punidos. Nas fronteiras norte-americanas, para oeste, a prática era bastante comum, tal como nos mostram os filmes chamados «bang bang». Meu avô e um tio meu, que trabalhavam em uma estrada de ferro na parte ocidental da América do Norte, tinham muitos relatos sobre essas violências. No sul dos Estados Unidos da América, a prática era usada para castigar os negros e mantê-los sob controle, mediante o terror constante. Antes e depois da guerra civil norte-americana, — os negros eram assaltados pela violência das turbas brancas; e a temível Ku Klux Klan foi organizada a fim de promover a intimidação. Os historiadores revelam que cerca de quatro mil pessoas de raça negra foram linchadas, entre 1882 e 1951. O racismo é uma atitude totalmente errada, pois só existe uma espécie humana, o *Homo sapiens*.

A ética cristã sempre se opôs a atos dessa natureza; mas tem sido mister um tempo demasiadamente prolongado para que tais violências terminem. Violência gera violência (ver Gên. 9:16; Mat. 26:52; Apo. 13:10). A vingança deve ser deixada nas mãos do Senhor (ver Rom. 13:19), e é uma das atribuições do Estado organizado (ver Rom. 13).

LING CHOS

Essas palavras são tibetanas: **chos**, «estórias»; **ling**, «país». O título refere-se às antigas lendas e estórias da religião pré-budista dos tibetanos. Ali há lendas sobre heróis, deuses e demônios. As fontes originárias desses relatos parecem ser variegadas; indo-européias, tibetanas e chinesas. Finalmente, o budismo sobrepujou totalmente no Tibete, como em nenhum outro país, embora tenham sobrevivido elementos das mais antigas crenças religiosas no budismo tibetano; e alguns desses elementos são aqueles que se alicerçam sobre o *Ling Chos*. Nas áreas não controladas pelos grandes lamas, essa mistura de idéias ainda é maior.

LINGA

O deus **Shiva** (vide) é adorado na Índia mediante o símbolo fálico, com o nome de *linga*. Esses símbolos referem-se à fertilidade e aos poderes geradores na natureza.

LINGAYATS

Esse é o título de uma subseita hindu, do shivismo, com cerca de três milhões de seguidores. Seu símbolo é a *linga* (vide), e todos os seus membros usam um pequeno enfeite em relevo, com uma representação desse símbolo, feito de pedra. Essa seita foi fundada como uma espécie de revolta contra os *brâmanes* (vide), no século XII D.C. Seus seguidores opõem-se ao casamento entre pessoas de castas diferentes, e permitem novo casamento para as viúvas. A seita é composta principalmente de pessoas não arianas.

••• ••• •••

LÍNGUA-LINGUAGEM-LINGUAGENS

Esta enciclopédia apresenta os seguintes artigos relacionados à **linguagem:**

Aramaico
Hebraico
Língua
Língua do Novo Testamento
Língua Estranha
Língua Grega
Linguagem dos Livros Apócrifos
Linguagem Ética
Linguagem (Filosofia E)
Linguagem, Jogo de
Linguagem, Uso Apropriado da
Linguagem Religiosa
Línguas, Confusão das
Línguas de Fogo
Línguas (Falar em)
Línguas, Falar em (Dom de)
Línguas, Interpretação de
Línguas, Origens das

Aramaico e **Hebraico** são artigos apresentados em sua devida ordem alfabética. Os demais artigos seguem a ordem dada acima. Neste ponto, oferecemos uma declaração geral sobre as linguagens, e um mapa que ilustra a distribuição geográfica dos idiomas, na área do globo terrestre relacionada à Bíblia Sagrada.

LÍNGUA

Esboço:

I. Línguas do Mundo
II. Línguas Indo-européias
III. As Seis Línguas Mais Faladas do Mundo
IV. A Origem das Línguas
V. Uso Apropriado da Linguagem
VI. Mapa Ilustrativo: Distribuição Geográfica dos Idiomas no Mundo Bíblico

Introdução

1. Orgão Físico

No hebraico, **lashon**, termo que aparece por cento e oito vezes com o sentido geral de idioma ou do membro do corpo com esse nome, começando por Gên. 10:5 e terminando em Zac. 14:12. Com o sentido de membro do corpo, aparece na maioria dessas ocorrências, em sentido literal ou simbólico. No grego, temos a palavra *glossa*, que é usada por cinqüenta vezes, de Marcos 7:33 a Apo. 17:15, igualmente com o sentido de idioma ou como um dos membros do corpo, e também em sentido literal ou simbólico.

A língua é um órgão ímpar, musculoso, muito móvel, simétrico, situado na cavidade bucal. Estende-se desde sua ligação ao osso hióide e à epiglote, na parte superior e frontal do pescoço, até uma ponta livre, diante dos dentes incisivos. Tem a forma geral de uma pirâmide, achada na parte superior e na inferior, sendo arredondada em seus ângulos e terminando na frente em ponta rombuda. Composta quase inteiramente de fibras musculares entrelaçadas, suas superfícies, expostas às secreções da boca e da garganta, são recobertas de membranas mucosas. Nessas membranas, na superfície superior da língua, estão localizadas as papilas gustativas. Há cinco tipos de tais papilas, acumuladas principalmente na parte anterior da língua, já perto da garganta. É através dessas papilas gustativas que a língua atua como um dos órgãos dos sentidos, o do paladar. Na verdade, é o único órgão dos sentidos que não aparece aos pares, no corpo humano. Mas, na língua, também é muito desenvolvido o sentido do tato, de tal modo que ela pode localizar partículas de alimento na cavidade bucal, principalmente entre os dentes, partículas essas que, de outra maneira, não seriam sentidas. A manutenção de pedaços de alimentos entre os dentes superiores e os inferiores é algo importante na função da mastigação, e a língua muito contribui para isso. A língua também ajuda no ato de sugar, de engolir e cuspir e de controlar as secreções e excreções respiratórias. Finalmente, deve-se salientar que a língua é um dos mais importantes órgãos da fala, porquanto ela facilita a pronúncia dos fonemas de que se compõem as palavras que proferimos.

É em face dessa última função da língua, como órgão da fala, que esse membro do corpo aparece nas Escrituras como uma poderosa força. A Bíblia diz que a morte e a vida estão sob o poder da língua (Pro. 18:21). Tiago elabora sobre o tema, quando se refere à língua como indomável, como um mal incontido, cheia de veneno mortal (Tia. 3:8), e também como um fogo, um mundo de iniqüidade (Tia. 3:6). Paulo, por sua vez, refere-se à língua como um instrumento do ludíbrio (Rom. 3:13), uma das grandes características do indivíduo não-regenerado.

2. Linguagem

No sentido secundário de «idioma», a palavra *língua* aparece, igualmente, no volume sagrado, como nome dos vários idiomas falados pela humanidade. As Escrituras revelam que «...em toda a terra havia apenas uma linguagem e uma só maneira de falar» (Gên. 11:1). Mas, por causa da construção da torre de Babel, que revelou o excessivo orgulho e empáfia da humanidade, o Senhor resolveu: «Vinde, desçamos e confundamos ali a sua linguagem, para que um não entenda a linguagem do outro» (vs. 8). E, logo adiante, Moisés ajunta: «...ali confundiu o Senhor a linguagem de toda a terra, e dali os dispersou por toda a superfície dela» (vs. 9).

É claro das evidências arqueológicas que a origem da linguagem, e a multiplicidade das línguas, é um assunto misterioso que nenhuma explicação consegue esclarecer. Itens da arqueologia, podem demonstrar semelhanças entre civilizações, mas dificilmente falam qualquer coisa significante sobre a origem do falar humano e suas inumeráveis manifestações. Ver seção IV.

Interessante é observar que, quanto ao membro físico chamado «língua», há um costume médico de pedir a um paciente que mostre a língua. Isso se deve ao fato de que certas enfermidades sistêmicas do corpo humano manifestam a sua presença com alterações na língua, como as alergias, a pelagra, a psilose, a anemia perniciosa, a deficiência de ferro e certas deficiências vitamínicas. Outrossim, uma paralisia em metade da língua, isto é, em seu lado esquerdo ou em seu lado direito, revela-se por meio de tal exame em razão do desvio desse membro para o lado afetado. Isso pode indicar alguma condição enfermiça em uma região do cérebro, como um derrame ou hemorragia interna, a trombose de uma artéria, ou um tumor cerebral.

Nos trechos de Apocalipse 5:9 e 7:9, João destaca o fato de que a redenção que há em Cristo haverá de ser proclamada entre todas as línguas, ou seja, de maneira universal. Citamos a primeira dessas passagens: «...e entoavam novo cântico, dizendo: Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação...»

I. Línguas do Mundo

1. *A Prioridade do Homem.* É a linguagem que mais distingue o homem dos animais inferiores. Chimpanzés e gorilas têm sido treinados para se expressarem através de computadores com teclas, e têm demonstrado a capacidade de usar sintaxe e analogia lingüística, além de poderem reter um vocabulário simbólico bastante extenso. É definido que se tivessem o aparelho próprio para falar, eles poderiam usar linguagem, visto que têm inteligência adequada para tanto. Também sabe-se, por meio de outros estudos científicos, que outros animais, como aqueles da família da baleia e dos golfinhos, são capazes de modos complexos de comunicação não-lingüística, usualmente por meio de sons. Em alguns mamíferos marinhos, esse sistema é complexo e preciso. Não obstante, o homem é que possui tanto a inteligência quanto a capacidade de falar, com base em sua habilidade de guardar conhecimentos e de comunicar-se. Alguns filósofos têm mesmo pensado que a linguagem é a essência mesma da inteligência. E sobre essa suposição é que a filosofia da linguagem tem-se desenvolvido. Ver o artigo intitulado *Linguagem (Filosofia e), Filosofia da Linguagem.*

2. *Definição da Linguagem.* Uma língua é um sistema de sinais vocais convencionais que caracterizam as interações entre uma ou mais comunidades de seres humanos. Essa definição não inclui somente a linguagem falada, mas também a escrita, que é uma forma concreta de representar os sons. A descrição da linguagem é o primeiro passo da *lingüística*, cujas

principais divisões são a fonética, a fonêmica, a morfêmica e a sintaxe.

3. *Um Grande Número de Idiomas.* É impossível dizer quantas línguas os homens já falaram, desde que o fenômeno veio à existência. Muitos milhares de idiomas têm sido usados, têm evoluído e têm desaparecido. Povos inteiros têm desaparecido, juntamente com os idiomas que usavam. Até mesmo quanto à atualidade, é difícil dizer-se exatamente quantas línguas são faladas no mundo. Além disso, em alguns casos, é impossível separar-se um idioma de outro ou um dialeto de outro. Para exemplificar, o sardenho provavelmente é um dialeto do italiano, e o swyzerisch, provavelmente, é um dialeto do alemão. Seja como for, calcula-se que existam entre três mil e quatro mil dialetos falados atualmente no mundo inteiro, cada qual com sua própria gramática, seus fonemas (os sons da língua) e a sua sintaxe (a construção das sentenças).

4. *Famílias de Línguas.* Podem ser distinguidas pelo menos quarenta famílias de línguas. Uma *família* lingüística é um grupo de idiomas que estão relacionados entre si, tendo descendido de uma língua ancestral comum. Para exemplificar, o português, o espanhol, o italiano, o francês, o catalão, o provençal podem ser consideradas línguas irmãs, descendentes diretas do latim. E o latim, por sua vez, era língua irmã do grego. Juntamente com o alemão, o celta, o eslavo, o persa, e outras, o latim e o grego descendem diretamente do sânscrito. Essa família é chamada de família *indo-européia,* por causa da localidade geográfica de seu desenvolvimento. Alguns técnicos nesse campo pensam que nada menos de cem famílias diferentes de línguas podem ser distinguidas, embora existam línguas (como o basco) que desafiam a qualquer tentativa de classificação. Sobre o basco queremos destacar que, embora ela seja falada em áreas onde se falam o espanhol e o francês, ela não é uma das línguas romances, ou seja, derivadas do latim. Alguns eruditos pensam que ela é a única sobrevivente de uma língua falada por povos neolíticos que habitavam naquelas áreas, antes das migrações dos indo-europeus para aquelas regiões do extremo ocidental da Europa.

II. Línguas Indo-européias

O sistema dessa família de línguas é apresentado como representante daquilo que acontece no desenvolvimento de todas as línguas. Se excluirmos o chinês, as línguas indo-européias representam o maior grupo de línguas modernas. A *mãe* dessa família já existia, em algum lugar da Ásia e da Europa, há cerca de três mil anos. Os eruditos supõem que os vários idiomas indo-europeus espalharam-se de algum ponto do que atualmente é o sul da União Soviética, por meio de migrações sucessivas, a começar pelo terceiro milênio A.C. A *filha* mais velha identificável dessa família é o heteu ou hitita, que pode ser datada como tendo surgido por volta de 1500 A.C. Depois vêm os documentos Rig Veda, em sânscrito. Interessante é que antes costumava-se pensar que o sânscrito seria a mãe de todas as línguas indo-européias, porém, outros estudiosos têm achado que ela não é mais arcaica que outras línguas da família indo-européia. Sua distinção é que a sua literatura é mais antiga que a de suas outras irmãs. Esses estudiosos, pois, não sabem dizer qual a língua que foi *a mãe* de todos os idiomas indo-europeus.

Ramos da Família Indo-européia
(lista parcial)

PAI HISTÓRICO

Indo-iraniana
Sânscrito
Persa Antigo
Iraniano
Hindu
Bengali
Persa Moderno

Armênio
Armênio Antigo
Armênio

Albanês
Albanês

Grego
Clássico
Dialetos
Koiné
Grego Bizantino
Grego Moderno

Latim
Osco
Falisco
Peliniano
Latim Vulgar
Italiano
Francês
Romeno
Provençal
Catalão
Raético
Espanhol
Português★

Celta
Gaélico
Bretão
Irlandês Antigo
Irlandês Moderno
Galês Antigo
Galês Moderno
Escocês Galês

Germânico
Germânico Oriental
Germânico Nortista
Germânico Ocidental
Alemão (Alto e Baixo)
Saxão Antigo
Antigo Alto Alemão
Antigo Baixo Alemão
Inglês Antigo e Moderno★★
Holandês
Sueco
Norueguês
Dinamarquês

Eslavo
Báltico
Eslavônico
Eslavônico Sulista
Eslavônico Ocidental
Eslavônico Oriental
Búlgaro
Eslovaco
Russo
Russo Branco
Ucraniano
Polonês
Iugoslavo
Checo★★★

Notas:

★ O português é o último ramo do latim. Já foi dialeto do espanhol, até que Portugal se separou da Espanha, em 1140. Citamos o belo e instrutivo soneto de Olavo Bilac, príncipe dos poetas brasileiros: «Língua Portuguesa».

Última flor do Lácio inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura;
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...

Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrolo da saudade e da ternura.

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
Das virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi «meu filho!»
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!

★★ O inglês, embora classificado aqui como um dos idiomas germânicos, é, em vocabulário, uma mescla com o latim, pois uma grande porcentagem de seu vocabulário procede do latim, e também sofreu grande influência do francês, no passado.

★★★ O checo, também conhecido como checoslovaco, é uma mistura de uma língua celta com o eslavo, pelo que, à semelhança do inglês, poderia ser classificado como língua eslava ou como língua celta. O inglês é germânico-latino no vocabulário, mas na gramática é germânico.

De grande interesse para os estudiosos da Bíblia é a razão proposta pela qual o chinês é falado por uma parcela tão grandemente desproporcional da população do mundo. Ultimamente, as estatísticas chinesas falam em um bilhão e cem milhões de chineses—o povo mais numeroso do mundo!

A razão proposta para o chinês como língua mais falada do mundo (ver o ponto terceiro, abaixo, *As Seis Línguas Mais Faladas do Mundo*) é que, por ocasião do dilúvio de Noé, a China continental não foi atingida pelo mesmo, pelo que esse povo continuou a desenvolver-se e multiplicar-se, sem haver sofrido total despovoamento. O resto da humanidade teve de começar de novo. Essa teoria, naturalmente, apóia a teoria de um dilúvio parcial. Ver sobre o *Dilúvio de Noé*. Em favor dessa teoria, é que a história chinesa pode retroceder facilmente à data suposta do dilúvio. Conforme alguns têm dito: «Os chineses fizeram uma boa história debaixo da água!» Sabe-se, com base nos registros dos campos magnéticos, contidos nas rochas, que imensas catástrofes têm agitado o globo terrestre pelo menos por quatrocentas vezes, sempre com mudanças das posições dos pólos norte e sul. O relato sobre o dilúvio de Noé foi sobre o mais recente de uma grande série de desastres universais. Há muitos mistérios na história geológica que simples registros históricos (relativamente recentes, em comparação) não podem resolver. O nosso conhecimento é muito parcial (pois a Bíblia é uma história selecionada, que conta, essencialmente, a história da redenção, e não tanto a história da humanidade), e deveríamos ter a humildade para confessar isso.

III. As Seis Línguas Mais Faladas do Mundo

Essas seis línguas são, em ordem decrescente:

1. Chinês
2. Inglês
3. Russo
4. Hindu
5. Espanhol
6. Português.

IV. A Origem das Línguas

1. *O relato sobre a torre de Babel* (Gên. 11), para algumas pessoas, resolve o problema. Lembremos, porém, que já existia a linguagem antes disso, além do que a cronologia de Gênesis registra uma história relativamente recente. A arqueologia tem demonstrado uma história do homem muito mais antiga do que nos revela o relato de Gênesis, indicando que houve raças pré-adâmicas. Ver o artigo sobre os *Antediluvianos*.

2. *A Evolução*. Os evolucionistas supõem que o aparelho fonador do homem desenvolveu-se a partir do aparelho fonador dos primatas mais elevados, atingindo seu ponto culminante no homem. E, uma vez dotado da capacidade de emitir os mais variegados sons, começou a chamar os objetos por nomes específicos, de onde ter-se-ia desenvolvido a linguagem, tudo o que precisou foi de um processo evolutivo muito longo. Mas, contra essa teoria temos a considerar a grande complexidade das línguas antigas, em contraste com as formas relativamente simples da atualidade. É muito difícil imaginarmos os selvagens, propostos pela teoria da evolução, a usar sistemas de dez casos, ou de seis casos, com complexas conjugações verbais, exibidos pelas línguas antigas. Se a linguagem começou quando homens da caverna começaram a dar nomes às coisas, então os idiomas devem ter começado bem *simples*, e não complexos. Mas, quanto mais antiga a língua, mais complexa ela mostra ser.

3. *Origem Divina*. Alguns lingüistas teístas supõem que a linguagem serve de prova da existência de Deus, por ser uma daquelas coisas que exibem um admirável *desígnio*. Alguns teístas crêem que Deus simplesmente criou o homem com a capacidade de falar. Mas, tudo quanto se sabe sobre a origem da linguagem, incluindo as indicações que nos são dadas no livro de Gênesis, são apenas alguns poucos detalhes em todo o trajeto que deve ter sido coberto pela história da linguagem. O resto permanece envolto em mistérios.

4. *Explicações Angelicais e Extraterrestres*. De acordo com essa posição, a linguagem nem se originou diretamente em Deus, e nem foi criação de selvagens, por questões evolutivas. Antes, a linguagem teria sido trazida à terra por seres extraterrestres que fizeram da terra o lugar de sua habitação. Uma versão religiosa dessa idéia é que a linguagem era possessão de muitas ordens angelicais, que ensinaram as línguas aos homens. Uma versão alternativa dessa opinião sugere que o espírito humano pertence a uma ordem angelical, «pelo que já seria dotado de linguagem muito antes de unir-se ao seu corpo físico, o que lhe possibilitou a existência neste mundo. De acordo com esse ponto de vista, o homem já trouxe consigo a linguagem, e, quando se tornou um ser espiritual-físico (mediante união com o corpo, que foi criado mediante a criação divina especial ou mediante a evolução gradativa), permaneceu sendo um ser falante. E o aparelho fonador do homem foi criado (ou evoluiu) como um veículo para que o homem pudesse continuar falando.

5. *Um Mistério*. Talvez a verdadeira resposta nem seja resposta. Simplesmente não sabemos como a linguagem começou. E esse fato, juntamente com muitos outros mistérios, deveria levar-nos a nos sentirmos humildes e dependentes, porquanto pouco ou nada sabemos sobre as origens. De fato, a ciência nada sabe acerca das origens, pois só pode estudar as coisas conforme elas se encontram.

6. *Ilustração de raças pré-adâmicas,* que implica

que a origem da linguagem não é conhecida por *textos de prova* de qualquer livro sagrado. Alguns mistérios ficam sem solução.

Reportagem do *Estado de São Paulo*, 26 de setembro de 1987.

Teoria Sobre o Homem na América Pode Mudar

A teoria segundo a qual o homem pré-histórico chegou à América vindo da Ásia através do Estreito de Bering, atingindo primeiro o Alasca e descendo aos poucos até a América do Sul, poderá ser contestada com a descoberta da arqueóloga Niede Guidon, anunciada no último dia 22, em Campinas. Segundo a pesquisadora, os mais antigos vestígios do homem na América, encontrados em São Raimundo Nonato, no Piauí, poderão ultrapassar 32 mil anos, enquanto os norte-americanos descobriram sinais mais antigos entre 10 e 13 mil anos. Esse foi o tema de maior impacto nos debates da IV Reunião Científica da Arqueologia, encerrada ontem em Santos.

Segundo a arqueóloga Sílvia Maranca, que participa das pesquisas, a cientista norte-americana Betty Meggers («que respeito muito», diz Sílvia) só está duvidando das descobertas de Niebe Guidon «porque ainda não esteve no sítio de Pedra Furada, em São Raimundo Nonato». Lembrou ainda que a descoberta anterior de Niebe, de que a datação mais antiga do continente americano chegava até 32 mil anos foi publicada há cerca de um ano na revista inglesa *Nature*. Mas no dia 22 de setembro, Niebe Guidon, coordenadora dos trabalhos no Piauí, professora da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris e professora visitante da Unicamp, anunciou ter descoberto novos vestígios provavelmente mais antigos ainda no sítio de Pedra Furada.

Esses vestígios, que podem datar de 32.500 até 45 mil anos são constituídos de carvão encontrado em restos de fogueiras existentes nas câmaras abaixo das escavações anteriores. O carvão foi enviado ao Laboratório Beta Analitic, de Miami, que deverá concluir os testes com carbono 14 nos próximos dez dias. Os novos fragmentos foram localizados entre três, quatro e cinco metros abaixo do nível do solo, enquanto os 32 mil anos foram fixados com base em pesquisas feitas só dois metros abaixo da superfície. Supõe-se que, quanto mais profundo estiver o vestígio, mais antigo ele será.

Em 1973, os arqueólogos localizaram 53 abrigos com pinturas rupestres. Até agora, foram pesquisados cerca de cem abrigos, o que representa a maior concentração de arte rupestre do mundo. Foram encontrados nesses locais vestígios de homens pré-históricos de 1.090 a 32.500 anos, como fogueiras, restos de alimentos, esqueletos, pedras e artefatos de osso. Uma urna funerária continha pele e cabelo.

Pesquisa Confirma o Homem na América há 39 Mil Anos

Artigo do *Estado de São Paulo* de 17 de outubro de 1987, por Reali Júnior, correspondente.

Paris — A arqueóloga Niebe Guidon, professora da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, revelou ontem na capital francesa que o povoamento da América poderá ser ainda anterior a 39.200 anos, idade já comprovada pelas análises com carvão efetuadas nos EUA. Segunda ela, o material foi recolhido no sítio arqueológico Boqueirão da Pedra Dourada, no qual está trabalhando desde 1978, no Piauí. Nas escavações efetuadas nos meses de junho e julho últimos, sua equipe encontrou *seis níveis* abaixo de 32 mil anos, sendo que o carvão examinado pertence ao nível *três*, existindo ainda três outros níveis inferiores.

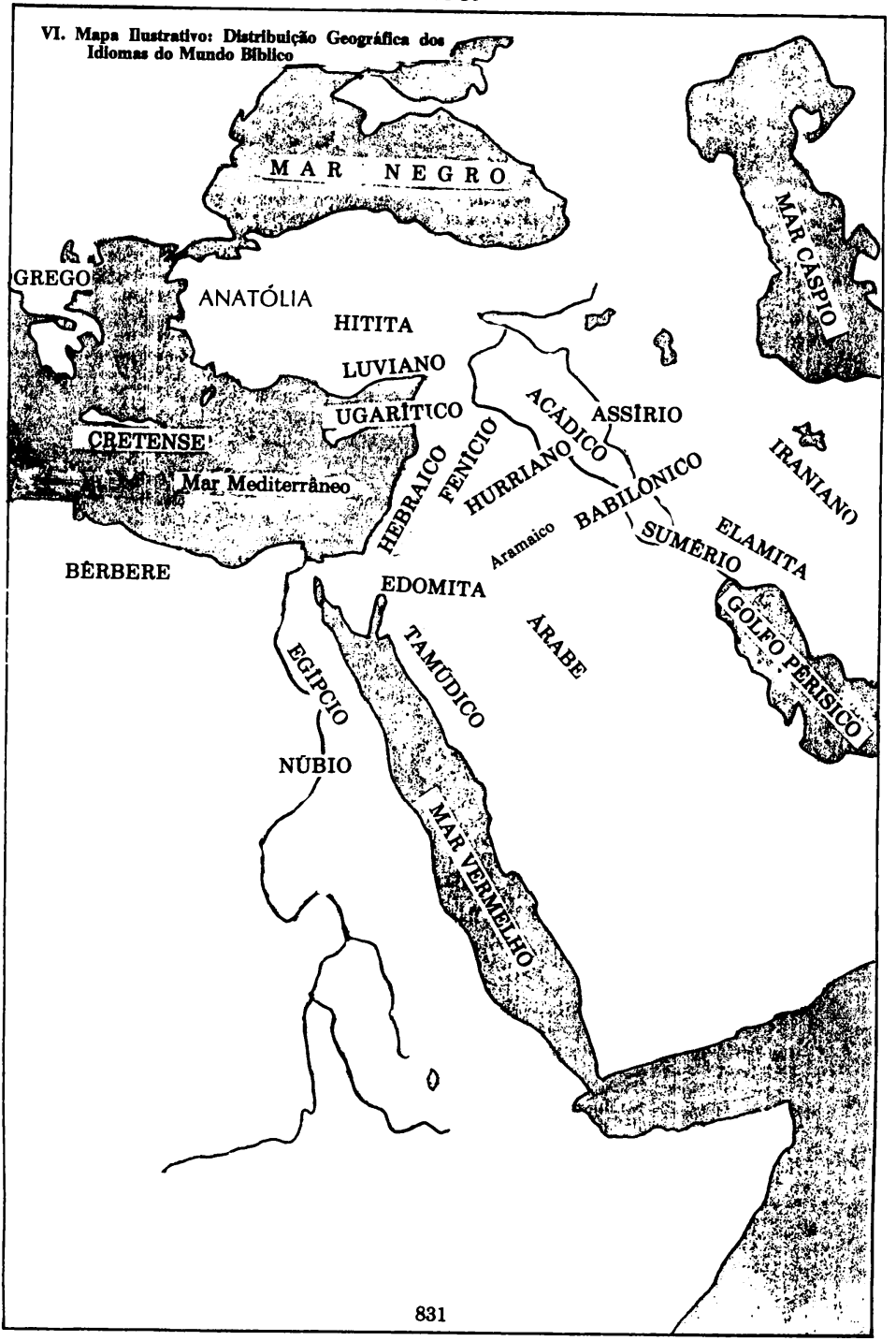
O carvão foi para os EUA para ser analisado no laboratório *Beta Analitic*, e o resultado deu uma idade de mais de 39.200 anos, por meio do método Carbono .14. Isso indica que o povoamento da América é ainda anterior ao que se admitia nas teorias antigas. Segundo Niebe Guidon, esse nível datado e analisado é o terceiro inferior, mas sua equipe já possui material de outros três níveis inferiores, isto é, mais antigos.

Segundo a arqueóloga francesa, atualmente já se trabalha no limite do método de datação pelo Carbono 14, que é de 45 mil anos. «A partir daí, é muito difícil obter resultados com segurança por esse método. Agora, vamos ter de ver os métodos que utilizaremos daqui para frente, mas, de qualquer forma, isso demonstra a importância e o avanço da arqueologia do Nordeste», disse Niebe Guidon.

V. Uso Apropriado da Linguagem

Jesus ensinou que os homens terão de prestar contas, finalmente, de sua vida na terra, incluindo «toda palavra frívola que proferirem». Esse é um pensamento seriíssimo. Ver Mat. 12:36. Se o juízo divino descer a pontos delicados e minuciosos como esse, então o exame que teremos de enfrentar será, realmente, completo! O terceiro capítulo de I Coríntios alude, figuradamente ao juízo a que os crentes serão submetidos. Então as *obras inúteis* dos homens serão queimadas como palha, feno ou madeira, em contraste com aquelas coisas permanentes como o ouro, a prata e as pedras preciosas (capazes de resistir ao teste do fogo de Deus). Um colega de seminário disse, de certa feita: «Haverá tanta fumaça, em meu julgamento, que ninguém poderá ver os outros sendo julgados!» Tudo isso ilustra o quanto precisamos da graça de Deus. O uso da linguagem é uma questão importante. Esta enciclopédia contém um artigo intitulado *Linguagem, Uso Apropriado da*.

••• ••• •••



VI. Mapa Ilustrativo: Distribuição Geográfica dos Idiomas do Mundo Bíblico

LÍNGUA DO NOVO TESTAMENTO

Esboço:

1. A Língua Grega: História
2. O Grego do Novo Testamento
3. Os Papiros
4. As Ostracas
5. Os Papiros do Novo Testamento
6. As Influências Lingüísticas e Históricas que Têm Determinado o Caráter do Novo Testamento
7. Características Individuais dos Autores do Novo Testamento
8. A Linguagem Usada por Jesus
9. Bibliografia

1. A Língua Grega: História

O Grego como idioma universal. A história do idioma grego remonta para além de 2000 A.C., chegando mesmo aos tempos pré-históricos, às tribos primitivas da família *ariana*. É muito provável que as tribos originais que falavam o grego mais primitivo habitassem nas praias do mar Negro. Alguns sábios acreditam que certos dialetos se desenvolveram formando o idioma grego, antes mesmo das tribos terem penetrado na área da Grécia atual. Os mais antigos dialetos parecem ter sido o dórico, o aeólico e o jônico. O desenvolvimento desses dialetos teria ocorrido entre 1600 e 2000 A.C., tendo aparecido com quatro grupos distintos: aeólico (lêsbio, tessalônico e boécio), ático-jônico, arcádio-cipriota, e grego ocidental (noroeste da Aetólia, Locris, Elis e outros lugares; e dórico na Corcira, em Creta, em Rodes e em outros lugares).

A primeira migração de povos gregos para a Europa continental deve ter tido lugar antes de 1900 A.C. Provavelmente esse êxodo teve lugar através da Ásia Menor, segundo a erudição moderna, com o auxílio da arqueologia, tem demonstrado. Essa data é anterior por diversos séculos da data que previamente se calculava.

O *período clássico* do idioma grego é situado desde Homero (900 A.C.) até às conquistas de Alexandre (330 A.C.). Posto que o dialeto ático era proeminente na literatura grega antiga e na atividade filosófica, esse dialeto gradualmente foi sobrepujando os demais, exercendo uma influência mais vasta que os outros. O dialeto ático, que era falado inclusive em Atenas, tornou-se a força amoldadora no desenvolvimento da língua grega. Filipe da Macedônia (meados do século IV A.C.) efetuou a unificação política da Grécia, e assim foi descontinuado o isolamento em que viviam as cidades-estados dos gregos. Os dialetos começaram a desaparecer. O filho de Filipe, *Alexandre o Grande*, mediante suas conquistas de âmbito mundial, espalhou a cultura e a língua gregas por toda a parte. O resultado disso, no que diz respeito ao idioma, foi o de dissipar mais ainda as diferenças dialéticas, emergindo assim uma única forma essencial do idioma grego, o *koiné*. Desse modo, o grego se tornou um idioma universal. As datas do período do «koiné» vão de 300 A.C. a 330 D.C., aproximadamente. Os historiadores dizem-nos que esse grego era francamente falado em Roma, em Alexandria, em Jerusalém e em outros centros populosos, tanto quanto era falado em Atenas. Olhando de volta pelos corredores da história, vemos que os principais fatores, que fizeram surgir esse grego comum, a linguagem universal de então, foram quatro: 1. Extensa colonização pelos gregos, espalhando assim a cultura, o idioma e o poderio gregos no mundo antigo. 2. A íntima filiação política e comercial dos povos gregos separados, o que provocou a fusão de todos os dialetos. 3. Os entrelaçamentos religiosos, que tiveram o mesmo efeito. As grandes festividades nacionais em centros religiosos como Olímpia, Delos e Delfos, proveram o solo fértil para esse fator. 4. As conquistas de Alexandre o Grande, foram o fator que deu maior impulso à universalização do idioma grego. O Novo Testamento é o maior monumento desse idioma universal.

O *grego* koiné é essencialmente *ático*, mas contém elementos dos outros dialetos, especialmente no que toca à forma e soletração de algumas palavras. Deve-se notar também que uma simplificação geral do ático clássico teve lugar na formação do «koiné», tanto gramaticalmente como em suas expressões, como qualquer estudante, tanto do grego «koiné» como do grego clássico pode averiguar. Assim sendo, o grego «koiné» pode ser muito mais facilmente traduzido pelo estudante moderno do que os escritos clássicos.

2. O Grego do Novo Testamento

Muita controvérsia tem girado em torno da discussão sobre o caráter exato do grego do Novo Testamento. Os dois campos opostos, no princípio, foram os chamados *puristas* e *hebraístas*. Os primeiros criam que a revelação de Deus, no Novo Testamento, não poderia ser dada senão na mais excelente linguagem — e para eles isso significava o grego ático clássico. Muitas eruditos primitivos trabalharam diligentemente para recomendar essa tese, mas sem o menor resultado, porquanto o Novo Testamento claramente não cabe dentro desse molde. Em primeiro lugar, conta com várias centenas de palavras distintas, palavras de forma alguma usadas no grego ático clássico, além de muitos outros termos revestidos de sentido diferente daquele que possuíam no período clássico. Em segundo lugar, é óbvio que outros dialetos gregos, além do ático, podiam ser vistos, de alguma maneira, nas palavras e na gramática exibidas pelo Novo Testamento. A impossibilidade óbvia dos puristas de demonstrarem na prática a sua causa, deu aos hebraístas uma vitória temporária. Estes últimos afirmavam que o Novo Testamento contém uma forma especial de grego, um grego hebraico, variedade distinta conhecida apenas na Bíblia — na Septuaginta e no Novo Testamento. Essa era a opinião prevalecente até o início do século XX. Porém, no começo deste século, o descobrimento de numerosos documentos em papiro, alguns fragmentários, e outras porções bastante extensas, começou a revolucionar todo o método de estudo da filologia — neotestamentária. Tornou-se óbvio que tanto os puristas como os hebraístas estavam fundamentalmente equivocados. Os sábios começaram a ver que o N.T. havia sido escrito na língua comum do povo, a língua franca do mundo greco-romano. Muitíssimos papiros bíblicos e não bíblicos foram encontrados. Entre eles, as declarações não bíblicas de Jesus, manuscritos autênticos do Novo Testamento, escritos completos não bíblicos, como cartas particulares, petições, pesquisas de terras, testamentos, contas, contratos e outros tipos de correspondência diária, além de vários tipos de literatura cristã primitiva. Tudo isso demonstrou que o Novo Testamento, quanto à linguagem, não é substancialmente diferente da linguagem comum daquela época. A vasta maioria das palavras do Novo Testamento, desconhecida no grego clássico, tem sido encontrada nesses documentos. Naturalmente, o grego do Novo Testamento ainda assim ocupa lugar à parte, no sentido de que qualquer obra mais extensa é dona de seu próprio lugar. Em certas porções, tem seu próprio uso distintivo de alguns termos e, mediante

seus vários autores, tem seu estilo todo próprio. Parte do Novo Testamento foi escrito em bom grego literário «koiné» (nome esse que significa *comum*), um termo que designa o grego helênico ali empregado, o que tem em vista o linguajar 'comum' do povo, o grego padronizado da época, em contraste com a linguagem dos autores clássicos. Lucas e Paulo usaram uma boa forma de *koiné literário*, em contraste com a linguagem mais coloquial do homem de rua, sem grande educação. Por outro lado, Marcos e o livro do Apocalipse, revelam um *koiné*, menos educado, contendo erros gramaticais como geralmente o povo comum comete. Os escritos de Lucas (Lucas, Atos) e a epístola aos Hebreus, refletem um idioma mais clássico que o de Paulo; e Lucas chega a ocasionalmente usar um termo em seu sentido clássico, e não próprio do *koiné*. Todavia, todos os livros, como um todo, podem ser seguramente catalogados na corrente da linguagem comum do século I de nossa era, a despeito do fato de que representam aspectos vários da corrente.

Mas tudo isso precisa ser dito sem que se despreze certos livros, e os evangelhos em particular, que mostram influências do hebraico e do aramaico, visto que a língua materna de Cristo e seus apóstolos era o aramaico. Apenas alguns poucos eruditos se têm recusado a conceder a possibilidade de certas fontes aramaicas para esses livros. A atual tendência do estudo a respeito parece indicar que a «influência aramaica» tem sido provada como parte legítima do grego *koiné*. E assim, apesar de continuar-se a admitir a *influência* aramaica, todos admitem que a linguagem essencial do Novo Testamento é o grego *koiné*, largamente usado na época por todo o mundo greco-romano.

3. Os Papiros

Calcula-se que cerca de 25 mil **papiros** têm sido descobertos, os quais confirmam a natureza do grego do Novo Testamento, segundo se descreve acima. A maioria desses papiros, naturalmente, consiste de matéria não bíblica, como cartas particulares, notas, contratos, etc.

Entre as mais importantes descobertas, no tocante aos papiros, temos: Das ruínas de Herculano, na Itália, chegou às nossas mãos o remanescente de uma biblioteca filosófica, que constituiu a primeira descoberta substancial de papiros. Em Behnesa, antigo *Oxyrynchus*, no Egito, foram desenterrados papiros contendo declarações extrabíblicas atribuídas a Jesus. Foram publicadas em 1897 sob o título de «Logia». No sul de Fayum, Egito, sendo utilizados como envoltórios e estofos de crocodilos mumificados (por serem divinizados pelos antigos) foram descobertos muitíssimos papiros, contendo contratos, cartas particulares, pesquisas de terras e grande variedade de outros documentos. Esses papiros foram descobertos por acidente, quando um operário irado (indignado por nada haver achado de mais valor do que crocodilos mumificados) jogou um deles contra uma rocha. O crocodilo partiu-se pelo meio, e os olhos admirados do operário viram esses documentos. Muitos outros crocodilos mumificados produziram mais papiros.

As descobertas de papiros contendo literatura cristã primitiva, mas não parte do Novo Testamento também têm ajudado a iluminar a linguagem do Novo Testamento. Entre essas há uma cópia do Pastor de Hermas, uma conclusão diferente de Atos, onze páginas mais longa, um sermão de Melito de Sardes, *Sobre a Paixão*, além de partes das obras de um certo número dos pais da Igreja, como Irineu, Aristides, Clemente e alguns livros apócrifos, além de hinos cristãos, orações, cartas, etc.

Muitas inscrições têm sido encontradas que ilustram em parte a linguagem do Novo Testamento, mas usualmente uma inscrição é feita em linguagem um tanto formal e artificial, pelo que seu valor, com essa finalidade, é limitado.

4. As Ostracas

Outra evidência arqueológica de grande importância para o estudo do grego do Novo Testamento é a descoberta de *ostraca*.

Muitas Milhares de Ostracas têm sido achadas em montes de lixo, túmulos, sepulturas e outros tipos de lugares explorados pela arqueologia. As ostracas são pedaços quebrados de argila ou vasos, usados pelas classes mais pobres como material de escrita. Preservam registros de muitas espécies, incluindo recibos de impostos, cartas pessoais, etc. Dos muitos milhares desses pedaços de ostraca apenas 20 contêm alguma porção do Novo Testamento. Desses, dez registram a extensa passagem de Lucas 22:40-71. Outros trazem Mat. 27:31,32, Mar. 5:40,41; 9:17,18, Luc. 12:13-16; João 1:1-9; 1:1-14-17; 18:19-25 e 19:15-17. Embora pouquíssimas passagens bíblicas tivessem sido assim preservadas, e essas pertençam acerca do século VII, não sendo por isso mesmo especialmente antigas, as ostracas não bíblicas têm desempenhado papel importante, lançando luz sobre muitos detalhes das características lingüísticas do Novo Testamento.

As ostracas escritas não em grego, mas especialmente em *cóptico*, ainda que nada ilustrem sobre a linguagem do Novo Testamento, revestem-se de importância no tocante à história do cristianismo, pois algumas contêm cartas, hinos e outros escritos cristãos semelhantes.

5. Os Papiros do Novo Testamento

Nas últimas décadas têm sido descobertos muitos papiros, manuscritos do Novo Testamento. Variam quanto à data do século II ao século VII, e assim fornecem-nos um texto muito mais antigo que qualquer outro conhecido antes do século XX. Quando Erasmo (no século XVI) compilou o que atualmente se conhece como *Textus Receptus* (do que a maioria das primeiras traduções foi feita) o manuscrito mais antigo que se dispunha era o Códex 1, um manuscrito do século X. Pode-se ver facilmente, portanto que os tradutores modernos têm a vantagem de contar com manuscritos muito mais antigos. Toda informação provida pelos antigos manuscritos descobertos tem sido incorporada em textos gregos modernos como o texto de *Nestle*, que já passou por mais do que 25 edições, apresentando sempre novas descobertas. Agora possuímos 76 papiros do Novo Testamento Grego, alguns fragmentários, mas outros contendo largas porções do mesmo. Cerca de 79% do N.T. está coberto pelos papiros, e certas porções disso por mais de um manuscrito. Os papiros mais completos são o P(45) (largas porções dos evangelhos) e P(46) (a maior parte das epístolas paulinas); o P(47) (porções de Atos, Tiago, I e II Pedro, I,II e III João), o P(75) (muito de Lucas e João) e o P(72) (Judas, I e II Pedro). Ver a lista completa dos *papiros* no artigo sobre os *Manuscritos do Novo Testamento*.

6. As Influências Lingüísticas e Históricas que têm determinado o caráter do Novo Testamento são diversas:

Embora algo do que foi exposto anteriormente procure mostrar que — a influência exercida pelos idiomas hebraico e aramaico tenha sido exagerada, seria um sério engano subentender, com isso, que o Novo Testamento não exibe muita

influência lingüística e estilística de muitas obras literárias anteriores, que lhe afetou até mesmo a gramática. O tipo de linguagem usado no N.T., tanto no tocante ao estilo como no tocante à gramática, é um desdobramento — pois começou muito antes, nos escritos dos autores clássicos. Por exemplo, já no século IV A.C., nos escritos dos autores das comédias gregas, pode-se ver uma influência, não nos seus temas, mas no fato de que esses autores começaram a empregar a linguagem do povo comum, em contraste com uma linguagem literária elevada. O N.T. foi escrito quase inteiramente nesse tipo de linguagem. Os historiadores gregos, tais como Xenofonte, Heródoto e Tucídides, criaram *uma prosa* (em contraste com a poesia, que durante muito tempo fora a única forma de expressão literária) que contribuiu para o tipo de prosa que finalmente foi usado no N.T. No século II A.C., Políbio escreveu em um grego não muito diferente do de Lucas, no livro de Atos. Foi o grego ático *koiné*, e esse desenvolvimento pavimentou o caminho para o idioma universal que serviu de veículo dos escritos do N.T. Através de tudo isso temos o processo da simplificação e da universalização, e ambos esses aspectos foram necessários para que o N.T. fosse largamente divulgado e tivesse larga esfera de influência. Antigos oradores gregos, tais como Diodoro e Dionísio, também participaram na preparação do caminho para o tipo de linguagem e estilo que se encontra no N.T., especialmente segundo se nota em alguns escritos de Paulo, principalmente a sua epístola aos Romanos.

De modo geral, pode-se distinguir quatro correntes distintas de tradição lingüística:

1. *A Septuaginta* (ou *LXX*) — (tradução da Bíblia hebraica para o grego), dentre todas as obras literárias da antiguidade, é a que tem exercido influência mais poderosa sobre o conteúdo e o caráter do N.T. Muitas citações (de fato, a maioria delas), no N.T., foram extraídas diretamente dessa obra, e não do A.T. em hebraico, e por isso sua linguagem e estilo transparecem com proeminência nas páginas do N.T. A LXX reflete o grego *koiné*, o que também ocorre com o N.T. O pensamento oriental dá colorido à parte de sua linguagem, mas talvez a maior influência, fora do grego «koiné» típico, seja encontrada nos sentidos dos vocábulos. Posto que a LXX foi uma tradução do hebraico, é natural que os sentidos das palavras, ocasionalmente, se baseiem em idéias hebraicas, e não em qualquer elemento distintamente grego. Por detrás de termos como «justiça», «justificação», «fé», «verdade», «conhecimento», «graça» e muitos outros semelhantes, precisamos esperar a influência das idéias hebraicas, havendo necessidade, pois, de uma redefinição de muitos vocábulos gregos para que se adaptem ao conteúdo religioso do cristianismo histórico, o qual, afinal de contas, foi altamente influenciado pelos conceitos hebraicos já existentes. Portanto, se por um lado as estruturas gramaticais de qualquer dada passagem possam ser bom grego *koiné*, com influências ocasionais de uma sentença ou de uma palavra tipicamente hebraica, ou mesmo de um uso gramatical do hebraico, contudo, as idéias expressas podem ser, essencialmente, mais um desdobramento ou extensão do que já era pensado na Bíblia hebraica e expresso no idioma hebraico. Muitas interpretações equivocadas se têm originado da falta de apreciação desse fator. Note-se, por exemplo, o uso do termo «santificado», em I Cor 7:14, onde se lê: «Porque o marido incrédulo é santificado no convívio da esposa e a esposa incrédula é santificada no convívio do marido crente». Alguns intérpretes têm insistido em uma idéia totalmente cristã, neste caso, como se a *santificação* fosse uma forma de salvação, ou, pelo menos, uma grande tendência para a salvação, ou mesmo uma espécie de «graça» conferida através do cônjuge crente.

John Gill, o grande erudito bíblico do hebraico, em seu comentário (in loc.), salientou a possível interpretação verdadeira dessa passagem, ao demonstrar, à base de conceitos e da literatura hebraica, que tudo quanto está em vista aqui é que o casamento deve ser considerado um matrimônio *legal*. Ordinariamente, um judeu não aceitaria um casamento misto (crente com incrédulo) como um casamento legítimo. Paulo, pois, quis dizer que o casamento deve ser considerado legal em tais casos, porquanto os filhos são legítimos. É isso que se deve entender aqui por *santificado*, sendo uma modalidade diferente de santificação daquilo que se encontra geralmente como conceito neotestamentário de *«santificação»*. Esse é um exemplo da influência de idéias hebraicas, ou, pelo menos, do fato de que conceitos hebraicos podem, com freqüência, determinar o sentido da passagem. É em questões assim que se pode ver a influência mais profunda da cultura e do idioma hebraicos no N.T. A LXX trouxe para o N.T. grande parte dessa influência, embora disfarçada pelo uso da linguagem grega. Para os hebreus, a palavra *psyche* significava apenas *vida*, e não se referia diretamente à alma imortal. O trecho de Mat. 10:39 evidentemente reflete esse uso. Não obstante, nos autores gregos como Platão, essa palavra geralmente significa a parte imaterial do homem, a alma imortal, e provavelmente isso é o que está em vista, nos vs. 28 desse mesmo capítulo (Mat. 10:28). Assim sendo, no mesmo capítulo, temos as duas idéias, que se originaram em culturas diferentes. Naturalmente, nos dias de Jesus, muitos judeus aceitavam a doutrina da imortalidade da alma (certamente essa era crença de Paulo; ver II Cor. 5), pelo que o idioma hebraico (realmente era o aramaico, nos dias de Jesus, pois o verdadeiro hebraico não era mais falado pelo povo comum) incorporou outras idéias na definição de suas palavras. De modo geral, portanto, observamos que a influência hebraica é grande no N.T., embora se expresse mais na forma de definição de palavras, de conceitos, etc., do que no uso gramatical (embora este último fator também seja verdadeiro, especialmente no tocante a determinados autores, como, por exemplo, no caso do Apocalipse, que evidencia que a língua nativa de seu autor era o aramaico. O seu grego é pobre e imita as estruturas sintáticas comuns ao aramaico).

2. *A segunda grande corrente* de influência, na linguagem e estilo do N.T., é a tradição histórica dos autores gregos, o uso da prosa que começou com Heródoto, foi continuado com Tucídides e foi modificado e simplificado para se transformar no grego *koiné* por Xenofonte, e que finalmente foi expresso em bom grego *koiné* (essencialmente o dialeto ático, embora também um idioma universal) por Políbio. Esse tipo de grego é demonstrado principalmente na narrativa do N.T., a saber, nos evangelhos e no livro de Atos. Pelo tempo de Políbio, a maior parte das modificações gramaticais já haviam tido lugar, ficando formado assim o grego *koiné*, e é no N.T. que vemos aquela linguagem grandemente simplificada que se tornou universal, a qual, para Platão, teria parecido estranha, e para os antigos gramáticos teria parecido ofensiva. Por exemplo, o modo optativo é quase inexistente, pois o subjuntivo absorveu a maioria de seus sentidos. Paulo e Lucas lançaram mão do optativo, mas mesmo em seus

escritos sua ocorrência não é grande. No grego *koiné* há um uso mais simplificado, uma variedade maior, e mais liberdade no emprego das formas. A gramática, geralmente, não se caracteriza por grande exatidão, havendo falta de concordância entre os pronomes e seus antecedentes. Os verbos nem sempre concordam em número com seus sujeitos. O sistema de verbos é simplificado, pois o aoristo e o imperfeito eram usados quase que um em substituição ao outro, sem grande diferença no tipo de ação expressa. As preposições passaram a ser usadas com mais liberdade e com sentidos novos. O tempo perfeito passou a ser usado sem expressar, necessariamente, a «ação completa com resultados contínuos».

3. *Uma terceira corrente* de influência pode ser vista na *filosofia grega*. A filosofia grega desenvolveu o idioma grego como veículo de expressão de pensamentos abstratos. Por exemplo, *arche*, causa primária (em Platão), certamente é o sentido tencionado em passagens tais como Apo. 3:14, onde Cristo é referido como o *princípio da criação de Deus*. Cristo não foi a primeira coisa criada, mas antes, a «causa primária» da criação. A palavra «morphe», que tem o sentido de *forma*, é usada no conceito paulino de que Cristo é a *forma* de Deus, em Fil. 2:6, que significa que ele concentra em si mesmo as propriedades essenciais do Pai. Ao expressar-se assim, Paulo se utilizou de uma forma filosófica de expressão e desenvolveu termos que expressam pensamentos abstratos. Por muitas vezes os termos adquirem significações diferentes, mas o uso é o mesmo, isto é, os termos assumem sentidos técnicos, e isso é um desenvolvimento especial dos filósofos gregos. Naturalmente tal desenvolvimento era universal, pelo que não podemos dizer que essa corrente de influência (ou tipo de influência) teve origem exclusivamente grega. Não obstante, encontramos o fato de que os primeiros pais da igreja, tais como Orígenes e Clemente de Alexandria, além de muitos outros, desenvolveram a teologia cristã empregando a *terminologia* dos filósofos gregos. Esses homens geralmente foram influenciados pelo neoplatonismo, um tipo de aplicação religiosa das idéias de Platão e alguns deles foram francamente neoplatonistas.

4. *A quarta grande corrente* de influência no N.T., justamente a descrita com mais evidência nas páginas anteriores, pelo que não necessita de ser ainda mais enfatizada aqui, foi a linguagem do povo comum, o grego *koiné*, que se transformara em idioma universal. Sabemos que, ao tempo de Jesus, em todas as cidades principais do mundo antigo se falava o grego *koiné*, incluindo a cidade de Jerusalém. O N.T., portanto, em sua essência, é um documento desse idioma.

7. Características Individuais dos Autores do Novo Testamento

A qualidade do grego *koiné*, apresentada nos diversos livros do Novo Testamento, de forma alguma é idêntica da primeira à última página. Eis uma breve caracterização dessas várias qualidades de grego *koiné*:

Pode-se dizer que, de forma geral, a qualidade do grego *koiné*, apresentado no N.T., está mais afastada do grego usado em Atenas, em seu período de glória, do que do grego *koiné* dos autores contemporâneos não judeus. Quase todos os livros do N.T. foram escritos por judeus, pelo que não se pode esperar o mesmo tipo de grego que se poderia esperar de escritores não judaicos. Em menor ou maior extensão, quase todos os livros do N.T. exibem alguma influência semita no vocabulário, na sintaxe ou no estilo. Parte dessa influência pode ser atribuída diretamente ao A.T., e parte ao fato de que o aramaico era falado na Palestina ao tempo em que foi escrito o N.T., e que seus autores também falavam esse idioma. Vemos que até mesmo Lucas, que não era judeu, por causa de seu grande conhecimento e uso da versão da LXX, ou A.T. vertido para o grego, ocasionalmente duplica a fraseologia característica dessa tradução grega do A.T. Como *ilustração* desse fenômeno, temos apenas de lembrar a influência que a tradução da Bíblia, feita por Lutero, exerceu sobre o idioma germânico. Essa influência foi tão poderosa que o alemão, que até então consistira de diversos dialetos distintos, dali por diante se unificou, finalmente produzindo o caráter particular do idioma alemão moderno. Por semelhante modo, a LXX deu colorido ao estilo e à expressão dos autores do N.T. O idioma deles, portanto, apesar de continuar sendo definitivamente o grego *koiné*, não é inteiramente idêntico ao grego *koiné* de autores não judeus.

Comecemos por aqueles livros que demonstram um grego *koiné* da mais alta qualidade:

Epístola aos Hebreus: O **primeiro** lugar deve ser dado a esse livro, cujo autor certamente não pode ter sido Paulo. Isso é abundantemente demonstrado pela qualidade e pelo estilo do grego em que foi lavrado, muito superior ao de Paulo, e certamente diferente tanto quanto ao vocabulário como quanto à expressão literária em geral. Praticamente nenhum erudito do grego pode ver o mesmo autor por detrás das epístolas de Paulo e por detrás da epístola aos Hebreus. (Ver introdução ao livro aos Hebreus, quanto aos detalhes). Essa é a obra literária do N.T. que exibe a mais fraca influência *hebraica*, a despeito do fato de que foi dirigida aos hebreus. Suas citações, todavia, invariavelmente foram extraídas da LXX. O seu autor empregou um rico vocabulário grego, empregando-o com grande aptidão. Esse livro fornece todas as indicações de haver sido escrito por alguém que não só falava o grego como língua nativa, mas que também aprendeu a usá-la com eficiência. O seu estilo é característica de um erudito com grande prática. Distingue-se por sua cadência rítmica, tão cultivada pelos «bons» autores gregos. Algumas vezes o seu autor escolheu as suas palavras a fim de produzir aliteração. Por exemplo, no primeiro versículo desse tratado, há cinco palavras que começam com a sílaba «pol», ou «pro», e em Heb. 9:27, dentre cinco palavras consecutivas, quatro começam com «a». Tal como os bons autores *clássicos*, o autor procura evitar juntar duas palavras quando uma termina com uma vogal e a outra começa com uma vogal (o que se chama hiato). O autor demonstra o conhecimento e a habilidade de usar os truques de estilo dos retóricos. Diferentemente de Paulo, ele jamais permitiu que as suas emoções o dominassem e afetassem a sintaxe de suas construções gramaticais. As emoções de Paulo algumas vezes produziram expressões de alto naipe, embora vertidas em uma sintaxe grega estranha. Isso se faz totalmente ausente na epístola aos Hebreus. Em geral, pode-se dizer que o autor desta epístola demonstra a habilidade de um notável escritor no idioma grego, pelo que a sua obra se destaca muito acima de toda outra produção literária do N.T., se ajuizarmos tão somente por suas características lingüísticas.

Epístola de Tiago: Esta breve epístola conta com muitas das características mencionadas acerca da epístola aos Hebreus. A linguagem é de um grego *excelente*, e tem um estilo notavelmente elevado e pitoresco, que se assemelha ao dos profetas hebreus. Porém, embora o tom e a mensagem geral sejam distintamente judaicos, talvez mais do que qualquer

outro dos livros do N.T., contudo a linguagem contém poucos hebraísmos. O autor observa certas questões técnicas da gramática grega, tal como o uso das duas negativas gregas, «ou» e «me». Exibe farto vocabulário grego, escolhendo palavras que são relativamente raras, sendo quase certo que seu autor falava o grego como idioma nativo. Tal como o autor da epístola aos Hebreus, ele se dá ao luxo de empregar a arte da aliteração. Por exemplo, três palavras proeminentes em 1:21 dessa epístola começam com a letra «d». Por muitas vezes ele termina duas ou mais palavras em íntima justaposição com a mesma sílaba ou sílabas, como em 1:7,14; 2:16,19 e 5:5,6. O seu estilo se caracteriza por certa concisão epigramática.

Evangelho de Lucas e livro de Atos: Lucas, o médico amado (Col. 4:14), demonstrou considerável aptidão como escritor na língua grega. Suas peças literárias exibem maior versatilidade do que qualquer outra obra do N.T. Seu prefácio elaboradamente redigido para o seu evangelho (Luc. 1:1-4) pode ser comparado favoravelmente com os prefácios de famosos historiadores gregos, como Heródoto e Tucídides. Lucas demonstra possuir sólida cultura ao usar um grande e bem escolhido vocabulário. Seus dois livros contêm cerca de setecentos e cinqüenta vocábulos que não se encontram em nenhuma outra porção do N.T., e isso é uma grande proporção, considerando-se que o vocabulário total do N.T. é de apenas cerca de cinco mil palavras. O pensamento freqüentemente repetido de que o seu vocabulário exibe um vocabulário *médico* especial não tem sido bem recebido pela maioria dos eruditos modernos, mas pelo menos essas palavras indicam uma boa educação e uma sólida cultura. Todavia, é definidamente verdadeiro que a sua posição como médico e que os seus conhecimentos de medicina, deixaram traços que se destacam no evangelho de Lucas e no livro de Atos. (Ver Luc. 4:38, em comparação com Mat. 8:14 e Mar. 1:30, onde Lucas dá uma descrição mais exata sobre a «febre alta», outro tanto se verifica com respeito a Luc. 5:12, em contraste com Mt. 8:2 e Mar. 1:40, onde Lucas diz que o homem estava «coberto de lepra»).

Lucas emprega o modo *optativo* por vinte e oito vezes, embora esse modo já estivesse quase desaparecido no grego *koiné* de seus dias e não figure nos escritos de Mateus, João, Tiago e no livro de Apocalipse. Seu emprego do idioma grego não é muito diferente do grego de Políbio, Dioscórides e Josefo. Os autores dotados de boa cultura não apreciavam palavras estrangeiras de som estranho, e Lucas exibiu essa aversão. Assim é que ele *omite* palavras tais como *Boanerges*, conforme se vê no evangelho de Marcos, além de muitas palavras distintamente aramaicas como *hosana, Getsêmani, abba, Gólgota, e Eloi, Eloi, lama sabachthani*. Em lugar do vocábulo aramaico «rabi», que aparece por dezesseis vezes nos demais evangelhos, ele usa a palavra distintamente grega, *mestre*. Não obstante, Lucas não reescreveu completamente as narrativas de Marcos e de outras fontes menos literárias que usou, e nessas seções encontramos influências de expressões aramaicas, bem como outros elementos indesejáveis do ponto de vista literário. Por conseguinte, podem ser vistos dois níveis de qualidade. Por exemplo, no livro de Atos, a primeira porção do livro, que diz respeito a situações e testemunhos palestinianos, pode-se observar um grego menos culto, que algumas vezes contém semitismos bem definidos. A última parte do livro, porém, que foi escrita acerca de situações totalmente gentílicas, foi vazada em um grego *koiné* muito mais elegante.

Primeira epístola de Pedro. Para o leitor médio, talvez seja *surpreendente* saber que o grego dessa epístola é mais próximo aos padrões do grego clássico do que do grego *koiné* vernáculo. Seu autor empregou a *LXX* nas citações, demonstrando ter perfeito conhecimento daquela obra; porém, ao mesmo tempo, deixou os sinais de seu próprio estilo, até mesmo nas citações feitas. Usou o artigo definido grego com mais aptidão do que qualquer outro dos autores do N.T. Usou o termo gr. *'os* (omega sigma) com habilidade, que só é igualado em Hebreus. Seu vocabulário é vasto e bem selecionado. O grego dessa epístola é totalmente diverso do que seria falado por um pescador da Galiléia, cujo idioma nativo fosse o aramaico, pelo que se tem sugerido com freqüência que o estilo e o idioma dessa epístola se devem ao amanuense de Pedro, Silvano. (Ver I Ped. 5:12).

Pode-se afirmar que todos os autores acima usaram um bom grego «koiné» literário, embora não se possa dizer outro tanto das obras que vêm em seguida.

Evangelho de Marcos: A falta de polimento do grego de Marcos é obscurecida pela tradução, posto que poucos tradutores imitariam propositadamente os erros gramaticais somente para serem mais fiéis ao original. Não obstante, até mesmo as traduções *refletem* os elementos mais pobres, como o uso freqüente da palavra copulativa «eu». Por exemplo, dos quarenta e cinco versículos do primeiro capítulo, nada menos de trinta e cinco começam com «e». Doze dos dezesseis capítulos começam com a palavra «e». E de um total de oitenta e oito seções e subseções, desse evangelho, oitenta começam com «e». Marcos usa um vocabulário de cerca de 1270 palavras, das quais apenas oitenta lhe são peculiares. Isso mostra que ele empregou um vocabulário extremamente comum.

Todavia, o que falta a Marcos em estilo e em graça, é contrabalançado em *novidade* e *vigor*. Em algumas seções, Marcos é o mais emocional e comovente dos escritores evangélicos. O seu idioma se caracteriza pela simplicidade, mas mesmo assim ele consegue certa grandeza. Embora o grego «koiné» de Marcos possa ser classificado entre os exemplos mais deficientes do N.T., e que sem dúvida ele se sentia mais à vontade com o aramaico do que com o grego (o seu evangelho é o que contém o maior número de aramaísmo), contudo ele demonstra que dominava bem o grego *koiné*, coloquial. A seu crédito também poderíamos dizer que ele deve ser relembrado um tanto como inovador literário e gênio artístico, porquanto inventou uma nova modalidade de literatura. Ninguém jamais escrevera qualquer coisa parecida com o seu *evangelho*, antes dele.

O livro de Apocalipse: Dionísio de Alexandria (século III D.C., de conformidade com a **História Eclesiástica** VII. 25.26, de Eusébio), chamou o grego em que foi escrito este livro de «bárbaro e não gramatical. Seu texto demonstra freqüentes violações da sintaxe grega, falta de harmonia e concordância entre verbos e sujeitos ou entre pronomes e antecedentes. Com freqüência o autor cai em expressões *não gregas*, imitando o uso semita. De acordo com o uso semita, ele usa construções pleonásticas. Por exemplo, diz ele: «Aquele que vencer, a ele darei...» (2:7). Ou poderíamos traduzir literalmente outra frase: «Tenho posto diante de ti uma porta aberta, a qual ninguém a pode fechar» (3:8). Esse tipo de construção é estranho mas é explicável à base da gramática hebraica (coordenação de uma partícula com um verbo finito). O autor regularmente desconsidera os gêneros (exemplos: 1:10; 4:1,8, 11:4 e 19:20, além de muitos outros casos). Alguns desses casos se devem ao fato de que o autor *pensava* segundo padrões semitas, enquanto

outros casos talvez se devam, simplesmente, ao descuido, porquanto em muitas outras oportunidades o autor observou os gêneros.

A despeito da falta de *adornos* literários e gramaticais, não há falta de grandeza e poder no livro. Certas passagens solenes e sonoras são quase poeticamente rítmicas, e entre elas se encontram algumas das maiores passagens literárias conhecidas pelo homem (ver 4:11; 5:9,10; 7:15-17; 11:17,18; 15:3,4; 18:2-8; 19:24). Tem-se observado que alguns trechos têm o toque da *voz do órgão* de Milton, o que se pode discernir até mesmo nas traduções para línguas modernas. Bruce Metzger diz (introdução ao «Interpreter's Bible», *Language of the New Testament*, pág. 49): «Somente um poeta pode apreciar um poeta». Por essa razão, Christina G. Rossetti foi capaz de perceber e interpretar certas nuanças no Apocalipse que se perdem inteiramente para mentes mais prosaicas. (Ver o livro de C.G. Rossetti, intitulado, *The Face of the Deep*: A Devotional Commentary on the Apocalypse, segunda edição, London: Society for Promoting Christian Knowledge, 1893).

Evangelho de Mateus: Do ponto de vista de **qualidade** do grego **koiné**, este evangelho fica a meio termo entre Marcos e Lucas, isto é, inferior a Lucas mas superior a Marcos. O estilo de Mateus é menos individualista que o deles. É mais suave que o de Marcos, porém mais monótono que o de Lucas. O vocabulário de Mateus é *mais rico* que o de Marcos, mas menos variado que o de Lucas. Mateus usa cerca de 95 palavras que lhe são características, enquanto que Marcos usa 41 e Lucas usa 151 dessas palavras. Mateus corrige alguns dos erros estilísticos mais crassos de Marcos, como em Mt. 12:14 «tomaram conselho», em lugar de «deram conselho», de Marcos (alguns mss dizem «formaram conselho», Mar. 3:6). Em muitos lugares, Mateus elimina o uso freqüente do presente histórico. O autor gostava de seguir o arranjo rabínico, como o de enfileirar coisas de três em três: três divisões na genealogia (Mat. 1:1-17), três tentações (4:1-11), três ilustrações sobre a retidão (6:1-18), três mandamentos (7:7), três milagres de cura (8:1-15), três milagres que demonstram poder (8:23-9:8), e um bom número de outros arranjos semelhantes. Isso também pode ser visto em relação ao número sete: sete cláusulas na oração do Pai Nosso (Mt. 6:9-13), sete cestos (15:37), sete irmãos (22:15) e sete ais (cap. 3).

De modo geral, pode-se observar que o grego *koiné* desse evangelho nem é muito deficiente nem muito polido e literário. Não obstante, o documento produzido foi um dos maiores livros jamais escritos, e desde os tempos antigos tem sido favorito de muitos.

Evangelho e epístolas de João: O evangelho de João se caracteriza por sua extrema **simplicidade**. Certamente, qualquer menino de escola daqueles tempos poderia ler o grego ali apresentado, mas essa simplicidade faz parte de sua grandiosidade, no que não encontra rival em qualquer livro no N.T. João emprega um vocabulário ainda menor que Marcos. Usa pouquíssimos verbos compostos e poucos adjetivos. Fala de modo simples, porém eloqüente, de «verdade», «amor», «luz», «testemunho», «mundo», «pecado», «julgamento» e *vida*. Sua construção sintática é tão simples que quase chega a ser infantil. Empregou muitas construções que envolvem o vocábulo «e» (*partaxe*) quando outra partícula copulativa teria produzido algo estilisticamente mais aceitável. Por exemplo: «Examinais as Escrituras, porque julgais ter nelas a vida eterna, *e* são elas mesmas que testificam de mim. *Contudo* não quereis vir a mim para terdes vida» (João 5:39,40; no grego, a palavra aqui traduzida por *contudo* também é *kai*, ou seja *e*). Algumas vezes João eliminou até mesmo a cópula *e*, e simplesmente ligou as idéias sem palavras conectivas (o que se chama *assindeton*, na gramática). Por exemplo, os primeiros vinte versículos do décimo quinto capítulo seguem-se uns aos outros sem qualquer conjunção. O grego de João é relativamente puro, tanto nas palavras como na gramática, mas encontram-se ali algumas expressões que são tipicamente semitas, e não gregas. João escreveu com sentenças curtas, mas cheias de significado. Usou de maneira excessiva o tempo perfeito, três vezes mais que Marcos e Lucas, com o que mui provavelmente desejava salientar as conseqüências permanentes e a significação eterna das palavras e da obra do *Filho unigênito* de Deus. Apesar de suas falhas literárias, o evangelho de João destaca-se numa modalidade de grandeza sem-par nos escritos do N.T.

Epístolas de Paulo: Sabemos muito mais acerca de **Paulo** do que com respeito a qualquer outro autor do N.T. Sabemos que ele era judeu, mas que nasceu e foi criado em um centro intelectual *gentílico*, a cidade de Tarso. Por conseguinte, era um judeu *helenista*. Evidentemente falava tanto o aramaico (o hebraico mencionado em Atos 21:40, pois o verdadeiro hebraico não era falado na Palestina durante o primeiro século da era cristã) como o grego. Seu treinamento, aos pés de Gamaliel (Atos 22:3), certamente lhe garantiu um perfeito conhecimento do idioma e da cultura hebraicos e do A.T. Não há qualquer evidência direta de que Paulo era versado nos escritores clássicos, quer poetas, quer filósofos; mas transparece, em suas alusões, que ele deve ter estudado consideravelmente a filosofia, especialmente o *estoicismo*. Sabemos que a cidade de Tarso era um centro da versão romanizada do estoicismo, e aqueles que lêem Sêneca (contemporâneo de Paulo) e as epístolas paulinas podem notar a grande similaridade de muitas expressões e ilustrações empregadas por ambos, como, por exemplo, a conquista de uma *coroa*, a figura de um *atleta*, etc. Entretanto, de maneira geral, o vocabulário de Paulo não se deriva de fontes literárias gregas, mas antes, do tesouro comum do grego comumente falado. — É muito provável que o fato de que ele ditava as suas cartas tivesse exercido influência no tipo de grego coloquial que se encontra nelas. Paulo se utilizou, freqüentemente, da LXX, embora algumas vezes tenha preferido citar diretamente do A.T. em hebraico. Somente a epístola aos Efésios contém muitos semitismos, porquanto o resto de sua correspondência se notabiliza pela ausência dessa influência.

O material exposto por Paulo é, freqüentemente arranjado em diálogo retórico de perguntas e respostas. Ele também usava o *diatribe*, que pode ser encontrado nos filósofos estóicos. No entanto, sabemos que os rabinos costumavam usar também esse tipo de ensino, e pode ser que essa influência, no caso de Paulo, fosse tão real como o estoicismo romano. Paulo se deixava levar por emoções ardentes e intensas, e por causa disso o seu grego **comumente coloquial, — algumas vezes se tornava elevado e dinâmico. Essa atitude produziu grandiosas** passagens como Rom. 8 e I Cor. 13 acêrca das quais alguns têm dito que sua dicção «se eleva às alturas de Platão, no Faedro». (Ver Eduard Norden, «*Die antike Kunstprosa*, VI Hahrhundert v. Chr. bis in die Zeit der Renaissance», Leipzig and Berlin, B.G. Teubner, 1923, II pág. 509). O *fervor emotivo* de Paulo com freqüência embaralhou a sua sintaxe, pois ele, às vezes, começava uma sentença mas jamais a terminava, ou, em outros casos, muito mais adiante

voltava ao pensamento inicialmente começado. Assim sendo, ele criava interrupções em sua gramática que se chamam *anacolutos*, o que significa que duas frases não têm seqüência lógica, seguindo corretamente uma à outra (ver Rom. 5:12,13). A linguagem de Paulo se assemelha ao próprio homem, isto é, variegado, dinâmico, mas algumas vezes interrompido. Foi dito por um renomado dos clássicos: «O grego de Paulo nada tem a ver com qualquer escola ou modelo, mas se origina desabridamente e com borbulante efeito, de seu próprio coração, mas é grego verdadeiro». (Ulrich von Wilamowitz-Maeollendorff, «Die griechishe Literatur und Sproche» (Die Kultur den Gegenwart, Teil I, Abteilung viii; segunda edição; Berlin und Leipzig; B.G. Teubner, 1905, pág. 157). É verdade que suas epístolas pastorais exibem um estilo diferente, talvez devido ao estilo variegado do próprio escritor, que era um autor criativo; ou talvez se deva, pelo menos em parte, ao fato de que ele empregou diversos *amanuenses* para escrever as suas epístolas. Os diferentes temas dessas epístolas, certamente, também afetaram o estilo e o vocabulário das mesmas.

Segunda epístola de Pedro: Metzger já observou que II Pedro talvez seja o único livro do N.T., que tirou proveito do fato de ter sido traduzido (*op. cit.* pág. 52). O grego dessa epístola dá a impressão de que o autor não falava grego como sua língua nativa, ou mesmo como sua segunda língua falada, e, sim, que a *aprendera* em livros. O autor se esforça, um tanto *artificialmente*, por produzir uma elegante peça de literatura, mas a construção de suas sentenças, algumas vezes arrastada e desajeitada, arruina esse propósito. A grande divergência de estilo, de vocabulário e de linguagem, entre I e II Pedro tem levantado, na mente de muitos eruditos, dúvidas.

Jerônimo e outros explicaram o fenômeno à base de uso de diferentes amanuenses, mas muitas outras autoridades, antigas e modernas (como Lutero), têm negado que Pedro tenha escrito a epístola chamada de II Pedro. Calvino sugeriu que um dos *discípulos* de Pedro escreveu essa epístola no nome e no espírito de seu mestre. A maioria dos intérpretes modernos acredita que II Ped., por conseguinte, é uma pseudepígrafe escrita no princípio do segundo século de nossa era, quando os gostos literários artificiais dos aticistas chegaram ao seu clímax. *Lutero* cria que II Pedro era uma espécie de rearranjo da epístola de Judas.

Epístola de Judas. O autor desta epístola dominava o grego *koiné* muito melhor que o autor de II Pedro. Selecionou os seus vocábulos com gosto literário, empregando-os devidamente. Dentro de vinte e cinco versículos, o *optativo* aparece por duas vezes. Tal como Mateus, este autor apreciava as tríades (ver os vss. 2:5-7,8,11,12,19,22-23,25). A epístola de Judas é representativa de um grego *koiné* idiomático de estilo moderadamente bom.

8. A Linguagem Usada por Jesus

Jesus falava o aramaico comum, que era um dialeto do *siríaco*. Essa era a linguagem falada pelo povo comum da Palestina, no primeiro século da era cristã, posto que o hebraico clássico há muito deixara de ser uma língua viva, como ocorre hoje ao grego e ao latim. Os eruditos estudavam o heb. para que pudessem examinar o A.T. Mas o povo comum certamente pouco compreendia desta língua do ponto de vista erudito. A maior parte das instruções dadas por Jesus, se não mesmo todas, foram originalmente entregues no idioma aramaico. Marcos deixou transparecer isso, ao suprir palavras e expressões aramaicas, lado a lado a seus equivalentes gregos. Por exemplo, *Talitha cumi* (Mar. 5:41), *ephphatha* (7:34), *abba* (14:36), *Eloi, Eloi, lama sabachthani* (15:34). Algumas das declarações de Jesus envolvem algum jogo de palavras que se perdem na versão grega. Pela história, fica-se sabendo que os hebreus gostavam de charadas, e Jesus, evidentemente, as empregava. Em sua declaração: «*Guias cegos*! que coais o mosquito e engolis o camelo» (Mat. 23:24), provavelmente envolvia um jogo de palavras que envolvia dois vocábulos, *galma* (mosquito) e *gamla* (camelo). No aramaico, as palavras «cometer» e «escravo» são similares e, em João 8:34, parece que uma palavra sugere a outra, pois ali lemos: «Todo o que *comete* pecado é *escravo* do pecado». Um desses jogos de palavras tem deixado os intérpretes caírem nos abismos da confusão e do mal-entendido. Em Mat. 16:18, Jesus disse a Pedro: «Também eu te digo que tu és *kepha*, e sobre esta *kepha* (a mesma palavra, sempre com o sentido de *rocha*) edificarei a minha igreja...» As exigências da gramática grega fazem essas duas ocorrências da palavra aramaica serem vertidas de modo um tanto diferente, e por esse motivo muitos intérpretes têm suposto que Jesus não tencionava falar sobre *Pedro* ao referir à *pedra*.

Sabemos que o grego koiné era falado em quase *todas as capitais* do mundo antigo, ao tempo de Jesus, e isso incluía até mesmo *Jerusalém*. Também sabemos que o uso do grego era largamente distribuído por toda a Galiléia, especialmente por causa do intenso comércio com nações gentílicas que ali havia, além do fato de que se tratava de uma população mista que habitava naqueles territórios. Jesus, portanto, provavelmente, também falava o grego. Não é provável, todavia, que suas declarações doutrinárias e outras tivessem sido originalmente feitas nesse idioma, embora seja quase certo que os originais dos evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João foram escritos na *língua grega*.

9. Bibliografia: A BLAC DEIS DOD (1960) MOU RO (1931)

LÍNGUA ESTRANHA

Ver sobre **Línguas, Dom de.**

LÍNGUA GREGA

Ver o artigo sobre a **Língua do Novo Testamento.**

LINGUAGEM DOS LIVROS APÓCRIFOS

Ver o artigo separado sobre os **Livros Apócrifos.** Além disso, cada um dos livros apócrifos conta com um artigo em separado. Em cada artigo é discutida a questão da linguagem original daqueles livros, juntamente com as várias versões dos idiomas originais.

Os *livros apócrifos* formam um grupo heterogêneo de livros, pelo que falar sobre a linguagem dos mesmos só faz sentido no contexto de cada livro em particular. Diferente dos livros do Novo Testamento, essa coletânea não foi escrita em um só idioma, mas em vários. Os livros apócrifos, contudo, foram preservados para nós no grego *koiné*, na versão da Septuaginta do Antigo Testamento. Todavia, o grego em que foram traduzidos esses livros varia muito em sua qualidade. Assim, o grego de livros como Tobias, Judite, Ben Siraque e I Macabeus é de boa qualidade, embora mostrando que se tratam de traduções. Os estudiosos têm disputado se os originais desses livros foram escritos em aramaico ou em hebraico; mas todas as discussões são inúteis. O máximo que se pode dizer é que os originais foram escritos em um idioma

semítico. Nos livros de II Macabeus e Sabedoria de Salomão, os originais foram escritos em grego. O prólogo do livro Sabedoria de Ben Siraque, também chamado *Eclesiástico*, foi escrito em hebraico. As adições ao livro de Daniel foram escritas em hebraico. O grego do livro Oração de Manassés é fluente, mas há obscuridades, nos vs. 4 e 7, que representam expressões em hebraico. Talvez um bom autor bilíngüe tenha escrito essa obra, embora tivesse inserido um pouco de expressões não próprias do grego. O livro de Baruque parece ter sido uma tradução do hebraico para o grego. O livro de I Esdras parece ter sido escrito parcialmente em heb. e parcialmente em aramaico. Os eruditos têm debatido se o original da epístola de Jeremias foi escrito em grego, em hebraico ou em algum outro idioma, embora o grego e o hebraico sejam as propostas preferidas. Originais hebraicos ou aramaicos também têm sido propostos para o livro de II Esdras. Esse livro não existe em grego. Adições ao livro de Ester parecem ter sido escritas em hebraico, embora haja estudiosos que prefiram pensar no aramaico.

Material escrito, proveniente dos Manuscritos do Mar Morto, mostram cartas escritas em hebraico; há outras evidências de que esse idioma continuou sendo um veículo literário no período entre o Antigo e o Novo Testamentos. Porém, o aramaico também permaneceu sendo um veículo literário durante esse período, o que mostra a possibilidade de que uma ou outra dessas línguas esteve envolvida na produção dos vários livros apócrifos.

O grego *koiné*, naturalmente, era a língua franca da época, pelo que vários dos livros apócrifos podem ter sido originalmente escritos nesse idioma. Pelo tempo em que o Novo Testamento foi escrito, o uso desse idioma tornou-se ainda mais generalizado. E, visto que a Igreja cristã não tardou a tornar-se uma Igreja esmagadoramente gentílica, foi apenas natural que o grego tivesse sido escolhido como o mais apropriado veículo de expressão, embora a maioria, se não mesmo todos os escritores sagrados do Novo Testamento poderiam ter escrito em hebraico ou aramaico (talvez com a única exceção de Lucas). Mas, entre o hebraico e o aramaico, havia ainda maiores probabilidades no caso do aramaico.

LINGUAGEM ÉTICA

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. As Proposições Éticas são Assertivas
III. As Proposições Éticas como Sentimentos
IV. Assertivas Objetivas e Subjetivas
V. Juízos Morais e Critérios Universalmente Obrigatórios
VI. Os Pontos de Vista Metaéticos e a Linguagem
VII. A Linguagem Ética da Revelação Divina

I. Caracterização Geral

No tocante à **ética** (vide), a primeira coisa a indagar é: Existem, realmente, atos certos e errados? E, em caso positivo, por que meios poderíamos distinguir entre tais atos? Em segundo lugar, visto que somos limitados a um modo de expressão e comunicação obviamente fraco, como é a *linguagem humana*, até que ponto podemos afirmar que nossas verbalizações éticas realmente descrevem o que é certo e o que é errado? Em seguida, surge em cena o gigantesco problema das definições de termos. Assim, quem pode dar, realmente, uma boa definição de vocábulos como «bom» e «justiça»? Os filósofos sabem que terminamos sempre fazendo «descrições», e não definições, quando tentamos falar sobre tão vastos e profundos assuntos. Até que ponto, portanto, as descrições nos ajudam a entender a conduta ideal? Finalmente, terminamos tentando *justificar* as asserções morais, e, no entanto, a própria justificação das asserções não é uma tarefa fácil.

Os *sofistas* (vide) dos dias de Platão eram antigos relativistas (ver sobre o *Relativismo*), e pensavam que todos os atos seriam chamados *bons* ou *maus* por mera convenção. Uma teoria favorita é que *o poder é o direito*, ou seja, aquilo que consideramos certo é apenas o que a sociedade nos impõe como tal. Mas, aparecendo em cena outro poder na sociedade, as *forças* que atuam sobre os homens fazem alterar todas as nossas definições éticas. Platão objetava a tal ponto de vista, pois pensava que o que é direito é determinado pelo universal do que é justo, a Idéia Divina. E isso estaria sujeito ao *descobrimento*, por parte do homem, embora não tivesse sido inventado pelo homem. Para Platão, por conseguinte, o direito é um valor fixo que precisa ser descoberto. Apesar da nossa linguagem poder exprimir o que é correto apenas de maneira débil, pelo menos os valores divinos podem ser comunicados à mente humana, podendo ser até mesmo conhecidos intuitivamente. Podemos estar certos, pois, se concordamos com Platão, que nossa linguagem pode dizer-nos, razoavelmente bem, o bem que devemos praticar e o mal que devemos evitar.

O ponto de vista bíblico está alicerçado sobre a *revelação*. E essa revelação nos é dada verbalmente. A fé bíblica afirma que as palavras da Bíblia são dignas de confiança, dando-nos uma boa descrição daquilo que se espera do nós, ética e espiritualmente falando.

II. As Proposições Éticas são Assertivas

G.E. Moore, em seu livro, **Principia Ethica**, defendeu a tese de que a linguagem humana, quando aborda questões éticas, faz *assertivas*. Isso significa que quando alguém diz: «Isto é direito», esse alguém está afirmando um juízo de valor, ou seja, está fazendo uma afirmação sobre o estado das questões humanas. Tal afirmação pode ser falsa ou verdadeira, mas continua sendo uma afirmação, e não mero sentimento acerca de algo. O que é *bom* denota uma propriedade distinta sobre aquilo que podemos falar, e que existe na experiência humana. Moore dizia que os valores éticos são sem igual, indefiníveis, simples e *não-naturais*, podendo ser conhecidos pela *inspeção racional*. Aparentemente, ele concordava com a abordagem de Sócrates à ética. Sócrates buscava definir conceitos da mente universal, que existiriam à parte da experiência humana, mas que podem ser descobertos por meio da razão e da pesquisa.

III. As Proposições Éticas como Sentimentos

Os positivistas lógicos (ver sobre o **Positivismo Lógico**) assumem um ponto de vista não cognitivo sobre a linguaguem ética. Negam que tal linguagem *assevere* qualquer coisa. A.J. Ayer, por exemplo, pensava que os termos éticos servem de veículos para expressar sentimentos de aprovação ou desaprovação. Porém, nesse ponto, caímos no subjetivismo. Quando eu digo: «Isto é correto!», na verdade não estou dizendo, de acordo com esse ponto de vista, sobre o que é, realmente, certo ou errado (se é que tais distinções podem ser feitas corretamente), mas tão-somente estou exprimindo meus sentimentos sobre aquela questão em foco. Gosto de uma coisa qualquer—portanto, para mim, ela está certa. Ou, então, não gosto de uma outra coisa—pelo que, para mim, ela está errada. Outrossim, os sentimentos seriam coisas que aprendemos por meio do condicionamento imposto pela sociedade, e os meus

sentimentos não se ajustam aos sentimentos de outras pessoas, pelo que os conceitos de certo e de errado variam de acordo com os sentimentos condicionados ou de acordo com diferentes indivíduos ou sociedades. A linguagem ética, de acordo com essa posição, torna-se um veículo de persuasões não racionais que as pessoas sentem.

IV. Assertivas Objetivas e Subjetivas

Alguns filósofos rejeitam as idéias tanto de Moore quanto de Ayer, e supõem que a verdade jaz em algum ponto entre esses dois extremos. Assim, se eu disser: «Uma maçã é excelente», terei feito isso porque existe alguma qualidade *objetiva* em uma maçã que lhe dá uma qualidade excelente, embora também exista algo de *subjetivo*, em mim, que me faz apreciar aquela excelência. E, se eu desaprovar o assassinato é que, sem dúvida, há sentimentos em mim que me fazem sentir aversões por tal ato. No entanto, isso não esgota a questão inteira, porquanto é objetivamente errado matar a outra pessoa, sem importar quais os meus sentimentos sobre a questão. Meus sentimentos podem ajudar-me a definir melhor uma questão qualquer, porque as palavras e as assertivas, expressas com sentimento, carregadas de emoção, são eficazes para persuadir e convencer. Ademais, os próprios sentimentos podem repousar sobre valores objetivos.

V. Juízos Morais e Critérios Universalmente Obrigatórios

A filosofia ética mostra-se hesitante quando alguém teme exprimir julgamentos morais! Parece que algumas pessoas sentem-se tão perdidas, em meio à confusão da liberalidade contemporânea que temem dizer: «Isto é o certo!» Ou então: «Isto é errado!» Mas, isso não muda o fato de que há coisas verdadeiramente certas e coisas verdadeiramente erradas. Prova apenas que certas pessoas perderam o seu senso moral das coisas. De fato, do ponto de vista moral, há pessoas que estão caminhando pelo teto. É bom que consideremos a possibilidade de que pelo menos alguns *juízos morais* existem, por estarem fundados sobre critérios genuínos, universais e obrigatórios de certo e errado. Por certo, as convenções não podem explicar a vida humana em todos os seus aspectos. A experiência humana deveria ser vista como algo valioso, à parte de qualquer ordem divina das coisas. As pessoas têm aprendido, pelo menos até certo ponto, que coisas mostram ser boas, e que coisas mostram ser más. Essa é a própria base de toda legislação e sistemas legais. Nesses códigos, pelo menos alguns critérios universais têm sido atingidos. *Sentimos* e, então, asseveramos um juízo moral que concorda com a nossa própria experiência. Kant acreditava que pelo menos existe uma lei universal: «Nada faças que não gostarias que se tornasse uma lei universal». Mediante a razão e a intuição (e, talvez, as experiências místicas) sabemos que certas coisas são fundamentais, e a nossa linguagem não encontra qualquer dificuldade em expressar com exatidão as nossas intuições.

VI. Os Pontos de Vista Metaéticos e a Linguagem

O termo «mataético» (além da ética) é empregado para salientar que muitos termos (se não mesmo todos) que usamos são considerados *morais* ou *imorais*, quando não são nem uma e nem a outra coisa. Ilustrando, podemos supor que muitas das regras observadas na sociedade alicerçam-se sobre puras convenções, tendo em mira a promoção da harmonia social, ou mesmo o bem-estar de uma elite, em vez de abordarem qualquer problema real de certo e errado. É óbvio que as leis, com freqüência, são feitas para promover o interesse de certas classes. E, quando assim sucede, então as leis são imorais, amorais e meramente convencionais. Mas os homens, através do condicionamento, podem supor que esteja em foco alguma questão moral real. Alguns filósofos morais assumem a posição que afirma que todos os juízos morais são expressões apenas de questões neutras, mas que os homens têm tachado de morais ou imorais. Segundo a opinião deles, a linguagem moral é *metaética*, ou seja, moralmente neutra. A grosso modo, devemos reconhecer que a *neutralidade*, no campo da ética, tem causado mais males do que bens, e a linguagem neutra é uma postura que não deveríamos adotar, apesar do fato de que, *algumas vezes*, ela nos diz a verdade sobre alguma crença ética em particular. Nem tudo é moral ou imoral. Existem coisas e situações amorais.

VII. A Linguagem Ética da Revelação Divina

A maioria das pessoas religiosas supõe que Deus existe e que manifesta a sua vontade aos homens. Ele faria isso através de visões ou mensagens dadas aos profetas, os quais, por sua vez, transmitem isso verbalmente aos homens. Finalmente, sua mensagem é reduzida à forma escrita, originando os livros sagrados. Apesar de confessarmos que nem todos os livros sagrados e nem tudo quanto é sagrado nesses livros pode ser chamado de verdadeiramente divino, temos de defender a proposição de que um *conhecimento genuíno* pode ser alcançado desse modo. Outrossim, pessoalmente, eu não limitaria esse tipo de revelação somente às Escrituras hebreu-cristãs. As sementes do Logos (*logoi spermatikoi*) têm sido largamente disseminadas por toda a sociedade humana, e muito material valioso nos tem sido dado, incluindo instruções éticas, fora da Bíblia. De fato, é no campo da moral que a maioria das religiões concorda entre si, um fato que deve ser por nós atendido e respeitado. Assim, a despeito de não podermos resolver todos os problemas morais mediante a citação de textos de prova extraídos de algum livro sagrado, temos a fé para crer que muitas questões morais são abordadas, de maneira significativa, nos capítulos e versículos das Sagradas Escrituras. O certo é que as Escrituras Sagradas (a Bíblia) são muito superiores a nós, em sua expressão moral, religiosa e espiritual, e que, se procurarmos segui-las, tornar-nos-emos pessoas melhores do que somos atualmente. (AY H HRM MR)

LINGUAGEM (FILOSOFIA E):

Filosofia da Linguagem

A filosofia moderna tem dado muita atenção ao estudo da natureza e do uso da linguagem. Isso é assim porque alguns filósofos estão convencidos de que a linguagem é, por essência, o veículo da inteligência humana. Assim, quanto melhor for compreendida a linguagem, melhor serão compreendidos o conhecimento e a inteligência dos homens. Os eruditos conservadores sempre deram grande valor à linguagem, supondo que a divina inspiração foi dada verbalmente. Todavia, continua em debate o que significa esse «verbalmente», mas essa assertiva levanta a imensa questão do valor da linguagem. É verdade que o misticismo (vide) ensina que os estados místicos superiores não são verbais, e, de fato, não se pode esperar que experiências inefáveis possam ser descritas pela linguagem humana. Assim, a revelação por meio da linguagem é uma espécie de condescendência divina à nossa condição humana. Nem por isso, entretanto, devemos ignorar a importância da linguagem. A linguagem não é *tudo* quanto devemos compreender, mas a linguagem é um importante fator

no tipo de compreensão que podemos ter neste lado da existência, com suas óbvias e sempre presentes limitações. Ver o artigo separado sobre *Linguagem Religiosa*, com o subtítulo *A Importância e o Uso da Linguagem na Religião*.

Antes da filosofia lançar-se ao exame científico da linguagem como um ramo distinto da filosofia—a filosofia da linguagem—os filósofos, de maneira menos científica, já tinham dito muita coisa sobre a linguagem.

1. *Platão*. Ele explorou o problema da relação entre os nomes das coisas e as formas universais, às quais aquelas coisas estão vinculadas. Na sua obra *República*, livro X, ele asseverou: «Sempre que um certo número de indivíduos tem um *nome comum*, supomos que eles têm também uma *idéia* ou *forma* correspondente». Para ele, essa «idéia» ou «forma» correspondente era o universal (vide). Se isso expressa uma verdade, então a linguagem humana está densamente envolvida nas realidades metafísicas, como uma espécie de reflexo dessas realidades, por meio dos nomes que usamos. Nesse sentido, pois, a linguagem pode ser reputada *divina*. Só compreendemos bem as coisas quando ultrapassamos das palavras e chegamos às realidades divinas e universais que elas representam. Os nomes devem ser dados racional, intuitiva ou misticamente. E, mesmo quando não são *dados* dessas três maneiras, pelo menos eles *devem* refletir as realidades metafísicas por meio de alguma força divina. Seja como for, não se pode separar a linguagem da metafísica.

2. *Os Sofistas*. Eles ensinavam um ponto de vista convencional e relativista do conhecimento e da ética. Naturalmente, eles pensavam que a linguagem humana é uma questão puramente fenomenalista que, através de seus símbolos, promove meras convenções. Os *nomes* ou as coisas que eles simbolizam não refletem qualquer contraparte celestial, mas são meros termos designados para indicar entidades terrenas (*nominalismo;* vide).

3. *Sócrates*. Em contraste com os sofistas, ele aceitava o conceito dos *universais* (vide), pelo que os nomes das coisas corresponderiam a conceitos da *mente universal* (vide). Por meio de exercícios mentais e diálogos, ele procurava determinar os verdadeiros sentidos dos termos, para corresponderem à realidade da mente universal. Ver o artigo intitulado *Conceptualismo*.

4. *Aristóteles* ensinava um *realismo moderado*. Ele negava o dualismo e o realismo radicais de Platão, e supunha que os universais têm uma existência independente dos particulares (vide); dizia que os universais só se encontram nos particulares, e não em algum mundo separado todo seu. A palavra *bom*, portanto, não representaria alguma entidade metafísica distinta no céu dos universais. Pelo contrário, representa uma qualidade em alguma pessoa, coisa ou situação particular. Sempre usamos nomes, em conexão com alguma declaração verbal. Nunca dizemos «senta», «anda» ou qualquer outra palavra que expressa ação ou estado (isto é, um verbo), sem ligá-lo a algum sujeito. Antes, dizemos «ele senta», «ela anda», etc. A coisa que age é uma substância, à qual pertencem vários atos ou estados. Exprimimos esses estados por algum termo da linguagem, e esse termo indica alguma qualidade de alguma substância. Essas qualidades são compartilhadas por outras substâncias. O nome, pois, é mais do que uma mera convenção, mas não reflete nenhum estado metafísico dualista.

5. *Thomas Hobbes* entendia a linguagem como uma computação que usa palavras, em vez de números, sempre seguindo a força da experiência. Como materialista que ele era, rejeitava as implicações metafísicas dos nomes. A experiência humana tem produzido os nomes que usamos. Ninguém precisaria buscar respostas misteriosas para essa questão da linguagem.

6. *Leibniz* queria que os homens pudessem inventar uma *característica universal*, isto é, uma linguagem universal que pudesse ser aplicada a todos os povos e a todos os campos da atividade humana. Desse modo, as *disputas* seriam substituídas pelos *cálculos*. Ele acreditava que os homens poderiam criar uma linguagem exata e científica.

7. O *empirismo* supõe que a linguagem começa com impressões; passa para as idéias; e torna-se concreta quando damos nomes às idéias. Dessa maneira, a linguagem seria mero reflexo da experiência humana, inventada por essa experiência.

8. *Herder* pensava que a linguagem é um produto natural da experiência e da evolução humanas. Quanto a meus comentários sobre essa idéia ver o artigo intitulado *Língua*, em sua quarta seção, *A Origem das Línguas*.

9. *Von Humboldt* ensinava que cada língua de cada povo (e cultura) tem uma específica *Sprachform*, ou seja, uma *Forma Interior* que contém um ponto de vista característico do mundo. O ponto de vista mundial de um povo, ou mesmo de um indivíduo, determina os tipos de usos e definições que tal povo ou indivíduo dá às palavras.

10. *Mauthner* supunha que a linguagem é, essencialmente, a função adjetival mediante a qual as pessoas descrevem as coisas atinentes às suas experiências. Os substantivos ter-se-iam desenvolvido a partir dos adjetivos.

11. *Ferdinando de Saussure* considerava a linguagem como um armazém de palavras e frases que resultaram da livre e criativa atividade dos homens.

12. *Franz Boas* apresentou uma teoria similar à de Von Humboldt. Ele pensava que cada idioma tem uma estrutura gramatical ímpar, que reflete a sua própria cultura. A tarefa dos lingüísticos, pois, consistiria em descobrir as categorias descritivas apropriadas de cada idioma.

13. *Paul Tillich* distinguia entre símbolos e sinais. Ele pensava que a linguagem religiosa depende de *símbolos*. Esses símbolos teriam uma vida toda própria, relacionando-se à realidade de uma maneira ímpar. A teologia, em certo sentido, é o estudo dos símbolos, na tentativa de verificar que realidade poderia tê-los inspirado.

14. *Eduardo Sapir* supunha que a linguagem começa com metáforas e que expressões cognitivas representam as metáforas que se estagnaram ou estão *mortas*, conforme ele as chamava. Portanto, o *conceito* é sempre uma forma de estagnação do pensamento. A metáfora permite uma contínua expansão.

15. *Leonardo Bloomfield* opinava que a linguagem é sempre descritiva, um reflexo do comportamento humano. Somente o uso por aqueles que falam uma língua como nativos pode fornecer descrições dignas de confiança.

16. *Ludwig Wittgenstein* e *Bertrand Russell* ensinavam o que se chama de *atomismo lógico*, que supõe que existe uma relação de espelho entre os símbolos e os fatos por eles simbolizados. Russell afirmou: «...em um simbolismo logicamente correto sempre haverá uma certa identidade fundamental de estrutura entre um fato e o símbolo (uso) do mesmo; e... a complexidade do símbolo corresponde bem de perto à complexidade dos fatos simbolizados». (*Lógica e*

Conhecimento). Almeja-se, pois, traçar uma linguagem perfeitamente lógica. Se isso fosse conseguido, poderíamos distinguir entre diferentes tipos de sentenças que afirmam fatos, e assim chegaríamos a compreender o que a linguagem procura asseverar. Há simples sentenças de sujeito-predicado, como «Esta bola é vermelha»; e também há as chamadas sentenças existenciais, como: «Há uma escrivaninha naquela sala». O propósito de um idioma científico seria determinar como cada sentença é composta, e de que tipos de elementos ela é composta. E, então, veríamos como seus elementos constituintes relacionam-se entre si, e que relações lógicas existem entre sentenças de diferentes tipos. Dessa maneira, poderíamos aprender que tipos de *fatos* existem na realidade, refletidos na linguagem. Ver o artigo intitulado *Linguagem, Jogo de*, que descreve a teoria de *Wittgenstein* a respeito da linguagem.

17. *A Lógica e a Linguagem*. Os lógicos, necessariamente, interessam-se pela ciência da linguagem. Por meio das atividades deles, um exame científico da linguagem tem sido produzido. Assim sendo, na filosofia, temos o ramo separado da filosofia da linguagem. A lógica consiste no estudo de inferências ou raciocínios. Visto que o raciocínio é constantemente usado na linguagem, se quisermos analisar vários tipos de inferências, torna-se mister analisar as declarações que figuram nos raciocínios e inferências. A validade ou invalidade de um argumento é assim concebida como algo que depende das *formas* das declarações mediante as quais esse argumento é formulado. A ciência da linguagem examina e melhora essas formas de declaração.

18. *A Teoria do Conhecimento e a Linguagem*. O conhecimento *a priori*, como na matemática, repousa sobre máximas lingüisticamente expressas, que a razão aceita como válidas, por suas próprias definições. Assim, dizemos que dois mais dois são quatro, um conhecimento *a priori* que não pode ser modificado mediante a experimentação. Usamos símbolos para indicar valores fixos. Poderíamos substituir dois por três, de tal modo que o nome «três» passe a significar dois. E então poderíamos dizer que três mais três são quatro, contanto que «três», nesse caso, signifique *dois*. Mas, ao assim fazer, não teremos alterado a realidade simbolizada por esses algarismos. Tal realidade ainda assim permanecerá um valor que a razão aceita como verdadeiro, sem necessidade alguma de experimentação. Por outro lado, outras proposições são estabelecidas por meio da experimentação, proposições essas chamadas *a posteriori*. Quanto a isso, a linguagem torna-se empírica e experimental. Destarte, a linguagem pode expressar proposições *analíticas* (raciocínio *a priori*), ou proposições *sintéticas* (raciocínio *a posteriori*). Com base nessas circunstâncias, parece que existem certas realidades que nem são conhecidas e nem são estabelecidas pela experiência, ao passo que há outras realidades que evoluem a partir da experiência, e a linguagem é um reflexo de ambas as coisas.

19. *A Intuição, o Misticismo e a Linguagem*. As grandes realidades são *inefáveis* e podem ser sentidas, mas não descritas. Assim, a linguagem não é um bom veículo para exprimir as realidades maiores, embora se preste bem para descrever as coisas deste mundo, isto é, aquele tipo de coisas que a ciência investiga. O homem é capaz de unir seu espírito à realidade das coisas, e, dessa forma, pode obter um certo sentimento acerca do qual tenta expressar-se verbalmente. As tentativas do homem necessariamente fracassam, embora essas tentativas não fracassem totalmente, porquanto podem comunicar *algo* de útil. Porém, podemos ter a certeza de que a linguagem *distorce* um tanto a realidade. E também podemos ter a certeza de que um *conceito* é algo que cristaliza o conhecimento. Com freqüência, um conceito chega mesmo a cristalizar aquela distorção. A teologia, pois, está repleta de distorções e cristalizações, por causa da inerente incapacidade da linguagem humana expressar a realidade de forma correta e completa.

20. *A Inspiração Verbal das Escrituras e a Linguagem*. Em nossos dias, nos círculos evangélicos conservadores, a inspiração verbal das Escrituras é defendida como um ponto cardeal da ortodoxia. Apesar de ser óbvio que, via de regra, a inspiração é dada mediante fórmulas verbais—pois sem isso não a compreenderíamos—é necessário darmos atenção ao que foi dito no ponto dezenove, acima. A linguagem humana falha completamente quando tenta descrever as grandes realidades espirituais. Assim, quando a Bíblia procura descrever a pessoa de Deus, ela precisa apelar para toda espécie de *descrição antropomórfica*, que, necessariamente, distorce nossa compreensão de Deus. De fato, em nossa linguagem fazemos de Deus um mero super-homem. Falamos superficialmente sobre os atributos de Deus como se estivéssemos dizendo grandes coisas, mas, o tempo todo, estamos apenas atribuindo a Deus, *em grande medida*, o que nós mesmos possuímos, *em alguma medida*. Assim, nossa teologia jacta-se e faz grandes assertivas, como se todo conhecimento terminasse na teologia. O fato é que estamos apenas usando *símbolos*, na fraca tentativa de descrever Deus, o *Mysterium Tremendum*, que é essencialmente indescritível, pela linguagem humana. Segue-se que o nosso mais profundo conhecimento reside em nossa união com Deus, a qual sentimos, pela qual somos transformados, mas que só podemos descrever muito debilmente com as nossas palavras. Conclui-se, pois, que os pontos culminantes da inspiração são realmente inefáveis.

A inspiração verbal, apesar de útil, é uma idéia que importa em tremenda **condescendência** à condição humana, e não um reflexo das verdades mais elevadas. Tudo isso faz parte de nossa condição humana, e não há como negar esse fato. É evidente, pois, que os conceitos sempre estão sujeitos a redefinições, alterações e evoluções, pois, doutra sorte, não poderão acompanhar um crescente conhecimento. Infelizmente, porém, a teologia dogmática tem deificado virtualmente os conceitos, sempre pronta a chamar de *heréticos* àqueles que não se amoldem aos seus estreitos limites. Contudo, os «hereges», mediante sua união com Deus, através de suas experiências espirituais, podem saber algumas coisas a respeito de Deus que foram *distorcidas* pelos teólogos dogmáticos, ou mesmo que eles desconhecem inteiramente.

Em face do exposto, é claro, pois, que qualquer inquirição pelo conhecimento deve ser efetuada em atitude de humildade. Na verdade, o conhecimento incha, e um arrogante e falso conhecimento transforma as pessoas em balões. Todos os sistemas são apenas seitas que descobriram algumas coisas, mas às quais falta o discernimento que foi obtido por outras seitas. Isso inclui todas as denominações cristãs.

LINGUAGEM, JOGO DE

Ver os artigos *Linguagem* (*Filosofia e*); *Filosofia da Linguagem*, ponto dezesseis, quanto às idéias de Wittgenstein sobre a questão. Um conceito básico, expresso nas obras finais de Wittgenstein, um filósofo

que se especializou no estudo da linguagem, diz respeito ao *jogo de linguagem*. Ele criou certa analogia entre os uso da linguagem e os jogos. Em ambas as coisas há várias regras e convenções. Essas regras é que determinam os movimentos que podem ser feitos, ou que não são permitidos. Cada conjunto de regras distingue um jogo específico. Por igual modo, no caso de *diferentes línguas*, as pessoas ou grupos de pessoas se utilizam delas mediante certo número de regras não expressas. A confusão surge quando alguém julga a validade de um jogo de linguagem através das regras de outro jogo. É assim, dois jogos estão sendo jogados ao mesmo tempo, com o emprego de dois conjuntos diferentes de regras, embora os participantes não tenham consciência do fato. Tomemos, por exemplo, uma discussão entre um teólogo e um cientista. Provavelmente, eles usam linguagens diferentes, com regras diferentes, e jamais conseguem chegar a um acordo. E assim, uma das tarefas da filosofia consiste em aclarar o jogo de linguagem mediante esclarecimentos sistemáticos sobre diferenças relevantes nas linguagens. Wittgenstein acreditava que essa é a tarefa mais importante da filosofia.

LINGUAGEM, USO APROPRIADO DA

Texto Importante Sobre Este Assunto

Efé. 4:29: *Não saia da vossa boca nenhuma palavra torpe, mas só a que seja boa para a necessária edificação, a fim de que ministre graça aos que a ouvem.*

Palavra torpe é tradução do termo grego *sapros*, que significa «podre», «decadente», usada para indicar peixe, carne ou vida vegetal estragados, ou seja, figuradamente, «mau», «corrupto», «imoral», dando a idéia de «torpeza».

«Costuma-se dizer que se pode conversar 'fiado'. Mas, será mesmo? Homero fala sobre 'palavras aladas'. Sim, as palavras voam como dardos. Podem ferir. O próprio Senhor Jesus disse: 'Digo-vos que de toda palavra frívola que proferirem os homens, dela darão conta no dia do juízo' (Mat. 12:36). A conversão cristã pode diferir profundamente daquilo que ainda não foi tocado pela graça anunciada pelo evangelho. Não que os cristãos precisem falar sempre piamente, ou com demonstrações patentes de devoção. Alguém já disse que um dos sinais de um verdadeiro crente é que ele sabe ouvir. O crente sabe dar ouvidos a Deus, tal como os ímpios temem fazê-lo. Mas o crente também escuta ao seu irmão na fé. A verdadeira atenção implica em ausência de egoísmo. O 'tu' se torna importante, tanto quanto o perenemente presente 'eu'. Observemos as conversas numa roda de mundanos. Com freqüência isso não se reduz a um caos de monólogos voluntariosos? A sociedade ímpia é simbolizada pela dispersão das línguas, na torre de Babel. Trata-se de uma 'comunicação corrupta'».

«Cada encontro de um homem com seu próximo lhe apresenta uma ocasião de transmitir 'graça para aqueles que ouvem'. Isso pode exibir o amor cristão, um amor que se mostra paciente e gentil', que não insiste sobre seus próprios caminhos, que não se irrita e nem se ressente (ver I Cor. 13:4,5), mas que é bom para edificação, conforme se apresente a ocasião». (Wedel, *in loc.*).

Para a edificação. (Ver o artigo sobre a *Edificação Cristã*). A vida inteira de um crente, incluindo suas ações e suas palavras, deveria visar a edificação e o benefício alheios. Literalmente traduzido, o original grego diria aqui «...para a edificação da necessidade...», o que significa «edificando conforme o exigido em cada caso necessário». Sim, em nossos contactos com outros homens, teremos oportunidade de observar muitos problemas, muitas situações onde os homens se vêem a braços com necessidades as mais diversas. Ora, nossas palavras com os homens devem ter o fito de ajudá-los, e não de desanimá-los ou de corrompê-los com conversas pervertidas.

«Literalmente, 'para edificação com respeito à necessidade', segundo a ocasião de necessidade dos que ouvem de se apresentar, agora a censura e, noutra ocasião o consolo. Até mesmo as palavras que são boas em si mesmas devem ser ditas no tempo conveniente, a fim de que não venham a ser prejudiciais, —em vez de úteis (conforme Trench afirma). Não estão em foco generalidades vagas, que seriam apropriadas para milhares de outros casos, igualmente bons ou maus; nossas palavras deveriam ser quais pregos fincados em lugar seguro, palavras que se adaptam ao tempo presente da pessoa com quem falamos no presente...» (Faucett, *in loc.*).

Assim transmita graça. O vocábulo «...*graça*...» pode ter diversos significados nas páginas do N.T. (Uma lista desses significados é dada nas notas expositivas sobre Efé. 2:8 no NTI). Quanto ao uso da palavra neste versículo vários sentidos lhe têm sido conferidos pelos estudiosos, a saber:

1. Crisóstomo pensava que tal palavra indica que o ouvinte das palavras edificadoras se tornaria *grato*; porém, apesar de que isso realmente pode acontecer, essas palavras não têm tal significação neste ponto.

2. Outros pensam que está em foco aquilo que é *aceitável*; mas os discursos edificadores nem sempre são necessariamente aceitos pelos seus ouvintes.

3. Lutero preferia pensar no *discurso gracioso*, enfatizando a qualidade estética das boas conversas. É possível que isso faça parte do sentido geral, mas não é o pensamento central dessa frase.

4. Outros preferem pensar que há aqui um sentido *teológico*, tendente à administração da «graça», da salvação pela graça. Porém, esse uso é comum, e não apenas teológico.

5. O mais provável é que a conversa cristã correta confira uma *benção*, um «favor», algum «bem espiritual». Toda comunicação falada entre crentes deveria transmitir alguma forma de «benefício»; e tal benefício idealmente deveria satisfazer as necessidades do indivíduo, conforme a situação do momento. Assim sendo, poderia ser algum consolo, ou aviso, ou reprimenda, ou encorajamento ou correção — qualquer dentre os muitos benefícios possíveis, que tenha o efeito de «edificar» ao nosso interlocutor.

Antes de falares

Faz tudo passar diante de três portas de ouro:
As portas estreitas são, a primeira: *É verdade*
Em seguida: *É necessário?* Em tua mente
Fornece uma resposta veraz. E a próxima
É a última e mais estreita: *É gentil?*
E se tudo chegar, afinal aos teus lábios,
Depois de ter passado por essas três portas,
Então poderás relatar o caso, sem temeres
Qual seja o resultado de tuas palavras.
(Beth Day)

Senhor, disse eu,
Jamais eu poderia matar um meu semelhante;
Crime de tal grandeza cabe a um selvagem somente,
É o crescimento venenoso de mente maligna,
Ato alienado do mais indigno.
Senhor, disse eu,
Jamais eu poderia matar um meu semelhante;

Um ato horrível de raiva sem misericórdia,
Apunhalada irreversível de inclinações perversas,
Ato não imaginável de plano ímpio.
Disse-me o Senhor:
Uma palavra sem afeto lançado contra vítima que odeias,
É um dardo abrindo feridas de dores cruéis.
Bisbilhotice corta o homem pelas costas,
Um ato covarde que não podes retirar.
Ódio no teu coração, ou inveja levantando sua horrível cabeça,
É um desejo secreto de ver alguém morto.
(Russell Champlin, meditando sobre Mat. 5:21,22)

Col. 3:17: *E tudo quanto fizerdes por palavras ou por obras, fazei-o em nome do Senhor Jesus, dando por ele graças a Deus Pai.*

A conduta geral do crente envolve tanto o que ele faz como o *que ele diz*. Ambas essas áreas da vida do crente devem ser singularmente dedicadas a Cristo. Consideremos o poder das palavras, e também das ações, nas vidas de nossos semelhantes, sem falarmos do que isso afeta a nossa própria espiritualidade!

«*A língua é um pequeno membro*. Mas quão grande poder tem. A língua é um fogo que pode inflamar uma multidão e levá-la a um repentino linchamento. A língua é um pequeno membro, mas pode inspirar uma nação à ação heróica. Palavras raivosas podem iniciar contendas, destruir amizades, destroçar lares e instigar guerras. Por outro lado, palavras de consolo podem salvar a uma alma do desespero; palavras ousadas podem desfechar golpes poderosos em favor da justiça; palavras inspiradas podem pôr pés em marcha, na direção do alvo da fraternidade humana. Alguém já declarou: 'Uma palavra dita em momento solene pode ser uma força mais poderosa em favor do bem ou do mal do que qualquer ato físico'. E Píndaro escreveu: 'Mais que os atos vive a palavra' (*Odes de Neméia* IV). Pensemos nas reverberações do discurso de Gettysburg, feito por Lincoln. Pensemos no que poderia ter sucedido à Inglaterra se não tivesse havido alguém como Churchill, que falasse sobre 'sangue, suor e lágrimas'. O efeito de Jesus sobre a história tem sido mediado por meio de palavras. O poder de Hitler sobre as massas também foi mediado desse modo. 'Tanto a glória como a desgraça vêm das palavras', dizia Ben Siraque (Eclesiástico 5:13). Seria para admirar, pois, que Jesus tenha dito: '...pelas tuas palavras serás justificado e pelas tuas palavras serás condenado' (Mat. 12:37)... «Muitos têm caído ao fio da espada, mas não tantos quantos têm caído pela língua', é declaração veraz de Ben Siraque (ver Eclesiástico 28:18). Isso é mais veraz do que aquele dito popular: 'Paus e pedras podem quebrar-me os ossos, mas as palavras nunca poderão ferir-me'. Se a religião de um homem não lhe confere o controle da língua, de tal modo que as suas palavras edifiquem, e não corrompam (comparar com Efé. 4:29), então sua religião é inútil, porquanto terá falhado no ponto mais crucial. (Comparar com Tia. 1:26»). (Easton, *in loc.*).

LINGUAGEM RELIGIOSA

Esboço:

1. Inspiração Verbal
2. O Problema dos Antropomorfismos
3. O Dilema dos Empiristas
4. Via Negationis
5. Via Eminentiae
6. A Linguagem é Simbólica
7. Os Arquétipos
8. O Existencialismo
9. A Mitologia e a Linguagem,
10. Analogia Gratiae; Analogia Fidei

1. Inspiração Verbal

Examinaremos aqui a importância e o uso da linguagem no campo religioso. Visto que Deus falou, como podemos compreender o que ele disse? Ele falou claramente, usando a linguagem humana; e, nesse caso, como essa mensagem foi preservada? A questão da inspiração verbal está vitalmente associada à autoridade e caráter fidedigno das Sagradas Escrituras. Damos declarações detalhadas sobre essa questão no artigo chamado *Linguagem* (*Filosofia e*); *Filosofia da Linguagem*, em seus pontos dezenove e vinte. Ver também sobre *Inspiração*, primeira seção. *A Inspiração e as Escrituras;* e *Escrituras*, segunda seção, *Inspiração das Escrituras*; e seção quinta, *Níveis e Tipos de Inspiração*.

Nosso primeiro problema, no campo do uso religioso da linguagem, é a validade da fala humana (incluindo os documentos escritos) como veículo da expressão do conhecimento divinamente transmitido. Os artigos acima referidos abordam esse problema.

2. O Problema dos Antropomorfismos

Um dos maiores problemas da linguagem usada na descrição dos assuntos e valores religiosos e espirituais consiste no uso de expressões que são tipicamente *humanas*, mas que *pretendem* descrever aquilo que é *divino*. Antes de tudo, concebemos Deus como se fosse uma espécie de super-homem, cujos atributos supostamente podem ser descritos mediante o uso de superlativos das coisas que costumamos dizer a respeito dos homens. Nessa linguagem, Deus aparece como uma *pessoa*, embora alguns teólogos objetem a que possamos chamar Deus de pessoa (usando os termos e o entendimento humanos a respeito), para descrever o *Mysterium Tremendum*. Alguns até pensam que não faz sentido dizer que Deus *existe*, compreendendo por «existência» aquilo que nós descrevemos como tal, com a nossa linguagem. Deus está muito além de tudo aquilo que compreendemos por meio de tal termo, e as nossas provas da existência de Deus naturalmente dependem das condições e da compreensão humanas. Além disso, atribuímos a Deus todas as variedades de emoções, como quando dizemos: «Deus irou-se, e fez isto ou aquilo». Não é degradante à pessoa de Deus retratá-lo de tal maneira? «Ira», nesse caso, torna-se um termo metafórico para «julgamento», não servindo para descrever qualquer emoção forte da parte de Deus, que corresponda àquilo que *nós* conhecemos por «ira». Um dos pontos da teologia dá grande importância a essa questão. Alguns objetam à obra expiatória de Cristo ser chamada de *expiação*, visto que esse termo rejeita a idéia de que Deus tem o sentimento da *ira*. E preferem o termo *propiciação* que indica que Deus tem o sentimento da *ira*, como os *homens* entendem aquele conceito. Aqueles que insistem sobre esse particular, insistem sobre uma visão antropomórfica de Deus, que deve ser evitada, porquanto parece desviar-nos da verdade de Deus, em vez de aproximar-nos dela.

3. O Dilema dos Empiristas

Muitos filósofos e teólogos têm insistido quanto à tese de que o nosso conhecimento nos chega através dos nossos cinco sentidos. Se isso é verdade, então, como poderíamos falar sobre Deus e a alma (além de outros assuntos e valores espirituais), visto que Deus e a alma são imateriais, não sujeitos à percepção dos sentidos. Disso surgiram as discussões chamadas via *negationis* e *via eminentiae*, que são explicadas nos dois parágrafos abaixo.

4. Via Negationis

Um nome alternativo é **via negativa**, a maneira negativa de descrever Deus. Visto que a linguagem humana é totalmente inadequada para descrever Deus, e visto que não queremos usar de expressões antropomórficas, que inevitavelmente fazem parte das descrições positivas de Deus, então concluímos que só podemos descrever Deus em termos negativos. Deus é aquilo que o homem não é. Deus é imaterial (o homem é material); ele é imortal (o homem é mortal); ele é infinito (o homem é finito); ele é invisível (o homem é visível), etc. Os filósofos, entretanto, têm posto em sérias dúvidas se podemos obter grande conhecimento a respeito de Deus através de uma série de negações. Ver um estudo mais completo sobre essa questão sob o título *Via Negativa*.

5. Via Eminentiae.

Um nome alternativo é **via positiva** (vide). Sob esse título, apresentamos a maior parte do material sobre esse assunto. A idéia básica é que os seres *finitos* devem possuir características próprias do Ser *Infinito*, pelo que os atributos daqueles seres são reflexos dos atributos divinos. Se o homem é bom, então Deus é todo-bom; se o homem tem poder, então Deus é todo-poderoso; se o homem busca pela perfeição, então Deus é perfeito. Deus, que é o *ens realissimum* (o ser mais real) e o *ens perfectissimum* (o ser realmente perfeito), então Deus deve conter, de *maneira eminente* (daí o título, *via eminentiae*), as boas qualidades dos seres finitos. Esse argumento também é chamado de *argumento da analogia*, visto que aquilo que é dito acerca de Deus é dito por analogia ao que dizemos acerca do homem. Quando dizemos que Deus é Pai, não devemos ter em mente a idéia de procriação, conforme a conhecemos, e, sim, as qualidades paternais de Deus, que deram origem a todas as coisas.

Por meio da *via eminentiae* surgiu grande abundância de descrições antropomórficas de Deus, que tanto têm perturbado alguns teólogos. Quando muito, podemos dizer que estamos afirmando *algo* de significativo sobre Deus, visto que o homem foi criado à imagem de Deus, mas, o *quanto* estamos dizendo é muito difícil de determinar, visto que os livros sagrados, naturalmente, dependem das descrições antropomórficas, por causa do dilema da linguagem humana, com suas limitações naturais.

6. A Linguagem é Simbólica

Nossa mente fala por meio de **parábolas**. Se compreendermos que nossa linguagem necessariamente não expressa *a realidade* diretamente, a não ser metaforicamente, então, teremos obtido algum progresso em nossas descrições espirituais. Toda a linguagem sobre as realidades superiores é *parabólica*. Nas experiências perto da morte, por exemplo, sem dúvida, encontramos material significativo para falar acerca da sobrevivência do espírito humano diante da morte. Porém, sabemos que as cenas comuns a essa experiência, como as cidades douradas, os lugares paradisíacos, etc., quase certamente são apenas símbolos das realidades do além-túmulo, como também são as cenas de fogo e enxofre, de algumas dessas experiências, quando negativas. Isso pode ser facilmente demonstrado pelo fato de que algumas pessoas têm tais visões, quando suas vidas em nada estão sendo ameaçadas. Talvez uma pessoa pressinta que vai morrer; mas em nada ela está sendo ameaçada, e nem está à beira da morte. Tal experiência, contudo, ainda assim é capaz de provocar uma experiência de quase morte, com todo o seu simbolismo parabólico. As parábolas apontam para as realidades superiores e as ilustram; porém, empregam uma linguagem simbólica que nem sempre pode ser considerada literalmente. A mente conta com arquétipos que falam sobre as grandes questões da espiritualidade, da vida e da morte; e ela pode apelar para um desses arquétipos, mesmo quando nenhuma visão é contemplada acerca das realidades superiores. Ver o ponto abaixo. Ver o artigo sobre *Experiências Perto da Morte*.

7. Os Arquétipos

A mente humana é um grande depósito de *arquétipos*. Ver o artigo separado sobre *Jung*, onde os arquétipos da mente são descritos, no seu sétimo ponto, *Arquétipos Simbólicos*. Assim, se o *vilão*, que simboliza minha natureza inferior e seus atos nefandos, aparecer em um sonho, não devo pensar que serei literalmente visitado por um mau-caráter. Se o velho sábio ou profeta chegar a visitar-me, não devo imaginar que tive uma visão de Deus. Esses são arquétipos da mente, que me podem ser apresentados para minha própria instrução. As visões podem ser nada mais do que revisões *subjetivas* dos arquétipos da mente. Podem parecer muito reais, mas são inteiramente subjetivas. Isso não significa que não foi comunicada qualquer mensagem importante, mas tão-somente que tal mensagem foi transmitida em forma de arquétipos, e não de maneira literal. A maneira como pensamos, a maneira como nos expressamos, e aquilo que cremos é determinado, pelo menos em parte, pelos arquétipos já entesourados na nossa mente. Esses arquétipos fazem parte da herança natural da natureza humana. Sem dúvida, é verdade que algumas crenças religiosas, até mesmo crenças importantes, originaram-se desse fundo de arquétipos mentais. O fogo literal do julgamento é um desses exemplos. No entanto, sabemos que chamas literais jamais poderiam danificar e fazer sofrer um ser imaterial. Seria como tentar jogar pedras contra o sol. Todavia, o julgamento divino é perfeitamente real, embora *não* seja material em qualquer sentido. Porém, a nossa mente pode representá-lo como algo *material*; e, então, essa materialidade é transformada em um *dogma* religioso acerca do julgamento divino. Provavelmente, muitos de nossos dogmas são meros arquétipos da mente, por nós transformados em realidades objetivas. Deveríamos ser suficientemente humildes para reconhecer a natureza elementar do nosso conhecimento, como também para reconhecer as maneiras elementares de que dispomos para adquirir conhecimento. Os teólogos falam com boca de trovão; mas, muito daquilo que dizem é apenas ruído. Assim falando, entretanto, não estou diminuindo em nada as realidades espirituais, mas somente frisando a natureza *primitiva* do nosso conhecimento, e a fraqueza da linguagem humana para referir-se às realidades espirituais.

8. O Existencialismo

Os empiristas exigem uma demonstração física e material das proposições. Isso em nada ajuda à teologia. Os existencialistas, por outra parte, põem em dúvida a validade da linguagem humana para expressar as realidades espirituais. Antes de tudo, Deus é visto, por alguns deles, como o Grande Transcendente, como o Totalmente Outro, e que nunca deixará de sê-lo. Portanto, quando muito, a nossa linguagem só pode utilizar-se de símbolos sobre aquilo que é essencialmente desconhecido e desconhecível. Ver o artigo separado sobre *Tillich*, que aborda esse tipo de discussão.

Martin Heidegger (vide) pensava que a linguagem humana realmente *cria* a humanidade conforme a conhecemos, pelo que algumas crenças seriam produtos da linguagem humana e suas formas, e não

que as realidades criam certas formas de linguagem. Para ele, a linguagem não é algum jogo que jogamos, cujas regras criamos conforme avançamos; antes, constitui a nossa humanidade, o lugar onde a humanidade fala. A linguagem, para ele, seria *anterior* à humanidade, porquanto ela molda a compreensão humana. A linguagem, para ele, é o instrumento por meio do qual o próprio ser comunica-se com a nossa existência e lhe outorga compreensão. A existência humana é autenticada quando, — em sua responsabilidade lingüística —, ela se torna o porta-voz do ser. Isso posto, os poetas seriam os verdadeiros sumos sacerdotes da humanidade, porque, através deles, manifestar-se-ia a palavra do ser. A mitologia sobre Hermes como o arauto dos deuses, da mesma maneira que tantos outros detalhes da mitologia poética dos gregos, recebe grande atenção da parte de Heidegger.

9. A Mitologia e a Linguagem

A filosofia analítica, que dá tanto valor à analise da linguagem, e que nos força a procurar uma maior precisão nas nossas expressões, com base em nossas experiências reais, e não em meras fantasias, tem levado alguns teólogos a dizer que nosso termo *Deus* não tem qualquer significado. Seria apenas uma espécie de chavão para indicar todas as modalidades de imaginação e mitologia. Isso posto, toda a linguagem religiosa seria apenas serva de crenças mitológicas, que então são expressas, com um senso de grande confiança, sob a forma de dogmas. Porém, conforme prossegue esse argumento, a base da linguagem religiosa é o grande acúmulo de mitologias que há no mundo. Contra essa opinião, podemos fazer duas observações. A declaração que diz que toda a linguagem religiosa repousa sobre a mitologia, não passa de um dogma, que nunca foi comprovado. De fato, essa declaração não leva em conta o campo inteiro das experiências místicas, onde a linguagem religiosa faz sentir mais poderosamente os seus efeitos. Além disso, afirmar que só podemos saber aquelas coisas que podemos averiguar empiricamente também é um dogma que deixa de lado os poderes da razão, da intuição e das experiências místicas, poderes esses que podem fornecer-nos algumas verdades que as experiências por meio dos sentidos físicos não nos podem fornecer.

10. Analogia Gratiae; Analogia Fidei

Karl Barth, ao negar a validade da **via negationis** e da **via eminentiae**, quando se trata de falar sobre Deus, e também ao rejeitar as conclusões dos empiristas e existencialistas, propôs o argumento que Deus, em sua graça, simplesmente revela-se e pode tornar-se conhecido através da revelação bíblica. Deus simplesmente confere a *fé* aos homens. Assim, a graça e a fé se refletem nos títulos latinos dados para exprimir esse ponto. E sobre esses fatores repousa aquilo que podemos saber e dizer a respeito de Deus. O raciocínio analítico, e de modo algum o empirismo, pode saltar por cima do abismo que há entre Deus e o homem. A graça de Deus opera o milagre da fé, e o homem pode chegar a conhecer a Deus e a falar sobre ele, por esses meios. Em outras palavras, Deus *confere à linguagem humana* a capacidade de falar de modo significativo sobre ele. Porém, ao assim fazermos, sempre falamos alicerçados sobre a fé, e não sobre evidências palpáveis. Além disso, quando assim falamos acerca de Deus, fazemo-lo através da fé, e não no plano do discurso filosófico.

Contrariando Karl Barth, muitos filósofos e teólogos têm afirmado que ele cortou o nó górdio, mas não encontrou a solução genuína para o problema. Para entender melhor a questão, o leitor deve examinar o artigo sobre *Nó*, em seu segundo parágrafo. (E F EP)

LÍNGUAS, CONFUSÃO DAS

Ver o artigo geral sobre **Babel (Torre e Cidade)**.

LÍNGUAS DE FOGO

No grego, **glôssai osei purós**, «línguas como de fogo», exatamente a tradução que aparece em nossa versão portuguesa. A expressão aparece em Atos 2:3, onde se lê: «E apareceram, distribuídas entre eles, línguas como de fogo, e pousou uma sobre cada um deles».

O texto grego não permite a interpretação que o Espírito Santo pousou sobre cada um dos «cento e vinte» sob a forma de línguas como de fogo. Antes, assevera que apareceu a eles como que um fogo, que então se distribuiu entre eles. Qual o sentido dessas línguas de fogo? Provavelmente, indicavam o testemunho destemido e persuasivo que é dado pelo poder do Espírito Santo e que, dali por diante, haveria de caracterizar o testemunho dos discípulos de Cristo. Esse fenômeno também foi uma das características da inauguração do ministério do Espírito, pois somente no dia de Pentecoste se verificou o mesmo, não sendo mais repetido nos relatos bíblicos que descrevem casos de batismo no Espírito Santo, no livro de Atos, e nem se refere esse fenômeno na experiência cristã atual. Uma outra característica inaugural, foi o «som como de um vento impetuoso». Notemos que nem houve fogo e nem vento literais, mas apenas aparências dessas coisas. O Espírito Santo é uma pessoa divina, e não um fogo ou um vento. Mas, visto que ele é espírito, precisou manifestar-se de alguma forma palpável, fazendo-o por meios visíveis e audíveis, tal como, por ocasião do batismo do Senhor Jesus, no rio Jordão, foi visto por João Batista sob o símbolo de uma pomba que adejava sobre Cristo. Ver Mat. 3:16.

LÍNGUAS (FALAR EM)

Ver também, *Línguas* (*Falar em*) *Dom de*.

Esboço:

I. Uma Experiência Ilustrativa
II. Avaliações da Experiência Ilustrativa pelo Autor desta Enciclopédia; Avaliações Gerais
III. Confronto do Uso das Línguas em Atos e em I Coríntios
IV. Variedades do Falar em Línguas
V. As Línguas e o Batismo no Espírito Santo

I. Uma Experiência Ilustrativa

Narramos aqui a experiência de David Christopher Lane que, quando adolescente, passou pelo chamado batismo no Espírito Santo, evidenciado pelo falar em línguas. Isso sucedeu quando ele ainda era ginasiano, vinculado ao movimento carismático no seio da Igreja Católica Romana. Ele já ouvira falar sobre a tal experiência, mas, apesar de achá-la curiosa, não cria nela e nem a buscava. A convite de um amigo, fez-se presente a uma reunião que promovia o *batismo no Espírito*. A reunião teve lugar na Universidade de Loyola, no sul do estado da Califórnia, em 1972.

Reuniu-se um grande número de pessoas, principalmente jovens. Houve muitos testemunhos sobre o que o batismo no Espírito fizera em favor de várias pessoas, incluindo o livramento de viciados em drogas. Após o cântico de hinos e dos testemunhos, o grupo foi à capela assistir à missa. Todavia, não foi uma missa católica romana usual. Não havia separação entre o altar e os bancos. O padre e os

leigos estavam juntos, em redor do altar. Em uma ocasião assim é que as pessoas participantes diziam que o Espírito mostrava-se especialmente ativo.

David continuava não buscando nem o batismo no Espírito e nem as línguas. Ele apenas queria *saber*, porquanto ficara profundamente impressionado pelo que vira até àquele ponto. Ajoelhou-se diante do altar, conforme tinham feito outras pessoas. Um dos líderes do grupo perguntou-lhe o que ele queria. E ele disse: «Apenas quero saber; apenas quero saber». O líder impôs a mão sobre a cabeça de David. Imediatamente ele sentiu um tremendo poder que brotava das profundezas do seu ser, como se uma grande onda de energia radiante estivesse saindo do âmago do seu coração, brotando para cima. Todo o seu corpo encheu-se com o senso supranormal de calor e de paz. Ele se sentia incrivelmente vivo, como se tudo quanto lhe tivesse acontecido até ali fosse embotado, como um mero sonho.

O misterioso poder tomou conta de suas cordas vocais e ele começou a falar em línguas. Ele falava, ria e clamava e, mentalmente, repetia por vezes intermináveis: «Deus realmente existe; Deus realmente existe». Naqueles instantes, pois, ele experimentou o que certos santos da Igreja queriam dizer quando falaram sobre um *encontro místico*. Ele sentiu a presença do *Mistério Tremendo*, do *Ganz Andere* (inteiramente outro). A experiência perdurou apenas por cerca de dez minutos. David pôs-se de pé, admirado com o que acabara de lhe acontecer. Tudo foi inteiramente espontâneo. Nada fora provocado por gritos e contorsões e fora algo inteiramente real. O líder do grupo prorrompeu em lágrimas de alegria. Um de seus rapazes experimentara a *glossolalia*.

Naquela noite, David não conseguiu dormir. Ele continuava a vibrar diante daquela experiência. Seus pais não conseguiam entendê-lo. Ele retirava-se para o seu quarto em estado de grande excitação e, então, novamente, por alguns poucos segundos, prorrompia em línguas. Seu irmão era testemunha disso, e sentia-se profundamente admirado, pois percebia que David não estava fingindo.

David torna-se uma celebridade. No dia seguinte, quando David foi à escola, havia outra surpresa à sua espera. Ele se tornara uma *celebridade religiosa*. A febre das línguas percorrera a escola inteira e David era o guru. Reuniões de oração foram efetuadas, a fim de promover a experiência, e os jovens não faltavam. Os pais começaram a freqüentar às reuniões, para ver o que estava ocorrendo. Muitos jovens começaram a gritar, fingindo ter recebido a experiência, a fim de impressionarem às suas namoradinhas. Outros também queriam virar celebridade. As reuniões terminavam em autêntico frenezi de gritos e experiências emotivas. David sabia que o que estava sucedendo nada tinha a ver com o que ele experimentara, nada tinha a ver com alguma genuína experiência espiritual.

O frenezi continuou, e os oficiais do ginásio tiveram de cancelar as reuniões de oração. Tornou-se opinião geral de que a coisa inteira nada era senão uma energia emocional, além da tentativa baldada, por parte de muitas pessoas, para exibirem sua suposta grande santidade e poder espiritual. Não há que duvidar que essa avaliação foi correta, excetuando alguns poucos casos genuínos do falar em línguas, como evidência de alguma experiência mística. David sentia que não mais que dez por cento do que estava acontecendo tinha qualquer substância real. O resto era puro exibicionismo.

Avaliações feitas por David Christopher Lane. Tudo isso sucedeu há quinze anos atrás. Desde então, David Lane cresceu, e agora está com vinte e nove anos de idade, e tem aprendido muitas coisas. Tornou-se professor de religiões comparadas do Warren College, parte da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos da América do Norte, e tem escrito vários livros sobre assuntos religiosos. Tem investigado a fundo as experiências místicas, dentro e fora da Igreja cristã. Tem averiguado que esse tipo de experiência, embora seu *modus operandi* possa variar, é comum à fé religiosa em geral, não estando limitado à fé cristã. Abaixo estão os itens de sua avaliação:

1. David mostrara-se acolhedor para com uma experiência genuína, não a fim de exaltar-se, mas porque realmente queria saber mais sobre as realidades espirituais.

2. Ele não estava buscando especificamente pelas línguas, e nem queria impressionar a quem quer que fosse. Tão somente queria um andar mais perto de Deus, ter certeza sobre as verdades religiosas.

3. David contara com a vantagem de ter um líder espiritual que havia passado pessoalmente pela experiência do batismo no Espírito Santo. Mediante a imposição de mãos, a mesma coisa ocorrera com ele. Suas investigações têm mostrado que as experiências místicas, no Ocidente ou no Oriente, dentro ou fora da Igreja, são ajudadas pela presença e esforço medianeiro de algum líder espiritual, o que pode incluir ou não a imposição de mãos. Seja como for, esse tipo de experiência, com freqüência, requer, ou pelo menos floresce com mais facilidade, por meio de um mediador, havendo então a transmissão de alguma espécie de energia, ou, mediante quem, alguma força espiritual encoraja a liberação da própria energia espiritual do indivíduo. Mas as religiões não-cristãs contam com coisas similares. Portanto, tem-se tornado claro para David que esse tipo de fenômeno não é possessão exclusiva de algum grupo isolado, mas antes, representa algo *universal*, embora, dentro de tal grupo, seja algo *interpretado* de modo diferente. Ademais, tal experiência transforma-se em um dogma, embora, por si mesma, nada tenha de dogmática.

4. Segundo David sentiu, as línguas não são a própria experiência. De fato, são apenas um efeito secundário (e não a causa) de alguma experiência maior, onde se manifesta o *Mistério Tremendo*. Ele acredita que a própria experiência poderia ter ocorrido sem aquele final com línguas. O que é a essência da experiência é o encontro místico com o Poder Superior, e as línguas foram apenas um acréscimo. E assim David afirma que nos equivocamos quando isolamos e exaltamos às línguas, as quais são apenas um *efeito* possível, e não a própria causa dessa experiência mística.

5. *Causas possíveis*. David acredita que diferentes grupos apontarão para diferentes causas possíveis. Os cristãos dizem que o Espírito Santo é o causador dessa experiência, mas um iogue ou um santo homem pode falar em níveis de consciência superior. Sócrates, por sua vez, falava sobre a Mente Universal. Todos, porém, indicam algum estado transpessoal. Experiências similares ao batismo cristão no Espírito ocorrem no *kundalini* dos hindus, embora sem o acompanhamento das línguas, visto que, segundo ele crê, esse tipo de efeito posterior não é esperado entre eles. Os elementos que aparecem diferem de acordo com as expectações, ao mesmo tempo em que o âmago da experiência é universal e não sectária. Na Índia, um acontecimento secundário, um *sinal*, como as línguas, pode acompanhar o *kundalini* (ver sobre Ioga, décimo ponto), chama-se *kriya*. Esse elemento é interessante,

mas não é a *substância* mesma da experiência. Lane, pois, acredita que é mister distinguir entre a formação religiosa e cultural de cada indivíduo, que tem interpretações específicas e parciais, e a experiência mística, que tem uma amplitude universal.

6. As religiões caem no erro de consubstanciar e declarar a validade de seus dogmas por terem experiências religiosas genuínas dentro do contexto de seus respectivos grupos religiosos. Em outras palavras, não deveríamos tentar provar a validade de nossos dogmas, meramente por havermos passado por alguma experiência mística. Essas experiências manifestam-se em qualquer tipo de fé religiosa dogmática, não servindo de comprovação da veracidade de qualquer credo em particular.

«É realmente entristecedor, não é verdade, que tentemos atribuir essas declarações *universais* a seitas e credos que *dividem*, — em vez de unir a humanidade».

7. É errado glorificar as línguas como se, por elas mesmas, fossem algo de grandioso. Se houver alguma grandeza, em uma pessoa ou em um acontecimento, isso se deve a alguma espiritualidade mais profunda, ou por causa de alguma Presença Superior, que causa aquela manifestação em forma de línguas.

8. A experiência das línguas, mesmo quando genuína, serve apenas de um *toque* místico, e não é uma finalidade por si mesma. É somente *um passo*, ao longo da vereda espiritual, que nos pode levar a experiências ainda mais profundas. As línguas são apenas o *começo* da iluminação, e não a substância dessa iluminação. Não é um sinal necessário da iluminação, e nem é uma experiência mística por si mesma. Tal experiência pode ocorrer, inteiramente à parte do sinal das línguas, o que tem sucedido a milhares de pessoas.

II. Avaliações da Experiência Ilustrativa pelo Autor desta Enciclopédia; Avaliações Gerais

1. Estou convencido de que o Dr. Lane está na trilha certa quando se refere às línguas como uma manifestação possível da experiência mística, e que a experiência mística mesma é universal, não podendo ser limitada a qualquer religião ou credo. A história inteira da religião comprova a tese. Aqueles que exaltam a experiência das línguas estão exaltando, por assim dizer, a cauda do elefante, e não o próprio elefante.

2. No tocante às causas, penso que podemos dizer que o Espírito de Deus está por detrás de todas as fontes de experiência mística genuína, embora possa haver diferentes mediações e modos de operação. Os pais alexandrinos da Igreja assumiam um ponto de vista mais lato sobre a obra do Espírito no mundo, supondo que as fés não-cristãs, antes e depois do primeiro advento de Cristo (incluindo as melhores filosofias), dispõem de manifestações espirituais genuínas que contribuem para levar os homens, finalmente, à unidade em Cristo. E penso que o trecho de Efésios 1:9,10 — que fala sobre a restauração final de todas as coisas, em torno do Logos — pode dar margem às operações do Espírito em fés não-cristãs. — Falamos sobre os *logoi spermatikoi*, ou seja, as *sementes do Logos*. Ele implanta as suas sementes por toda a parte e essas sementes medram nos lugares mais insuspeitos. O cultivo é do Espírito, e ele semeia e recolhe fora da Igreja cristã. Algum dia, todos os homens estarão unidos; e a pluralidade que vemos atualmente representa a pluralidade das operações do Espírito. Isso, todavia, não faz com que todas as fés religiosas sejam igualmente válidas; mas significa que há maior valor do que os crentes fundamentalistas usualmente dispõem-se a admitir.

3. Sendo essa a verdade, não há razão para duvidarmos que a *kundalini* dos hindus, por exemplo, não possa ser um genuíno despertamento espiritual, similar ao batismo cristão no Espírito Santo. E nem a fonte originária precisa ser fundamentalmente diferente, embora o *modus operandi* o seja.

4. A exaltação de uma denominação cristã qualquer sobre outra, por causa da presença da experiência com as línguas, é uma tolice tipicamente sectarista.

5. A afirmação de Lane de que apenas dez por cento das experiências que ele viu seriam válidas, provavelmente exagera para mais, e não para menos, se empregarmos o ponto ao presente movimento carismático (vide). Ali, a taxa de fingimentos deve ser ainda maior.

6. A busca pelas línguas, provocada pelas orgias emocionais, constitui uma perversão da espiritualidade, e não um sinal de espiritualidade.

7. O uso das línguas, com vistas à autoglorificação, é um sinal de carnalidade, e não de espiritualidade superior.

8. Há uma *autêntica experiência mística* que pode ser acompanhada pelas línguas. E isso reveste-se de certo valor, não devendo ser negado e nem mesmo depreciado. Mas esse tipo de experiência é apenas *um* modo de iluminação e capacitação espiritual, não sendo o único modo. Outras veredas para experimentar o *Mistério Tremendo* são tão válidas e tão recompensadoras. As línguas são, na verdade, um sinal, e não a substância da questão. Outrossim, a vereda é vasta e longa. Tais experiências são apenas começos, e não fins em si mesmas. O nosso alvo final é a participação na própria natureza divina, com suas glórias e atributos. Quando a experiência das línguas é genuína, *aponta* para esse fim. Não é ainda o *fim*. Ver II Cor. 3:18. Há uma glorificação gradual à nossa esfera, de um nível de glória para o próximo. Por enquanto, esse processo não pode avançar muito. Na verdade, o processo não terá fim. Pois é uma inquirição eterna.

9. Deveríamos encarar essa experiência dentro do contexto geral da iluminação espiritual, como *um* dos elementos possíveis da mesma, mas não como a própria iluminação espiritual.

10. Não há qualquer razão dogmática para rejeitar as línguas como uma possível experiência válida para os crentes da atualidade. Certamente o trecho de I Coríntios 13:8, que diz que as línguas cessarão, está aludindo ao efeito produzido futuramente pela *parousia* (segunda vinda de Cristo), e não pela formação do cânon do Novo Testamento.

11. Existem línguas fraudulentas, naturais e demoníacas.

12. Ademais, nem toda a experiência com línguas, mesmo quando genuína, reflete necessariamente o mesmo *grau* de iluminação espiritual e de poder. Devemos afirmar que essas experiências são dadas em níveis mais profundos ou mais superficiais. As experiências místicas, acompanhadas por línguas, não têm sempre a mesma qualidade e profundidade. Há uma variedade *significante* que não podemos ignorar.

13. Por si mesmas, as línguas não devem ser exaltadas. Profundo poder e iluminação espirituais podem ser dados a um indivíduo inteiramente à parte do sinal das línguas, ou de qualquer outro sinal padronizado.

14. Nossa busca não deveria visar restaurar esse *modus operandi* das línguas, que está sujeito a muitos abusos. Deveríamos estar interessados no *avanço*

espiritual, e não em mera restauração de um fenômeno. O poder do Espírito prossegue. Ele não ficou estagnado no dia de Pentecoste, nem se limitou ao que ali aconteceu. O Novo Testamento é um livro de começos, e não de fins. Coisa alguma aconteceu que não possa ser aprimorado. Nenhuma maneira de suceder tornou-se permanente em si mesma.

Ao mesmo tempo, se o Espírito de Deus resolver lidar com alguns homens da mesma maneira que lidou com os primitivos cristãos, incluindo o sinal das línguas, não deveríamos fazer qualquer objeção. Antes, deveríamos estar interessados pela substância do Toque Divino. *Muitos* modos de operação podem acompanhar as manifestações do Mistério Tremendo.

15. Ainda pior do que as línguas fraudulentas é a atitude de indiferença, da parte de alguns cristãos que se consideram ortodoxos, os quais pensam que os valores religiosos residem na correção dos credos. Precisamos desesperadamente de *experiências espirituais* mais profundas. Precisamos aquecer as nossas mãos nas chamas da presença de Deus. Precisamos ver o Rei. Dessa maneira, a fé assume grande poder de convicção. Precisamos tanto do poder quanto da convicção.

III. Confronto do Uso das Línguas em Atos e I Coríntios

1. No livro de Atos, foram falados idiomas humanos, revertendo, por assim dizer, a maldição da confusão das línguas, imposta em Babel.

2. As línguas, quando do Pentecoste, tiveram um efeito evangelizador. Possibilitaram que alguns ensinassem a tantos em tão pouco tempo. Todavia, também serviram de sinal da realidade da descida do Espírito Santo.

3. É possível, entretanto, que, quando do Pentecoste sumaritano (Atos 8:14 e *ss*, se línguas foram faladas naquela oportunidade) e do Pentecoste gentílico (Atos 10:44 e *ss*), que essas línguas tivessem sido um sinal de poder e de prova da descida do Espírito, pois não havia necessidade de mais línguas com vistas à evangelização. Portanto, nesses casos, temos uma razão diferente para o fenômeno, sendo indubitável que as línguas então faladas não foram entendidas e nem interpretadas. Seu intuito não era evangelizar e nem ensinar.

4. Em I Coríntios, as línguas são essencialmente *didáticas* em sua natureza, tanto para aquele que as fala (pois assim lhe é possível aprender intuitivamente certas realidades espirituais), como para outras pessoas, quando algum intérprete explicava o que fora dito. (Ver I Cor. 14:2 e *ss*).

5. Em I Coríntios, as línguas também serviam de sinal para os incrédulos (I Cor. 12:28-31), demonstrando a presença do poder espiritual no seio da igreja, onde pode suceder o que é miraculoso e onde as vidas humanas podem ser transformadas.

6. As línguas ocupam um lugar bastante inferior em comparação com a profecia (I Cor. 14:1 e 19). Foram classificadas entre as «coisas infantis» do desenvolvimento espiritual (I Cor. 13:11). Paulo recomendava que se buscassem dons a isso superiores (I Cor. 12:31).

7. Tipos: a. línguas reais, Atos 2; b. sons inarticulados, ou talvez uma mistura de vários idiomas, palavras e frases individuais, juntamente com sons que não podem ser identificados com qualquer idioma; c. idiomas angelicais. Abaixo oferecemos notas sobre as «línguas», na tentativa de dar descrições e avaliações mais completas.

As Línguas no Livro de Atos — A posição do fenômeno das línguas, no livro de Atos, obviamente é mais elevada do que aquela atribuída pelo apóstolo Paulo em suas epístolas. O livro de Atos parece ter sido a confirmação do recebimento do Espírito Santo (entre outros sinais), pois em cada caso em que o evangelho era anunciado em algum novo lugar, depois do Pentecoste no cenáculo e em cada instância em que um novo grupo de pessoas recebia o evangelho, era também batizado no Espírito Santo, com o acompanhamento da experiência das línguas; pelo que também parece que o autor sagrado tencionava que entendêssemos que essa experiência era a validação visível da genuinidade do batismo do Espírito Santo. (Ver Atos 2:4; 10:46 e 19:6). Deve-se observar, por semelhante modo, e em contraste com as línguas descritas por Paulo, que no livro o fenômeno aparece como o falar em idiomas estrangeiros, que podiam ser compreendidos pelos presentes que normalmente falavam os mesmos. (Ver Atos 2:6,11). É óbvio que isso tem por intuito indicar que a *confusão das línguas*, quando da construção da torre de Babel, por causa da revolta dos homens contra Deus, foi aqui *revertida*: — por igual modo, a universalidade do cristianismo foi destacada por esse fenômeno, o que é um tema tanto dos evangelhos como também do livro de Atos. O Espírito Santo outorgou poder à igreja cristã a fim de que a mensagem de Cristo fosse levada a todas as nações, a fim de que pudesse ser uma gloriosa realidade, a redenção da humanidade, em grande escala.

IV. Variedades do Falar em Línguas

1. *Meios naturais* (puramente humanos).

a. *Transe hipnótico*. Tem sido demonstrado em estudos realizados que, sob a hipnose, o indivíduo pode experimentar um grande aumento na capacidade psíquica como a telepatia, as curas e, algumas vezes, o conhecimento prévio. As línguas podem ser faladas por efeito telepático, em que uma mente toma emprestado de outras, e a hipnose facilita tal experiência.

b. *O falar simultâneo*. Trata-se de uma forma de telepatia. Nos anos de 1966 e 1967, apareceu um homem na televisão norte-americana, que podia duplicar, simultaneamente, qualquer coisa que outra pessoa falasse, mesmo que o fizesse em idioma estrangeiro ou que estivesse lendo um material inteiramente desconhecido. Além disso, a distância não fazia qualquer diferença. No momento exato em que tal material fosse lido, ou que outra pessoa falasse, sem importar em que idioma, aquele homem era capaz de duplicar tudo com perfeição. (Registrado no artigo intitulado em inglês «Simultaneous Speaking», na revista *Fate*, de julho de 1967).

O autor desta obra conhece pessoalmente um caso em que certa mulher, quando de visita ao Brasil, embora nunca tivesse estudado o português, era capaz de acompanhar, cantando, hinos que fossem entoados em português, simultaneamente, embora não fizesse a menor idéia do que estava cantando, e sem entrar em qualquer estado hipnótico. Era pura telepatia, o que, conforme estudos feitos em laboratório, tem sido demonstrado ser uma propriedade comum a todas as raças humanas.

c. *Estados especiais*, como estados febris. Em um relato fidedigno, contou-se como uma arrumadeira, que trabalhava em certa universidade, ao sofrer de febre alta, podia falar em grego ou latim. As investigações feitas descobriram que ela costumava trabalhar na sala ou próximo da sala onde um professor de idiomas clássicos tinha por hábito caminhar para lá e para cá, repetindo passagens de autores clássicos. Essa forma de línguas apenas trazia do subconsciente o que lá foi entesourado pelo ouvir.

O estado especial da febre podia ativar aquele estado novamente.

d. *Participação na mente universal.* Certos estudos (apoiados por séculos de teoria filosófica) indicam que há um depósito universal de conhecimento. A mente humana individual, sob certas circunstâncias (sobretudo em estados alterados da consciência), pode tomar algo por empréstimo desse fundo comum, e, ao assim fazê-lo, em alguns casos, pode falar um idioma, antigo ou moderno, que nunca foi pessoalmente estudado. Não sabemos dizer se a Mente Universal é pessoal (envolvendo seres inteligentes) ou impessoal, como se assumisse a forma de alguma energia que registra pensamentos, tal como um disco pode registrar sons. As especulações sobre esse fundo comum de inteligência, retrocedem até pelo menos o tempo de Anaxágoras, 500 A.C.

A história demonstra que o fenômeno das línguas com freqüência se tem manifestado inteiramente à parte da fé religiosa, e sem intuitos religiosos de qualquer espécie. Trata-se de um fenômeno estranho, que a psique humana pode produzir por meios puramente naturais. Os estudos feitos em laboratório, demonstram que há capacidades telepáticas no homem, e a experiência demonstra que as línguas podem não ser outra coisa além de uma espécie de ginástica mental.

e. *Freud.* Afirmava que algumas vezes as línguas não passam de palavreado sem sentido, produzido propositalmente com a finalidade de autoglorificar quem as fala.

2. *Línguas demoníacas* (desnaturais). Alguns casos, bem documentados, mostram que, nas igrejas, algumas vezes as línguas exprimem blasfêmias e obscenidades. Em alguns desses casos, pois, podemos ter línguas «naturais» que operam desde as profundezas da mente humana depravada. Em outros casos, por certo, forças espirituais estranhas se apossam dos homens (até mesmo no seio da igreja cristã), usando-os para proferirem suas blasfêmias.

3. *Línguas angelicais.* Se as línguas podem ser línguas de anjos — conforme nos diz I Cor. 13:1 — então parece lógica a suposição de que podem ser inspiradas pelos anjos. Isso poderia fazer parte dos ministérios angelicais mencionado em Heb. 1:14. Os anjos poderiam, nesse caso, inspirar e usar os dons espirituais. Quiçá alguns de nossos homens mais poderosos sejam aqueles que possam manter-se próximos de seus anjos guardiães, recebendo deles o impulso.

4. *Línguas sobrenaturais.* O Espírito Santo pode inspirar línguas nos crentes, como um sinal para os incrédulos ou com propósitos didáticos, bem como para a edificação daquele que as fala.

V. Línguas e o Batismo do Espírito

Ver o artigo separado chamado, **Batismo do Espírito Santo**, especialmente seção III.

LÍNGUAS, FALAR EM (DOM DE)

No grego, **glossai**, «línguas». Dentro da lista de dons espirituais de I Coríntios 12:4-11, esse é o oitavo dos nove dons do Espírito Santo. Essa lista é reiterada noutros lugares do Novo Testamento, em forma levemente diferente. A primeira e mais clara exibição desse dom, no Novo Testamento, fica no segundo capítulo do livro de Atos, entre os acontecimentos que assinalaram o dia de Pentecoste e a fundação virtual da Igreja. O estudo mais extenso acerca dos dons espirituais fica nos capítulos doze a catorze da primeira epístola de Paulo aos Coríntios. Contudo, alguns estudiosos duvidam que essas passagens escriturísticas referem-se ao mesmo fenômeno. No decorrer da exposição feita neste verbete, veremos se eles têm razão ou não.

Esboço:

I. As Línguas no Antigo Testamento
II. As Línguas nos Evangelhos
III. A Experiência do Dia de Pentecoste
IV. Evidências Posteriores no Livro de Atos
V. As Línguas nas Epístolas Paulinas
VI. As Línguas na Igreja Pós-Apostólica

I. As Línguas no Antigo Testamento

A doutrina neotestamentária das línguas—ejaculações extáticas, espirituais, não controladas conscientemente ou racionalmente por quem as fala, como um dos resultados diretos da operação divina e do enchimento com o Espírito Santo—tem uma longa história anterior, no Antigo Testamento. Lemos em Atos 2:1-4, a descrição inicial do fenômeno, por parte de Lucas: «Ao cumprir-se o dia de Pentecoste, estavam todos reunidos no mesmo lugar; de repente veio do céu um som, como de um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam assentados. E apareceram, distribuídas entre eles, línguas como de fogo, e pousou uma sobre cada um deles. Todos ficaram cheios do Espírito Santo, e passaram a falar em outras línguas, segundo o Espírito lhes concedia que falassem».

Quando Pedro explicou à multidão que se reuniu, sem dúvida atraída pelo silvo e rugido do vento impetuoso—essa multidão era formada por peregrinos judeus, reunidos em Jerusalém—ele o fez utilizando-se das palavras do profeta Joel (ver Atos 2:15-21): «...o que ocorre é o que foi dito por intermédio do profeta Joel» (Atos 2:15). Por igual modo, quando Paulo explicou a natureza das línguas, como um dom do Espírito, fê-lo utilizando-se de algo que fora dito pelo profeta Isaías: «Na lei está escrito: Falarei a este povo por homens de outras línguas e por lábios de outros povos, e nem assim me ouvirão, diz o Senhor» (I Cor. 14:21; ver também Isaías 28:11).

Por semelhante modo, quase todos os estudiosos da Bíblia concordam que a experiência extática que envolveu os setenta anciãos de Israel (ver Núm. 11:24-29), é uma alusão veterotestamentária ao «falar em línguas», embora a palavra ali usada, para indicar o fenômeno, seja «profetizaram». Não há que duvidar que, nesse contexto, temos ali um sinal externo da vinda e presença do Espírito Santo entre aqueles anciãos. Interessante é observar que esse tipo de êxtase nunca é atribuído ao próprio Moisés. De fato, sua posição como profeta é contrastada com a posição dos *profetas* comuns (ver Núm. 12:7,8). — É mesmo possível que o vocábulo hebraico ali usado, *nabi*, realmente signifique «falador extático». Samuel, por igual modo, fez-se cercar por um grupo de homens que recebiam experiências extáticas (ver I Sam. 19:18-24). O profetizar deles, que parecia afetar a outros, devendo ter algo de similar com as «línguas», foi considerado como um sinal da presença do Espírito de Yahweh. Todavia, a reputação de Samuel como profeta dependia mais de suas predições exatas (I Sam. 3:20). A mesma coisa pode ser dita no tocante a Elias e a Eliseu. Interessante é notar que também houve uma conduta similarmente extática por parte dos falsos profetas de Baal, onde parece ter havido declarações extáticas (ver I Reis 18:28). Entretanto, nos dias dos grandes «profetas escritores» de Israel, não há qualquer alusão a essa forma de fenômeno, a menos que os *transes* do profeta Ezequiel pertençam a essa categoria.

II. As Línguas nos Evangelhos

Nos quatro evangelhos não há qualquer referência ao falar em línguas, nem como algo ocorrido e nem como algo antecipado para mais tarde. Há uma única exceção a esse silêncio, o trecho de Marcos 16:17. Mas, visto que esse versículo faz parte de um acréscimo posterior, não original, podemos reiterar o que dissemos: os evangelhos não falam sobre esse assunto. Isso pode parecer-nos surpreendente, em face das evidentes manifestações do Espírito, como na vida de João Batista (cheio do Espírito Santo desde o ventre materno; ver Luc. 1:15), ou na vida de Jesus Cristo (sobre quem o Espírito foi visto descendo em forma corpórea, por ocasião de seu batismo; ver Mat. 3:16), ou nas vidas dos discípulos de Jesus (que fizeram milagres de cura e de expulsão de demônios; ver Luc. 10:17). No entanto, lembremo-nos que Joel vincula as línguas à inauguração do ministério do Espírito Santo entre a Igreja. Portanto, seria lançar confusão referir-se a línguas, antes da vinda do Espírito. Assim, nos evangelhos, não há qualquer conexão necessária entre as «línguas» e o ser «cheio do Espírito». Nesse caso, como a menção às «línguas» acabou aparecendo em Marcos 16:17? Sem dúvida foi um acréscimo posterior, com base naquilo que então estava sucedendo entre os cristãos primitivos, mesmo que da época subseqüente ao período apostólico. Notemos que a menção às línguas ocorre entre a alusão à expulsão de demônios e ao manuseio de serpentes e ingestão de venenos, coisas essas que também tinham ocorrido na Igreja apostólica e posteriormente (ver Atos 16:18; 28:5). Isso posto, aquele trecho do fim do evangelho de Marcos não pode ser considerado como um testemunho em favor da glossolalia, se quisermos ser precisos em nossa interpretação. Razões textuais proíbem-nos de lançar mão dessa passagem em prol do assunto.

III. A Experiência do Dia de Pentecoste

À primeira vista, a descrição do segundo capítulo de Atos parece não deixar margem a qualquer mal-entendido. Todos os crentes reunidos foram cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas—idiomas estrangeiros—que os discípulos nunca haviam estudado, embora compreensíveis para os peregrinos judeus, reunidos em multidão, que tinham vindo visitar Jerusalém provenientes de vários países. Lemos no sexto versículo daquele capítulo: «...cada um os ouvia falar na sua própria língua». É evidente que o dom de línguas, nessa oportunidade, manifestou-se de maneira diferente daquilo que vemos em todas as outras ocasiões em que o fenômeno é descrito ou explicado. Pois Paulo diz que aquele que fala em línguas «...ninguém o entende, e em espírito fala mistérios» (I Cor. 14:2).

Além dessa diferença capital, alguns eruditos sentem que o quadro se complica com a menção ao «...som, como de um vento impetuoso...» (bastante ruidoso para atrair uma multidão), e também devido ao fato de que, entre a multidão, houve aqueles que confundissem o fenômeno com o mero balbuciar de embriagados (ver o vs. 13). Esses detalhes, entretanto, servem somente para mostrar que a primeira ocorrência do fenômeno, no dia de Pentecoste, foi diferente de tudo quanto sucedeu subseqüentemente. Isso é confirmado pelo fato de que Paulo mostra que, nos seus dias, as «línguas» só podiam ser compreendidas por quem tivesse o dom paralelo da «interpretação de línguas» (I Cor. 14:5 *ss*). Acresça-se a isso que a multidão reunida no dia de Pentecoste não pensou estar ouvindo línguas de anjos, conforme Paulo parece dar a entender que pode ocorrer, quando, agora, alguém fala em «línguas» (ver I Cor. 13:1).

Os eruditos não duvidam que Lucas estava descrevendo corretamente o que sucedeu, mas que ali aconteceu precisamente o contrário do que teve lugar quando da construção da torre de Babel, onde as línguas variegadas foram criadas por um ato miraculoso do poder de Deus (ver Gên. 11:9). Também poderíamos observar que, no dia de Pentecoste, houve muito mais um milagre de «audição» do que um milagre de «fala»; mas, nas modernas manifestações de glossolalia, temos apenas um milagre de «fala», a menos que também ocorra o dom da «interpretação de línguas». Mas, neste caso, quem manifesta este último dom são crentes, e não incrédulos, conforme se viu no dia de Pentecoste. Quando os eruditos modernos falam em «transferência de pensamento» ou em «compreensão intuitiva», eles estão lançando mão da explicação que fala em um milagre de «audição»; ou, então, afirmam que, em termos paulinos, aqueles judeus incrédulos receberam o dom da «interpretação». Esta última possibilidade, entretanto, envolve mais problemas do que aqueles que resolve. Por exemplo, Deus confere dons de seu Espírito a incrédulos? Tudo isso nos mostra que é difícil entender tudo quanto esteve envolvido, e que o mais seguro é reconhecer que, embora se tratando de uma mesma manifestação do Espírito, no dia de Pentecoste o dom de línguas revestiu-se de uma forma diferente de tudo quanto se tem visto desde então, pelo menos dentro daquilo que mais nos informa o Novo Testamento.

IV. Evidências Posteriores no Livro de Atos

O dom de línguas é sempre a evidência indispensável do batismo no Espírito Santo? Os grupos pentecostais geralmente pensam assim, mas tanto os relatos neotestamentários quanto a experiência cristã negam isso. O Novo Testamento refere-se a casos de batismo no Espírito Santo *sem* o acompanhamento das «línguas». Por exemplo, o batismo no Espírito, no caso de Saulo de Tarso (ver Atos 9:17 e 18). Ou o caso dos convertidos de Samaria (ver Atos 8:17 *ss*). Todavia, temos de admitir que o detalhe pode ter sido deixado de mencionar, embora tenha ficado subentendido. Assim, Paulo recebeu as línguas mais tarde, ou falou em línguas no instante em que Ananias lhe impôs as mãos e as escamas lhe caíram dos olhos?

Outra questão que precisa ser levada em conta é o fator tempo. O dom de línguas acompanha sempre o batismo em água? A julgar pelas ocorrências historiadas no livro de Atos, não há qualquer vinculação entre o batismo em água e o falar em línguas, ou mesmo entre o batismo em água e o batismo no Espírito Santo (sem importar se este último é sempre acompanhado ou não pelo falar em línguas). Assim, no dia de Pentecoste, o dom foi dado a crentes batizados há cerca de três anos e meio. Eles foram batizados antes ou no começo do ministério de Jesus, mas só receberam o dom do Espírito quando o ministério terreno do Senhor Jesus já havia terminado. Já em Cesaréia (ver Atos 10 e 11:1-18), o batismo no Espírito Santo e o falar em línguas (ver Atos 10:45,46) ocorreram antes do batismo em água, e, de fato, foi a causa do batismo daqueles crentes (ver Atos 10:47,48). Já no caso de Samaria (Atos 8:14-17), o Espírito Santo veio como uma espécie de «confirmação», demonstrando que aqueles eram crentes autênticos.

O que é insustentável é a interpretação que diz que quando a pessoa se converte, automaticamente recebe o batismo no Espírito. Isso não sucedeu senão no caso de Cornélio e seus amigos. Mas não sucedeu no caso dos apóstolos, não sucedeu no caso dos samaritanos (Atos 8:15,16), e não sucedeu no caso dos crentes

efésios, com quem Pedro se encontrou (Atos 19:2-7). É patente que ter o Espírito (o que ocorre por ocasião da conversão) não é a mesma coisa que receber o batismo no Espírito Santo (o que, na esmagadora maioria dos casos, ocorre algum tempo depois da conversão—Paulo converteu-se na estrada de Damasco, mas somente três dias depois foi batizado no Espírito Santo). A verdade é que o Espírito Santo nos é dado em vários níveis, e um desses níveis chama-se, especificamente, batismo no Espírito Santo. Podemos provar isso facilmente. Os apóstolos tinham todos o Espírito de Cristo, muito antes do dia de Pentecoste. Eles eram de Cristo. E Paulo diz: «E se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele» (Rom. 8:9). No entanto, no dia de sua ressurreição, lemos que Jesus soprou sobre os apóstolos reunidos e lhes disse: «Recebei o Espírito Santo» (João 20:22). E é evidente que, naquele momento, eles receberam o Espírito Santo, em algum nível, em algum tipo de experiência. A única alternativa é que o Senhor se enganou ou estava ludibriando os apóstolos, o que é uma conclusão que nem podemos tolerar. No entanto, foi somente dez dias mais tarde, no dia de Pentecoste, que eles receberam o «batismo» no Espírito Santo.

O batismo no Espírito Santo, o falar em línguas e quaisquer outros dons carismáticos são bênçãos extras da graça divina em Jesus Cristo. Nenhuma dessas coisas é necessária à salvação, e nem todos os crentes as recebem. Mas, se uma apreciável parcela de crentes não recebe essas bênçãos extras, isso em nada diminui a realidade desses fenômenos que, reiterando, nos são dados como manifestações extraordinárias da graça divina. Cabe aqui o esclarecimento apostólico: «Mas um só e o mesmo Espírito realiza todas estas cousas, distribuindo-as, como lhe apraz, a cada um, individualmente» (I Cor. 12:11).

V. As Línguas nas Epístolas Paulinas

Já falamos algo sobre isso, nos segmentos anteriores deste artigo. Porém, o tratamento clássico sobre essa doutrina aparece nos capítulos doze a catorze da primeira epístola de Paulo aos Coríntios, sob o título geral de «dons espirituais» (I Cor. 12:1; no grego, *charismata*). A leitura dessa e de outras passagens neotestamentárias indica que esse e outros dons espirituais eram manifestações tão familiares para os crentes primitivos, que o apóstolo dos gentios nunca sentiu a necessidade de explicar com precisão o que está envolvido nesses fenômenos. Além disso, essas manifestações (incluindo as «línguas») não se limitavam à igreja em Corinto. O livro de Atos refere-se a vários casos de «línguas», mas nunca entre os crentes de Corinto. Além disso, Romanos 8:26, com a sua alusão à intercessão do Espírito pelos santos, «...com gemidos inexprimíveis...», tem fortes possibilidades de referir-se às «línguas», embora não possamos dizer isso com qualquer certeza. — Porém, *pode* corresponder ao que Paulo diz algures: «Orarei com o espírito...» (I Cor. 14:15), como expressão sinônima de «orar em línguas».

Alguns escritores modernos, procurando diminuir o valor das línguas e de outros dons espirituais, frisam que esse dom é abordado por Paulo justamente nas duas epístolas que ele dirigiu às igrejas gentílicas mais problemáticas, do ponto de vista moral, como se somente os crentes carnais ou imorais recebessem essas manifestações. Se isso fosse verdade, Paulo não teria regulamentado o emprego das línguas, antes, teria proibido totalmente as línguas, como é claro. Em vez disso, porém, ele não somente recomenda: «...procurai com zelo o dom de profetizar, e não proibais o falar em outras línguas» (I Cor. 14:39), mas também nos revelou algo de sua vida espiritual, quando declarou: «Dou graças a Deus, porque falo em outras línguas mais do que todos vós» (I Cor. 14:18). É óbvio que Paulo jamais se gloriaria em um dom espiritual que fosse prova de pouco desenvolvimento espiritual ou de imoralidade. Continuando nessa linha de pensamento, Paulo não teria elogiado aos crentes de Corinto, conforme se vê logo nos primeiros versículos de I Coríntios: «...em tudo fostes enriquecidos nele, (em Cristo)... de maneira que não vos falta nenhum dom...» (1:5 e 7). Logo, é falsa a conclusão que diz que os dons espirituais destinam-se à infância espiritual, e que a maturidade espiritual os obvia. Se assim fosse, todos os crentes começariam sua carreira falando em línguas, profetizando, operando curas, demonstrando profunda sabedoria e conhecimento espirituais, etc., e iriam perdendo essas maravilhas à medida que fossem crescendo em Cristo. Absurdo! Todos esses argumentos devem-se muito mais à incredulidade quanto às manifestações do Espírito. Aos crentes que receberam essas operações do Espírito cabe cultivá-las cada vez mais, apoiados sobre as instruções regulamentadoras da Bíblia Sagrada, concentradas (embora não com exclusividade), nos capítulos doze, treze e catorze da primeira epístola aos Coríntios.

Entre essas instruções bíblicas, a primeira e mais importante é a questão da origem. É de suma importância que a força impulsionadora seja o Espírito Santo, e não algum espírito demoníaco ou o próprio espírito humano (neste último caso, fingidamente). Isso Paulo destaca em I Cor. 12:3: «Por isso vos faço compreender que ninguém que fala pelo Espírito de Deus afirma: Anátema Jesus! por outro lado, ninguém pode dizer: Senhor Jesus! senão pelo Espírito Santo». Essa idéia de autenticidade é reiterada logo adiante, onde Paulo fala sobre o dom do «discernimento de espíritos». Esse dom, por assim dizer, policia as manifestações carismáticas. Uma outra importante instrução paulina, especificamente acerca das «línguas», ocorre em I Cor. 14:4: «O que fala em outra língua a si mesmo se edifica, mas o que profetiza edifica a Igreja». Esse versículo estabelece dois pontos fundamentais: 1. Há uma clara distinção entre o dom de línguas e o dom de profecia; e 2. é destacado o grau de utilidade ou serventia de cada um desses dois dons, postos em contraste. Alguns críticos modernos dos dons espirituais indagam: «Para que serve o dom de línguas, se ninguém entende o que é dito?» Paulo responde: «O que fala em língua a si mesmo se edifica...» O tipo de edificação recebido por aquele que fala em línguas só pode ser experimentado por quem as fala. Uma outra instrução paulina necessária é a questão da boa ordem (ver I Cor. 14:27 *ss*). De fato, uma congregação numerosa onde muitos irmãos falam em línguas ao mesmo tempo, em meio a gritos quase histéricos de «Aleluia!» é um espetáculo pouco edificante. Melhor seria às igrejas atenderem à instrução paulina que diz: «No caso de alguém falar em outra língua, que não sejam mais do que dois ou quando muito três, e isso sucessivamente, e haja quem interprete. Mas, não havendo intérprete, fique calado na igreja, falando consigo mesmo e com Deus» (I Cor. 14:27,28).

Mas, a principal instrução paulina é aquela que diz que tudo deve ser feito e praticado no ambiente do amor cristão: «Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, serei como o bronze que soa, ou como o címbalo que retine» (I Cor. 13:1). Se os crentes estudassem essas instruções e explicações paulinas, não cairiam em diversos erros, como, por exemplo, o exibicionismo. Todavia, esse é dos erros menores a respeito. Um erro mais grave é

aquele que pensa que quem fala em línguas já chegou no ápice da experiência cristã. Na verdade, na escala de valores que o Novo Testamento nos dá, o falar em línguas é o menos importante dos dons espirituais. É menos importante que a profecia: «...quem profetiza é superior ao que fala em outras línguas, salvo se as interpretar, para que a igreja receba edificação» (I Cor. 14:5). Esse versículo também nos mostra que o critério do valor dos dons espirituais é o alcance da edificação. Ora, já vimos que quem fala em línguas, só edifica a si mesmo. Outrossim, o falar em línguas é menos importante que a pregação e o ensino cristãos, embora alguns praticantes de glossolalia não se deixem convencer disso. Mas Paulo ensina: «...prefiro falar na igreja cinco palavras com o meu entendimento, para instruir outros, a falar dez mil palavras em outra língua» (I Cor. 14:19).

Por causa de abusos, e admitimos que são muitos, alguns crentes recomendam que os crentes abandonem totalmente a prática da glossolalia e de outros dons espirituais. Já vimos que Paulo não concordava com isso, pois recomendou: «...procurai com zelo os dons espirituais, mas, principalmente, que profetizeis» (I Cor. 14:1). Também há aqueles que dizem que o uso dos dons espirituais era legítimo no tempo dos apóstolos, quando o Novo Testamento ainda não fora completado, e nem os crentes haviam atingido a perfeição. Esses supõem que já atingimos a perfeição (vide), que, segundo eles pensam, ocorreu nc momento em que o apóstolo João depositou a pena, após ter escrito as últimas palavras do Apocalipse. No entanto, nem a própria Bíblia limita o uso dos dons espirituais ao período apostólico, e nem a Igreja atingiu ainda a perfeição. Esta só ocorrerá por ocasião da segunda vinda de Cristo, conforme se vê claramente no verbete desta enciclopédia intitulado *Perfeição*.

VI. As Línguas na Igreja Pós-Apostólica

Talvez devido ao crescente institucionalismo, não se ouve falar muito sobre as línguas e outros dons espirituais nos séculos que se seguiram ao período apostólico, excetuando entre grupos que outros cristãos não consideravam como formadores do centro da cristandade, como foi o caso dos montanistas, para exemplificar. Não há que duvidar que nesses grupos, a prática fosse acompanhada por um grande desequilíbrio teológico, o que contribuiu mais ainda para seu descrédito. Lá pelo século IV D.C., o dom de línguas deve ter desaparecido virtualmente. Os pais da Igreja (vide), em sua maioria, sentiam-se inteiramente perdidos quando tentavam expor ou ensinar sobre os dons espirituais, o que transparece claramente em seus comentários que chegaram até nós.

Por igual modo, na época inicial da Reforma Protestante (vide), tão importante para nós, os evangélicos, praticamente nada se falou a respeito. Esse silêncio, contudo, é perfeitamente compreensível. Os reformadores estavam envolvidos em temas muito mais fundamentais da doutrina cristã, como a justificação pela fé, a separação entre a Igreja e o Estado, etc. Todavia, em seus escritos, os grandes luminares da Reforma protestante não fizeram silêncio somente sobre os dons espirituais. Eles também se olvidaram quase inteiramente dos temas escatológicos. Por igual modo, se eles muito falaram sobre a natureza da Igreja de Cristo, pouco falaram com profundidade sobre o reino de Deus. Esses vários outros assuntos só vieram à tona com o passar dos séculos. Não obstante, em tempos de tensão ou renovação espirituais, temas assim têm reaparecido na história do cristianismo. O tempo em que vivemos é um desses períodos de renovação e de tensões. A partir de 1900 reacendeu-se, notavelmente, o interesse pelo batismo no Espírito Santo, pelos dons espirituais, pela glossolalia, etc., nem sempre com entendimento real do que está envolvido. É trágico que tantos crentes estejam tentando pôr em prática os dons espirituais, de mistura com tantos erros e simulações. Todavia, à medida que se for avizinhando a volta do Senhor Jesus a este mundo, mais se intensificarão as manifestações do Espírito. Isso foi dito por Joel e foi reiterado pelo apóstolo Pedro, pois, desde o começo, fez parte da pregação apostólica: «...o que ocorre é o que foi dito por intermédio do profeta Joel: «E acontecerá nos últimos dias, diz o Senhor, que derramarei do meu Espírito sobre toda carne...» (Atos 2:16,17). Ver *Dons Espirituais* e *Movimento Carismático*.

LÍNGUAS, INTERPRETAÇÃO DE

Ver o artigo geral chamado **Línguas, Falar em**. O trecho de I Cor. 12:10 alista essa capacidade de interpretar línguas como um dos dons do Espírito Santo. Esse dom ocupa o nono lugar na lista dos dons espirituais. Não é provável que a ordem de apresentação desses dons assinale seu grau de importância. Mas é verdade que Paulo dava maior valor à profecia do que às línguas, por ser mais instrutiva. Ver I Cor. 14:2 *ss*. Ele ensinou que todo aquele que fala em línguas deveria orar para que também pudesse interpretá-las. Nesse caso, as línguas tornar-se-iam uma forma de profecia. Ver I Cor. 14:13. Paulo também instruiu no sentido de que os crentes não deveriam falar línguas na Igreja (embora possam fazê-lo particularmente), a menos que esteja presente um intérprete (ver I Cor. 14:28). Essa área dos dons espirituais tem sido sujeita a muitos abusos, dentro do moderno *movimento carismático* (vide). Primeiro, porque as instruções paulinas a respeito são ignoradas, e, em segundo lugar, porque as interpretações são dadas por pessoas que não receberam o dom de interpretação de línguas. Isso tem sido demonstrado por aqueles que têm submetido a questão à prova, falando em algum idioma desconhecido para a comunidade, e, então, esperando para ver o que acontece. Um caso envolveu um estudante de teologia, que se fez presente a uma reunião onde se falavam línguas. Ele se levantou e citou o Salmo 23 em hebraico. Imediatamente alguém levantou-se e pôs a interpretar o que ele dissera, mas, naturalmente, nem foi mencionado o Salmo 23. O entusiasmo, às vezes, substitui a autenticidade!

LÍNGUAS, ORIGEM DAS

Ver sobre **Língua**, seção quarta.

LINGÜÍSTICA, FILOSOFIA DA

Ver *Filosofia Lingüística* e *Língua e Linguagem (Filosofia da), Filosofia da Linguagem*.

LINHA

Usos Bíblicos:

1. *Um Cordel de Medir*. No hebraico, *gav, geveh*. Servia para medir terrenos, cidades, casas, o templo, etc. Essa é a palavra usada em muitas situações metafóricas, como no caso da medição do lavatório do templo (I Reis 7:23); cidades, terras, edifícios (Isa. 34:17; Jer. 31:29; Zac. 1:16; Eze. 47:3). Ela também expressava a linha de um prumo (II Reis 21:13; Isa. 28:17).

2. *Uma Corda.* No hebraico, *chebel.* Um instrumento usado para dividir terras e determinar as dimensões das heranças na forma de terras (Sal. 16:6, 78:55; II Sam. 8:2; Amós 7:17; Zac. 2:1).

3. *Usos Miscelâneos.* No hebraico, *chut.* Essa palavra é usada em I Reis 7:15, indicando uma linha usada para medir a circunferência das colunas do templo de Salomão. No hebraico, *pathil* (ver Eze. 40:3), que indica a linha de medir, feita de linho, relacionada ao templo visionário de Ezequiel. No hebraico, *tiqvah* (ver Jos. 2:18,21), que indica a corda vermelha usada por Raabe.

4. *No Novo Testamento.* Temos a considerar o termo grego *kánon*, «vara» ou «linha» de medir. Essa palavra é usada por cinco vezes no Novo Testamento. Em II Cor. 10:13,15; Gál. 6:16 e Fil. 3:16, significa «regra», sendo a mesma palavra também traduzida para o português para indicar o «cânon» das Escrituras, ou seja, a regra que determinou quais eram os seus livros autoritários. Em II Cor. 10:16 há um uso metafórico da palavra, onde nossa versão portuguesa e outras a traduzem por «campo», dentro da frase «realizadas em campo alheio». Paulo desejava pregar em lugar onde outros ainda não tivessem semeado a Palavra, — e assim, não invadia campo alheio, isto é, lugar já evangelizado por outrem. Deus assinala os territórios do ministério de seus pregadores.

5. *Usos Metafóricos*

a. Aquele que acabamos de mencionar, áreas demarcadas de atividade dos pregadores enviados pelo Senhor.

b. A Palavra de Deus usada como medida de medir a conduta humana (Eze. 40:3).

c. Estender a linha em um lugar dá a entender que a edificação de casas é apropriada naquele lugar (Jer. 31:39; Zac. 1:16; 2:1).

d. Estender o «cordel da destruição» significa deixar um lugar desolado (Isa. 34:11,17).

e. Estender «o cordel de Samaria e o prumo da casa de Acabe» indica a ruína da cidade de Samaria e a extinção da família de Acabe (II Reis 21:13).

f. Há uma expressão, em Isa. 28:17, que em nossa tradução portuguesa diz: «Farei juízo a regra, e justiça o prumo», a qual indica punir o povo de acordo com as obras de cada um.

LINHA, METÁFORA PLATÔNICA DA

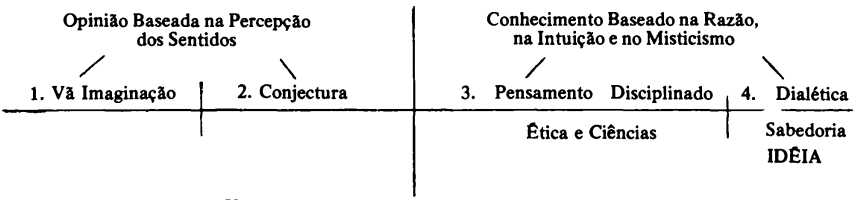
A Linha Dividida

A fim de ilustrar alguns conceitos de seu sistema de conhecimento, Platão, em sua obra *República*, livro VI, apresentou a metáfora da *linha dividida*. Uma linha é dividida ao meio, e as duas partes resultantes são, por sua vez, divididas. A primeira divisão mostra que há duas partes *desiguais* na questão do conhecimento. Os mundos visível e inteligível são assim distinguidos. Então o mundo sensível (aquele conhecido através da percepção dos sentidos) é dividido. A primeira seção é a *vã imaginação*. A segunda seção é a *conjectura*. Temos aqui a percepção dos sentidos em uma inútil tentativa de descobrir a verdade. Atravessando a linha divisória e chegando ao conhecimento, no que diz respeito ao mundo inteligível, onde as coisas são conhecidas acima da percepção dos sentidos, chegamos a uma terceira seção. Essa é a esfera do pensamento disciplinado, onde começam a ética e as ciências humanas. A quarta seção é a dialética racional e mística, onde se encontra a sabedoria filosófica. Nesse ponto, pois, encontramos um sistema unificado de *idéias*, que busca um conceito todo abrangente da *Idéia-que-a-tudo-explica*. Dentro da teologia cristã, diríamos que Deus é essa *Idéia*, e que todo conhecimento procede dele.

●●● ●●● ●●●

ILUSTRAÇÃO

A Linha Dividida
Os Quatro Estágios do Conhecimento



Ver o artigo separado sobre **Platão**, especialmente seção II, **Teoria do Conhecimento.**

LINHO

1. *Palavras Empregadas; Materiais*

a. No hebraico, *pishteh*. Essa palavra é traduzida por «linho» por nove vezes, como em Lev. 13:47-59; Deu. 22:11; Eze. 44:17,18. Esse termo designa tanto a planta como o material fabricado à base dessa planta. Era material empregado no fabrico de redes (Isa. 29:9); cintos (Jer. 13:1); linhas de medir (Eze. 40:3); vestes sacerdotais (Eze. 44:17,18), etc.

b. *Buts*, de uma raiz que significa «brancura», relacionada ao vocábulo grego *bússos* (ver abaixo), é outra palavra hebraica empregada em relação às vestes do coro de levitas, que cantavam no templo de Jerusalém (II Crô. 5:12), ou às vestes reais (I Crô. 15:27), ou às vestes dos ricaços (Luc. 16:19), e que também aparece entre os itens de luxo, mencionados em Apo. 18:12. Há estudiosos que pensam estar em foco o «algodão», no caso da palavra hebraica *buts*.

c. No hebraico, *sheshi* ou *shesh*, «alvejado». Esse termo foi emprestado do egípcio *bysus*. Ver Eze. 27:7; Êxo. 26:4; 35:6. Não se sabe se está em pauta o linho ou a seda.

d. No hebraico, *etun*, palavra usada exclusivamente em Pro. 7:16. Era um fio feito de linho e usado para se fazerem materiais para decoração de leitos, para confecção de tapetes e outros materiais decorativos.

e. No hebraico, *bad*, «separação». Portanto, refere-se a algum material empregado nas vestes sagradas dos sacerdotes, que eram separados para o serviço ao Senhor. Ver Êxo. 28:42; 39:28; Lev. 6:10; 17:4; I Sam. 2:18; Dan. 10:5; 17:6,7. Essa palavra parece que era usada para indicar linhos extrafinos, bem como coisas confeccionadas com esses linhos.

f. No grego, *bússos*, «linho». Esse vocábulo aparece somente por duas vezes em todo o Novo Testamento: Luc. 16:19 e Apo. 18:12.

g. No grego *bússinos*, «de linho». Ver Apo. 18:16; 19:8,14.

h. No grego, *sindón*, «linho» (ver Mat. 27:59; Mar. 14:51,51; 15:46; Luc. 23:53). O rico, diante de cuja casa Lázaro esmolava, tinha roupas feitas desse material (Luc. 16:19). O jovem que seguiu a Jesus e fugiu, perdeu seu único traje feito de linho, ou, talvez, o lençol de linho com que se cobria (Mar. 14:51). E a noiva do Cordeiro estará vestida de linho fino, o que lhe é apropriado (Apo. 19:14).

i. No grego, *línon*, «linho», palavra que ocorre em Mat. 12:20 e Apo. 15:6.

2. *Descrição*

O linho é um fio ou um tecido feito com as fibras da planta desse nome. O linho possui excelentes qualidades. É forte, leve, fresco, branco brilhante, lavável, lustroso, durável e resistente aos ataques das traças. Suas desvantagens incluem o labor necessário para o cultivo e a preparação do linho. É muito laboriosa a fiação do linho, e também é difícil de tingir. Em sua forma final, pode assemelhar-se muito ao algodão. A fibra do linho tem juntas, como se fosse o colmo do bambu, ao passo que as fibras do algodão assemelham-se a uma fita torcida, conforme se percebe no exame sob o microscópio.

3. *Um Material Antigo*

A arqueologia tem descoberto **antiqüíssimos espécimes de linho**, desde tempos tão remotos quanto o período neolítico da Europa. Durante a idade do Bronze, a lã era mais intensamente usada, mas o linho continuava a ser importante material têxtil. Linhos têm sido encontrados na antiga Mesopotâmia, na Índia, na China e no Egito. Quase três quilômetros de tiras de tecido de linho eram usados para enrolar uma única múmia. No Egito, o espécime mais antigo de linho provém de cerca de 5000 A.C. Alguns dos antiqüíssimos linhos do Egito eram de grande qualidade e finura. Têm sido encontrados tecidos de linho com nada menos de duzentos e setenta fios duplos, na urdidura, por cada polegada quadrada. Pinturas tumulares mostram o processo inteiro da manufatura do linho. Registros escritos informam-nos sobre o comércio com o linho. A Bíblia contém muitas referências a esse produto, e outro tanto se dá no caso das culturas grega e romana, embora nessas últimas a lã fosse o item mais intensamente comercializado.

O linho era nativo na Palestina antes que Israel chegasse ali, conforme o demonstra o trecho de Jos. 21:1,6. Raabe ocultou os dois espias israelitas sob um monte de linho, que ela estava secando sobre o teto plano de sua casa, em Jericó. Desde os tempos mais remotos, um certo tipo de tecido era feito com esse material. Tendo chegado do deserto, o povo de Israel, sem dúvida, aceitou com entusiasmo um produto que podia ser transformado em vestuário, como alternativa para a lã, mais apropriado para um clima quente, como o da Terra Santa. O trecho de Pro. 31:13 menciona o uso do linho, e a boa esposa é habilidosa no uso do linho. A passagem de Isa. 19:9 menciona o «linho fino», feito desse material. A arqueologia e as antigas referências literárias confirmam a existência do linho fino, no Egito; e também sabemos que os sacerdotes de Israel tinham vestes feitas dessa fibra de qualidade. Tecido de linho também era usado no fabrico de velas de embarcações (Eze. 27:7), além de outros artigos, como toalhas e aventais (João 11:44; 13:4). Mortalhas para os mortos também eram feitas de linho (Mar. 15:46). Ver o artigo sobre o chamado *Sudário de Turim*, que poderia ter sido o sudário usado quando da crucificação de Jesus.

O nome científico do linho é *Linum usitatissimum*. Cresce de 0,60 m a 1,20 m de altura e produz flores azuis. Uma vez maduras, as plantas são arrancadas e deitadas para secarem. Em seguida elas são mergulhadas na água, durante três ou quatro semanas, o que faz as fibras separarem-se. Então, os fios são separados uns dos outros. O tecido produzido com esses fios tinha diferentes qualidades, dependendo da técnica e do refinamento, desde o linho grosseiro (ver Eze. 9:2), até o tecido mais excelente (Êxo. 26:1; Est. 8:15). O linho era um material muito procurado, e o fracasso na colheita do linho era considerado um desastre sério, de tal modo que era atribuído a um castigo divino (Osé. 2:9). Da vagem do linho extrai-se também o óleo de linhaça, um outro produto de considerável valor comercial.

4. *Usos Figurados*

— A Noiva do Senhor Jesus Cristo ressurrecto haverá de vestir-se em «linho finíssimo» (Apo. 19:8). E os sete anjos, com os sete flagelos, saíram vestidos do santuário celeste em «linho puro e resplandecente» (Apo. 15:6). Está em foco a idéia de santidade; mas, no caso das almas humanas, o linho fino pode indicar a vestidura da imortalidade, conforme temos em II Cor. 5:2*ss*. Outrossim, a riqueza do material indica a *riqueza* inerente à salvação eterna. Os santos têm sido ornamentados pelas graças e atributos do Senhor, e isso os tem enriquecido espiritualmente. O linho dos santos é finíssimo, rebrilhante e branco, por haver sido lavado no sangue do Cordeiro (Apo. 5:9). Na antiguidade, o linho tinha um valor variegado, dependendo do seu grau de brancura e de seu lustre. Passamos a possuir verdadeira natureza espiritual, investida de santidade, mas isso somente devido à nossa união mística com Cristo (I Cor. 1:4), que nos transforma segundo a sua natureza e imagem (II Cor. 3:18). É dessa forma que chegamos a participar da natureza divina. Ver II Ped. 1:4 e Col. 2:10.

LINHO EM FLOR

A expressão aparece em Êxodo 9:31. A alusão é à vagem do linho, prestes a deixar escapar as suas sementes. Faz parte da explicação de que certas plantas não foram atingidas pela saraivada, a sétima praga do Egito.

LINHO RETORCIDO

No hebraico, **sheshi**. Está em foco um linho fino, feito com fios de qualidade superior. Cada fio era feito de muitos fiozinhos delicados. Os egípcios eram grandes artífices em obras desse tipo. Heródoto (3:47) afirma que Amasis, rei do Egito (564—526 A.C.), enviou a alguém um corpete, onde cada fio consistia em trezentos e sessenta fiozinhos separados, todos eles claramente visíveis.

Linho fino retorcido foi usado na feitura das cortinas, do véu e das cortinas da entrada do tabernáculo (Êxo. 26:1,31,36), como também nas cortinas do portão do átrio e do átrio propriamente dito (Êxo. 27:9,16,18), e também no caso da estola sacerdotal, do cinto da *estola* e do peitoral usado pelo sumo sacerdote (Êxo. 28:6,15; 39:2,5,8,24,29). Ver também o artigo separado sobre o *Linho*.

LINO

Esse antigo cristão, da época apostólica, é mencionado somente em II Tim. 4:21. Nada sabemos acerca dele exceto que era membro da comunidade cristã de Roma. As tradições, porém, fazem dele bispo de Roma, o primeiro sucessor de Pedro, que, nas gerações posteriores, recebeu o título de «papa». Quanto a antigas referências, antes de surgirem os dogmas papais, ver Irineu, *Contra as Heresias* (III 3.3); Eusébio, *Hist. Eccl.* (III.4); Teodoreto, *Comentários*, ao comentar sobre esse texto de II Timóteo. Entretanto, outras tradições dizem que Pedro consagrou Clemente como seu sucessor. Supostamente, Lino teria nascido em Volterra, na Toscana, pertencente à raça dos mouros. Estudou em Roma; encontrou-se com Pedro, e converteu-se ao cristianismo. Lino aparece na lista dos setenta discípulos especiais de Jesus (Luc. 10). Teria sofrido o martírio sob Saturnino, cuja filha fora libertada por Lino da possessão demoníaca. Diz-se que foi bispo da igreja de Roma pelo espaço de dez a onze anos. Parece que seu nome deriva-se de *linho*. Porém, por que motivo isso foi transformado em seu nome próprio, não sabemos dizê-lo. É possível que isso se devia ao fato de que, naquela época, havia muitas famílias que ganhavam a vida no fabrico e comércio do linho. Entretanto, tal nome também pode aludir à cor dos cabelos, ou seja, «louro», ou «amarelo pálido».

De acordo com Irineu, Anacleto foi o sucessor de Lino, como bispo de Roma. Clemente também diz que Anacleto veio depois de Lino. Podemos supor que os primeiros pais da Igreja, aqui citados, devem ter tido conhecimento autêntico sobre essas coisas.

LIQUI

No hebraico, «erudito». Nome de um homem da tribo de Manassés (I Crô. 7:19). O terceiro da lista dos filhos de Semida. Viveu em algum tempo, após 1950 A.C.

LIRA, NICOLAU DE

Suas datas foram 1270-1340. Ele foi um monge franciscano e um comentador da Bíblia, bem conhecido. Trabalhou como professor na Universidade de Sorbonne. Seus comentários sobre a Bíblia foram largamente usados durante a Idade Média. Lutero estudou-os a sério.

LÍRIOS

Ver o artigo separado sobre **Lírios do Campo**, na citação de Jesus, em Mat. 6:28 *ss*. O ensino que ele quis destacar ali, é detalhado naquele artigo, pelo que não é repetido neste ponto.

Referências Bíblicas. I Reis 7:19,22,26; II Crô. 4:5; Can. 2:1,2,16; 4:5; 5:13; 6:2,3; 7:2; Mat. 6:28; Luc. 12:27. Provavelmente, essas referências incluem mais do que uma espécie de lírio, e até outras espécies de flores. Os trechos de Ecl. 1:18 e Osé. 14:5 também parecem referir-se a espécies de lírios.

O lírio é uma planta bulbosa, da qual medravam diversas variedades na Palestina. Quanto às identificações, crê-se que o «lírio» de Cantares de Salomão seja o *Hyacinthus orientalis*, embora lábios como lírios (Can. 5:13) falem mais sobre a *Anemone coronaria*. Talvez Can. 6:2 aluda ao *Lilium candidum*. Esse lírio é uma flor comum na Palestina. A flor mencionada em Ecl. 1:18 e Osé. 14:5 poderia ser o tipo de lírio que cientificamente é chamado de *Iris pseudacorus*. Essas diversas espécies aparecem na natureza em cores e formatos variegados. Eram usadas para decorar os lares, tal como até hoje fazem as donas de casa.

Na antiguidade, os lírios na Palestina, existiam em maior número de espécies e com maior abundância do que hoje em dia. Sabe-se que intenso desflorestamento teve lugar nos dias de Salomão, o que prosseguiu desde então. O resultado foi que muitas áreas densamente arborizadas nos dias bíblicos, hoje são virtuais desertos. Isso não condiz com a sobrevivência de muitas espécies vegetais. Na maioria dos trechos bíblicos, a menção ao lírio serve para ilustrar alguma forma de beleza, como dos campos, da mulher, das cores ou das formas das coisas. Desde os tempos mais remotos, o lírio vem sendo imitado em pedra e em bronze, como um ornamento arquitetural. Ver I Reis 7:19; II Cor. 4:5.

LÍRIOS DO CAMPO

Ver o artigo separado sobre **Lírios**. Lemos em Mat. 6:28-30: «...por que andais ansiosos quanto ao vestuário? Considerai como crescem os lírios do campo: eles não trabalham nem fiam. Eu, contudo, vos afirmo que nem Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles. Ora, se Deus veste assim a erva do campo, que hoje existe e amanhã é lançada no forno, quanto mais a vós outros, homens de pequena fé?»

A palavra grega traduzida por «lírio», no Novo Testamento, é *krínon*. Ela aparece somente por duas vezes, no texto citado de Mateus e em Luc. 12:27, a passagem paralela. Muitas tentativas têm sido feitas pelos estudiosos para identificar essa flor, como a anêmona ou o gladíolo. «O fato de que a planta seria reduzida a *palha*, isto é, a referência ao forno (ver o vs. 30), leva este escritor a crer que se trata esse *lírio* da camomila, *Anthemis palestina*, dotada de folhas fragrantes e que produz pequenas margaridas brancas» (Z). Essa planta era e continua sendo comum na Palestina, florescendo mais ou menos na época em que é colhido o feno. Seja como for, Jesus parece ter aludido a alguma espécie de flor selvagem, e não ao lírio, que é uma planta alta. A espécie que cientificamente chama-se *Anemone coronaria* era uma flor comum na Palestina, sem dúvida vista em abundância por Jesus. Suas pétalas podem ser vermelhas, púrpura, azuis, róseas ou brancas, com um tale que chega até cerca de 40 cm. Na opinião de alguns intérpretes, essa altura da planta é contra a sua identificação, neste caso. Porém, durante as colheitas, é possível que os homens não hesitassem em cortar essa planta, se, porventura, medrasse no meio da relva sem nenhum cultivo. Quanto a outras informações sobre os «lírios» referidos na Bíblia, ver o artigo intitulado *Lírios*.

A Lição dos Lírios do Campo. As especulações acerca da identificação dos «lírios» referidas por Jesus não deveriam levar-nos a olvidar a lição que ele queria ensinar. «Olhai para os lírios do campo...», disse ele. Essa é uma lição que não deveríamos olvidar. Existem coisas ricas que não são cultivadas pelos homens, mas que atraem a atenção de Deus. Os lírios do campo são uma dessas coisas. O próprio Salomão, um rico que se

tornou largamente conhecido como pessoa gastadora, nunca se adornou como os lírios. No entanto, os lírios obtêm seu esplendor meramente pela vontade de Deus, sem qualquer intervenção ou esforço humano. Em comparação com um ser humano, um lírio nada é. Na colheita, os homens nem tentam evitar decepar essa planta. Portanto, a lição é clara. A ansiedade dos homens, quanto ao sustento diário, é inteiramente descabida, do ponto de vista espiritual. Deus é quem garante nosso presente e nosso futuro. Salomão trajava-se esplendorosamente. Para os antigos, as vestes eram um item importante em suas riquezas. Mas os lírios enfeitam gloriosamente os campos, sem que os homens tenham de cultivá-los.

O trecho de Mat. 10:29 *ss* envolve lição similar. Deus cuida dos pardais, a despeito de seu ínfimo valor. Quanto mais o Senhor cuida do homem que nele confia!

LÍRIOS, FLOR DE

Imitar os lírios, para fins decorativos, era uma arte desde a antiguidade. O trecho de II Crô. 4:5 menciona duas colunas, no vestíbulo do templo de Salomão, cujas bordas eram adornadas como «borda de copo, como flor de lírios». Aquelas colunas contavam com capitéis, onde se encontravam esses adornos. Abaixo um pouco desse enfeite, havia um trançado de romãs esculpidas, pelo que o enfeite era atraente e dotado de muita imaginação. Ver também I Reis 7:19-22 nessa conexão. Os arqueólogos têm achado lavores semelhantes no Egito, sendo provável que os mesmos tenham sido importados da arte egípcia. Todavia, decorações parecidas têm sido encontradas na Assíria, na Pérsia e entre os cananeus da Palestina, pelo que é difícil alguém ser dogmático quanto à origem desse tipo de adorno escultural. O *lotus egípcio* era a flor favorita usada como modelo em obras esculpidas. Essa flor pertence à família dos lírios aquáticos, notória pelas suas grandes folhas flutuantes e belas flores, que tinham as cores branca, róseo e azul. No hebraico, a palavra correspondente ao «lírio» é *shoshannah*, de onde provém o nome próprio feminino, Suzana.

LÍRIOS, OS

No hebraico, **shoshannim eduth**. Essas palavras fazem parte do título dos Salmos 45 e 80. Nossa versão portuguesa traduze-as por «Segundo a melodia: os lírios». Ver também sobre *Música e Instrumentos Musicais*.

LISÂNIAS

Essa palavra grega significa «livre de tristeza», relacionado a *lúsis*, «soltura», e *ania*, «tribulação». Em Lucas 3:1 *ss*, o autor sagrado relata o começo do ministério de João Batista dentro do período de certos governantes, entre os quais ele mencionou *Lisânias*. Ele foi mencionado ali como «tetrarca de Abilene» (vide). A data foi cerca de 26 D.C. Essa é a única referência do Novo Testamento a esse homem. Lucas, porém, tem sido acusado de anacronismo, visto que Josefo se referiu a um homem do mesmo nome, que, em 40 AC., sucedeu a seu pai, Ptolomeu, no trono da Calcídica. Ele foi executado por Marco Antônio, em 36 A.C., por exigência de Cleópatra, que recebeu os territórios que tinham pertencido a ele (ver *Anti.* 15.4,1; 14.13,3; i.13,1). Procurando reconciliação, os eruditos supõem que Josefo se referia a outro homem do mesmo nome, que teria vivido antes. Provavelmente, ele aludiu a dois homens do mesmo nome, um dos quais era tetrarca, e o outro, filho de Ptolomeu. Nesse caso, o Lisânias referido por Lucas teria sido ainda um terceiro homem com esse nome. A referência de Josefo e a de Lucas não falam sobre os mesmos territórios governados. Existem evidências arqueológicas em prol dessa assertiva. Uma inscrição (CIG, 4521) descoberta em Abila mostra que houve um tetrarca posterior de nome Lisânias. Ambas as regiões em questão, em data posterior, foram governadas por Herodes Agripa. A data daquela inscrição pode ser tão tardia quanto 29 D.C., embora alguns especialistas atribuam-na cerca de 11 D.C. Seja como for, o que é claro é que o Lisânias referido por Lucas não é o mesmo Lisânias referido por Josefo, o que significa que não há qualquer conflito nos informes dados por esses dois historiadores, o grego e o judeu.

«A tetrarquia de Lisânias, cuja capital era Abila, ficava cerca de vinte e nove quilômetros a noroeste de Damasco e era distinta do reino da Calcídica (Josefo, *Anti.* 19.5,1; 20:7,1). No tempo em que Lucas escreveu, a região em torno de Abila era governada pelo tetrarca Lisânias, e Lucas está certo» (UN). Não sabemos dizer por que Lucas mencionou o tetrarca Lisânias, mas omitiu o nome do governador de Damasco.

LÍSIAS

A derivação desse nome é desconhecida. Há dois homens com esse nome, nas páginas da Bíblia. Um deles era um capitão romano, ou *quiliarca* (tribuno militar), mencionado em Atos 21—23, que esteve envolvido com o apóstolo Paulo. Temos provido um detalhado artigo sobre ele, sob o nome de *Cláudio Lísias*.

Além disso, um proeminente general sírio, que serviu no tempo de Antíoco IV Epifânio, e Antíoco V Eupator, era assim chamado. Os livros de I e II Macabeus dão-lhe considerável espaço. E ele também é mencionado por Josefo (*Anti.* 12.295-298; 313-315; 361, 367). Ver também I Macabeus 3.32-38; 6.17; 7.1-4; II Macabeus 10 e 11.

LISÍMACO

Esse nome vem de duas palavras gregas, **luo**, «soltar», e **machê**, «batalha», «contenda». Portanto, significa «terminador de contendas». Dois homens com esse nome aparecem nas páginas da Bíblia.

1. Um homem com esse nome é mencionado nas adições ao livro de Ester (no grego), como o tradutor daquele livro para o grego. Esse informe é dado no final do texto grego, onde ele é chamado de «filho de Ptolomeu, de Jerusalém». Essa informação também diz que Fodiyurdo (um sacerdote e levita) e Ptolomeu, seu filho, trouxeram a epístola de Purim ao Egito. Nada se sabe sobre o homem que é chamado de o tradutor; e nem podemos ter certeza sobre a autenticidade de tal informação.

2. Menelau era o sumo sacerdote dos judeus, nos dias de Antíoco IV Epifânio. Seu irmão chamava-se Lisímaco, e é dito que, por algum tempo, ele serviu como sumo sacerdote, em lugar de Menelau. O quarto capítulo de II Macabeus informa-nos que ele foi culpado de muitos sacrilégios, aos quais Menelau deu seu consentimento. Muitos dos vasos do templo foram pilhados, e o povo opunha-se amargamente a Lisímaco. O povo reuniu-se a fim de pôr um ponto final à questão, mediante a violência. Lisímaco reuniu homens armados em número de três mil. As forças opostas chocaram-se. O povo venceu, e Lisímaco foi morto ao lado do tesouro.

LISTADOS

No hebraico significa precisamente isso. Trata-se de um vocábulo usado por sete vezes, a fim de descrever parte da aparência das ovelhas que se tornaram possessão de Jacó, enquanto trabalhava para Labão, seu tio (ver Gên. 30:35,39,40; 31:8,10, 12). Indica um animal de mais de uma cor. Mas, se essa variedade de colorido tinha a forma de listas, ou se a palavra deve ser entendida como vinculada à raiz hebraica que significa «amarrar», que alguns aceitam como a tradução correta, mas que outros consideram duvidosa, continua sendo questão debatida (cf. BDB, 785).

LISTRA

Ver o artigo geral sobre a **Licaônia**, o território onde ficava Listra.

Ver Atos 14:6; 8:21; 16:1,2; e II Tim. 3:11.

O local da antiga cidade era desconhecido e incerto até o ano de 1885, quando suas ruínas foram identificadas pelos arqueólogos, perto da moderna cidade de Catin. Fica cerca de trinta e quatro quilômetros a sudoeste de Icônio. Uma inscrição, ali encontrada, informa-nos que essa cidade se tornou colônia nos tempos do imperador Augusto.

Listra era uma obscura aldeia, nas altas planícies da Licaônia (próxima da moderna Hatum Sarai), que foi selecionada por César Augusto como local de uma dentre diversas colônias romanas, provavelmente com propósitos de melhorar a defesa. Inscrições até hoje existentes mostram-nos que naquela época havia ali uma comunidade que falava o latim. Paulo e Barnabé talvez tenham se dirigido para aquele obscuro lugar, na esperança de terem um ministério pacífico, isento das perseguições movidas pelos judeus, mas essa expectação estava fadada a não se cumprir. Naquela localidade havia uma população de origem grega e judaica (ver Atos 16:1), mas também havia uma substancial porção não helênica (conforme nos mostra o décimo primeiro versículo deste capítulo). Atualmente, no sítio de Listra, está a moderna cidade de Zoldera.

Não se sabe ao certo qual a localização das chamadas igrejas da Galácia, as quais são mencionadas na epístola de Paulo aos «Gálatas». Alguns eruditos acreditam que Paulo escreveu às igrejas localizadas principalmente em Listra, Derbe, Antioquia da Pisídia e Icônio, cidades do mais antigo território conhecido por Galácia. Esses estudiosos defendem a chamada «teoria da Galácia do Sul», a qual é defendida pela maioria dos estudiosos modernos. Mas outros crêem que o apóstolo Paulo escreveu para algumas cidades não designadas por nome, pertencentes à província romana da Galácia. Supostamente esse grupo de igrejas ficaria situado um pouco mais para o norte, sobre cujo estabelecimento não possuímos qualquer registro histórico escrito. A província romana da Galácia derivou o seu nome do menor e mais nortista distrito da Galácia, que foi incluído na província romana do mesmo nome, que igualmente incorporava o Ponto, a Frígia, a Licaônia, a Pisídia, a Paflagônia e a Isáuria. (Quanto a outros estudos sobre a questão para quem Paulo teria escrito sua epístola intitulada *Aos Gálatas*, ver as notas expositivas em Atos 13:13 no NTI).

As jornadas de Paulo e Barnabé, levavam-nos agora para uma área mais selvagem, menos civilizada. A cadeia do Tauro separa essa antiga área da região mais bem cultivada da Cilícia e da Pisídia. A área em que agora adentravam foi descrita, por antigos escritores, como ressequida, desnuda de árvores, destituída de água potável, coberta de diversos lagos salgados. Ovídio (*Metaph.* viii.621), com base em suas observações pessoais, diz-nos que aquela era uma terra

Onde homens antes habitaram, onde se vê um lago lamacento,
Onde galeirões e alcaravões buscam a água esverdeada.

No que diz respeito às descrições dessa área, feitas por *Estrabão*, ver xii.6 de suas obras.

Nessa região de Listra o judaísmo era débil. Esse território selvagem não conseguiu atrair numerosa população judaica, embora a passagem de Atos 16:1-4 mostre que mesmo assim habitavam ali alguns judeus. Não há menção de qualquer sinagoga, quer em Listra ou em Derbe; contudo, se havia qualquer população judaica, então também havia alguma sinagoga.

Seja como for, parece-nos que, pela primeira vez, o apóstolo Paulo começou um trabalho de evangelização sem dirigir-se, «primeiramente», aos judeus, conforme sucedeu sempre em outras paragens, nas quais ele se dirigia, antes de tudo, à sinagoga judaica.

Paulo conheceu a Timóteo em Listra (ver Atos 16:1), sendo notável que lhe fora permitido chegar à idade adulta sem jamais ter sido circuncidado, embora sua mãe fosse judia. Isso demonstra quão menos proeminente e forte deve ter sido o judaísmo naquela região. Quão estranho, pois, que Paulo, a fim de agradar à exígua população dessa área, tenha feito Timóteo circuncidar-se! É possível que durante esse período Paulo se sentisse *exausto da batalha*, tendo feito uma concessão que jamais teria feito, quando menos exposto ao cansaço por causa do trabalho e das asperezas encontradas.

Paulo e Barnabé também trabalharam nas áreas ao derredor, cobrindo áreas ainda de menor importância, como as aldeias interioranas; e esse trabalho, quase certamente, se desenvolveu entre uma população puramente gentílica. Timóteo e Gaio são os convertidos mais bem conhecidos que resultaram dessa obra, nessas duas cidades de Listra e Derbe, bem como no território em geral. (Os trechos de Atos 16:1 e *s*, e 20:4 devem ser examinados quanto a isso). A julgar por essas descrições bíblicas, os missionários cristãos devem ter passado um tempo considerável naquela região.

LITANIA

Essa palavra vem tanto do grego **litaneía**, quanto do latim, *depracatio litania*, «oração». A raiz é o termo grego *lité*, «oração». Uma litania é uma forma litúrgica de oração, que consiste em uma série de diferentes súplicas, proferidas pelos clérigos, após o que o coro ou a congregação repete uma parte responsiva. Nas religiões pagãs misteriosas já havia esse tipo de ladainha, antes do surgimento do cristianismo. E, no cristianismo, essa forma litúrgica começou a ser usada pelos fins do século IV D.C., em Antioquia, ou, então, no século V D.C., em Roma. Na Igreja Ortodoxa Oriental, essa forma tornou-se e continua sendo uma parcela importante do culto. No Ocidente, as litanias tornaram-se uma cerimônia distinta, usada em procissões como a de 25 de abril, durante os dias da rogação ! (segunda, terça e quarta-feira anteriores ao dia da Ascensão do Senhor), ou em períodos de perigo iminente. A chamada Litania dos Santos começou no século V D.C., aparecendo no rito do Sábado Santo da missa católica romana.

Várias litanias tornaram-se populares durante a Idade Média, como a litania de Loreto (vide) e a

litania do Nome Santo (vide). Na Igreja Anglicana, adotou-se uma litania para o Domingo da Eucaristia e diversas diferentes para outras ocasiões especiais.

LITEIRA

No hebraico, **sab** (Isa. 66:20). Tratava-se de uma armação com longas varas horizontais, puxada por animais de tração ou por homens. Isaías diz que trarão pessoas em vários animais, carruagens e liteiras, para que adorem e recebam instrução espiritual. O trecho de II Macabeus 9:8 nos diz como Antíoco foi transportado pomposamente em uma liteira. O trecho de Can. 3:7,9 fala sobre um certo tipo de liteira (no hebraico, *aphiryon*; no grego, *porion*), que era uma espécie de canapé móvel, e não uma carruagem, embora nossa versão portuguesa traduza essa palavra por *liteira* (no vs. 7) e por *palanquim de madeira* (no vs. 9). É possível que se trate de uma espécie de trono transportável. Talvez fosse levado por homens ou por animais. A palavra hebraica *shibreeyeh*, que nunca figura no Antigo Testamento, era uma espécie de liteira puxada por um camelo.

LITERATURA, A BÍBLIA COMO

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. O Estudo da Bíblia como Literatura
III. Qualidades Literárias da Bíblia
IV. A Influência Exercida pela Bíblia

I. Caracterização Geral

Alguns documentos religiosos têm somente essa qualidade, são «religiosos». Não se destacam como grandes obras literárias. Mas há outros desses documentos, incluindo a Bíblia hebreu-cristã, que são universalmente reconhecidos como grandiosas obras literárias, e não apenas documentos religiosos puros e simples. A literatura de boa qualidade é assinalada por certo número de características (o que comentamos na seção III), por sua notória influência (o que comentamos na seção IV) e, igualmente, pela universalidade de sua mensagem. As universidades sentem-se na obrigação de ensinar peças de literatura religiosa que são grandiosas em si mesmas, sem qualquer ligação com a propagação de teologias ou filosofias de vida. Minha experiência pessoal ilustra a questão. Na Universidade de Utah, nos Estados Unidos da América do Norte, onde recebi meu doutorado, o Departamento de Filosofia contratou um professor para dirigir os estudos do Novo Testamento, em face de suas idéias filosóficas, que têm influenciado tantos milhões de pessoas. O Departmento de Línguas também ensinava ali a Bíblia como literatura; e outros departamentos daquela Universidade estavam envolvidos na mesma atividade. Um certo professor universitário que conheci, declarou: «Ninguém completou ainda sua educação, se desconhece a Bíblia». E essa é uma declaração realista, porquanto muito da cultura ocidental está alicerçado sobre os conceitos bíblicos. O Novo Testamento já foi traduzido para mais de mil línguas e cerca de dois mil dialetos, um tributo que nenhum outro documento escrito tem merecido. A Bíblia é uma literatura vigorosa, razão pela qual tem exercido uma longa e profunda influência sobre muitos e variegados povos e culturas. Esse *universalismo* da Bíblia mostra que ela é uma literatura de grande valor.

A Bíblia reivindica para si a distinção de ser a única obra literária inteiramente escrita sob a divina inspiração. O trecho de II Tim.3:16 é o mais conspícuo dessas declarações, onde se lê: «Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça». Todavia, ao que parece, essa afirmação refere-se às Escrituras do Antigo Testamento apenas, pelo menos na opinião de alguns estudiosos. E, apesar de, nesse caso, não haver reivindicação similar no tocante ao Novo Testamento, deveríamos lembrar-nos de vários fatores: *primeiro*, homens como Paulo tinham visões e outras experiências extáticas que lhes davam informações que foram preservadas sob forma escrita. *Segundo*, apesar dessas experiências nem sempre estarem por detrás do que é dito no Novo Testamento, as experiências religiosas e o conhecimento espiritual de seus autores, por si mesmos, fazem do Novo Testamento um documento espiritual distintivo. *Terceiro*, temos a considerar que houve a direção imprimida pelo Espírito de Deus, o que levou a nova religião a ultrapassar ao judaísmo. Certamente esse é um dos temas dos evangelhos, especialmente do de João, sendo também a idéia principal do livro aos Hebreus. *Quarto*, o Novo Testamento é aquela coletânea de livros que salienta as declarações, os princípios espirituais e a inspiração da pessoa de Jesus, o Cristo—e esse é o principal fator que engrandece o Novo Testamento. Conclui-se daí que qualquer documento escrito estribado sobre tais qualidades, não poderia deixar de ser notável como obra literária, inteiramente à parte de seu conteúdo teológico. Além disso, deve-se observar que a teologia (as idéias espirituais, a fé religiosa, etc.) por si mesma faz parte importante de qualquer cultura; e, em alguns casos, a teologia é o centro em torno do qual toda uma cultura tem sido arquitetada e levantada, como é o caso da cultura dos hebreus.

II. O Estudo da Bíblia Como Literatura

1. *O Prestígio da Bíblia nas Universidades.* A maioria das universidades exibe o bom senso de incluir cursos sobre a Bíblia. Inúmeras instituições de ensino superior têm dado aos estudos bíblicos uma posição cêntrica nos seus currículos. Já falei sobre isso na primeira parte do ponto I. A influência da Bíblia é tão decisiva em nossa cultura que ninguém pode afirmar que é, realmente, uma pessoa bem informada e educada, a menos que tenha, pelo menos, um conhecimento geral sobre a Bíblia, como literatura.

2. *Uma história momentosa* destaca-se por detrás da Bíblia. Com freqüência, a cultura ocidental tem sido chamada de judaico-cristã. Isso é assim porque a história tem-se desenrolado de tal modo, formando a nossa cultura ocidental, que muito tem dependido da influência do judaísmo e, então, da influência avassaladora e perenemente presente dos conceitos cristãos. Um longo período da história da Europa foi inteiramente dominado pela Igreja Católica Romana, o que não teria sido possível não fora o poder do Livro que continua a controlar as mentes de milhões e milhões de pessoas — em nossa cultura ocidental. A educação de uma pessoa não se completará sem que ela tome conhecimento da Bíblia, ainda que seja como mera literatura. Há algumas décadas atrás, a educação, em nosso mundo ocidental, começava pela Bíblia e pelos escritos clássicos gregos e romanos e, então, ia-se expandindo por outras áreas, incluindo questões como gramática, retórica, filosofia e outros cursos de humanidades. Com o surgimento das ciências, porém, essa ênfase foi sendo modificada para as matérias de cunho mais técnico e científico. Em nosso país, por exemplo, há um quarto de século havia cursos clássicos de 2º grau, onde se estudavam ainda matérias como filosofia preliminar. Mas, o militarismo que dominou o Brasil

durante duas décadas deixou somente o curso científico de 2º grau, com o nome de Colegial. No entanto, esboça-se um retorno ao estudo de humanidades no Brasil, conforme se fazia antes. Se isso não se concretizar, só teremos a lamentar, pois a educação do povo brasileiro muito sofrerá com isso, porquanto cada vez mais abaixa de nível. Apesar de tudo, não se pode negar que continua de pé, em toda parte, a influência inegável da Bíblia. A história de Jesus continua sendo a mais extraordinária história que já foi contada.

3. *Literatura Significativa*. Cerca de quarenta autores diferentes, durante um período de mil e trezentos anos (talvez até mesmo quinze séculos), produziram a Bíblia Sagrada. O chamado cânon palestino incorporava os trinta e nove livros tradicionais do Antigo Testamento, formando um único volume literário. O cânon alexandrino, porém, adicionou a isso outros doze ou catorze livros. No caso do Novo Testamento, chegou-se ao consenso de ser formado por vinte e sete livros, embora esse número não tenha sido aceito imediatamente. Ver o artigo separado sobre o *Cânon*. O resultado foi que desse modo se formou uma distintiva coletânea de livros, sem igual em toda a história do mundo, se julgarmos a mesma em termos de influência e durabilidade. A Bíblia é uma literatura grandiosa em vários sentidos. Ninguém pode negar a notável exatidão histórica do Antigo e do Novo Testamentos. Os livros poéticos da Bíblia são excelentes como literatura poética. A palavra firme dos profetas é outro ponto alto. Não podemos esquecer a incomparável história de Jesus de Nazaré; nem os poderosos escritos doutrinários dos apóstolos de Cristo; e nem a tradição profética, que continua no Novo Testamento, cujo ponto culminante é o livro do Apocalipse, o produto acabado da tradição apocalíptica judaico-cristã. Isso posto, a literatura bíblica combina as qualidades estéticas, éticas, religiosas e espirituais, formando a maior produção literária que já se formou à face da terra.

4. *Uma Mensagem Significativa*. Os críticos arrogaram-se a tarefa de examinar e explicar a Bíblia como se fosse uma obra literária qualquer. Apesar desses esforços terem produzido muitas conclusões valiosas, tais críticos deixaram de reconhecer o real e mais profundo valor da Bíblia. Assim, C.S. Lewis, em seu volume, *Modern Theology and Biblical Criticism*, vergastou críticos como Rudolf Bultmann e Alec Vidler, por não terem apreciado devidamente o valor literário da Bíblia. Declarou ele: «Sem importar o papel desses homens como críticos da Bíblia, não confio neles como críticos. Parece-me faltar-lhes a capacidade de fazer um bom juízo literário, mostrando-se indiferentes diante da qualidade literária dos textos que liam». Além disso, Lewis criticou-os por não terem reconhecido o caráter dinâmico das narrativas neotestamentárias sobre Jesus, o que aponta para a historicidade daqueles acontecimentos narrados, porquanto, na opinião deles, tudo não passaria de lendas e mitos. Lewis, uma figura de boa estatura literária no mundo de fala inglesa, era bom conhecedor de todas as variedades literárias, e afirmou saber quando se defrontava com algum mito; no entanto, estava certo de que não lia mitos, quando tinha à sua frente o Novo Testamento.

Os mitos podem formar uma literatura divertida e engenhosa; mas nunca nos transmitem uma mensagem significativa, solidamente apoiada sobre a história, sobre acontecimentos reais. Ora, o relato sobre Jesus Cristo é uma história humana, porquanto, sendo ele Deus, veio identificar-se em tudo com os homens. Enfrentou as mesmas provações e retrocessos que eles. Pregou a sua mensagem de vida e salvação. Morreu de forma vergonhosa, mas reverteu tudo isso com sua ressurreição dentre os mortos. Isso, por sua vez, injetou extraordinário poder à sua mensagem. Homens acovardados, que O tinham abandonado em seu momento mais crítico, ressurgiram como leões que rugem, e não demoraram a começar a propagar a vitória sobre a morte por todos os países e povos do mundo então conhecido. E essa marcha cristã até hoje não parou, porquanto a mensagem de Cristo é, deveras, poderosíssima.

III. Qualidades Literárias da Bíblia

1. *O Contexto Teísta da Bíblia*. A Bíblia começa situando o homem dentro do contexto teísta. Deus existe; ele criou tudo, ele está interessado pela vida humana; ele faz intervenções; ele galardoa e pune. A Bíblia, assim sendo, desde o começo adquiriu a qualidade de uma literatura realista, que dá ao homem o lugar que ele ocupa, realmente. O homem, por sua vez, não é um ser independente; nem está sozinho no universo. Além disso, tem um destino. A literatura de boa qualidade, como um de seus predicados, destaca fatos significativos e outras diretrizes para a conduta humana. É o que faz a Bíblia. Ver os artigos intitulados *Teísmo* e *Deísmo*.

2. *A Universalidade da Bíblia*. Um dos pontos significativos acerca de Bíblia como literatura, é o seu apelo e a sua influência universais. A literatura de qualidade influencia os homens; e nenhum outro documento mostra-se mais influente do que a Bíblia. Embora escrita quase inteiramente por judeus (a única exceção sendo Lucas, autor do evangelho que tem seu nome e do livro de Atos), não é um livro ao qual se possa aplicar o adjetivo de provincial. «A Bíblia é possuidora de uma universalidade que a coloca à base ou à testa, ou em ambas as posições, de toda a literatura moderna» (A.S. Cook, *Cambridge History of English Literature*, vol. IV, pág. 31).

3. *A Mensagem Mística da Bíblia*. Platão raciocinava diante de homens inteligentes. Meus alunos (sou professor universitário) têm-se queixado de que é difícil compreender os diálogos platônicos. É verdade que alguns desses estudantes são negligentes; mas, por outra parte, não é fácil acompanhar os raciocínios de Platão, a menos que se conte com a ajuda de um professor, sempre disposto a ajudar. Platão produziu uma literatura imortal, uma mensagem que deveria ser ouvida. Porém, somente certas pessoas estão aptas a ouvir a sabedoria de Platão. Por outra parte, a mensagem mística dos profetas facilmente penetra nos corações das massas populares. A mensagem da Bíblia pode ser percebida pela reação intuitiva do coração humano, conforme reconhecem todos aqueles que estão afeitos à sua leitura. «O coração tem razões que a razão desconhece... É o coração, e não a razão, que experimenta Deus» (Pascal, *Pensées*, nos. 277, 278). Apesar dessa apreciação conter um certo exagero, porquanto Deus deu-nos a razão a fim de que pudéssemos conhecê-lo racionalmente, ainda assim há uma verdade básica nessa declaração de Pascal.

4. *Sublimidade*. Como estudante e, subseqüentemente, como professor, tenho lido muito os clássicos gregos e romanos. Essa literatura é bela e grandiosa. Há muitos e dignos livros dessa categoria. Ao afirmar isso, entretanto, em nada quero detratar a Bíblia, como literatura. Os salmos são universalmente reconhecidos como obras-primas poéticas, e nenhuma outra escrita jamais ultrapassou ao livro de Jó como poesia. O Espírito de Deus fala através dos escritos dos profetas, e as mensagens deles, embora antigas, são perfeitamente atuais, porque abordam problemas

humanos de todas as gerações. Os evangelhos, no Novo Testamento, criaram um novo gênero literário. Penso que não foi difícil criar esse gênero literário, porquanto eles tinham a história de Jesus Cristo para contar, que não podia mesmo ser narrada de maneira comum. As epístolas de Paulo nunca foram ultrapassadas como instruções espirituais. Essas epístolas formam um manual de idéias éticas e religiosas. O próprio Paulo foi autor de considerável habilidade literária, inteiramente à parte do fator da inspiração divina.

5. *Compromisso com a Verdade*. Foi dito acerca do filósofo *Fichte* (vide) que ele filosofava com os punhos sobre a mesa. Isso é uma expressão idiomática que significa que o que ele dizia era para ser aplicado, de modo prático, à maneira como os homens vivem. Quanto a isso, a Bíblia se destaca dentre toda outra literatura. A Bíblia é inflexível em sua busca pela verdade, e essa verdade é sempre aplicada às vidas humanas de maneira prática. J.B. Phillips, que produziu uma tradução do Novo Testamento para o inglês, afirmou que sentia que a sua vida fora transformada, devido aos anos de labor que passou na tradução. Conforme afirmou certo autor, a Bíblia envolve uma «alta seriedade», e essa seriedade reflete as «profundezas de Deus» (ver I Cor. 2:10). Há uma curiosa declaração de João Bunyan, autor do notável «O Peregrino», que ilustra o ponto. Essa declaração aparece no seu livro, *Graça Abundante*: «Deus não estava brincando quando me convenceu; o diabo não brinca quando me tenta. Portanto, não posso brincar em meus relacionamentos com eles; antes devo ser direto e simples, apresentando as questões tal e qual elas são».

6. *Formas Literárias*. A Bíblia é uma coletânea de formas literárias, todas as quais nos apresentam a mensagem espiritual. Ali temos história, teologia, profecia, poesia de vários tipos, cartas, declarações extáticas, relatos ilustrativos, parábolas, discursos, teses, sermões e discursos retóricos. Os evangelhos formam um gênero literário sem igual, o que comento no ponto 7, abaixo.

Ilustração:

História. Gênesis, Êxodo, I e II Samuel, I e II Reis, I e II Crônicas. É bem reconhecido o fato de que os judeus eram historiadores sérios, e que, começando em cerca de 1000 A.C., a história bíblica passou a adquirir um elevadíssimo grau de exatidão. No Novo Testamento, isso se repete nos evangelhos e em Atos.

Profecia. Os profetas Maiores e Menores, cujos livros formam um importante bloco no Antigo Testamento. A história e a arqueologia têm demonstrado a notável exatidão das tradições proféticas do Antigo Testamento. O Apocalipse é o único livro profético do N. Testamento. Quase toda a mensagem desse livro ainda aguarda cumprimento, embora, mui significativamente, os místicos modernos confirmem que, em seu *esboço geral*, esse livro seja exato, concordando com o esboço geral das profecias bíblicas.

Literatura de Sabedoria. Provérbios, Eclesiastes e Salmos fazem parte desse tipo de literatura. E, no período intertestamental, esse gênero literário foi ainda mais amplamente desenvolvido. A leitura desses livros impressiona muito aos seus leitores atentos. São verdadeiramente ricos.

Poesia, Em Suas Várias Formas. Poesia Lírica (Êxo. 15:1-18; Juí. 5; Isa. 5:1-7). Muitos salmos podem ser assim classificados, como os Salmos 1, 19, 23, 46, 90 e 139. A poesia lírica é aquela que é recitada juntamente com a lira e outros instrumentos musicais. *Poesia romântica* (Cantares de Salomão). *Poesia dramática* (Jó). *Poesia litúrgica* (muitos Salmos, como 120—134). *Poesia didática* (Sal. 119). *Poesia épica* (Gên. 1—11; 37—50).

Lei. A legislação mosaica é um complexo sistema legal, incorporando, para dizer a verdade, muitos preceitos comuns às sociedades semitas, embora também tivesse desenvolvido conceitos legais em várias direções. Talvez coisa alguma tenha influenciado tanto a cultura ocidental quanto a legislação mosaica.

Biografia. Isso representa uma boa parcela da Bíblia, como I Sam. 16:1; I Reis 2—11; e os livros de Rute, Ester, Esdras e Neemias.

Parábolas. Eze. 17:1-10 e as muitas parábolas de Jesus, nos evangelhos.

Sermões. Deu. 1:1—4:40; Mat. 5—7; Atos 7.

Discursos Teológicos. O livro aos Hebreus.

Epístolas. As de Paulo, de Pedro, de Tiago, de Judas e de João.

7. *Os Evangelhos como um Gênero Literário Distinto*

Não há outra literatura exatamente como a dos **quatro evangelhos**. Apesar de consistir em história e em crônicas, também consiste em instruções teológicas e em elevadas mensagens espirituais. Os três evangelhos sinópticos são, essencialmente, narrativas históricas; e o quarto evangelho, de João, se excluirmos suas porções históricas, é um evangelho teológico. Porém, a seleção de eventos históricos, que seu autor fez, dão apoio notável à sua mensagem teológica. Os evangelhos também envolvem sermões, instruções didáticas e parabólicas. O problema enfrentado pelos quatro evangelistas foi o de explicar quem é Jesus, e como ele realizou o que realizou. Por detrás de tudo isso avulta o problema da natureza da *encarnação* (vide), isto é, como Deus manifestou-se em carne humana, e como o Logos divino tornou-se o Cristo. A explicação dessa profunda questão teológica foi feita em meio a uma narrativa, a narrativa sobre Jesus. «O intuito inerente do Novo Testamento é apresentar Cristo como um Ser *sui generis*, divino e humano, ao mesmo tempo» (R.M. Frye).

8. *Fatores da Educação*. A despeito das modernas formas de comunicação em massa, a literatura continua sendo a forma mais eficaz de comunicação. Onde quer que chegasse a atividade missionária cristã, ali também chegava a educação, mesmo no caso dos povos mais primitivos, o que prossegue até os nossos dias. A Bíblia tem servido de alicerce dessa educação. Apesar das ciências terem dominado o campo de educação, de algumas décadas para cá, nos países mais desenvolvidos, a qualidade educativa da Bíblia, como literatura, nunca se perdeu ou se tornou obsoleta. A United Bible Societies informou o público que, até 1973, a Bíblia inteira já havia sido traduzida para duzentos e cinqüenta e cinco idiomas, e que o Novo Testamento somente já fora traduzido para mais de mil idiomas, ao passo que porções da Bíblia já haviam sido traduzidas para mais de mil e quinhentos idiomas e dialetos. A tradução da Bíblia para o alemão, feita por Lutero, unificou essa língua, tornando-se tal tradução a mãe do alemão moderno. O trabalho de Adonirão Judson, ao traduzir a Bíblia para o burmês, resultou em conferir ao povo que fala aquele idioma uma forma escrita de sua língua. E outro tanto tem acontecido no caso de vários outros idiomas.

IV. A Influência Exercida pela Bíblia

As pessoas escrevem peças literárias a fim de

comunicarem suas idéias e influenciarem outras pessoas. Os livros que ficam encalhados não conseguem fazer esse trabalho de comunicação e influência, sem importar quão bons possam ser. A Bíblia é o permanente sucesso de livraria, ano após ano. Seu apelo nunca se perdeu. A maior vendedora de Bíblias no Brasil é a Rodoviária de São Paulo; e não poderia mesmo ser diferente, porque a Bíblia é o livro das massas, e a maior de todas as influências literárias isoladas sobre as pessoas. A Bíblia edificou a Igreja, e durante mil anos de história européia, a Igreja dominou a Europa, em grande parte devido à influência da Bíblia. Apesar do neopaganismo que se instalou nas sociedades modernas ter diminuído um pouco a influência da Bíblia, para nada dizer sobre o vasto movimento comunista ateu, essa influência continua sendo muito poderosa e generalizada.

A influência da Bíblia faz-se sentir, de forma óbvia, nas seguintes esferas: 1. acima de tudo, na esfera religiosa e teológica, que envolve a esfera maior da população total do mundo. 2. Em seguida, sobre outras formas de literatura. Muitos autores têm sentido a influência da Bíblia, e muitos deles citam ou reverberam passagens bíblicas na literatura que escrevem. 3. *No campo da lei.* Apesar das leis romanas exercerem vasta influência até hoje, essa influência tem sido amparada, em grande parte, pelas leis da Bíblia, que chegam a rivalizar com aquelas, quanto ao mundo ocidental. 4. *Na ética e na filosofia.* A Bíblia não é uma obra de filosofia, mas contém muitas idéias filosóficas que têm sido aproveitadas, modificadas ou negadas pelos filósofos. Embora a Bíblia não apresente um sistema ético, é, supremamente, um livro de ética; no Ocidente é o mais poderoso manual de ética que existe. 5. *No campo da espiritualidade.* O homem, em última análise, é um espírito, e não um corpo físico. Isso se reveste de importância suprema, porquanto promove a espiritualidade humana, o que lhe fornece instruções, fala sobre o futuro e lhe acena com a esperança da redenção. Esses são os assuntos sobre os quais a Bíblia se especializa. (AM CAM E LEW(1967) Z)

LITERATURA APOCALÍPTICA

Ver **Apocalipse** seção I e **Apocalípticos, Livros.**

LITERATURAS SAGRADAS

1. *Teísmo, e Não Deísmo*

Na maioria das fés religiosas, as *literaturas sagradas* ocupam um importante papel. Quase todas as religiões partem do pressuposto de que o *teísmo* exprime uma verdade, em oposição ao *deísmo*. O pressuposto básico do teísmo é que Deus existe, que ele revela a sua vontade, bem como o conhecimento espiritual e princípios éticos, que ele intervém na história da humanidade, recompensando e castigando. Por outra parte, o deísmo diz que apesar de Deus (ou alguma força cósmica superior) poder existir, ele não está nem um pouco interessado pelos homens, tendo entregue a criação ao sabor das forças naturais.

Ver os artigos sobre o *Teísmo* e o *Deísmo*.

2. *Os Sistemas Teístas*

Deus, a Fonte
da Vida e da Informação
Revelação aos Profetas
Comunicação Oral ou Escrita
aos Discípulos
Produção de Livros Sagrados
A Igreja, Guardiã
da Mensagem Revelada.

Como é fácil ver, uma parte crítica da crença teísta é a comunicação da mensagem revelada através de livros, que consolidam aquela mensagem dada por ocasião da *revelação* (vide). A revelação é uma subcategoria do *misticismo* (vide), pelo que é um conceito fundamental na maioria das fés religiosas. A definição fundamental do misticismo é que é possível à alma humana obter alguma forma de contato com um ser ou seres superiores ao próprio indivíduo. Isso pode ocorrer de forma *objetiva*: o ser ou seres são externos à existência de quem recebe o contato. Ou pode ocorrer de forma *subjetiva*: o ser contatado é o próprio «eu» superior do indivíduo. O misticismo objetivo é do Ocidente. O misticismo subjetivo é típico do Oriente.

3. *Antiguidade das Literaturas Sagradas*

O sentimento religioso (algumas vezes com revelações francas) sempre inspirou os homens a escreverem. A arqueologia tem mostrado que nada é tão comum, nos escritos da antiguidade, como mandamentos religiosos, relatos, fórmulas de adoração e alegadas idéias dadas pelos deuses ou espíritos. Uma casta sacerdotal, com freqüência, acompanhava esses escritos sagrados. Eles eram os intérpretes, os mestres e aqueles que punham em vigor os ensinamentos contidos naqueles escritos. Assim, encontramos lendas, estórias sobre heróis, cerimônias, encantamentos, agouros, hinos, códigos morais e instruções para a religião prática, alicerçada sobre esse material. Com freqüência, elaborados sistemas de transmissão das idéias religiosas eram estabelecidos, como de pai para filho, formando castas sacerdotais. Os *ritos de iniciação*, por igual modo, com freqüência, acompanhavam a entrada de novos membros. Algumas vezes, os reis se tornavam os chefes da classe sacerdotal, bem como os chefes das comunidades seculares.

4. *Classes de Literatura Sagrada*

a. Antes de tudo, há a revelação ou invenção original, que então assume a forma de um cânon de escritos autorizados. As pessoas envolvidas nisso são os mestres ou profetas originais, que se tornam os heróis da fé.

b. Em seguida vêm à tona os comentários, as tradições e um contínuo desenvolvimento literário, que serve para explicar e reforçar a revelação (ou invenção) original. Usualmente, as pessoas envolvidas nesse processo não têm a aura de autoridade dos profetas ou mestres originais. Essas pessoas são intérpretes, e não originadoras.

5. *Alguma Literatura Sagrada Específica*

a. Os escritos sagrados dos babilônios e egípcios.

b. O Antigo Testamento dos hebreus. Ver o artigo sobre o *Antigo Testamento*.

c. As obras de Homero, a *Ilíada* e a *Odisséia*, a «Bíblia dos gregos».

d. O *Rig, Yajur* e *Sama Vedas* (o tríplice Vedas) dos hindus. Um quarto veda, chamado *Atharva*, foi adicionado posteriormente. Então surgiram obras como *Brahmanas, Aranyakas* e *Upanishads*, de tal modo que, nessa cultura, desenvolveu-se um conjunto de livros sagrados bem complexo e completo. Outrossim, temos a considerar os grandes livros épicos do hinduísmo, chamados *Mahabharata, Ramayana* e *Puranas*, que têm servido como a Bíblia do hinduísmo popular. Esses épicos eram, originalmente, baladas heróicas. Porém, os sacerdotes do hinduísmo transformaram-nos em poemas religiosos, que falam sobre a salvação e a devoção religiosa. As *Puranas* encerram elementos que equivalem ao livro de Gênesis dos hebreus, ou seja, tentativas para

explicar a origem das coisas. Nessa obra, também vemos o surgimento de deuses populares, como Visnu e Siva, que passaram a ser exaltados acima de outros.

e. As escrituras do *jainismo* são chamadas *Agamas*. Essa tradição foi fixada em cerca de 300 A.C. Seguiram-se as revisões, até 454 D.C. Essa coletânea de literatura sagrada compõe-se de onze *angas* (uma décima segunda *anga* perdeu-se); de seis *cheda sutras* e de quatro *mula sutras*. Essas obras exibem os elementos essenciais da religião, do ponto de vista sobre o mundo, da salvação, das ordens monásticas, da ética e dos costumes religiosos. Além disso, há os livros de doutrinação e disciplina, as Upangas e as Painass. Nessas últimas obras há ensinamentos astronômicos, astrológicos, fisiológicos e geográficos, em meio a muitos ensinamentos e regulamentos religiosos.

f. O *budismo* teve um longo período de tradição oral. Mas sua massa de ensinos foi finalmente reduzida à forma escrita, nos fins do século I A.C. O *cânon* budista veio a incluir o que se conhece como «três cestas»: A *Tipitaka;* a *Suttaritaka* (em cinco livros), que têm muito do budismo original, as declarações do seu profeta e de seus discípulos imediatos; e a *Vinaya-Pitaka*, que consiste, principalmente, em um manual sobre o ofício e a disciplina dos monges. A obra *Abidhamma-Pitaka* é uma edição posterior, à qual foi adicionado muito de doutrina, filosofia e ética.

A mais antiga expressão do **budismo** (vide) era denominada **Hinayana**. Depois apareceu o **Mahayana**, de inclinações mais metafísicas. Então surgiram em cena outros livros sagrados. Isso tornou-se necessário para exprimir a mensagem budista. Foram escritas três biografias de Buda (com as doutrinas acompanhantes), a saber, o *Maha-'vastu;* o *Buddhacharita* e o *Lalita Vistara*. Então foram compostos muitos *sutras*, dentre os quais o mais importante chama-se *Saddharma-Pundarika* (Loto da Boa Lei), onde Buda aparece pregando sua mensagem com a ajuda de muitos seres celestiais. O *Prajnaparamita* consiste em textos filosóficos, procurando explicar o Nirvana. O *Dasabhumisvara* explica os dez estágios do caminho que leva a Buda. O *Samadhi-raja* explica a prática da meditação. O *Karandavyuha* louva a Avalokitesvara, sua providência e sua misericórdia. O *Sukhavativyuha* refere-se à graça salvadora e às glórias do paraíso.

g. Os *sikhs* (vide) contam com o seu *Adi-Granth*, uma coleção de escritos de seus primeiros cinco *gurus*. Tudo começa com *Nanak*, que nasceu em 1469 D.C. A partir do século XVII D.C., essa literatura sagrada tomou o lugar de gurus vivos, passando a ser considerada como uma revelação divina.

h. O *zoroastrismo* (vide) não obteve seu cânon de literatura sagrada senão já no século IV D.C. Mas isso consta apenas de uma reconstituição fragmentar do *Avesta* original. Ali acha-se a parte chamada *Yasna* (registros relativos à moralidade, à teologia e ao cerimonial). Também encontramos ali as *Gathas*, uma parte atribuída ao próprio Zoroastro. A porção intitulada *Visparad* consiste em invocações; as *Yashts* são hinos de louvor; os *Nyaishes* e *Gahs*, são litanias; o *Vendidad* consiste em um .código sacerdotal. Materiais posteriores incluem a parte chamada *Dinkart*, lendas e idéias filosóficas; as partes chamadas *Bundahishm* e *Arda Viraf Nameh* incluem cosmogonia, cosmologia, escatologia e ensinamentos afins. Também há uma porção de nome *Shikand Gumanik*, que tem explicações e interpretações que refletem conflitos com o cristianismo e com o islamismo.

i. Os *chineses* produziram um complexo conjunto de livros. Mas, essencialmente, temos ali o que se chama de *Cinco Clássicos* e *Quatro Livros*. Os clássicos são os seguintes: o *Shu-Ching* (um livro de história); o *Shih-Ching* (um livro de trezentas e cinco odes, poemas dos mestres, e algumas odes cerimoniais); o *I Ching* (livro das mudanças, uma antiga técnica adivinhatória, conselhos e avaliações práticas); o *Li Chi* (usos cerimoniais e regras de propriedade); o *Ch'un Ch'iu* (anais do estado de Lu; 722—484 A.C.). Os *Quatro Livros*, por sua vez, são os seguintes: o *Lun-Yu* (analectos, as conversas entre Confúcio e seus discípulos); o *Ta Hsueh* (a grande erudição, amor, virtudes, a busca pelo bem maior); o *Chung Yung* (doutrina do meio-termo; regras para a conduta moderada do homem bom; regras para a harmonia social e a ordem cósmica). Finalmente, há as discussões de *Mêncio*, uma coletânea de raciocínios e ensinos de natureza política, moral e filosófica.

O *Tao Te Ching* é a obra clássica da antiga escola taoísta. Há aforismos e ensinos sobre o *Tao*, o cósmico final, e o *Te*, a manifestação de Tao na sociedade humana e nos seres humanos.

j. *Islamismo*. O *Alcorão* (vide) de Maomé, a revelação dada por Allah, o único Deus. Essas mensagens teriam sido mediadas pelo anjo Gabriel. Para o islamismo, o Alcorão representa tudo: religião, filosofia, ética e orientação política.

1. O *xintoísmo* japonês tem o seu *Kojiki* (712 D.C.) e o seu *Nihongi* (720 D.C.) como seus principais textos sagrados. Esses livros registram a história antiga, de mistura com lendas, estágios de divindades e ensinamentos religiosos. O *Engishiki* (século X D.C.) descreve as cerimônias oficiais do xintoísmo. Parte dessa obra é o *Norito*, um livro de encantamentos rituais. Um dos ensinos fundamentais do xintoísmo, a respeito da divindade do imperador, faz parte da herança dessa literatura.

m. O *Novo Testamento* é a coleção sagrada principal dos cristãos. Cada livro dessa coletânea merece um artigo separado nesta enciclopédia, além de um artigo geral sobre o próprio Novo Testamento inteiro.

n. *Modernas revelações* (cristãs?). Ellen G. White, líder e profetisa dos Adventistas do Sétimo Dia, reivindicava possuir revelações e iluminação divinas. Ver o artigo separado sobre ela. Joseph Smith, o profeta do mormonismo, afirmava ter recebido elaboradas revelações por meio de Moroni. Ver sobre o *Livro de Mórmon*. Várias outras figuras têm aparecido, reivindicando-se luminares, o que abordamos no artigo intitulado *Livros Apócrifos Modernos*. O movimento espírita dispõe de grande acúmulo de material recebido por intermédio dos médiuns, o que, para eles, constitui uma «terceira revelação». Ver sobre o *Espiritismo*.

6. *Avaliação*

Os pais gregos da Igreja diziam que o **Logos** implanta suas sementes (**logoi spermatikoi**) por toda a parte, não havendo razão para duvidar que as principais religiões do mundo (e talvez até entre as secundárias) não tenham recebido algumas informações genuínas da parte de Deus. A Bíblia ensina que a natureza é um dos meios usados por Deus para instruir aos homens, porquanto Deus deixou ali as marcas de seus passos. Sendo assim o caso, é possível que ele tenha deixado suas marcas em várias literaturas, embora somente muita investigação e sabedoria espiritual possam determinar até que ponto essa declaração é veraz. Há crentes que pensam que somente o Antigo e o Novo Testamento foram verdadeiramente inspirados por Deus, e que qualquer

outra literatura sagrada ou é fraudulenta em suas reivindicações, ou é mesmo obra de espíritos estranhos ou demoníacos. Essa é uma posição extrema. Há mesmo cristãos que estreitam esse escopo ao Novo Testamento, dizendo que a revelação dada aos hebreus (o Antigo Testamento) caiu na obsolescência. Minha própria experiência, porém, corre justamente no sentido contrário. Quanto mais aprendo, mais respeito as opiniões, as obras escritas e as instituições de outros. Algumas jóias verdadeiramente preciosas podem ser encontradas onde menos suspeitamos, e nem é mister aceitar um sistema a fim de extrair dali gemas preciosas. Creio, pois, no princípio da extração. A Bíblia ensina-nos uma unidade final de todas as coisas em redor de Cristo (ver Efé. 1:9,10). De fato, a isso chamamos de *mistério da vontade de Deus*. Para muitos crentes, o assunto continua desconhecido, ao mesmo tempo em que se apegam tenazmente a antigas idéias sobre o julgamento divino, como se a verdade de Deus não pudesse avançar. Ver sobre a *Restauração*, quanto àquilo que tenho a dizer sobre o assunto. Visto que, finalmente, haverá a unidade de tudo (no verdadeiro e divino movimento ecumênico), em torno de Cristo, é apenas razoável supormos que estaria havendo alguma preparação preliminar para isso. E parte dessa preparação pode ser a literatura sagrada dos vários povos, apesar de seus erros, superstições e falsidades óbvias, contidas nessa literatura sagrada, extrabíblica. (AM BALL E EP SB)

LITURGIA

Esboço:

1. Palavras e Usos no Novo Testamento
2. Definição Geral
3. Formas Históricas
4. Duas Divisões Litúrgicas Principais

1. *Palavras e Usos no Novo Testamento*

A palavra grega por detrás dessa transliteração é *leitourgía*, «obra pública» ou «dever público». A Septuaginta usa essa palavra no contexto religioso; e, então, o Novo Testamento utiliza-se dela por seis vezes: Luc. 1:23; II Cor. 9:12; Fil. 2:17,30; Heb. 8:6 e 9:21. Em Luc. 1:23 referindo-se aos dias de ministração ou serviço, prestado por Zacarias. Em outras passagens está em foco o serviço prestado por cristãos, em várias situações. O termo *leitourgós*, «servo», figura por cinco vezes no Novo Testamento: Rom. 13:6; 15:16; Fil. 2:25; Heb. 1:7 (citando Sal. 104:4) e 8:2. O adjetivo *litourgikós*, «ministradores», «serviçais», aparece em Heb. 1:14. Portanto, temos doze usos neotestamentários dessa palavra e seus cognatos.

2. *Definição Geral*

A liturgia é uma coleção de formas ritualistas prescritas, visando à adoração pública. Nas Igrejas grega e romana, essa palavra chega a ser usada como sinônimo de *eucaristia*. Em seu sentido mais lato, porém, refere-se à adoração pública em suas formas, em contraste com as devoções privadas. O Concílio Vaticano II, efetuado em 1963, referiu-se à questão em seu sentido mais amplo, em sua *Constitutio de Sacra Liturgia*. Estão em foco os ofícios divinos (horas, breviário), as litanias (vide) e as maneiras em que são administrados os sacramentos.

3. *Formas Históricas*

Essas formas emergiram nos séculos IV e V D.C. Na história da antiga Igreja, as coisas eram bem mais simples. O *Didache* (cerca de 100 D.C.) nos fornece as primeiras descrições não neotestamentárias. Justino Mártir (*Apol.* 65,67), em cerca de 160 D.C., descreveu as formas antigas da liturgia cristã. Hipólito (cerca de 220 D.C.) fez a mesma coisa em sua obra, *Anaphora*, que fazia parte de uma obra maior, chamada *Tradição Apostólica*.

Na história posterior da cristandade, temos as liturgias ocidental (latina) e oriental (grega). Tanto no Ocidente quanto no Oriente havia duas formas litúrgicas distintas.

a. Havia a liturgia *antioquiana* ou *síria*, conforme foi chamada nos escritos clementinos (Constituições Apostólicas, liv. 8). Também havia a chamada liturgia de *São Tiago*, praticada naquelas regiões. Daí é que se derivou o rito bizantino, o que se generalizou por toda a Igreja Ortodoxa Oriental. O rito antioquiano é usado somente pelos monofisistas sírios (também conhecidos como jacobitas).

b. A liturgia *alexandrina* ou *egípcia*, também era conhecida como liturgia de São Marcos. Essa é a forma até hoje observada pelos coptas ou abissínios.

c. A liturgia *galicana* incorporava as formas celta, moçarábica (na Espanha) e romanizada ou ambrosiana (Ambrósio de Milão). Não se conhece bem a origem do rito galicano. Finalmente foi absorvido pela missa católica romana, enriquecendo-o de pormenores.

d, A liturgia *romana*. Essa foi inicialmente usada no centro e no sul da Itália. Mas, aí pelo século VIII D.C., de mistura com o rito galicano, tornou-se mais generalizada.

A Reforma Protestante introduziu grandes modificações nas antigas liturgias. As figuras envolvidas nessas modificações foram Lutero (na Alemanha) Zwínglio (na Suíça), Bucer (em Estrasburgo, na Alemanha), Calvino (em Genebra, na Suíça) e Cranmer (na Inglaterra).

4. *Duas Divisões Litúrgicas Principais*

a. Havia a divisão dos catecúmenos, de natureza didática e exotérica. Elementos do judaísmo foram preservados nessa divisão. Essa liturgia utiliza as lições extraídas das Escrituras, dos salmos e de outras instruções religiosas.

b. Também havia a divisão dos fiéis. É nessa divisão que achamos os ritos do ofertório, da consagração, da comunhão, dos quais somente os fiéis já batizados podem participar. A eucaristia é o aspecto mais importante da liturgia católica romana. Em alguns lugares, os ritos que acompanham a missa são bastante complexos, tomando por empréstimo muitos elementos antigos. Ver o artigo sobre a *Missa*. (AM B C E)

LITURGIA (FORMA DE ADORAÇÃO DA)

A adoração litúrgica é aquela adoração efetuada segundo as formas litúrgicas. Ver sobre a *Liturgia*. Em contraste com isso, há a *adoração livre*, despida de formas litúrgicas. Vários grupos evangélicos seguem uma adoração livre. E toda devoção particular também é dessa natureza. No sentido mais estrito, a adoração litúrgica refere-se aos ritos elaborados em torno da eucaristia, na Igreja Católica Romana, nas Igrejas Ortodoxas Orientais e na Igreja Anglicana.

LITURGIAS GALICANAS

Essa expressão refere-se aos antigos ritos da Igreja Ocidental não romana, dos quais algumas características foram adotadas pelos ritos católicos romanos, quando, durante a Idade Média, os ritos romanos, finalmente, superaram os ritos galicanos.

LITÚRGICA

A litúrgica é a **disciplina teológica** que trata da adoração cristã, com os seus ritos e cerimônias. Estão envolvidos: 1. os textos e documentos litúrgicos; 2. os fatos litúrgicos, ou seja, as cerimônias propriamente ditas. O *método* seguido pela litúrgica é o método histórico. Esse estudo tenta descobrir como e onde se desenvolveu a liturgia cristã, para, em seguida, descrever seus usos e propósitos. Nessa pesquisa são empregadas tanto a crítica histórica quanto a crítica literária. Ademais, há o lado *prático* da litúrgica, os ensinos que explicam os usos e seu simbolismo, a aplicação prática do culto, o valor devocional buscado nessa prática. Na prática, a litúrgica é mais uma arte do que mesmo uma ciência.

LITURGIOLOGIA

Esse termo refere-se ao estudo histórico e teológico da liturgia. Ver os artigos *Liturgia; Litúrgica* e *Liturgia (Forma de Adoração da)*.

LIVINGSTONE, DAVID

Suas datas foram 1813 - 1873. Ele foi um missionário explorador dos interiores africanos. Nasceu na Escócia, perto de Glasgow. Trabalhou em uma fábrica de tecidos de algodão. Estudou teologia e medicina. Partiu para a África em 1840. A vida que ele passou na África foi um espetacular exemplo de coragem e graça cristãs. Ele foi um explorador pioneiro do continente africano. Ocupou-se ativamente em curas médicas e no ensino cristão. Seu trabalho e seus escritos foram fatores na abolição do comércio escravagista, tendo contribuído para a abertura da África ao resto do mundo. As explorações de Livingstone foram efetuadas de maneira científica, tendo lançado os alicerces para a geografia física e humana da África. Faleceu, entre seus amigos africanos, estando ajoelhado, em oração.

LIVRE-ARBÍTRIO

Esboço:

1. O Livre-Arbítrio é um Ensinamento Bíblico
2. O Livre-Arbítrio é uma Experiência Humana
3. Obrigação Moral Sem Livre-Arbítrio é um Absurdo
4. A Chamada ao Arrependimento e à Fé
5. Graça Geral
6. Significados Mais Amplos do Livre-Arbítrio
7. Livre-Arbítrio e Determinismo
8. Conceitos Relacionados
9. O Homem, um Ser Criativo

1. O Livre-Arbítrio é Um Ensinamento Bíblico

A mensagem cristã inteira diz que Cristo veio para salvar aos pecadores, e deles se espera que correspondam à chamada divina ao arrependimento (ver Atos 2:38). O trecho de João 7:17 subentende que a aceitação da salvação oferecida em Cristo depende da «vontade» humana de fazê-lo. Por isso é que diz a tradução inglesa de William (aqui vertida para o português): «Se alguém estiver disposto (presente em geral) a continuar fazendo a vontade de Deus, saberá se meu ensinamento vem de Deus ou se meramente expresso minhas próprias idéias». (Ver Rom. 8:32; 11:32; Tito 2:11; João 12:32 e I João 2:2 que subentendem a real possibilidade de salvação para todos os seres humanos, o que não seria verdade a menos que todos pudessem crer. De fato, a capacidade de vir a crer é algo inerente em todos os homens, contanto que queiram fazê-lo).

Quando da conversão, como que surgem à frente dos indivíduos duas estradas. Por sua própria vontade, o homem pode querer seguir aquilo que está de acordo com a vontade de Deus. Quando do arrependimento, o homem quer arrepender-se, e Deus lhe confere poder para tal. Não podemos negligenciar qualquer desses aspectos. O ser divino sempre vem ao encontro do ser humano; o ser humano sempre coopera com o ser divino. É assim que o homem usa de seu livre-arbítrio, exercendo arrependimento e fé, e, portanto, se convertendo.

Paralelamente a essas observações, pode-se dizer que a *vontade de crer* e a própria «fé», como também toda a boa ação ou passo na direção de Deus, devem ser conferidas por Deus. Isso é uma verdade, mas é apenas um dos lados da verdade. Tal verdade é ensinada em Efé. 2:8 e Gál. 5:22. Trata-se do lado divino da verdade do livre-arbítrio. (Ver Rom. 3:10 e *ss*; 8:5-8; Efé. 2:1-10 e João 6:44, bem como as notas expositivas ali existentes no NTI acerca desse ensinamento bíblico). É verdade que nenhum homem pode vir a Cristo, a menos que «Deus se achegue» a ele. Mas não é menos verdadeiro que «Deus se achegou a nós na cruz»; e o trecho de João 12:34 indica definidamente que certa «graça geral» nos foi conferida na cruz, mediante a qual cada ser humano «pode crer, se assim quiser fazê-lo», isto é, se quiser controlar suas naturais más propensões que tentam destruir o impulso de crer. Por conseguinte, as Escrituras ensinam que todos os homens são donos potenciais da «fé» conferida por Deus, a fim de que venham realmente a crer, se assim quiserem fazê-lo. Essa é uma dádiva divina dada aos homens.

Não devemos negar essa dádiva a fim de sustentar alguma teoria unilateral. O que cada indivíduo fizer com o seu potencial de crer é questão exclusivamente sua, por ser algo sujeito ao seu livre-arbítrio; portanto, se alguém preferir abafar a sua fé, tornar-se-á culpado e responsabilizado por isso, tendo de ser julgado por esse motivo. Não é válida a objeção que declara que a idéia que um homem pode exercer fé e é capaz disso, contribui para a sua salvação, pois, na realidade, o homem *deve* contribuir voluntariamente para a sua salvação. Todo e qualquer passo dado na direção de Deus deve ser feito em meio a agonia de alma, não sendo algo automático, como também a experiência humana o demonstra. Em relação à salvação, a passagem de Apo. 22:17 subentende o concurso do livre-arbítrio humano, e esse é o último convite da Bíblia aos homens, para que se deixem salvar.

2. O Livre-Arbítrio é uma Experiência Humana

No contexto do N.T., não devemos compreender que o homem possa agir totalmente «sem causa ou razão», conforme diz a definição filosófica do «livre-arbítrio». Antes, devemos entender que o homem é dotado de *livre-agência*, isto é, pode alterar o curso de sua maneira de pensar e de viver, sendo responsável por fazer tal. Nunca devemos pensar que isso funciona no vácuo. De fato, para vir a crer, cada indivíduo humano tem de vencer a si mesmo, além de ter de vencer muita oposição fora de si mesmo. Mas Deus tornou isso possível, através do que ele realizou na cruz, em Cristo Jesus. E até mesmo a alma humana decaída é capaz de reconhecer seu próprio criador; e isso continuaria possível mesmo que não houvesse livre-agência em cada um de nós.

De conformidade com o trecho de Rom. 1:18, o homem se afastou de Deus voluntariamente; mas isso pode ser revertido, por mais difícil que seja tal empresa. A experiência humana mostra-nos que um

homem, com Cristo ou sem ele, sabe a diferença entre o bem e o mal, e pode escolher uma coisa ou outra, ainda que, normalmente, o homem não regenerado prefira sempre o mal. Apesar disso, alguns indivíduos não regenerados, de acordo com todas as aparências externas, permitem que o bem seja a força dominante, ainda que não sejam crentes professos. É absurdo dizer que um homem não pode fazer o bem, se assim quiser fazê-lo, pois os homens simplesmente assim agem. Naturalmente, não nos devemos olvidar da influência geral do Espírito Santo, que leva os homens a praticarem o bem, pois todo o bem praticado, em última análise, vem da parte de Deus. Contudo, o ministério do Espírito Santo é universal, conforme entendemos com base em João 16:17. O Espírito de Deus não atua apenas no seio da igreja, mas entre todos os homens. Portanto, todos os homens podem seguir a retidão, podem achegar-se a Cristo, pois recebem o poder para tanto, se ao menos assim quiserem fazê-lo. Além disso, a própria alma humana, criada segundo a imagem de Deus, em nenhum ser humano se acha tão depravada a ponto de não ter capacidade de agir corretamente e de tomar as decisões certas. Confiar em Cristo é uma decisão certa, que se espera da parte dos incrédulos, os quais podem pelo menos tentar fazer debilmente, se assim quiserem fazê-lo. Ora, quando o indivíduo faz essa débil tentativa, então Deus vem ao encontro dele, no caminho, e então o divino e o humano se encontram, havendo, como resultado disso, verdadeira outorga da alma humana aos cuidados de Cristo. Toda a experiência humana prova ser essa a verdade; e aquele que passou por tal experiência não dá importância aos argumentos em contrário, daqueles que ainda não passaram por ela.

3. Obrigação Moral Sem Livre-Arbítrio é um Absurdo

Nenhum sistema moral será possível a menos que o indivíduo seja considerado responsável pelas suas ações e decisões. Não poderá ser julgado se não lhe foi dada escolha, e se agiu debaixo de pressão, vinda da parte de sua natureza perdida, por opressão do diabo ou por permissão de Deus. O julgamento, em todas as sociedades humanas, se baseia na premissa que um homem podia ter agido de outra maneira, se assim tivesse querido fazê-lo. Todos os sistemas éticos, a recompensa pelas boas ações e o castigo pela má conduta, dependem do fato de que um homem poderia ter agido diferentemente, se assim tivesse querido. Ninguém merecerá recompensa pelo bem praticado, se porventura isso não partiu de sua própria vontade, ainda que a influência divina é que o tenha levado a essa atitude.

Não perceber livre-arbítrio no homem é destruir o poder e a justeza de todo o mandamento moral que há nas Escrituras. Além disso, consideremos que as Escrituras ensinam que o homem pode falhar, até mesmo após a sua conversão, segundo se aprende em I Cor. 9:26; II João 8 e 9; Fil. 2:12 e II Ped. 1:10. Notemos, especialmente em Fil. 2:12, como a questão inteira da salvação é apresentada de tal modo que a poderíamos comparar com uma estrada de duas vias — uma humana e outra divina. Há na salvação o encontro e o intercâmbio entre Deus e o homem. Todos os mandamentos que nos impelem à ação moral, conforme se vê nos capítulos terceiro e décimo segundo das epístolas aos Colossenses e aos Romanos, respectivamente, bem como em todas as demais passagens bíblicas que versam sobre a conduta humana, nada significariam, a menos que o homem pudesse ser-lhes obediente ou desobediente, de conformidade com a aceitação ou a rejeição que fizer da vontade divina, que sobre ele atua. Simplesmente não há como alguém erguer um sistema moral, com exigências e advertências válidas, com recompensas e punições, a menos que o homem possua livre-arbítrio, a menos que possa ceder aos impulsos divinos ou resistir aos mesmos. A Bíblia inteira, tanto em seu convite à salvação como em seu sistema ético, se alicerça nesse fato fundamental.

4. A Chamada ao Arrependimento e à Fé

Textos que **exigem** arrependimento e fé se encontram na Bíblia inteira, e visam *todos* os homens (conforme se vê em I Tim. 2:4 e Atos 17:30). Esta *exigência* seria uma *zombaria* se os homens não pudessem reagir, positivamente, as exigências de Deus. A chamada universal seria *falsa* se os homens *não se pudessem* arrepender. O mandamento de Deus é que ele «...notifica aos homens que todos em toda parte se arrependam...» (Atos 17:30). Como se poderia pensar que Deus ordena aos homens uma coisa que lhes é impossível obedecerem? Isso é inconcebível, fazendo as Escrituras se tornarem meras zombarias. Bem pelo contrário disso, Deus é o Salvador, que ama o mundo inteiro (ver João 3:16), e que proveu meio seguro de salvação para todos, contanto que se queiram deixar salvar. A pregação cristã também não deve ser vista como um *jogo de tiro ao alvo*, como se seu único propósito fosse o de descobrir os eleitos entre as miríades de pessoas que nos ouvem. Na realidade, todos os homens podem salvar-se, isto é, há possibilidade e abertura da oportunidade para todos. A finalidade mesmo da seção — I Tim. 2:1-7, é a de mostrar isso. Buscamos aos homens porque há plena potencialidade de salvação para todos. E assim cai por terra a doutrina gnóstica de uma redenção limitada.

5. Graça Geral

Os homens cairam para bem longe de Deus, de tal modo que bastaria isso para amortecer neles qualquer propensão que tenham para retornar ao Senhor. Não obstante, tendo sido criados à imagem de Deus, *retêm* o bastante dessa imagem para que Deus lhes possa insuflar novamente o interesse pelo Senhor. Outrossim, há uma *graça geral*, dada na cruz, que confere a todos os homens a capacidade de buscarem a Deus, em fé, se assim quiserem fazê-lo. Nas notas anteriores, o trecho de João 12:34 é dado como prova disso. Deus se apresentou diante de todos os homens, na cruz; ele fez tudo quanto é necessário para que todos os homens possam crer, se assim quiserem fazê-lo; em seus próprios seres há essa possibilidade. Portanto, a chamada divina ao arrependimento não é um escárnio, não é feita em vão. É verdade que alguns trechos bíblicos, como Rom. 3:10 e *ss*, mostram que o homem é totalmente impotente, jamais se interessando por si mesmo a inquirir por Deus; mas a *cruz* de Cristo lhe desperta o interesse, *capacitando-o* a buscar a Deus, porquanto até mesmo na alma do indivíduo mais depravado há alguma espécie de desejo de libertar-se da alienação que a queda no pecado nos tem imposto. E todos os sistemas éticos são prova disso, sem importar se tais sistemas são religiosamente orientados ou não. O homem sabe que não é o que deveria ser, e demonstra algum anelo, por mais débil que seja, de melhorar sua situação espiritual. Mas o Espírito Santo, que está no mundo (ver João 16:7 e *ss*), *exerce influência* sobre todos os homens, não apenas sobre os crentes. Por esta razão, *todos* os homens *podem* buscar a Deus e encontrá-lo, por intermédio de Jesus Cristo, se assim quiserem fazê-lo.

6. Significados Mais Amplos do Livre-Arbítrio

a. Na filosofia, o sentido dessa expressão envolve a

suposta capacidade humana que um homem tem de agir totalmente *sem causa*, de forma inteiramente caprichosa. É óbvio que tal ato seria muito raro, embora muitos filósofos insistam que isso é possível. Parece que, de fato, tal ação é possível, embora explique pouquíssimas das ações humanas. Quase sempre há causas, ou biológicas, ou culturais, ou espirituais, que levam um homem a fazer o que ele faz. No entanto, um indivíduo pode ceder gradualmente a forças estranhas a seu próprio ser, a seus semelhantes humanos ou a alguma figura cósmica, até tornar-se um escravo virtual, praticando aquilo que «não quer», e até mesmo aquilo que abomina. Essa própria servidão, porém, resulta de suas escolhas continuadas. Não devemos imaginar que essas escolhas são feitas «sem causa», e, sim, que um homem *pode vencer* tais inclinações, se assim quiser fazê-lo. Portanto, apesar de que, do ponto de vista filosófico, o «livre-arbítrio» virtualmente não exista, contudo, existe a «responsabilidade» como algo bem reconhecido pela filosofia, pois, segundo dizem os filósofos, o indivíduo é dotado de «livre-escolha», embora quase não tenha «livre-arbítrio», podendo vencer seus pendores, se assim quiser fazê-lo. O indivíduo pode criar suas próprias causas mediante a disciplina, e isso é suficientemente óbvio na experiência humana, sendo exatamente aquilo que torna um homem melhor do que outro, moralmente falando.

b. Além disso, há aquela espécie de livre-arbítrio que se desperta no indivíduo, *quando se converte* a Cristo e é por ele remido. A tal pessoa é conferida uma *nova vontade*, um novo poder de decisão, novos propósitos e alvos; e é assim que o crente se torna autêntico «servo» de Cristo, porquanto nele vai sendo formada a vontade divina, mediante a influência do Espírito Santo. O alvo final desse processo é que a vontade humana se mescle inteiramente com a vontade divina. Ver o artigo sobre *Escravidão, Seção* VI, *Aplicações Espirituais*.

Nos remidos, portanto, desenvolve-se uma vontade *superior e melhor*, que busca o bem e que sente total afinidade com o bem, o que, finalmente, liberta o indivíduo de toda a influência maléfica, o que é um grande salto para frente, nessa busca pela perfeição (ver Mat. 5:48). Essa nova vontade, formada no crente, é fortíssima base da santificação gradual, mediante a qual a salvação se vai concretizando (ver II Tes. 2:13). É através de tal processo que os homens se tornam verdadeiramente livres, pois assim a natureza divina se funde com a natureza humana, o infinito se mistura ao finito. (Ver II Cor. 3:18 e Gál. 5:22,23). É assim que os homens chegam a conhecer a verdade, e a verdade, por sua vez, os liberta (ver João 8:32). Lê-se, em João 8:36: «Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres». A redenção em Cristo, bem como a concretização plena e final da salvação, nos levam à «gloriosa liberdade dos filhos de Deus»; e somente essas pessoas é que, segundo o ponto de vista divino, *realmente* possuem o livre-arbítrio. Todos os demais seres humanos, de uma maneira ou de outra, estão debaixo da servidão.

As verdades bíblicas da predestinação divina e do livre-arbítrio humano não se contradizem entre si, porquanto são apenas dois lados de uma grande verdade, que diz respeito à interação da vontade divina e da vontade humana. Deus se utiliza da vontade humana para cumprir os seus decretos, mas sem destruir essa vontade. Todavia, como Deus faz isso, não sabemos dizê-lo. (Ver o artigo sobre a *Predestinação*).

As mais tristes palavras
De todas as palavras da língua ou da pena,
As mais tristes são, 'poderia ter sido'.
(John Greenleaf Whittier)

Estudos feitos acerca da personalidade humana e sobre seus poderes inerentes, afirmam que o homem é um *ser criativo*, que pode estabelecer as suas próprias circunstâncias, porquanto até mesmo em seu estado decaído no pecado, continua sendo um ser espiritual, que não se situa muito abaixo dos anjos. Nessa qualidade, pois, o homem é um ser responsável, dotado de livre-agência. Por conseguinte, bem longe de ser mero boneco, lançado para lá e para cá pelos ventos cósmicos, é um ser responsável pelo que faz. A grande estatura espiritual do homem é ilustrada pela verdade de seu «livre-arbítrio»; e é isso que o torna responsável pelas suas próprias ações. (Quanto a notas expositivas que demonstram a grande estatura do homem, como um *ser espiritual* que ele é, ver II Cor. 12:2 no NTI).

7. Livre-Arbítrio e Determinismo

Não podemos descobrir um meio para reconciliar entre si o livre-arbítrio e a eleição. A palavra *eleição*, por si mesma, fala de limitação, ao passo que o livre-arbítrio afirma que todos poderiam ser salvos se o quisessem, e que todos poderiam exercer fé. Simplesmente temos de aceitar ambos esses conceitos como verdadeiros, esperando receber maior luz para entendermos como isso pode ser. Deus se utiliza do livre-arbítrio do homem sem destruí-lo, apesar de não sabermos exprimir de que maneira o faz. Isso nós apresenta um «paradoxo», isto é, um ensino que parece entrar em contradição consigo mesmo. Não deveríamos diminuir o vulto da eleição, procurando fazê-la ajustar-se ao livre-arbítrio. E nem deveríamos diminuir a importância do livre-arbítrio procurando ajustá-lo à eleição. Por que se pensaria ser estranho que os mais profundos conceitos teológicos escapam à nossa pobre capacidade de expressão? A eleição muito ensina aos homens. Portanto, ensinemo-la! O livre-arbítrio muito ensina aos homens. Portanto, ensinemo-lo!

8. Conceitos Relacionados

Ver os artigos separados sobre **Determinismo, Predestinação, Voluntarismo e Reprovação**.

A *compreensão intelectual* nem sempre é o critério certo para aceitarmos algum ensinamento ou doutrina. Não existe problema mais difícil, tanto para a ciência como para a filosofia (e também para a teologia) do que aquele apresentado pelas evidências dadas tanto pelo livre-arbítrio (ou liberdade) como pelo determinismo, sob o que a predestinação e a eleição podem ser classificadas como subcategorias.

9. O Homem é um Ser Criativo

Quanto mais aprendemos sobre o homem e suas capacidades, mais ficamos sabendo que ele é um ser *criativo* e que a teologia que faz dele um verme é uma teologia ultrapassada. Orígenes não contemplou uma diferença entre a natureza angelical e humana, explicando que o estado baixo do homem atual se deve a queda no pecado. A despeito disto, o homem possui grandes capacidades intelectuais e espirituais, e de fato, é capaz e responsável para reagir ao chamamento do Evangelho. O determinismo exagerado e unipolar tem escondido estes fatos.

LIVRE EMPRESA

Ver os artigos separados sobre o *Capitalismo*, sobre o *Laissez-Faire*, sobre o *Socialismo* e sobre o *Comunismo*.

A livre empresa, como um sistema econômico, está

alicerçada sobre o conceito que a liberdade de escolha provê tanto o incentivo individual quanto o incentivo social desejável, sob a forma de recompensas desejáveis, na produção e distribuição de bens e serviços. Esse sistema faz contraste com aqueles que advogam um poder centralizado que obriga atos, ou através de agências econômicas, ou mediante agências industriais ou mesmo governamentais. A livre empresa opera através de um sistema competitivo e repousa sobre as forças da procura e da oferta. Depende do princípio do lucro ou do prejuízo e da liberdade básica para pôr em estado de equilíbrio esses princípios. Geralmente é associada ao princípio do capitalismo laissez-faire, onde a propriedade privada e o controle do capital e da propriedade, os meios particulares de produção e outras atividades humanas afins, recebem permissão para receber um livre curso. Os direitos e oportunidades individuais de tomar iniciativas particulares, são pontos essenciais dentro desse sistema.

As *liberdades* associadas à livre empresa são as seguintes: 1. A liberdade de competição entre os produtores e os trabalhadores; 2. A liberdade de fazer investimentos; 3. A liberdade de escolher o próprio trabalho ou profissão; 4. A liberdade de estabelecer contratos e acordos; 5. A liberdade de determinar todos os tipos, qualidades e quantidades de bens, de acordo com o princípio da procura; 6. A liberdade de poupar; 7. A liberdade de organizar os trabalhadores e de estabelecer negociações dentro de barganhas coletivas; 8. Os governos são considerados responsáveis pelo estabelecimento de leis que garantem essas liberdades e, conseqüentemente, de começar a funcionar o sistema da livre empresa.

Os começos filosóficos desse sistema podem ser encontrados no liberalismo econômico de Adam Smith (vide). As suas principais contribuições têm sido a eficiência e a magnitude da produção de bens materiais. Como é óbvio, essas questões nos envolvem em considerações éticas, o que justifica a presença deste artigo em nossa enciclopédia.

LIVRE, LIBERTO

Devemos partir do estudo de dois vocábulos gregos, neste verbete:

1. *Eleutheros*, «livre». Essa palavra indica o estado de quem está livre, ou seja, é o dono de seus próprios atos, sem ter que prestar contas deles a algum seu semelhante. Ocorre por vinte e três vezes no Novo Testamento: Mat. 17:36; João 8:33,36; Rom. 6:20; 7:3; I Cor. 7:21,22,39; 9:1,19; 12:13; Gál. 3:28; 4:22,23,26,30 (citando Gên. 21:10); 3:31; Efé. 6:8; Col. 3:11; I Ped. 2:16; Apo. 6:15; 13:16; 19:18.

2. *Apeleútheros*, «escravo emancipado». Esse vocábulo hebraico aparece somente por uma vez em todo o Novo Testamento, em I Cor. 7:22. Contudo, esse uso indica um emprego metafórico. Aquele que é libertado pelo Senhor fica realmente livre (espiritualmente falando), embora possa permanecer escravo no sentido físico. Uma vez liberto, tornou-se servo de Cristo, em face do que assume muitas e novas responsabilidades. Ademais, o homem livre (fisicamente falando) é um escravo de Cristo, quando se converte, e assume as mesmas responsabilidades que o primeiro. Paulo, portanto, estava demonstrando que as condições terrenas em nada servem de empecilho para a posição espiritual que uma pessoa adquiriu em Jesus Cristo.

O adjetivo *eleútheros* refere-se a qualquer forma de estado livre, incluindo a liberdade política e social. No trecho de I Coríntios 7:21 a alusão é à liberdade literal para quem fora um escravo. Paulo recomendava que se um escravo viesse a converter-se, não deveria preocupar-se exageradamente por *libertar-se*, visto que, em seu estado de escravidão, teria oportunidade de realizar um bom serviço em prol da causa de Cristo, e, afinal de contas, ele era um liberto em Cristo. A palavra grega é usada para aludir a uma classe social, nas listas de Colossenses 12:13; Gálatas 3:28; Efésios 6:8; Colossenses 3:11; Apocalipse 6:15; 13:16 e 19:18. Ali aparecem gregos, bárbaros, escravos, libertos, reis, etc. Esse termo também indica qualquer tipo de ação independente (ver I Cor. 9:1; Mat. 17:26; Rom. 6:20; 7:3) e de liberdade espiritual em Cristo, o qual nos libertou da servidão espiritual em que nos encontrávamos (João 8:36). Diz ali o Senhor Jesus: «Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres». Ver também I Ped. 2:16 e Gál. 4:26. Ver o artigo geral sobre a *Liberdade*. A passagem de Gálatas 4:22,23,30 fala a respeito de Sara, esposa de Abraão, tachando-a de mulher livre, em contraste com Hagar, a concubina, que era a escrava egípcia. Paulo usa esse relato a fim de ilustrar a liberdade que nos foi provida em Cristo, dentro do sistema da graça do evangelho, em contraste com o sistema escravizador da lei mosaica (ver Gál. 4:31). Na qualidade de crentes, ficamos livres da servidão à legislação mosaica, que não podia mesmo salvar-nos. O monte Sinai é representado, em Gál. 4:24, por Hagar. Tal metáfora deve ter deixado os judeus incrédulos indignados. Seja como for, a mensagem é clara. A mensagem cristã anuncia a libertação do pecado e da escravidão ao princípio legal, fazendo o Espírito do Senhor entrar em cena, libertando-nos de tudo aquilo em que estávamos presos por causa do pecado.

LIVRO, (LIVROS)

No hebraico, **sefer** (usado por 181 vezes). No Grego, *bíblos* (usado por dez vezes: Mat. 1:1; Mar. 12:26; Luc. 34; 20:42; Atos 1:20; 7:42; 19:19; Fil. 4:3; Apo. 3:5; 20:15). O termo hebraico indica qualquer coisa escrita, incluindo um documento de venda ou compra (Jer. 32:12), uma nota de acusação (Jó 31:35), uma carta de divórcio (Deu. 24:1,3) uma carta (II Sam. 11:14) um volume (Êxo. 17:14 e Deu. 28:58). Ver o artigo geral sobre a *Escrita*. Ver também sobre o *Alfabeto*.

Expressões Relacionadas a Livros. 1. Comer um livro (Eze. 2:9; Apo. 10:9), indica dominar seu conteúdo, recebendo-o no mais íntimo do ser. 2. Um livro selado (Apo. 5:1-3) indica uma questão que não pode ser revelada, ou que não pode ser entendida, embora possa ser lida (Isa. 29:11). 3. Um livro escrito por dentro e por fora (Apo. 5:1) era um rolo escrito tanto em uma superfície quanto na outra. 4. Livro da genealogia significa registro da família ou da nação (Gên. 5:1; Mat. 1:1). 5. Livros do julgamento (Dan. 7:10) eram os registros celestiais. 6. Livro dos feitos memoráveis (Est. 6:1-3). Um livro conservado na corte persa de Assuero, onde eram registrados serviços notáveis de quaisquer indivíduos. 7. Os livros (Apo. 20:12) encerravam o conhecimento total sobre todas as coisas, em registro divinamente garantido; e os atos ali anotados servirão de base para o julgamento das obras. 8. Livro das Guerras do Senhor (Núm. 21:14), — era uma coletânea de obras, provavelmente poéticas, como uma coleção de odes, que celebrava os atos gloriosos de Deus em favor de Israel. Essa é uma das antigas obras literárias dos israelitas que se perderam. 9. Livro dos Justos (Jos. 10:13 e II Sam. 1:18), provavelmente uma antiga crônica nacional do começo da história de Israel, mas

atualmente perdida. 10. Livro da Vida. Ver o artigo separado sobre esse assunto. 11. Muitos livros, desconhecidos para nós, cuja escrita nunca cessa (Ecl. 12:12). 12. Livros valorizados por Paulo, mencionados como distintos dos pergaminhos (ou Escrituras) (II Tim. 4:13). 13. Livro da lei, uma referência ao Pentateuco, ou, mais geralmente ainda, à coletânea inteira dos livros do Antigo Testamento (II Reis 23:2,21). Ver também um uso mais restrito e diferente dessa expressão, em Jos. 24:26. Ver Mar. 12:26 e Gál. 3:10. 14. Livro da genealogia de Jesus (Mat. 1:1). Ver Gên. 5:1 quanto a um uso similar. 15. Livros do céu, semelhantes ao livro da vida (Sal. 56:8; Dan. 7:10). 16. Livros atualmente perdidos, relacionados ao Antigo Testamento (Núm. 21:14; I Crô. 29:29; II Crô. 9:29; 20:34; I Reis 14:29; 15:7). 17. Livros miscelâneos: da geografia palestina (Jos. 18:9); das nações (Esd. 4:15; 5:1,2), e livros mágicos que foram queimados (Atos 19:19). (S UN Z)

LIVRO DA ALIANÇA

O «livro da aliança» (no hebraico, **sepher habberît**) foi lido por Moisés como a base do pacto de Yahweh com Israel (Êxo. 24:7). Não há certeza sobre que livro era esse, mas, provavelmente, era ou incluía o decálogo, isto é, Êxodo 20:2-17. Entretanto, a expressão também foi aplicada a Êxodo 20:22 — 22:33. Em II Reis, a expressão refere-se à lei deuteronômica como um todo. Seja como for, estamos tratando da mais antiga codificação da lei de Israel, que consiste em juízos (*mispatim*) e estatutos (*debarim*). Os juízos eram mandamentos positivos: «Faze isto...»; e os estatutos eram mandamentos negativos: «Não...» Também havia provisões chamadas leis participiais, porquanto, no hebraico, são expressos por algum verbo no tempo particípio: «Fazendo isto ou aquilo, morrerá...» A grosso modo, podemos dizer que o «livro da aliança» é o decálogo, com seus comentários e implicações.

Um código, similar quanto a certos pontos, é o de Hamurabi, embora ali os homens estivessem divididos em três classes: a aristocracia, a classe comum dos cidadãos e os escravos. E as leis eram bastante desiguais, quando aplicadas a essas três classes. Algumas das provisões, porém, eram idênticas, como, para exemplificar, a sentença de morte contra o seqüestro (Êxo. 21:16; Deu. 24:7; *Código de Hamurabi*, nº 14). Quanto ao furto, as leis hebraicas não requeriam a morte, e o código de Hamurabi requeria a punição capital, embora com o tempo, isso fosse relaxado para o roubo de objetos religiosos ou de propriedades do estado, posteriormente, foi requerida uma sétupla devolução. Ambos esses códigos permitiam que as dívidas fossem saldadas mediante a servidão, havendo provisões para a redenção, a fim de que os cidadãos não se tornassem escravos permanentes. Êxo. 21:2-11; Deu. 15:12-18; *Código de Hamurabi* nºs. 117-119. A *lei de Talião*, em face da qual o castigo aplicado correspondia exatamente ao dano praticado, era aplicada de forma um tanto mais lassa no código de Hamurabi (nº 198), do que na lei mosaica. Diz Êxodo 21:23-25: «Mas se houver dano grave, então darás vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferimento por ferimento, golpe por golpe». O povo comum e os escravos eram menos protegidos nas leis babilônicas do que na lei mosaica. Um pastor que perdesse uma ou várias ovelhas, tinha de fazer reparação em valores, de acordo com o *Código de Hamurabi* nº 267. A lei mosaica (Êxo. 22:10-13) era mais suave, porquanto admitia perdas que não se deviam à culpa do pastor, como o ataque de algum animal feroz. Nesses casos, bastava-lhe fazer um juramento de sua inocência, e nada precisava pagar. Essas e outras comparações demonstram que o Código de Hamurabi, bem como outras legislações existentes na região, juntamente com as leis do Antigo Testamento, estavam alicerçadas sobre algum fundo comum de leis. Mas, em diversas provisões, as leis do Antigo Testamento elevaram os padrões, injetando um maior espírito de misericórdia do que outros códigos. (BRI)

LIVRO DA CONCÓRDIA

Composto pelos documentos da confissão luterana (que vide), consiste em três credos ecumênicos: a Confissão de Augsburgo (que vide), a Apologia da Confissão de Augsburgo e os Artigos de Schmalkald (que vide), além do Pequeno Catecismo de Lutero e do Grande Catecismo e da Fórmula de Concórdia (que vide). Foi publicado pela primeira vez devido a um acordo entre potentados alemães luteranos, em 1580, a fim de comemorar o décimo quinto aniversário de Augsburgo e pôr ponto final nas controvérsias doutrinárias internas. A maioria dos luteranos aceita o «Livro da Concórdia», embora as igrejas luteranas oficiais da Suécia e da Noruega nunca tenham subscrito formalmente ao documento inteiro. Os luteranos liberais, naturalmente, não se sentem forçados a observar suas estipulações. (E)

LIVRO DA VIDA

Esboço:

I. A Metáfora
II. Outros Livros Celestiais
III. Questão de Segurança
IV. A Confissão Pública; A Confissão da Alma
V. Outras Observações

I. A Metáfora.

Pode-se comparar essa metáfora com os trechos de Êxo. 32:32 e *ss* e Sal. 69:28, onde se lê acerca do «livro de Deus» e do «livro dos vivos». Na antiga nação de Israel, tal como em outras culturas, havia um registro dos cidadãos, da cidade, da província ou do país. No caso de Israel, ter o próprio nome em um daqueles registros, era prova de cidadania, com os seus respectivos privilégios. Era um pequeno passo, desde esse antigo costume, até à imaginação que Deus conserva um livro onde são registrados todos os nomes dos verdadeiros cidadãos dos céus. Ali os nomes podem ser escritos ou apagados, tal como em situações terrenas. Conseqüentemente, as bênçãos da «cidadania», nos lugares celestiais, dependem do que for feito com o nome de alguém. O vidente João mostra-nos que para que o nome de alguém seja registrado ali, ficando assim assegurada a sua *salvação* e *glorificação*, depende do que os homens façam com as advertências de Cristo e com ele mesmo. O livro de Jubileu exibe o típico ponto de vista «arminiano», ao declarar que os indivíduos que se voltam para o pecado e para a iniqüidade, podem ter seus nomes apagados do Livro da Vida, mesmo depois de terem sido ali registrados (ver Jubileus 30:22). Se um cidadão terreno de uma cidade-estado ou de um país, for culpado de algum grande crime, como a traição, seu nome será removido do registro, sendo anulada a sua cidadania. Outro tanto se dá na pátria celestial, conforme nos sugere o vidente João.

II. Outros Livros Celestiais

Além do grande Livro da Vida, a tradição da literatura do A.T. desenvolveu livros similares, como o da memória de ações boas e más — de ações boas,

como se vê em Sal. 66:8; Mal. 3:16; Nee. 13:14 e Jubileus 30:22; e de ações más, como se vê em Isa. 65:6; I Enoque 81:4; 89:61-64,68,70,71; II Baruque 24.1; e de ações boas e más, como se vê em Dan. 7:10; II Enoque 52:15; 53:2; Apo. 20:12 e Ascensão de Isaías 9:22. Naturalmente, não há necessidade de imaginarmos a existência real de qualquer livro ou livros literais. São apenas meios poéticos de expressar a lei da «colheita segundo a semeadura», conforme se vê em Gál. 6:7,8. Cada homem é considerado responsável por aquilo que faz. Aquilo que ele faz resulta daquilo que é; e aquilo que alguém é resulta no julgamento ou glória que vier a receber. Isso se aplica tanto ao crente como ao incrédulo, conforme se aprende claramente em II Cor. 5:10.

Há referências nos escritos pagãos às idéias contidas em Apo. 3:5. Dentro da astrologia babilônica, poderíamos considerar o próprio zodíaco como o livro ou tabletes sobre os quais eram escritos a vontade divina e o destino humano. As constelações são comentários sobre a vida e sobre os poderes de dirigí-la. Os cinco planetas visíveis seriam intérpretes da vontade divina. Um tipo de determinismo, naturalmente, está mesclado com tudo isso. Algumas vezes o determinismo é vinculado ao conceito do «Livro da Vida», em alguns escritos judaicos, como Jubileus 30:20-22; mas esse não era o único conceito judaico, pois o livre-arbítrio também desempenhava uma importante parte na literatura deles.

Referências bíblicas ao *Livro da Vida* se acham em Êxo. 32:32; Sal. 69:28; Dan. 12:1; Fil. 4:3. E também se pode comparar isso com trechos como Luc. 10:20 e Heb. 12:23.

III. Questão de Segurança

A possibilidade do nome de alguém ser apagado do Livro da Vida, após ter sido ali registrado, naturalmente, é um conceito arminiano. Porque negar que a teologia judaica era arminiana? (Quanto a um estudo completo acerca da *questão da segurança eterna*, ver as notas expositivas sobre Rom. 8:39 no NTI). Esta enciclopédia toma a posição de que a «queda» é algo relativo à existência humana, antes da «parousia» ou segundo advento de Cristo. Em outras palavras, o desvio pode caracterizar a experiência até mesmo de crentes autênticos, até que Cristo trace limites eternos, quando de sua segunda vinda. (Ver Ped. 4:6 quanto ao fato de que tais limites são determinados por ocasião da segunda vinda de Cristo, e não por ocasião da morte do indivíduo). No entanto, a «segurança eterna» é algo absoluto, que finalmente haverá de caracterizar o verdadeiro crente.

IV. A Confissão Pública; A confissão da Alma

A confissão de Cristo do crente e o Livro da Vida:

«O que vencer será assim vestido de vestes brancas e de maneira nenhuma riscarei o seu nome do livro da vida; antes confessarei o seu nome diante de meu Pai e diante dos seus anjos». (Apo. 3:5).

1. Em nossos dias, em que tanto se enfatiza a confissão oral e pública, precisamos estar alertas para o fato de que tal confissão, isoladamente, de nada serve. A confissão dada pela vida transformada é que demonstra a conversão genuína.

2. Um famoso estadista norte-americano, quando jazia moribundo em seu leito, há alguns anos passados, a quem fora dirigida a pergunta, «Quer que alguém ore por ti?», retrucou: «Não. A minha vida é a minha oração». Da mesma maneira que uma oração, no final da vida, não pode substituir a santidade e a bondade no decorrer da vida sem essas qualidades, assim também nenhuma confissão pública pode substituir a real operação do Espírito Santo sobre a alma.

3. Os nomes dos verdadeiros crentes estão registrados em um livro, nos lugares celestiais, mas esse registro é efetuado por Deus, o qual avalia a genuinidade da fé e da santificação de cada um, isto é, de conformidade com o fato (ou a ausência) da regeneração. Nenhum «mero reconhecimento público de fé em Cristo» pode substituir esse fato celestial.

4. Ver o artigo sobre a *Fé*, que consiste na outorga da alma aos cuidados de Cristo, e não em mera crença em certos itens de um credo qualquer (ver Heb. 11:1). Ver os artigos sobre *Arrependimento e Regeneração*.

5. Amiudadas vezes, em nossos dias, essa confissão pública tem sido transformada em outra forma de «mérito», em substituição a atos legalistas e a sacramentos. Não existe mágica alguma em uma confissão verbal. A transformação da alma é que é realização do Espírito; e sem isso, não terá havido regeneração.

V. Outras Observações

1. O nome registrado no Livro da Vida, será confessado por Cristo.

Encontrando, seguindo, guardando, lutando,
Abençoará Ele certamente?
Santos, apóstolos, profetas, mártires;
Respondem: 'sim!'.
(John M. Neale,
«Art thou weary, art thou troubled?»)

2. A «confissão» verdadeira é o achar, o seguir, o guardar e o lutar por toda a vida do crente, e não consiste de meras palavras proferidas. Tal autêntica confissão presume uma operação divina na alma humana; e o Espírito Santo é quem produz tal maravilha. (Ver II Cor. 3:18).

3. «*Ter o próprio nome retido...* na lista dos cidadãos celestiais, por esse tempo, era uma metáfora corrente para indicar a comunhão eterna com Deus e com o seu povo. E, mediante uma inferência natural, extraída de Apo. 13:8, indicava a idéia da «predestinação», crença que formava neles, como sempre, uma vívida inspiração debaixo da aflição e do conflito. Quanto ao apagar de nomes do registro cívico, após a condenação do dono desses nomes, comparar com *Dio Chrys*. xxxi.336c; Xenofonte, *Hell*. ii.3,51 e Arist. Pac. 1180», (Moffatt, *in loc.*).

4. A adoração judaica contemporânea (refletida em Esreh. xii., revisão palestina), mostrava que os judeus proferiam uma maldição contra os hereges, estando incluídos os nazarenos (cristãos). Essa maldição incluía o desejo de que Deus os condenasse, removendo seus nomes do Livro da Vida.

5. Nos registros antigos, os nomes dos mortos eram removidos. Assim, na comunidade cristã de Sardes, aqueles que estavam mortos, embora tivessem nome dos que viviam, não tinham seus nomes no Livro da Vida.

6. Tanto o livre-arbítrio como o determinismo, a predestinação e a liberdade humana, são idéias que aparecem nas Escrituras. O judaísmo antigo também combinava o livre-arbítrioe o determinismo. Ninguém jamais apresentou uma explicação realmente boa sobre como ambos esses elementos podem existir em uma única teologia. (Ver Rom. 9:15,16 acerca da «predestinação»; e ver I Tim. 2:4 acerca do «livre-arbítrio»). Ver os artigos separados sobre *Determinismo* e *Predestinação*. Ambos os conceitos são verazes, embora não saibamos como harmonizá-los. Deus usa o livre-arbítrio do homem sem destruí-lo, ainda que também não saibamos explicá-lo.

7. Apesar de ser justo os crentes confessarem

publicamente sua confiança em Cristo, a verdadeira confissão cristã é aquela que se faz com a vida diária, no nível da alma. Aquele que verdadeiramente confessa a Cristo, será verdadeiramente reconhecido nos céus; e a sua glória não terá fim.

Ver o artigo separado chamado **Revisão da Vida.**

LIVRO DAS MUDANÇAS

Também chamado **I Ching**, um dos livros básicos da literatura clássica chinesa, que aborda questões de adivinhação. Tomou corpo entre os séculos VI e III A.C. Consiste de 64 hexagramas que podem ser usados para descrever situações da vida diária, conferindo conselhos ou predizendo o futuro. Esses hexagramas podem ser aplicados a qualquer situação, mediante vários métodos de seleção, incluindo o lançamento de moedas, em uma série, para que se obtenha a combinação que supostamente se aplica ao caso sob exame.

Filosofia por detrás do I Ching. No princípio, o Grande Alvo (Deus) deu origem aos elementos do *yin* e do *yang*, que correspondem a princípios como macho e fêmea, positivo e negativo, ativo e passivo. Essas formas, por sua vez, deram origem a tudo quanto pode suceder, o que explica o título «Livro das Mudanças», ou seja, produção, reprodução, decadência e declínio. Os movimentos do *yin* e do *yang* produzem tudo e retiram tudo de circulação. Todas as pessoas estão envolvidas nesse processo, bem como todas as situações, e os 64 hexagramas representam toda a gama das possibilidades de mutações ou mudanças.

As experiências que envolvem os hexagramas mostram que as mesmas podem mostrar-se surpreendentemente exatas. Carl Jung (que vide) pensava que pode haver na questão o controle exercido pela telepatia, produzindo *psicocinese* (que vide). A ação das moedas lançadas pode ser controlada pelas forças mentais. É bem possível que assim seja, conforme tem sido demonstrado por experiências efetuadas na Universidade Duke. Além disso, precisamos levar em conta o princípio das «coincidências significativas», postuladas por Carl Jung. Através dessas coincidências, coisas não relacionadas, como causa e efeito podem ser cronologicamente relacionadas. Portanto, o hexagrama que se aplica à minha situação, no momento preciso, vem à tona mediante a pura chance, correspondendo às minhas circunstâncias e aos meus desejos.

Há algo de real que envolve esse princípio, embora esteja oculta de nosso entendimento a grande complexidade de causas e efeitos, que ainda não compreendemos. Alguns astrólogos supõem que há um verdadeiro relacionamento entre as vidas humanas e os corpos celestes; não por causa e efeito diretos, e, sim, mediante coincidências significativas. No tocante ao Livro das Mudanças, aqueles que se valem dele, concordando com a filosofia chinesa que lhe serve de base, supõem que ali operam causas e efeitos reais. Por outro lado, há pessoas religiosas que atribuem todas essas coisas inexplicáveis ao diabo. Entretanto, esses métodos de adivinhação não se revestem de poder suficiente para que os exaltemos a ponto de misturá-los com o poder diabólico. A maioria desses métodos são apenas jogos que as pessoas jogam com alguma dose de telepatia e psicocinese, com alguns resultados notáveis. Ver o artigo sobre a *Terminologia Chinesa*. O *I Ching* pode ser adquirido em muitos idiomas, incluindo o português. Sempre foi um dos sucessos de livraria. (E P)

LIVRO DE ABRAÃO

Ver **Abraão, Apocalipse de.**

LIVRO DE ENOQUE

Ver **Enoque, Livros de.**

LIVRO DE HOMILIAS

Ver sobre **Homilias.**

LIVRO DE MÔRMON

Esse livro é descrito no artigo **Livros Apócrifos Modernos**, primeiro item. É possível que o material constante nesse artigo venha a ofender muitas pessoas sérias em sua inquirição religiosa. Não é meu propósito ofender a quem quer que seja. Antes, busco a verdade, e a inclusão desse artigo reflete aquilo que acredito ser a verdade. Seja como for, os pontos favoráveis e desfavoráveis do mormonismo, seus méritos e desmeritos, estão incluídos naquele artigo. Em todas as controvérsias, deveríamos expor as nossas crenças sem ódio e sem contenção. Na verdade, todos nós misturamos verdades e erros em nossos credos e em nossas crenças pessoais. Sem o espírito de tolerância, a inquirição pela verdade torna-se impossível, pelo que cumpre defendermos os direitos de nossos semelhantes de crerem e buscarem conforme melhor sentirem ser próprio. A lei do amor deve governar todas as coisas, porquanto isso é a própria prova da espiritualidade. (Ver I João 4:11,12).

Breve Análise do Livro de Mórmon

Três classes de placas de registro são indicadas na página de introdução do Livro de Mórmon, a saber:

1. *As Placas de Nefi*, as quais, conforme aquele livro deixa claro, eram de duas espécies: a. as placas maiores; e b. as placas menores. As primeiras dedicavam-se mais particularmente à história secular dos povos envolvidos, enquanto que as últimas ocupavam-se, principalmente, com registros sagrados.

2. *As Placas de Mórmon*, que continham uma versão abreviada das placas de Nefi, preparada por Mórmon, com muitos comentários e uma continuação da história, feita por ele mesmo, e com outras adições, feitas por Moroni, filho de Mórmon.

3. *As Placas de Eter*, que continham a história dos jareditas, um relato que fora abreviado por Moroni, que inserira comentários seus, incorporando o registro dentro da história geral sob o título Livro de Eter. A isso poderíamos adicionar um outro conjunto de placas, com freqüência mencionadas no Livro de Mórmon, a saber:

4. *As Placas de Bronze de Labão*, trazidas pelo povo da Lei, de Jerusalém, contendo Escrituras hebraicas e genealogias, muitos extratos das quais aparecem nos registros nefitas.

O Livro de Mórmon consiste em quinze partes ou divisões principais, cada uma delas, com uma única exceção, é chamada de livro, de acordo com o nome de seu autor principal. Dentre esses, os seis primeiros livros, a saber, Primeiro Nefi, Segundo Nefi, Jacó, Enos, Jarom e Omni são traduções das seções correspondentes das Placas Menores de Nefi. Entre os livros de Omni e de Mosias, encontramos as *Palavras de Mórmon*, que vinculam o registro de Nefi, conforme o mesmo se encontrava gravado nas placas menores, com o sumário feito por Mórmon sobre as placas maiores, quanto aos períodos que se seguiram.

As *Palavras de Mórmon* constituem uma breve explicação das porções anteriores do registro, bem como um prefácio para as partes que se seguem.

O corpo principal do Livro de Mórmon, de Mosias a Mórmon, sétimo capítulo, inclusive, é a tradução do sumário feito por Mórmon das placas de Nefi. A porção final do Livro de Mórmon, desde o começo de Mórmon, oitavo capítulo, até o final do volume, foi gravado pelo filho de Mórmon, Moroni, a fim de ser colocada antes do fim do registro da vida de seu pai, e, então, foi feito um sumário do registro dos jereditas, como o livro de Eter. Posteriormente, ele adicionou as porções que se tornaram conhecidas como o Livro de Moroni.

O período coberto pelos anais do Livro de Mórmon estende-se desde 600 A.C. até 421 D.C. Nessa última data, ou em redor da mesma, Moroni, o último dos historiadores nefitas, selou o registro sagrado, e escondeu-o para o Senhor, a fim de ser desvendado somente em dias futuros, conforme fora predito pela voz de Deus aos seus antigos profetas. Em 1827 D.C., esse mesmo Moroni, então uma personagem que havia ressuscitado, entregou as placas gravadas a Joseph Smith.

Ver o artigo sobre *Santos dos Últimos Dias (Mórmons)*.

LIVRO DE NOÉ

Ver **Noé, Livro de.**

LIVRO DE ORAÇÃO COMUM

Esse é o nome de uma obra anglicana com instruções para adoração pública, administração dos sacramentos e administração de outros ritos. Suas fontes informativas principais foram livros de culto escritos em latim, na Inglaterra, antes da Reforma protestante, como o missal, o breviário, o manual e o pontifical. O arcebispo Cranmer (ver o artigo) reuniu todo esse material, dando-lhes uma forma artística. A primeira publicação desse livro continuou tendo um tom quase católico romano (1549), mas a segunda edição (1552) mostra mudanças na direção dos ideais da Reforma. Edições subseqüentes mantiveram essa mudança em ênfase. A edição que se usa nos tempos modernos vem desde 1662. As alterações propostas pela Igreja anglicana, em 1927 e 1928, foram rejeitadas pelo parlamento inglês. Vários segmentos da comunidade anglicana têm feito adaptações com vistas ao enriquecimento, à flexibilidade e à aplicação às exigências da vida moderna. Modificações recentes têm feito os conservadores deplorarem as mesmas. (E P)

LIVRO DOS JUBILEUS

Ver **Jubileus, Livro dos.**

LIVRO DOS MORTOS

Um livro religioso dos egípcios, com muitas fórmulas de orações e hinos, — cujo intuito era ajudar os espíritos dos mortos a enfrentarem os desafios da passagem dos espíritos deste mundo para o mundo dos mortos. Cópias desse livro têm sido encontradas nos túmulos, junto com restos mortais. Porções do mesmo eram esculpidas em sarcófagos ou pintadas nas paredes internas dos túmulos. O livro envolve muita mágica, ritual e mitos.

Os mais antigos exemplares desse livro pertencem à XVIII dinastia, de 1570 a 1304 A.C. Porém, algumas porções do mesmo estão presentes nos chamados Textos da Pirâmide, que datam das dinastias V, VI e VIII, o que nos mostra que esse livro é antiqüíssimo.

Conceitos Egípcios da Vida Após Morte. Alguns desses conceitos são evidências do Livro dos Mortos. O *submundo* seria uma região subterrânea, destituída de luz, onde há doze divisões, cada qual governada por um deus. Um grande rio, semelhante ao Nilo, liga as doze divisões. O deus-sol viaja por esse rio levando luz e alegria aos habitantes do submundo. Esse conceito pode ser comparado ao ensino bíblico da *descida de Cristo ao hades*. Ver o artigo sobre o assunto. Muitas culturas têm antecipado a idéia de que a luz será levada ao mundo dos mortos, e essa tradição também mostra-se sólida no judaísmo e no cristianismo.

O reino de Osíris (que vide) é referido como a sexta divisão do submundo. Seria uma área agrícola, dotada de canais. Somente os espíritos dignos dos mortos poderiam chegar ali. Após a morte, os egípcios esperavam ser capazes de retornar a este mundo, mediante a *reencarnação* (que vide) ou então serem aceitos no reino bendito de Osíris. As diversas instruções do *Livro dos Mortos* têm por escopo ajudar as pessoas a atingirem esse alvo. Os vários encantamentos e ritos têm por propósito enfrentar os problemas específicos que os mortos têm de arrostar. O encantamento 154, por exemplo, exibe o anelo pela imortalidade: «Eu continuo a existir; eu continuo a existir, vivo, vivo, durando para sempre, durando para sempre. Desperto em paz, sem perturbação». Jesus recomendou a seus seguidores: «Não se turbe o vosso coração; credes em Deus, crede também em mim» (João 14:1).

O capítulo 125 do Livro dos Mortos, a porção mais bem conhecida dessa antiga obra, contém uma descrição do juízo final. Osíris aparece como o supremo juiz e está entronizado. Ele está de frente para quatro divindades secundárias e para um hipopótamo com cabeça de crocodilo. O dever deste último é devorar os mortos indignos. Ao centro fica uma grande balança. O deus Thoth, deus da sabedoria e da escrita, registra os resultados do julgamento. Os deuses Horus e Anubis verificam a balança. A deusa Maat atua como recepcionista. Ela é a deusa da verdade. Quarenta e duas divindades assentam-se para julgar, no salão do juízo. A alma a ser julgada dirige-se a Osíris e nega sua culpa, afirmando-se inocente, apresentando de modo geral a sua defesa. Também declara de que maneira cumpriu todos os seus deveres religiosos. Em seguida, a alma apresenta outra defesa, diante dos quarenta e dois juízes, e nega uma falha qualquer diante de cada um deles. Finalmente, a alma dirige-se ao seu próprio *coração*, pois o verdadeiro julgamento parte do homem interior. Se o coração de um homem confirma a sua inocência, então ele ganhará um bom lugar no outro mundo. Mas se seu próprio coração chegar a condená-lo, a balança descerá o prato para o lado negativo, e o homem será condenado. Então Horus conduz a alma à presença de Osíris o qual atribui a ela o lugar que lhe compete.

A obtenção de um bom lugar, a cada pessoa, dependeria, pelo menos parcialmente, de seu conhecimento das mágicas e encantamentos existentes no Livro dos Mortos, pois, se *manipulasse* bem essas coisas (no que consistiria o seu conhecimento religioso), poderia *forçar* uma decisão favorável a ela, mesmo que a vida terrena de tal pessoa não tivesse sido muito recomendável neste mundo. Antes de sua partida para o além, os mortos solicitavam a ajuda dos sacerdotes para lhes exporem essas liturgias, para serem usadas depois de sua partida — prenúncios da

doutrina católica das missas pelos mortos! Além disso, as liturgias, em forma escrita, eram sepultadas juntamente com o cadáver, como suposta garantia de que ele estaria *liturgicamente* preparado para enfrentar sua entrada na vida após-morte. Porém, meus amigos, temos de reconhecer que truques teológicos dessa natureza de nada nos valem.

Cada alma leva consigo seu próprio bem ou seu próprio mal, como algo que foi cuidadosamente cultivado durante a vida terrena, e a eloqüência litúrgica em coisa alguma altera essa realidade. Não obstante, a misericórdia de Deus proveu uma contínua oportunidade (I Ped. 4:6; Efé. 1:10). Os destinos não são fixados por ocasião da morte biológica da pessoa. (AM P)

LIVRO NEGRO

Um dos dois livros sagrados dos *adoradores do diabo* (ver o artigo). O outro livro sagrado deles é o nosso Apocalipse canônico do Novo Testamento!

LIVROS APÓCRIFOS (Antigo e Novo Testamentos)

Apócrifo vem do grego *apokrufe*, «oculto», «secreto», *misterioso*, termo aplicado a certos livros que são tidos como sagrados, mas cuja validade é negada por muitos. A palavra ocorre em Mar. 4:22 e Lucas 12:2: «Pois nada está oculto (*apokrufon*), senão para ser manifesto; e nada se faz escondido, senão para ser revelado». Ver também Col. 2:3: «...em que todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento estão *ocultos*». A primeira vez em que o termo aparece para designar uma classe de livros é em *Stromata* 13, cap. 4., de Clemente de Alexandria.

ANTIGO TESTAMENTO

Esboço

I. Discussão Preliminar
   1. Primeiras definições
   2. Uso dos livros apócrifos, apocalípticos e pseudepígrafos no Novo Testamento
   3. Livros apócrifos e obras canônicas do Antigo Testamento

II. Livros Apócrifos do Antigo Testamento
   Lista e características

NOVO TESTAMENTO

III. Novo Testamento: Livros Apócrifos e Outra Literatura Cristã Antiga

IV. Influência dos Livros Apócrifos e Pseudepígrafos sobre o Judaísmo Posterior (Helenista) o Cristianismo e o Judaísmo Moderno

V. Gráficos Ilustrativos (A.T. e N.T.)
1. Catálogos Cristãos — Livros Disputados do A.T.
2. Livros Apócrifos do A.T. citados como Escrituras
3. Desenvolvimento dos Livros Apócrifos e Hagiógrafos
4. Cronologia da Literatura do Novo Testamento

VI. Bibliografia (A.T. e N.T.)

I. Discussão Preliminar

1. *Primeiras definições.* Na antiga Igreja cristã, o termo era usado para designar livros de autoria incerta, escritos sob pseudônimos, bem como aqueles de validade canônica dúbia. Alguns livros que finalmente foram aceitos como integrantes do cânon neotestamentário (ver o artigo a respeito), ocasionalmente foram considerados apócrifos, como o Apocalipse, que Gregório de Nissa (falecido em 395 D.C.) especificamente classificou como tal. As citações de origem desconhecida, que podem ser achadas na Bíblia, também recebiam esse título (Orígenes, *Prefácio sobre Cânt.*). Jerônimo supunha que as palavras de Efé. 5:14: «Desperta, ó tu que dormes, levanta-te de entre os mortos, e Cristo te iluminará», eram de um profeta desconhecido, e, portanto, «apócrifas». Epifânio usava a palavra para aludir aos livros que não eram postos na arca da aliança, mas que eram guardados em outro lugar. Visto que a maioria dos livros apócrifos não eram tidos como dignos de serem lidos nas igrejas, embora muitos deles eram aceitáveis para leitura individual; o próprio termo «apócrifo» veio a tomar o sentido de *espúrio*, ou mesmo de *herético*, embora no século V D.C. a palavra continuasse sendo largamente usada para denotar os livros *não-canônicos*, e não obras heréticas. Isso corresponde ao uso de Jerônimo (420), sendo a idéia que predomina hoje.

2. *Uso dos livros apócrifos, apocalípticos e pseudepígrafos no Novo Testamento.* Em alguns círculos cristãos, tornou-se popular dizer que esses livros nunca foram usados pelos escritores do Novo Testamento. Mas a pesquisa demonstra que a opinião é falsa. O Apocalipse de João tem um quadro profético bastante parecido com o da literatura apocalíptica e pseudepígrafa judaica (ver o artigo sobre esse assunto). Também toma por empréstimo muitos itens e idéias dos mesmos livros. Em meu comentário sobre o Novo Testamento, intitulado *O Novo Testamento Interpretado*, na introdução ao Apocalipse, IV. *Dependência Literária*, sob o segundo ponto, apresento amplas evidências em favor dessa reivindicação. As epístolas católicas também contêm muitos elementos emprestados. Ver também Heb. 1:1-3, em comparação com a Sabedoria de Salomão 7:15-27; ou Judas 14, em comparação com I Enoque. Outros trechos provavelmente baseados em fontes apócrifas são: Mat. 11:28-30, reminiscências das palavras finais do Eclesiástico; Luc. 11:49, evidentemente de algum livro não-canônico perdido; os dois primeiros capítulos da epístola aos Romanos, similares a passagens da Sabedoria de Salomão. Efé. 6:13-17, com paralelos em Sabedoria de Salomão 5:17-20; e Heb. 11, com paralelos em Eclesiástico 44. Nada disso deveria nos surpreender, se nos lembrarmos que os judeus helenistas (aqueles que falavam grego) e, conseqüentemente, os primeiros cristãos, que falavam o grego, sempre aceitaram os livros apócrifos como canônicos, demonstrando grande respeito por outros escritos não-canônicos.

3. *Livros Apócrifos e Obras Canônicas do Antigo Testamento.* Os saduceus aceitavam somente os livros de Moisés. Os fariseus palestinos aceitavam o Antigo Testamento conforme o encontramos nas atuais Bíblias protestantes. Os judeus helenistas aceitavam também os livros apócrifos, ou seja, essencialmente o cânon atual da Igreja Católica Romana. A Septuaginta (o Antigo Testamento traduzido para o grego) sempre incluiu os livros apócrifos. Por esse motivo, os cristãos que falavam o grego usavam esses livros, juntamente com o Antigo Testamento canônico. De modo geral, podemos dizer que os livros apócrifos eram tidos em alta conta, usualmente considerados canônicos pela maioria dos cristãos, até o século IV D.C. Jerônimo (400 D.C.) lhes conferiu uma classificação separada e inferior. Mas a Igreja oriental, até ao fim do período patrístico, e a Igreja ocidental, até à Reforma, aceitavam-nos, de modo geral, em igual nível de importância ao resto do Antigo Testamento. Por ocasião da Reforma, porém, toda a tradição reformada rebaixou os livros apócrifos ou a classe de livros comuns (não-sagrados), segundo a Confissão de Westminster, ou a posição de

úteis como registros de exemplos morais, história e alegoria espiritual etc., sem ser uma base doutrinária (Bíblia de Genebra, os Trinta e Nove Artigos da Igreja Anglicana e a Igreja oriental). A maioria dos evangélicos protestantes (excetuando apenas os anglicanos) permanece em quase total ignorância desses livros. Mas, aqueles que os lêem, dão valor ao menos a certas porções dos mesmos, considerando-as como de não menos valor que o teor geral do Antigo Testamento. É indubitável que nossa compreensão sobre o conhecimento de Deus, por parte dos judeus, e sobre a peregrinação deles como uma nação, seria empobrecida se perdêssemos esse material.

Em 1548, o concílio de Trento reconheceu que os livros apócrifos são canônicos e próprios para a leitura nas igrejas, a despeito da resistência de Jerônimo à sua inclusão na Vulgata. Tal decisão deixou de lado somente I e II Esdras e a Oração de Manassés. Essa é a posição da Igreja Católica Romana atualmente. A Igreja Ortodoxa Grega aceita a maioria deles como canônicos, afirmando estar certa a decisão do Segundo Concílio de Trulan (692).

II. Livros Apócrifos do Antigo Testamento

Lista e características:

1. *I Esdras* (III Esdras, na Vulgata). Começa com uma narrativa da grande festa da páscoa observada pelo rei Josias, a queda de Jerusalém e o exílio; então alude ao retorno, à reconstrução do templo e às reformas sob Esdras. A obra parece estar baseada em II Crônicas, Esdras e Neemias, mas não foi terminada. Provavelmente é uma recensão separada, independente da Septuaginta. De modo geral, foi escrita em um grego melhor que o da Septuaginta. Está incluída a história dos três jovens na corte de Dario I (caps. 3:1-4:42). Data: entre 150 e 50 A.C.

2. II Esdras (IV Esdras, na Vulgata). Também se chama Apocalipse de Esdras. Foi escrito originalmente em aramaico, e então traduzido para o grego. Ambas as versões desapareceram, havendo cópias em latim, siríaco, etíope e outras línguas antigas, traduzidas da versão grega, com a possível exceção do siríaco, que pode ter sido traduzido diretamente do aramaico. A versão latina contém algumas adições cristã: caps. 1 e 2 (de cerca de 150 D.C.) e caps. 15 e 16 (de cerca de 250 D.C.). Os caps. 3 - 14, o original Apocalipse de Esdras, que consistia de seis visões, aborda o problema do mal e dos sofrimentos de Israel, em resultado à destruição de Jerusalém em 70 D.C., e não à destruição mais antiga, de 586 A.C. O advento do Messias haveria de pôr fim a esse período de sofrimentos. Data: 90 D.C.

3. *Tobias* é uma história curta que combina certo número de motivos populares, como a narrativa de uma viagem a terras distantes, uma expedição de pesca, uma droga maravilhosa, casos de amor, o salvamento de uma jovem aflita, a redescoberta de um tesouro, o encontro com um anjo disfarçado, um caso de exorcismo, costumes de sepultamento, costumes religiosos, idéias teístas e exemplos do cuidado divino pelos Seus. A narrativa nos provê uma janela por meio da qual podemos olhar e obter uma idéia da piedade e da vida judaicas, no começo do segundo século antes de Cristo. Data: Cerca de 190-170 A.C.

4. *Judite*, a breve história de uma heroína, ideal da mulher judia devota, que exemplificou a coragem feminina. A composição enfatiza o princípio da total obediência à vontade de Deus, lealdade à Sua lei, mesmo que com sacrifício pessoal. O caso teria ocorrido nos primeiros dias do retorno do cativeiro, contando a derrota das tropas de Nabucodonosor pela astúcia de Judite. O monarca declarara guerra contra a Judéia, por não o haver apoiado em sua guerra contra a Média. Judite, ao visitar Holofernes, o comandante do inimigo, fingiu intenções amorosas. Apanhando-o desprevenido, foi capaz de decapitá-lo. Sua cabeça foi enviada de volta a Betúlia, cidade natal de Judite, para ser exibida. Inspirados por isso, os habitantes da cidade, até então cercados, lançaram seu ataque e obtiveram a vitória. A moral da história é que qualquer coisa pode ser feita se agirmos com coragem, dentro do contexto da vontade de Deus. Data: cerca de 150 A.C. O livro foi originalmente escrito em hebraico, e então traduzido para o grego.

5. *Adições ao Livro de Ester*. São passagens que suplementam o relato secular do livro de Ester, que era lido quando da festa de Purim (ver o artigo a respeito). Essas adições ressaltam o sentido religioso da narrativa original. A Vulgata põe essas adições no fim do livro canônico, como um apêndice. Data: 114-78 A.C. O livro foi originalmente escrito em hebraico, e então traduzido para o grego.

6. *Sabedoria de Salomão*. Exalta a sabedoria, a qual tanto é retidão como é a *hipóstase* divina; um ser quase divino. Ataca a insensatez da idolatria, mormente a egípcia. O terceiro capítulo contém uma sublime declaração em prol da imortalidade da alma, diferindo radicalmente do ponto de vista judaico normal da ressurreição, no tocante ao destino humano. Mui provavelmente reflete a filosofia platônica e estóica, por intermédio de mestres judeus alexandrinos. As almas dos justos estão nas mãos de Deus, e o tormento não os atingirá. À vista dos insensatos, eles parecem morrer, e a partida deles é tomada como miséria, como se tivessem sido totalmente destruídos ao se irem de nós: mas eles estão em paz». Data: cerca de 100-50 A.C. Foi originalmente escrito em grego, em Alexandria.

7. *Eclesiástico*, ou *Sabedoria de Jesus Ben-Siraque*. Sem dúvida, o mais longo dos livros apócrifos. Ben-Siraque foi um mestre religioso em Jerusalém, um escriba, intérprete e mestre da lei. Ele escreveu essa coletânea de aforismos e minúsculos ensaios sobre religião e moral, em dois volumes, seguindo os Provérbios canônicos, o segundo dos quais começa no atual capítulo vinte e quatro. O livro inclui como características princípais elogios aos escribas (38:24-39:11) e aos médicos (38:1-12), louvores a homens famosos (44-50), concluindo com o louvor a Simão, que viveu no começo do século II A.C. O prólogo evidentemente é de outro autor, sendo uma sinopse cristã posterior. O livro é hebreu em seu caráter essencial, saduceu em sua ênfase, sem qualquer influência da cultura helênica. Foi originalmente escrito em hebraico, e cerca de duas terças partes ainda existem nesse idioma. Data: cerca de 185 A.C.

8. *Baruque*. Uma obra composta, fornecendo alegadas informações sobre o amanuense do profeta Jeremias. O livro combina a confissão dos pecados de Israel, que produziram a destruição de Jerusalém em 586 A.C., com uma seção que louva a sabedoria, juntamente com outra seção acerca da futura salvação de Israel. O livro exibe marcante dependência literária de Jó, Daniel e Isaías. Era largamente lido pelos judeus da diáspora, o qual tornou-se parte da liturgia da sinagoga, tendo chegado até o início da era cristã. Foi originalmente escrito em hebraico, mas sobrevive em uma versão grega. Data: cerca de 150-100 A.C.

9. *Epístola de Jeremias*. Com freqüência é incluída como o sexto capítulo do livro de Baruque. Um ataque vergastador contra a idolatria, refletindo os sentimentos de judeus leais em meio ao paganismo. Seu original foi escrito em aramaico, como se fosse uma carta de Jeremias aos judeus exilados na

Babilônia (ver Jer. 29:1 ss). Data: cerca de 150 A.C.

10. *Adições a Daniel.* Oração de Azarias, Cântico dos Três Jovens e História de Susana. Todas essas adições aparecem nas Bíblias grega e latina. A oração de Azarias, que fala sobre o Filho, segue Dan. 3:23. Na Bíblia grega, Susana antecede o começo do livro de Daniel, mas é o décimo terceiro capítulo de Daniel na Vugata Latina. Em algumas publicações e edições, forma um livro separado, totalizando assim catorze livros apócrifos. *Bel e o Dra*gão aparece no fim do livro de Daniel, na versão grega, mas é o décimo quarto capítulo do mesmo na Vulgata. A oração e o cântico são notáveis exemplos da poesia litúrgica dos judeus. O Cântico continua sendo usado na adoração cristã como o Benedicite, em duas partes do Livro de Oração. Susana é uma breve história que enfatiza a proteção de Deus aos fiéis. Recomenda que se façam indagações separadas das duas testemunhas requeridas pela lei judaica. *Bel e o Dragão* narra como foi desmascarada a astúcia de babilônios idólatras, além de ridicularizar a idolatria e a adoração dos cultos. Provavelmente teve um original hebraico, talvez do século III A.C., mas certas porções podem ser tão tardias quanto o ano 100 A.C.

11. *Oração de Manassés.* É um típico salmo penitencial judaico, apropriadamente atribuído ao rei Manassés (II Crô. 33:1-13), mas que, por motivos óbvios, não foi composto por ele. Os livros apócrifos contêm muitos poemas religiosos e muitas orações, servindo de estudo da devoção judaica pré-cristã. Essa obra exemplifica o fato. Não há certeza se foi escrito originalmente em hebraico, mas sobreviveu em grego. Data: século I A.C.

12. *I Macabeus.* Um relato da guerra de independência dos macabeus, desde seus primórdios, nos dias de Antíoco IV Epifânio (reinou de 175 a 614 A.C.) até o governo de João Hircano (135-104 A.C.), que se tornou sumo sacerdote e governante dos judeus. A narrativa é objetiva, obviamente baseada em registros e observações. Há algumas incoerências internas, embora seja exato o bastante para que Josefo se sentisse capaz de usá-lo como fonte informativa em suas *Antiguidades*. Foi escrito em hebraico, tendo sido traduzido para o grego pouco depois de sua publicação. Data: cerca de 104 A.C.

13. *II Macabeus.* Sumário da obra de Jasan de Cirene (cerca de 100 A.C.) em cinco livros. Aborda um período histórico bem mais breve que o de I Macabeus (quinze anos, —em vez de quarenta) Há pontos paralelos entre os dois livros: I Mac. 1-2 e II Mac. 4-7; I Mac. 3-5 e II Mac. 8-10; I Mac. 6-7 e II Mac. 11-15. O livro lança mão de invenções sobrenaturais muito mais que I Macabeus. O autor interessava-se pelo interesse de Deus pelo templo de Jerusalém. A obra abunda em milagres e lendas sagradas, como o martírio dos sete irmãos, expondo doutrinas a que objetaram os reformadores protestantes. Isso constituiu uma das razões para a rejeição de todos os livros apócrifos, como a oração de almas encarnadas em favor de almas de falecidos, ou de almas de falecidos em favor de almas encarnadas. A doutrina do *purgatório* (ver o artigo) também figura ali, sendo essa a única declaração clara daquela doutrina, em obras que, pelo menos em certos segmentos da cristandade, são consideradas canônicas e autoritárias. Muitas outras religiões, entretanto, têm exposto uma forma ou outra de purificação após a morte biológica.

O autor desconhecido informa que extraiu grande parte de seu livro de uma obra em cinco volumes de Jason de Cirene. Por esse motivo, o autor tornou-se conhecido como o epitomista. Ele mesmo nos proveu o prólogo (2:19-32), o epílogo (15:37-39), e talvez a carta aos judeus egípcios (1:1-2:18). A obra de Jason parece ter sido escrita em grego. Data: cerca de 100 A.C.

Com II Macabeus termina a coletânea ordinariamente chamada livros *apócrifos*. Ainda outros livros dessa natureza foram usados em alguns segmentos da Igreja antiga, como segue:

III Macabeus. Aceito no cânon das Igrejas orientais. O livro era também chamado *Ptolemaica.* Sua narrativa envolve o reinado de Ptolomeu Filopater, que reinou entre 222 e 205 A.C. De acordo com o relato, ficou irado diante da recusa dos judeus por não admitirem-no no Santo dos Santos no templo de Jerusalém e retornou a Alexandria com sentimentos assassinos no coração, em busca de vingança. Porém, uma intervenção divina lhe frustrou o plano. Aparentemente foi escrito em grego. Data: de I A.C. a I D.C.

IV Macabeus. Esse livro é incluído em algumas listas do cânon do Antigo Testamento. Trata-se de uma obra filosófica que aborda a questão se a razão devota é senhora de si mesma. Seu conteúdo é essencialmente um catálogo de mártires judeus, baseado quase inteiramente em II Mac. 6:18-7:42, mas com a adição de detalhes sangüinários. A filosofia do mesmo é estóica, e o estilo é retórico. Seu original aparentemente foi escrito em grego. Data: século I D.C.

III. Novo Testamento: Livros Apócrifos e outra Literatura Cristã Antiga

NOVO TESTAMENTO

ESBOÇO

1. Escritos Patrísticos: Epístolas, Apologias, Ensinos
2. Literatura Apócrifa
   a. Evangelhos
   b. Atos
   c. Epístolas
   d. Apocalipses
   e. Ensinos

IV. Influência dos Livros Apócrifos e Pseudepígrafos sobre o Judaísmo Posterior (Helenista), o Cristianismo e o Judaísmo Moderno

V. Gráficos: N.B. 3 e 4 se aplicam ao N.T.

VI. Bibliografia (A.T. e N.T.)

1. Escritos Patrísticos

Naturalmente o N.T. representa o **escrito mais antigo** que possuímos e que trata das origens do cristianismo e dos ensinamentos do sistema cristão. Em segundo lugar quanto à antiguidade, após o N.T., e mais antigos que os livros apócrifos do N.T., avultam os escritos dos primitivos cristãos, alguns dos quais foram discípulos imediatos dos apóstolos. As epístolas de *Clemente* e de *Barnabé* e o livro intitulado *Pastor de Hermas* tiveram grande influência na igreja primitiva e em algumas das primeiras coleções de escritos do N.T., nas quais esses livros mencionados foram incluídos. Em algumas seções da cristandade, esses livros adquiriram uma posição quase canônica, enquanto que alguns crentes individuais aceitavam-nos como perfeitamente canônicos. Todavia, a tendência geral foi de ir eliminando aqueles livros que não repousavam sobre autoridade apostólica direta — ou escritos diretamente pelos apóstolos, ou aqueles cujos materiais provinham diretamente de fontes apostólicas, como, por exemplo, o evangelho de Marcos.

Os principais desses escritos, com suas respectivas

datas, são os seguintes: 1. I Clemente (95 D.C.), usualmente reputado como uma epístola genuína de Clemente aos crentes de Corinto (por alguns considerado como o Clemente de Fil. 4:3, embora isso seja incerto). Entretanto, provavelmente foi um discípulo de Pedro, e um dos primeiros líderes da igreja em Roma. 2. II *Clemente* (150 D.C.). Esta epístola não é reputada como autêntica, isto é, não é um escrito autêntico de Clemente, na opinião da maioria dos eruditos modernos. 3. *Epístola de Barnabé* (primeira metade do século II D.C.). Essa obra é realmente anônima, pois não há qualquer evidência de que Barnabé a tenha escrito. Trata-se de uma curiosa comparação entre o legalismo judaico e os padrões éticos do cristianismo. 4. *Epístola de Policarpo* (antes de 155 D.C.). Epístola genuína de Policarpo à igreja em Filipos. 5. *Epístolas de Inácio* (cerca de 115 D.C.). Inácio escreveu certo número de epístolas em seu próprio nome, a maioria das quais provavelmente quando viajava para ser martirizado em Roma. Sete dessas epístolas que permanecem até hoje são consideradas escritos genuínos de Inácio. São epístolas endereçadas a Éfeso, Magnésia, Trales, Roma, Filadélfia, Esmirna e ao bispo de Esmirna (Policarpo). 6. *O Pastor de Hermas* (130-150 D.C.). Essa obra não é realmente uma epístola, mas se assemelha mais a um apocalipse. Contém visões, exortações e algumas parábolas. 7. *O Didache* (transliteração do termo grego que significa «ensino», século II ou III D.C.). Essa obra foi descoberta no fim do século XIX. Trata-se de obra pseudônima, cujo título completo em português seria «Ensino do Senhor aos Gentios através dos Doze Apóstolos». A primeira parte da obra descreve os *Dois Caminhos*, sendo uma espécie de expansão dos *dois caminhos* apresentados por Jesus no sétimo capítulo do evangelho de Mateus. Seus ensinos são principalmente éticos. A última parte do livro dá instruções acerca do uso dos sacramentos e acerca de algumas práticas eclesiásticas. Alguns acreditam que a epístola de Barnabé foi uma das fontes do conteúdo deste livro. 8. *Epístola a Diogneto* (século III D.C.). Talvez esta obra fosse melhor classificada entre as «apologias», cuja descrição vem mais abaixo. Esse livro foi endereçado a Diogneto, pelo que seu nome foi preservado, mas não sabemos quem foi o seu autor. 9. Nessa coleção poderíamos incluir a obra *O Martírio de Policarpo*, que foi um dos primeiros exemplos dos «Atos dos Mártires», e que posteriormente se tornaram um dos temas favoritos dos escritos cristãos. À parte esta última, a coleção desses livros difere do N.T. no fato que não expõe narrativas das vidas de crentes bem conhecidos e acrescenta pouquíssimo conhecimento ao que já se sabe sobre os eventos históricos da vida de Jesus. Tais livros, contudo, foram expressões espontâneas dos cristãos primitivos que procuravam definir as implicações da vida de Cristo, e que servem de testemunhas sobre a autenticidade e a grandeza da vida que ele viveu.

Algumas obras foram escritas particularmente com o propósito de apresentar uma defesa do cristianismo. Essas obras foram produzidas nos séculos II e III D.C., e, consideradas em separado, compõem uma coletânea separada de escritos primitivos que vieram à existência por causa da vasta influência da vida de Jesus sobre o mundo antigo. As mais longas e mais bem conhecidas dessas «apologias» são as de Justino Mártir, que incluem o seu *Diálogo com Trifo*, o qual é apresentado nessa apologia como um questionador judeu acerca das idéias básicas do cristianismo. Essa obra apresenta a defesa do cristianismo contra as críticas judaicas. Suas «Primeira» e «Segunda» apologias foram dirigidas a elementos gentílicos. Outros escritos pertencentes a essa mesma natureza, de outros autores, contêm defesas do cristianismo misturadas com ataques contra as religiões pagãs. A função dessas últimas era não somente convencer os incrédulos, mas também confirmar os crentes em suas crenças. Muitas dessas primeiras apologias se perderam inteiramente, salvo alguma menção em outras obras. Aquelas que continuam disponíveis até hoje são as seguintes: 1. *Aristides de Atenas*—Essa apologia tem sido restaurada mediante uma tradução siríaca e à base de uma forma da mesma obra, incorporada em uma obra literária grega posterior. 2. Justino Mártir—Além de seu livro *Diálogo com Trifo*, temos mais duas de suas apologias. 3. Taciano—*Discurso aos Gregos*. 4. Atenágoras —*Embaixada em Favor dos Cristãos*. 5. Teófilo de Antioquia—*A Autólico*. Essa obra é apresentada em três volumes.

Além dessas obras mencionadas especificamente por nome, houve muitíssimas outras, escritas por diversos cristãos da antiguidade, mas que se perderam inteiramente (são mencionadas apenas por título em outros escritos, mas nenhuma cópia tem sido encontrada) ou, pelo menos, foram preservadas apenas na forma de pequeníssimos fragmentos. Mediante esse grande impulso que levou muitos a escreverem, podemos notar o *formidável impacto* que a vida de Cristo exerceu sobre o mundo antigo, e disso se pode concluir que ele não viveu uma vida comum e nem foi um homem qualquer.

Em segundo lugar, tudo isso demonstra, ao menos indiretamente, a *autenticidade* do N.T., e, particularmente dos evangelhos, que expõem a história da vida de Jesus Cristo. Se Jesus tivesse sido um homem comum, e não tivesse feito aquilo que é reivindicado para ele, não é provável que tantos tivessem escrito a seu respeito, na tentativa de mostrar a autenticidade de sua vida e de suas palavras.

2. Literatura Apócrifa:

Essas coletâneas de escritos, embora mais numerosas que as dos livros apócrifos do AT, geralmente são menos conhecidas. O termo geralmente indica aquelas obras não-canônicas, que afirmam fornecer informação adicional de espécie supostamente autêntica, sôbre Cristo, Seus apóstolos, ou outros seguidores de Cristo. Mediante essa definição eliminamos, assim, o que poderia ser mais acertadamente denominado de *literatura patrística*, ou seja, a literatura produzida pelos primeiros Pais da Igreja, como cartas ou tratados. Sob essa classificação podem ser alistadas as cartas de Clemente, Inácio, Policarpo, Papias e outros. E também o Didache, a epístola de Barnabé e o Pastor de Hermas, usualmente classificados de «patrísticos», apesar de várias dificuldades quanto à autoria e o conteúdo.

A maior parte da literatura apócrifa do N.T. pode ser classificada como o próprio Novo Testamento: evangelhos, atos, epístolas e apocalipses. A literatura que vai além dessas classificações são as obras que se declaram cânones de disciplina eclesiástica e de liturgia, como as «Constituições Apostólicas», que afirmam representar práticas apostólicas, e o «Testamento de Nosso Senhor», que faz a assertiva ousada de conter os discursos de Cristo proferidos depois de Sua ressurreição.

Muitos motivos variados estão por detrás da produção dessas obras posteriores, muitas das quais escritas em nome de um dos apóstolos ou de alguns dos outros cristãos primitivos bem conhecidos. O *mais óbvio* motivo é o vasto impacto da pessoa de Cristo no mundo. É natural que tal pessoa como Ele provocasse a imaginação e o interesse dos homens o bastante para

causar a escrita de numerosas obras, por pessoas que viveram depois da era apostólica. Algumas foram escritas para preencher os detalhes da vida de Cristo ou dos apóstolos, onde os livros canônicos não prestam tal informação. Assim é que há vários evangelhos que supostamente nos dão detalhes dos anos da infância de Cristo. Epístolas e tratados foram escritos em nome dos apóstolos, fornecendo detalhes sobre certos pontos de doutrina, ou expandindo muito o que já era óbvio nas epístolas canônicas. Outros escreveram para projetar no pensamento cristão as suas doutrinas ou preconceitos favoritos; e o exemplo mais óbvio disso são os muitos documentos *gnósticos*, tanto evangelhos como epístolas. As vidas dos apóstolos, bem como a vida de Cristo, também inspiraram a escrita de muitos «atos»; e apesar de algo desse material ser apenas suplementar, outra parte torce propositalmente as informações ou fabrica incidentes e afirmativas para promover uma doutrina ou grupo religioso que veio à existência mais tarde.

a. Os Evangelhos Apócrifos

Evangelho segundo os Hebreus. Essa obra (100 D.C.) era conhecida por um bom número dos primeiros Pais da Igreja, como Clemente de Alexandria, Orígenes, Hegesipo, Eusébio e Jerônimo. É um evangelho de forte tom judaico, que usa Mateus como fonte principal de informações. Alguns, nos primeiros séculos, julgaram tratar-se do original hebraico de Mateus, mencionado por Papias. Provavelmente foi uma espécie de evangelho «local», dos cristãos judeus da Síria, e que continha algum material autêntico. Eusébio refere-se a uma narrativa do mesmo, de uma mulher com muitos pecados, que foi acusada perante Jesus. Alguns crêem tratar-se da história da última porção de João 7 e do início de João 8, que teria sido tomado de empréstimo daquela fonte, visto que a evidência manuscrita é contra a autenticidade desse relato, em nosso evangelho de João. (Ver o NTI em João 7:53). Embora esse evangelho pareça ter algum valor, tendo gozado de respeito em pequena porção da Igreja primitiva, nunca foi admitido no cânon pela Igreja em geral.

Evangelho aos Egípcios. Conhecido principalmente em citações ao mesmo, por Clemente de Alexandria, no «Stromateis». É uma espécie de diálogo ascético entre Cristo e Salomé. Foi usado por alguns gnósticos para repudiar as relações sexuais. Sua data cai entre 130 a 150 D.C., sendo uma óbvia fabricação.

Evangelho de Tomé. Uma cópia desse evangelho foi achada entre os mss. descobertos em Nag-Hammadi. Essa descoberta trouxe à luz 13 códices cópticos, contendo quarenta e nove tratados gnósticos. (Ver nota em Col. 1:15, — quanto aos detalhes da descoberta). O evangelho de Tomé é o único evangelho apócrifo completo descoberto até o momento. Contém 114 «Logia» ou declarações, atribuídas a Jesus, supostamente escritas pelo apóstolo Tomé. Três fontes são evidentes: 1. Cerca de metade dessas declarações foi tomada de empréstimo dos evangelhos canônicos; 2. algumas foram tomadas de empréstimo de outros evangelhos apócrifos, principalmente dos evangelhos aos Egípcios e aos Hebreus; 3. uma fonte desconhecida. Alguns crêem que essa fonte desconhecida merece igual consideração que os evangelhos canônicos, mas parece que embora algumas declarações autênticas se façam presentes, em geral são meras fabricações dos gnósticos. Assim, esse documento é importante testemunho não do desenvolvimento do cristianismo histórico, mas do desenvolvimento da cristologia gnóstica. Data de cerca de 100 D.C.

Evangelho de Pedro. Contém elementos gnósticos e implicações docéticas. Está um tanto marcado por elemento miraculoso, espúrio e tolo. Reduz a culpa de Pilatos, aumenta a culpa de Herodes e dos judeus—possivelmente uma concessão ao governo romano dominante. O grito: «Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?» é transformado em «Meu poder, por que me abandonaste», um tom gnóstico. Data de meados do século II.

Evangelho de Nicodemos (entre os séculos II e V). Produzido por um autor piedoso, que salienta fortemente a deidade de Cristo e apresenta algumas declarações vívidas, mas certamente forjadas, usando os evangelhos canônicos como base, além do chamado «Atos de Pilatos». A altamente colorida «Descida ao Inferno», é boa peça literária, que copia idéias gregas acerca do submundo, mas certamente não é inspirada. O livro vindica inteiramente Pilatos, o que levou à santificação de Pilatos em algumas seções da Igreja. Seu martírio é ainda celebrado na Igreja Cóptica.

Evangelhos da Infância (séculos II a V). O mais popular desses é o *Protevangelium de Tiago*. Foi escrito em defesa de certas teorias sobre a virgindade perpétua de Maria, e narra muitas histórias fabulosas sobre a vida de Maria.

Evangelho de Tomé sobre a infância de Jesus Cristo. Contém muitas narrativas fabulosas sobre o princípio da vida terrena de Jesus—algumas das quais pintam-no mais como um santo executor do que como o suave Salvador. Por várias ocasiões ele teria matado miraculosamente a outras crianças, que tê-lo-iam ofendido, e sem arrepender-se disso. Graças a Deus, tudo não passa de invencionice.

Outros evangelhos existem de interesse secundário, muitos dos quais escritos pelos gnósticos, em apoio e propaganda de suas crenças.

b. Atos Apócrifos: Atos de João (150-160 D.C.). Descreve milagres e cita sermões, gnósticos em seu caráter. É bastante ascético em suas idéias morais, mas contém descrições repulsivas. *Atos de Paulo* (cerca de 160 D.C.). Contém a seção chamada de *Atos de Paulo e Tecla*, que seria a história de uma jovem de Icônio, convertida sob Paulo, e que rompeu seu noivado por causa de sua prédica. Seu alvo principal é exaltar a virgindade perpétua. Outra seção dá mais correspondência do apóstolo com os coríntios; e outra seção fala sobre o martírio de Paulo, que é lendário, todavia. O tom geral da outra é extremamente ascético, mas no mais é ortodoxo. *Atos de Pedro* (século II). Supostos incidentes do ministério de Pedro, a queda da Igreja de Roma devido às vilezas de Simão Mago, a fuga de Pedro de Roma, sua volta e crucificação de cabeça para baixo. Acredita-se ter sofrido influência gnóstica, e é muito ascético em sua tonalidade. *Atos de Tomé* (fins do século II). Descreve Tomé, missionário na Índia, e suas aventuras. Muito ascético em seu caráter, sofreu influências gnósticas.

c. Epístolas Apócrifas. Terceira Epístola aos Coríntios e Epístola dos Apóstolos, uma espécie de fabricações de visões, ligadas na forma de um discurso. Tudo escrito a fim de expor supostos ensinos de Cristo, após sua ressurreição. *Correspondência entre Paulo e Adgar*, rei de Edessa. Eusébio fez tradução, do siríaco, dessa suposta correspondência, julgando obviamente haver alguma verdade nela. Mas nada pode ser provado nesse sentido. *Epístola aos Laodicenses*, escrita para materializar a epístola mencionada em Col. 4:16, mas sendo apenas uma fileira de declarações paulinas, tiradas de outras fontes e ligadas entre si. A *Correspondência entre Paulo e Sêneca*, certamente foi escrita para encorajar a leitura das verdadeiras epístolas de Paulo, nos

círculos filosóficos. Embora a ética de Paulo reflita certa variedade do estoicismo romano (do qual Sêneca era um dos porta-vozes) e apesar de Paulo haver nascido em um centro do estoicismo romano (Tarso), não há qualquer evidência de ter havido correspondência entre esses homens, que foram contemporâneos um do outro.

d. Apócalipses: O mais bem conhecido é o **Apocalipse de Pedro**, que é a única obra apócrifa sobre a qual há evidências positivas de haver tido posição quase-canônica por qualquer espaço de tempo. O fragmento «Murationian» (mss. posterior, datado em cerca de 180 D.C.), que contém uma lista dos livros canônicos aceitos, menciona essa obra, juntamente com uma nota que algumas igrejas não a liam publicamente. Parece ter estado em uso em algumas seções da Igreja, pelo menos até o século V. Contém visões do Senhor transfigurado, detalhes chocantes da punição dos condenados. Eusébio reputava-o espúrio. Houve vários apocalipses de origem gnóstica, incluindo alguns *Apocalipses de Paulo*. Um desses era conhecido por Orígenes (225 D.C.).

e. Ensinos

Houve outras obras gnósticas apócrifas, como o *Apócrifon de João*, dando doutrinas secretas (gnósticas) supostamente ensinadas pelo Senhor a João. (Foi encontrado entre os mss. de Nag Hammadi). Data de cerca de 180 D.C. O *Apócrifon de Tiago*, também foi achado entre os mss. de Nag. Hammadi. Data de cerca de 125 D.C., e em geral está livre da doutrina gnóstica, embora, quanto ao estilo, se pareça com outros livros apócrifos de origem definidamente gnóstica. A obra chamada de *Homilias Clementinas* é uma espécie de reflexão de uma novela do segundo século, acerca da conversão de Clemente ao cristianismo, mediante a influência de Pedro. Apresenta um tipo fortemente «judaico» de cristianismo.

Embora a simples leitura dessas obras seja suficiente para convencer a maioria das pessoas de que sua não inclusão no cânon foi perfeitamente justa, contudo o mundo cristão certamente ficaria endividado a alguém que, mediante estudo e pesquisa diligente, pudesse recolher aqueles elementos das mesmas que provavelmente são autênticos, e que acrescentaria, pelo menos em pequena medida, ao nosso conhecimento sobre a vida e as declarações de Cristo e dos apóstolos. Quanto a uma discussão sobre esses princípios, à base das quais foi formado o cânon das Escrituras, ver o *artigo* sobre este assunto.

IV. Influência dos Livros Apócrifos e Pseudepígrafos sobre o Judaísmo Posterior (Helenista), o Cristianismo e o Judaísmo Moderno

A. Posição Canônica

1. A comunidade judaica da dispersão, conforme se vê na coletânea dos livros da *Septuaginta*, aceitava os livros apócrifos do Antigo Testamento. Alguns eruditos referem-se à coletânea de livros da Septuaginta (tradução do Antigo Testamento hebraico para o grego, feita em Alexandria, entre 280 — 130 A.C.) como o *cânon alexandrino*, em contraste com o *cânon palestino*, que não incluía esses livros. Têm sido feitas objeções quanto à distinção entre esses dois cânones, mas o fato histórico é que a Septuaginta (ou LXX) mostra que as comunidades judaicas alexandrina e palestina tinham pontos de vista diferentes sobre o cânon das Escrituras. Isso é frisado ainda mais pelo fato de que muitos líderes religiosos de Jerusalém ensinavam que é um erro a existência das Escrituras Sagradas traduzidas para o grego. Pois isso mostra que eles não simpatizavam com a expansão do número de livros, conforme se vê na Septuaginta.

2. Os *livros pseudepígrafos* nunca receberam posição canônica, embora tenham exercido enorme influências sobre as *idéias*, embora não sobre a coletânea dos livros sagrados. Entre os manuscritos do mar Morto, tanto os livros apócrifos quanto os livros pseudepígrafos foram largamente incluídos, o que demonstra que pelo menos alguns judeus, às portas mesmo de Jerusalém, usavam esses livros durante o período helenista.

3. As duas principais seitas religiosas dos judeus, os *saduceus* e os *fariseus*, desenvolveram-se durante o período helenista. Não existem documentos escritos produzidos pelos saduceus. Por sua vez, os fariseus eram prolíficos comentadores das Escrituras do Antigo Testamento, o que resultou no Talmude. O judaísmo conservador moderno é essencialmente farisaico em seu caráter. O farisaísmo foi influenciado, quanto às suas idéias, pelos livros apócrifos e pseudepígrafos. Logo, é patente que o judaísmo conservador moderno deve muito a esses livros quanto à sua expressão.

4. O *concílio de Trento* (1545 — 1563) aceitou os livros apócrifos como canônicos, o que significa que a Igreja Católica Romana reteve oficialmente esses livros como autoritários para a fé e a prática.

5. A *Igreja Ortodoxa Oriental* aceitava os livros apócrifos, no mesmo nível que todo o resto da tradição do Antigo Testamento, até o fim do período patrístico, ou seja, na época dos primeiros pais da Igreja; mas, desde então, muitos oficiais desse agrupamento têm conferido uma posição inferior aos livros apócrifos.

6. A *comunidade anglicana*, em seus Trinta e Nove Artigos, demonstra respeito por esses livros, especialmente como guias em lições espirituais e morais, embora negando que eles devam ser usados para o estabelecimento de doutrinas cristãs.

7. Os *grupos protestantes* (incluindo os *evangélicos*), em sua maior parte, ignoram totalmente o conteúdo dos livros apócrifos e pseudepígrafos, visto que desde a Reforma tais livros foram rejeitados como canônicos. Vale dizer, esses grupos seguem o cânon palestino, quanto ao Antigo Testamento.

Pelo exposto, torna-se claro que tanto o judaísmo quanto largos segmentos da Igreja cristã têm usado e sido influenciados pelos livros apócrifos e pseudepígrafos. Os itens abaixo mostram isso de modo incisivo.

B. Citações dos Livros Apócrifos no Novo Testamento

Apesar de não haver muitas citações *diretas* dos livros apócrifos no Novo Testamento, há muitas alusões aos mesmos, com o empréstimo de idéias e forma de expressão. Os autores do Novo Testamento empregaram a Septuaginta em suas citações, pelo que sabemos que esse documento (que incluía os livros apócrifos) estava constantemente à frente deles.

Algumas citações ou empréstimos óbvios:

1. O trecho de Mat. 11:28-30 quase repete as palavras do final do livro de Eclesiástico.

2. O décimo primeiro capítulo de Hebreus, ao descrever os heróis da fé, mostra-se bastante parecido com o capítulo quarenta e quatro do Eclesiástico. A passagem de Heb. 11:35, evidentemente, refere-se ao herói macabeu Eleazar, segundo a descrição de II Macabeus 6:20,21.

3. O trecho de Efé. 6:13-17, ao descrever as armas da nossa milícia espiritual (uma metáfora militar), mostra-se bem parecido com o de Sabedoria de

Salomão 5:17-20.

4. O trecho de Heb. 1:1-3, ao descrever o Cristo eterno, exaltado e preexistente, o *Logos* (embora esta última palavra não seja usada pelo autor dessa epístola), é bastante similar ao que diz o livro Sabedoria de Salomão (7:15-27), ao aludir à sabedoria de Deus.

C. Os Livros Pseudepígrafos do Antigo Testamento no Novo Testamento

Esses livros também faziam parte da produção literária do judaísmo helenista. São chamados *pseudepígrafos* porque os autores que os teriam escrito (heróis e líderes espirituais do Antigo Testamento) são falsos. Assim, para exemplificar, *Enoque* não escreveu os livros que lhe são atribuídos. Esses livros foram escritos entre 200 A.C. e 200 D.C. Incluem o livro dos Jubileus, a Carta de Aristéias, os Livros de Adão e Eva, os vários livros de Enoque, os Segredos de Enoque, os Testamentos dos Doze Patriarcas, os Oráculos Sibilinos, a Assunção de Moisés, o Apocalipse Siríaco de Baruque (também chamado de Segundo Baruque), o Apocalipse Grego de Baruque (ou Terceiro Baruque), o Quarto Livro de Esdras (ou Segundo Esdras), os Salmos de Salomão, o Quarto Livro dos Macabeus, a História de Aicar, e as Declarações dos Pais (ou *Pirke Aboth*).

Idéias, citações e alusões dos livros pseudepígrafos no Novo Testamento:

1. A descida de Cristo ao hades (I Ped. 3:18 — 4:6). O relato sobre descidas de heróis e deuses ao hades (lugar das almas desencarnadas, sem importar se estivessem sofrendo castigos, ou não) é um motivo universal da literatura religiosa. Pode-se ver isso nos livros pseudepígrafos em I Enoque 60:5,25; 69:26 e nos Doze Patriarcas — Levi 4. No Novo Testamento, seu uso serve para mostrar que a oportunidade de redenção não é interrompida pela morte biológica do indivíduo, e que o evangelho foi pregado aos mortos (I Ped. 4:6). Alguns estudiosos pensam que aquela passagem da primeira epístola de Pedro é um empréstimo direto feito de I Enoque.

2. Judas 9 (no Novo Testamento), que fala sobre a disputa havida entre o anjo Miguel e o diabo, em torno do cadáver de Moisés, foi emprestado do livro *Assunção de Moisés*, segundo nos informa Orígenes em *Sobre os Primeiros Princípios* 3:2,1. Isso faz parte da angelologia que se desenvolveu dentro do judaísmo helenista, que, posteriormente, veio a fazer parte da doutrina cristã.

3. Os versículos 14 e 15 da epístola de Judas foram extraídos diretamente de I Enoque 1:9; 5:4; 27:2: 60:8 e 93:2. Esses versículos referem-se ao trabalho dos anjos por ocasião do julgamento dos homens ímpios. E isso veio a tornar-se uma doutrina neotestamentária, conforme se vê em Mat. 13:39,41. E o trecho de Jubileus 7:38,39 diz algo similar.

4. Judas 11 menciona o caminho de Caim e o erro de Balaão. Esses itens ilustram, metaforicamente, os conceitos judaico-helenistas sobre o princípio do mal e sua atuação no mundo. O autor da epístola de Judas aparentemente extraiu o seu comentário de Sabedoria de Salomão 10:3 e de Jubileus 4:1-5. O primeiro é um dos livros apócrifos, e o segundo, um dos pseudepígrafos. O caminho de Balaão também é discutido em *Pirke Aboth* 5:21,22.

5. O conceito de que os arcanjos têm províncias de atuação, vê-se em Dan. 10:13,21 e em I Enoque 20:1-8. E os escritos paulinos de Efé. 1:21 *ss* e 6:11 *ss* refletem essa crença.

6. *I Enoque*. Em muitos sentidos, esse é o livro mais destacado dentre as obras pseudepígrafas. Esse livro contém muitos temas que são aproveitados no Novo Testamento, através do judaísmo helenista. Alguns desses temas são deveras importantes para o pensamento cristão. Abaixo damos exemplos:

a. *As chamas do inferno foram acesas em I Enoque*. O Antigo Testamento não contém a doutrina de um inferno de fogo. Os trechos de I Enoque 9:6; 21:7-10; 54:1,2 e 93:6-16 deveriam ser comparados com os trechos de Mat. 5:22-28 e Apo. 14:11 e 20:14,15. O décimo capítulo de II Esdras contém material similar aos de II Esdras 7:36. A doutrina de um inferno eterno, em chamas, tem exercido uma poderosa influência sobre a maneira como muitos cristãos têm pensado e agido, através dos séculos. Notemos que II Esdras é uma obra apócrifa (e não parte dos pseudepígrafos), pelo que é considerado canônico pela Igreja Católica Romana.

b. O conceito do *reino de Deus* aparece claramente em I Enoque 104:4,6. Comparar isso com Mat. 22:23-33 e Mar. 12:18-27.

c. O tema da *esperança messiânica* aparece em I Enoque 33:2 e 53:6. Compare-se isso com Atos 3:15 e 7:52, onde Jesus, o Messias, é intitulado de «o Justo», tal como naquelas passagens de I Enoque.

d. O *Filho do homem*, como um título dado ao esperado Messias, acha-se em I Enoque 46:2,3. Ver Mat. 9:6 e Luc. 17:22.

e. O *Messias celeste* é um tema dos capítulos 45 — 57 de I Enoque. Esse conceito reaparece em Mat. 26:64 e Fil. 2:5 *ss*, como um dos principais temas cristãos. O primeiro capítulo de Hebreus reflete essa idéia.

f. *Angelologia*. O trecho de I Enoque 6:16 reflete uma complexa noção atinente aos anjos, e em certo aspecto, assemelha-se ao que diz I Cor. 11:10.

g. A *era áurea*, ou *milênio* (embora não com mil anos de duração) é um tema que aparece nos capítulos 91 e 93 de I Enoque. E isso se reflete em Apo. 20:6.

De modo geral, podemos afirmar que a tradição profética encontra o seu esboço em I Enoque, um esboço que foi essencialmente transferido para o Novo Testamento. O livro veterotestamentário de Daniel, naturalmente, teve um papel muito importante na questão, mas outros desenvolvimentos tiveram de esperar pelo aparecimento dos livros pseudepígrafos.

D. O Purgatório e os Livros Apócrifos

O livro de II Macabeus (12:40-46) foi usado pela Igreja Católica Romana como texto de prova «canônico» do conceito do purgatório e da eficácia das preces em favor dos mortos. O concílio de Trento (1545 — 1563) oficializou essa doutrina, no caso da Igreja Católica Romana. Muitos anglicanos e membros das igrejas ortodoxas orientais acreditam na eficácia da oração pelos mortos, com base no conceito da comunhão dos santos; porém, os protestantes e os evangélicos rejeitam ambas essas idéias do purgatório e das orações em favor dos mortos.

E. A História e o Nacionalismo Judaicos

Não há que duvidar que o relato sobre os macabeus, em sua luta pela independência, contra grandes adversidades, com suas subseqüentes vitórias, influenciou o pensamento dos judeus que viveram desde então, através dos séculos. Os israelenses modernos avançaram em massa para conquistar os territórios tomados dos árabes. E fizeram isso escudados na promessa de Deu. 11:24,25: «Todo lugar que pisar a planta do vosso pé será vosso: desde o deserto, desde o Líbano, desde o rio, o rio Eufrates até ao mar ocidental, será o vosso termo. Ninguém vos poderá resistir...» É realmente notável o fato de que

Israèl, a despeito do grande cativeiro egípcio e dos cativeiros subseqüentes na Assíria (quanto ao reino do norte) e na Babilônia (quanto ao reino do sul), tenha conseguido manter sua identidade distinta. Poderíamos acrescentar a isso o fato de que, embora disperso entre as nações, durante quase dois mil anos, em nossos próprios dias o povo de Israel conseguiu novamente organizar-se como uma nação, em sua própria terra natal. A tradição registrada nós livros dos Macabeus tem servido de grande inspiração para a unificação dos judeus, conforme se vê na atualidade, embora nem todos os judeus sigam as idéias sionistas, de retorno à Terra Santa. É que a força das idéias é sempre mais poderosa que os fatores históricos e as circunstâncias.

●●● ●●● ●●●

V. *Gráficos Ilustrativos*

1. CATÁLOGOS CRISTÃOS DOS LIVROS DO ANTIGO TESTAMENTO

CHAVE:
* indica que o livro é expressamente reputado *Escritura Sagrada*
+ indica que ocupa segunda categoria
? indica que o livro é duvidoso

um espaço em branco marca o silêncio do autor sobre o livro em pauta

N.B. A lista envolve somente os *livros disputados*.

	Lam.	*Bar.*	*Est.*	*Ecl.*	*Sab.*	*Tob.*	*Jud.*	*I,II Mac.*	
I. *Catálogos Conciliares*									
Laodicéia 363 D.C.	*	*	*					*	Cânon lix
Cartago 397 (?)		*	*	*	*	*	*	*	III, Cânon xxxix (al. 47)
Cânones Apostólicos			*	+		*	?	*	lxxvi (al. 85)
II *Catálogos Privados*									
a. *Escritos gregos*									
Melito c. 160 (180)		?	*						Apo. Euseb. H.e. iv. 26
Orígenes c. 183-253	*	*	+	+	+	+	+	+	Apo. Euseb. H.E. vi. 25
Atanásio 296-373	*	*	*	+	+	+	+		Ep. Fest. i.767, ed. Ben.
Cirilo Jer. 315-386	*	*		+	+	+	+		Cat. iv.35
Sinópse S. Escrituras				+	+	+	+		Credner, Zur Gresch. des Kan. 127 s.
Nicéforo, Esticomet.		*	+	+	+	+	+	+	Credner, a.a. O. pág. 117 ss.
Gregório Naz. 300-391									Carm. xii.31, ed. Par. 1840
Anfilóquio c. 380			?						Anf. ed. Combef. pág. 132
Epifânio c. 303-403			*	+					De Mensuris, pág. 162, ed. Petav.
Leôncio c. 590									De sectis, a. ii (Gal. xii:625 ss)
João Damasceno c. 750			*	+	+				De Fide orthod. iv. 17
Nicéforo Cal. c. 1330			?	+		?	?		Hody, pág. 648
Cód. Gr. Séc. X			+	+	+	+	+		Montfaucon, Bib. Coislin, p. 193 ss
b. *Escrits. latinos*									
Hilário c. 370		?	*			?	?		Pról. in Sal. 15
Jerônimo 329-420	*	*	*			+	+	+	Pról. Galea. ix; p. 547 ss, Migna
Rufino c. 380			*	+	+	+	+	+	Expos. Symb., pág. 37 s.
Agostinho 355-430			*	*	*	*	*	*	de Doctr. Christ. ii. 8
Cassiodoro c. 570			*	*	*	*	*	*	De Inst. Div. Litt. xiv
Isidoro c. 696			*	*	*	*	*	*	de Orig. vi.1
Sacram. Gálicos	*		*			*	*	*	Hody, pág. 654
Cod. Clarom. sec. VII			*	*	*	*	*	*	Ed. Tisch., pág. 468 ss

2. Livros Apócrifos do Antigo Testamento, Citados como Escrituras

Colchetes indicam dúvidas.

	1, 2 Macc.	Baruch.	Ecclesiasticus.	Wisdom.	Tobit.	Judith.	Additions to Esther.	Additions to Daniel.
I. *Greek writers.*								
Clemens Rom.				[*Ep. ad Cor.* 27.]		[*Ep. ad Cor.* 55.]		
Polycarp.					[*Ep. ad Phil.* 10.]			
Barnabas.				[*Ep. c.* 6.]				
Irenæus.		*Adv. Hær.* v: 35, 1.		[*Adv. Hær.* iv: 38, 3.]	[*Adv. Hær.* i: 30, 11.]			*Adv. Hær.* iv: 5, 2; 26, 3.
Clem. Alex.	[*Strom.* v: 14.]	*Paed.* i: 10; ii: 3.	*Strom.* iii: 5, etc.	*Strom.* iv: 16; vi: 11, 14, 15, etc.	*Strom.* ii: 23; vi: 12.	*Strom.* ii: 7.		*Proph. Ecl.* 1.
Origenes.	*De Princ.* ii: 1, 5.	*Sel. in Ps.* cxxv. *Sel. in Jer.* xxxi.	*Comm. in Joan.* xxxii: 14.	*c. Cels* iii: 72; v: 29; *Hom.* sæpe.	*Ep. ad Afric.* p. 13 *De Orat.* p. 11.	[*Hom.* ix. *in Jud.* 1.]	*Ep. ad Afric.* *De Orat.* 14.	*Ep. ad Afric.* etc.
Hippolytus.	[*De Antichr.* 49.]	*Adv. d. Noct.* 5.		*In Cant.* Prol.	[*In Dan.* p. 697, ed. Migne.]	*Sel. in Jer.* p. 23.		*Comm. in Dan.* p. 639 ff., ed. Migne.
Methodius.		*Conv.* viii: 3.	*Conv.* i: 3, etc.	*Conv.* i: 3, etc.		[*Conv.* xi: 2.]		[*Conv.* xi: 2.]
Athanasius.		*c. Arian.* i, p. 416.	*c. Arian.* i, p. 183.	*c. Arian.* ii, p. 513	*c. Arian.* i, p. 133.			*c. Arian.* iii, p. 580.
Eusebius.		*Dem. Ev.* vi: 19		*Præp. Ev.* i: 9.				
Cyril. Hieros.		*Cat.* xi: 15.	[*Cat.* xiii: 17.]	*Cat.* ix: 2.				*Cat.* ii: 16, etc.
Gregor. Naz.								*Orat.* xxxvi: 3.
Basil.		*Adv. Eun.* iv: 16.		*Adv. Eunom.* v: 2.				*Hom.* xii. *in Prov.* 13.
Epiphanius.		*Hær.* lvii: 2, etc.	*Hær.* xxiv: 6, etc.	*Hær.* xxvi (Gnost.) 15. etc.				*Ancor.* pp. 23, 24.
Chrysostom.		*In Ps.* xliv: 3.	*De Las.* ii: 4.	*In Ps.* cix: 7.				
II. *Latin writers.*								
Tertullian.		*Scorp.* 8.		[*De Præs. Hær.* 7.]				*Adv. Hermog.* 44.
Cyprian.	*Ep.* 59 (55), 4.	*Test.* ii: 6.	*Testim.* ii: 1; *De Mortal.* p. 9.	*Testim.* ii: 14; *De Mortal.* p. 23.	*De Orat Dom.* 32.			*De Orat. Dom.* 8.
Hilarius Pictav.		*In Ps.* lxviii: 19. *De Trin.* iv. 142.	*In Ps.* lxvi: 9, etc.	*In Ps.* cxviii: 2, 8.	*In Ps.* cxxix: 7.	*In Ps.* cxxv: 6.		*In Ps.* lii: 19, etc.
Ambrosius.		*In Ps.* cxviii: 18, 2.	*De bono mortis*, 8.	*De Sp. S.* iii: 18, 135. etc.	*Lib. de Tobia*, 1.			*De Sp. S.* iii: 6, 39.
Hieronymus.			[*Dial c. Pelag.* i: 33]	[*Dial. c. Pelag.* i: 33.]				
Lucifer.	*De non parc.* p. 958 ff.			*Pro Athan.* i, p. 860, ed. Migne.	*Pro Athan.* i, p. 871.	*De non parc.* p. 955.		*Pro. Athan.* ii, p. 894 ff.
Optatus.			*De Sch. Don.* iii: 3.	*De Sch. Don.* ii: 25.				
Augustinus.		*De Civ.* xviii: 34.	*In Ps.* lxvii: 8, etc.	*In Ps.* lvii: 1.				*Serm.* cccxliii.

3. Desenvolvimento dos Livros Apócrifos e Hagiógrafos — CRONOLOGIA DO A. TESTAMENTO

AC	*Eventos Históricos*	*História e Lenda*	*Apocalipse*	*Sermão e Ensaio*	*Sabedoria*	*Salmos*
250	Palestina sob Ptolomeus (Egito)	Aikar (?) Tobias, 220 AC? Adições a Ester, c. 181-145 AC				
200	Palestina sob Selêucidas (Síria), 198 Antioco IV contamina o templo, 167; Judas Macabeu o purifica, 164 AC.	Judite, 180-100		Testamento 12 Patriarcas I Baruque, 150 AC.	Sabedoria de Jesus Ben Siraque (Eclesiástico), 180 AC.	
150	Dinastia Hasmoneana	I Esdras, antes de 100 AC. I Macabeus, 105-65 AC.?	I Enoque, 183-80 AC. Guerra Filhos da Luz e Trevas	Manual de Disciplina, 100 AC? Fragmentos Sadoquitas Oráculos Sibilinos III Epístola Jeremias Carta de Aristéias Comentário sobre Habacuque 1,2 IV Macabeus, 50 AC - 70 DC.		Cântico dos Três Jovens Salmos da Seita de Qumran
63	Pompeu conquista Jerusalém, 63 AC.	II Macabeus, 100 AC 70 DC.? Susana, 80-50 AC				
50	Herodes, O Grande, 40 AC	Bel e o Dragão, 80-50 AC. Vidas dos Profetas III Macabeus, 50 AC -50 DC.	Assunção de Moisés, 4 AC-28 DC.		Sabedoria de Salomão 50 AC-10 DC	Salmos de Salomão
DC 1	Judéia sob procuradores romanos	Martírio de Isaías Crônicas de Jeremias Vida de Adão e Eva / Apo. de Moisés/			Ditos dos Pais /Pirke Aboth, 10-100 DC?/	Oração de Manassés
66	Começa a guerra judaica, 66 DC.		II Baruque /Baruque siríaco/ II Enoque /Enoque eslavônico ou Segredos de Enoque/ II Esdras, 88-117 DC. Apocalipse de Abraão III Baruque /Baruque grego/			
	Queda de Jerusalém, 70 DC					
100						

4. Cronologia da Literatura do N. Testamento

Desenvolvimento da Literatura do Novo Testamento e de outra Literatura Cristã Primitiva Datado e Comparado com a História Geral e com a História Narrada no Novo Testamento

DATAS	HISTÓRIA GERAL	HISTÓRIA DO NOVO TESTAMENTO	LITERATURA
Até 47 A.C.	Antípatre, procurador da Judéia (pai de Herodes, o Grande)		
50 A.C.	Herodes, o Grande (40-4 A.C.)	Nacimento de Jesus (8-4 A.C.)	
1 D.C.	César Augusto (27 A.C.-14 D.C.)		
14 D.C.	Tibério (14-37 D.C.)		
28 D.C.	Pôncio Pilatos, procurador (26-36 D.C.)	Pregação de João Batista (28 D.C.)	
30 D.C		Crucificação de Jesus (30 D.C.)	
		Desenvolvimento da igreja	
32 D.C.		Conversão de Paulo (32-39 D.C.)	
		Paulo em Jerusalém (37-38 D.C.)	
38 D.C.	Gaio e Calígula (37-41 D.C.)		
46 D.C.	Cláudio (41-54 D.C.)	Evangelização do sul da Galácia (45-46 D.C. Atos 13-14)	
	Fome na Palestina (46 D.C.)	Concílio de Jerusalém (46-47 D.C. Atos 11:30; 15:2; Gál. 2:11)	
50 D.C.	Expulsão dos judeus de Roma, sob Cláudio (49 D.C.)	Primeira viagem missionária de Paulo (46-47 D.C. Atos 13-14)	
51 D.C.	Gálio, procônsul da Acaia (51-52 D.C.)	Segunda viagem missionária de Paulo (48-51 D.C. Atos 16-17)	
		Paulo em Corinto (50 D.C. Atos 18)	I Tes. (50 D.C.)
53 D.C.	Félix, procurador (52-58 D.C.)	Terceira viagem missionária (53 D.C. Êfeso, 54-57; Atos 19)	I Cor. (54-55 D.C.)
			Marc. (50-54 D.C.)
58 D.C.	Nero (54-68 D.C.)	Paulo em Macedônea e na Grécia (55-58 D.C. Atos 20:1-6; 21:17)	Gál. (54-55 D.C.)
	Festo, procurador (58-62 D.C.)	Paulo em Jerusalém (56 D.C. Atos 21)	II Cor. (55 D.C.)
59 D.C.		Paulo em Roma (59 D.C. Atos 28)	Rom. (56 D.C.)
61 D.C.		Fim da história de Atos (61 D.C.)	Col. (59 D.C.) File. (59-61 D.C.)
62 D.C.		Martírio de Tiago, irmão do Senhor (62 D.C.)	Fil. (59-61 D.C.) Efé. (59-61 D.C.) I e II Tim. (61-62 D.C.)
64 D.C.	Perseguição de Nero (64 D.C.)	Martírio de Paulo (61-64 D.C.)	Tito (61 D.C.) I Ped. (60-64 D.C.?)
66 D.C.		Começa a revolta dos judeus. Cristãos fogem para Pela (66 D.C.)	Heb. (70-80 D.C.)
70 D.C.	Galva, Oto, Vitélio (68-69 D.C.)	Queda de Jerusalém (70 D.C.)	Tiago (75-80)
	Vespasiano (69-79 D.C.)	Perseguições de Domiciano (81-96 D.C.)	Luc.-Atos (75-80 D.C.) Mat. (75-80 D.C.)
81 D.C.	Pompeu (79 D.C.) Tito (79-81 D.C.)		Apo. (100 D.C.)
100 D.C.		Morte de João (100 D.C.)	João (100 D.C.) I, II, III João (100 D.C.)
	Plínio persegue os cristãos (112 D.C.)		Judas (100 D.C.)
	Inácio martirizado em Roma (115 D.C.)		I Clem. (100 D.C.) Inácio (100 D.C.)

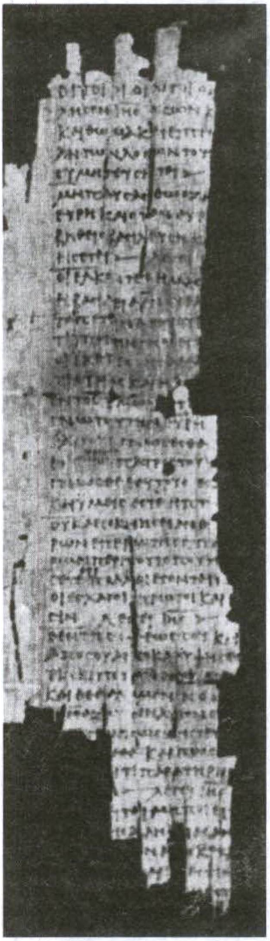
Cronologia Literária, cont.

segundo século

Didache (140 D.C.)
II Ped. (150 D.C.)
II Clem. (150 D.C.)
Pastor de Hermas (130-150 D.C.)
Ev. de Tomé (100-150 D.C.)
Ev. dos Egípcios (150 D.C.)
Ev. de Pedro (160 D. C.)
Ev. de Nicodemos (Séc. II-V?)
Ev. da Infância (séc. II-V)
Atos de João (150-160 D.C.)
Atos de Pedro (160 D.C.)
Atos de Tomé (180-200 D.C.)
III Cor. (200 D.C.)
Ep. Laodicenses (180 D.C.?)
Paulo e Sêneca (190 D.C.?)
Apo. de Pedro (180 D.C.)
Apo. de João (180 D.C.)
Apo. de Tiago (125-180 D.C.?)
Apo. de Paulo (225- D.C.)

VI. BIBLIOGRAFIA: ADM ALLE AM ANT APOT
BROC BUR BW CG CE CH
DOT EN GD HAAR HEN
HRL I IB ID JA ME SO Z

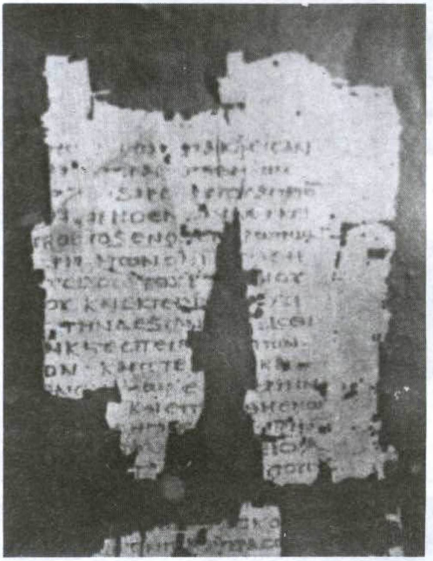
.....



Um Evangelho Desconhecido, Rylands Papyrus, 457,
— Cortesia, British Museum

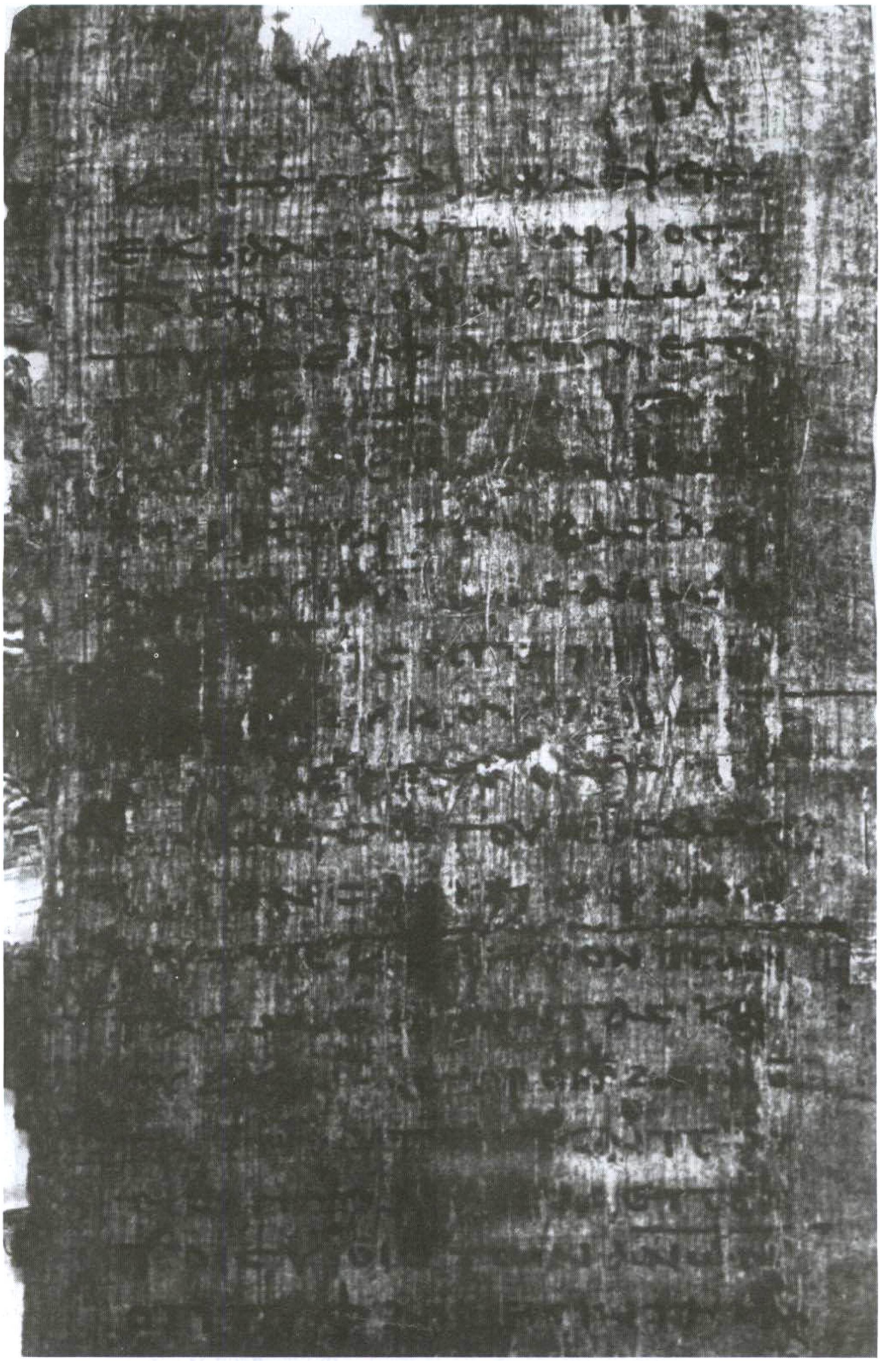


RECTO



VERSO

Um Evangelho Desconhecido, Egerton Papyrus,
— Cortesia, British Museum



O Evangelho de Tomás, Século III — Cortesia, Bodleian Library

LIVROS APÓCRIFOS (MODERNOS)

— Muitos livros apócrifos modernos afirmam que adicionam informes sobre assuntos ou idéias tratadas na Bíblia, — tanto no Antigo, — quanto no Novo Testamentos. Alguns declaram-se baseados em documentos antigos, existentes ou perdidos. Alguns de seus autores dizem ter recebido suas informações por meios paranormais, como visões ou discernimentos psíquicos. Alguns desses livros podem ser reputados fraudulentos, mas outros foram produzidos por pessoas sinceras, que criam ter recebido informações genuínas que precisavam ser dadas ao público. O propósito deste material não é fazer uma caça às bruxas, nem ofender àqueles que têm pontos de vista diferentes dos evangélicos, e para quem idéias divergentes das nossas são sagradas e deveriam ser respeitadas, mesmo que não as possamos aceitar. Se as idéias não fossem respeitadas em nossa sociedade, não poderia haver tal coisa como liberdade religiosa. E também não ganhamos coisa alguma mediante o ódio e a amargura. Muito pelo contrário, a lei do amor é o principal item do nosso credo, e devemos observá-la a todo custo. Não obstante, nem todas as idéias religiosas são verdadeiras, e devemos identificar cuidadosamente as falsas idéias religiosas, cotejando os conceitos com o teor da revelação bíblica.

1. *O Livro de Mórmon*. Trata-se do alegado registro sobre antigos habitantes do continente norte-americano, recebido por Joseph Smith Jr. (ver o artigo a seu respeito), por parte de visitantes angelicais, na primavera de 1820 e em setembro de 1823. Ele teria sido levado a encontrar placas de ouro, a 22 de setembro de 1827. Smith teria sido capacitado a traduzir esse material para o inglês, mediante o uso de certos óculos mágicos, e o resultado foi o Livro de Mórmon. O próprio livro foi publicado pela primeira vez em 1830. Seguiram-se desde então mais de cem edições do mesmo. O livro narra três ondas migratórias para a América do Norte: a. Em cerca de 2200 A.C., da torre de Babel. Toda essa gente pereceu. b. Descendentes de Manassés, de Jerusalém, em cerca de 600 A.C. c. Uma colônia de Jerusalém, liderada por um filho de Zedequias, em 588 A.C. Dessas duas últimas imigrações, duas tribos se formaram, a dos nefitas e a dos lamanitas. Essas tribos foram visitadas por Cristo, após a Sua ressurreição, e durante duzentos anos viveram em paz. Mais tarde, em cerca de 400 D.C., a guerra destruiu todos os lamanitas, os quais, de acordo com as crenças mórmons, teriam sido os antepassados dos índios norte-americanos. Os Mórmons (ou Santos dos Últimos Dias) também têm outros livros sagrados.

A origem do livro de Mórmon é considerada sagrada e divina por cerca de três milhões de mórmons espalhados pelo mundo, mas reputados apócrifos por não-mórmons que têm investigado tal reivindicação. Não há qualquer evidência arqueológica que confirme diretamente a existência das tribos ali descritas. Os críticos percebem muitos anacronismos no tocante a referências e citações, que são óbvios empréstimos verbais do Novo Testamento e que aparecem em alegados tempos veterotestamentários, ou antes de Cristo. Esses muitos empréstimos verbais do Novo Testamento mostram que o autor do livro de Mórmon estava bem familiarizado com esse documento cristão. Mas a objeção é respondida com a declaração de que isso veio por meio de inspiração, tornando-se então, uma questão de fé. As evidências demonstram que Joseph Smith era possuidor de alguma habilidade psíquica, curadora e de conhecimento prévio, tudo o que poderia ser explicado por meio de habilidades naturais, que todos os seres humanos têm em um grau ou outro, conforme o demonstram os estudos de *parapsicologia* (ver o artigo a respeito). Os críticos afirmam que a fraude envolveu ao menos uma parte dessa habilidade de Joseph Smith; mas, seja como for, muitos místicos modernos têm sido mais bem dotados do que Joseph Smith quanto a essas capacidades, mas não deram início a novas religiões. Contra isso, tem-se dito que a prova de um profeta não é a sua capacidade psíquica (que pessoas comuns, que não são profetas, também podem ter), e sim, a sua mensagem. A objeção mais séria contra o mormonismo é que esse contém doutrinas inteiramente contrárias àquela que ensina o cristianismo bíblico. Isso diz respeito especialmente à doutrina de Deus, — que é ali pintado como um *organizador*, e não como criador (a matéria é considerada eterna), e que presumivelmente evoluiu a partir de uma condição humana. Deus teria esposas, e mediante uma constante procriação é o pai das almas humanas. Outrossim, os mórmons são politeístas, porquanto crêem na existência de muitos deuses, embora, segundo dizem, *temos* responsabilidade somente diante de três, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, os quais seriam deuses separados, e não membros inseparáveis da Triunidade. Portanto, são triteístas, e não trinitarianos. Contra tais objeções, eles afirmam que o conhecimento religioso dos homens tem sido dado progressivamente, e que as diferenças entre a doutrina mórmon e as doutrinas do cristianismo bíblico não são maiores que a diferença entre o Antigo e o Novo Testamento, quanto às suas idéias e formas religiosas.

2. *A Vida Desconhecida de Cristo*. Essa obra foi publicada em 1894 por um russo de nome Nicolas Notovitch. Presumivelmente, ele baseou sua informação no que lhe disse o principal lama de um mosteiro tibetano. O livro assevera que Jesus passou dos treze aos vinte e nove anos na Índia, no Tibete e na Pérsia e então retornou à Palestina, para ali realizar a Sua missão. Mas os monges tibetanos negaram ter conhecimento do autor ou de sua obra, e nada sabiam acerca dos manuscritos sobre os quais seu livro alegadamente estava alicerçado.

3. *O Evangelho Aquariano*. Foi publicado em Los Angeles, nos Estados Unidos da América, em 1911. Foi escrito pelo Dr. Levi H. Dowling, afirmando que o mesmo lhe fora dado por iluminação interna, das duas às seis da madrugada. O título vem da doutrina astrológica de que a vida de Jesus (e os séculos posteriores) pertencia ao signo de Peixes, mas que o mesmo agora está cedendo lugar ao signo de Aquário. Jesus teria estudado com *Hilel* (ver o artigo a seu respeito), com sábios da Índia e do Tibete, e com magos visitantes da Pérsia. Ele teria pregado aos atenienses, e presumivelmente foi ordenado por um concílio de sete sábios do mundo, levado a efeito em Alexandria.

4. *A Crucificação de Jesus*. Um alegado ancião essênio, em Jerusalém, testemunha ocular da crucificação, escreveu uma carta, sete anos depois desta, descrevendo o evento. Escreveu essa carta a outro essênio, que residia em Alexandria. Afirma-se ali que José, João Batista, Nicodemos, Jesus e o anjo que apareceu no túmulo de Jesus eram todos essênios. Nessa obra, não aparece a ressurreição tradicional de Jesus. Antes, Jesus foi ressuscitado pelos essênios, viveu durante seis meses, e morreu definitivamente. O livro foi impresso pela primeira vez na Suécia, em 1851.

5. *O Relatório de Pilatos*. Esse livro apareceu pela primeira vez em 1879, e então em uma edição expandida, em 1884. Foi escrito pelo Rev. W.D.

Mahan, um clérigo presbiteriano de Cumberland. A edição expandida contém alegadas entrevistas com os pastores, uma entrevista de Gamaliel com José e Maria, a história de Eli sobre os magos, a defesa de Herodes perante o senado romano, por ter matado as criancinhas de Belém, e naturalmente, o relatório de Pilatos, que constitui a maior parte do livro original. Nas edições finais, o livro foi intitulado *Escritos Arqueológicos e Históricos do Sinédrio e dos Talmudes dos Judeus*; então, *O Volume Archko*. Investigações feitas quanto às reivindicações do livro descobriram o interessante fato de que a história de Eli sobre os magos foi tirada do livro de Lew Wallace, a novela Ben-Hur, ao ponto de reproduzir os seus erros tipográficos.

6. *A Confissão de Pôncio Pilatos*. Um bispo libanês, em 1889, produziu esse livro de ficção. Foi publicado na língua inglesa quatro anos mais tarde, sem o prefácio do bom bispo, onde o livro é chamado de «ficção». Fala sobre Pilatos como um exilado em Viena, na Áustria, sobre os diálogos que ele teria tido com antigos amigos acerca de seu relacionamento com Jesus, sobre o remorso e sobre o suicídio de Pilatos.

7. *A Carta de Behan*. Esse livro foi publicado em Berlim, em 1910. Behan teria sido um sacerdote egípcio que escreveu a Estrabão acerca de Jesus. O livro relata informações sobre a criação de Jesus, sobre Seu treinamento nas tradições rabínicas, como menino no Egito, Seu retorno à Palestina, e Sua missão ali, antes de Sua morte. Behan teria viajado por todo o mundo antigo, tendo sido testemunha ocular de toda sorte de interessantes eventos históricos, como o incêndio de Roma, em 64 D.C., a queda de Jerusalém, em 70 D.C., e a erupção do Vesúvio, em 79 D.C.

8. *O Vigésimo Nono Capítulo de Atos*. Esse livro foi publicado em Londres, em 1871. Descreve uma alegada jornada de Paulo à Espanha e às ilhas Britânicas, onde ele conferenciou com os druidas, que lhe revelaram ser descendentes de judeus que escaparam do cativeiro assírio, em 722 A.C. Paulo teria pregado no monte Lud, o futuro local da catedral de São Paulo. Essa obra evidentemente foi escrita para promover o movimento que a pôs em circulação.

9. *A Epístola do Céu*. Uma única página, presumivelmente ditada por Jesus. Teria sido encontrada sob uma grande pedra, ao pé da cruz. Apareceu uma edição latina desde o século VI D.C., tendo circulado então em muitas línguas. Aborda principalmente a observância do sábado e os mandamentos de Jesus, e promete uma bênção àqueles que possuírem e observarem esses mandamentos.

10. *O Evangelho de Josefo*. Presumivelmente, Josefo escreveu o livro pouco antes de morrer. Alegadamente, o livro tornou-se a fonte informativa dos quatro evangelhos, que foram escritos mais tarde. O italiano Signor Luigi Moccia teria encontrado os manuscritos; mas, mais tarde, admitiu que o livro inteiro era uma tapeação. Contudo, as pessoas continuaram lendo o livro e crendo em sua genuinidade.

11. *O Livro dos Justos*. Foi uma tentativa fraudulenta de reconstituir o Livro dos Justos, mencionado em Jos. 10:13 e II Sam. 1:18. Na realidade, é apenas um engodo, um tipo de sumário dos primeiros sete livros do Antigo Testamento, compilado por Jacob Hive de Londres, em 1751. Foi imediatamente reconhecido como uma fraude.

12. *A Descrição de Cristo*. Presumivelmente, era uma carta escrita por um suposto governador da Judéia, Públio Lentulos, ao senado romano, descrevendo Jesus. Ocupa uma única página. Já era conhecida desde o século XIII D.C., e pode ter-se baseado em livros de instruções escritos para os pintores de miniaturas gregas, que ilustravam manuscritos medievais. Nenhum oficial com o nome de Públio Lentulus acha-se alistado entre os governadores romanos da Palestina.

13. *O Atestado de Óbito de Jesus Cristo*. Presumivelmente, uma placa de cobre foi encontrada no reino de Nápoles, em 1810, contendo informações sobre o atestado de óbito passado por Pilatos para confirmar a morte de Jesus. Ali são enumeradas as acusações feitas contra Ele. O panfleto circulou largamente nos Estados Unidos da América. Mas nenhuma placa de cobre foi jamais apresentada.

14. *O Longamente Perdido Segundo Livro de Atos*. Foi publicado em 1904 por um clérigo episcopal e médico, Dr. Kenneth S. Guthrie. O livro procura dar apoio à doutrina da reencarnação, exemplificada em Jesus e Maria. Maria, ao falecer, segreda ao apóstolo João acerca de suas sucessivas reencarnações e Jesus, tomando-a nos braços, fala de sete reencarnações Dele mesmo.

15. *Oahspe*. O livro volumoso, de quase mil páginas, escrito pelo Dr. John B. Newbrough, em 1882. Presumivelmente, o Dr. Newbrough recebeu o livro mediante o processo chamado psicografia ou escrita automática, processo pelo qual uma pessoa escreve sem ter controle consciente do que está escrevendo. O fenômeno existe, mas há muita disputa sobre o seu mecanismo. Os médiuns espíritas usam o fenômeno e dizem que o mesmo é produzido por espíritos. Outros asseveram que é o subconsciente da própria pessoa que escreve, *como se fosse* um espírito distinto. As pessoas que se opõem à questão, supõem que se trata de uma obra demoníaca. O autor do livro afirmava que alguma outra inteligência era a responsável pelo mesmo. Os publicadores informam que envolve «evolução, revolução e revelação», afirmando que se trata da «nova Bíblia americana».

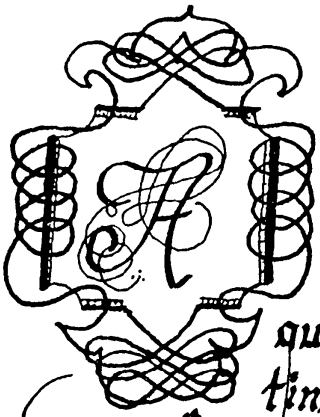
16. *Os Livros Perdidos da Bíblia*. Presumivelmente, antigos bispos da Igreja retiraram propositalmente certo material do volume da Bíblia, e assim decidiram arbitrariamente o que deveria fazer parte ou não do *cânon* (ver o artigo a respeito). O livro apareceu em 1926, embora fosse apenas uma reimpressão do Novo Testamento apócrifo, publicado em 1820, além de uma edição dos escritos dos pais apostólicos, que haviam aparecido em 1737. Desde aquele tempo, consideráveis adições (mediante várias descobertas) têm aumentado o volume dos livros apócrifos do Novo Testamento. (Ver o artigo sobre *Livros Apócrifos*, III. Novo Testamento).

17. *Gravuras sobre o Cristo* e o *Evangelho de Magus*. Dois livros escritos por Charles C. Wise Jr. Ele é um advogado aposentado, dotado de profundo senso de missão, sincero como poucos. O autor apresenta trinta e duas estórias pessoais ou retratos, a respeito da vida de Cristo. Ele afirma que o material lhe foi dado psiquicamente, não através da psicografia, mas através da compreensão psíquica, estando ele em leve estado de transe. Por assim dizer, ele entrou em contato com a consciência de Jesus, vendo, em primeira mão, tudo quanto ocorreu. O material narra várias facetas insuspeitas, tanto da vida de Jesus como também de vários homens e mulheres do Novo Testamento. O anjo Gabriel e o Espírito Santo revelam como eles operam. Foi escrito em versos chãos, e as histórias variam de meia a trinta e cinco páginas. Cada narrativa tem uma sentença ou mais que dá idéia do que se seguirá.



Abraão e Ló fazem um pacto

A vitória do amor: Abraão deu a Ló a melhor parte.



Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse Caridade, seria como o metal que soa ou como o sino que tine. E ainda que tivesse o DOM de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse Caridade, NADA seria. E ainda que distribuísse toda minha fortuna para o sustento dos pobres, e ainda que entregasse o meu corpo para ser queimado, e NÃO tivesse Caridade, nada disso

ME Aproveitaria.

1 aos Coríntios 13
1~3

DSC
XOU 89

Caligrafia de Darrell Steven Champlin

O Evangelho do Irmão Yeshua, de Magus. Trata-se de uma obra adicional. Juntamente com o primeiro volume, constitui as Escrituras fundamentais da Era Aquariana, que estaria começando em nossa época. Novas igrejas haverão de surgir, que usarão essas obras, dando novo molde ao evangelho e restaurando seus verdadeiros ensinamentos. O livro alegadamente é a história pessoal de Jesus sobre a Sua vida, produzida através da consciência de Carolus Magus, que o Irmão Yeshua (Jesus) autentica pessoalmente no post-scriptum. As últimas cinqüenta páginas põem de lado a história passada, comentando sobre questões atuais como o pecado, a meditação, as curas, a reencarnação, dando profecias de destruição acerca dos anos de 1980 a 2010, principalmente devido à explosão demográfica abusiva.

O Jesus retratado nesses vários livros. Ele seria um homem casado, iniciado nos mistérios egípcios, dotado de grandes poderes psíquicos, participante da divindade inerente a todos nós. Evoluindo após muitas encarnações anteriores, Ele teria atingido um elevadíssimo grau de desenvolvimento espiritual. Cada realidade espiritual individual é ímpar, mas, ao mesmo tempo, compartilha da experiência universal, e Jesus é o pioneiro nesse tipo de desenvolvimento. (E. JR, outubro de 1984, págs. 260 e 261). (GD Z)

LIVROS CARLOVÍNGIOS

Um documento publicado perto do fim do século VIII D.C., sob a tutela de Carlos Magno, imperador e fundador do Santo Império Romano. Esse livro atacava a autoridade e as descobertas do segundo concílio de Nicéia (787 D.C.), opondo-se vigorosamente à adoração às imagens de escultura. (E)

LIVROS DA BÍBLIA

Ver o artigo sobre a **Bíblia**.

LIVROS DE ADÃO

Ver **Adão, Livros de.**

LIVROS DO ANTIGO TESTAMENTO

Ver sobre o **Antigo Testamento.**

LIVROS DO NOVO TESTAMENTO

Ver sobre o **Novo Testamento.**

LIVROS PERDIDOS DA BÍBLIA

Ver o artigo geral sobre **Livro, (Livros)**. As referências do Antigo Testamento mostram-nos que nem toda a biblioteca sagrada dos hebreus que sobreviveu, tornou-se parte do cânon veterotestamentário. Os pontos oito e nove daquele artigo geral demonstram esse fato. Sem entrarmos na questão do cânon, deveríamos afirmar que não é correto as pessoas chamarem esses livros perdidos «da Bíblia», embora seja esse o título deste verbete.

Alguns desses livros podem ter tido considerável importância, e também podem ter servido de fonte informativa para certos livros da Bíblia, mas não são livros bíblicos.

Também sabemos que alguns escritos paulinos (talvez muitos) se perderam, o que se depreende de Col. 4:16: «E, uma vez lida esta epístola perante vós, providenciai por que seja também lida na igreja dos laodicenses; e a dos de *Laodicéia* lede-a igualmente perante vós». No entanto, não temos nenhuma epístola à igreja de Laodicéia, a menos que se trate da epístola aos Efésios, conforme têm sugerido alguns estudiosos. Ver o verbete sobre a *Epístola aos Efésios*. Além disso, vários «evangelhos» serviram de fontes informativas para Lucas, mas dos quais não dispomos. Ver Luc. 1:1. A expressão «Livros Perdidos da Bíblia» foi usada como título da publicação de livros apócrifos do Novo Testamento, impressa em 1926. Mas, naturalmente, foi um nome erroneamente aplicado. Ver o artigo sobre *Livros Apócrifos do Novo Testamento*. Ver também o artigo intitulado *Pseudepígrafos*. Tal expressão também tem sido usada para indicar várias obras religiosas modernas forjadas (como modernos livros apócrifos), como se tivessem feito parte de alguma coletânea bíblica perdida. Ver sobre os *Livros Apócrifos Modernos*.

LÓ

1. *O Nome*. No hebraico, *lot*, «cobertura». A raiz dessa palavra significa «enrolar», «embrulhar», talvez indicando a ação das mães que embrulham seus bebês. O nome ocorre por trinta e uma vezes no Antigo Testamento, vinte e oito vezes no livro de Gênesis, e também em Deu. 2:9,19 e Sal. 83:8. No Novo Testamento por quatro vezes: Luc. 17:28,29,32 e II Ped. 2:7. Ele viveu por volta de 1900 A.C.

2. *Família*. Ló era filho de Harã e sobrinho de Abraão. Harã foi o irmão mais jovem de Abraão (ver Gên. 11:27,31; 12:5). Ele nasceu em Ur dos caldeus. A identificação comum do lugar de seu nascimento é cerca de 260 km ao norte do golfo Pérsico, embora a questão seja disputada. A família migrou dessa localidade e mediante uma migração contínua, terminou na terra de Canaã, bem para oeste da terra de seus antepassados.

3. *Migrações*. O pai de Ló morreu relativamente jovem, e Ló tornou-se o herdeiro de suas propriedades. Ver Gên. 11:31. Abraão não tinha filhos nessa época, e Ló ficara órfão. Talvez os dois se apoiassem mutuamente. Finalmente, em suas andanças, chegaram à terra de Canaã. Para ali levaram suas possessões, que consistiam, principalmente, em gado. Eram homens profundamente religiosos, segundo se evidencia pelo fato de que eles foram estabelecendo altares ao longo de sua caminhada, com propósitos de culto religioso. *Yahweh* foi honrado nesses santuários em Siquém, Betel e no Neguebe (ver Gên. 11:27-32; 12:4-10; 12:1). Há uma tradição (com base na sugestão de Gên. 12:10 *ss*) no sentido de que Ló teria acompanhado Abraão e Sara ao Egito, a fim de escaparem da fome (ver *Genesis Apocryphon* 20:11, 33,34, obra descoberta entre os manuscritos do mar Morto). Betel serviu de ponto de descanso por algum tempo, mas prosperaram tanto ali, que a terra não podia sustentar os animais que ambos criavam.

4. *Separação Entre Ló e Abraão*. Sendo generoso, Abraão concedeu a Ló o direito da escolha do território para onde ele se retiraria. Ló preferiu a direção em que ficava a cidade de Sodoma, onde havia pastagem suficiente para suas ovelhas. Aquelas terras eram férteis e havia bom suprimento de água (ver Gên. 13:13). Os animais de Ló viviam bem alimentados, mas a alma dele começou a definhar, porquanto seus novos vizinhos e amigos eram degenerados. Ele sentia profundamente a perversidade deles (ver II Ped. 2:7), embora isso não o tenha feito afastar-se daquela região.

Os intérpretes supõem que foi nessa época que começaram a surgir falhas e pontos fracos no caráter básico de Ló. Em primeiro lugar, ele preferiu

egoisticamente as melhores terras para si, às custas de seu tio, Abraão. Em segundo lugar, ele achou que havia vantagem em residir entre um povo degenerado. Destarte chegou ao ponto em que foi preciso ser salvo, mediante uma intervenção divina, a fim de que as coisas se endireitassem novamente em sua vida.

5. *Aprisionamento*. A área onde Ló escolheu para habitar, perto do mar Morto, tornou-se o local de uma série de ataques armados, por parte de quatro reis do Oriente. Em um desses ataques, Quedorlaomer, de Elão, e seus aliados, derrotaram o rei de Sodoma e seus quatro aliados (ver Gên. 14:1-16). Sodoma e Gomorra sofreram o saque, e foram levados cativos, incluindo Ló e seus familiares. Abraão, porém, ouviu as notícias, reuniu seus homens e saiu atrás dos invasores. Em Damasco, bem ao norte de onde tinha havido o ataque, Abraão conseguiu apanhar o inimigo de surpresa, recuperando os cativos e muito despojo.

6. *O Julgamento Divino de Sodoma*. Ló, a despeito de suas dificuldades e de sua consciência pesada, resolveu ficar em Sodoma. Mas a iniqüidade dos habitantes da cidade tornou-se insuportável para a mente de Deus, e foi decretado o julgamento do lugar. Três anjos anunciaram a Abraão a iminente condenação. Abraão orou para que a cidade fosse poupada, se ao menos dez homens justos podessem ser encontrados ali. Mas não havia nem mesmo esse pequeno número. Dois dos anjos foram adiante, avisar Ló sobre o que estava prestes a suceder. Eles ficaram com Ló aquela noite, mas os maníacos sexuais de Sodoma vieram para aproveitar-se deles. Ló, afundando moralmente mais do que nunca, ofereceu à turba suas duas filhas virgens, para abusarem delas, mas os sujeitos não queriam saber de mulheres. Os anjos, pois, tiveram de usar seu extraordinário poder, cegando momentaneamente os intrusos. Tudo isso serviu de excelente lição objetiva para Ló, acerca da necessidade dele e sua família deixarem aquele lugar. Todavia, os seus futuros genros não lhe quiseram dar ouvidos, e pereceram (ver Gên. 19:14). Ló, sua esposa e suas duas filhas foram escoltados pelos anjos até fora da cidade. Porém, a esposa de Ló hesitou e olhou para trás, o que lhes havia sido proibido pelos anjos. E assim foi atingida pelo julgamento, e foi transformada em uma estátua de sal (ver Gên. 19:26). Mas Ló foi poupado, por amor a Abraão, o que nos mostra quão ampla é a graça divina. Essa graciosa intervenção de Deus também é mencionada em Sabedoria de Salomão 10:6-8; Luc. 17:28 e II Ped. 2:7,8.

7. *O Julgamento Divino e Sua Natureza*. O trecho de Gên. 19:24 revela que Deus fez chover fogo e enxofre sobre Sodoma e as cidades vizinhas. As interpretações naturalistas tentam explicar o acontecido como acontecimento natural. — A maioria dessas interpretações fala em terremotos e atividades vulcânicas. A arqueologia, de fato, tem mostrado que a área estava sujeita a esse tipo de atividade natural. Nesse caso, alguma imensa erupção vulcânica terminou com Sodoma e Gomorra e, então, mudanças de nível do solo, devido a abalos sísmicos, fizeram a área ser inundada, deixando as antigas cidades de Sodoma, Gomorra e outras menores, debaixo da superfície das águas do mar Morto. A nota da Revised Standard Version diz o seguinte:

> «*Enxofre e fogo*, uma memória de uma catástrofe da antiguidade remota, quando a atividade sísmica e a explosão de gases subterrâneos mudaram a configuração da superfície, antes tão fértil (ver Gên. 13:10)». No tocante à estátua de sal, essa nota marginal continua: «...uma antiga tradição para explicar as bizarras formações de sal naquela região, como as que podem ser vistas atualmente em Jebel Usdum».

O terremoto e a erupção vulcânica serviram de instrumentos nas mãos de Deus a fim de punir a um povo rebelde e pervertido, conforme também nos revela o livro de Apocalipse. Essas atividades naturais tornaram-se instrumentos divinos a fim de julgar os homens, o que é confirmado por toda a literatura judaica apocalíptica.

8. *Origem dos Moabitas e Amonitas*. Ló deixara Sodoma, mas Sodoma não o deixara e nem a seus familiares. Suas filhas, temendo a extinção da linhagem da família, resolveram ter filhos através do único homem disponível, o próprio pai delas. Intoxicaram-no com vinho e fizeram sexo com ele, uma de cada vez, uma em cada dia. O filho da filha mais velha de Ló chamou-se Moabe, progenitor dos moabitas. O filho da filha mais nova de Ló foi chamado de Ben-Ami, sendo esse o progenitor dos amonitas. A história acha-se em Gên. 19:30-38. Após esse lamentável incidente, Ló nunca mais é mencionado pessoalmente no Antigo Testamento. Todavia, no Novo Testamento, em II Ped. 2:7,8, Ló é chamado de «justo», o qual se angustiava diariamente devido às suas associações com os ímpios habitantes de Sodoma. Destarte, ele tornou-se tipo do crente carnal e mundano, que não tem a força de vontade suficiente para desligar-se das coisas que, em seu coração, sabe que estão erradas.

9. *Sodomia*. Essa palavra veio à existência, com base na natureza moral pervertida dos homens de Sodoma. Em pauta estão vícios como o homossexualismo, a bestialidade (cópula carnal entre seres humanos e animais) e o sexo anal. Ver o artigo sobre o *Homossexualismo*.

LO-AMI

No hebraico, «não meu povo». Essa expressão se encontra em Osé. 1:9, para denotar simbolicamente o segundo filho do profeta Oséias e sua esposa prostituta, Gômer. Uma filha do casal foi chamada de *Lo-Ruama*, «não compadecida». Esses dois nomes foram usados para indicar que Israel (a infiel esposa de Deus), em seu adultério e desobediência espirituais, havia perdido o direito à proteção e à compaixão naturais que, normalmente, poderia esperar da parte de *Yahweh* (seu marido). A ameaça de julgamento divino, que pairava sobre a desobediente nação de Israel, era o cativeiro assírio.

LOBO

No hebraico, **zeeb**. No grego, **lúkos**. A palavra hebraica, que também significa «chacal», ocorre por sete vezes: Gên. 49:27; Isa. 11:6; 65:25; Jer. 5:6; Eze. 22:27; Hab. 1:8 e Sof. 3:3. No Novo Testamento, a palavra aparece por seis vezes: Mat. 7:15; 10:16; Luc. 10:3; João 10:12 e Atos 20:29.

O lobo é o maior animal selvagem da ordem canina. Nunca é literalmente mencionado no Antigo ou no Novo Testamentos, embora deva ter sido um animal familiar à fauna da Palestina durante todo o período bíblico. Na qualidade de ancestral selvagem do cão doméstico, e também parente próximo do chacal dos países do Oriente Médio, o lobo é um predador por natureza. É um animal formidável, com os seus quase cinqüenta quilos, com um comprimento total de até 1,69 m, da ponta do focinho à ponta da cauda. Não é de surpreender, pois, que nosso Senhor tenha considerado o lobo uma tremenda ameaça para os rebanhos, conforme se vê em João 10:12, etc.

O lobo cinzento (*Canis lupus*) já habitou em grandes áreas da Ásia, da Europa e da América do Norte. Atualmente acha-se extinto em quase todas as áreas ocupadas pelo homem, sendo abundante somente nas áreas ermas das florestas e das estepes, como, por exemplo, no Alasca e em grande parte do Canadá, embora também possa ser encontrado em certas regiões frias da Europa e em grande parte da Sibéria. O que admira é que ainda sobrevive na própria Palestina, embora sempre em pequenos números, e não mais uma ameaça aos rebanhos, como antigamente o era.

Por causa de seu porte avantajado, e também porque os lobos atacam em bandos, eles são capazes de fazer presa de animais bem maiores do que no caso dos chacais e das raposas, porém, na maioria das vezes, eles se contentam em caçar animais menores, incluindo ratos, caranguejos, e até mesmo peixes e insetos. Um dos casos mais dramáticos de ataques de lobos é aquele que envolve Miro, um dos grandes heróis dos antigos jogos olímpicos. Miro era um gigante dotado de força extraordinária. Depois de ter vencido a um touro, quebrando-lhe o pescoço, diante da multidão reunida no estádio, ele carregou o animal e deu uma volta inteira com o touro nos ombros, em torno da pista. Pois foi esse atleta que, de certa feita, tendo rachado uma árvore com as mãos, ficou com uma delas presa no tronco rachado. O local era ermo, e não havia quem o ajudasse. Então vieram os lobos, em uma matilha, e o atacaram e mataram e lhe devoraram as carnes!

Até no Brasil encontram-se lobos, chamado lobo Guará. Esse animal tem as pernas bem compridas, sendo muito mais alto que um cão comum de porte semelhante. Ele é até maior que um pastor alemão, parecendo um misto de cão e hiena, de pêlo amarelo escuro. Mas, como está em vias de extinção, não constitui um perigo.

O Lobo na Linguagem Simbólica da Bíblia. Devido às suas características, o lobo é representação do mal e da violência, em muitas passagens bíblicas, conforme se vê na relação abaixo:

- A tribo de Benjamim, entre a qual nasceram tantos homens valentes (Gên. 49:27)
- Inimigos ferozes (Jer. 5:6; Hab. 1:8)
- Os ímpios (Mat. 10:16; Luc. 10:3)
- Governantes sem temor de Deus (Eze. 22:27; Sof. 3:3)
- Falsos mestres (Mat. 7:15; Atos 20:29)
- O próprio Satanás (João 10:12)
- O amansamento do lobo é ilustrativo da conversão (Isa. 11:6 e 65:25).

A Igreja de todos os séculos deveria precaver-se no tocante aos «lobos», conforme avisou o apóstolo Paulo: «Eu sei que, depois da minha partida, entre vós penetrarão lobos vorazes, que não pouparão o rebanho. E que, dentre vós mesmos, se levantarão homens falando cousas pervertidas, para arrastar os discípulos atrás deles...» (Atos 20:29,30). Talvez o apóstolo tivesse na memória o trecho de Habacuque 1:8, que mostra a ferocidade dos lobos, especialmente quando se põem à caça: «...mais ferozes do que os lobos ao anoitecer são os seus cavaleiros que se espalham por toda a parte...» O profeta falava sobre os caldeus, destinados a assolar o reino de Judá, e destruí-lo.

LOBSTEIN, PAUL

Suas datas foram 1850-1922. Foi homem conhecido por sua sabedoria e erudição, que ensinou na Universidade de Estrasburgo, na França. No tocante à religião e à teologia, ele se tornou melhor conhecido por suas críticas contra as tradicionais descrições de Deus e contra os argumentos em favor de sua existência. Ele fazia objeção aos argumentos que diminuem a onipotência de Deus, e acreditava que a *personalidade* é um conceito chave em qualquer discussão sobre Deus. Ele preferia o método de argumentação de natureza histórica e psicológica.

Apesar dele enfatizar a *personalidade* como um fator crucial nas discussões acerca de Deus, tinha plena consciência de que esse vocábulo difere muito, em seu uso moderno, em relação ao que se acha nas páginas da Bíblia. Ele objetava às descrições de Deus que dependem da extração de paralelos do homem e da natureza humana. Em outras palavras, ele se revoltava contra o antropomorfismo, ao descrever o ser divino e sua personalidade. Porém, por rejeitar os antropomorfismos, como é natural, suas descrições ressentiam-se de substância e coerência, porquanto, afinal de contas, falamos em termos antropomórficos por nos faltarem meios lingüísticos para exprimir o Ser de Deus, podendo fazê-lo apenas mediante os *sentimentos* e as *intuições*, que recebemos por parte das experiências místicas. Porém, tais sentimentos e intuições tendem por ser inefáveis, razão pela qual, quando começamos a tentar descrever Deus, temos de apelar para os termos antropomórficos.

Augusto Sabatier (vide) influenciou a maneira de pensar de Lobstein. Este pensava que os dogmas teológicos são símbolos transitórios para apontar para experiências religiosas permanentes. Assim, apesar de sermos forçados a usar de simbolismos antropomórficos, sabemos que são apenas instrumentos que nos ajudam a chegar a grandes problemas teológicos, e não soluções para esses problemas. Seus estudos sobre a doutrina de Deus foi dos melhores que resultaram do protestantismo francês.

LOCI COMMUNES

No latim, «tópicos comuns». Esse foi o título que Malancton deu ao seu tratado sobre dogmática, que foi a primeira teologia sistemática de um autor protestante. Essa obra foi publicada em 1521. A primeira edição refletia muito a Paulo, o apóstolo, e a Lutero. A segunda edição (1535) já exibia uma variedade melhor de idéias. No tocante à vontade humana, à soberania de Deus e à salvação, Malancton adotava uma posição sinérgica, porquanto referia-se à cooperação entre a Palavra, o Espírito de Deus e a vontade humana na conversão. Depois da época de Melancton, o título por ele escolhido tornou-se bastante usado para intitular obras teológicas.

LOCI THEOLOGICI

No latim, «tópicos teológicos». Esse título foi usado pelos primeiros teólogos dogmáticos luteranos, nas suas publicações que descreviam suas doutrinas. Martin Chemnitz (1591) e Johann Gerhard (1610—1622) produziram as obras mais importantes que receberam esse título.

LOCKE, JOHN

Suas datas foram 1632-1704. Ele nasceu em Wrington, em Somersetshire, na Grã-Bretanha. Estudou em Christ Church, Oxford, tendo-se formado como bacharel e mestre. Tornou-se professor particular em Oxford, ensinando grego, retórica e filosofia. Era praticante de medicina, embora não tivesse terminado seu curso de medicina. Foi secretário do conde de Shaftesbury. Mudou-se, então,

para Londres, onde se tornou membro da Real Sociedade e serviu em seu conselho. Escreveu durante vinte anos sobre o entendimento humano, e o augusto resultado desses esforços foi sua publicação *Essay Concerning Human Understanding*, publicado pela primeira vez em 1690.

Locke se meteu em dificuldades políticas e mudou-se para um lugar perto de Paris, na França, a fim de se proteger de inimigos. Em Paris, ele entrou em contato com muitas personagens bem conhecidas dos campos da ciência e da filosofia. Seu protetor, o conde de Shaftesbury, esteve em grande perigo de vida, devido a questões políticas. Em vista disso, Locke mudou-se para a Holanda, onde se ocultou sob o nome falso de Dr. Van der Linden. Visto que perdeu sua posição de professor em Oxford, passou a escrever e a ensinar na Holanda. Tinha, na época, cinqüenta e quatro anos de idade.

Mas, quando James II, rei da Inglaterra, foi deposto, Locke pôde retornar à Inglaterra, em 1688. Tornou a brilhar na política e foi-lhe oferecida a posição de embaixador, em Brandenburgo, mas ele não aceitou o oferecimento. Então, foi nomeado comissário de apelos. Foi por essa época que ele publicou certo número de livros. Locke estabeleceu residência permanente com um seu amigo, de nome Masham, que vivia em Oates, em Essex, na Inglaterra. A sra. Masham era filha de Cudworth, que era um dos platonistas de Cambridge. Locke foi ainda nomeado comissário do Comércio e da Agricultura, tendo mantido o cargo por quatro anos. Mas sua saúde, que sempre fora periclitante, acabou piorando de vez, e ele faleceu em Oates, em 1704, com a idade de setenta e dois anos.

Idéias:

1. *Ataque Contra as Idéias Inatas*. A mais bem conhecida obra de Locke, intitulada em inglês *Essay on Human Understanding*, a princípio foi severamente criticada em Oxford. Mas tornou-o famoso no continente europeu. Essa obra tornou-se um clássico no campo da teoria do conhecimento, abordando a questão por um ângulo rigorosamente empírico. Ali ele atacou todas as noções sobre *idéias inatas*, ou seja, a noção de que o homem pode ter conhecimentos que transcendem aos cinco sentidos, com base na intuição inata ou na razão. Ele levou o seu empirismo a um ponto tão extremado que, virtualmente, negou o próprio conhecimento, terminando em uma posição de quase ceticismo. Naturalmente, o positivismo lógico tomou essa posição filosófica, baseando a ciência humana sobre a mesma.

2. *Tabula Rasa*. No latim, «ardósia limpa». O homem, de acordo com Locke, começa a viver neste mundo com a mente completamente vazia. Ela não traz nenhuma marca e nem impressão escrita sobre a mesma. Por meio da experiência é que o homem começaria a escrever sobre essa ardósia. Todas as idéias teriam fundamento nas experiências. Com base nas experiências, pois, os homens formulariam idiomas. Com base nos idiomas, os homens formulariam idéias. Com base nas idéias é que os homens construiriam o seu conhecimento. Mas tudo pode retroceder até à percepção dos sentidos.

3. *Discernimento e Distinção*. O homem combinaria idéias, produzindo idéias complexas, a partir de idéias mais simples. As idéias simples originam-se na percepção dos sentidos. Os homens descobrem relações entre idéias simples mediante analogias, através da razão. A própria razão, porém, é algo aprendido, e não uma qualidade inata ao homem. O homem ocupa-se em abstrações, e assim é capaz de perceber o que é *comum* a várias situações e realidades. Dessa maneira é que o homem chega às idéias gerais, chamadas *universais*.

4. *Os Universais*. Para Locke os homens apenas revestem suas idéias com termos de significado geral. Na filosofia, isso se chama *nominalismo*. Ver o artigo geral sobre os *Universais*. As essências reais das substâncias permanecem misteriosas, entretanto. Essas essências são desconhecidas para nós. No entanto, de uma maneira prática, um conhecimento real pode ser possuído pelos homens, no tocante às leis morais e à ciência, da mesma maneira que eles são donos de um conhecimento real matemático. Proposições *frutíferas* (posição do *pragmatismo*, vide), são aquelas às quais nos apegamos como expressões da verdade.

5. *Tipos de Idéias Complexas*. Podemos pensar em três tipos:

a. *Modos*. Essas são idéias cujos objetos não podem existir por si mesmos, mas que devem fazer parte de alguma outra coisa. Assim, a *beleza* é um modo misto. Pois pertence a muitas coisas diferentes. A beleza é mista porque chegamos a compreender o significado desse vocábulo mediante associações e adições. Porém, a idéia de *dois*, por exemplo, é simples. Sabemos do que se trata, sem ter necessidade de fazer qualquer associação.

b. *Substâncias*. Essas são as idéias de coisas que existem por si mesmas. Uma substância é algo acima de suas meras qualidades. Pode ter qualidades primárias e secundárias, além de poderes (ver o ponto 6, abaixo), mas envolve mais do que isso. No entanto, quando falamos a respeito de uma substância, pensamos na combinação do que essa substância é, juntamente com as suas qualidades.

c. *Relações*. Essas são as idéias que resultam de *comparações*. As idéias simples são comparadas entre si, por meio de analogias. Conceitos como Deus, infinitude, tempo, duração, substância—todos resultam de nossas comparações. Nosso mundo conceptual é resultado de *inferências* e *construções*.

6. *Substância*. Quando nos pomos a examinar algum objeto a que chamamos de substância, tomamos consciência de suas qualidades primárias e secundárias, e também de seus poderes. Porém, além disso, supomos que deve haver *algo*, e dizemos: «Não sei o que deve haver além e por detrás dessa coisa». «A idéia de substância como *algo além* de suas qualidades, tal como a idéia de infinitude, é algo negativo, e não positivo» (MM). Por meio de inferências, chegamos a supor a existência de substâncias, mas o que sabemos a respeito dessas substâncias são apenas suas qualidades e poderes. A idéia da essência de alguma substância parece existir sem a percepção de nossos sentidos. É uma espécie de inferência indagadora, criada pela nossa experiência com as qualidades e os poderes das coisas. Podemos supor que as qualidades são inerentes às substâncias. Assim, a substância é a realidade por detrás das aparências, aquela realidade que sentimos que existe, mas que o nosso conhecimento não consegue apreender e nem descrever. Os objetos são substâncias, mas suas essências nos são desconhecidas, e essas essências é que são as verdadeiras substâncias. As qualidades dessas substâncias são por nós conhecidas através da percepção dos sentidos.

7. *Qualidades e Poderes*. Antes de tudo, existem qualidades *primárias*. Essas são questões como solidez, extensão, número, formato, inércia de repouso, inércia de movimento—qualidades essas *inseparáveis* dos objetos, imprescindíveis para a existência deles.

As qualidades *secundárias* consistem nas várias maneiras como um objeto *afeta* nossa sensibilidade. As qualidades secundárias, pois, são as nossas avaliações mentais sobre alguma coisa, e não as qualidades que pertencem, necessariamente, às coisas. Coisas como cor, som, paladar, olfato, qualidades táteis—são todas qualidades secundárias. Apesar de serem avaliações mentais, não são somente isso. Derivam-se de qualidades primárias, e são percebidas como *poderes*. Ouro não é a mesma coisa que amarelo; não obstante, a cor amarela é associada ao ouro como uma qualidade secundária. No ouro existe algo de primário que nos faz vê-lo como amarelo. O ouro tem um *poder* que nos leva a perceber sua cor amarela, ou qualquer outra qualidade secundária possuída por esse metal. «Locke deixou entendido que se nossos sentidos físicos fossem *ultramicroscópicos* em sua agudeza, desapareceriam as qualidades secundárias, e, em vez delas, perceberíamos a admirável textura de partes de um certo tamanho e figura» (MM). E, com base nessa circunstância, então, compreenderíamos por que as qualidades primárias irradiam (por assim dizer) as qualidades secundárias.

As qualidades *terciárias*. Na filosofia posterior, surgiu outro desdobramento dessa questão das qualidades das substâncias. As qualidades terciárias seriam os *valores* que atribuímos às coisas. Uma antiga fotografia tem a essência do que ela é (qualidades primárias); tem também textura e cor (qualidades secundárias); mas também tem *valor*, de tal modo que uma pessoa guardará aquela fotografia em seu álbum de fotografias prezadas, e não alguma outra. Essa é uma qualidade *terciária*. O valor que os homens dão ao ouro é, essencialmente, uma qualidade terciária, visto que muitos outros metais são muito mais úteis, quanto ao seu emprego; mas são menos valiosos quanto à avaliação mental dos homens.

8. *O Conhecimento Intuitivo*. Embora Locke rejeitasse as chamadas «idéias inatas» (que, usualmente, são importantes no campo da *intuição*), ele referiu-se a certo tipo de *intuição* (vide). Porém, ele compreendia isso de maneira toda pessoal. Para ele, esse tipo de conhecimento é a base de todo conhecimento, embora funcione por meio de uma espécie de comparação de idéias, onde seus pontos de semelhança, de diferença e de relações são percebidos. Essa percepção nos chega de imediato, através de alguma forma de poder de raciocínio arguto, possuída por todos os homens, e que não perdem tempo em arranjar as idéias mais simples para dali extrair idéias mais complexas, e nem as idéias mais complexas para dai extrair o conhecimento.

9. *Conhecimento Demonstrativo*. Esse conhecimento repousa sobre a variedade intuitiva. Nesse caso, a concordância ou não de idéias emerge quando passamos de um degrau para outro em nossas investigações, como se dá dentro do método científico, nada havendo de imediato nesse processo.

10. *Conhecimento Sensível*. Esse conhecimento aponta para a tentativa de se obter a conexão entre as nossas idéias e o mundo exterior, para averiguarmos até que ponto as nossas idéias refletem os objetos e as realidades externas.

Ilustrações de Tipos de Conhecimentos:

a. Temos um conhecimento intuitivo de Deus. Não precisamos esforçar-nos a fim de obter esse tipo de conhecimento. Esse conhecimento é imediato, embora a Idéia divina não seja uma idéia inata ao homem.

b. Possuímos um conhecimento demonstrativo da existência de Deus, mediante nossos processos de raciocínio.

c. Temos um conhecimento sensível da existência de tudo o mais que cai dentro do alcance da percepção de nossos sentidos.

11. *A Idéia Divina*. Essa é a demonstração de que Deus existe. Podemos saber com certeza que Deus existe. O argumento de Locke, quanto a isso, partia do homem para Deus. Sabemos que existimos. É óbvio que não podemos ter vindo do nada. A razão mostra-nos que viemos de um ser eterno. Meus poderes derivam-se desse eterno poder. É repugnante a suposição de que o meu ser, o meu pensamento e o meu poder vieram da matéria morta e insensível. Obtemos ao menos algumas idéias porque elas são causadas por coisas externas a nós mesmos. Uma dessas idéias é a Idéia Divina.

12. *Causalidade e Identidade*. Locke não negava as causas das coisas, conforme fazia David Hume. Ele acreditava que a origem de algumas de nossas idéias reside no poder que os objetos exteriores exercem sobre nós. Quanto à causa original, não podemos ter certeza se a criação veio à existência como algo inteiramente inédito, ou se através da *feitura* de algo, mediante uma causa externa, segundo se dá no caso das manufaturas, ou se foi através da *modificação* de algo que já existia.

Para chegarmos à causa final, teremos de abordar o que é negativo. Nossas observações só podem nos levar até esse ponto. A partir daí, temos de postular alguma outra coisa; e não sabemos como isso poderia solucionar aquilo que para nós, agora é um mistério. A idéia de causa envolve-nos no conceito de substâncias e seus modos, conforme foi descrito nos pontos 6 e 7, acima, e, então, passamos para o campo das relações. Dentro desse contexto acha-se a idéia da *identidade*. Cada objeto é uma auto-identidade. havendo certo inter-relacionamento entre esses objetos, que opera através de causa e efeito. A identidade pessoal repousa sobre a consciência individual de cada pessoa, e a consciência requer a existência da memória. Assim, se a reencarnação for uma realidade, então uma pessoa não é a mesma pessoa, visto que ela se reencarnaria, mas não se lembra de sua vida anterior. Para mim, entretanto, esse argumento de Locke é destituído de sentido. Pois não nos lembramos de grande parte de nossa vida, sobretudo de nossos primeiros anos de vida, e, comparativamente falando, lembramo-nos muito pouco do que nos sucedeu no passado. Mas isso não significa que fomos diversas pessoas ao longo do trajeto da vida, cada qual com sua própria memória sobre um período específico de tempo. Foi quanto a esse particular que Locke nos brindou com uma noção bastante *sui generis*. O indivíduo que não pode lembrar seu passado é o mesmo indivíduo, embora não a mesma *pessoa*. Isso posto, Locke estabelecia distinção entre a essência de algo, e como esse algo é experimentado por nós. Diferentes experiências produziriam diferentes pessoas, dentro de uma mesma substância. Ele acreditava que a consciência pessoal é anexada a uma *substância imaterial* individual e pessoal (a alma), embora não acreditasse que possamos *saber* isso com certeza absoluta.

13. *Algumas Idéias Religiosas de Locke*:

a. Pode-se saber que Deus existe como a grande *causa original*. Ver o décimo primeiro ponto, acima.

b. O homem é a alma imaterial, embora não possamos saber com certeza de que maneira isso se relaciona à *pessoa*. Somente podemos saber sobre nós mesmos e sobre Deus sem qualquer disputa. Ambas essas idéias são tão óbvias que não requerem qualquer prova. Podemos demonstrar a Idéia Divina,

uma atividade que ultrapassa a simples tomada de conhecimento, conforme temos descrito sob o décimo primeiro ponto.

c. O verdadeiro homem é tão *imaterial* quanto Deus o é. Isso vai além de nosso poder de compreensão e descrição, a despeito do que é uma realidade. Como é óbvio, o empirismo puro de Locke, nesse ponto cedia diante da fé, da intuição e da razão. Ele aceitava a realidade da imortalidade da alma com base em um ato de fé, e não à base de seus vários tipos e métodos de conhecimento.

d. Em seu livro, *Reasonableness of Christianity*, ele asseverou que não podemos inferir a imortalidade das idéias de identidade e de personalidade, como também não podemos tirar essa inferência empiricamente. Ele também acreditava que tanto o fato de nossa imortalidade quanto a consciência que temos dela eram *dons* de Deus. Atualmente, entretanto, dispomos de vários modos de subentender (se não mesmo de demonstrar) cientificamente a imortalidade. Ver, quanto a isso, os seguintes artigos: *Experiências Perto da Morte; Abordagem Científica à Crença na Alma e em Sua Sobrevivência Ante a Morte Biológica*.

e. *Revelação*. Locke acreditava que existe tal coisa como a *verdade revelada*, embora também cresse que a mesma está sempre sujeita à razão humana; e também que essa verdade revelada pode ser dúbia, visto não estar ligada à experiência direta, por meio da qual obtemos nossas verdades demonstráveis. Isso posto, as reivindicações do misticismo (incluindo a revelação) precisariam ser levadas a sério. Porém, esse método de obtenção de conhecimento estaria longe de ser perfeito, ao contrário do que muitas pessoas religiosas acreditam. A revelação pode militar contra as probabilidades; contudo, poderíamos testar essa improbabilidade por meio da razão e da experiência. Simplesmente deveríamos aceitar, pela fé pura, aquilo que não pode ser conhecido por outros meios que repousam sobre a experiência. As coisas que aceitamos pela fé, segundo Locke, dependeriam das taxas de probabilidade, e não da absoluta certeza, excetuando daí apenas os conceitos básicos sobre Deus e a alma. Todavia, mesmo no tocante a Deus e a alma não temos muitas descrições satisfatórias.

Fé Naquilo que se Aceita como Verdade. Até os próprios profetas podiam dar-se ao luxo de crer naquilo que eles aceitavam como verdade. De fato, muitas pessoas anelam por crer a qualquer custo, como uma medida de consolo mental. Essas pessoas estão seguras de que elas têm a certeza e, no entanto, a *verdade* é bem outra do que elas acreditam. Há muitas revelações que não passam de fé naquilo que os homens acreditam. Também pode ocorrer que uma fé seja *parcialmente* dessa natureza, e *parcialmente* seja crença na verdade. Os sistemas que afirmam possuir mais do que essa dose de verdade, podem ser apenas exercícios de fé naquilo que as pessoas aceitam como verdade. Locke aceitava que Deus é a grande Razão por detrás de tudo, e que qualquer verdade que nos seja dada por Deus, ele a torna razoável. Nesse caso, a razão seria o grande juiz e o guia final em todos os conceitos, inclusive no tocante às noções religiosas.

f. *O Livre-Arbítrio*. Locke estabelecia uma delicada distinção quanto a essa particularidade, que não é fácil de ser seguida. Ele afirmava que os *homens* são livres, mas não a vontade deles. Os homens teriam liberdade para agir em conformidade com suas respectivas escolhas. Um homem poderia deixar de fazer isto ou aquilo—e nisso consistiria toda a liberdade que ele tem. As escolhas seriam feitas após exame, juízo e raciocínio; e, nesse processo, a pessoa verificaria que resultado bom ou mau adviria daí. Contudo, a verdadeira liberdade seria quando um homem é compelido por suas escolhas a seguir o bem superior. Deus não pode escolher o que não é bom, e o homem acaba aprendendo a escolher conforme Deus escolhe. A vontade humana é autodeterminada, tal como a vontade divina.

g. *Ética*. A liberdade humana importa em sua responsabilidade moral (ponto *f*, acima). A vontade humana seguiria o bem, pois no bem está a felicidade (*eudemonismo*; vide). Deus tem a imperiosa necessidade de sentir-se feliz, visto que a bondade leva à felicidade. Quanto mais feliz for um indivíduo, tanto mais próximo estaria ele da infinita perfeição e da razão de sua própria existência. Locke, pois, demonstrava grande confiança na boa tendência natural da vontade humana, crendo que o cultivo da vontade, no ambiente da liberdade, assegura a bondade e a felicidade, em última análise. (AM C E EP F MM)

LOCUSTA

Ver o detalhado artigo sobre **Praga de Gafanhotos.**

LODE, LIDA

Esses são os dois nomes que eram aplicados a uma mesma cidade. Ver I Crô. 8:12; Esd. 2:33; Nee. 7:37; 11:35. Essa cidade ficava dentro do território de Efraim, cerca de catorze quilômetros e meio de Jope, na estrada que ia dessa cidade portuária a Jerusalém. Originalmente, os hebreus chamavam-na Lode, cujo nome significa «fissura». Parece que foi edificada pelos homens da tribo de Benjamim. Terminado o exílio babilônico, os benjamitas vieram novamente ocupar o lugar. Ver I Crô. 8:12; Esd. 2:33; Nee. 11:35. A menção mais antiga a essa cidade é aquela que aparece nos anais das cidades e possessões asiáticas que os egípcios haviam adquirido nos tempos de Tutmés III (1502—1448 A.C.). Essa lista foi encontrada em uma das paredes do templo dedicado a Amom, em Carnaque, no Egito. Essa cidade não é mencionada no Pentateuco e se, por acaso, ela existia antes da conquista da Terra Prometida, então podemos supor que os benjamitas primeiramente a conquistaram, embora, mais tarde, se tenha tornado parte integrante do território da tribo de Efraim. Esse era um dos lugares mais ocidentais ocupados pelos hebreus, terminado o exílio babilônico. Seu antigo local era chamado Ge-Hadarashim, isto é, «vale dos ferreiros ou artífices». Nos dias do apóstolo, Paulo, essa cidade ficava cerca de 18 km a suleste da cidade costeira chamada Jafa (no Novo Testamento, *Jope*), e cerca de 51 km de Jerusalém. Terminado o cativeiro babilônico, a cidade foi novamente ocupada por judeus. Posteriormente, caiu sob o controle samaritano, mas foi novamente conquistada pelos judeus, em 145 A.C. (ver I Macabeus 11:34). Nos tempos de Nero, a cidade foi incendiada. Após a queda de Jerusalém (em 70 D.C.), Jope tornou-se um grande centro da erudição rabínica. Nos séculos que se sucederam, contou com um bispo ou supervisor cristão, o que nos mostra que a igreja cristã continuava a florescer ali. Mais tarde ainda, veio a ser conhecida pelo nome de *Dióspolis* (cidade de Zeus). Atualmente chama-se *Lude* ou *Lode*, o que representa a restauração de seu nome mais primitivo. Foi nesse lugar que Jorge foi martirizado, em 303 D.C. Durante o quarto século da era cristã, era a sede episcopal da Igreja Síria, e também foi o lugar onde se reuniu o

concílio que condenou Pelágio e as suas doutrinas. A história de Jorge fascinou o rei Ricardo da Inglaterra. Esse monarca viajou até ali, durante a Terceira Cruzada. O rei Eduardo III baixou um edito, fazendo de São Jorge o patrono da Inglaterra. Durante algum tempo, os árabes estiveram na posse da cidade, mas, finalmente, ela passou para as mãos do povo de Israel, nos dias atuais do moderno Estado de Israel.

É muito provável que o evangelho tenha sido pregado ali, pela primeira vez, através dos esforços de Filipe, o evangelista, posto estar localizada na estrada que ia de Azoto a Cesaréia, em cujo caminho Filipe passou, conforme lemos em Atos 8:40, tendo evangelizado diversas localidades situadas ao longo do mesmo. Portanto, sem dúvida Pedro estava inspecionando e confirmando a obra de Filipe (ver Atos 9:32 *ss*), tal como já fizera anteriormente, no caso do ministério samaritano daquele mesmo evangelista.

LO-DEBAR

Forma alternativa do nome da cidade também chamada **Debir** (vide).

LOGIA

1. *Definições e a Descoberta em Oxyrhynchus*

Essa é a forma plural do termo grego *logos*, que indica «palavra», «declaração», «discurso», «idéia». Tornou-se, com o tempo, um termo técnico para aludir às *declarações de Jesus*, ou às declarações de importantes figuras religiosas ou filosóficas. Com freqüência, o termo é aplicado àquelas afirmações de Jesus que não se encontram nos evangelhos canônicos. Grenfell e Hunt usaram o vocábulo ao se referirem aos fragmentos de certa coletânea de tais afirmações, descobertos por eles em Oxyrhynchus, no Egito, em 1897. Ver o artigo separado intitulado *Oxyrhynchus, Ditados (Logia) de Jesus de*. Essa cidade de Oxyrhynchus é a atual cidade de Benesa, a 195 km do Cairo, e a dezesseis quilômetros a oeste do rio Nilo. Alguns eruditos têm usado essa expressão para referir-se às declarações canônicas de Jesus, no evangelho de Mateus, ou em Mateus-Lucas, com base na chamada fonte informativa *Q* (vide); ou, então, a declarações que qualquer um desses evangelistas sinópticos têm, mas não Marcos, com base nas fontes informativas *M* e *L*. Ver o artigo sobre o *Problema Sinóptico*, que discute sobre essas questões. Em seu uso mais amplo, as declarações de Jesus estão em foco, sem qualquer distinção de fonte informativa e canonicidade. Papias, um dos mais antigos pais da Igreja, falava sobre as *logia* que Mateus havia compilado (de acordo com a menção feita por Eusébio, em *Hist. Eccl.* 3.39,16). O fato de que Papias disse que essas declarações foram registradas em hebraico pode significar que não está em vista o evangelho canônico de Mateus, mas tão-somente uma possível fonte informativa desse evangelho. Alguns estudiosos têm resistido resolutamente à idéia de que a referência feita por Papias possa ter sido a fonte informativa *Q*, acreditando que está em foco, realmente, o nosso evangelho canônico de Mateus. Porém, essa posição cria uma série de problemas que não podem ser facilmente resolvidos. O evangelho de Mateus, não dá qualquer indício de ter sido uma tradução do hebraico para o grego, antes, certamente ele foi originalmente escrito no grego «koiné».

2. *Muitas Coletâneas de Logia*

Antigas logia perdidas. A introdução de Lucas ao seu evangelho dá a entender a existência de muitas fontes informativas sobre a vida, as obras e as palavras de Jesus. Talvez houvesse muitas dessas coletâneas de *logia*. Os trechos de Atos 20:35 e I Tes. 4:16,17 parecem refletir uma dessas primitivas *logias*, embora a segunda dessas passagens possa indicar revelações feitas a Paulo, e não fragmentos de declarações de Jesus. As *logia* de Oxyrhynchus, sem dúvida, representam muitas dessas declarações, algumas das quais apenas sobreviveram até nós. Esse material data do século III D.C., e sua fonte informativa, provavelmente, pertencia ao século II D.C., o que significa que algumas dessas declarações podem ser autênticas. Em 1903, foram encontradas outras declarações de Jesus, em papiros provenientes da mesma localidade. Entre essas havia aquelas que pareciam reverberar os evangelhos sinópticos, embora não todas elas. Algumas dessas declarações têm sido encontradas nos escritos dos chamados pais da Igreja (vide).

3. *Nag Hammadi, Antiga Chenoboskion*

Ver o artigo separado sobre *Nag Hammadi, Manuscritos de*, quanto a maiores detalhes. Muito material de origem gnóstica foi achado nesse lugar, em 1946. Estavam inclusos um *Evangelho de Tomé* e um *Evangelho de Filipe*. Temos ali coletâneas de declarações de Jesus, na língua cóptica. O *Evangelho de Tomé* contém cento e catorze declarações de Jesus. Ao que parece, o livro foi originalmente escrito em grego (talvez no século II D.C.), mas depois traduzido para o cóptico, já no século IV ou V D.C. Algumas dessas afirmações assemelham-se muito com as de Oxyrhynchus. Mas há outras que, obviamente, são criações heréticas. O *Evangelho de Filipe*, por sua vez, encerra cento e vinte e sete declarações que, segundo tudo prova, são meras invenções de acordo com as preferências gnósticas. Datam de cerca de 400 D.C.

O *Códex Bezae* (D) contém uma interessante e importante (se autêntica) declaração de Jesus, que não aparece em qualquer outro manuscrito do Novo Testamento. O quinto versículo do sexto capítulo de Lucas aparece após o vs. 10; e, em lugar do décimo versículo, entre os vss. 4 e 6, encontramos o seguinte texto: «Naquele mesmo dia, vendo um homem trabalhando em dia de sábado, ele (Jesus) lhe disse: Homem se sabes o que estás fazendo, és bem-aventurado; mas, se não o sabes, és maldito e transgressor da lei». Se essa afirmação é autêntica, então antecipa a grande mudança de atitude relativa ao mandamento sobre o sábado, que houve na Igreja cristã. Por outra parte, os próprios cristãos (algum cristão tipo paulino) podem ter adicionado essa afirmação, por razões dogmáticas.

LÓGICA

1. *Definição e Primórdios*
2. Tipos de Lógica
   a. Lógica dedutiva
   b. Lógica metafísica
   c. Lógica simbólica
   d. Lógica indutiva
   e. Lógica experimental
3. Relação Entre a Lógica e a Fé Religiosa

1. Definição e Primórdios

«A **lógica** é a disciplina filosófica que analisa, codifica e sistematiza os princípios envolvidos na avaliação das evidências e no juízo das reivindicações de conhecimento. Para cumprir essa tarefa, a lógica examina os modos de dependência entre as proposições ou afirmativas. Portanto, com freqüência, a lógica é definida como o estudo de vários tipos de relações subentendidas entre declarações» (AM). De

modo abreviado, podemos dizer que a Lógica é a teoria das condições das inferências válidas.

O termo *lógica* foi usado pela primeira vez por Alexandre de Afrodísio (século II D.C.). E as primeiras extensas formulações da lógica dedutiva nos são apresentadas no *Organon* (vide) de Aristóteles. O desenvolvimento dessa disciplina, como, de resto, de toda a filosofia, tem-se ampliado por dois mil e quinhentos anos no mundo ocidental. Antes de Aristóteles, as demonstrações geométricas de Pitágoras, a dialética de Zenon de Elea e os diálogos de Platão proveram alguma base sobre a qual Aristóteles edificou sua ciência.

2. Tipos de Lógica

a. A *lógica dedutiva* de Aristóteles e suas modernas adaptações, dependem do silogismo: Todos os homens são racionais; todos os brasileiros são homens; logo, todos os brasileiros são racionais (um silogismo válido). Um silogismo é válido quando obedece às leis inerentes à lógica dedutiva. Porém, um verdadeiro silogismo não diz, necessariamente, a verdade. Para tanto, as asserções básicas, ou seja, as premissas, precisam ser verídicas. Por exemplo, *todos* os homens são, realmente, racionais? É claro que não. Tomemos também o seguinte exemplo: Todos os gatos são animais; todos os cães são animais; logo, todos os cães são gatos. Esse é um silogismo inválido. E um cultor da lógica, com suas várias regras, pode dizer-nos o porquê. Há dezenove formas válidas de silogismos; e um número ainda maior de silogismos inválidos. A lógica dedutiva é, essencialmente, o estudo dos silogismos válidos e dos silogismos inválidos, embora a sua aplicação à vida diária seja mais ampla do que isso. De fato, a dedução é uma maneira de pensar tipicamente humana.

b. *A lógica metafísica*. Hegel foi quem nos brindou com essa forma de lógica. Seu princípio de *tese, antítese* e *síntese* é uma forma de lógica. Ver os detalhes a respeito, no artigo sobre *Hegel*.

c. *A lógica simbólica*. A matemática, na realidade, é uma lógica simbólica. Os símbolos exprimem os conceitos matemáticos. A lógica simbólica é uma espécie de aplicação final da lógica dedutiva. Suas verdades são racionais e analíticas, e não empíricas.

d. *A lógica indutiva*. Nesse ramo da lógica não há proposições básicas aceitas. Antes, através da experimentação, adquirimos informes que servem de base para o conhecimento que buscamos adquirir. Desses informes abstraímos conclusões, e essas conclusões representam um conhecimento tentativo. As descobertas do medicamento e seu uso, por exemplo, resultam da lógica indutiva. Não precisamos conhecer a natureza da essência da substância que servirá de remédio. Antes, efetuamos muitas experiências, para ver como esta ou aquela substância atua, e quais são os seus possíveis efeitos colaterais indesejáveis. E, então, com base nos informes colhidos nessas experiências, podemos induzir a utilidade de uma substância para esta ou aquela enfermidade. A lógica indutiva terá guiado assim as nossas investigações. O método científico é uma aplicação da lógica indutiva, a qual, portanto, tem uma base muito prática.

e. *A lógica experimental*. John Dewey não acreditava que pudéssemos dispor de verdades fixas. Ele insistia que, em cada situação, temos «experiências» que devem ser especificamente aplicadas ao campo da educação. Na experimentação, pois, descobriríamos o que funciona melhor (posição do *pragmatismo*; vide).

3. Relação Entre a Lógica e a Fé Religiosa

Meu estudo sobre a lógica foi breve, tendo sido apresentado somente para conduzir o leitor a este terceiro ponto. Neste ponto, consideremos as seguintes observações:

a. A contribuição da lógica para a filosofia da ciência e para a teoria do conhecimento tem sido extraordinária, acima de toda dúvida. A lógica tem sido muito relevante para outras disciplinas que não a filosofia, igualmente. A matemática e a psicologia dependem de formas de lógica; a matemática de uma maneira absoluta, e a psicologia em parte. Além disso, a linguagem está entretecida com a lógica.

b. O estudo da fé religiosa e das proposições teológicas muito se tem beneficiado com as exigências da lógica, que diz que os termos e as proposições ali utilizados devem obedecer às exigências comuns da linguagem correta. A demanda de Karl Popper, de que devemos buscar instâncias de negação, e não meramente uma longa lista de proposições e experimentos afirmativos, é muito útil. As pessoas religiosas tendem por ser crédulas; e um pouco de lógica pode ajudar a separar o útil do inútil.

c. Precisamos saber no que consiste uma proposição, visto que a teologia dogmática faz uso livre das proposições. Além disso, os termos da linguagem devem ser sujeitos à análise que a lógica nos oferece, visto que os vocábulos são as pedras do alicerce dos nossos conceitos. «O teólogo precisa desenvolver ...uma lógica que lhe dê uma prestação de contas satisfatória sobre qualquer contradição aparente que ele se sinta impulsionado a afirmar. Essa é uma tarefa difícil: dar outro nome aos casos problemáticos, chamando-os de *paradoxos*, é uma medida que é apenas o primeiro passo» (C). Em outras palavras, dos paradoxos, devemos tentar partir para as verdadeiras soluções, não nos contentando em dizer: «Isto é um paradoxo», e nada mais fazer!

d. *Os argumentos teístas* têm envolvido, no decurso da história, e em nossos próprios dias, muitas e complexas racionalizações lógicas. Os teólogos modernos continuam disputando acerca do *argumento ontológico* (vide), acerca do significado de termos como «existe», «ser», «bom», etc., e também acerca de como podemos determinar o que tais termos envolvem, e o quanto da nossa linguagem (por meio dos antropomorfismos) pode ser aplicado à pessoa de Deus.

e. O estudo da *linguagem teológica* é uma tarefa para os teólogos devidamente treinados na lógica. As afirmativas humanas acerca de Deus, com suas manipulações de termos lingüísticos, precisam ser esclarecidas. Ver o artigo detalhado sobre a *Linguagem Teológica*, quanto a completas discussões sobre a questão.

f. *A verdade é mais profunda do que a lógica*. Em nosso entusiasmo sobre a ciência, a lógica e a linguagem correta, não nos deveríamos esquecer que, necessariamente, a verdade ultrapassa à linguagem. A principal fonte da verdade religiosa são as experiências místicas, incluindo a revelação divina. Ver o artigo sobre o *Misticismo*. As experiências místicas são tão profundas que podem desafiar qualquer aplicação considerável da linguagem humana, visto que tais experiências tendem por ser inefáveis. Podemos sentir significados, podemos ter certeza de certos significados, podemos sentir-nos exaltados e felizes diante da verdade, com ou sem a capacidade ou possibilidade de expressá-la por meio da linguagem humana. Apesar da linguagem, usualmente, servir de veículo do conhecimento humano, há verdades profundas demais para a linguagem humana. Na existência há mais coisas que a filosofia e a lógica são capazes ao menos de sonhar.

Assim, apesar de ser útil aplicar a lógica à fé religiosa (e um número grande demais de pessoas faz bem pouco nesse sentido, terminando em radicalismos), ainda é mais útil encontrar comunhão com a presença de Deus, naqueles pontos em que a linguagem humana e a lógica falham totalmente. Disse Tertuliano: «Creio, porque é absurdo». E isso em face de sua convicção de que as verdades espirituais mais profundas podem parecer ridículas de acordo com os padrões humanos e com a experiência geral dos homens. Apesar de haver grande verdade nessa declaração de Tertuliano, deveríamos preservar a posição da razão na fé, rejeitando os excessos do *antiintelectualismo* (vide). (AM C E EP)

LÓGICA TRANSCENDENTAL

Essa expressão alude à idéia de Emanuel Kant de que o conhecimento *a priori* (que é inerente à estrutura da mente humana) transcende à percepção dos sentidos. De fato, dentro das categorias do pensamento, força a experiência humana a assumir as formas que ela tem. As doze categorias de pensamento de Kant pertencem a essa forma de lógica, porquanto são maneiras de pensar *a priori*, não derivadas das experiências obtidas mediante a percepção dos sentidos. Ver sobre *Kant*, segundo ponto, *Teoria do Conhecimento*, especialmente o ponto g., onde são abordadas essas *categorias*.

LOGOI SPERMATIKOI Ver **Rationes Seminales.**

LOGOS (VERBO)

Esboço
Introdução
I. No Princípio era o Verbo
Considerações Preliminares
II. Diversas Interpretações do Logos
1. Heráclito
2. Os Estoicos
3. No Antigo Testamento
4. Uso nos Livros Apócrifos
5. Uso Posterior no Hebraico
6. Filo de Alexandria
III. A Doutrina do Logos no Evangelho de João
IV. Sumário de Idéias da Filosofia e da Teologia
Bibliografia

Introdução:

1. *A doutrina do Logos* tem desempenhado um importante papel na história da filosofia e da teologia. Tem atuado como uma espécie de ponte entre a filosofia e a teologia, no tocante a especulações acerca de *como* o poder divino manifesta-se no cosmos e no mundo dos homens. O Novo Testamento tirou proveito da antiga idéia filosófica do Logos para explicar certos aspectos da doutrina do Filho de Deus e seu ofício messiânico. Essa doutrina já havia passado por algumas modificações favoráveis no neoplatonismo e no judaísmo helenista, o que possibilitou o aproveitamento da idéia no Novo Testamento.

2. *A Palavra. Definições.* O termo grego *Logos* tem o sentido primário de «razão», «palavra», «fala», «discurso», «definição», «princípio». Visto que Deus aparece como a mente divina, seus atos podem ser concebidos como atos que se manifestam através da «razão». A mente divina controla tudo através de seu poder, e manifesta-se por meio de outras mentes. A mente é distinta da matéria, mas, de alguma maneira, é responsável por sua existência e modo de manifestação. A mente é uma força criativa, controlando aquilo que ela cria ou que dela emana. O *Logos*, pois, entra na filosofia como um poder modelador, tal como a mente humana modela suas condições neste mundo. Na filosofia grega, a *nous* (mente) era uma espécie de maneira alternativa de falar sobre o *Logos*. De fato, com base nos escritos de Anaxágoras, passando por Aristóteles, esse termo substituiu o termo Logos como o princípio motivador do universo.

3. *Com o Sentido de «Palavra».* Visto que o termo grego *logos* pode significar «palavra», era apenas natural que o evangelho de João tivesse usado o termo com o significado de «revelação» (ver João 1:18). O Grande Desconhecido, jamais visto por olhos mortais, tornou-se conhecido por meio do *Logos*. Mas, para João, o *Logos* também é o poder criativo, a inteligência divina por detrás de todas as coisas que vemos.

4. *A Universalidade do Logos.* Em seu ofício de revelador, as atividades do *Logos* são muito amplas. Ele não se limita a qualquer sistema isolado, nem mesmo ao cristianismo. Ela se revela na natureza, embora também se revele aos homens por meio de outros sistemas, porquanto ele é o inspirador das idéias boas e nobres, onde quer que elas se encontrem. Os pais gregos de Igreja criam que o *Logos* implanta as suas sementes por toda a parte, que eles chamavam de *logoi spermatikoi*, que poderiam ser encontradas nos melhores aspectos da filosofia grega, mormente no platonismo. Eles acreditavam que a filosofia atua como um mestre-escola, procurando conduzir os homens a Cristo, tal como a lei operava no tocante aos judeus.

5. *Conexão do Logos com o Antigo Testamento.* A mente divina planejou, e a *voz* divina falou. Esse foi o princípio, e, através dessa *palavra*, a criação física veio à existência (Gên. 1:1). Assim também, no Novo Testamento, a *voz* divina (o *Logos*) falou, o que indica o começo da nova criação e da nova revelação (João 1:1,18).

6. *O Teísmo.* O *Logos* mostrou-se ativo em favor do homem, fazendo as coisas virem à existência, física e espiritualmente, e, então, revelando à criação a vontade de Deus. Temos aí a essência do *teísmo* (vide), em contraste com o *deísmo* (vide). O teísmo ensina que Deus está interessado em sua criação. Ele guia, corrige, castiga e galardoa. O *deísmo*, por sua vez, ensina que o poder criativo (pessoal ou não) abandonou a sua criação, deixando-a entregue às leis naturais.

7. *A Comunicação da Natureza Divina.* O nosso mais elevado conceito religioso é aquele que ensina que Deus compartilha de sua natureza com os homens, através da redenção. Isso consiste na completa transformação dos homens segundo a imagem de Cristo, que é o *Logos* (ver Rom. 8:29; II Cor. 3:18; Col. 2:9,10; Efé. 3:19). Ver o artigo separado sobre esse assunto, intitulado *Transformação Segundo a Imagem de Cristo* (*o Logos*).

I. No Princípio era o Verbo

Considerações Preliminares

João 1:1: *No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.*

No princípio era o Verbo. Temos aqui uma óbvia referência às palavras iniciais do A.T., que descrevem a criação original. Essa alusão ao livro de Gênesis, que pertence ao V.T., se torna ainda mais patente quando nos lembramos que qualquer judeu podia falar constantemente do livro de Gênesis, e citá-lo, como «be reshith», isto é, como *No princípio...* À base dessa observação, alguns intérpretes têm insistido que a frase empregada pelo apóstolo João é meramente

uma referência à criação original. Se assim fosse, essa frase ensinaria meramente a preexistência do *Logos*, mas não, necessariamente, a sua eternidade. Devemos observar, entretanto, que este versículo não diz: «No princípio o Logos se tornou, foi criado», etc., e, sim, que ele *já era*. Assim sendo, ainda que essa frase nada mais seja do que uma referência ao ponto, no tempo, em que ocorreu a criação operada por Deus, já encontramos ali o «Logos» em existência, e isso claramente é anterior ao ponto de tempo que assinalou o começo da criação. Naturalmente, isso não requer que o «Logos» seja eterno, mas tão somente que já existia antes da criação, conforme a conhecemos. Porém, qualquer indivíduo que tenha estudado o ensino sobre o «Logos», a começar por Heráclito, através do estoicismo, no neoplatonismo, especialmente conforme ele é expresso por Filo, o filósofo judeu neoplatônico (viveu até 50 D.C.), poderá afirmar que crer que o *Logos* poderia ter tido um começo, ou que poderia fazer parte da criação, seja como for, é algo totalmente contrário a qualquer noção que já foi proferida no mundo antigo acerca da natureza do «Logos». Um «Logos» que tivesse tido começo não é o «Logos» da antiguidade e, sim, alguma estranha criação de mentes eivadas de preconceitos, as quais criam um Cristo segundo a imagem de suas próprias especulações, a fim de adaptá-lo a um sistema teológico adredemente erigido. Não se pode encontrar, em parte alguma do pensamento antigo, uma única linha que recomende a teoria de um «Logos» que não seja eterno. Assim sendo, a expressão «*...no princípio...*», embora faça alusão à criação original, é utilizada no evangelho de João como equivalente à «eternidade passada», não havendo nisso qualquer idéia de estabelecer um ponto distinto, no tempo, quando o «Logos» teria tido começo. Desde a eternidade passada que o «Logos» sempre existiu.

A palavra que é usada no original grego, *arche* («princípio»), era usada com o propósito de fazer referência à geração primária ou ao surgimento de todas as coisas e ainda que esse vocábulo tenha sido usado desta maneira aqui, não há indicação alguma de que isso queira dizer que o «Logos» teve começo nessa ocasião; pelo contrário, ele é visto como já em existência nessa ocasião.

Platão se utilizou dessa palavra para indicar a *força geradora*, a força originadora ou aquele que «começa», que gera. Por essa mesma razão é que Jesus Cristo, na passagem de Apo. 3:14, é referido como o «princípio da criação de Deus», palavras essas que significam que Cristo é o agente primário, o «iniciador» da criação, a força ou energia criadora, e jamais que ele foi a primeira criatura a ser criada. Esse uso também aparece no evangelho apócrifo de Nicodemos, onde Satanás é intitulado de «arche» (começo ou iniciador) da iniqüidade. Isso significa, claramente, que ele é o personagem que trouxe o mal à existência, o originador do mal.

Muitas interpretações têm sido atribuídas à palavra **arche**, neste texto; e abaixo damos alguns exemplos das mesmas:

1. O princípio seria *Deus Pai*, pelo que o Verbo teria estado eternamente nele. (Cirilo de Alexandria).

2. Os gnósticos valentinianos (de conformidade com o que diz Irineu 1.8,5) interpretavam-no como uma *hipóstase divina distinta*, entre o Pai e o «Logos».

3. Orígenes pensava que se trata de *sabedoria divina*, e que essa sabedoria é Cristo. (Ver em Joannem IV, págs. 19 e 20).

4. Teodoro de Mopsuéstia e outros julgavam tratar-se da *eternidade*.

5. Os socínios (e também alguns unitários modernos), imaginavam tratar-se do *evangelho*.

Embora haja diversas maneiras de alguém chegar à mesma conclusão, isto é, mediante diferentes interpretações do vocábulo *arche*, contudo, a maioria dos intérpretes sempre chega à mesma conclusão — aqui é ensinada a eternidade do Verbo de Deus. E nenhuma outra interpretação é possível quando nos lembramos da antiga noção acerca da natureza do «Logos». Qualquer outra interpretação seria um escárnio de séculos de filosofia especulativa, a qual desenvolveu a doutrina do «Logos», e que o autor deste evangelho descobriu ser tão apropriado como veículo de seus esforços ao ensinar algo sobre a natureza do Cristo eterno.

«João eleva essa frase, de sua referência a um ponto no tempo — o começo da criação — para o tempo de preexistência absoluta, antes de qualquer ato de criação, o que não é mencionado senão já no terceiro versículo do prólogo. Esse princípio não teve começo (comparar o vs. 3 com João 17:5; I João 1:1; Efé. 1:4; Pro. 8:23 e Sal. 40:2). Essa elevação do conceito, entretanto, aparece não tanto em *arche* (princípio), que simplesmente abre espaço para o mesmo, mas aparece principalmente na palavra 'ein' (era), que denota existência absoluta. (Comparar o vocábulo *eimi* — eu sou — em João 7:58). Isso, em vez de 'egeneto' (veio à existência, ou começou a ser), verbo esse que é empregado nos versículos terceiro e décimo quarto, e que se refere à criação que veio a existir e ao Verbo (*Logos*), quando se tornou carne». (Vincent, *in loc.*).

«Em Gênesis 1:1 o historiador sagrado começa do princípio e vai descendo, assim mantendo-nos na vereda do tempo. Mas neste caso, João começa no mesmo ponto e vai subindo, conduzindo-nos, dessa maneira, à eternidade que antecedeu o tempo». (*Milligan and Moulton*).

«*O Logos* não estava meramente em existência, porém, no princípio. Mas o 'arche' (princípio), em si mesmo e em suas operações, negro, caótico, é que já havia, e a sua idéia e o seu começo são comprimidos em uma única palavra luminosa, que é a palavra 'Logos'. Portanto, quando se diz que o 'Logos' estava no princípio, já nisso fica expressa a sua existência eterna, e também já fica indicada assim a sua posição eterna na deidade». (Lange, *in loc.*).

«Por oito vezes, na narrativa da criação (no livro de Gênesis), ocorrem, como se fora o refrão de um hino, as palavras: '...e disse Deus...' João reúne todas essas declarações de Deus em uma única declaração, viva e dotada de atividade e inteligência, de onde emanam todas as ordens divinas: ele descobre, como base de todas as palavras proferidas, a Palavra que falava». (Godet, *in loc.*).

II. Diversas Interpretações do Verbo

Era o Verbo. Aqui temos a doutrina do Logos.

1. Heráclito. Nossos indícios mais antigos sobre a doutrina do «Logos» se encontram nos escritos de Heráclito (800 A.C.), embora seja verdade que a própria palavra «Logos» jamais tenha sido empregada por ele. Não obstante, o sentido se faz presente. E embora nos escritos de Homero, e mesmo no grego dos dias de Heráclito, esse termo significasse «discurso», *ensino*, ou, talvez, «sabedoria» e, assim sendo, não pudesse ser utilizado para expressar a elevada idéia metafísica do «Logos», contudo, já estava delineada a doutrina, embora não expressa por essa palavra. Heráclito se referia ao princípio orientador de seu mundo em fluxo, onde ninguém pode pisar por duas vezes no mesmo rio. Essa lei de

transformação produz o caráter ordeiro das transformações que constituem o processo deste mundo, e isso foi chamado por Heráclito de uma espécie de «sabedoria», inerente ao estofo deste mundo. Esta característica, própria das manifestações da natureza inteira, é que controlaria o padrão e a regra de conduta comuns a todas as coisas, característica essa exibida em tudo e em todas as partes, e é sempre uma manifestação da razão. Mas essa lei de transformação jamais sofre alteração. «O sábio é somente um... queira ou não queira ser chamado pelo nome de zeus». (Fragmento 65, conforme dado por Burnet, pág. 65). «É o pensamento mediante o qual todas as coisas são guiadas através de todas as coisas». (*Fragmento* 19, op. cit.).

2. Os estóicos. Esses, que tomaram de empréstimo de Heráclito os seus conceitos metafísicos, expandiram a idéia dessa razão universal e dessa lei de transformação, que por sua vez não sofre alteração, e evidentemente foram os primeiros a empregar o vocábulo *Logos* com o intuito de expressar esse princípio. Para eles, o «Logos» seria a razão universal, a força criadora eterna, a energia sustentadora e orientadora, a «alma do mundo». Tudo isso são outras tantas expressões do «Logos»; e dessa forma foi criado um tipo de panteísmo, com emanação e absorção final. O *Logos* seria a existência, na realidade uma substância *material*, a saber, o «fogo». Tratar-se-ia do universo como uma razão mundial ativa e criadora, e as suas manifestações foram chamadas de *logoi spermatikoi*, ou seja, «sementes da razão». Todas as formas existentes no mundo, bem como todas as leis que atuam neste mundo, seriam «logoi spermatikoi» ou manifestações do «Logos». Assim, pois, o «Logos» seria a organização de todas as miríades de formas e de leis que emprestam naturezas e nomes aos objetos individuais e inspiram e governam as suas atividades. Por isso mesmo, o «Logos» seria uma força material, cósmica, impessoal, e não uma pessoa. Não obstante, algumas de suas características e atividades são aquelas atribuídas ao «Logos» pessoal, pertencente ao pensamento cristão. Posto que os estóicos ensinavam uma modalidade de panteísmo, o «Logos» é mui naturalmente reputado *divino*.

3. No Antigo Testamento. O Logos é a Palavra viva de Deus.

a) A *Palavra*, que corporifica a *vontade divina*, é personalizada na poesia hebraica. Assim é que atributos divinos lhe são conferidos, visto ser uma contínua revelação de Deus. A Palavra é um curador (ver Sal. 107:27); um mensageiro (ver Sal. 147:15), e o agente dos decretos divinos (ver Is. 55:11). (Ver também Sal. 32:4; Is. 40:8 e Sal. 119:105).

b. A *Palavra* é a *sabedoria personificada*. (Ver Jó. 28:12; Pro. 8:9). A sabedoria está oculta dos homens, porquanto Deus é a fonte de toda a sabedoria. Até mesmo a morte, que desvenda tantos segredos, conhece a sabedoria apenas como um rumor. (Ver o vs. 22). Mas Deus possuía a sabedoria desde o começo de seus dias (isto é, desde toda a eternidade — formas poéticas em termos concretos). Não obstante, Deus revela a sua sabedoria, que é a fonte da salvação para os homens. A sabedoria envolve todas as revelações feitas por Deus, sendo esse o grande atributo que combina todos os demais atributos divinos.

Muitos aceitam a passagem de Prov. cap. 8 como *messiânica;* e, se assim for, verdadeiramente, então terá vinculação especial para com a nossa passagem de João 1:1.

c. A *Palavra* é o *Anjo de Jeová*. Algumas vezes esse mensageiro é distinguido do próprio Deus, e outras vezes é alusão ao próprio Deus. (Ver Gên. 16:6-13; 32:24-28; Osé. 12:4,5; Êx. 23:20,21 e Mal. 3:1). Pode-se ver, portanto, que o ensinamento central da doutrina da Palavra (ou *Logos*) se evidencia no V.T., embora ali jamais seja desenvolvido como um conceito filosófico, segundo sucedeu na Grécia.

4. Uso nos livros apócrifos. A doutrina do **Logos** também pode ser vista nos livros apócrifos do V.T., que, de forma geral, contêm a idéia do próprio V.T., embora com modificações, especialmente na direção do panteísmo. No livro Sabedoria de Salomão (escrito em cerca de 100 A.C.), a sabedoria é encarada como um outro termo que indica a *natureza divina inteira*. Essa sabedoria não é messiânica, mas procede essencialmente da parte de Deus, sendo uma verdadeira imagem de Deus. Em Sabedoria de Salomão 7:22 se pode ler: «Ela é o hálito do poder de Deus, e uma influência pura que flui da glória do Todo-poderoso; portanto, nada de contaminado pode entrar nela. Pois ela é o resplendor da luz eterna, o espelho sem mácula do poder de Deus, e a imagem de sua benignidade». A semelhança dessa passagem com o trecho de Heb. 1:3 (um trecho cristológico central) é notável e, mui provavelmente, não foi conseguida por puro acidente. (Ver também Sabedoria de Siraque, capítulos primeiro e vigésimo quarto; e Baruque, capítulos terceiro e 4:1-4).

5. Uso posterior no hebraico. Os comentários e as exposições do A.T., bem como a teologia judaica personalizavam o conceito da Palavra e, sob o termo «teofania», foi criado um agente de Deus, como se fora a união de seus atributos, segundo eles são revelados aos homens. Isso era designado como o princípio todo inclusivo do *Menra* (Palavra ou «Logos») de Jeová. Os eruditos judaicos introduziram essa idéia nos Targuns, ou seja, nas paráfrases inseridas no V.T., escritas no idioma aramaico. Assim sendo, parafrasearam no trecho de Gên. 39:21: «A Menra estava com José, na prisão». A «Menra» também teria sido o anjo que destruiu os primogênitos do Egito, e também teria sido a *Menra* quem conduziu Israel, na nuvem de fogo.

6. Filo de Alexandria (até 50 D.C.). Alexandria foi um centro da erudição judaica, e ali vivia cerca de um milhão de judeus, no tempo de Filo. A tradução da Septuaginta (do V.T. em hebraico para a língua grega), que foi preparada entre 280 e 150 A.C., foi o começo da união entre a cultura helenista e a cultura hebraica, a conexão entre a filosofia grega e a teologia dos hebreus. Entre os eruditos judeus helenistas, Filo foi o mais importante, e foi um filósofo neoplatônico. A doutrina do «Logos», segundo o estoicismo, com facilidade pôde ser incorporada nas adaptações religiosas da filosofia de Filo, o que passou a ser conhecido pelo título de neoplatonismo. Essa doutrina não diferia, em muitos aspectos, da idéia dos *universais* de Platão, especialmente no aspecto que descrevia o *demiurgo* ou poder intermediário que criou este mundo sensível, de conformidade com o padrão ou desígnio dos universais. Assim também, no neoplatonismo, encontra-se uma mescla de princípios platônicos e da metafísica dos estóicos.

Algumas vezes Filo se referia à *impersonalidade* do «Logos», como se fosse a essência imaterial da mente de Deus, de onde teria procedido o plano e o padrão da criação. Algumas vezes, entretanto, ele falou *pessoalmente* sobre o «Logos», como o *anjo* do Senhor. O Deus de Filo é transcendental, e acerca dele podemos asseverar tão-somente que ele existe, porquanto não possuímos qualquer outro conhecimento detalhado sobre ele, além desse. Segundo esse conceito, Deus não pode contaminar-se com a vil

matéria, razão pela qual precisa contar com agentes, tanto na criação como nos seus contactos com o mundo. O princípio de mediação entre Deus e a matéria seria a Razão ou «Logos», de natureza divina e universal, no qual estariam comprimidas todas as idéias das coisas finitas, e que teria criado o mundo material, fazendo essas idéias penetrarem na matéria. Esse «Logos», como é natural e não é difícil de ser percebido, é o mesmo que o «demiurgo» de Platão. Assim sendo, Deus estaria circundado de «poderes», mais ou menos equivalentes aos universais de Platão ou aos anjos dos escritos judaicos, e esses emanam de Deus, emanação essa que também pode ser expressa dentro da estrutura da doutrina do «Logos», porquanto ali também temos certa modalidade de panteísmo, segundo se vê no estoicismo. Filo procurou reconciliar a teologia hebraica com a filosofia grega. E ele não era um Moisés a falar em grego, conforme alguns têm dito, porém, se assemelhava mais com Platão a falar em hebraico. Seja como for, essa filosofia acaba por ser mais grega (mais baseada em Platão e no estoicismo) do que ser puro monoteísmo e metafísica hebraicos. Nos escritos de Filo, o «Logos» é a razão divina e universal, a razão imanente, que contém dentro de si mesmo o ideal universal, mas que, ao mesmo tempo, é a palavra expressa, que procede da parte de Deus e que se manifesta neste mundo em tudo quanto aqui existe. Seria a manifestação que Deus faz de si mesmo neste mundo. Por conseguinte, para Filo, o «Logos» seria a súmula total do livre exercício das energias divinas. Dessa maneira, ao revelar a si mesmo, Deus poderia ser chamado de *Logos;* o *Logos*, na qualidade de agente revelador de Deus, poderia ser chamado de Deus.

III. A Doutrina do Logos no Evangelho de João

Qualquer pessoa que leia os conceitos exposto acima, sobre a natureza do *Logos*, poderá perceber, de imediato, que o conceito do evangelho de João sobre o «Logos» realmente tem muitos elementos similares, e que, na realidade, o autor desse evangelho se aproveitou de uma idéia corrente e bem conhecida no mundo helenista, a fim de expressar uma profunda verdade concernente à pessoa do Cristo encarnado. Que essa doutrina não foi criada no vácuo, e que não era inteiramente original a João (embora em seus escritos existam elementos diferentes), é fato que não deve causar surpresa a quem quer que seja, e nem deve esse fator ser considerado como algo que labora contra a veracidade dessa doutrina bíblica. No evangelho de João, o «Logos» aparece como:

1. *Uma força criadora*
2. *Uma força controladora*
3. *Uma pessoa*, que embora deva ser identificada com Deus, não obstante é pessoa distinta de Deus «Pai». E dessa maneira João evita o conceito panteísta, e lança o alicerce para o conceito da Trindade divina.
4. Uma personalidade, *de natureza divina*, embora se tivesse encarnado como homem. E, ao mesmo tempo, Deus e homem, isto é, o Deus-homem.

Orígenes foi o primeiro a declarar tal verdade, ao que se saiba, nessas palavras, ao empregar o vocábulo grego *theanthropos*. Os teólogos do concílio de Nicéia definiram a natureza de Cristo como «Deus de Deus», «gerado, mas não feito». Irineu ensinava que «*Deus se tornou homem, para que o homem pudesse tornar-se Deus*», e considerava a encarnação como a base da *esperança da imortalidade*. Ora, tudo isso refutava a heresia de Ário, que ensinava que «houve tempo em que ele, Cristo, não existia», pelo que também, na heresia ariana, Cristo era visto como parte da criação de Deus. Ver a nossa participação na divindade de Cristo, II Ped. 1:4.

O «Logos» era reputado como *consubstancial* com o Pai, e era negado, na igreja cristã primitiva, que o espírito do «Logos» meramente veio possuir o corpo físico de Jesus de Nazaré, por ocasião de seu batismo, tendo abandonado esse corpo por ocasião de sua morte. Pelo contrário, a verdade é que Jesus foi a encarnação do «Logos» eterno, não havendo nisso o envolvimento de duas entidades separadas, e sim, — uma única pessoa.

5. Um dos mais conspícuos ensinamentos de João sobre o «Logos» é que ele é quem *revela a Deus*, servindo de elo de conexão entre Deus e nós, motivo pelo qual lhe convinha compartilhar das naturezas divina e humana.

6. O Logos veio a fim de aproximar Deus aos homens e, finalmente, a fim de entregar os homens de volta a Deus, ao ponto em que os homens viessem a participar da essência divina, conforme ela se manifestou no «Logos», na pessoa do Filho, no Cristo, porquanto, finalmente, todos seremos inteiramente transformados em sua imagem. Essa é a grande mensagem de Paulo. Ver Rom. 8:29; Col. 2:9,10 e II Cor. 3:18. Ver o artigo sobre *Transformação Segundo a Imagem de Cristo*. Certamente, essa é a doutrina mais elevada do sistema cristão bíblico, embora venha sendo virtualmente ignorada pela igreja, que só volta as vistas para questões comparativamente iniciais do perdão dos pecados e da mudança de endereço para o céu. O evangelho, todavia, envolve *muito mais* do que isso, e a doutrina do «Logos» faz-nos lembrar qual é o ensinamento central do evangelho de Cristo, a saber, a transformação dos crentes segundo a própria imagem de Cristo.

7. Outrossim, o *Logos* é a expressão de Deus na *criação inteira*, e não meramente para o homem, pois ele sempre existiu, desde a eternidade passada, e tem sido a manifestação de Deus para todas as demais criaturas inteligentes. Ele é a Luz de Deus e, nessa qualidade, ilumina a criação em sua totalidade, incluindo os homens, de maneira bem especial. Portanto, em outras palavras, ele é a mensagem de Deus, a Palavra de Deus.

8. *O Verbo estava com Deus*. Qualquer judeu, ao ouvir dizer que o «Logos» é eterno, imediatamente identificaria o «Logos» com Deus, porquanto somente Deus é eterno, ao passo que tudo o mais é temporal e dependente dele. Todavia, o evangelho de João assevera que o *Logos* é eterno, contudo, é uma pessoa *distinta* que goza de comunhão com o Pai.

Algumas traduções traduzem aqui «*...face a face com Deus...*», e expressam assim a opinião de que as palavras «...com Deus...» dão a entender comunhão, e não mera presença ou caráter distinto de pessoas. A preposição grega «pros», aqui usada (traduzida aqui por *com*), pode assumir o sentido de estar perto ou ao lado. Assim também se lê que estar ausente do corpo é estar presente «com» («pros») o Senhor. (Ver II Cor. 5:8). O *Logos* é possuidor de autoconsciência, tendo uma personalidade distinta, mas, ao mesmo tempo, desfruta de comunhão com Deus Pai.

«Embora existisse eternamente com Deus, o Logos estava em perfeita comunhão com Deus. *Pros*, com o acusativo, apresenta-nos um plano de igualdade e intimidade, face a face um com o outro. Em I João 2:1, encontramos um emprego semelhante de *pros*. Temos um Paracleto para com o Pai». (Robertson, *in loc.*).

Falando sobre a preposição grega «*pros*», Bruce diz (*in loc.*): «Significa mais do que *metá* ou *pará*, e é regularmente empregada para expressar a presença

de uma pessoa com outra». E Crisóstomo comentava (*in loc.*): «Não em Deus, mas *com* Deus, como pessoa distinta, eternamente.

9. *O Verbo era Deus.* Aqui temos a idéia que completa o que tenciona ser uma declaração gradual acerca da natureza do *Logos*. É conservada a distinção entre pessoas, mas, por outro lado, é preservada a unidade de substância ou de natureza essencial. Além disso, cada declaração explica a anterior. O Verbo é eterno, razão por que deve ser considerado divino. Porém, essa divindade não significa que não possa existir distinção de pessoas, porquanto o «Logos» estava «...com Deus...», e, por isso mesmo, é distinto de Deus Pai. Isso, no entanto, não significa que existam dois deuses, porquanto o «Logos» é Deus, ou seja, idêntico em essência, pelo que também é uma expressão de uma *única* essência divina.

Esta última declaração bíblica é a maior das três, e incorpora as outras em si mesma. A ordem das palavras, no grego, nessa declaração, é: «...Deus era o Verbo», e algumas traduções têm seguido essa ordem de palavras; contudo, à base da regra gramatical do grego, que aplica à sintaxe do artigo definido, sabemos que o Verbo é que é o sujeito, e que Deus é o predicado do Verbo, porquanto o artigo definido acompanha a palavra «Logos» e, dessa maneira, identifica-a como o sujeito da frase. E a ausência do artigo definido, antes do vocábulo «Deus», não nos dá licença para traduzirmos *O Verbo era um deus*, segundo alguns têm imaginado, posto que, em primeiro lugar, isso seria totalmente contrário ao conceito monoteísta que há por detrás da teologia judaica e cristã. Em segundo lugar, tal tradução é meramente uma possibilidade, e não uma necessidade, visto que a ausência do artigo não requer a adição do artigo indefinido, mas tão-somente significa que se trata de uma tradução possível. Se, coerentemente, acrescentássemos o artigo indefinido cada vez que não figura o artigo definido antes de um substantivo, a tradução transformar-se-ia num autêntico caos. Por exemplo, o vs. 14 deste primeiro capítulo do evangelho de João diria: «...e o Verbo se tornou uma carne...» O vs. 18 do mesmo capítulo diria: «...ninguém jamais viu a um deus...» E note-se que, neste último caso, a referência bem definida é a Deus Pai, o que nos forçaria a chamar o Pai de *um deus* e não de «Deus» ou «o Deus». Por sua vez, o vs. 6 diria: «...houve um homem enviado de um deus...» E, uma vez mais, a referência óbvia é ao Pai, que novamente deveria ser intitulado de «um deus», se insistíssemos em suprir o artigo indefinido cada vez que o artigo definido não acompanhasse a algum substantivo. Qualquer pessoa que tomasse de um N.T. grego e de uma concordância grega, e seguisse o termo «Deus», observando quando recebe e quando não recebe o artigo definido, ficaria plenamente convencido de que não se pode estabelecer quanto a isso qualquer regra fixa, e que traduzir, neste lugar, «...o Verbo era um deus...» não passa do mais profundo preconceito, lançando na confusão qualquer tentativa de tradução razoável e coerente, além de labutar contra a teologia cristã.

No que diz respeito à ausência do artigo definido antes da palavra *Deus*, neste versículo primeiro do evangelho de João, podemos fazer a seguinte observação no tocante à possível significação desse fenômeno: A função ordinária do artigo definido é a de apontar ou especificar. Assim sendo, *o Deus* poderia ser compreendido como «O Deus de Israel» algum Deus particular, ou alguma identificação particular ou idéia característica de Deus. Mas, sem o artigo definido, temos em vista meramente a essência divina. Ora, até mesmo nos idiomas modernos preservamos esse uso. Se dissermos «o homem», estaremos apontando para alguma pessoa particular, algum homem, em distinção a todos os outros homens. Porém, se dissermos «homem», já estaremos fazendo alusão à «humanidade», à essência da humanidade, ao estado dos seres humanos. Assim também se dá neste caso. *Logos* não é apontado como «o Pai» ou (o Deus dos judeus); pelo contrário, ele é *Deus*, isto é, possuiu a natureza e a essência da divindade. É justamente seguindo essa idéia que a tradução inglesa de Williams diz neste ponto: «No princípio a Palavra existia; e a Palavra estava face a face com Deus; sim, a Palavra era Deus mesmo». E, no rodapé ele acrescentou a seguinte observação: *Deus, enfático; portanto, Deus mesmo.*

«O artigo definido, antes de *theos* (Deus), destruiria, neste caso, a distinção de personalidade, e confundiria o Filho com o Pai. A sentença anterior assevera a hipóstase distinta do «Logos», a saber, a Sua unidade essencial com Deus. Conceber um ser independente, que tivesse existido desde a eternidade, fora e separado do único Deus e de substância diferente, haveria de ser a derrocada da verdade fundamental do monoteísmo e do caráter absoluto de Deus. Só pode haver um ser ou substância de ordem divina». (Phillip Schaff, *in loc.*, no Lange's Commentary).

«O evangelho declara que os homens devem 'honrar ao Filho, tal como honram ao Pai', sem identificá-los entre si (João 5:23). Quanto à relação existente entre os dois, ver João 14:9,28; 5:30; 6:38; e 10:30». (Wilber F. Howard, *in loc.*).

Assim também, neste versículo primeiro do evangelho de João, o «Logos» é identificado com um ser divino, mediante o emprego da palavra «Deus», sem o concurso do artigo definido. A sua essência é divina. No vs. 14, por semelhante modo, a palavra «carne», sem o artigo definido, identifica a natureza humana autêntica de Jesus Cristo. A essência de Cristo também é humana. Ver o artigo sobre a *Divindade de Cristo*.

IV. Sumário de Idéias da Filosofia e da Teologia

1. *Heráclito.* No universo há um poder *formativo*, criador, modelador e sustentador, um tanto análogo ao poder da *razão* no homem. Esse é o *Logos*. A alma humana é parte desse poder raciocinador, que poderíamos chamar de *mente divina*, embora essa não fosse terminologia usada por Heráclito.

2. *De Anaxágoras, Através de Aristóteles.* O *nous* (vide) tomava o lugar do *Logos* como princípio motivador do universo. A *nous* seria o princípio divino, e seria imaterial. O *Logos*, algumas vezes, dentro desse contexto, é referido como o poder da *nous* neste mundo material.

3. A idéia do *Logos* reapareceu no *estoicismo* (vide), onde se tornou um virtual sinônimo de Deus. Os estóicos, porém, não concebiam um Deus pessoal. O *Logos*, para eles, era um poder cósmico impessoal que se emanaria e se recolheria de novo, em grandes ciclos, criando tudo e, então, anulando tudo, mediante a reabsorção em si mesmo. Isso é apenas uma forma de *panteísmo* (vide). Uma doutrina suplementar era a dos *logoi spermatikoi*, as sementes da razão, presentes em todas as coisas, de tal modo que a mente divina operaria até sobre a chamada matéria morta. Isso explicaria como a matéria morta poderia evoluir, mostrar desígnio, etc. O *Logos* existente na razão (racionalidade), dentre da psique humana é a força divina em operação. Essa racionalidade (no latim, *ratio*) torna-se a palavra (no

latim, *oratio*) nos lábios humanos, de tal modo que os homens podem falar sabedoria.

4. *No judaísmo*, a tendência era personificar o *Logos*, associando-O ao Anjo do Senhor e ao poder criativo divino. *Filo* (vide) identificava o poder criativo de Deus com o *Logos* dos *estóicos* e do *neoplatonismo* (vide). Nos escritos de Filo, o *Logos* figura como uma manifestação pessoal de Deus, mas também como o poder divino impessoal e transcendental dos estóicos. Outrossim, o *Logos* ganha, nos escritos de Filo, uma função remidora, tornando-se o meio que leva os homens a uma natureza espiritual mais elevada. Pode-se ver nisso uma grande aproximação da doutrina do Logos, segundo o evangelho de João. Não há como pensar que o ponto de vista joanino do Logos era independente das idéias expostas por Filo.

5. *No Evangelho de João*. Na terceira seção, acima, temos dado uma completa descrição sobre isso, pelo que não repetirei o ponto aqui. Aqui basta dizer que o *Logos*, personalizado em Filo, agora *encarnou-se como homem*, na pessoa de Jesus Cristo, o Filho de Deus. Essa é a distintiva contribuição do apóstolo João à evolução do conceito do *Logos*. Por meio da *encarnação* (vide), encontramos as missões reveladora e remidora do *Logos*. Foi uma excelente adição à doutrina, que cremos ser um ensinamento verdadeiro. Nesse conceito vê-se a combinação da soteriologia com a cristologia. O Cristo divino salva ao comunicar a sua própria natureza aos homens, e não meramente ao ensinar-lhes alguma doutrina superior.

6. *Na teologia cristã*, o *Logos* é equiparado ao princípio do Filho, dentro da trindade (vide).

7. No *gnosticismo* (vide). De acordo com essa posição, o *Logos* é alistado como a mais poderosa das *emanações* (vide) de Deus.

8. *Entre os apologetas*, como *Minúcio* (vide), o *Logos* é identificado com o Filho de Deus, uma afirmação de que, desse modo, a doutrina cristã da Trindade foi antecipada na filosofia grega. Esse ensino tinha por fim aproximar o pensamento grego da teologia cristã, pavimentando assim o caminho para a conversão dos gregos e dos filósofos ao cristianismo. Não se pode duvidar que o método foi eficaz. Consideremos a Igreja Ortodoxa Grega e as igrejas orientais ortodoxas, que sempre se deixaram influenciar pelas idéias gregas, mediadas através dos pais gregos da Igreja.

9. *Fichte* (vide) dizia que Deus está presente em todas as coisas através do *Logos*.

10. Para *Hegel* (vide) era o *Logos*, ou mente divina que teria criado e guiado a manifestação de sua dialética, com as tríades que trazem todas as coisas à existência e determinam a natureza dessas coisas.

11. *Unamuno* (vide) rejeitava o termo *Logos*, preferindo dizer *Palavra*. A Palavra estaria presente em todos os discursos, sendo a expressão íntima dos homens mortais.

12. *Heidegger* (vide) afirmava que o Logos, ou Palavra, está presente em todos os discursos, sendo capaz de desvendar para nós o Ser.

Na Bíblia portuguesa, a palavra grega *Logos* é traduzida por *Verbo*, principalmente por ser este um vocábulo do gênero masculino, o que combina com o gênero da palavra grega *Logos*, que também é masculino.

Bibliografia. AM C B E EP I IB MM P NTI

LOGRO

Um logro é um truque enganador, com o intuito de fazer as pessoas pensarem algo que não corresponde à verdade. Algumas vezes, isso é feito como se fosse uma piada, mas, outras vezes, com o propósito de ferir e de causar um curso de ação que, de outra maneira, não seria escolhido. As pessoas inventam estórias e as publicam com finalidades sensacionalistas, ou para desviar a atenção de outras pessoas para longe da verdade. Logros têm sido perpetrados no caso dos alegados escritos de pessoas famosas e infames, com o propósito de obter dinheiro. Visto que as Escrituras e os princípios éticos proíbem o logro, essa prática é apenas um outro pecado da pervertida mente humana.

LOHE, JOHANN KONRAD WILHELM

Suas datas foram 1808-1872. Nasceu em Furth, perto de Nuremberg, na Alemanha, e morreu nessa última. Educou-se nas Universidades de Erlangen e Berlim, e, em 1831, tornou-se vigário em Kirchenlamitz. Em seus dias de estudante, identificou-se com o reavivamento luterano. Tornou-se pregador e evangelista fervoroso, mas acabou sendo desligado de Kirchenlamitz acusado de favorecer o *misticismo* (vide). Sempre foi um crítico severo da Igreja organizada, embora também nunca tivesse deixado de servi-la. Em 1837, tornou-se pastor em Neuendettelsau, onde se tornou figura de projeção. Muitos alemães estavam migrando para os Estados Unidos da América e, a fim de proteger espiritualmente essa gente, em sua nova aventura, ele fundou duas casas de treinamento missionário. Interessava-se tanto pelas missões estrangeiras quanto pelas missões em solo pátrio, como também pelas obras de caridade. Tornou-se uma autoridade em assuntos litúrgicos, e suas obras escritas formaram a base do *Culto Comum* da Igreja Luterana da América do Norte. Ele organizou escolas, seminários e asilos para os enfermos. Como é óbvio, ele se mostrou muito ativo nas atividades pastorais. (AM E)

LÓIDE

No grego, **Loís**. O sentido desse nome próprio é desconhecido. A única referência bíblica a *Lóide* fica em II Tim. 1:5. Ela era a avó de Timóteo, presumivelmente mãe de Eunice, conforme aquela referência dá a entender. Ela era judia devota, mui provavelmente, convertida ao cristianismo, pois, do contrário, Paulo não teria falado tão favoravelmente a seu respeito. Todavia, essa é a única alusão a Lóide, em todo o Novo Testamento, não havendo sobre ela qualquer outra informação. Esse nome não era comum, e os intérpretes são forçados a confessar sua ignorância quanto ao seu sentido. Alguns estudiosos têm conjecturado em torno do sentido «agradável», pensando que esse apelativo talvez esteja ligado ao termo grego *loia*, «mais desejável», «mais agradável». Ela era avó de Timóteo, pelo lado de sua mãe (a judia, e não a grega). A família residia em Listra (Atos 16:1).

LOISY, ALFREDO, ABADE

Suas datas foram 1857-1940. Foi um notório erudito francês da Bíblia, orientalista e crítico da Bíblia, tendo-se envolvido muito na controvérsia modernista do catolicismo romano. Seus livros, *The Gospel and the Church* e *What is Christianity?*, causaram muita agitação, e muitos de seus pontos de vista foram condenados pela Sé de Roma. Finalmente, Loisy foi forçado a abandonar o catolicismo romano, e começou a ensinar no Collège de France. Em 1917, sem ter-se retratado de suas idéias,

publicou um livro intitulado, em francês, *La Religion*, no qual ele interpretava a religião em termos de sociologia e humanismo, muito ao sabor de Comte (vide) e de Durkheim (vide).

Loisy foi um escritor prolífero, que produziu um certo número de comentários sobre a Bíblia, entre suas outras obras. Sua autobiografia intitulava-se, em inglês, *My Duel with the Vatican; the Autobiography of a Catholic Modernist*.

Algumas Idéias Específicas:

1. Crença nos esforços sociais e humanistas da religião.

2. A imanência divina e a importância da expressão religiosa individual, em contraste com o tipo de expressão confinada, imposta pelas autoridades eclesiásticas.

3. Todas as religiões possibilitariam sucessivas relações entre Deus e os homens. Os livros sagrados das religiões são o registro dessas relações; mas nenhum desses registros é completo, final ou perfeito.

4. Simpatia com muitas idéias liberais, que ele promovia abertamente.

O papa Pio X, em 1907, publicou uma encíclica contra o modernismo, com o título de *Síntese de Todas as Heresias*. Loisy respondeu ainda com mais heresias (segundo o ponto de vista do papado), em 1908, em seu livro, com título em inglês, *Simple Reflections*. Não demorou muito para ele ser excomungado.

Além dos comentários bíblicos, Loisy escreveu outros livros, cujos títulos em inglês são: *Babylonian Myths and the First Chapter of Genesis; Small Book; Simple Reflections; On the Decree; Pagan Mysteries and the Christian Mystery; Are There Two Sources of Religion and Morals?*

Ver também o artigo sobre o *Liberalismo*.

LOKAYATAS

Esse termo está alicerçado sobre a palavra sanscrita *loka*, «mundo». Esse é o nome de uma das seitas do *hinduísmo* (vide). Também é conhecida como *Charvakas*, por haver sido fundada por um homem com esse nome. Mui estranhamente, esses hindus são materialistas. Apesar de falarem sobre a inteligência como algo separado da matéria, não crêem que sua sede seja a alma, e nem que a alma possa sobreviver ante a morte física. De acordo com a doutrina deles, a morte não traz nenhuma conseqüência para bem ou para mal. Eles também rejeitam as doutrinas normais do hinduísmo como a alma, os deuses, o karma, a transmigração das almas, etc. No campo da gnosiologia, eles alicerçam todo conhecimento sobre a percepção dos sentidos. São declaradamente céticos, por alegarem que a percepção dos sentidos não é digna de confiança. Na ética, são hedonistas, visto pensarem que os prazeres são o alvo próprio desta vida fugidia.

Essa escola foi inicialmente desenvolvida na Índia, em torno de 800 A.C. Ela foi uma das fontes do janaísmo e do budismo, que surgiram posteriormente. Eles não confiavam nos Vedas, antigos escritos sânscritos, por julgarem-nos caracterizados pela falta de veracidade, por contradições internas e por vãs repetições. O materialismo hindu continua existindo, mas os *lokayatas*, como uma escola de pensamento, desapareceu. Em outras palavras, suas idéias persistem, mas não sua organização formal.

LOLARDOS

Esse nome vem do vocábulo holandês **lollaerd**, «resmungador». Esse nome alude à maneira como esse grupo resmungava suas orações e entoava os salmos. Foram eles uma seita religiosa que surgiu no século XIV e continuou até bem dentro do século XV. O grupo original residia em Antuérpia, na Bélgica. Essa seita começou por ocasião de uma grande praga, e os resmungos a que referimos diziam respeito à maneira tristonha como entoavam seus ritos de sepultamento. Posteriormente, o apelido foi transferido para os seguidores de *Wycliffe* (vide), na Inglaterra e na Escócia, um povo que resultou dos esforços dos Pregadores Pobres que Wycliffe enviava para pregar suas doutrinas entre as classes menos favorecidas. Eles se opunham às corrupções da Igreja organizada da época, ao envolvimento político dos seus ministros, e promoviam a Bíblia como a única regra de fé e prática. Wycliffe havia provido para eles uma tradução da Bíblia para o inglês, de tal modo que o povo comum da Inglaterra dispunha da Bíblia em seu próprio idioma. Uma outra força literária desse grupo era a obra que se atribuía a Guilherme Langland (Langley), *The Vision of the Piers Plowman*, que era uma espécie de poema alegórico, onde um honesto lavrador percebia todos os erros e hipocrisias da religião organizada, especialmente ajudado por seu credo e o estudo das Santas Escrituras.

Nessa época ainda não havia surgido o protestantismo, pelo que os lolardos foram uma espécie de movimento pré-reforma, protestante e evangélico. Esse movimento continuou crescendo até a década de 1490. Tiveram de enfrentar fortíssima oposição. William Courteney, arcebispo de Canterbury, condenou-os em vinte e quatro acusações. Dessas, dez representavam heresias, e catorze seriam erros, de acordo com os termos da condenação. Entre as «heresias» havia a negação da doutrina da transubstanciação; o arrependimento de todo o coração é necessário aos homens, eliminando qualquer necessidade de confissão eclesiástica formal; Cristo não ordenou as missas católicas; negação do poder e autoridade papais; nenhum ministro do evangelho deveria ocupar cargos políticos. Leigos e ministros secundários podem pregar o evangelho sem qualquer autorização da parte de oficiais eclesiásticos. E, finalmente, os lolardos objetavam à prática dos religiosos sobreviverem pedindo esmolas.

Os lolardos aproximavam-se muito dos puritanos posteriores, quanto à natureza de sua religiosidade, e foram uma indiscutível influência sobre a Reforma Protestante, que se seguiu, no século XVI. Em seu ponto de maior sucesso, eles chegaram a ser vinte cinco por cento da população. Mas Henrique IV, de Lancaster, ascendeu ao trono da Inglaterra e virtualmente destruiu o movimento dos lolardos mediante intensa perseguição e até morticínios (começo do século XV). Mas, se o movimento desapareceu, seus sentimentos e suas doutrinas tiveram prosseguimento, através do que, pelo menos em parte, foi facilitado o movimento da Reforma Protestante do século XVI.

LOMBARDO, PEDRO

Ver sobre **Pedro Lombardo.**

LOMBOS

Várias palavras hebraicas e gregas são assim traduzidas. Está em vista a região lombar ou quadris. O termo hebraico *mothen* vem de uma raiz que significa «delgado», o que indica que está em foco a

cintura, na parte das costas. Todavia, a palavra é bastante lata para indicar também os quadris. Em Êxo. 28:42, essa palavra descreve a porção média das costas, por onde se coloca um cinturão. Interessante é que, pelo menos em alguns casos, essa era a porção considerada mais grossa do corpo humano (ver I Reis 12:10), talvez atendendo ao fato de que algumas pessoas engordam muito nessa região. Também era nessa região que as pessoas se cingiam com pano de saco (Gên. 37:34; I Reis 20:32). Os costumes orientais ditavam que as roupas fossem atadas em torno da cintura, quando a pessoa precisava correr, por razões óbvias (I Reis 18:46). Com base nessa circunstância é que esse ato veio a tornar-se símbolo de preparação para a ação espiritual. Os hebreus atribuíam qualidades físicas e espirituais aos órgãos e partes do corpo humano (ver o artigo sobre *Órgãos Vitais*); e aos lombos era atribuída a força, literal e metaforicamente. Ver Naum 2:1. Enfermidades terríveis e acontecimentos adversos poderiam fazer os lombos de um homem (a origem de sua força) tremerem; e, quando isso sucedia, então a calamidade havia-se abatido sobre tal homem. Ver Sal. 69:23. A mesma coisa podia ser simbolizada pelo ato de descingir os lombos.

Uma outra palavra hebraica, *chatats*, «força», «vigor», é usada em Gên. 35:11, como origem da vida e da prole, sem dúvida, uma alusão muito imprecisa e eufemística aos órgãos sexuais, especialmente os interiores, onde o sêmen masculino é fabricado e armazenado.

Além disso, temos a palavra hebraica *kecel*, «gordura», termo que pode indicar tanto os lombos quanto as vísceras. Metaforicamente, essa palavra pode indicar «insensatez», «esperança» ou «confiança». No Antigo Testamento, essa palavra é usada literalmente, exceto em Sal. 38:7. Naquela passagem estão em foco a enfermidade, a debilidade e o desespero, pelo que os lombos são descritos como uma parte do corpo que «arde».

No Novo Testamento. temos somente a palavra grega *osphús*, que ocorre por oito vezes. Ver Mat. 3:4; Mar. 1:6; Luc. 12:35; Atos 2:30; Efé. 6:14; Heb. 7:5,10 e I Ped. 1:13. Na referência de Mateus está em pauta a *cintura*, o lugar onde as vestes são firmadas em torno do corpo. Lucas 12:35 usa o termo no sentido metafórico de preparação para a ação espiritual ou de alerta espiritual. No trecho de Efé. 6:14, ter os lombos cingidos faz parte do preparo do soldado cristão para a batalha espiritual. A mesma atitude de preparação espiritual é evidente nessa palavra, usada em I Ped. 1:13. A passagem de Hebreus 7:5,10 encerra esse vocábulo indicando os poderes geradores do homem, um uso paralelo ao do trecho de Gên. 35:11.

LONGÂNIMO

1. *Palavras e Definições*

No hebraico temos a expressão *'erek 'appayim*, «lento em irar-se». Mais literalmente, essa expressão significa «comprido de nariz» ou «comprido de rosto», e veio a ser associada à idéia de irar-se com dificuldade (talvez devido ao fato de que é no rosto que a pessoa mostra suas emoções fortes, pelo que a fisionomia seria indicadora dessas emoções). Ou, então, conforme outros têm sugerido, o *nariz* é um indicador da ira, visto que a pessoa respira forte, e até mesmo resfolega, quando excitada pela ira. Seja como for, a longanimidade é um atributo divino, tanto no Antigo quanto no Novo Testamentos, sendo uma expressão do famoso amor de Deus. No Antigo Testamento, ver passagens como Êxo. 34:6; Núm. 14:18; Sal. 86:15 e Jer. 15:5. Deus sabe que os homens não passam de pó, pelo que se mostra superpaciente para com eles. Essa é a idéia por detrás da longaminidade divina.

No grego temos o vocábulo *makrothumía*, que vem de *mákros* = grande; e *thumía* = emoção. Poderíamos pensar em «longo de mente», «longo de emoção», «longo de alma», ou inversamente, «suportar muito». O contrário, «curto de mente» indicaria a impaciência. Essa palavra grega aponta para a grande paciência, para a grande tolerância, para a persistência em não se deixar arrebatar pelas emoções fortes. Há catorze ocorrências dessa palavra grega no Novo Testamento: Rom. 2:4; 9:22; II Cor. 6:6; Gál. 5:22 (onde a longanimidade aparece como um dos aspectos do fruto do Espírito, no crente); Efé. 4:2; Col. 1:11; 3:12; I Tim. 1:16; II Tim. 3:10; 4:2; Heb. 6:12; Tia. 5:10; I Ped. 3:20; II Ped. 3:15.

2. *Exemplos Bíblicos de Longanimidade*

a. A história do profeta Jonas, que corresponde ao trecho de João 3:16, no Antigo Testamento. Deus dava atenção até aos animais irracionais, quanto mais aos seres humanos (Jon. 4:11).

b. Deus é longânimo para com os homens em geral, esperando que eles se arrependam (Rom. 2:4; II Ped. 3:9).

c. Para com a humanidade de antes do dilúvio (I Ped. 3:20).

d. Para como Faraó, rei do Egito (Rom. 9:17,22).

e. Para com as nações pagãs (Atos 14:16).

f. Para com o rei Manassés (II Crô. 33:10-13).

g. Para com a nação de Israel (Nee. 9:31; Sal. 78:28; Isa. 30:18).

h. Para com a cidade de Jerusalém (Mat. 22:37).

i. Os crentes deveriam ser exemplos de longanimidade, cultivando essa qualidade espiritual (Gál. 5:22: Rom. 15:5).

j. Deus mostrou longanimidade a Paulo e através dele (I Tim. 1:16).

3. *Resultados dos Abusos Contra a Longanimidade de Deus*

Isso resulta em punição dos culpados (Nee. 9:30; Mat. 24:50); e desgasta a paciência de Deus, que não é longânimo para sempre diante do pecado (Gên. 6:3; Jer. 44:22).

4. *Narrativas que Ilustram a Longanimidade Divina*

a. O cântico da vinha (Isa. 5:17).

b. Duas parábolas dos evangelhos (Mat. 21:33-41; Luc. 16:6-9).

LONGINO

Suas datas foram cerca de 213-273 D.C. Ele foi um retórico grego, nascido na Síria. Estudou em Alexandria, sob Ammonius Saccas. Ensinou em Atenas. Foi colega estudante de Plotino, em Alexandria, embora os dois divergissem um tanto em seus pontos de vista. A principal diferença entre eles é que Longino pensava que as *Idéias* (vide) têm uma condição metafísica distinta, existindo separadas e fora da mente divina, ou *Nous*. O neoplatonismo pensa que essas idéias são as emanações e modos de expressão da mente divina. Quanto a isso, Longino aproximava-se mais do platonismo original, e não do neoplatonismo. Naturalmente, Platão, em seu diálogo sobre as *Leis*, chamou suas idéias, coletivamente falando, de *Deus*; e assim, pelo menos naquele diálogo, temos um precedente para a adaptação neoplatônica de seus conceitos. Longino é reputado

autor da obra neoplatônica intitulado *Sobre o Sublime*, embora haja eruditos modernos que supõem que um autor desconhecido foi, realmente, o autor desse material. No entanto, sabe-se que Longino escreveu as seguintes obras: *On First Principles; On the Chief End;* um *Comentário* sobre o Timeu de Platão; e *The Art of Rhetoric*.

LORETO, SANTA CASA DE

As pessoas religiosas que queiram «crer», podem acreditar em coisas verdadeiramente fantásticas. Certo filósofo queixou-se de que os homens, afinal de contas, não são nem lógicos e nem racionais, mas que geralmente crêem em coisas em troca de consolo mental. Um desses exemplos de extrema credulidade é a questão que envolve a *Santa Casa de Loreto*. Trata-se de uma minúscula construção, cuja área é de apenas cerca de 9,5 m por 4 m, dentro da basílica de Loreto, perto de Ancona, na Itália. Há tradições que dizem que essa era a casa onde residia a Sagrada Família, em Nazaré. Teria sido transportada pelos anjos, primeiramente para a Ilíria (em 1291), e, então, para Loreto, na Itália (em 1294)! Certos «santos» e papas aprovaram essa tradição, mas os católicos romanos modernos, excetuando os devotos do santuário, encaram tudo isso como mera lenda, e não acreditam em tal tradição. Tal como sucede com a maioria dos santuários, ocorrem ali, realmente, milagres, e podemos supor que estão em ação forças psicossomáticas. Noutras oportunidades, podemos supor que Deus simplesmente usa de misericórdia para com os que vêm ali fazer suas preces, apesar da óbvia falsidade de tal tradição. É possível que os santuários religiosos atraiam poderosas (mas invisíveis) entidades espirituais, as quais, vez por outra, realizam algum ato de maior envergadura. Os protestantes dão a explicação comum de que tudo não passa do poder demoníaco, mas precisamos ter cuidado para não dar ao diabo mais crédito do que ele merece. E nem podemos ter certeza sobre quanto crédito ele merece no tocante a casos específicos.

LO-RUAMA

Ver Osé. 1:6. Esse era o nome de uma filha de Oséias e sua prostituída esposa, Gômer. Esse nome significa «Não Compadecida». O símbolo envolvido era que a nação de Israel (a infiel esposa de Deus), em seu adultério espiritual e desobediência, havia perdido a compaixão natural e a proteção que, normalmente, poderia esperar da parte de Yahweh, devido à sua relação com ele como o seu povo. Profeticamente falando, estava em vista a ameaça do cativeiro assírio. Ver também o artigo sobre *Lo-Ami*.

LOTERIA

Ver o artigo sobre o **Jogo.**

LOTOS (ÁRVORE)

Alguns intérpretes supõem que o trecho de Jó 40:21,22 refere-se ao lotos, que é uma árvore ou arbusto. Nesse caso, provavelmente, está em vista a espécie *Zizyphus lotus*. Trata-se de uma árvore pequena, com folhas elípticas oblongas, e que produz flores minúsculas. Dessas flores emergem frutos redondos, amarelados. Essa espécie vegetal era e continua sendo comum na Palestina, produzindo uma boa sombra. Porém, não há como ter certeza quanto à sua identificação. As traduções de Goodspeed e de Moffat dizem *lotos* na referência de Jó, o que também se vê em nossa versão portuguesa, onde outras versões dizem «árvores que dão sombra».

LOTZE, RUDOLF HERMANN

Suas datas foram 1817-1881. Nasceu em Bautzen, na Alemanha, e educou-se em Leipzig. Ensinou em Gottingen e em Berlim. Interessava-se pela medicina e pelas ciências naturais, que estudou; mas, finalmente, especializou-se em filosofia. Tornou-se conhecido por causa de seus estudos no campo da *axiologia*, a teoria dos valores. Foi um erudito criativo em várias áreas, como a fisiologia, a psicologia, a lógica, a estética e a filosofia em geral, incluindo algumas importantes idéias relacionadas à teologia.

Idéias:

1. Embora fosse kantiano de maneira geral, Lotze ensinava que o poder interpretativo da mente pode dar-nos uma idéia unificada da realidade.

2. Valores ímpares da existência são inatos à mente humana. Ver o artigo intitulado *Idéias Inatas*.

3. *Idéias Relacionadas à Teologia*:

a. Lotze favorecia a idéia das causas mecânicas na natureza, que ele chamava de «inalterável modo de ação». Isso equivale às «leis naturais», postuladas por outros filósofos.

b. *Deus* é a Pessoa transcendental incondicionada, de Quem fazem parte todos os seres finitos, sem com isso perderem sua própria identidade («ser em si mesmo»), qualidade própria de todo ser. Isso reflete uma forma de pampsiquismo (vide).

c. Por meio de Deus, todos os outros seres agem de maneira recíproca.

d. Deus escolheu as leis por meio das quais todas as coisas operam e têm os seus seres distintivos. As leis de Deus refletem-se no conceito humano da lei e da ordem. O homem possui uma unidade em seu próprio «ser», em meio a uma multiplicidade de estados.

e. O homem é um microcosmo que duplica, em escala de miniatura, o macrocosmo que foi ordenado por Deus, e a mesma coisa se dá com os outros seres.

f. Lotze, porém, não tentava provar a existência de Deus partindo do microcosmo. Deus é o Absoluto, e não está sujeito às nossas tentativas de descrição.

g. Porém, podemos sentir algo da natureza de Deus, mediante os valores que se manifestam na ética, na estética, na metafísica e, de resto, em tudo o mais.

4. *Quanto à teoria do conhecimento*, dispomos da orientação dos valores. Os valores transcendem ao escopo da ciência, que, nem por isso, é invalidada. A fim de compreendermos os valores, precisamos de *empatia*. Assim, uma obra de arte é compreendida não através da razão e, sim, através de suas qualidades. Os *postulados* são pressupostos absolutamente necessários, sem os quais o conteúdo de uma dada série de observações somente chocar-se-ia com as leis de nosso pensamento. Nos pressupostos operam as idéias inatas. As *hipóteses* são conjecturas que fornecem detalhes aos postulados fundamentais, ao fornecerem causas e casos concretos, forças e processos que atuam nos fenômenos. *Ritschl* (vide) derivou de Lotze os elementos essenciais de sua *teoria do conhecimento*.

LOUCURA (HOMENS LOUCOS)

Ver sobre *Enfermidades*, ponto segundo, e também sobre *Lunático*.

••• ••• •••

LOUVOR

Esboço:

I. Palavras Bíblicas
II. Definições
III. Formas de Louvor
IV. Idéias do Novo Testamento
V. Nos Salmos, o Livro do Louvor

I. Palavras Bíblicas

O **louvor** é um dos assuntos mais cêntricos da Bíblia. Várias palavras hebraicas e gregas expressam esse assunto. O termo hebraico mais comum é *halal*, cuja raiz significa «fazer barulho», nesse caso, os sons proferidos pelas pessoas envolvidas como parte da adoração ao Senhor. Ver o artigo geral sobre a *Adoração*. Outra palavra hebraica, *yada*, estava associada a movimentos corporais que exprimem o louvor. *Zamar*, ainda outra palavra hebraica, indicava o louvor expresso mediante cânticos ou instrumentos musicais. No Novo Testamento, a palavra mais comum é *eucharistéo*, que significa, literalmente, «agradecer». Além disso, há também a palavra grega *eulogéo*, «abençoar», «bendizer». O artigo sobre *Lugar de Oração*, ilustra abundamentemente, com referências, o uso dessas palavras.

II. Definições

Louvar significa «magnificar», «aprovar», «honrar», «glorificar», «oferecer ações de graças», «elogiar», «adorar», «aclamar», e, quando não há sinceridade no louvor, «lisonjear». O louvor brota do coração que sente gratidão, ação de graças ou admiração, o que então é vocalizado. Assim, o que é dito torna-se parte da adoração, particular ou pública. O homem que se regozija em seu coração, profere palavras de louvor. O homem que sente a majestade de Deus expressa isso por meio de sua linguagem. Apesar do louvor ser um dever humano (ver Jó 1:21), mui naturalmente, origina-se no coração do homem espiritual, e não precisa ser algo forçado.

III. Formas de Louvor

1. *Os Anjos; Louvor Angelical*. Embora sendo seres de grande força e inteligência, eles sentem o dever de louvar a Deus, a fonte de todo bem-estar e grandeza. Eles levantam suas vozes nessa atividade (Sal. 103:20). Os anjos glorificaram a Deus, por ocasião do nascimento de Cristo (Luc. 2:13,14); e haverão de louvar ao Cristo triunfante (Apo. 5:11,12).

2. *Na Literatura e na Liturgia*. Os Salmos 113—118 são chamados de *Salmos do Hallel*, por serem salmos de louvor. Esses salmos mostram-nos que todas as criaturas vivas prestam louvor a Deus, como é de seu dever. Ver Sal. 135:1,2; 69:34; 150:6. Os salmos em questão têm sido usados na liturgia de Israel e da Igreja cristã.

3. *Instrumentos Musicais*. Os Salmos 150:3-5 e 104:33 mostram que é bom os homens usarem instrumentos musicais como uma maneira de ajudar o louvor. É entristecedor que essa função tenha sido pervertida através do uso de música mundana e sensual, nas Igrejas, um tipo de música que agita erradamente o corpo, e não a mente e a sensibilidade artísticas. Ver sobre a *Música*.

4. Nos *sacrifícios*, os israelitas ofereciam louvor, de forma literal, o que os crentes cristãos fazem de maneira figurada (ver Lev. 7:13; Rom. 12:1 *ss*).

5. O *testemunho* é uma forma do crente prestar louvor (Sal. 66:16).

6. O *louvor público* ou *particular* também é uma forma de adoração (Sal. 96:3).

Louvai a Deus, de Quem fluem todas as bênçãos;
Louvai-O, todos vós, criaturas cá de baixo;
Louvai-O acima, todas as hostes celestes.
Louvai a Ele: Pai, Filho e Espírito Santo.
(Saltério de Genebra, 1551).

7. A *maneira como uma pessoa vive* pode ser uma bênção ou uma maldição para outras pessoas. Se uma bênção, então isso se torna um sacrifício vivo e um louvor a Deus (Rom. 12:1 *ss*).

IV. Idéias do Novo Testamento

1. O aparecimento do reino de Deus à face da terra, através do ofício messiânico, é motivo de louvores (ver Isa. 9:2; Luc. 2:13,14; Apo. 5:9-14).

2. Os cristãos primitivos exprimiam seu louvor no templo de Jerusalém (Luc. 25:53); mas logo isso cedeu lugar à adoração da comunidade geral dos cristãos, visto que os crentes são templos de Deus (ver Heb. 10:19 *ss*).

3. A alegria é a atitude dominante na fé cristã (epístola aos Filipenses), e isso nos vem mediante a missão salvadora de Cristo (ver Luc. 18:43; Mar. 2:12).

4. A mensagem cristã desperta um louvor espontâneo (Atos 2:46; 11:18; 16:25; Efé. 1:1-14).

5. Novos hinos de louvor foram escritos (ver Apo. 5:8-14; Col. 3:16; I Cor. 14:26; Luc. 1:46-55,68-79; 2:29-32; Fil. 2:6-11; 5:14; I Tim. 3:16; Apo. 1:4-7; 5:9-14; 15:3,4). Várias dessas passagens, provavelmente, contêm fragmentos de antiqüíssimos hinos cristãos.

6. O louvor, em si mesmo, é um sacrifício que agrada a Deus (Heb. 13:15).

7. A dedicação do indivíduo a Cristo e o abandono do mundo e de seus caminhos é uma maneira de oferecer louvor a Deus (ver Rom. 12:1 *ss*). Desse modo, o indivíduo cumpre os requisitos de seu sacerdócio real (ver Apo. 1:5,6; I Ped. 2:9).

8. As ações de graças e o louvor têm um poder santificador (I Tim. 4:4,5; I Cor. 10:30,31; I Tes. 5:16-18).

9. Nossas orações devem incluir o louvor (Fil. 4:6).

10. O louvor é oferecido a Cristo e é aceito por ele (João 12:13; Heb. 13:15).

11. Louvar é um privilégio e um dever dos santos (I Ped. 2:9).

12. O louvor exprime alegria (Tia. 5:13).

13. Exemplos do Novo Testamento: Zacarias (Luc. 1:64); os pastores (Luc. 2:20); Simeão (Luc. 2:28); Ana (Luc. 2:38); as multidões (Luc. 18:43); os discípulos (Luc. 19:37,38); os apóstolos (Luc. 24:53); os primeiros convertidos cristãos (Atos 2:47); o aleijado que foi curado (Atos 3:8); Paulo e Silas no cárcere (Atos 16:25).

V. Nos Salmos, o Livro do Louvor

O louvor é prestado a Deus, pelas seguintes razões:

1. Por sua majestade (Sal. 96:1,6).
2. Por sua glória (Sal. 138:5).
3. Por suas excelências (Sal. 148:13).
4. Por sua grandeza (Sal. 145:3).
5. Por sua bondade (Sal. 107:8).
6. Por sua misericórdia (Sal. 89:1).
7. Por sua longanimidade e veracidade (Sal. 138:2)
8. Por sua salvação (Sal. 18:46).
9. Por suas maravilhosas obras (Sal. 89:5).
10. Por suas consolações (Sal. 42:5).
11. Por seus juízos (Sal. 101:1).
12. Por seus conselhos eternos (Sal. 16:7).
13. Porque ele perdoa o pecado (Sal. 103:1-3).
14. Por sua proteção (Sal. 71:6).

15. Por seu livramento (Sal. 40:1-3).
16. Por sua resposta às orações (Sal. 28:6).
17. O louvor é expresso pelos anjos (Sal. 103:20); pelos santos (Sal. 30:4); pelos gentios (Sal. 117:1); pelos filhos de Deus (Sal. 8:2); pelos exaltados e pelos humildes (Sal. 148:1); pelos jovens e idosos (Sal. 148:1,11); por todos os seres humanos (Sal. 107:8).

LOYOLA, INÁCIO DE

Ver sobre **Inácio de Loyola**.

LUA

Esboço:

1. Informes Bíblicos Quanto a seu Começo
2. A Lua, os Calendários e seus Nomes Bíblicos
3. A Lua e os Dias e Períodos Santos
4. Um Símbolo de Permanência e Sinais Espirituais
5. A Lua como Objeto de Adoração
6. A Lua e a Escatologia Bíblica
7. Fatos Científicos Sobre a Lua

Ver o artigo separado intitulado, **Lua Nova**.

1. Informes Bíblicos Quanto a Seu Começo

O trecho de Gên. 1:16 refere-se à criação divina da lua, chamando-a de «luzeiro menor», para controlar a noite, em benefício do homem. A cosmologia dos hebreus não antecipava as imensas distâncias que separam os corpos celestes, e supunha que a lua é um corpo relativamente pequeno, gerador de luz, não muito distante da terra. Além disso, não houve antecipação da descoberta científica de que a lua não tem luz própria, mas apenas reflete a luz do sol. A lua era concebida como um corpo luminoso para governar a noite, tal como o sol controlaria o dia.

2. A Lua, Os Calendários e seus Nome Bíblicos

O aparecimento da lua no firmamento, em fases regulares, forneceu a base para os primeiros calendários lunares. Esses primeiros calendários não eram muito exatos, embora melhores do que nada. Ver sobre *Calendário*. A palavra hebraica *yareah*, «mês», deriva-se da mesma raiz que *yareach*, «vagabunda», o nome hebraico para **lua**. Da mesma maneira, a palavra inglesa **month**, «mês», é cognata de *moon*, «lua». Palavras relacionadas ao termo hebraico aparecem no acádico, no ugarítico, no fenício e em outras línguas semíticas, com as mesmas referências. Um outro vocábulo hebraico para «lua» é *lebanah*, «branca» (ver Can. 6:10; Isa. 24:23; 30:26). O termo hebraico, *chodesh* significa «lua nova», um vocábulo associado a certas festividades religiosas (ver I Sam. 20:5) e oferendas (ver I Crô. 23:31), além de designar uma fase da lua (ver Gên. 38:24) e indicar meses do calendário judaico (ver Êxo 13:4). O termo hebraico *kese*, «apontado», indica «lua cheia». Essa palavra aparece somente em Jó 26:9; Sal. 81:3 e Pro. 7:20, em todo o Antigo Testamento. Aparentemente vem do termo acádico *kuseu*, que significa «coroa». É que os homens imaginavam que a lua cheia assemelha-se a um homem usando uma coroa. I Enoque (78:2) é livro que dá quatro nomes à lua: Asonja, Ebla, Benase e Erae.

A palavra grega para «lua» é *seléne*. Esse vocábulo grego figura por nove vezes no Novo Testamento: Mat. 24:29; Mar. 13:24; Luc. 21:25; Atos 2:20 (citando Joel 3:4); I Cor. 15:41; Apo. 6:12; 8:12; 12:1 e 21:23. Nos trechos de Luc. 21:25 e Apo. 21:23, a lua é usada em contextos escatológicos. Em Col. 2:16, ocorre a palavra grega *neomenía*, «lua nova», onde há menção a festas religiosas dos judeus e dos gentios.

3. A Luas e os Dias e Períodos Santos

Entre os israelitas, o primeiro dia de cada lua nova era considerado santo. Por isso mesmo a lua nova estava ligada ao sábado (ver Isa. 1:13). Esse novo começo era celebrado com sacrifícios e ritos especiais (ver Núm. 28:11-15), e soavam as trombetas, anunciando a lua nova (ver Núm. 10:10; Sal. 81:3). A lua nova, pois, era uma espécie de sábado, e ninguém podia trabalhar durante aquele dia. Com base em Eze. 46:1,3 parece que aquele dia era propício para a consulta aos profetas. Seja como for, era um dia de adoração especial.

4. Um Símbolo de Permanência e Sinais Espirituais

A passagem de Sal. 72:5 refere-se ao sol e à lua como símbolos de permanência. A lua é uma das maravilhas da criação, de acordo com Sal. 8:3. Também haverá de prover um dos sinais apocalípticos (ver Mar. 13:24). Interessante é que a lua, de acordo com Sal. 121:6; Mat. 4:24 e 17:15, é capaz de afetar a mente dos homens. Nessas duas passagens do Novo Testamento, o grego traz o verbo *seleniázomai*, «ficar lunático», que nossa versão portuguesa traduz como um adjetivo, «lunático».

5. A Lua Como Objeto de Adoração

É apenas natural que os pagãos viessem a adorar a lua. O antigo pensamento grego acerca da lua e de outros corpos celestes é que os mesmos eram os corpos de divindades, ou, pelo menos, coisas controladas pelos deuses. O próprio Sócrates achou graça na idéia que alguém pensasse na lua como um corpo de matéria análogo à terra, segundo lemos na *Apologia* de Platão. Sabe-se que a lua era adorada no Oriente Próximo e Médio por vários povos. A arqueologia tem mostrado que assim sucedia na Palestina e na Síria. O trecho de Jó 31:26 mostra que o culto à lua era antiqüíssimo. Os trechos de Deu. 4:19; 17:3 e Jó 31:26,28 advertem os homens a não adorarem a lua e a outros corpos celestes, indicando ainda que os israelitas haviam sucumbido diante de tal culto, pois sempre ansiavam por imitar aos pagãos. Jeremias (8:1,2) mostra que o povo de Israel tornou-se culpado dessa modalidade de idolatria. A arqueologia tem provado que a lua era deificada na antiga Ásia ocidental, desde os tempos dos sumérios, e até tão tarde quanto os dias dos islamitas. Na Mesopotâmia, o deus-lua dos sumérios, Nana (chamado *Sim* pelos acadianos), era adorado especialmente em Ur. Textos ugaríticos mostram que a lua era adorada com nome de *yrh*. Nos monumentos dos deuses, por muitas vezes, aparece a representação de uma lua em quarto crescente. Foi achada uma estela cananéia, em Hazor, na Palestina, exibindo duas mãos erguidas, em oração dirigida à lua em seu quarto crescente.

6. A Lua e a Escatologia Bíblica

Os juízos e catástrofes preditos para o futuro haverão de envolver sinais na lua. Ver as seguintes referências: Isa. 13:10; 30:26; 62:22,23; Eze. 32:7; Joel 2:10,31; 3:15; Mat. 24:29; Mar. 13:24; Luc. 21:25; Atos 2:20 (citando Joel 3:21); Apo. 6:12; 12:1. No estado eterno, porém, não haverá mais lua, de conformidade com o que se lê em Apo. 21:23: «A cidade não precisa nem do sol, nem da lua, para lhe darem claridade, pois a glória de Deus a iluminou, e o Cordeiro é a sua lâmpada».

7. Fatos Científicos Sobre a Lua

Nada há de singular sobre a lua da terra. Outros planetas também têm luas (satélites naturais). O diâmetro da lua tem cerca de 3.475 quilômetros, ou seja, mais ou menos vinte e sete por cento do diâmetro da terra. A área de sua superfície é de cerca de 7,4% da área da superfície da terra, mas seu volume total é

de apenas cerca de dois por cento. À sua menor distância da terra, a lua chega a cerca de 356 mil quilômetros, e à sua maior distância, fica a cerca de 407 mil quilômetros da terra. Sua gravidade é de cerca de um sexto da gravidade da terra.

Tanto a terra quanto a lua são muito mais jovens que o universo, resultantes de cataclismos subseqüentes. Alguns propõem que a lua foi, originalmente, uma massa que se desprendeu da terra primeva e que a cavidade que atualmente é ocupada pelo Oceano Pacífico poderia ter sido o lugar de onde aquela matéria desprendeu-se. Mas outros estudiosos pensam que tanto a terra quanto a lua foram formadas por matéria que se desligou do sol. Ainda outros sugerem que a lua era uma espécie de planeta independente, que acabou apanhado pela atração gravitacional da terra, ficando cativo.

A lua gira em torno do sol, de oeste para leste, em um ciclo de 29,53 dias. A lua reflete somente sete por cento da luz que a atinge, e, juntamente com Mercúrio, aparece como o pior refletor de luz do sol, dentro do nosso sistema solar. A lua conta com montanhas que, mui provavelmente, foram formadas da mesma maneira que as montanhas do nosso globo terrestre. Porém, são montanhas muito mais recortadas, devido à falta de erosão, causada pela atmosfera. Algumas das montanhas lunares são mais elevadas que as da terra. Assim, Epsilon, na cadeia de Leibnitz, eleva-se a 9.150 m acima da superfície, ou seja, é 305 m mais alta que o monte Everest, a montanha mais alta da terra, na cadeia do Himalaia.

A atração gravitacional da lua cria marés à superfície das águas da terra. Há marés até em um copo de água, embora isso só seja percebido por instrumentos extremamente sensíveis. As marés chegam a cada dia cerca de cinqüenta minutos mais tarde do que no dia anterior, o que é uma conseqüência do retardamento da lua. A velocidade média da rotação da terra é mais rápida do que a velocidade das marés, pelo que o movimento das marés atua como um freio na rotação do globo terrestre. Mas esse freio atua em proporção infinitesimal. Assim, um segundo é acrescentado à rotação da terra, a cada cem mil anos! A terra e a lua parecem ter cerca de cinco bilhões de anos de antiguidade, mas são ambas relativamente recém-chegadas ao universo.

LUA NOVA

A lua nova indica o dia em cuja noite a lua torna-se invisível, dando início a um novo ciclo lunar. O primeiro dia de lua nova era considerado santo, razão pela qual veio a ser associado ao sábado semanal (ver Isa. 1:13). Esse novo começo era marcado por sacrifícios especiais (Núm. 27:11-15), quando as trombetas eram tocadas, como uma característica da observância (Núm. 10:10; Sal. 81:3). Esse dia era aparentemente tratado como um sábado, e o trabalho era proibido. Amós queixou-se sobre como negociantes desonestos esperavam ansiosamente que esse dia se acabasse, a fim de reiniciarem suas atividades enganadoras (Amós 8:5). Cientificamente, a lua nova é a fase em que a lua se acha diretamente entre a terra e o sol, tornando-se assim invisível. Todavia, algumas vezes a expressão *lua nova* era usada para indicar o primeiro crescente visível do disco lunar. As culturas primitivas, porém, não compreendiam a questão, pelo que o «reaparecimento» da lua, que a fazia iluminar a noite, era tido como um acontecimento sagrado.

A lua nova é ligada ao sábado em II Reis 4:23; Isa. 66:23; Eze. 46:1-6. Por isso, são alistados os sábados, as luas novas e as festividades (assembléias) como sumário das observâncias religiosas (ver I Crô. 23:31; II Crô. 2:4; 8:13; 31:3; Nee. 10:33; Isa. 1:13 *ss;* Eze. 45:17; Osé. 2:11). Sem dúvida, essa festividade era associada à agricultura, visto que a contemplação das fases da lua era (e continua sendo) comum entre aqueles que trabalham o solo.

O dia de lua nova era observado mediante festejos nas comunidades locais, pelo que quando Davi não apareceu no banquete de Saul, esse rei pensou que Davi fora impedido de fazê-lo devido a alguma impureza ritual (I Sam. 20:5,26). Se os negociantes odiavam os feriados, os ricos e ostentadores, para nada dizer sobre os preguiçosos, deliciavam-se em um outro dia em que podiam entregar-se aos banquetes, ao vinho, e à inatividade.

Os calendários antigos eram formados com base nos ciclos lunares, pois os povos ainda não eram suficientemente educados, no sentido científico, para usar o sol como base de seus calendários. Daí porque a lua e seus ciclos eram mais importantes, nas mentes das pessoas, do que hoje em dia. Ver o artigo intitulado *Calendário*. O período da lua de conjunção com o sol não segue um número sempre exato de dias, e seu ângulo, em relação ao horizonte, vai mudando de estação em estação do ano. Essa é a razão pela qual o começo de cada novo ciclo lunar, na lua nova, nem sempre podia ser predito com completa exatidão. Essa parece ser a razão por detrás do fato de que uma festa de dois dias era, algumas vezes, observada (ver I Sam. 20:5). Essa circunstância era deleite dos extremamente religiosos e dos preguiçosos, mas deixava furiosos aos negociantes. O trecho de II Reis 4:23 mostra-nos que a lua nova, pelo menos em algumas ocasiões, servia de oportunidade para o povo receber instrução religiosa, e não apenas de motivo para folguedos. O toque das trombetas, contudo, emprestava-lhe um ar festivo, e os holocaustos davam-lhe um caráter distintamente religioso. Todavia, nos dias de lua nova não havia santa convocação do povo, conforme se via nos dias de sábado. A *sétima* lua nova do calendário religioso era a festa das trombetas; e isso assinalava o começo do ano civil, em Israel.

As circunstâncias que cercam essa observância são instrutivas em vários sentidos. Os israelitas religiosos aproveitavam a ocasião para buscar a Deus e admirar as maravilhas de sua criação, e o que elas devem significar para os homens. Os ostentadores tiravam proveito da ocasião para exibir sua alegada espiritualidade. E os que apreciavam festas e feriados deleitavam-se, mormente se as inexatidões da lua lhes permitissem dois dias de feriado. Mas o «tempo perdido», na opinião dos comerciantes, impedia que eles ganhassem dinheiro desonesto.

A Lua na Simbologia dos Sonhos e das Visões:

Lua=deusa é o princípio feminino, enquanto o *sol=deus*, o princípio masculino. A lua simboliza o espelho da alma, a intuição, a sabedoria interior; fala de atitudes *lunáticas* (portanto, da *loucura*); a lua cheia é associada com esta tendência; a lua nova e cheia = a mágica e a loucura; fases da lua = ciclos da vida (fluxo dos mares da vida); a *Ânima* (princípio feminino de Jung); ciclos renovados da lua = a morte e a ressurreição; a tentativa de tocar a lua = ambições inatingíveis; saltar por cima da lua = uma grande alegria numa realização significante. Passagens banhadas pela lua podem simbolizar o mundo de sonhos que os amantes desfrutam antes do casamento e que antecede o mundo das duas realidades da vida que são iluminadas pela luz do sol.

LUBIM

Ver sobre **Líbia**.

LUCAS, EVANGELHO DE

Ver também sobre **Lucas, o Evangelista.**

Esboço:

Observações Gerais

1. Autoria: Unidade de Lucas-Atos
2. Data e Lugar
3. Propósito do Evangelho de Lucas
4. Fontes Informativas
   a. Muitas Fontes
   b. Evangelho de Marcos
   c. Q
   d. L
   e. A Influência de Paulo
   f. Diagrama das Fontes do Evangelho de Lucas
5. Conteúdo
   a. Breve Esboço
   b. Esboço Pormenorizado
   c. Material Encontrado só em Lucas
6. Bibliografia

O mesmo eminente erudito, *Ernest Renan*, que designou o evangelho de Mateus como «o mais importante livro que jamais foi escrito», declarou que o evangelho de Lucas é *«o mais belo livro que jamais foi escrito»*. Buckner B. Tarwick («The New Testament as Literature», Gospels and Acts, pág. 50), acredita que o evangelho de Lucas é o mais amado dos livros. E é amado por todos porque seu próprio autor sempre demonstrou sinais de ternura. Contentou-se em se perder inteiramente em Alguém maior do que ele, e o seu livro mostra que ele amava a humanidade com uma afeição genuína. Era o «médico amado» conforme o apóstolo Paulo o chamou (ver Col. 4:14).

1. Autoria

Ver o tratamento muito mais completo sobre este assunto na introdução a Atos, sob o mesmo título. Lá também é dada a descrição da pessoa de Lucas no último parágrafo.

Unidade de Lucas-Atos

Considerados juntamente, os livros do evangelho de Lucas e dos Atos dos Apóstolos representam pouco mais do que um quarto do volume do N.T. Isso significa que Lucas contribuiu com mais material, para o volume total do N.T., do que qualquer outro autor sagrado, porquanto Lucas-Atos contém mais material do que as treze epístolas paulinas (se não considerarmos como paulina a epístola aos Hebreus). Ainda que não houvesse outro motivo além do volume, Lucas-Atos teria de ser uma importante consideração no estudo do N.T. A autoria comum desses dois documentos, e o fato de que Lucas foi esse autor, é um fato óbvio e universalmente reconhecido. Constituem dois volumes do mesmo esforço literário. A passagem de Atos 1:1 mostra que os dois volumes constituem uma *unidade* e têm origem comum. Já no ano de 185 D.C. (no livro de Irineu, *Contra Heresias* 3:14), encontramos uma afirmação sobre a autoria lucana desses dois livros. O testemunho do Cânon Muratoriano, dos fins do século II da era cristã, confirma essa declaração. Testemunhos similares são dados por Tertuliano (Mar. IV.2), Orígenes, Eusébio (*História*, VI.25) e Jerônimo (Vir. *illustr.* 7). Pelos fins do século II D.C. essa era uma tradição comum na igreja de Roma. Evidências lingüísticas comprovam as reivindicações da autoria de Lucas, bem como as declarações da tradição citada acima. Quase duas vezes mais são as palavras peculiares dos livros de Lucas e Atos, no N.T., do que nos outros dois evangelhos sinópticos e em Atos, e muitas palavras e expressões características do estilo de Lucas se encontram em ambos os documentos. Essas declarações têm sido desafiadas (como no livro de A.C. Clark, *The Acts of the Apostles*), sobre argumentos lingüísticos. Mas quase universalmente esses desafios não são reputados convincentes, especialmente à luz de muitas provas positivas que consubstanciam a autoria lucana desses dois documentos sagrados.

2. Data e Lugar

Ver o tratamento mais completo sobre este assunto na introdução a Atos, sob o mesmo título.

É *provável* que o livro de Atos tenha sido escrito pouco depois do evangelho de Lucas (segundo fica subentendido no trecho de Atos 1:1-3), além do fato de que realmente temos nos dois volumes uma única obra literária. Portanto, não é provável que o autor se tenha demorado em demasia a escrever a segunda porção de sua obra. Poderíamos supor que o livro de Atos foi escrito não muito depois de terem ocorrido os últimos acontecimentos ali registrados, isto é, quando alguns dos apóstolos ainda estavam vivos. Ao mesmo tempo, o evangelho de Lucas e o livro de Atos devem ter sido escritos depois do evangelho de Marcos, visto que esta é uma das principais *fontes informativas* do evangelho de Lucas. Se aceitarmos os anos de 50 ou 60 D.C. como a data do evangelho de Marcos, então poríamos o evangelho de Lucas entre os anos 60 e 80 D.C. O livro de Atos se situaria no período final desse cálculo. Alguns crêem que há evidências que indicam que esse evangelho foi escrito após a destruição de Jerusalém, o que também é verdade quanto ao evangelho de Mateus, o que o situaria entre 70 e 80 D.C., como data de sua autoria. Todavia, pode ter precedido a esse acontecimento; e, nesse caso, poderia ser situado entre 60 e 70 D.C. Lucas teve contactos constantes com Marcos (ver Col. 4:10,14; Filemom 24; Atos 12:12,25; 13:13; 15:37,41; II Tim. 4:11-13), pelo que teve acesso ao seu evangelho, provavelmente pouco tempo depois de haver sido completado.

O *lugar* de sua composição tem de ser deixado na área das conjecturas, porquanto não temos qualquer evidência positiva a esse respeito. A tradição antiga associa Lucas a Antioquia da Síria, mas, ainda que essa fosse a verdade, não poderíamos afirmar que, só por isso, Lucas ali escreveu o seu evangelho. As cidades de Roma, Éfeso e Corinto também têm sido sugeridas. Não é impossível, posto que Lucas visitou tantas testemunhas oculares dos muitos acontecimentos e, portanto, que tantas viagens fez, que grande parte de seu evangelho tenha sido escrita em viagem, e que mais tarde ele reuniu o material e o editou.

3. Propósito do Evangelho de Lucas

O próprio autor declara peremptoriamente um dos *propósitos* que teve, ao escrever a sua obra, no prefácio deste evangelho (1:1-4). Muitas pessoas haviam escrito a respeito de Jesus e sua vida admirável, talvez de maneiras incompletas e quiçá contraditórias; e Lucas desejava suprir uma narrativa em ordem e digna de confiança para Teófilo (que evidentemente era um alto oficial romano, possivelmente recém-convertido ao cristianismo). Todavia, também é possível que Teófilo não fosse o único destinatário porque Lucas pode ter tido o interesse de suprir um evangelho em ordem e completo para leitores não judeus. E Lucas também queria esclarecer, ao governo imperial de Roma, que os cristãos não eram alguma seita sediciosa e *subversiva*, e nem mera facção do judaísmo; pelo contrário, que a sua mensagem é universal e, por isso mesmo,

importante para todos os povos. Também desejava apresentar um Salvador universal, um grande e compassivo Médico, Mestre e Profeta, que viera aliviar os sofrimentos humanos e salvar as almas dos homens. O governo romano havia aprendido a tolerar o judaísmo, quase inteiramente, por ter antigas e profundas raízes culturais. É verdade que o cristianismo tinha origem recente, mas isso não significava que não tivesse importância universal, motivo por que também deveria usufruir de aceitação por parte do estado romano. É interessante observarmos que este evangelho exerceu pouco efeito na situação política, e que as perseguições de forma alguma se abrandaram; de fato, se prolongaram até os dias de Constantino (300 D.C.). Por conseguinte, a legalidade do cristianismo não foi aceita, nem por causa deste evangelho nem em vista de qualquer outro motivo.

Não podemos deixar de notar, igualmente, que a mensagem geral dos evangelhos *sinópticos*, e não apenas a do evangelho de Lucas, é que a igreja tinha por intenção suprimir a sinagoga como o verdadeiro Israel, e que por isso mesmo tinha o direito de ser reconhecida e até mesmo de ser protegida pelo estado, conforme este vinha fazendo com o judaísmo. Os cristãos foram perseguidos, tanto por Roma como pelos judeus. Os cristãos gostariam de ver removidos ambos esses fatores, ou, então, pelo menos, de ter obtido, em alguma medida, alguma proteção romana contra as ações maldosas de determinados elementos radicais, as autoridades religiosas dos judeus. Jesus mostrou ser o *Messias* das profecias judaicas sobrenaturalmente comprovado. Somente a perversão voluntária das massas populares judaicas havia forçado Paulo e Barnabé a se lançarem em uma missão entre os pagãos. Os cristãos, portanto, em realidade não eram apóstatas do judaísmo, mas representavam o verdadeiro Israel, porquanto a massa do povo terreno de Israel se recusara obstinadamente a reconhecer a mensagem de Deus, entregue por intermédio do seu próprio Messias.

Apesar de suas origens judaicas, todavia, o cristianismo deveria ser reputado como *religião universal*, porque não reconhecia qualquer limitação racial ou cultural. O evangelho de Lucas traça a genealogia de Jesus até Adão, e não até Abraão, e esse fato, por si mesmo, é extremamente significativo, porquanto subentende universalidade. Jesus foi declarado pelo profeta Simeão como «*...luz para revelação aos gentios, e para glória do teu povo de Israel*» (Lucas 2:32). No evangelho de Lucas, em seu sermão inaugural, Jesus asseverou que Elias não fora enviado às muitas viúvas de Israel e, sim, a Sarepta, na terra de Sidom, ao passo que Eliseu não purificou nenhum dos muitos leprosos que havia em Israel, mas tão-somente a Naamã, o sírio. Um samaritano e não um judeu, é o herói de uma das mais coloridas parábolas do evangelho de Lucas. Quando Jesus curou os dez leprosos, apenas um, um agradecido samaritano, regressou para louvar a Deus e dar-lhe graças. Além desses fatos, também devemos notar que o próprio evangelho de Lucas *prepara o caminho* para o livro de Atos, que é, bem definidamente, uma descrição sobre a evangelização universal, feita pelos cristãos primitivos. E é assim que ouvimos Pedro a pregar: «Reconheço por verdade que Deus *não faz acepção de pessoas*; pelo contrário, em qualquer nação, aquele que o teme e faz o que é justo lhe é aceitável» (Atos 10:34,35). E é ali, igualmente, que encontramos as palavras de Paulo e Barnabé: «Eu te constituí para *luz dos gentios*, a fim de que sejas para salvação até aos confins da terra» (Atos 13:46,47). Por conseguinte, pode-se ver claramente que um dos grandes temas deste evangelho é a — universalidade — da mensagem cristã.

Existem outros propósitos, além dessas finalidades mais latas: Lucas dá proeminência à obra do *Espírito Santo*. Há dezessete referências ao Espírito, no evangelho de Lucas, em comparação com as seis referências no evangelho de Marcos, e com as doze referências no evangelho de Mateus. Assim é que já nos capítulos de introdução, lemos a informação do enchimento de João Batista com o Espírito Santo. Maria recebeu a sua mensagem por agência do Espírito Santo. Jesus foi batizado no Espírito Santo. O Cristo que saiu por toda a parte fazendo o bem, era guiado pelo Espírito Santo, e o Senhor prometeu a mesma bênção aos seus discípulos, especialmente após a sua ressurreição. O livro de Atos dá continuação ao mesmo notável pormenor, pois neste livro é que o Espírito Santo recebe mesmo proeminência.

Lucas salientou a *vida de oração* de Jesus mais do que qualquer dos demais evangelhos. Vemos isso logo após o seu batismo, imediatamente antes de haver selecionado os doze, quando passou a noite inteira em oração, e por ocasião de sua transfiguração, e até mesmo no momento da morte: «Pai, em tuas mãos entrego o meu espírito». A prática da oração, por conseguinte, tornou-se comum na igreja primitiva.

Muitos têm observado que o evangelho de Lucas demonstra um marcante interesse pelo papel *das mulheres* e a importância delas na tradição do evangelho. Portanto, um dos propósitos de Lucas foi o de mostrar os privilégios do sexo mais fraco no seio da igreja. É por essa razão que ali encontramos várias narrativas com essa ênfase: Maria, Isabel, a profetisa Ana, as «filhas de Jerusalém», que lamentavam os sofrimentos e a morte de Jesus, etc. Mulheres também *são destacadas* no livro de Atos, como Safira, Priscila, Drusila, Berenice, Maria (mãe de João Marcos), a criada Rode, Lídia, Damaris de Atenas, as quatro filhas de Filipe, que profetizavam, e uma referência incidental de que Paulo tinha uma irmã (Atos 23:16).

Lucas procurou compensar certas grandes deficiências do evangelho de Marcos, como, por exemplo, a falta de menção das aparições de Jesus após a sua ressurreição. O propósito de Lucas era fortalecer a fé na história do sepulcro vazio, e as suas pesquisas preencheram admiravelmente essa necessidade.

4. Fontes Informativas

Parece perfeitamente óbvio que o próprio Lucas *não foi* uma testemunha ocular. Existem tradições que declaram que ele foi um dos setenta discípulos especiais enviados por Jesus, a fim de expandir o ministério dos doze apóstolos (conforme se vê em Epifânio, Her. 1:12). Talvez essa tradição se tenha originado da observação de que somente Lucas registrou o ministério dos setenta discípulos. Porém, o prefácio do evangelho de Lucas deixa — perfeitamente claro — que ele mesmo não era testemunha ocular, embora tivesse tido contacto com muitas delas. Eusébio (*História Eclesiástica*, III.4) diz-nos que Lucas era nativo de Antioquia da Síria, e que os seus pais eram gentios (conforme também é indicado por Col. 4:11,14). Provavelmente se converteu desde cedo ao cristianismo, depois da inauguração dos primeiros esforços evangelísticos da igreja. A sua história, no livro de Atos, tem ligações iniciais com Paulo, em Trôade (ver Atos 16:10), onde a palavra *nós* subentende que naquele tempo o escritor era um dos companheiros do apóstolo.

a. Muitas fontes. As fontes informativas foram muitas, tanto escritas como orais: Lucas declara em

seu prólogo (Luc. 1:1-4) que fez um *intenso estudo* da narrativa evangélica a fim de ser capaz de escrever uma narrativa digna de confiança e convincente da verdade sobre a grandeza de Jesus. Consultou a muitos dos que tinham tido conhecimento em primeira mão das palavras e das ações de Jesus. É provável que muitos dos incidentes registrados no evangelho de Lucas (que não se encontram nos evangelhos de Marcos ou de Mateus), tal como o aparecimento de Jesus, após a sua ressurreição, aos discípulos de Emaús, foram acontecimentos registrados à base de apenas uma ou duas testemunhas. Uma delas é designada pelo nome, isto é, Cléopas, sendo provável que ele é quem tenha suprido a história. Deve ter havido muitas outras narrativas e afirmações de Jesus, supridas a Lucas, por diversas testemunhas oculares diferentes. As histórias sobre os últimos dias de Jesus, em Jerusalém, foram narradas por tais *testemunhas oculares*, e gradualmente assumiram a forma de uma narrativa contínua. Paulo menciona quinhentas testemunhas oculares da ressurreição de Jesus, pois viram-no em determinada ocasião; Marcos baseia sua crença no descobrimento feito pelas mulheres; Mateus acrescenta a isso o aparecimento de Jesus aos onze, na Galiléia. A narrativa de Lucas contém ainda mais pormenores, resultantes de suas pesquisas pessoais, — em vez de depender das tradições apresentadas nos evangelhos de Marcos e Mateus. Outro tanto pode-se dizer a respeito dos capítulos finais do evangelho de João, e talvez também do evangelho não-canônico de Pedro. As diferenças nas versões envolvem, principalmente, questões de conteúdo, ênfase e ordem de acontecimentos e disso não se pode deduzir qualquer coisa certa acerca da legitimidade histórica comparativa de cada narrativa.

b. Evangelho de Marcos. Quase universalmente se concorda hoje em dia que tanto Mateus como Lucas se utilizaram de Marcos como esboços históricos básicos de seus respectivos evangelhos. As razões para essa crença são dadas no artigo sobre o *Problema Sinóptico*, onde o leitor poderá encontrar pormenores sobre essa idéia. — As fontes informativas do evangelho de Marcos, são descritas na introdução àquele evangelho, pelo que essas fontes, em sentido secundário, também são fontes informativas empregadas por Mateus e por Lucas. Lucas omite maior porção de Marcos do que o fez Mateus (o que empregou cerca de noventa e três por cento do material de Marcos), ao passo que Lucas conta com cerca de sessenta por cento dos seiscentos e sessenta e um versículos do evangelho de Marcos, de mistura com seu próprio total de mil, cento e quarenta e oito versículos. Portanto, Marcos contribuiu com cerca de *um terço* do conteúdo total do evangelho de Lucas. Lucas segue quase exatamente a ordem de acontecimentos do evangelho de Marcos, desviando-se apenas duas vezes em sua seqüência histórica. No corpo de seu evangelho, Lucas usou cinco blocos de material do evangelho de Marcos, a saber: 4:31-44; 5:12 — 6:16; 8:27 — 9:50; 18:15-43 e 19:28 — 22:13. Juntamente com essas porções, Lucas entremeou combinações dos materiais «L» e «Q», ou apenas do material «L». Os motivos de Lucas, para omitir o material de Marcos, em contraste com a atitude de Mateus, que o usou praticamente todo, talvez sejam os seguintes:

1. Melhorar o estilo e o conteúdo do evangelho de Marcos, substituindo-o por algum outro material.

2. Omitir incidentes secundários ou materiais considerados de relativa importância.

3. Omitir incidentes que não pareciam e adaptar bem com a ordem e o propósito de seu evangelho, tal como a maldição contra a figueira (Mar. 11:12 — 14,20-22).

A mais notável omissão do material de Marcos, por parte de Lucas, é o trecho de Mar. 6:45 — 8:26, o que alguns estudiosos chamam de *A Grande Omissão*. Essa seção encerra os seguintes incidentes: Jesus anda por sobre a água; curas operadas em Genezaré; controvérsia com os fariseus sobre a tradição dos anciãos; Jesus e a mulher siro-fenícia; cura do surdo-mudo, por meio de saliva; multiplicação dos pães para os quatro mil homens; controvérsia com os fariseus acerca de um sinal do céu; discurso em uma embarcação, quando Jesus e seus discípulos atravessavam o lago; e cura de um cego por meio de saliva. Alguns têm postulado uma forma mais antiga do evangelho de Marcos, chamado de *protomarcos*, que Lucas teria usado e que não encerrava esses incidentes, mas isso não parece provável. É possível que parte dessa seção não fizesse parte do *protomarcos* original, isto é, Mar. 8:1-26, posto que essa seção é paralela a 6:30 — 7:37 (Marcos), e ambas comecem com a multiplicação miraculosa de pães e terminem com a travessia do lago e uma discussão entre Jesus e os seus discípulos. É possível que ambas tivessem alicerce numa única narrativa, ou que ambas fossem realmente variações da mesma tradição, e que uma delas (8:1-26) fosse uma adição posterior. Mas, acerca disso, não podemos ter nenhum conhecimento certo, e mesmo que o tivéssemos, não explicaria as outras porções onde Lucas omite essa longa seção.

Abundam teorias sobre a razão pela qual ocorreu essa omissão, mas em realidade *nada sabemos* com absoluta certeza. Provavelmente Lucas dispunha de tanto material, para possível uso, após suas diversas pesquisas, que simplesmente teve de deixar de fora certas informações, para que seu evangelho não ficasse demasiadamente volumoso. Parte do material de Marcos foi omitido porque Lucas, nessas passagens, empregou outras fontes que apresentavam conteúdo similar. Essas passagens são: Mar. 1:16-20, a chamada de Simão, André, Tiago e João (Luc. 5:1-11, da fonte informativa «L»); Mar. 3:19b-30, a controvérsia sobre Belzebu (Lucas 11:14-26, da fonte informativa *Q*); Mar. 4:16-33, parábolas do crescimento secreto da semente e da semente de mostarda (Lucas 13:18-21, da fonte *Q*); Mar. 7:1-6, rejeição de Jesus em Nazaré (Lucas 4:16-30, da fonte informativa *L*); Mar. 10:42-45, afirmações sobre a verdadeira grandeza (Luc. 22:15-27, da fonte informativa *L*); Mar. 12:28c-34, indagação sobre o grande mandamento, pelo escriba (Luc. 10:25-28, da fonte informativa *L*); Mar. 14:3-9, unção de Jesus em Betânia (Luc. 7:36-39,44-50, da fonte informativa *L*).

c. Fonte informativa Q. Deriva-se do vocábulo germânico, **quelle**, que significa **fonte**. Cerca de um quinto do material do evangelho de Lucas se deriva da fonte de tradições que se tem convencionado chamar de *Q*. Lucas usou esse material em comum com Mateus, mas é provável que muitas das «declarações» que há no evangelho de Lucas não façam parte desse documento, mas antes, representem outras fontes escritas ou orais às quais Lucas teve acesso. Talvez a base de grande parte desse material fosse os chamados *oráculos do Senhor*, supostamente obra do apóstolo Mateus; e, embora esse documento tivesse sido escrito em hebraico, com o que Papias queria dizer *aramaico*, não é impossível que também existisse uma tradução para o grego. A fonte *Q* quase certamente era um documento vazado no idioma grego. A proveniência de quase toda a fonte informativa *Q* provavelmente era palestiniana. Alguns têm suposto que Mateus usou Lucas, ou então que Lucas usou Mateus como fonte informativa, e

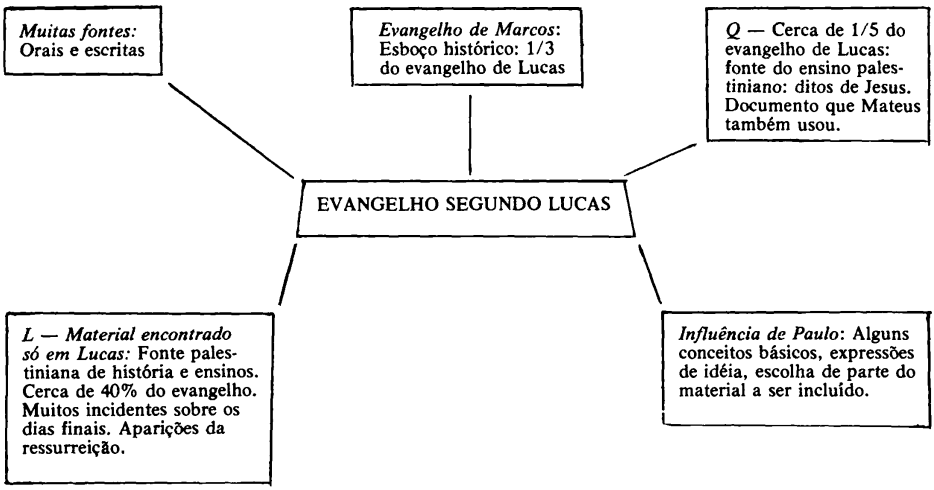
que, por isso mesmo, aquilo que se chamou de fonte informativa *Q* é simplesmente uma cópia e adaptação de materiais que já existiam em forma escrita, em um ou outro desses dois evangelhos. Porém, os eruditos modernos, em sua maioria, duvidam dessa possibilidade. Outros duvidam da própria existência de *Q*. De qualquer maneira, as nossas declarações sobre «fontes» são *tentativas* e não dogmáticas.

d. Fonte informativa L. Esta é a fonte do evangelho de Lucas, por detrás dos materiais que se encontram somente nesse evangelho. Sua proveniência (tal como no caso da fonte informativa *Q*), provavelmente é *palestiniana*. Cerca de — quarenta por cento - do evangelho de Lucas se deriva dessa fonte informativa *L*, a qual, mui provavelmente, em realidade era uma combinação de tradições, tanto escritas quanto orais, algumas das quais certamente dependiam de uma única testemunha ocular qualquer. A fonte informativa *L* representa *as pesquisas pessoais* de Lucas nas questões que cercaram a vida e as declarações do Senhor Jesus, acerca das quais somos informados no prólogo do evangelho de Lucas. Incluso na fonte informativa *L* acha-se o *documento de viagem*, Luc. 9:51 — 18:4, que descreve como que uma lenta viagem da Galiléia até Jerusalém, onde são narrados muitos incidentes da vida de Jesus, como se tivessem ocorrido durante essa viagem. Entretanto, é provável que Lucas não quisesse que essa seção fosse assim compreendida, mas tão-somente estava expandindo o nosso conhecimento sobre a vida terrena de Cristo. Foi provavelmente por acaso que essa seção foi posta *no fim* do material que Lucas tomou de Marcos por empréstimo, em cujo ponto a jornada a Jerusalém teve início. Tendo usado *todo* o material histórico de Marcos. Lucas ainda tinha muito a dizer, e, simplesmente, pôs tudo em um único bloco, nesse ponto, sem intenção alguma de torná-lo parte de uma longa e lenta viagem a Jerusalém. Dessa fonte informativa *L* também se deriva o tratamento especial dado por Lucas à semana da paixão e às aparições de Jesus, após a sua ressurreição, que não se encontram nos outros evangelhos. Sua consideração especial para com as mulheres, para com o ladrão penitente, para com a forma como Jesus escapou da turba, em Nazaré, a extraordinária pesca de Simão, a ressurreição do filho da viúva de Naim, a cura de uma mulher aleijada, a cura de um homem que sofria de hidropisia, a cura de dez leprosos (com o grato samaritano que havia entre eles), tudo isso se deriva dessa fonte informativa. Essa tradição retrata Jesus como profeta, mestre e médico, tendo afinidades com a *profecia judaica* e sua literatura de *sabedoria*. A fonte informativa *L* era particularmente rica em parábolas. Existem treze parábolas contidas apenas no evangelho de Lucas. (Ver a lista na seção seguinte, intitulada *Conteúdo*, sob o subtítulo «Material encontrado só em Lucas»).

e. A influência de Paulo. É possível que certas das revelações dadas ao apóstolo Paulo tenham influenciado algumas expressões e conceitos básicos do evangelho de Lucas (tais como as que encontramos em Efé. 3:3; I Cor. 9:1 e 11:23). Parece haver certo *paralelismo* nas palavras, e em tais comparações como Luc. 10:7 com I Cor. 10:27; Luc. 17:27-29 e 21:34,35 com I Tes. 5:2,3,6,7. Alguns também acreditam que a escolha de materiais, no evangelho de Lucas, especialmente a porção derivada da fonte informativa *L*, tenha sido influenciada pelos ensinamentos de Paulo, bem como da associação geral que Lucas teve com Paulo. Alguns eruditos têm negado essa influência, ou, pelo menos, têm-na diminuído grandemente, contudo, não podemos desconsiderá-la inteiramente.

••• ••• •••

f. Diagrama das fontes do evangelho de Lucas



5. Conteúdo

a. Breve esboço:

A organização do material deste evangelho é similar à de Marcos, a saber: Introdução: Nascimento de João Batista e infância de Jesus — Caps. 1—2; Batismo e tentação de Jesus — Caps. 3:1 — 4:13; Ministério na Galiléia — Caps. 4:14 — 9:50; Ministério na Peréia — Caps. 9:51 — 10:28; Ministério na Judéia, crucificação, ressurreição e ascensão de Jesus — Caps. 22:39 — 24:53.

b. Esboço pormenorizado:

1. *Prefácio*, 1:1-4
2. *Nascimento e Infância de Jesus*, 1:5 — 2:52
   a. Anunciações a Zacarias e a Maria, 1:5 — 25
   b. Promessa a Maria sobre o nascimento de Jesus, 1:25-56
   c. Nascimentos de João Batista e de Jesus, 1:57 —2:20
   d. Infância e meninice de Jesus, 2:21—52
3. *Introdução ao Ministério Público de Jesus, 3:1 — 4:13*
   a. Ministério de João Batista, 3:1-20
   b. Prelúdio do ministério de Jesus, com seu batismo, genealogia e tentação, 3:21 — 4:13
4. *Ministério Galileu*, 4:14 — 9:50
   a. Início, volta à Galiléia, rejeição em Nazaré, 4:14-30
   b. Ministério em Cafarnaum e cercanias, cura do endemoninhado, da sogra de Simão, chamada dos primeiros discípulos, cura de um leproso. 4:31 — 5:16
   c. Controvérsias com as autoridades, cura de um paralítico, chamada de Levi, parábola dos convidados ao casamento, outras parábolas, colheita de grãos no sábado, — a escolha dos doze, 5:17-6:11.
   d. Grande sermão, paralelo do sermão do monte de Mateus, 6:12-49
   e. Ministério de curas de Jesus. 7:1-17
   f. Relações entre Jesus e João Batista. 7:18-35
   g. Relação de Jesus com um pecador penitente. 7:36-50
   h. Jesus como mestre itinerante e operador de milagres, parábola do semeador, da candeia e outras, parentesco espiritual, acalmando a tempestade, o endemoninhado geraseno, a filha de Jairo, a mulher com hemorragia, 8:1-56
   i. Relações entre Jesus e os discípulos, missão dos doze, primeira multiplicação dos pães, confissão de Pedro, primeira predição de Jesus sobre sua morte, a transfiguração, exorcismo de demônios, segunda predição de Jesus sobre sua morte, disputa sobre posições, amor aos discípulos desconhecidos, 9:1-50
5. *Viagem a Jerusalém*, 9:51 — 19:27
   a. Os samaritanos hostis, 9:51-56
   b. Missão dos setenta, 10:1-24
   c. Controvérsias e perguntas, 10:25-42
   d. Ensino sobre a oração, 11:1-13
   e. Exorcismo de demônios, 11:14-28
   f. Sobre os sinais, 11:29-36
   g. Denúncia contra as autoridades, 11:37-54
   h. Responsabilidades e privilégios do discipulado 12:1 — 13:9
   i. Ensino na sinagoga no sábado, 13:10-21
   j. Ensino durante a viagem, 13:22-35
   k. Cura e ensinos, 14:1-24
   l. Condições do discipulado, 14:25-35
   m. Amor de Deus pelos perdidos, 15:1-32
   n. Uso e abuso das riquezas, 16:1-31
   o. O perdão, a fé, a graça e a ingratidão, 17:20-37
   p. O reino e o Filho do Homem, 17:1-19
   q. Prática da oração, 18:1-14
   r. Entrada no reino dos céus, 18:15-34
   s. Jesus em Jericó, 18:35 — 19:27
6. *Ministério de Jesus em Jerusalém*, 19:28 — 24:12
   a. Entrada, 19:28-46
   b. Tentativas de incriminar a Jesus, 19:47 — 21:4
   c. O *pequeno Apocalipse*, 21:5-38
   d. A última ceia, 22:1-23
   e. Discursos de despedida, 22:24-38
   f. Aprisionamento de Jesus, 22:39-65
   g. Condenação de Jesus, 22:66-23:25
   h. O Calvário, 23:26-56
   i. O túmulo vazio, 24:1-12
7. *O Cristo Ressurrecto*, 24:13-53
   a. Na estrada de Emaús 24:13-35
   b. Aparecimento de Cristo em Jerusalém 24:36-43
   c. Mensagem final aos discípulos 24:44-49
   d. A despedida 24:50-53

c. Material encontrado só em Lucas

Milagres. No evangelho de Lucas são narrados vinte milagres. Desses, quinze aparecem em Mateus, em Marcos ou em ambos. Um desses milagres (a pesca milagrosa) é contado exclusivamente por Lucas e João. Quatro milagres são historiados apenas por Lucas: a ressurreição do filho da viúva de Naum (7:11-17), a cura da mulher defeituosa (13:10-17), a cura de um homem com hidropisia (14:1-6), a cura dos dez leprosos (17:11-19).

Parábolas. O evangelho de Lucas é o melhor recontador das parábolas de Jesus. Ali são preservadas trinta parábolas, das quais dez são peculiares a esse evangelho: os dois devedores (7:36-50); o bom samaritano (10:25-37); o amigo importuno (11:5-10); o rico insensato (12:16-21); a figueira estéril (13:6-9); o intruso (14:7-11); o banquete (14:16-24); o cálculo do custo; duas parábolas concernentes ao discipulado (14:28-33); a moeda perdida (15:8-10); o filho pródigo (15:11-32); o mordomo desonesto (16:1-9); o rico e Lázaro (16:19-31); o agricultor e seu servo (17:7-10); a viúva persistente e o juiz injusto (18:1-8); e o fariseu e o publicano (18:9-14).

Outros incidentes. Além do material que aborda os milagres e as **parábolas**, o evangelho de Lucas provê algumas informações históricas adicionais. A história das anunciações a Zacarias e a Maria, a história do nascimento de João Batista, a infância de Jesus, o incidente no templo, quando Jesus tinha doze anos de idade, a ênfase sobre as mulheres, a profetisa Ana, a viúva de Naim, Marta e Maria, e a ministração às mulheres. Este evangelho também historia, com exclusividade o julgamento de Jesus perante Herodes, certas palavras proferidas por Jesus na cruz, como «...perdoa-lhes...», o arrependimento de um dos assaltantes crucificados, a viagem até Emaús e a ascensão de Jesus (se o término do evangelho de Marcos não é autêntico).

6. Bibliografia. AM E EN I IB LAN MOF NTI TI TIN TRA VIN RO Z

LUCAS, O EVANGELISTA

1. Nome e Identificação

Seu nome, no grego, é *Loukás*, forma abreviada de *Loûkios*, «Lúcio» (vide). Essa palavra significa

«iluminador». Era um nome comum entre os romanos, podendo ser achado tanto em inscrições quanto em referências literárias. Embora Lucas seja o autor tradicional de mais ou menos vinte e cinco por cento do volume do Novo Testamento (seus livros Lucas-Atos), ele nunca menciona o próprio nome, a menos que o texto ocidental de Atos 20:13 seja um reflexo do original (embora isso não seja provável). Aí diz, «Eu, Lucas». Entretanto, as tradições que vêm dos tempos mais remotos afirmam a autoria lucana desses livros. Ver *Lucas, Evangelho de*, seção I, quanto a uma detalhada discussão a respeito. O trecho de Col. 4:10-14 dá a entender que Lucas era gentio (não da circuncisão). Sua habilidade como escritor de grego é evidente. Ele era médico, e foi companheiro de viagens de Paulo, um missionário médico e autor sagrado de grande estatura. Lucas foi o único autor sacro da Bíblia que não era judeu. E isso significa uma grande honra, da parte do Espírito de Deus, ao escolhê-lo como um dos homens inspirados.

2. Pano de Fundo

Parece que Lucas nasceu em Antioquia da Síria, conforme a informação prestada por Jerônimo (*De Vir*, 3:5). Ver também Eusébio (*Hist. Eccl.* 3:4;7). O livro de Atos reflete o interesse de Lucas por Antioquia da Síria (ver Atos 6:5; 11:19-27; 13:1; 14:19; 15:22,23,30,35; 18:22). Talvez ele fosse irmão de Tito (II Cor. 8:18; 12:18).

Alguns estudiosos conjecturam que a amizade de Lucas com Paulo vinha do tempo em que ainda não eram cristãos, quando ambos eram estudantes na Universidade de Tarso, mas isso alicerça-se sobre um pensamento romântico. Certamente, a história não pode confirmar nada disso. Se Lucas era um *liberto* (vide), isso ainda não faria dele um judeu. Havia muitos escravos que não eram judeus. Sabemos, porém, que muitos escravos eram treinados como médicos, o que talvez aponte para seu anterior estado de escravo. Mas, naturalmente, tudo isso, novamente, não passa de conjectura. Uma outra conjectura é aquela que diz que ele foi criado na casa de Teófilo, um rico oficial do governo, em Antioquia, e que foi a esse homem que Lucas dirigiu sua produção histórica notável, Lucas-Atos. Ver Luc. 1:3. A imaginação fértil dos homens às vezes pensa no que é possível, mas é impossível comprovar todas essas conjecturas.

3. Lucas, o Historiador

A magistral obra de Lucas-Atos é universalmente reconhecida quanto à sua qualidade. A arqueologia tem vindicado a exatidão dos registros históricos lucanos. Quanto à questão do volume, sua contribuição para o Novo Testamento foi ligeiramente maior que a de Paulo, o que classifica Lucas como o mais volumoso autor desse documento sagrado.

4. Detalhes de sua Vida

Lucas é contração do nome próprio latino, *Lucanus*, uma alusão à Lucânia, distrito da baixa Itália. Embora Lucas seja reputado o autor da maior narrativa de todo o N.T., os livros de Lucas e Atos, que ocupam cerca de trinta por cento do seu volume (pelo que ele escreveu até mesmo mais do que Paulo, quanto ao volume total do N.T.), ele é mencionado poucas vezes nesse documento sagrado. (Ver Col. 4:14; File. 24 e II Tim. 4:11). Essas são as únicas referências diretas a ele, em todo o N.T., embora se acredite que as chamadas *passagens nós*, no livro de Atos, indiquem que, naqueles pontos, Lucas acompanhou ao grupo apostólico, dentro das ações descritas. Mas somente em Col. 4:14 é que ficamos sabendo qual era a sua profissão. Provavelmente ele assistia a Paulo, devido à saude periclitante deste, além de ser um dos seus cooperadores no evangelho. Portanto, vê-se que em campanhia de Paulo havia dois evangelistas, Lucas e Marcos. Porventura sabiam eles que, juntos, seriam os principais contribuintes do maior de todos os documentos humanos! Alguns eruditos supõem que a junção de Lucas ao grupo apostólico foi sincrônico aos ataques de malária que Paulo sofreu (ver Gál. 4:13,14), e que se uniu ao grupo em sua capacidade profissional. Todavia, nada pode ser comprovado nesse sentido. Outros têm imaginado que Lucas fez parte dos setenta discípulos originais (ver o décimo capítulo do evangelho de Lucas), mas isso dificilmente concorda com o prefácio do evangelho de Lucas, onde o autor sagrado não diz ter sido uma das testemunhas oculares da vida de Cristo, embora, como é claro, ele tenha consultado a muitas testemunhas oculares.

Só se sabe alguma coisa acerca de Lucas com base no conteúdo de seu evangelho e de seu livro histórico, a narrativa de «Lucas-Atos», que, originalmente compunha um único volume, pois o livro de Atos é a continuação da narrativa do evangelho, conforme o próprio autor sagrado o diz (ver Atos 1:1). Sua linguagem e seu estilo mostram ter sido ele homem de elevada educação. Era um grego bem-educado, além de ser historiador de mão cheia. As descobertas arqueológicas sempre tendem por confirmar as suas informações, ainda que algumas delas continuem sem confirmação. Ele afirma ter feito completa e intensa obra de investigação, a fim de escrever (ver Luc. 1:1-4). A igreja cristã lhe deve uma imensa dívida, porque, sem os seus escritos, nosso conhecimento sobre o cristianismo primitivo seria extremamente limitado e entrecortado.

Lucas foi companheiro de Paulo em grande parte de seus labores missionários, conforme é indicado nas chamadas *passagens nós*, isto é, Atos 16:10-17; 20:5; 21:18 e 27:1—28:16. E pode-se ver que Lucas acompanhou ao apóstolo em sua fatídica viagem final a Roma e, talvez, mais cedo, a Jerusalém, onde foi aprisionado. Lucas deve ter permanecido em companhia de Paulo tanto em seu primeiro como em seu segundo período de encarceramento. E, então, aparecem aquelas palavras pungentes, escritas pouco *antes* do grande apóstolo dos gentios ser martirizado: «Somente Lucas está comigo» (II Tim. 4:11). Por conseguinte, é possível que por mais tempo, e mais do que qualquer outro, Lucas se tenha mostrado fiel a Paulo, e ele nunca perderá o seu galardão por causa disso. É interessante que, por essa época, Paulo tenha dado instruções para que Marcos fosse trazido para sua companhia; aquele que antes o abandonara, agora foi escolhido acima de todos os demais, o que é uma distorção estranha da sorte.

5. O Médico Amado (Col. 4:14)

1. Somente neste ponto temos informação sobre a profissão de Lucas. Provavelmente, em suas viagens em companhia de Paulo, ele usou métodos naturais de cura com alguma vantagem. O trecho de Atos 28:8-10, provavelmente, é indicação desse fato.

2. Lucas, pois, foi o *missionário médico* original. E que ele pôde assim ministrar (por meios naturais) mostra-nos que até mesmo onde operam os dons de cura, a cura pelos processos naturais não é contrária à vontade divina. Muito pelo contrário, todas as coisas boas procedem de Deus, e a cura pelos meios naturais é uma coisa boa.

6. Tradições Posteriores

De acordo com as tradições cristãs antigas, Lucas teve um longo e frutífero labor, sem distrações domésticas, até que, com a idade de oitena e quatro anos, faleceu em Boécia, na Grécia.

7. Sua Missão

Lucas foi extremamente útil a Paulo, cumprindo um ministério quase apostólico. Por ser o autor da narrativa de Lucas-Atos, ele contribuiu para a formação da coletânea do N.T. mais do que qualquer outro autor sagrado. Através disso ele tem exercido poderosa influência no mundo, há muitos séculos. O que Deus pode fazer com um homem que cumpre sua missão, dentro da vontade divina! Os escritos de Lucas mostram elevada qualidade literária, e assim vemos que ele foi bem escolhido pela vontade divina para sua importante missão. Cada homem tem uma missão ímpar a cumprir (ver Apo. 2:17), e para tanto é preparado pelo Espírito. Mas nem todos cedem às diretivas do Espírito Santo!

LUCIANO DE SAMOSATA (DA SÍRIA)

Suas datas foram cerca de 125-180 D.C. Ele tinha uma maneira especial de dizer coisas que era astuta, cortante e satírica. Ele opunha-se a todos os tipos de entusiasmo; e mesmo quando falava sobre filósofos que respeitava, não conseguia evitar de injetar suas ironias. Estava sob a influência dos *epicureus*, dos *céticos*, e, especialmente, dos *cínicos* (ver os artigos sobre essas três escolas de pensamento). Ele empregava o estilo satírico dos cínicos, tendo-se tornado conhecido devido a esse estilo, empregado em seus diálogos. As doutrinas filosóficas e religiosas muito sofriam em suas mãos. Foi um escritor brilhante, havendo pelo menos oitenta de suas obras autênticas (além de alguns tratados de autoria dúbia), embora muitas delas em forma apenas fragmentar. Também escreveu cartas, biografias, críticas literárias e narrativas. O seu *Theon Dialogoi* (Diálogos de Deus) é uma narrativa dramática sobre a mitologia pagã popular. Outra obra sua, *Alethes Historia* (História Verdadeira), relata aventuras fantásticas. Uma outra, intitulada *Nekrikoi Dialogoi* (Diálogos dos Mortos) provê estudos sobre muitas questões morais e religiosas, contendo sátiras espirituosas acerca da vaidade das atividades humanas. Seus escritos dão-nos um bom quadro sobre a vida no mundo Mediterrâneo, durante o século II D.C.

LUCIANO MÁRTIR

Suas datas foram cerca de 250-312 D.C. Ele foi pastor da Igreja e cabeça da escola teológica de Antioquia. Ver sobre a *Escola Teológica de Antioquia*. Ário e alguns de seus associados estavam entre seus alunos. Além de seu trabalho como ministro do evangelho e líder eclesiástico, Luciano mostrou-se ativo em projetos literários. Ele revisou a *Septuaginta* (vide), com base no texto hebraico, e publicou uma recensão do Novo Testamento Grego. Começou com ele o chamado texto eclesiástico do Novo Testamento Grego, cuja forma final foi o Textus Receptus, publicado por Erasmo de Roterdam. Antes dele, não havia esse tipo de texto grego. Mas, na verdade, esse texto foi produto de uma corrupção textual gradual, que não representa corretamente o original do Novo Testamento. Naturalmente, as diferenças não são assim tão grandes. O texto inchado do Textus Receptus envolve cerca de quinze por cento de bagagem (acréscimos), em comparação com o original; mas quase todos esses acréscimos são de pequena importância quanto à compreensão do texto sagrado. O texto de Luciano, pois, exibe o começo desse trabalho de acréscimos. Esse texto tornou-se o texto oficial prevalente em toda a Igreja Bizantina, de onde procedeu uma espécie de texto fundido padronizado. Luciano foi martirizado em 312 D.C.

LÚCIFER

Esboço:

1. Palavras Envolvidas e Seus Significados
2. Astrologia e Simbolismos
3. O Demonismo
4. Satanás e Sua Queda

1. Palavras Envolvidas e Seus Significados

A palavra hebraica **helel**, traduzida na Bíblia portuguesa por «Lúcifer», significa «brilho», «resplendor». Em Isa. 14:12—14 esse nome aparece vinculado à expressão «filho da alva», que pode apontar para diferentes planetas que vão surgindo no horizonte, conforme a estação do ano, como Vênus ou Júpiter. A palavra Lúcifer, por sua vez, vem do latim, *lucifer*, «portador da luz». A Septuaginta, por sua vez, tem *heósphoros*, que significa exatamente isso, «portador da luz». No árabe, a palavra para o planeta Vênus é *zuhratun*, «brilhante estrela da manhã». O texto de Isaías é considerado como uma referência primitiva a Satanás, o príncipe das forças demoníacas.

2. Astrologia e Simbolismos

A maioria dos intérpretes concorda que o termo «Lúcifer» deriva-se da astrologia babilônica. A «estrela da manhã» era uma das designações do rei da Babilônia; e, por detrás disso, havia o uso astrológico e a idéia comum, corrente entre os povos antigos, de que os reis da Babilônia eram instrumentos dos deuses, como seus representantes entre os homens. O rei da Babilônia, em sua pompa, colocava-se entre as divindades. Os babilônios e os assírios personificavam a estrela da manhã chamando-a de *Belite* e de *Istar*.

Devemo-nos lembrar que os antigos não sabiam que os planetas não são estrelas, e nem pensavam nesses planetas como entidades semelhantes ao globo terrestre. Antes, imaginavam que entidades divinas habitariam em tais lugares, ou que esses corpos celestes fossem as próprias divindades. Não faziam qualquer idéia sobre as dimensões dos corpos celestes. Os livros pseudepígrafos do Antigo Testamento contêm referências astrológicas, e muitos intérpretes supõem que alguns textos do Apocalipse canônico do Novo Testamento só podem ser compreendidos do ponto de vista da astrologia. Ver Apo. 9:1 e 12:9. E o primeiro capítulo do Apocalipse muito tem a dizer sobre as *estrelas*. E, apesar do sentido tencionado não corresponder às antigas mitologias, pelo menos os termos e os simbolismos foram tomados por empréstimo dali, através dos livros pseudepígrafos do Antigo Testamento. Ver o artigo sobre o *Apocalipse*, quarto ponto, *Dependência Literária*, e segundo ponto, *Os Livros Pseudepígrafos*, quanto a evidência sobre o emprego desses livros como fontes informativas. O quarto ponto daquela mesma seção discute os elementos astrológicos, numerológicos e cabalísticos do livro. Quanto à influência exercida pela astrologia sobre o judaísmo posterior, ver o NTI, nos comentários sobre Col. 2:8. No livro de Apocalipse, essa influência é percebida em 1:20; 2:1; 4:4,6; 5:11; 7:1; 8:2; 12:1; 14:18; 15:1; 16:1,5; 18:1 e 20:1. Tal como um pregador moderno pode ilustrar um sermão mediante a astronomia, assim também um antigo escritor lançava mão da astrologia. Podemos supor que grande parte desse material astrológico era crido pelos antigos. Seja como for, esse material forneceu o pano de fundo para certas idéias e expressões.

3. O Demonismo

Alguns intérpretes, de modo anacrônico, misturam o demonismo com as tradições astrológicas. Paulo ensinou que, por detrás da idolatria, há forças demoníacas em operação (I Cor. 10:20). Mas isso não é a mesma coisa que a astrologia. Alguns evangélicos

modernos pensam que a astrologia tem inspiração demoníaca; e assim transferem essa atitude para os antigos judeus. — Mas isso é um anacronismo. De acordo com o judaísmo sincretista, as *estrelas* representavam espíritos bons e maus, mas as alusões à astrologia, ou mesmo a usos astrológicos, não eram, para os judeus, extensões automáticas do demonismo, conforme pensam alguns cristãos modernos. Ver o artigo separado sobre a *Adivinhação*, quinto ponto, onde há uma discussão sobre a *Astrologia*. Ver também os artigos sobre *Astrologia* e *Astrólogo*, que são mais completos ainda. O Senhor Jesus, na glória de sua ascensão, é a verdadeira «estrela da manhã» (Apo. 22:16). Infelizmente, ele tem quem O imite.

4. Satanás Sua Queda

O trecho de Isaías 14:12 **ss** alude à queda de Satanás. Esse texto é ligado a Luc. 10:18 e Apo. 9:1, o que representa uma continuação daquela tradição. Ver o artigo separado sobre *Satanás, Queda de*. Historicamente, porém, a referência é à derrocada dos poderes pagãos e seus líderes. Os tiranos que se opunham a Israel, como o rei da Babilônia, aspiravam ser como os deuses, e se julgavam representantes dessas divindades; mas haviam caído no sheol (vide), o mundo dos mortos. A Estrela Matutina corresponde aos nomes hebraicos *Helal* e *Shahar*, que são nomes de divindades pagãs.

John Gill, grande comentador batista do passado, diz, acerca de Isa. 14:12: «Não se deve entender isso como a queda de Satanás e dos anjos apostatados, do seu primeiro estado, quando foram lançados do céu ao inferno, embora possa haver alguma alusão a isso; ver Luc. 10:18. Mas essas palavras são uma continuação do discurso dos mortos ao rei da Babilônia, admirados, como se fosse algo incrível, de que aquele que parecia tão firmado no trono de seu reino, que era no próprio céu, tivesse sido deposto do mesmo». Essa é a interpretação histórica. O judaísmo posterior tomou esse texto e aplicou-o a Satanás. Os intérpretes rabínicos aplicavam o nome «Lúcifer» a Nabucodonosor ou a Belsazar, embora sem razão para tanto.

Naturalmente, após termos dito tudo isso, precisamos acrescentar que o crente não deve e nem precisa depender de horóscopos, que se fazem por meio da astrologia. Essa é uma pseudociência medieval, que as mentes esclarecidas, mesmo que inteiramente seculares, há muito lançaram no descrédito. Juntamente com a astrologia poderíamos incluir métodos de adivinhação como as bolas de cristal, a quiromancia, as cartas de baralho, o tarô, e coisas desse jaez. Contamos com um Deus vivo, que se manifesta mais e mais claramente, à medida que nos vamos adentrando no caminho do verdadeiro misticismo, a comunhão com o Espírito Santo, sob a égide das Sagradas Escrituras. Aí a orientação é segura.

LÚCIO

No grego, **Loûkios**; no latim, **Lucius**. Lucas (no grego. **loukás**) é a diminutiva de Loûkios. Esse nome significa «iluminador». Entre os romanos era nome comum, bem confirmado nas inscrições e referências literárias. Nas páginas do Novo Testamento há dois homens com esse nome; e nos livros apócrifos do Antigo Testamento há um outro, conforme se vê abaixo:

1. Lúcio, apelidado de «Cirene». Juntamente com Barnabé, Saulo e outros, ele era considerado um dos profetas e mestres da igreja em Antioquia (Atos 13:1).

Diversas tentativas têm sido feitas para identificar este personagem com Lucas, o evangelista, autor da dupla narrativa Lucas-Atos. No entanto, mesmo que esses nomes se derivem da mesma raiz, conforme alguns estudiosos asseveram, não é provável que fosse aqui apresentada essa variação da designação pessoal de Lucas. O líder da igreja aqui em foco provavelmente deve ser identificado com o grupo de missionários mencionado em Atos 11:19-21. Alguns intérpretes identificam-no com o «Lúcio» do trecho de Rom. 16:12, que é chamado «parente» de Paulo, mas nesse caso, tudo que ali se depreende é que ele era judeu. Ele é ali descrito como um dos «cooperadores» de Paulo. Se o Lúcio de Cirene, aqui mencionado, e o Lúcio de Rom. 16:21 são um só indivíduo, isso eliminaria automaticamente a sua identificação com Lucas, posto que Lucas era gentio, não *parente* (judeu) do apóstolo Paulo. (Quanto ao fato de que Lucas era «gentio», ver o trecho de Col. 4:11,14).

É provável que uma das razões pelas quais alguns estudiosos têm procurado identificar esse «Lúcio» com o evangelista Lucas é que *Heródoto* (iii.131) informa-nos de que os médicos de Cirene tinham a reputação de serem considerados inferiores somente aos de Crotona, conforme a opinião dos gregos. Outrossim, Galeno, o médico, diz que Lúcio fora antes dele um distinguido médico, em Tarso da Cilícia. Assim, pois, alguns têm imaginado que Lucas teria estudado a medicina em Cirene e dali teria partido para Tarso da Cilícia, onde teria conhecido Saulo, talvez vindo a converter-se por intermédio dele. Tudo isso, entretanto, não passa de pura suposição. (Ver o artigo separado sobre *Cirene*).

2. Um companheiro de Paulo, em Corinto, era chamado por esse nome. Ele enviou saudações à igreja em Roma (Rom. 16:21). Ele é chamado de «parente» desse apóstolo, o que, provavelmente, significa apenas que era um seu compatriota judeu. Alguns intérpretes o têm identificado com o Lucas de número 1, acima, e também com Lucas, escritor do terceiro evangelho e do livro de Atos. Orígenes adotava a segunda dessas conjecturas. No entanto, Lucas, o médico amado, era gentio, segundo se vê em Col. 4:12-14, o que parece militar contra tal identificação.

3. Esse também foi o nome de um cônsul romano, que, em resposta a uma embaixada enviada a Roma, da parte de Simão, o sumo sacerdote dos judeus, escreveu uma carta a Ptolomeu Evergetes, do Egito (I Macabeus 15:16-21) e a outros governantes do Oriente Próximo (I Macabeus 15:22,23). Ele apoiava a causa de Simão contra os selêucidas. A identificação exata desse cônsul tem sido disputada. Provavelmente ele foi Lucius Culpurnius Piso, que foi cônsul romano entre 130 e 138 A.C. Josefo (*Anti.* 14:8,6), além de outros, identificou esse homem como Lucius Valerius, que escreveu uma carta similar a Hircano II (47 A.C.); mas os casos são bem diferentes, como também as datas. Isso posto, Lúcio Valério não pode ter sido mencionado em I Macabeus, um livro escrito bem antes de sua época.

LUCRÉCIO

Seu nome completo era Tito Lucrécio Cara (em latim, *Tito Lucrecius Carus*). Suas datas foram cerca de 99—55 A.C. Foi um poeta romano que obteve posição garantida na história da literatura com sua obra *De Rerum Natura*.

Ele valeu-se do atomismo de Demócrito e Epicuro, tendo composto uma espécie de ensaio poético com o propósito de explicar a natureza do mundo físico. Ele queria remover dos homens o temor da morte, assim

liberando-os para que pudessem desfrutar dos prazeres, o que para ele, seria a razão mesma da existência humana. A fim de atingir esse alvo, ele dizia que a alma compõe-se de partículas materiais finíssimas, as quais, por ocasião da morte física, separam-se, fazendo a alma deixar de existir. Apesar de crer na existência dos deuses, tomava uma posição deísta. Para ele, os deuses não poderiam importar-se menos com o que acontece aos homens, nunca entrando em contato com eles. Ver sobre o *Deísmo*.

Lucrécio nasceu em Roma, como membro da aristocracia. Estudou a filosofia grega, tendo-se especializado nos escritos de Epicuro. Suetônio, porém, ajunta que Lucrécio acabou sofrendo das faculdades mentais, e que o seu livro de poesias foi composto em um tempo em que ele ainda estava lúcido. Cícero teria lido e corrigido sua obra, antes da publicação da mesma. Também corre o rumor de que Lucrécio cometeu suicídio com quarenta e nove anos de idade, embora não se possa confirmar tal coisa. Mas as tradições dizem que sua loucura foi causada por uma poção do amor; se isso é verdade, então ficou assim por efeito de uma droga potente. Além disso, as tradições dizem que ele escreveu vários livros, embora tenha restado somente o seu poema sobre a natureza. Essa obra ocupava cinco livros e, ao que tudo indica, ficou por terminar. Nela, Lucrécio exibiu considerável habilidade literária, e uma mente perceptiva, sem importar com que finalidade ele escreveu. O poema é uma espécie de cruzada religiosa equivocada, contra as idéias e as práticas da sociedade romana. Apesar de ser boa a sua intenção de libertar os homens do temor a deuses brutais e insensíveis, sua maneira de fazê-lo, mortalizando a alma e deixando-a longe dos cuidados de Deus, dificilmente é a maneira certa de atingir aquele propósito. Nesse poema, Lucrécio fez uma notável declaração, que aborda o problema do mal, e que tenho citado no artigo sobre esse assunto. Ver sobre o *Problema do Mal*.

Sumário de Idéias.

1. A *natureza* compõe-se de átomos materiais. Os átomos são indestrutíveis, têm dimensão, formato e peso, mas não qualidades secundárias. As coisas existem através de diferentes misturas de diferentes átomos.

2. *A matéria e o espaço* são infinitos. Mundos inúmeros passam a existir e, então, desaparecem. Os astrônomos modernos estão falando coisas assim. Parece que devemos lançar no crédito de Lucrécio um tremendo discernimento.

3. *As guinadas*. Os átomos, em sua queda, dão guinadas, o que permite eventos inesperados e o livre-arbítrio humano, visto que a queda não é algo determinado. Essas guinadas também fazem mundos virem à existência, bem como toda forma de vicissitude que há nesta vida. Em um certo sentido, «todas as coisas acontecem por puro acaso».

4. *A alma*, para Lucrécio, seria feita de material atômico muito rarefeito, incapaz de sobreviver à dissolução do corpo físico, pelo que deixaria de existir por ocasião da morte. Lucrécio pensava que a aniquilação total do ser humano nos deveria libertar do temor da morte, mas os psicólogos têm mostrado que deixar de existir é o maior de todos os temores humanos.

5. *As sensações e percepções* surgem quando os átomos saltam dos objetos e ferem os órgãos dos sentidos humanos. Todo «conhecimento», isso posto, está alicerçado sobre os sentidos. A mente pode interpretar erroneamente a informação recebida, e, nesse caso, temos a desinformação.

6. *Os átomos sempre existiram*. As coisas chegam à existência quando elas se organizam. Forças cegas entram em ação. Não precisaríamos esperar qualquer tipo de providência divina. Formas vivas desenvolvem-se dos átomos, primeiramente através da vegetação e, então, chegando até às formas animais. Muitas espécies de plantas e animais já existiram, e agora não existem mais.

7. *Os deuses existem*. Mas, para Lucrécio, eles seriam auto-suficientes e, assim, não teriam qualquer interesse pelo homem. Isso posto, não precisamos temê-los, e nem deveríamos lançar sobre eles a culpa pelas misérias humanas. Em tempo, para Lucrécio, os deuses não seriam criadores.

8. *A ética*. O prazer seria o próprio alvo da existência humana, embora os prazeres mais importantes sejam a paz e a pureza de coração, acompanhados pela boa consciência. Encontramos essas virtudes quando nos devotamos à busca pela verdade, o que é a coisa mais divertida de tudo. A morte nada é; os prazeres são bons; é uma estupidez ser supersticioso e temer o desconhecido, porquanto nunca teremos de enfrentar o desconhecido. (AM E EP MM P)

LUCRO

Três palavras hebraicas e quatro palavras gregas estão envolvidas neste verbete, a saber:

1. *Betsa* ou *batsa*, «ganho desonesto». Essa palavra, em suas duas variantes, ocorre por trinta e duas vezes, conforme se vê, por exemplo, em Juí. 5:19; Jó 22:3; Pro. 1:19; 15:27; Isa. 33:15; 56:11; Miq. 4:13; Eze. 22:13,27; Jó 27:8.

2. *Mechir*, «preço», «aluguel». Palavra hebraica que ocorre por catorze vezes, conforme se exemplifica em Dan. 11:39; Deu. 23:18; II Sam. 24:24; I Reis 10:28; II Crô. 1:16; Jó 28:15; Sal. 44:12; Jer. 15:13.

3. *Tebuah*, «aumento», «fruto». Palavra hebraica que, com o sentido de *lucro*, aparece por seis vezes: Pro. 3:14; 8:19; 15:6; 16:8; Isa. 23:3 e Jer. 12:13.

4. *Kérdos*, «lucro». Vocábulo grego que é usado por três vezes: Fil. 1:21; 3:7 e Tito 1:11. —O verbo, *kerdaíno*, «lucrar», aparece por treze vezes, em Mat. 16:26; 18:15; 25:17,20,22; Mar. 8:36; Luc. 9:25; Atos 27:21; I Cor. 9:19-22.

5. *Porismós*, «obtenção», «provisão», termo grego que aparece somente por duas vezes em todo o Novo Testamento: I Tim. 6:5,6.

6. *Ergasía*, «esforço», «trabalho». Com o sentido de *lucro*, esse termo grego aparece por três vezes: Atos 16:16,19; 19:24. A forma reforçada, *prosergázomai*, «visar ao lucro», aparece por uma vez, em Lucas 19:16.

7. *Pleonektéo*, «tirar vantagem de». Verbo grego que ocorre por duas vezes: II Cor. 12:17,18.

Conforme se vê na lista acima, as palavras apontam para um lucro obtido através da violência, da injustiça (Juí. 5:19); para os despojos (Jó 22:3; Pro. 1:19); para o ato de alugar, de contratar (Miq. 4:13); ou então para uma recompensa (Dan. 11:39) e para o ganho mediante o ato de compra (Dan. 2:8).

Os vocábulos gregos, usados no Novo Testamento, referem-se ao trabalho ou aos negócios (Atos 16:16,19); à vantajosa obtenção da vida eterna, adquirida por ocasião da morte biológica do crente (Fil. 3:7); a algum meio de ganho (I Tim. 6:5,6); a piedade é um grande lucro (vs. 6); obter ganho ou lucro (Mat. 16:26; 18:15; 25:17); ao lucro por meio do comércio (Luc. 19:16). Além disso, temos a idéia de ganhar pessoas para Cristo, mediante o evangelho (I Cor. 9:19,20).

LUDE, LUDIM

Em Gên. 10:22, **Lude** aparece como o quarto filho de Sem. Em Gên. 10:13, *Ludim* (uma palavra que, no hebraico, está no plural) figura como o primogênito de Mizraim, filho de Cão. No décimo capítulo de I Crônicas, a tabela das nações, Lude é um povo semita, e Ludim é um povo camita, descendente de Mizraim, o Egito (ver os vss. 13 e 22). Josefo (*Anti.* 1:6,4) refere-se aos lídios como descendentes de Lude. Heródoto fala sobre os lídios, embora ele não exclua uma identificação semítica desse povo. Ver o artigo sobre a *Lídia*. Nos trechos de Eze. 27:10 e 30:5, o povo de Lude é descrito como aliado de Tiro e do Egito, respectivamente. A Lídia (*Ludu*) aparece como aliada do Egito, nos registros neobabilônicos. As inscrições egípcias dos séculos XIII e XV A.C., referem-se a um povo chamado *Luden*, localizado perto da Mesopotâmia. Alguns eruditos supõem que isso indica que esse povo fora deslocado de sua pátria original, na Mesopotâmia e, então, migrou para a Ásia Menor. Seja como for, a Lídia veio a tornar-se parte do império romano, após a morte de Croeso, às mãos de Ciro, rei da Média Pérsia.

A identificação dos Ludim com a Lídia é duvidosa; mas Lude quase certamente corresponde à Lídia. As inscrições assírias referem-se aos lídios chamando-os de Ludu. Essa é uma palavra cognata do termo hebraico, *lud*. Josefo também fez essa identificação. As evidências demonstram que Heródoto falou sobre *Lydus* como o ancestral dos lídios.

Ludim é um povo de origem camita, segundo se vê em Gên. 10:13 e I Crô. 1:11. Talvez esteja em foco uma nação africana, que não se consegue identificar. Mas alguns estudiosos pensam que deve ser *Lubim* (Líbia), o que somente serve para aumentar a confusão.

LUDLUL BEL MEMEQI

Essas palavras são babilônicas e significam: «Louvemos ao deus da sabedoria». Essa é a linha inicial do hino a *Marduque* (vide), o deus principal da Babilônia. Há uma certa similaridade entre essa obra escrita (preservada em quatro tabletes em escrita cuneiforme) e o livro canônico de Jó. Um homem piedoso, mas enfermo, tentou penetrar nos planos e desígnios dos deuses. A obra contém um bom raciocínio filosófico, mas vazado em tom melancólico. Trata-se de um espécime de literatura de sabedoria dos babilônios. Transcrevemos abaixo algumas de suas linhas:

Quem aprendeu o plano dos deuses celestes?
Quem sabe qual o esquema do outro mundo?
Onde os mortais entenderam o caminho dos deuses? (LW)

Ver também o artigo sobre o *Problema do Mal*.

LUDOLFO DA SAXÔNIA

Não se sabe quando ele nasceu, mas sabe-se que morreu em cerca de 1377 D.C. Ele pertencia à ordem religiosa católica romana dos *cartuxos* (vide), fundada por Bruno, em 1084 D.C. Ludolfo é lembrado por sua excelente obra sobre a *Vida de Cristo*. Apesar de sua obra não ser nem original e nem crítica, era uma boa expressão de devoção, salientando o caráter prático de Cristo e de seu evangelho, quanto à vida diária do cristão. Tal obra foi muito popular durante a Idade Média. Essa expressão mística conclama os homens a renunciarem a tudo por amor a Cristo, e são apresentadas coisas que contribuiriam para a reforma eclesiástica, que Ludolfo sentia ser necessária.

LUGAR DE ORAÇÃO

Ver Atos 16:13. Uma sinagoga pode ter estado em vista como o lugar tencionado; mas isso é duvidoso, de acordo com alguns, pois uma sinagoga requer que haja pelo menos dez membros adultos para que ela seja formada. Além disso, em Filipos (nesse lugar de oração) parece que se reuniam apenas mulheres, e Paulo compareceu entre elas para falar-lhes sobre as realidades espirituais. Outros estudiosos opinam que as palavras «um lugar de oração», no grego, equivalem ao hebraico, «casa de oração», que se lê em Mat. 21:13, o que apontaria para uma sinagoga. John Gill, grande comentador bíblico do passado, diz que as «casas de oração», ou sinagogas eram construídas à beira de algum rio, aproveitando o simbolismo natural da água como *vida*. Por outro lado, os bosques e rios eram lugares naturais de devoção, inteiramente à parte de templos construídos. Juvenal (*Sat.* 3.11-13) diz-nos que os judeus haviam abandonado tais lugares quando a fé deles entrou em decadência. Tertuliano menciona a prática de orações e adoração serem conduzidas perto dos rios ou nas praias de grandes volumes de água (*ad Nat.* 1:13). Ele chamou isso de *orationes litorales*. É possível que o lugar mencionado em Atos 16:13 tivesse sido uma sinagoga, mas isso não significa que estivesse em pauta algum culto formal. As mulheres talvez tivessem permissão de usar alguma edificação a fim de orarem, — inteiramente à parte de reuniões religiosas formais, efetuadas em outras oportunidades.

LUGAR MAIS SANTO

Ver sobre o **Tabernáculo**, IV.4.b. Ver também sua seção X. O artigo sobre o *Tabernáculo* fornece os muitos tipos simbólicos envolvidos naquela antiga estrutura. Em sentido geral, pode-se dizer que o tabernáculo representa vários níveis de acesso a Deus. Fora do tabernáculo ficavam os gentios; as mulheres tinham um acesso limitado. Os homens de Israel podiam entrar no santuário. Mas somente o sumo sacerdote, e apenas uma vez por ano, podia entrar no Santo dos Santos, onde Deus se encontrava com o homem. Cristo, em sua missão terrena, abriu o caminho até à presença de Deus. Em Cristo, o próprio Homem tornou-se o templo e o tabernáculo de Deus, e isso indica o potencial de um total acesso a Deus. Ver Heb. 8:2; 9:8,12,24,25; 10:19; 13:11. Por meio do sangue de Cristo, penetramos no Santo dos Santos, segundo aprendemos em Heb. 10:19. Isso é uma extensão do ensino bíblico que diz que Cristo é o caminho (João 14:6), mostrando-nos de que maneira, finalmente, ele é o *Caminho*, no tocante ao nosso acesso a Deus.

O Santo dos Santos. Ver Êxo. 26:33. No tabernáculo original, o Santo dos Santos ficava localizado no fim do ambiente fechado, penetrando na área do *Lugar Santo* (vide). Cinco colunas formavam a entrada, e diante delas ficava o véu. O santuário mais interno, o Santo dos Santos, tinha cerca de 18 m de lado, pois era quadrado. Continha a arca da aliança, a tampa, chamada *propiciatório*, sobre a qual era aspergido o sangue. A própria arca continha os itens mencionados e descritos em Heb. 9:4. O Santo dos Santos simbolizava o *acesso* final a Deus. Naturalmente, pois, dentro da tipologia do Novo Testamento, isso veio a indicar as esferas da existência de Deus, bem como a possibilidade que temos de entrar ali, por meio de Cristo. Esse acesso, entretanto, é mais do que local; também é espiritual. Quando nos tornamos filhos, moldados segundo a imagem de Cristo, então nós mesmos temos acesso a

Deus como os filhos têm acesso a seu pai. Obteremos a própria natureza divina (ver II Ped. 1:4). Ver o artigo sobre o *Templo de Jerusalém*, que contém outros detalhes concernentes a essa questão toda.

LUGAR SANTO (SANTUÁRIO)

A expressão **Lugar Santo** pode se referir ao local do templo de Jerusalém, o lugar mais santo da terra, para os judeus. Uma porção das paredes dessa estrutura continua de pé, com o nome moderno de *Muro das Lamentações*. Isso porque os judeus costumam reunir-se defronte dessas paredes a fim de orar, lamentando o que sucedeu ao templo. Esse é um lugar popular para peregrinos judeus e cristãos, os quais se reúnem ali para orar e lamentar as tragédias que têm atingido os judeus da dispersão.

Lugar Santo (Santuário). Isso se refere ao tabernáculo real, mas também à réplica do tabernáculo (vide), incorporado na estrutura do templo de Jerusalém. Ver os artigos gerais sobre *Tabernáculo* e *Templo*, quanto a completos detalhes. O Lugar Santo era distinguido do Santo dos Santos devido ao fato de que este fazia parte daquele. Ver o artigo separado sobre o *Santo dos Santos*. Na epístola aos Hebreus, o Lugar Santo simboliza a contraparte dos céus, visto que as mais piedosas tradições judaicas falavam sobre o tabernáculo como reprodução de um protótipo celestial. Ver Heb. 8:5, quanto às notas expositivas do NTI, acerca dessa tradição. Presume-se que Moisés recebeu um plano que duplicava, em algum sentido, o tabernáculo celestial.

O átrio fechado media, no tabernáculo original, cerca de 50 m x 25 m de lado. Antes de se entrar no *Santo Lugar*, era mister passar pelo átrio exterior, onde estava o altar dos holocaustos e a pia de bronze. No tempo em que estava armada a tenda da congregação ou tabernáculo, esse altar era comparativamente pequeno e portátil, com cerca de 3 m de lado, um quadrado. Era feito de madeira de acácia, recoberta de bronze, e o seu interior era oco (ver Êxo. 28:8). Ali eram efetuados os holocaustos. Nos vários templos de Jerusalém, construídos depois disso, esse altar foi-se tornando cada vez maior. No templo de Herodes, tinha 10 m de altura por 30 m de comprimento e outro tanto de largura. A pia existia para várias lavagens, sobretudo das mãos e dos pés dos sacerdotes, antes de oferecerem os sacrifícios. Esse item ficava no átrio exterior, entre o altar e a porta da tenda, um pouco desviado do centro, para o sul (Êxo. 30:19-21).

LUGARES ALTOS

Esboço:

I. Significado da Expressão
II. Usos da Palavra Hebraica Bamah
III. Sentido Negativo
IV. Um Sentido Positivo
V. Origens e Psicologia Envolvida
VI. Poluções Pagãs

I. Significado da Expressão

«Lugares altos» é uma expressão que corresponde ao termo hebraico *bamah*, que pode significar tanto «elevação» quanto «santuário». Era costume dos cananeus e dos povos semitas estabelecer santuários ou centros de adoração religiosa em lugares elevados. Isso nos faz lembrar do monte Olimpo dos gregos. A conexão entre as divindades e as montanhas é uma conexão comum nas religiões. Podia ser detectada em todas as regiões do Oriente Próximo, e prevalecia, especialmente, na Ásia Menor e na Síria.

Quanto aos povos semitas, nem todos os seus santuários eram erigidos em regiões elevadas; mas o termo *bamah* continuava sendo usado, dando a entender a ereção de altares e santuários. No tocante ao povo de Israel, eles nada viam de errado nos lugares altos, propriamente ditos. Originalmente, esses locais tinham sido lugares de culto dos cananeus, mas os israelitas rededicaram-nos ao culto a Yahweh, pelo menos em alguns casos. Porém, devido à influência de costumes estrangeiros, com a ajuda da corrupção interior dos homens, tais lugares vieram a ser dominados por práticas idólatras. O trecho de II Reis 23:8 mostra-nos quão generalizados eram os *lugares altos*, e quanta importância se dava aos mesmos. Foi por causa de tais abusos que os profetas hebreus denunciaram com tanto vigor os lugares altos. Alguns dos reis de Judá tentaram eliminar os lugares altos (ou seja, seu uso para fins idólatras e imorais). Um dos exemplos mais conspícuos disso foi o do rei Josias (ver II Reis 22:3 e II Crô. 34:3).

II. Usos da Palavra Hebraica «Bamah»

1. Ela podia indicar, meramente, algum lugar elevado, como o cume de um monte qualquer. O acádico e o ugarítico tinham palavras cognatas, com esse sentido. Fortalezas e fortins eram construídos nos montes, e encontramos alusões a vitórias militares obtidas em tais lugares. Ver Deu. 32:12; Juí. 5:18; II Sam. 1:19,25. Em Isa. 14:14, o termo é corretamente traduzido por «altas», dentro da expressão: «...subirei acima das mais altas nuvens, e serei semelhante ao Altíssimo».

2. Chegou tempo em que os próprios santuários eram chamados *bamah*, sem importar se tinham sido construídos ou não em lugares elevados. Pois o próprio santuário e o seu altar eram lugares elevados. Todavia, muitos desses santuários eram, realmente, construídos em lugares elevados, pelo que, em tudo isso há um duplo significado da palavra *bamah*. O trecho de I Reis 14:23 mostra-nos que muitas colinas eram usadas com propósitos religiosos em Israel. Saul subiu para Betel, onde se encontrou com um grupo de profetas de Deus, que desciam da *bamah* (ver I Sam. 10:5,13, onde essa palavra aparece na expressão «...profetas que descem do alto...»).

3. Algumas *cidades*, em lugares elevados, tornaram-se centros de adoração religiosa, pelo que elas também vieram a receber o título de *bamah*. Um lugar alto importante era Gibeom (I Reis 3:14 *ss*; II Crô. 1:2-6). Salomão sacrificou ali a mil carneiros. Gibeom era o lugar mais elevado que havia em derredor, por muitos quilômetros.

III. Sentido Negativo

Em Israel, o centro da adoração ficava no templo de Jerusalém. Podemos ter a certeza de que certos lugares altos, porém, vieram a competir com a adoração centralizada de Israel. Assim, em oposição à adoração no templo de Jerusalém, o rei Jeroboão promoveu a apostasia de Israel, estabelecendo bezerros de ouro em Betel e em Dã, em imitação ao ato de Aarão (I Reis 12:38; comparar com Êxo. 32:4,8. Ver também I Reis 12:32, quanto a outras atividades semelhantes). É possível que tudo isso tivesse ocorrido em nome de Yahweh; mas, como envolvia falsidade e desvio, foi censurado (ver I Reis 13:1-6). E as coisas não correram melhor no reino do sul, Judá. Nos tempos do rei Reoboão, o povo adotou a idolatria cananéia, tendo erigido lugares altos e colunas, e isso de maneira bastante generalizada. Lê-se em I Reis 14:23: «Porque também os de Judá edificaram altos, estátuas, colunas e postes ídolos no alto de todos os elevados outeiros, e debaixo de todas as árvores verdes».

IV. Um Sentido Positivo

O rei Asa, de Judá, tentou fazer o que era reto aos olhos de Deus, e, no entanto, não removeu os lugares altos que seu pai havia permitido. Isso pode significar que, pelo menos em parte, ele fracassou quanto aos seus propósitos, ou então que não teve a autoridade ou a energia necessária para impor uma reforma religiosa completa. Ou ainda, ele limpou o país de santuários idólatras, mas não destruiu os centros de adoração localizados nas colinas. Ver I Reis 14:11-14. Porém, Ezequias removeu esses lugares altos (ver II Reis 18:4,22). Portanto, tal remoção era algo possível, de onde podemos presumir que os esforços de Asa não foram muito objetivos. Todas as tentativas de purificação desses lugares altos, pois, envolvem um sentido positivo da questão.

V. Origens e Psicologia Envolvida

Muitos povos antigos supunham, literalmente, que subir a um lugar alto levava a uma maior proximidade com a divindade. Consideremos, como ilustração, o relato sobre a torre de Babel. Isso reflete-se até mesmo em vários idiomas. Em português, por exemplo, a palavra *céu* tanto refere-se à abóbada celeste, em seu aspecto físico, onde pairam as nuvens e resplandecem o sol, a lua e as estrelas, quanto aos lugares celestiais, da dimensão espiritual, onde Deus reside. Assim, nas regiões onde não havia montes ou colinas, elevações artificiais eram construídas para que os homens, supostamente, chegassem mais perto dos deuses, como era o caso dos *zigurates* (vide). Objetos de adoração eram colocados nas árvores, a fim de atrair a atenção das divindades. Nos lugares altos, por sua vez, havia auxílios comuns à adoração religiosa, como pilhas de pedras, altares de pedras toscos, estátuas e vários tipos de santuários, sempre dando a impressão de altura, de elevação.

VI. Poluções Pagãs

Ao entrar na terra de Canaã, Israel encontrou muitos lugares altos dos cananeus. Pecados horrendos eram cometidos nesses lugares, incluindo sacrifícios de infantes, prostituição cultual e toda forma de adoração idólatra. Israel, pois, recebeu ordens para demolir tais lugares (Núm. 33:52). Porém, após a destruição de Silo, e antes da construção do templo de Jerusalém, tais lugares tornaram-se lugares das devoções religiosas de muitos israelitas. Samuel abençoou as oferendas que o povo fez em um lugar alto (I Sam. 8:12-14). Ezequias eliminou os abusos que haviam penetrado, ao destruir os santuários existentes nos lugares altos, mas Manassés, seu filho e sucessor, reconstruiu muitos desses santuários, trazendo de volta a Israel as poluções pagãs (II Reis 21:2-9; II Crô. 33:3-9,17,19). Josias fez outra tentativa para reformar tais costumes (II Reis 23:5), destruindo e contaminando lugares altos desde Geba até Berseba. Os profetas denunciavam os lugares altos, com todas as suas práticas (Isa. 15:2; 16:12; Jer. 48:35). Mas a resposta a todas aquelas abominações foi dada sob a forma do cativeiro babilônico (vide), que pôs fim ao costume. (ALB (1957) ND UN Z)

LUGARES CELESTIAIS

I. Assunto Importante de Efésios

As referências: 1:3,20; 2:6; 3:10 e 6:12. Essa expressão se encontra cinco vezes nesta epístola, mas (em termos exatos) em nenhuma outra parte do N.T. O conceito existe em outros livros do N.T., sem a expressão exata. Estão em pauta as *habitações* celestes, esferas de existência espiritual. Não estão em foco os benefícios celestes, mas antes, esferas de existência de seres espirituais. Na qualidade de habitações celestes, podemos perceber as seguintes características:

1. São a habitação de Deus Pai e de Deus Filho (ver Efé. 1:20).

2. São as moradas dos remidos, os quais são descritos como quem está assentado ali, em companhia de Jesus Cristo, embora somente no futuro é que isso se concretizará (ver Efé. 2:6).

3. São a habitação dos seres angelicais de todas as ordens (ver Efé. 3:10), e nessa passagem a alusão é aos anjos santos, exaltados, seres espirituais não caídos.

4. Mas também são a habitação de muitíssimas ordens de seres espirituais decaídos, que se encontram nos «lugares celestiais».

Sabendo-se que muitas variedades de seres habitam nesses «lugares celestiais», precisamos dizer que muitas regiões, mundos e universos estão aqui em foco. O crente, pois, partirá para os «lugares celestiais»; mas para onde ele vai é definido no texto presente; ele vai para aquelas regiões que pertencem a Deus Pai e ao Senhor Jesus Cristo.

II. Considerando os Lugares Celestiais

a. Paulo menciona o «terceiro céu», em II Cor. 12:2, o que quase certamente é uma referência aos sete céus, ou, pelo menos, um reflexo de sua crença em «muitos céus», um conceito judaico comum em seus dias.

b. A alusão feita por Jesus às «muitas mansões» (João 14:2) é outro reflexo neotestamentário dessa crença.

c. Os judeus da época de Jesus, pensavam que o templo servia de ilustração sobre a estrutura dos céus. O templo compunha-se de muitas divisões, como o átrio dos gentios, o átrio das mulheres, o Lugar Santo, o Santo dos Santos, etc. Por semelhante modo, o céu seria «céus», por conter muitas divisões, cada qual com seu respectivo nível de glória. (Ver Heb. 9:3, onde esse conceito é refletido).

d. Jesus, como Pioneiro de nossa fé, foi capaz de atravessar todas essas divisões, e penetrar na maior glória, a saber, no Santo dos Santos. Dessa forma, ele preparou um lugar para os demais filhos de Deus, capazes de entrar na mais elevada glória. Isso não significa que entrarão diretamente na glória maior. Pois, na verdade, os próprios céus são lugares onde se alcança progresso espiritual, embora todos eles, coletivamente, sejam «a casa de Deus», o «céu» de Deus.

e. É provável, conforme as especulações de vários dos pais da igreja, que a glorificação envolverá uma passagem de um nível celestial para outro, como se alguém passasse de uma dependência do templo de Jerusalém para outra. Alguns pais da igreja supunham que tal passagem exigiria o recebimento de novos corpos espirituais, veículos apropriados para cada estágio mais avançado de glória. Provavelmente essa opinião esteja correta, embora não haja como prová-la. O trecho de II Cor. 3:18, como é óbvio, alude à passagem de um estágio de glória para outro. A glorificação será um processo interminável, porque, havendo uma infinitude com que seremos cheios, também deverá haver um enchimento infinito. (Ver as notas no NTI sobre esse conceito em Efé. 3:19).

III. Outras Interpretações

Quase todos os intérpretes compreendem que a expressão «lugares celestiais» tem um sentido «local», falando sobre esferas definidas de existência. Todavia, há outras interpretações, muito menos prováveis, que são as seguintes:

1. Aquela que pensa em bênção de natureza celeste, provenientes do céu, «bens» celestiais.

2. Outros pensam que o «céu espiritual» é contrastado com o firmamento estrelado, que podemos contemplar.

3. Há aqueles que julgam tratar-se do «reino celeste» à face da terra, em um aspecto presente ou futuro, e que talvez envolva a própria igreja.

4. Também não temos aqui o «céu», aludido mediante uma expressão vazada no plural, e não no singular; pelo contrário, aquilo que chamamos de «céu», na realidade se compõe de muitas regiões de glória celeste, embora essa expressão — lugares celestiais — possa expressar qualquer dimensão espiritual, ocupada por espíritos bons ou maus.

IV. Lições Morais e Espirituais Ligadas ao Conceito

1. Os crentes são os cidadãos legítimos dos lugares celestiais. A mente dos crentes, pois, deveria voltar-se para o seu lar celeste (ver Col. 3:1), atitude essa que modificaria toda a sua vida presente, a começar pela sua maneira de pensar e terminando em tudo quanto fizessem.

2. O crente é um «cidadão» de um outro país — o celestial — e não deveria envolver-se, como tal, com aquilo que é terreno e carnal (ver Fil. 3:20).

3. Nosso tesouro se encontra nesse país celestial, razão pela qual deveríamos procurar cultivar uma vida capaz de demonstrar esse fato, desvencilhando-nos dos cuidados terrestres (ver Mat. 6:20,21).

4. Nossa herança se acha nos céus, e ali deveríamos fixar nossa mente, e em favor dessa herança deveríamos labutar (ver I Ped. 1:4 e Rom. 8:17).

5. Posto que nosso destino é os lugares celestiais, aqui e agora somos estrangeiros e peregrinos (ver Heb. 11:13).

Em nenhuma outra porção do N.T. é usada a expressão «lugares celestiais», de maneira específica, embora existam termos similares. Essa doutrina indubitavelmente é paulina, conforme a exposição dessa idéia o demonstra, e também é de origem judaica. Não sabemos dizer por que razão Paulo empregou essa expressão exclusivamente nesta epístola aos Efésios. Naturalmente, aqueles que afirmam que esta epístola não foi escrita pelo próprio Paulo, e, sim, por algum de seus discípulos, contam aqui com um trunfo em apoio à sua opinião. Mas a expressão exata poderia ter sido cunhada por essa pessoa, embora a mesma expresse uma idéia claramente paulina.

V. Os Lugares Celestiais e o Destino Humano

Os eleitos irão de um estágio de glória para outro, interminavelmente, II Cor. 3:18. O destino é certo. Estaremos com o Filho na grande mansão de Deus, os lugares celestiais, pois ela tem compartimentos do mesmo «céu». Sempre poderemos nos aproximar mais e mais do Filho, da natureza e da habitação celestial, já que a porta jamais se fechará. Agora mesmo a porta da glória permanece aberta. Tens a coragem para entrar?

Portanto, faz parte da glória de Jesus Cristo que todos os seus irmãos estejam onde ele também já está. Pois o céu não seria muito celestial para Cristo a menos que os seus amigos eternos estivessem em sua companhia também. E isso tem por motivo os vínculos que o ligam com os seus seguidores, laços esses que são eternos, conforme se depreende, por exemplo, de Efé. 1:3,4, onde se lê: «Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo, assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele».

O Senhor Jesus se encarnou a fim de poder conduzir os escolhidos aos lugares celestiais, onde lhes convém habitar:

Porventura o caminho serpeia até lá em cima?
Sim, até o próprio fim.
O Dia de jornada ocupará o dia inteiro?
Da manhã à noite, meu amigo.
(Extraído de *Uphill*, de Christina Rossetti).

LU HSIANG-SHAN

Suas datas foram 1139-1193 D.C. Ele foi um filósofo chinês, um erudito apresentado. Era encarregado dos registros e professor da Universidade Nacional da China. Foi chamado de Mestre Hsiang-Shan como um título honorífico. Serviu como magistrado, de 1190 até à sua morte. Dirigiu conferências a que milhares de pessoas se faziam presentes. Desenvolveu uma forma de neoconfucionismo, sustentando o lado idealista daquela fé, em contraste com seu aspecto racionalista. Escreveu muitas obras que foram coletadas em uma publicação intitulada *Obras Completas de Lu Hsiang-Shan*.

Idéias:

1. Mediante o estudo da própria mente, a pessoa pode tomar conhecimento da natureza das coisas. A mente contém os princípios da natureza, sendo o espelho de todas as entidades.

2. A doutrina confucionista requer a busca do bem, e aí cabe a investigação inteligente de tudo quanto está envolvido no bem. Lu acreditava que a mente tem um conhecimento inato do bem, sendo um guia seguro nessa busca. A mente é poderosa, e pode levar um homem a praticar o que é direito, uma vez que isso seja compreendido. Deus permeia a mente humana; Deus emana da mente e estende-se a todo o universo. Quanto a esse particular, Lu mostrou-se muito parecido com Sócrates, que disse: «Conhece-te a ti mesmo». Para Sócrates, assim fazendo, um homem encontraria a chave de tudo, incluindo o conhecimento e a bondade. De acordo com essa noção, o homem que sabe segue aquilo que sabe. A ignorância seria a base de todo o mal, sob a forma de atitudes e atos. A psicologia moderna, naturalmente, não se mostra tão generosa. Antes, reconhece que há certa perversidade no homem, — residente nos seus impulsos básicos, o que o leva a fazer coisas que ele sabe que estão erradas. Isso pode baixar até o ponto do impulso da autodestruição, o impulso da morte.

3. Existem princípios concretos e corretos que permeiam toda a natureza e a consciência humana inteira. Sábios dos tempos mais remotos da humanidade, foram capazes de salientar esses princípios, que são inerentes à própria vida. A mente do indivíduo é o universo, e o universo é a mente do indivíduo. Se examinarmos a mente, acharemos ali todas as coisas. Ali está a bondade, para ser contemplada por nós, bem como o poder de fazer aquilo que faz parte inerente da mente.

4. Quanto ao aprendizado e ao progresso, Lu disse o seguinte: O indivíduo deve começar pelo «...interesse genuíno e pessoal, pelo auto-exame, corrigindo os próprios equívocos, reformando-se a fim de melhorar. Isso é tudo».

LUÍTE, SUBIDA DE

No hebraico, essa palavra, **luhith**, significa «mesa»,

ou «assoalhada», conforme preferem outros. Essa era uma das cidades dos moabitas, situada em um local elevado. Habitantes de Moabe, ao fugirem dos babilônios (ver Isa. 15:5; Jer. 48:5), passaram por esse lugar, a caminho de Zoar.

Eusébio situava Luíte entre Areópolis e Zoar, mas a localidade ainda não foi achada pelos arqueólogos.

LULABE

No hebraico, «ramo». A alusão é à palmeira, usada em conexão com as cerimônias da festa dos tabernáculos (vide), determinada em Lev. 23:40. Três ramos diferentes eram empregados: ramos de palmeiras, ramos de árvores frondosas e salgueiros de ribeiros. E as pessoas agitavam os mesmos durante os momentos de recitação de passagens especiais dos salmos.

LULLUS, RAIMUNDO

Ele também era conhecido como **Lull**. Suas datas foram 1236—1315 D.C. Foi um homem de características incomuns. Foi um filósofo de primeira linha e um incansável missionário. Nasceu em Palma de Majorca. Ensinou por diversos anos em Paris. Deve ser considerado um dos últimos apologistas cristãos, tendo criado o que ele pensava ser um sistema invencível para confundir os infiéis, os céticos e os ateus. Esse método acha-se contido em sua obra *Ars Magna*. Nesse livro, Lull procurou produzir uma metodologia que exaurisse todas as perguntas que possam relacionar-se a um problema qualquer. Ele traçava três círculos concêntricos. Um dos círculos era dividido em nove predicados relevantes; o segundo, em nove sujeitos relevantes; e o terceiro, em nove perguntas. Essas perguntas eram as seguintes: O quê? De onde? Por quê? Quão grande? De que tipo? Quando? Onde? Como? Um desses círculos era fixo, mas os outros giravam, o que provia uma série completa de perguntas e declarações. Seu sistema, ainda que duvidoso, obteve muita popularidade na França, na Itália e na Espanha, e o *lullismo* chegou a competir com o *tomismo* (vide), por algum tempo. Sua influência continuou poderosa na Universidade de Palma, até bem dentro do século XVIII.

Lullus, entretanto, tinha um outro lado em sua vida. Ele foi um incansável missionário. Aprendeu o árabe e foi trabalhar na África do Norte. Retirou-se da vida de luxos e passou a viver como eremita em Majorca, como preparação para as suas atividades missionárias. — Em 1276, estabeleceu um colégio (faculdade) franciscano, que se especializava nos estudos de lingüística, preparando pessoas para o serviço em missões na África e nos países orientais. Ele trabalhava arduamente a fim de obter apoio financeiro para seus projetos, e muito se esforçou por conseguir professores de línguas orientais, ensinadas em bases regulares nas Universidades de Paris, Oxford e Salamanca. Seus labores missionários envolveram-no em imensos sacrifícios pessoais, e ele sempre se mostrava incansável. Faleceu em 1316, apredrejado por uma multidão, no Norte da África. Lullus é relembrado como filósofo erudito, professor universitário e missionário zeloso.

O termo *lullismo* refere-se ao seu método de buscar a verdade, através dos círculos concêntricos, acima referidos, os quais, supostamente, poderiam exaurir todas as possibilidades de investigação em uma questão qualquer, mostrando-se avassaladoramente convincente.

••• ••• •••

LUMEN GRATIAE; LUMEN NATURALE

Essas frases latinas significam, respectivamente, «luz da graça» e «luz natural». A luz natural é o poder da razão desajudada para entender a verdade divina. E a luz da graça é a iluminação que nos vem através da revelação divina. Como é óbvio, ambas as luzes operam entre os homens, e nenhuma delas deve ser desprezada.

LUNÁTICO

Ver o artigo geral sobre **Enfermidades**. Sua segunda seção trata, especificamente sobre as desordens mentais. A palavra portuguesa «lunático» vem do latim, *luna*, «lua». Desde os tempos mais antigos, as pessoas têm pensado que a lua exerce influência sobre os processos mentais do homem. A ciência moderna tem demonstrado que há algum fundo de verdade nessa questão. Pois, na verdade, na época da lua cheia, as enfermidades mentais pioram e aumentam os crimes por motivo de insanidade. No Novo Testamento, em Mat. 4:24 e 17:15 temos a palavra grega *seleniadizetai*, que está baseada na palavra grega para lua, *selene*. Aquele termo grego foi usado de tal modo que dá a idéia de que a lua está relacionada às desordens mentais. O texto de Mat. 4:24 também menciona as atividades dos demônios, que provocariam distúrbios mentais. É mesmo provável que o aparecimento de ambos os conceitos, nesse contexto bíblico, demonstre que os antigos não atribuíam todos os casos de desordem mental ao demonismo. No artigo acima mencionado temos provido um estudo sobre esse assunto, em sua segunda seção.

Alguns estudiosos pensam que a *epilepsia* (vide) esteja em foco naqueles textos neotestamentários, que os antigos chamavam de *enfermidade divina*. E isso porque, ao que se supunha, ela era causada por alguma espécie de poder extra-humano. Na linguagem moderna, o adjetivo *lunático* é sinônimo de «insanidade mental», tendo-se perdido a antiga conotação referente à lua.

LUND, A TEOLOGIA DE

Essa forma de teologia é chamada **lundensiana**. Esse nome vem da Universidade de Lund, na Suécia. O principal formulador dessa teologia foi Anders Nygren (vide). Seu próprio pensamento foi influenciado por seus mestres e colegas, Einar Billing, Nathan Soderblom e Gustav Aulen (vide). Aulen foi seu colega e professor, naquela universidade. Esses homens eram luteranos, que não se sentiam satisfeitos com as tendências da teologia luterana. A teologia de Harnack (vide) foi rejeitada por eles. Nygren produziu uma maneira de interpretar o cristianismo que consistia em contrastar *éros* com *agapé* (em uma obra intitulada exatamente *Éros e Agapé*, publicada em 1930). Ele se referia ao cristianismo como essencial e supremamente o amor de Deus em ação. Ele distinguia claramente o amor de Deus dos tipos humanos de amor, que ele classificava de *éros*. Ensinava que o amor de Deus, o *agapé*, é motivado somente pelo próprio Ser divino, nada havendo no homem capaz de motivar tal amor. Desse modo, ele enfatizava a doutrina da graça, compreendida através do amor divino. O princípio do *agapé* era por ele aplicado à ética, à escatologia e ao problema da lei divina e da lei humana. Nygren reinterpretava a história humana e eclesiástica, a fim de mostrar como a doutrina cristã bíblica fora sendo adulterada com a passagem dos séculos.

LURDES (LOURDES)

Lurdes é uma pequena cidade da França, situada ao pé dos montes Pireneus, na porção sudoeste da divisa dos Altos-Pireneus, no rio Gave de Pau. Tornou-se famosa devido ao santuário católico romano que atingiu um século de existência em 1958.

A 11 de feveriro de 1858, Marie Bernardette Soubirous, na época com catorze anos de idade, declarou ter visto uma visão da Virgem Maria, em uma gruta. Ter-lhe-ia sido dito pela virgem que procurasse uma fonte, que ela conseguiu localizar. Pouco depois, as águas que emanavam da fonte começaram a produzir milagres de cura. As visões continuaram, tendo havido um total de dezoito visitações da virgem. Isso aconteceu durante certo período de tempo.

Lurdes tornou-se assim um famoso santuário religioso, lugar de intenso turismo e de peregrinações religiosas. Apenas uma pequena porcentagem dos dois milhões de pessoas que visitam a cidade a cada ano estão doentes e em busca de cura. O centro da curiosidade é o Domaine de la Grotte, uma área fechada com sessenta acres, onde ocorrem quase todas as cerimônias religiosas. Há celebração de missas em três pontos diferentes: no altar da própria gruta, e em duas gigantescas basílicas, construídas uma acima da outra, em um abrigo espaçoso onde cabem vinte mil pessoas. No Domaine há vinte torneiras, onde os peregrinos podem beber a água miraculosa. Também há nove banheiras onde as pessoas podem banhar-se!

A Igreja Católica Romana faz testes muito rigorosos quanto aos alegados milagres, antes de serem tidos como autênticos. A cada ano são examinados cerca de cinqüenta milagres desses. De fato, ocorrem coisas inexplicáveis, embora também sucedam coisas sem grande significação. Até o ano de 1970, cinqüenta e dois milagres foram julgados autênticos, resultantes do poder divino que reside em Lurdes!

A festa da Aparição de Nossa Senhora é celebrada em toda a Igreja Ocidental a 11 de fevereiro. É bom relembrar que a credulidade dos religiosos é sempre preferível às zombarias dos céticos. Apesar de, sem dúvida, ocorrerem curas psicossomáticas em tais santuários, sabemos, com base na experiência, que ocorrem milagres genuínos. Ver o artigo sobre *Satya Sai Baba*, quanto a demonstrações modernas a esse respeito. Apesar dessas questões sempre estarem sujeitas a abusos, especialmente a comercialização e a credulidade das massas populares, devemos cuidar em não atribuir todas essas coisas à atividade demoníaca. Em todas as questões, precisamos exercer tolerância, mesmo que não concordemos com as práticas de outras pessoas.

LUTA

A luta livre é um esporte antiqüíssimo, bem ilustrado na cultura egípcia e mesopotâmica. Todos os povos contam com algum tipo de luta entre dois contendores que medem sua força e agilidade um contra o outro. O esporte nacional japonês é o «sumô», com lutadores, algumas vezes, de duzentos quilos. Até os brasilíndios ou índios brasileiros têm sua forma de luta livre. Durante o período do reino antigo, no Egito, nas gravuras em relevo dos túmulos de Ptaotepe, em Sacara, fizeram-se muitas representações de lutas livres. Mais de quatrocentos grupos em luta aparecem nas pinturas em paredes, nos túmulos do reino médio egípcio, em Beni Hasan. Outras cenas de lutas têm sido encontradas pela arqueologia moderna, pertencentes ao templo da XX Dinastia do Egito, em Medinet Habu. Esse templo foi construído por ordens de Ramsés III (vide).

Nas páginas da Bíblia, é provável que nenhuma outra luta corporal seja mais famosa e revestida de tão grandes conseqüências como a luta entre Jacó e o anjo que lhe apareceu. Essa narrativa aparece em Gênesis 32:24,25: «...ficando ele só; e lutava com ele um homem, até ao romper do dia. Vendo este que não podia com ele, tocou-lhe na articulação da coxa; deslocou-se a junta da coxa de Jacó, na luta com o homem». A palavra aqui traduzida por «lutava» e por «luta», corresponde ao vocábulo hebraico *abaq*, «agarrar», «lutar».

Entretanto, no caso dos conflitos entre Lia e Raquel, irmãs, ambas esposas de Jacó, já encontramos outras duas palavras, e ambas em um mesmo versículo, Gênesis 30:8, onde lemos: «Disse Raquel: Com grandes lutas (no hebraico, *naphtulim*, «lutas») tenho competido (no hebraico, *pathal*, «competição»). Ambas essas palavras também só ocorrem por uma vez cada, ou seja, nesse mesmo versículo. Incidentalmente, isso mostra a superioridade da monogamia, pelo menos no tocante à ausência de competição entre as esposas de um mesmo homem.

No Novo Testamento, encontramos uma interessante passagem, em Efésios 6:12. Lemos ali: «...porque a nossa luta não é contra o sangue e a carne, e, sim, contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal, nas regiões celestes». Ali o termo grego que corresponde a «luta» é *pále*. Essa palavra deriva-se do verbo *pállo*, «balançar para a frente e para trás», apontando para os movimentos de esquiva e ataque que os lutadores, geralmente, dão um diante do outro. E isso demonstra, por sua vez, a intensidade da luta do crente contra o diabo e suas forças malignas. Basta-nos pensar que se os outros lutadores lutam de olhos bem abertos, atentos aos golpes desferidos pelos adversários, a fim de poder evitá-los, nós lutamos contra inimigos invisíveis, que nos acossam de várias direções ao mesmo tempo, sem que, por muitas vezes, sejamos capazes de antecipar seus golpes traiçoeiros. Isso encarece a necessidade de vigilância, da nossa parte, e da proteção divina, por outra parte. «Vigiai e orai, para que não entreis em tentação; o espírito, na verdade, está pronto, mas a carne é fraca» (Mat. 26:41).

LUTA DE CLASSES

A expressão envolve uma importante e influente teoria da ciência social e política. Essa teoria exerce fortíssima influência sobre a teologia contemporânea. A idéia básica é de que as várias classes de pessoas, na sociedade, estão em estado de luta, segundo o qual os fortes e ricos dominam e perseguem às classes pobres e humildes. O dinheiro é o fator principal em tudo isso, porque aqueles que têm dinheiro, naturalmente também têm poder. Dentro das teorias comunistas (que vide), a luta de classes é aludida por meio das tríadas hegelianas. De acordo com essa teoria, nas sociedades humanas originais e primitivas, prevaleceria um sistema comunista em uma utopia primitiva. Nessa fase, os homens escravizavam a outros homens. Em oposição a isso, o sistema feudal trouxe algumas melhorias. Então surgiu o capitalismo em oposição ao feudalismo. Conseqüentemente, o socialismo se opõe ao capitalismo O estágio final dá-se quando o comunismo, em oposição ao capitalismo, triunfa, levando o homem de volta à utopia primitiva.

Entrementes, a Igreja organizada habitualmente alia-se às classes ricas e poderosas, pelo que, no seio

da religião organizada encontramos uma luta de classes, onde os ministros ou clérigos oprimem os pobres, tanto os da Igreja quanto os da sociedade em geral. Em face disso, Jesus é idealizado como o cabeça de uma revolução política, em vista da qual a Igreja é libertada de sua hierarquia opressiva. A Teologia da Libertação (que vide) tem feito da luta de classes um dos mais importantes aspectos de seu pensamento. A Igreja Católica Romana, por isso mesmo, está enfrentando um dos mais severos testes de sua longa história, porquanto agora há uma «Igreja popular», em contraste com a Igreja tradicional. A solução proposta para a luta de classes, dentro do capitalismo, é a revolução social, que organiza esse sistema coletivo de produção em propriedades coletivas de trabalhadores, unificando todas as suas operações sob um sistema abrangente, não sujeito a crises.

O que sucede sob o regime comunista é bem diferente disso. Ali emergem algumas poucas classes privilegiadas cujo padrão de vida é notavelmente mais elevado do que o das classes pobres, que se professam emancipar. Isso prova que, tanto no capitalismo quanto no comunismo (ou sob qualquer outro sistema de governo político que se possa conceber) o coração humano continua o mesmo, inclinado ao mal e à opressão. O Espírito de Deus, e não as teorias políticas, é que terminará por fazer a diferença. Cada sistema político tem fracassado exatamente por esse motivo. O capitalismo é cruel, pois é um sistema onde o dinheiro torna-se o deus dos mais ricos, para os quais os pobres existem apenas como consumidores, e de acordo com o qual os únicos valores que interessam são os valores econômicos. Por outra parte, nos sistemas socialistas, o empobrecimento das classes pobres manifesta-se mais sob a forma da perda de liberdades básicas, como os direitos individuais, e onde o indivíduo se perde em meio aos interesses de um estado monstruoso que, qual polvo, controla todas as atividades, sufocando toda iniciativa particular. Ora, segundo todos os melhores pensadores concordam, esses direitos individuais formam o próprio âmago do direito. Nos países de governo comunista as escolas religiosas são fechadas, e nas escolas públicas às crianças ensinam-se o ateísmo e o secularismo. As realidades do espírito são esquecidas, e homens assim sufocados são declarados livres e emancipados. A religião, sob todas as formas, é perseguida. Os líderes religiosos são banidos, perseguidos e mortos. O comunismo tem produzido mais mártires cristãos do que qualquer outro sistema político da história. E no entanto, alguns líderes católicos romanos, incluindo arcebispos e bispos são ativistas políticos que promovem a causa comunista no seio do catolicismo romano. Ver os artigos separados sobre *Socialismo* e sobre *Comunismo*.

Referindo-nos novamente à Teologia da Libertação, que prega a doutrina da luta de classes, o papa João Paulo II tem dito: «As conseqüências desta teologia são a total politização da existência cristã, a dissolução da linguagem da fé na das ciências sociais e o esvaziamento da dimensão transcendental da salvação cristã».

A primitiva Igreja Católica, sempre mancomunada com o poder dominante, fosse ele qual fosse, não alterou sua atitude política quando da divisão em Igreja Católica Romana e Igreja Ortodoxa Oriental. O sistema feudal, na Idade Média, alicerçava-se sobre dois poderes dominantes, o clero e a nobreza. A Revolução Francesa, dos fins do século XVIII, sacudiu esse jugo, propagando o ideal republicano e democrático. O moderno sistema democrático de governo, pois, é uma reação. Situação similar verificou-se, mais recentemente (1917), na Rússia, quando a revolução bolchevista derrubou o governo czarista, cujo principal aliado de opressão era a Igreja Ortodoxa. E, assim como na França instalou-se o regime do Terror (que vide), que procurou secularizar a França, até mesmo em bases ateístas; outro tanto tem sucedido na Rússia e nos países dominados pelo comunismo. O comunismo, pois, é uma reação. Democracia moderna e comunismo moderno são apenas reações contra a opressão social que uma Igreja organizada ajudou tão significativamente a impor. Segundo este tradutor, essa Igreja está colhendo os frutos das sementes daninhas que ela semeou por tantos séculos. Remédio? A volta do Senhor Jesus e a instauração de seu reino milenar, quando então imperará a justiça, incluindo o seu aspecto social. Antes disso, a maldade inerente ao homem encarregar-se-á de frustrar todos os esforços para eliminar os injustos desnivelamentos sociais. Os crentes verdadeiros não preconizam uma solução política, e, sim, a solução mediante a instauração de uma nova era na história da humanidade, correspondente ao retorno de Cristo a este mundo. (E H)

LUTA LIVRE

Ver os artigos **Esporte** e **Atletismo**.

LUTERANISMO

Ver o artigo separado sobre *Lutero, Martinho*.

Esboço:

1. O Nome
2. Expansão do Luteranismo
3. Bases Credais Históricas
4. Lutero e as Igrejas Reformadas
5. Doutrinas Luteranas Distintivas
6. A Ética do Luteranismo

1. O Nome

Luteranismo é um nome que se deriva do nome próprio de *Martinho Lutero*. Embora ele tivesse instruído a seus seguidores que não dessem ao movimento algum título denominacional (pois qual é o valor do homem?), as suas ordens foram desobedecidas. O termo *luteranismo* é hoje usado como designação denominacional, indicando as Igrejas e as doutrinas de vários grupos luteranos modernos, que atualmente representam um largo espectro de doutrinas, desde as mais conservadoras até às mais liberais.

2. A Expansão do Luteranismo

Ver o pano de fundo histórico da Igreja Luterana no artigo sobre *Lutero, Martinho*. Da Alemanha, o movimento propagou-se à Suécia, à Dinamarca e à Noruega, onde deixou uma Igreja luterana nacional. Os luteranos suecos têm-se mostrado muito ativos na teologia e na expansão do cristianismo, no presente século. Missões germânicas e escandinavas têm garantido a propagação da Igreja Luterana por todo o Novo Mundo. Também apareceram congregações luteranas na Ásia e na África. Os luteranos modernos têm procurado fomentar a unidade, — embora alguns deles tenham objetado vigorosamente a isso. A Federação Luterana Mundial, formada em 1947, tem cultivado a união dos luteranos, e tem conseguido congraçar mais de cinqüenta grupos como membros. O condado luterano original fica agora na Alemanha Oriental, onde o luteranismo tradicional tem permanecido mais vivo naquele país. Muitos teólogos luteranos têm-se distinguido, tendo originado escolas teológicas de pensamento, ou, então, novas tendên-

cias liberais. Ver sobre *Lund, A Teologia de: Harnack, Adolf Von; Nyoren, Anders; Bultmann, Rudolf; Kierkegaard, Soren*. O número total de luteranos, por todo o mundo, atinge cerca de oitenta milhões de pessoas.

3. Bases Credais Históricas

Apesar do luteranismo defender a idéia da Bíblia como único livro de credo absolutamente autoritário, o movimento luterano reconhece nove diferentes credos como expressões da verdade bíblica, a saber:

a. O credo dos apóstolos. Ver *Credo dos Apóstolos*.

b. O credo niceno (com o *Filioque*, vide). Ver sobre *Nicéia, Credo de*.

c. O credo atanasiano. Ver sobre *Credo Atanasiano*.

d. A confissão de Augsburg. Ver sobre *Augsburg, Confissão de*.

e. Os artigos de Schmalkald. Ver sobre *Artigos de Esmalcalde (Schmalkald)*.

f. A fórmula de Concórdia. Ver sobre *Concórdia, Fórmula de*.

g. Uma apologia da Confissão de Augsburg, escrita por Melancton.

h. e i. Dois catecismos escritos por Lutero, o grande e o pequeno. Esses tornaram-se manuais do pensamento e da teologia protestantes.

Os grupos luteranos que não estão agrilhoados a qualquer credo, aceitam, com várias ênfases, a autoridade desses vários escritos.

4. Lutero e as Igrejas Reformadas

A Reforma Protestante produziu esses dois grupos principais, os luteranos e os reformados. Mas desde então a fragmentação tem sido quase interminável. A Igreja Luterana desenvolveu-se historicamente a partir de Lutero e seus associados na Alemanha. As Igrejas reformadas, por sua vez, vêem em Zwinglio e em Calvino os seus fundadores. O luteranismo tem produzido Igrejas nacionais, o que também sucedeu às Igrejas reformadas em Genebra, na Suíça. Mas, no caso destas últimas, isso não mais sucedeu assim.

5. Doutrinas Luteranas Distintivas

a. *Agostinianismo* em contraste com o tomismo. Lutero era monge agostiniano. Não admira, pois, que ele favorecesse as idéias de *Agostinho* (vide), e não as de Tomás de Aquino. Ver os artigos *Tomismo* e *Aquino, Tomás de*. Algumas coisas específicas que resultaram dessa preferência são: uma maior ênfase sobre a soberania de Deus, encontra a idéia do livre-arbítrio humano; uma abordagem mais bíblica às questões religiosas e às doutrinas cristãs, com a rejeição de uma base filosófica para as idéias. Muita dessa atividade era instrutiva, embora também tivesse havido abusos. Lutero preferia a simplicidade da autoridade bíblica no tocante a todas as crenças. Em certo sentido, a Reforma Protestante foi um retorno de um *segmento* da Igreja cristã aos ensinos de Agostinho, com o abandono paralelo do tomismo. Lutero criticava a teologia escolástica, porquanto não se deixava orientar pela Bíblia.

b. Apesar de Lutero não ter negado a doutrina das *indulgências*, dava-lhe um sentido estranho aos ensinos católicos romanos. Ele dizia que a única punição temporal pelo pecado que um padre poderia dispensar era aquela especificamente imposta *por ele* como medida disciplinar. Mas negava que as indulgências humanas pudessem afetar, em qualquer sentido, os atos divinos. Também negava o valor das indulgências para libertar as almas humanas do purgatório, ou que pudessem diminuir as penas que as almas ali tivessem de sofrer. Esse ensino fazia parte das Noventa e Cinco Teses originais que deram início a todo o tumulto.

c. Nem o papa, e muito menos um padre qualquer, tem o poder de remover os castigos temporais de um pecador. Podem somente anular as penas eclesiásticas impostas pela Igreja. E isso também fazia parte das Noventa e Cinco Teses.

d. A culpa pelo pecado não pode ser anulada por meio de indulgências, outra daquelas Noventa e Cinco Teses.

e. Somente um autêntico arrependimento pode resolver a questão da culpa e do castigo, o que depende única e exclusivamente de Cristo. Essa era outra das Noventa e Cinco Teses.

f. Só há um Mediador entre Deus e os homens, o homem Jesus Cristo. Lutero negava qualquer ofício medianeiro por parte dos padres. O sacerdócio geral de *todos os crentes*, tornou-se uma doutrina protestante cardeal. Cada indivíduo é o seu próprio sacerdote; cada indivíduo tem livre acesso a Deus, sem a necessidade de qualquer mediador humano. Vários capítulos da epístola aos Hebreus eram usados por Lutero em apoio a esse ponto de vista (ver os caps. 7—10). Cristo é o grande Sumo Sacerdote, e todos os crentes são sacerdotes.

g. Lutero negava a autoridade especial do papa. Finalmente, Lutero chegou a chamar o papa de «anticristo».

h. Lutero negava que os concílios são inerrantes. As decisões dos concílios deveriam ser respeitadas, mas também deveria ser reconhecido que os concílios cometem enganos. Por essa razão, devemos olhar para uma autoridade maior—a autoridade de Deus, que emana das Sagradas Escrituras.

i. *A Bíblia* é a única autoridade de fé e prática para o cristão. Cada indivíduo é um sacerdote e seu próprio intérprete autoritário, embora deva respeitar as idéias de outros crentes. Era exatamente isso que Lutero não fez, por várias vezes. Para mim, autor desta enciclopédia, é impossível reduzir a autoridade à Bíblia. Tenho afirmado minhas razões para isso no artigo sobre a *Autoridade*. A regra que diz «a Bíblia somente» inevitável e necessariamente degenera em «como eu e minha denominação interpretamos a Bíblia». Ademais, a Bíblia como única autoridade é *um dogma* que não pode receber apoio da própria Bíblia, a própria Bíblia não faz essa reivindicação. Os estudiosos liberais têm criticado essa posição como postura que cria um *papa de papel*, ao passo que outros acusam os defensores dessa posição de *bibliolatria*. Assim, se Lutero liberou os homens por uma parte, por outra parte, amarrou-os. A busca pela verdade é uma aventura, mas, se tirarmos dessa busca a aventura, automaticamente perderemos muita verdade. Precisamos admitir que há mais de uma maneira de obter a verdade.

j. A justificação pela fé, juntamente com a renovação da teologia paulina, foi uma das principais ênfases de Lutero, e continua a sê-lo do luteranismo e das Igrejas reformadas. A *graça* de Deus, ao salvar os homens, é um paralelo natural do ensino da justificação exclusivamente pela fé.

l. A soberania de Deus foi enfatizada às expensas do livre-arbítrio humano.

m. A doutrina da *consubstanciação* substituiu a doutrina da *transubstanciação*. Ver os artigos separados sobre essas duas doutrinas. Muitos luteranos, entretanto, não têm seguido Lutero nessa sua explicação, preferindo pensar que a eucaristia é mesmo um mistério.

n. Lutero reduziu os sacramentos a dois: o batismo e a Ceia do Senhor. Todavia, a verdade é que ele

continuou sendo sacramentalista, quanto a esses dois pontos. Ver os artigos chamados *Sacramentos* e *Sacramentalismo*.

o. *Denúncia contra abusos*. Lutero simplificou a adoração e a filosofia religiosa. Ele opunha-se a veneração dos santos, ao uso de imagens nas Igrejas, às doutrinas da missa e das penitências e ao uso de relíquias.

p. *O fim do celibato*. Muito antes de ter-se casado, Lutero atacou a *imposição* do celibato clerical, pensando que o mesmo deveria ser voluntário. Quando a Reforma Protestante obteve maior força, padres e freiras começaram a se casar por toda a parte.

q. Separação entre a Igreja e o Estado.

r. A total depravação da natureza humana.

s. Batismo infantil e comunhão fechada.

t. Educação dos fiéis em escolas paroquianas.

u. Repúdio à hierarquia eclesiástica.

v. O corpo laico, em face do sacerdócio de todos os crentes, deve tomar parte ativa nos cultos e atividades das Igrejas, deixando de ser meros espectadores.

6. *A Ética do Luteranismo*

A ética luterana não difere da ética da maioria dos grupos evangélicos.

a. A Bíblia é nossa grande fonte informativa sobre como os homens devem agir. A ética está alicerçada sobre a provisão da divina revelação. Os homens não descobrem o que é bom para eles mediante a experimentação, e, sim, obedecendo aos preceitos divinos.

b. Os *padrões éticos* são absolutos, e não-relativos. A ética é formal e rigorista, ou seja, envolve padrões fixos e absolutos, não sofrendo modificações com a passagem do tempo, e nem dependendo de lugares e pessoas.

c. *As fontes informativas interpretativas* são os catecismos padrões do luteranismo, além de vários outros escritos luteranos oficiais, os livros escritos por Lutero e por outros. Essas obras não são autoridades absolutas, mas devem ser respeitadas como normas interpretativas. Para exemplificar, temos a *Tabela dos Deveres* de Lutero, uma seleção de passagens bíblicas, com comentários. Além disso, a *Confissão de* Augsburg tem uma porção ética, tal como sucede à *Apologia*, obra paralela. Nessas obras há artigos como: *A Nova Obediência* (art. vi); *Ordem na Igreja* (art. xiv); *Usos Eclesiásticos* (art. xv); *Negócios Civis* (art. xvi); *A Fé e as Boas Obras* (art. xx). Além disso, há vários artigos éticos nos *Artigos de Schmalkald* e na *Fórmula de Concórdia*. Nesse último documento, as porções intituladas *Boas Obras* (art. iv); *A Lei e o Evangelho* (art. v); e *A Terceira Função da Lei* (art. vi) oferecem a posição reformada sobre a relação entre a lei e a graça, com suas implicações éticas.

d. *A lei como guia da vida*. O evangelismo posterior lamentou que a Reforma (tanto a luterana quanto a reformada) tivesse preservado a lei de Moisés como guia para a ética e a santificação. Destarte, apesar de ser negada à lei a tarefa justificadora, foi-lhe atribuída a tarefa santificadora. Isso é contrário à «lei do Espírito», além de dar à lei mosaica uma ênfase errada. Apesar do fato de que os princípios da lei são preservados no Novo Testamento, esses princípios são incorporados na lei do amor, ficando sujeitos ao poder do Espírito. O homem não se santifica observando regras e, sim, pelo poder de uma vida nova, que inclui a comunhão mística com o Espírito de Deus. O homem, uma vez convertido, não está *debaixo* da lei, mas também não está *acima* dela, porquanto observa a *lei de Cristo*, mediante a força que lhe é dada pelo Espírito Santo.

e. O homem, mesmo quando *convertido* e *perdoado*, continua sendo um pecador e, por essa razão, deve cuidar continuamente de sua natureza corrompida. Isso exibe a importância da ética, que está envolvida nessa questão da santificação.

f. *A igualdade em vários chamamentos*. Todas as chamadas, que resultam em missões e atividades específicas na vida, são iguais. «O trabalho é o que a pessoa é», dizia Lutero. E isso se aplica igualmente ao professor, ao médico, ao operário, ao ministro do evangelho, etc., contanto que eles estejam cumprindo seus respectivos chamamentos. Dentro de cada chamamento, é de suprema importância a fidelidade a Cristo. A vida de cada crente deve ser sua missão, sob essa luz.

g. O crente é um *peregrino* e um *estranho* na terra. Apesar dele poder participar do governo e das instituições da ordem social, antes de tudo ele é um cidadão da pátria celestial, a pátria à qual, verdadeiramente, ele pertence.

h. O luteranismo não *promove* qualquer sistema político específico, mas mostra-se categoricamente contrário a qualquer forma de tirania ou monismo, que furte o povo de sua livre expressão, escravizando-o de forma a impedir ou tolher sua vida como cristão.

LUTERO

Esboço:

I. Informes Biográficos
II. Os Eventos Históricos e Lutero
III. A Teologia e Lutero
IV. Tendências do Luteranismo

I. Informes Biográficos

1. *Sua Vida e Eventos Preparatórios*. Martinho Lutero nasceu a 10 de novembro de 1483, em Eisleben, na Alemanha. Ele era o segundo filho de Hans Lutero, pequeno aldeão. Foi criado em Mansfeld. Seu pai, mediante trabalho duro e persistente, conseguiu atingir uma posição respeitável na sua comunidade. Poderíamos dizer que o jovem Martinho, dessa forma, tornou-se membro da classe média da época. Como estudante, Martinho mostrou-se muito promissor, tendo sido enviado às escolas de latim de Magdeburg (1497) e Eisenach (1498—1501). Em abril de 1501, ingressou na Universidade de Erfurt, onde obteve o grau de bacharel em artes (1502) e de mestre em artes (1505).

Seu pai queria que ele fosse advogado. E assim, a princípio, em espírito de obediência filial, ele começou a seguir esse curso. Abruptamente, porém ele interrompeu tais estudos e entrou no claustro dos eremitas agostinianos, em Erfurt. Os historiadores não têm podido explicar essa súbita mudança, mas podemos ter certeza de que era a mão do Senhor que estava dirigindo os acontecimentos na vida de Martinho Lutero. Alguns historiadores, contudo, dizem que a causa de tão grande guinada na vida de Lutero foi um enorme susto que ele teve quando, certo dia, caminhava de Mansfeld para Erfurt. Ele teria sido apanhado em meio a uma grande tempestade elétrica, e quase foi atingido por um raio. Ele foi derrubado por terra e em seu pavor, gritava: «Ajuda-me, Santa Ana! Eu serei um monge!» E foi assim que ele entrou na carreira eclesiástica, tendo sido consagrado padre em 1507.

Mas Deus o tirou do mosteiro e entre 1508 e 1512, fez preleções de filosofia na Universidade de Wurtemberg, onde também ensinou as Escrituras, especiali-

zando-se nas *Sentenças* de Pedro Lombardo. Em 1512 formou-se como doutor em teologia. E fazia conferências sobre a Bíblia, especializando-se nas epístolas aos Romanos, Gálatas e Hebreus. Foi durante esse período que a teologia paulina tomou conta de seu coração, e ele foi capaz de perceber claramente os erros da Igreja Católica Romana à luz daqueles documentos fundamentais do cristianismo primitivo.

Lutero era homem de elevado intelecto e consideráveis habilidades pessoais. Por isso, foi galgando postos eclesiásticos. Em 1515, foi nomeado vigário, responsável por onze mosteiros. Foi então que se viu envolvido nas controvérisas em torno da venda de *indulgências* (vide), que se tornara apenas uma fábrica de dinheiro na Igreja Católica Romana, sem qualquer autêntico intuito espiritual.

2. *Suas Lutas Pessoais*. Lutero estava galgando posições na Igreja Católica Romana e estava muito envolvido em seus aspectos intelectuais e funcionais. No entanto, estava empenhado em uma feroz batalha pessoal no tocante à questão da salvação pessoal. Sua vida monástica e intelectual não lhe tinha provido respostas para suas mais aflitivas indagações. Seus estudos sobre os escritos de Paulo deixaram-no ainda mais agitado e inseguro. A declaração paulina: «O Justo viverá pela fé» (Rom. 1:17), ia tomando conta, cada vez mais poderosamente, de sua mente. Ele percebia que a lei serve tão-somente para condenar e humilhar ao homem e que, dessa direção, tal como Paulo havia ensinado, não podemos esperar qualquer ajuda no tocante à salvação da alma. Ele estava muito atarefado «repensando o evangelho». O fato de que Lutero era um monge agostiniano deve ter influenciado consideravelmente sua maneira de pensar, pois, afinal de contas, Agostinho era bastante paulino quanto a seus pontos de vista. Lutero, pois, estava chegando a uma *nova fé*, que enfatiza a graça de Deus e a justificação do ímpio mediante a fé.

Essa nova fé tornou-se o centro de suas preleções. Entrementes, ele começou a criticar o domínio da filosofia tomista sobre a teologia católica romana. Expandiam-se os seus horizontes intelectuais e espirituais. Ele estudava os escritos de Agostinho, de Anselmo e de Bernardo de Clairvaux, e nesses escritos descobria a fé que começara a proclamar. Além disso, Staupitz (vide) orientou-o para que estudasse os místicos, em cujos escritos ele muito se consolou, fazendo seu espírito alçar vôo para novas alturas.

Em 1516, ele publicou o livro devocional de um místico desconhecido. Essa obra foi publicada sob o título *Theologia Deutsch*. Algum tempo depois, Lutero tornou-se pároco da igreja da Wittenberg, e tornou-se um pregador popular, proclamando a sua nova fé. E opunha-se à venda fácil e insensata das indulgências, sob a direção de João Tetzel, porquanto ele via que isso só prejudicava o povo de sua congregação, no tocante a essa questão.

3. *As Noventa e Cinco Teses de Lutero*. Parcialmente como resultado de sua oposição às indulgências, e inspirado por vários motivos, na noite antes do Dia de Todos os Santos, a 31 de outubro de 1517, Lutero após à entrada da Scholosskirche (castelo-igreja), em Wittenberg, as suas noventa e cinco teses acadêmicas, intituladas *Sobre o Poder das Indulgências*. Ele desejava debater a questão e o seu relacionamento com a doutrina da penitência. Seu argumento era que as indulgências só faziam sentido como livramento das penas temporais impostas pelos padres aos fiéis. Mas Lutero opunha-se à idéia de que a compra das indulgências ou a obtenção das mesmas, de qualquer outra maneira, fosse capaz de impedir Deus de aplicar as punições temporais. Outrossim, ele dizia que elas nada têm a ver com os castigos do purgatório (vide). Lutero também afirmava que as penitências devem ser praticadas diariamente pelos cristãos, durante toda a sua vida, e não algo a ser posto em prática apenas ocasionalmente, por determinação sacerdotal.

4. *Resultado das Teses de Lutero*. Lutero havia aberto a caixa de Pandora. Ele mesmo ficou assustado diante das controvérsias que se seguiram. A tempestade rugia, com Lutero no centro da tormenta. Foi denunciado em Roma. João Eck, homem muito persistente e habilidoso, foi seu oponente durante o resto da vida, tendo sido ele o estopim da controvérsia. Eck foi o instrumento usado, acima de qualquer outro, para a condenação e exclusão de Lutero da Igreja Católica Romana. Silvestre Mazzolini, padre confessor do papa, concordou com o parecer condenatório de Eck acerca de Lutero, dando assim maior força à oposição de Eck ao monge agostiniano. Lutero ainda escreveu seu livro, *Resolutiones* (1518), no qual defendia seus pontos de vista sobre as indulgências, dirigindo a obra diretamente ao papa. Mas o livro não obteve o menor efeito em favor dos pontos de vista de Lutero. Alguns indivíduos influentes, entretanto, declararam-se em favor dele, e ele se tornou um polemista popular e bem-sucedido. Ocupou-se assim em um debate em Heidelbergue, a 26 de abril de 1518. E os que estavam presentes disseram que ele se saiu bem demais para agradar às autoridades católicas romanas.

5. *Ações da Cúria Papal*. A 7 de agosto de 1518, Lutero foi convocado a Roma, onde seria julgado sob a acusação de heresia. Lutero apelou para seu príncipe, Frederico, o Sábio, a fim de que o local de seu julgamento fosse mudado para o território alemão. Nas datas de 12—14 de outubro de 1518, compareceu Lutero diante do cardeal Cajetano, em Augsburg, e recusou-se a retratar-se quanto à qüinquagésima oitava sentença de suas Noventa e Cinco Teses, o que Cajetano interpretou como rejeição à autoridade do papa. Lutero chegou a mostrar-se arrogante, dizendo que o papa estava pouco informado, quando deveria informar-se melhor. E teve de fugir da cidade. Nessa altura dos acontecimentos, ele deu início a estudos históricos a fim de escudar sua crescente convicção de que o papado não tem qualquer autoridade *bíblica*, mas tão-somente aquela autoridade que fora forjada nos concílios. Ao assim dizer, como é óbvio, Lutero abandonou a posição católica romana que diz que os concílios não podem equivocar-se. Seus pontos de vista foram defendidos em um debate com João Eck, na Universidade de Leipzig, entre 4 e 8 de julho de 1519. Eck forçou Lutero a admitir que ele sentia que os concílios podem errar, uma doutrina especificamente combatida pela Igreja Católica Romana. Além disso, Eck fez Lutero confessar que pensava que João Huss havia sido injustamente condenado pelo concílio de Constança. Lutero, por sua vez, ia dependendo cada vez mais da Bíblia, como sua autoridade. Sua rebelião contra o papado tornou-se mais evidente ainda, e ele chegou a crer que muitas corrupções haviam entrado na Igreja Católica Romana através do papado. Começou a falar sobre a influência do diabo na Igreja, dizendo que o papa era o anticristo e o falso profeta (embora ele não soubesse determinar qual dessas duas figuras). Para ele, esse tema tornou-se uma verdadeira obsessão, e apenas um ano antes de sua morte (que ocorreu em 1545), ele publicou um **amargo livro**, intitulado **Sobre O Papado em Roma, Fundado Pelo Diabo**.

6. *A Convocação Para a Reforma.* Após o debate em Leipzig, Lutero começou a reclamar abertamente que a Igreja Católica Romana precisava ser reformada. Publicou uma série de escritos com essa finalidade, entre os quais destacamos um, de longo título: *Carta Aberta à Nobreza Cristã da Nação Alemã Sobre a Reforma do Estado Cristão.* Lutero procurou obter o apoio de governantes civis para ajudá-lo em seus desígnios. Começou a ensinar o sacerdócio universal dos crentes, Cristo como o único Mediador entre Deus e os homens, e a autoridade exclusiva das Escrituras, em oposição à autoridade de papas e concílios. Também acentuou a necessidade de pôr um fim aos abusos eclesiásticos, tendo alistado várias práticas abusivas nos jejuns, missas, dias santos, votos monásticos (entre os quais a exigência de celibato para os clérigos). Em sua obra *Sobre o Cativeiro Babilônico da Igreja*, ele atacou o sacramentalismo da Igreja. Dizia que, pelas Escrituras, só podem ser distinguidos dois sacramentos, o batismo e a Ceia do Senhor. Objetava à alegada repetida morte sacrificial de Cristo, por ocasião da missa. Em outro livro seu, chamado **Sobre a Liberdade Cristã**, ele apresentou um estudo sobre a ética cristã, com base no amor. Lutero obteve grande popularidade entre o povo, e também considerável influência entre o clero.

7. *A Cúria Romana Ataca de Novo.* Havia muito trabalho a ser feito. A situação estava quase fora de controle. A 15 de junho de 1520, a Cúria romana expediu a bula **Exsurge Domine**, que ameaçava Lutero de ser excomungado, a menos que se retratasse de seus pontos de vista. Lutero respondeu queimando publicamente a bula. Em retaliação, o imperador do Santo Império Romano, Carlos V, recém-eleito, mandou queimar publicamente os livros publicados por Lutero.

8. *Lutero é Ouvido.* Carlos V queria que Lutero fosse condenado mesmo sem ser ouvido. Mas essa medida não obteve o apoio de teólogos e príncipes. Por ocasião da Dieta de Worms, de 17 a 19 de abril de 1521, Lutero compareceu à convocação. Lutero recusou-se a retratar-se, dizendo que sua consciência era cativa à Palavra de Deus, pelo que se retratar não seria nem correto e nem seguro. Os historiadores dizem-nos que ele concluiu sua defesa com estas palavras: «Aqui estou; não posso fazer outra coisa. Que Deus me ajude. Amém». A Dieta respondeu a 25 de maio de 1521, formalizando a decisão de excomungar a Lutero. A nascente Reforma também foi condenada, e foram publicadas ameaças. As palavras finais de Lutero, naquela oportunidade, tornaram-se o grito de guerra da Reforma.

9. *Reclusão em Wartburg: a Tradução do Novo Testamento para o Alemão.*

Lutero permaneceu por dez meses no castelo de Frederico, o Sábio, onde estava bem protegido. Isso forneceu-lhe tempo para trabalhar na tradução do Novo Testamento para a língua alemã. Essa tradução foi publicada em 1522. Com a ajuda de Melancton e outros, a Bíblia inteira foi traduzida, e, então, foi publicada em 1532. Finalmente, essa tradução unificou os vários dialetos alemães, do que resultou o alemão moderno.

10. *Influência Política*

Alguns têm chegado ao ponto de dizer que, de 1521 a 1525, Lutero foi o verdadeiro líder da Alemanha. Houve a Guerra dos Aldeões em 1525, quando essas classes pobres se revoltaram contra os seus líderes. Lutero tentou estacar o derramamento de sangue, mas, quando os aldeões se recusaram a ouvi-lo, ele apelou para os príncipes a fim de que interviessem e restabelecessem a paz e a ordem.

11. *O Casamento de Lutero*

Desde há muito Lutero opunha-se ao celibato forçado do clero. Quando rompeu definitivamente com a Igreja Católica Romana, — encorajou o casamento de padres e freiras que tinham preferido passar para a Reforma Protestante. Ele deu o exemplo, contraindo matrimônio com Catarina von Bora, filha de família nobre, que fora freira cisterciana. Ela lhe deu seis filhos, três rapazes (Hans, Martinho e Paulo) e três meninas (Madalena, que morreu criança; Isabel, que morreu na infância; e Margarida). Além desses filhos, eles adotaram outras crianças, pelo que na casa havia cerca de dez crianças. Lutero observou que era diferente se acordar pela manhã e encontrar os longos cabelos de uma mulher sobre o travesseiro!

12. *Controvérsias com Erasmo de Roterdã*

Erasmo era grande humanista, aquele que publicou o primeiro Novo Testamento Grego em forma impressa, que pôs fim à imensa parada de variantes textuais desse documento sagrado. Ver o artigo separado sobre *Erasmo*. Lutero entrou em controvérsia com Erasmo (que nunca deixou a Igreja Católica Romana), especialmente em torno do livre-arbítrio, que Erasmo defendia e que Lutero negava. Apesar de admitir que o livre-arbítrio é uma realidade quanto a coisas triviais, Lutero negava que fosse eficaz no tocante à salvação da alma. Antes, Lutero falava em termos da escravidão da vontade humana. Na verdade, Lutero foi muito radical quanto à questão, não dando crédito a vários versículos neotestamentários que asseveram tanto o livre-arbítrio quanto a responsabilidade humanos. Ele também foi longe demais ao dizer que os escritos de Erasmo serviam somente de papel higiênico!

Ver os artigos **Determinismo; Predestinação e Livre-Arbítrio**, três artigos que abordam com detalhes os problemas acima ventilados. Ver também o artigo intitulado *Polaridade*, onde se encontra um equilíbrio doutrinário a respeito.

13. *A Dieta de Speyer. O Nome Protestante*

Uma dessas reuniões semi-anuais das autoridades do Santo Império Romano foi efetuada em 1526, que declarou o princípio de que cada Estado constituinte teria o direito de tomar suas próprias decisões religiosas. Fortalecido por tal princípio, Lutero passou a simplificar os cultos eclesiásticos. Outra dieta de Speyer foi efetuada em 1529. Então o imperador tentou restaurar a unidade eclesiástica anterior, e isso prejudicou à causa protestante, visto que os direitos foram ameaçados. Foi contra essa dieta que os protestantes «protestaram», de onde lhes veio o título eclesiástico de *protestantes*, como designação das Igrejas reformadas em geral. Ver o artigo sobre o *Protestantismo*.

14. *Catecismos*

Em 1528 e 1529, Lutero publicou, respectivamente, o pequeno e o grande catecismos, que se tornaram manuais doutrinários dos protestantes. Grande ênfase foi dada às doutrinas evangélicas, mormente a justificação pela fé.

15. *Confissões Protestantes*

Zwínglio produziu uma confissão; e Lutero, com Melancton e outros, produziram o que veio a se chamar de confissão de Augsburg. Essa confissão sumaria a fé luterana em vinte e oito artigos. Ver *Augsburg, Confissão de.* Essa confissão foi incorporada ao livro da Concórdia, em 1580, e continua a ser reputada uma declaração autoritária por muitos luteranos. Em 1537, cumprindo um desejo expresso por João Frederico, da Saxônia, Lutero compôs os

Artigos de Schmalkald, que sumariam seus ensinamentos. Esse documento frisa a soberania de Deus, Cristo como o único Mediador entre Deus e os homens, a justificação pela fé e outras doutrinas evangélicas típicas. Também é uma obra polêmica, denunciando a missa, as penitências, a veneração aos santos, as relíquias e as imagens na Igreja, além de identificar o papa como o anticristo. Ver o artigo separado *Artigos de Esmalcalde* (*Schmalkald*).

16. *Enfermidade e Morte*

Os últimos anos de vida de Lutero tornaram-se difíceis por causa de problemas digestivos. Ele tinha cálculos nos rins e no pâncreas, os quais lhe causavam muitas agonias físicas. Com freqüência, era acossado por ataques de melancolia profunda, daquele tipo que alguns chamam de maníaco depressivo. Apesar desses problemas, era capaz de trabalhar arduamente. Morreu de ataque do coração a 18 de fevereiro de 1546, em Eisleben, onde fora a fim de arbitrar entre os condes de Mansfeld, que estavam em disputa.

17. *Contribuição*

Lutero instruiu aos seus seguidores que *não* chamassem o movimento que ele desenvolveu de uma denominação, depois de sua morte. Ele também objetava a que pessoas o elegessem como uma *estrela* que lhes desse direção. Ele dizia que era antes um *planeta* (uma estrela vagabunda), e não uma estrela. A despeito de seus exageros de temperamento (com freqüência, ele era arrogante e abrasivo), é óbvio que ele era dono de uma mente brilhante e produtiva. Era dotado de intensa espiritualidade, que inspirava outras pessoas. Ele dizia que não era nenhum santo, mas afirmava ter cumprido a missão de um profeta. Quando a poeira da batalha amainou, até mesmo muitos teólogos católicos romanos disseram que Lutero havia erguido a voz contra muitos abusos reais, alguns dos quais, pelo menos, a Igreja Católica Romana procurou corrigir mais tarde. O catolicismo romano não haverá de levantar a rejeição sistemática a Lutero, mas haverá de chegar o dia em que todos reconhecerão que Martinho Lutero foi um dos mais ilustres e brilhantes filhos da Igreja. Há mais coisas que nos unem do que coisas que nos dividem. Esse fato, algum dia, haverá de unificar todos os crentes verdadeiros em torno de Cristo. Ver o artigo separado sobre o *Luteranismo*.

18. *Doutrinas Luteranas Distintivas*

Ver sobre o *Luteranismo*, quinto ponto.

II. Os Acontecimentos Históricos e Lutero

1. *Certa Variedade de Modificações*. Na primeira seção pudemos expor certo número de eventos históricos muito importantes para a história secular e religiosa diretamente ligados à vida de Martinho Lutero. A *Reforma Protestante* (vide) foi uma das causas do *Iluminismo* (vide), que expandiu a liberdade humana quanto a todos os campos, incluindo o político. A humanidade ocidental foi elevada a grande altura de civilização intelectual, e todas as fases da vida evoluíram. A Reforma abateu as autoridades militantes e a impostura religiosa, dando aos homens a oportunidade de repensar sobre muitas coisas. Apesar de que alguns dos primeiros reformadores foram ditadores intolerantes (mormente *Calvino*, vide), pelo menos mostraram que novas idéias e movimentos podem emergir e sobreviver.

2. *O Mundo Religioso*. Dois grandes grupos religiosos emergiram da Reforma Protestante, a saber, a Igreja Luterana e as Igrejas Reformadas. O luteranismo foi causado por Lutero e seus associados; e os reformados por Calvino e Zwínglio. Mas, a partir daí, a fragmentação tem sido quase interminável, e minúsculas diferenças têm dado lugar à desculpa para a formação de alguma nova seita ou denominação. Uma autoridade poderosa contribui mais para a unidade. Mas, quando cada indivíduo torna-se a sua própria autoridade, cada qual supostamente interpretando a Bíblia melhor que os demais, então, a fragmentação torna-se inevitável. O grito de Lutero: «A Bíblia somente», no tocante à fé e à prática cristãs, apesar de ter seus pontos positivos, também criou condições psicológicas para a fragmentação. O fato de que ele removeu a autoridade de papas e concílios removeu também o alicerce de uma autoridade centralizada.

3. *O Mundo Político*. Lutero exerceu uma tremenda influência política, apesar do fato de ter sido perseguido e interditado. Entre 1521 e 1525 ele foi o verdadeiro líder da Alemanha. As suas idéias favoreceram a democratização da Europa e a queda de tiranos, embora isso tivesse levado algum tempo para concretizar-se, além do que essa democratização teve várias outras causas.

4. *Unificação do Idioma Alemão; a Bíblia é Posta nas Mãos do Povo*. A tradução feita por Lutero, da Bíblia latina para o alemão, foi o principal fator da eliminação de vários dialetos alemães que existiam em sua época. Daí emergiu o alemão moderno. Aquela tradução da Bíblia para o vernáculo abriu para o povo o conhecimento da Bíblia, o que, antes da época, era propriedade exclusiva dos ministros religiosos. Antes disso, até mesmo muitos desses ministros ignoravam, para todos os efeitos práticos, o conteúdo da Bíblia. Quem podia ler o latim? Seguiu-se à Bíblia traduzida por Lutero, muitas outras traduções. Naturalmente, a tradução feita por Lutero não foi a primeira tradução moderna da Bíblia. Antes dele, por exemplo, *Wycliffe* (vide), havia traduzido a Bíblia para o idioma inglês.

III. A Teologia e Lutero

Ver sobre o **Luteranismo**, quinto ponto.

IV. Tendências do Luteranismo

Ver o artigo geral sobre o **Luteranismo**.

Bibliografia. AM C E ELE ELE(2) EP PEL LU

LUTHARDT, CHRISTOPH ERNST

Suas datas foram 1823-1902. Ele foi professor nas Universidades de Marburgo e Leipzig, na Alemanha. Tornou-se melhor conhecido por seus labores como defensor do luteranismo, defendendo a visão bíblica contra os ataques das ciências naturais modernas. Ver o artigo geral sobre o *Neoluteranismo*, que aborda a questão da luta que aquela denominação teve contra idéias e sistemas que estavam sofrendo grandes modificações na direção do materialismo.

LUX MUNDI

Expressão latina que significa «luz do mundo». Esse foi o título de um volume de ensaios editado por Carlos Gore, em 1889, como produto anglo-católico. Esses ensaios foram escritos em torno do tema que Cristo é a luz do mundo, mas que a Igreja, com freqüência, erra e inventa coisas que ultrapassam aos requisitos da fé religiosa. Naturalmente, isso constituiu um desvio do dogma católico romano comum que diz que a Igreja, como representante de Cristo, sempre expõe e ensina a doutrina correta. Essa atitude «liberal», de fato, foi exatamente isso, a aceitação, por parte de seus autores, de conclusões a que tinham chegado a alta crítica, na tentativa de acompanhar tais idéias. Os eruditos envolvidos pertenciam a Oxford, e as obras por eles produzidas tiveram larga influência em sua época. Apesar do

liberalismo ter sido parcialmente aceito, houve também a tentativa para preservar o tipo de cristianismo que se harmoniza com os credos principais, sem se mostrar por demais conservador, mas também sem refrear as idéias em evolução.

LUZ

Temos exposto os ensinos bíblicos a respeito da *Luz*, com muitas aplicações metafóricas, mediante quatro artigos distintos, a saber:

1. *Luz, A Metáfora da.*
2. *Luz, Deus Como.*
3. *Luz do Mundo, Cristo Como a.*
4. *Luz, Homens Como.*

LUZ (CIDADE)

Houve duas cidades com esse nome, nos tempos bíblicos, a saber:

1. *Luz* (*Betel*). No hebraico, «amendoeira». Luz é o antigo nome de *Betel* (vide). Esse era o nome que os cananeus davam ao lugar, desde tempos remotos. Esse nome foi preservado em Gên. 25:6; 28:19 e 48:3. Em Jos. 16:3 faz-se a distinção entre Luz e Betel, não porque fossem cidades diferentes mais ou menos da mesma região, mas porque, naquele trecho, Luz refere-se à cadeia montanhosa ao sul, que pertencia geograficamente a Betel. Aquelas colinas demarcavam a fronteira entre tribos, naquele ponto. Luz foi entregue à tribo de Benjamim (ver Jos. 18:13). O termo Betel foi dado antes ao local, quando Jacó estava jornadeando por ali, onde recebeu uma experiência mística, perto de Luz. Posteriormente, o termo Betel veio a indicar a cidade propriamente dita (ver Jos. 18:13; Juí. 1:23). O antigo nome, porém, continuou sendo usado pelo menos até o tempo dos juízes de Israel (Juí. 1:23-26).

2. *Uma cidade hetéia* era assim chamada. Ela foi construída por alguém que havia residido em Luz, e que resolveu transferir o nome para a recém-fundada localidade. Quando Luz (*Betel*) foi destruída pelos benjamitas, aquele homem foi poupado e partiu para a terra dos heteus ou hititas. O que é chamado de «terra dos heteus» (ver Juí. 1:24-26), provavelmente, é uma área ao norte da Síria. Nos tabletes de Alalah encontra-se o nome *Lazi*, sendo provável que se trate de uma referência ao lugar que foi fundado por aquele homem e recebeu o nome de Luz. Seja como for, o local da cidade é desconhecido atualmente.

LUZ, A METÁFORA DA

Esboço:

I. Natureza da Metáfora e Contraste com a Metáfora das Trevas
II. Deus como a Luz
III. Cristo como a Luz
IV. A Luz e Iluminação São Universais
V. O Crente como Luz
VI. Referências e Idéias

I. Natureza da Metáfora e Contraste com a Metáfora das Trevas

As metáforas da luz e das trevas são utilizadas em muitos trechos do N.T. Ver João 1:4-9. O nono versículo fala sobre Cristo como «a luz do mundo». Em João 3:19-21, a luz e as trevas indicam, respectivamente, santidade e pecaminosidade. Em João 8:12 e 9:5, Cristo é a «luz do mundo». Em João 12:35,36, os crentes são *filhos da luz* porque participam da luz de Cristo. Em Mat. 5:14, os crentes são *a luz do mundo*. Em Mat. 6:22,23, a participação no bem ou no mal é exposta sob o simbolismo da luz e das trevas. Em I Tim. 6:16, Deus figura como aquele que habita em luz de tão grande intensidade que ninguém pode se aproximar dele.

1. A bondade, a pureza, a retidão são *luzes*, porquanto refletem o caráter moral de Deus.

2. A «presença» de Deus é *luz*. Isso pode significar, literalmente, que o seu grandioso ser irradia luz; mas também há um sentido metafórico, no qual o Senhor Deus é a essência mesma da bondade, da pureza, da santidade, etc., pelo que também a sua presença é conhecida como lugar onde tais virtudes habitam supremamente, sem mescla com qualquer forma de maldade.

3. Além disso, o próprio Deus é luz, ou seja, é o padrão perfeito de toda a santidade e retidão, «...Deus é luz, e não há nele treva nenhuma» (I João 1:5). Não pode haver qualquer tendência para o mal, na pessoa de Deus, já que ele é luz pura.

4. O que é dito com relação a Deus Pai, também é dito acerca de Cristo, pois, em sua divindade, Cristo também é luz, tal como o Pai (ver João 1:9; 8:12 e 9:5).

5. Os crentes em Cristo também são luzes e isso não apenas como um reflexo (ainda que tal aspecto também diga uma verdade), pois também está inclusa a idéia de nossa participação na natureza de Cristo, ou seja, em sua santidade (ou luz). (Ver o trecho de João 12:35,36). Os crentes são «filhos da luz», isto é, a sua natureza básica os força a serem isso, tal como sucede a Cristo, devido à sua natureza básica.

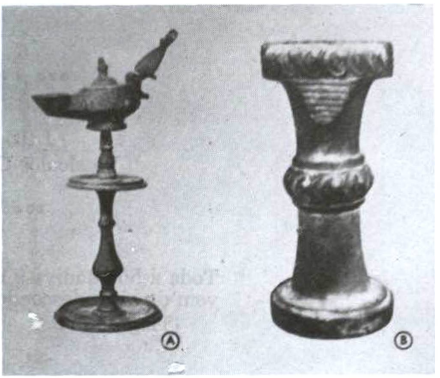
6. A maneira de andar ou conduta geral dos crentes, portanto, deve ser de conformidade com essa verdade. Precisam mostrar a santidade de Cristo naquilo que fazem, pois eles «são Cristo» no mundo, são «Cristo em formação». (Ver Efé. 5:8 e I João 1:7). Precisamos «andar na luz», e a passagem bíblica de I João 1:8,9 mostra-nos algo sobre como isso deve ser feito.

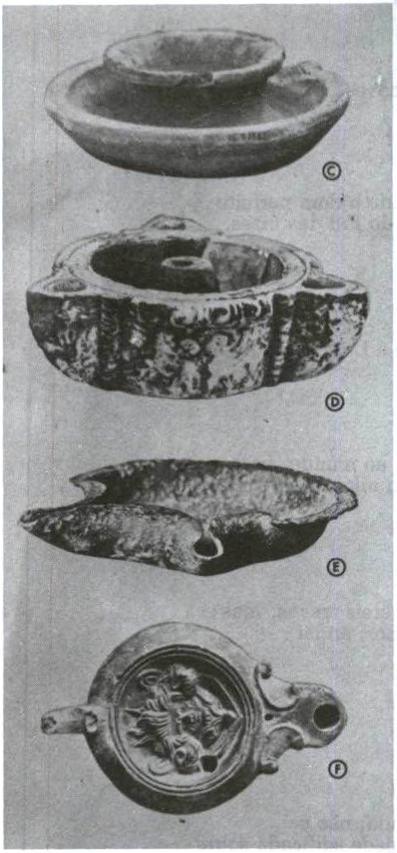
7. Por essas razões é que os reinos opostos da verdade e da mentira são chamados de *luz* e de *trevas*, respectivamente, pois neles habita supremamente uma ou outra dessas qualidades. Nesses reinos habitam seres cujas naturezas manifestam uma ou outra dessas tendências (ver Apo. 16:10; Col. 1:12,13; Jud. 6:13 e II Ped. 2:17).

II. Deus como a Luz

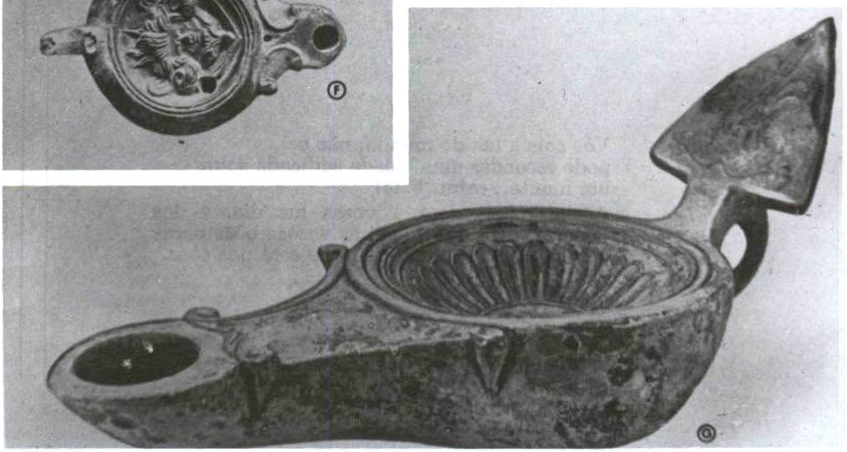
A vida de Deus, aparece no mundo como «luz verdadeira» (ver I João 2:8 e João 1:9), e, por ocasião da encarnação de Cristo, isso se tornou real e operante entre os homens.

Deus é Luz. Sua presença é luminosa, tão brilhante que ninguém pode se aproximar dele (ver I Tim. 6:16). Nessa luz é que se encontra a imortalidade autêntica, e, sem Cristo e a transmissão da imortalidade por intermédio dele, nenhuma pessoa poderá chegar jamais à verdadeira imortalidade. Uma vez mais as Escrituras vinculam a luz e a vida, na referência a que acabamos de aludir. Cristo nos ilumina a fim de permitir-nos aproximar da luz de Deus, para podermos ser totalmente absorvidos pela mesma, mediante o que nossa natureza será de tal modo espiritualizada que participará de seu tipo de vida. Os gnósticos, porém, que repeliam a santidade básica em suas vidas diárias, santidade essa que consiste de andarmos na luz de Deus (um processo de iluminação presente), dificilmente poderiam vir a participar da vida de Deus, através do poder da luz divina.





Lâmpadas da Antiguidade
A — grega
B — cretense
C — egípcia
D — grega
E — cipriota
F — romana
G — romana



Cortesia, Metropolitan Museum of Art

●●● ●●●

LUZ
Versículos-Chaves

●●●

Toda a boa dádiva e todo o dom perfeito
vem do alto, descendo do Pai das luzes.
(Tiago 1:17)

Esta é a mensagem que dele ouvimos, e vos
anunciamos: que Deus é Luz, e não há nele
trevas nenhumas.
(I João 1:5)

Eu sou a Luz que vim ao mundo, para que
todo aquele que crê em mim não permaneça
nas trevas.
(João 12:46)

Porque noutro tempo éreis trevas, mas
agora sois luz no Senhor; andai
como filhos da luz.
(Efé. 5:8)

●●●

Vós sois a luz do mundo; não se
pode esconder uma cidade edificada sobre
um monte. (Mat. 5:14)
Assim resplandeça a vossa luz diante dos
homens, para que vejam as vossas boas obras
e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus.
(Mat. 5:16)

●●● ●●●

A glória daquele que move a tudo
Interpenetra o universo, e resplandece
Em uma parte mais e em outra menos.
Dentro daquele céu que mais luz recebe
Estava eu.
(Dante, *Paraíso*, i.1-5)

Na presença daquela luz alguém se torna tal,
Que retirar-se dali para outra condição
É impossível que venha a consentir;
Porque o bem, que é o objeto da vontade,
Está concentrado ali, e excluído dali
É retirado do perfeito todo e qualquer defeito.
(Paraíso, xxxiii.100-105)

Não há nele treva nenhuma, I João 1:5. Os livros joaninos, com freqüência, têm um conceito expresso em forma positiva, e então negativa. Assim sendo, Deus é Luz, e nele não há treva alguma. (Comparar esse uso com João 1:7,8,20; 3:15,17,20; 4:42,5,24; 8:35; 10:28; I João 1:6,8; 2:4,27 e 5:12).

Quanto a um completo desenvolvimento das metáforas da luz e das trevas, mais do que é oferecido no texto presente, ver Efé. 5:8 no NTI.

A cruz tem seu peso, sua obrigação moral, suas exigências. Conduz das trevas para a luz do dia eterno. Os gnósticos queriam um evangelho sem o peso da cruz.

«Embora o conhecimento completo de Deus seja impossível, ele pode ser realmente 'conhecido' aqui e agora, sob as condições e limitações da vida humana. A sua natureza é 'luz', que se comunica com os homens, feitos à sua imagem, até serem transformados à sua semelhança» (Brooke, *in loc.*). Deus, portanto, não vive afastado de sua criação, conforme os gnósticos imaginavam. Ele é imanente em sua criação.

••• ••• •••

«Ele é a Luz e a Fonte da luz, tanto da matéria como da ética. No mundo material, as trevas são a ausência da luz; no outro, as trevas, a inverdade, o engano, a falsidade, são a ausência de Deus» (Alford).

Temos aqui a essência da teologia cristã, a verdade acerca da deidade, em contraste com todas as concepções imperfeitas daquele que amargura as mentes dos sábios. Para os pagãos, a deidade se compunha de seres iracundos e malévolos, melhor adorados pelo segredo de vícios ultrajantes; para os gregos e romanos, eram as forças da natureza, transformadas em mulheres e homens sobrenaturais, poderosos e impuros; para os filósofos, era uma abstração moral ou física; para os gnósticos, era uma idéia remota, forças iguais do bem e do mal, em luta, reconhecíveis apenas através de deputados mais ou menos perfeitos. Tudo isso, João, sumariando o que diziam o A.T. e nosso Senhor, acerca do Pai Todo Poderoso, envolve em uma única declaração da verdade.

O pecado, por ser trevas, é visto não apenas como a «privação» do bem, mas também como hostilidade contra Deus, pois se opõe à natureza de Deus como luz. Jesus é quem ilumina os homens.

A luz foi dada para que 'andássemos nela' e desfrutássemos de suas bênçãos... É assim que o evangelho atinge seu fim e cumpre seu propósito em nós... Luz significa calor, saúde, visão; em suma, 'vida'.

Donde vens? Venho das trevas
Onde vais? Vou para a luz.
Tão curvada a fronte levas?
Que admira? É o peso da cruz!
.....
E ainda crês? Creio no Eterno:
O sofrimento é crisol:
Às vezes, em pleno inverno,
Há dias cheios de sol!
(Guilherme Braga)

III. Cristo como a Luz

João 1:9: *Pois a verdadeira luz, que alumina a todo homem, estava chegando ao mundo*

Jesus Cristo veio a este mundo como a verdadeira Luz, e, nessa capacidade, a sua função iluminadora não teve começo quando de sua encarnação — em sua encarnação a sua esfera de atividade foi modificada, ou talvez devêssemos dizer que se alterou a área de sua atividade, pois antes mesmo de sua encarnação Jesus já iluminava aos homens. Assim é que diz Adam Clarke (*in loc.*): «Da mesma maneira que Cristo é a fonte e a origem de toda a sabedoria, assim também a sabedoria que há nos homens se deriva dele; o intelecto humano é apenas um raio do resplendor dele, e a própria razão se origina nesse *Logos*, a razão eterna. Alguns dos rabinos mais eminentes têm compreendido a passagem de Is. 60:1: 'Dispõe-te, resplandece, porque vem a tua luz...' como uma alusão ao Messias, o qual haveria de iluminar a Israel, e que, conforme criam, fora referido naquela palavra de Gên. 1:3, que diz: *'Disse Deus: Haja luz; e houve luz'*».

Com as palavras deste versículo tem prosseguimento o «hino» ou «poema» ao «Logos», após o comentário parentético, vazado em forma de prosa (vss. 6:8). Agora o «Logos» aparece na forma de luz; ele é eterno, estava com Deus (isto é, distingue-se de Deus, embora em comunhão perfeita com ele), e era Deus (ou seja, é divino). *Cristo é a divina Luz*, e nessa capacidade, incorpora a luz de Deus, a sua natureza moral e metafísica, que, por si mesma, é a revelação da mais elevada verdade possível para os homens. A vida está essencialmente vinculada à luz ou às trevas, ao bem ou ao mal, ao sucesso ou ao fracasso, e esse sucesso ou fracasso, em termos bíblicos, depende dos homens conseguirem encontrar-se ou não com Deus. E mais especificamente ainda, nos escritos *joaninos e paulinos*, tal sucesso ou fracasso depende dos homens entrarem no conhecimento de Cristo e serem transformados segundo a sua imagem (ver Rom. 8:29). A verdadeira Luz ilumina aos homens, e, mediante essa iluminação, os homens são transformados segundo a imagem daquele que é a própria Luz, e isso fala de uma modificação literal da natureza da substância ou do ser essencial dos homens. Dessa maneira é que os crentes se tornam seres de natureza supremamente elevada, pois, na realidade, passam a participar da divina essência, conforme ela está na pessoa de Cristo, o Filho de Deus, posto que eles são filhos de Deus, conduzidos à glória (ver também Efé. 1:23).

IV. A Luz e Iluminação São Universais

Ora, o *grande Cristo*, que é a imensa fonte luminosa *para todos os homens*, o que os capacita a perceber a revelação de Deus, não teve qualquer dificuldade em abrir os olhos físicos do cego de nascença para que viesse a enxergar a luz do sol, e também não teve dificuldade alguma em infundir na alma daquele homem a luz celeste, a fim de prepará-lo para o resplendor dos lugares celestiais, onde Deus habita.

Sendo que o amor de Deus é universal (Jo. 3:16), assim seus efeitos também devem ser. Sendo que a luz é universal, assim seus efeitos também devem ser. Ver o artigo sobre *Restauração*. Cristo também iluminou o próprio hades. Ver o artigo sobre a *Descida de*

Cristo ao Hades.

V. O Crente como Luz

Efé. 5:8: *...outrora éreis trevas, mas agora sois luz no Senhor; andai como filhos da luz.*

A palavra «...Senhor...», como é usual no N.T., refere-se ao Senhor Jesus Cristo. Ao reconhecerem a Cristo como seu Senhor, os homens recebem luz, e, nessa luz, tornando-se iluminados, eles mesmos se tornam luz, já que participam da natureza do Senhor. Assim, pois, os crentes não são meros refletores da luz, mas tornam-se a própria essência da luz, em Cristo Jesus. Também são transformados pela luz, para que tenham a natureza básica de Cristo, isto é, caracterizada pela santidade, pela bondade, pela retidão, pela pureza (pela luz, enfim). Desse modo é que os crentes se tornam cidadãos aptos para o reino da luz. Os homens recebem luz (ver o décimo terceiro versículo deste capítulo), e isso da parte de Cristo, mas os crentes também se tornam luz, e isso em Cristo Jesus. As palavras *no Senhor*, são uma expressão mística que indica intimidade e identificação espirituais (ver I Cor. 1:4).

O andar. A metáfora do ato de *andar* expressa alguma ação habitual, um padrão de vida ou o *caráter* de uma pessoa. Esta metáfora é comum tanto na literatura sagrada *como na* literatura profana. Ver o artigo sobre *Andar.* O homem iluminado *anda na luz* porque isto corresponde ao seu caráter essencial.

Os filhos iluminados. Deus Pai é chamado Pai das luzes (Tia. 1:17). Os filhos compartilham a natureza do Pai.

Nossos pequenos sistemas têm sua época;
Têm sua época, mas logo desaparecem:
São meras lâmpadas quebradas de Ti,
E Tu, ó Senhor, és mais do que eles.
(*in memoriam*, Tennyson)

VI. Referências e Idéias

1. Os perdidos estão em trevas, sem qualquer luz. (Ver Mat. 4:16). Mas Cristo é a luz. 2. Os crentes são luzes (ver Mat. 5:14). 3. Cristo é luz (ver João 1:4-9). 4. Deus é luz (ver I João 1:5). 5. O pecado destrói a luz da alma (ver Luc. 11:33 e *ss*). 6. Os homens pecaminosos evitam a luz (ver João 3:19,20). 7. A luz está associada à vida, pois a confere (ver João 1:4 e 8:12). 8. A luz é verdade que deve ser crida (ver João 12:35). 9. A luz consiste da vida santa (ver Efé. 5:8). 10. A herança dos santos é na luz eterna (ver Col. 1:12). 11. Os crentes deixaram a luz para entrar na maravilhosa luz divina (ver I Ped. 2:9). 12. O amor aos irmãos é prova de que andamos na luz (ver I João 2:9,10). 13. O Cordeiro é a luz da Jerusalém celestial (ver Apo. 21:23). 14. Deus dá aos crentes a luz eterna (ver Apo. 22:5).

LUZ, DEUS COMO A

1. *A luz de Deus é inabordável.* Esse é o ensino de I Timóteo 6:16, onde se lê: «...o único que possui imortalidade, que habita em luz inacessível, a quem homem algum jamais viu, nem é capaz de ver...» Não está em pauta alguma luz natural. Mas estão em vista a majestática espiritualidade de Deus e o fato de que ele pertence a outra categoria inteiramente diferente da sua criação. Temas rabínicos comuns eram a singularidade de Deus em sua imortalidade, bem como a sua glória inacessível ao homem. Há instâncias desses pensamentos no Antigo Testamento. Para exemplificar, ver Sal. 104:2; Jó 37:23; II Cor. 4:6; I João 1:7; Rom. 1:23; Atos 7:2; Sabedoria 15:3; Filo, *de sacrifici Abelis*, cap. 30; Dan. 2:22.

Ó Ser intelectual!
Velado pelo teu próprio esplendor!
És aquele oculto pelos teus esplendores.
(Sinésio)

2. *No Logos*, é revelada aos homens a luz inacessível de Deus. Essa revelação fazia parte da missão de Jesus Cristo. Ver o artigo *Luz do Mundo, Cristo como a*, quanto a uma completa declaração sobre os princípios envolvidos. A luz de Deus foi revelada na pessoa de Cristo.

3. *A luz e a justiça.* A luz expele as trevas. Assim, em Deus não há trevas nenhumas (I João 1:5). A perfeita santidade de Deus está em pauta, nessa passagem. Ver também João 3:19,20 e Efé. 5:8. A última dessas referências mostra como os homens podem participar dessa tremenda realidade.

4. *Deus habita na luz.* Ver Col. 1:12. O lugar onde Deus habita está isento de qualquer mácula ou sombra de pecado; esse lugar é majestático, é inacessível, é indescritível.

5. *Na luz de Deus há alegria e vida.* A luz produz a vida, e a vida, por sua vez, torna-se luz (João 1:4). Ver o artigo *Luz do Mundo, Cristo como a*, em seu terceiro ponto. A luz é usada em associação com a alegria, com a bênção divina e com a vida, nas páginas da Bíblia, e em contraste com a tristeza, com a adversidade e com a morte. Ver Gên. 1:3 *ss*; Jó 10:22; 18:5 *ss*.

6. *A presença e o favor de Deus* são indicados por meio da luz. Ver Sal. 27:1; Isa. 9:2; II Cor. 4:6.

7. Deus é luz não derivada, além de ser a única verdadeira fonte de luz. Ver Tia. 1:17. Todas as outras luzes, físicas ou espirituais, foram criadas por ele (Gên. 1:3; Isa. 45:7), excetuando a luz do Logos, cuja luz também não é derivada, mas é própria (ver Heb. 1:3).

8. *A glória de Deus* é simbolizada pela luz. Ver Sal.104:2; I Tim. 6:16.

9. *A sabedoria de Deus é a luz dos homens*, capaz de iluminar suas mentes e os seus corações. Ver Dan. 2:22.

10. *A palavra de Deus é luz* (ver Sal. 119:105,130). Os homens encontram todo conhecimento necessário e toda instrução espiritual necessária na Palavra de Deus.

11. *O favor de Deus é luz.* Ver Sal. 4:6; Isa. 2:5.

12. *As revelações de Deus são iluminadoras.* Deus entregou a lei a Moisés, e ele desceu do monte Sinai com o rosto resplendente (ver Êxo. 34:29; II Cor. 3:12-18). Deus nos deu a sua revelação por meio do Logos, e isso tornou-se a iluminação e a revelação de Deus para todos os homens (ver João 1:9).

13. *A luz de Deus na criação.* Os mundos materiais tornaram-se possíveis mediante o ato criativo de Deus, que produz a «luz». A mesma coisa se dá no caso de sua criação espiritual.

14. *Luz é sinônimo de companheirismo.* Os homens que receberam a luz de Deus desfrutam de comunhão com ele. Ver I João 1:6. A revelação de Deus é a luz por intermédio da qual os homens podem receber a vida eterna (Isa. 62:1; Col. 1:12).

15. *Existem reinos de luz e de trevas.* De conformidade como os homens recebem e aplicam a revelação de Deus, assim pertencem a um ou a outro desses dois reinos (ver Col. 1:13). Participar do reino de Deus significa obter uma herança eterna na luz de Deus (ver Col. 1:12).

16. *O evangelho é a luz de Deus.* O apóstolo Paulo referiu-se à «luz do evangelho da glória de Cristo», além de dizer que foi o próprio Deus quem

«resplandeceu em nossos corações» (II Cor. 4:4-6).

LUZ DO MUNDO, CRISTO COMO A

1. *Uma das Declarações «Eu Sou»*

Que Cristo é a «luz do mundo» é afirmado em uma de suas grandes declarações «Eu sou». Ver João 8:12. Quanto a essas declarações «eu sou», ver João 6:35,41,51; 8:12; 10:7,11; 11:25; 14:6 e 15:1. Cada uma dessas declarações afirma algum importante aspecto da natureza e das operações do Logos, o Cristo, conforme ele se chamou em sua encarnação. O *Logos*, como a luz de Deus, é a *revelação* de Deus aos homens, o que envolve verdades eternas.

2. *A Luz como Agente da Vida.* Sem a luz do sol, não poderia haver vida física na terra. Sem a luz do Logos, não poderia haver vida espiritual. Em sua luz, a vida física está sendo absorvida pela vida eterna.

3. *A Vida Torna-se Luz.* Diz o trecho de João 1:4: «A vida estava nele, e a vida era a luz dos homens». Cristo, o Logos trouxe até nós a vida espiritual e eterna, uma luz que iluminou o caminho para os homens percorrerem. Essa luz resplandece como a aurora de um novo dia, e ilumina o caminho pelo qual os homens devem avançar. Os homens, naturalmente, amam mais às trevas do que à luz, porquanto os seus próprios caminhos são maus. «Pois todo aquele que pratica o mal, aborrece a luz e não se chega para a luz, a fim de não serem argüidas as suas obras» (João 3:20). Mas a alma remida, bem ao contrário disso, é atraída pela luz e nela se deleita (ver o vs. 21).

Nova luz, novo amor, nova vida tem criado;
Uma vida que vive pelo amor, e que ama pela luz:
Um amor a ele, em quem todos os amores estão soldados;
Uma luz, para a qual o sol é noite escura;
Luz dos olhos, amor do coração, luz, olhos, tudo é dele;
Ele é olhos, luz, coração, amor, alma;
Ele é toda a minha alegria e bem-aventurança.
(Purple Island, Cântico I.5,7).

4. *O Elo Entre a Vida e a Luz da Criação*

«*Disse Deus: Haja luz; e houve luz*» (Gên. 1:3). Esse ato divino armou o palco para a criação física, a qual não poderia ter existido sem a luz. As trevas do caos ficaram assim eliminadas, e a criação física surgiu ao amanhecer do dia da criação. Por semelhante modo, em Cristo, como a Luz, o palco é armado para a criação espiritual, e daí é que emana a aurora da vida eterna.

5. *A Natureza de Deus.* O Logos, como a Luz de Deus, é mais do que um mero reflexo. Ele participa da natureza essencial de Deus, como sua verdadeira e única emanação (ver Heb. 1:3). Quanto a Deus como a *Luz*, ver o artigo intitulado *Luz do Mundo, Deus Como a*.

6. *A Retidão da Luz.* O trecho de João 3:19 *ss* apresenta-nos esse tema. A luz ilumina e elimina as trevas do mal. A santidade de Deus, manifestada através do Filho, que é santo, trouxe a justiça aos homens. O trecho de I João 1:5 refere-se à luz como representação da pureza de Deus. Mat. 17:2 é passagem que ensina a mesma coisa em relação a Jesus Cristo. Deus habita em uma luz que é inabordável por parte do homem (ver I Tim. 6:16). Em Cristo, porém, podemos aproximar-nos da luz divina.

7. *A Cura Produzida Pela Luz.* Ultimamente, a ciência tem demonstrado que certas enfermidades podem ser curadas com o auxílio da luz. Os místicos, por sua parte, há muito que falam sobre as qualidades curativas da luz. Na luz há cura física e também há cura espiritual. A luz do Logos de Deus é boa para curar as almas enfermas. Ver o artigo separado sobre a *Luz, Propriedades Curativas da*.

8. *A Luz Como Iluminação Espiritual.* A luz de Deus propicia sabedoria. À alma do indivíduo é dada a luz interior. Deus dá ao homem a sua *revelação*. Os corações humanos são iluminados mediante a sua união com Cristo (ver Efé. 1:18). Ver o artigo separado chamado *Luz Interior*, que desenvolve esse tema. Ver também sobre *Iluminação*.

9. *A Iluminação dos Povos Pagãos.* O trecho de João 1:9 declara que todos os homens participam da iluminação que o Logos trouxe ao mundo. Vários dos chamados pais da Igreja, especialmente gregos, pensavam que o Logos ilumina a *todos* os homens, não se limitando, quanto a essa iluminação, ao judaísmo e ao cristianismo. A melhor porção da filosofia grega, especialmente nos escritos de Platão, ensinava os pagãos a virem a Cristo, como se fosse um aio, mais ou menos como a lei mosaica fez no caso dos hebreus. Mas, além disso, devemos levar em conta a luz da natureza, bem como aquela que brilha em muitas filosofias e religiões, cada qual manifestando alguma parcela da sabedoria do Logos, embora também de mistura com muitas noções humanas erradas. No entanto, a luz de Deus brilhou com toda a intensidade na face de Cristo.

Nossos pequenos sistemas têm a sua época;
Têm a sua época, mas logo desaparecem;
São meras lâmpadas quebradas;
Mas Tu, ó Senhor, és mais do que eles.
(*In Memoriam*, Tennyson).

10. *A Polêmica.* O evangelho de João, sem a menor dúvida, usou a metáfora do Logos como luz, a fim de frisar o fato de que ele é a verdadeira luz, em contraste com as luzes falsas. Foi dito acerca de João Batista que ele *não* era a luz (João 1:8), e o evangelho de João ataca àqueles, dentre os judeus, que resistiam à luz de Deus, e assim preferiam permanecer em trevas. Cristo como «a luz» faz parte de uma polêmica em favor da superioridade da fé cristã. O oitavo capítulo do evangelho de João aborda essa questão ainda mais enfaticamente.

11. *Em Cristo, os Homens Tornam-se Luzes.* Os homens são iluminados, e assim absorvem a luz de Deus. Dessa maneira, os remidos não são meros refletores da luz divina, mas possuem, em si mesmos, a essência da luz e da vida de Deus. Os salvos chegam a participar na natureza de Deus (ver II Ped. 1:4), bem como na imagem e natureza do Filho de Deus (ver Rom. 8:29; II Cor. 3:18). Isso ocorre mediante uma iluminação e transformação espiritual gradual.

LUZ E ESCURIDÃO, METÁFORA DA

Ver sobre **Luz, A Metáfora da.**

LUZ, HOMENS COMO

Ver os artigos separados sobre *Luz do Mundo, Cristo Como a* e *Luz, Deus Como*. Esses artigos contêm vários pontos que coincidem com o que dizemos neste artigo.

1. *Há Homens que Estão em Trevas.* A teologia cristã deixa claro que os homens, em seu estado natural, não são seres iluminados. Diz a passagem de Efé. 5:8: «Pois outrora éreis trevas...» A iluminação é o *sine qua non* da regeneração. É sobre isso que falam os primeiros versículos do evangelho de João. A luz é vida, e a vida é luz.

2. *Os Homens Podem Tornar-se Luzes.* Fica subentendido, em João 1:4 que a luz de Deus e a sua essência metafísica estão entretecidas uma na outra. Ora, os homens iluminados vão recebendo mais e mais da natureza de Deus. Esses homens não são meros refletores da luz. Quanto ao desenvolvimento desse apaixonante assunto, ver o artigo *Luz do Mundo, Cristo como a*, ponto décimo primeiro.

3. *O Logos, como Luz de Deus, Trouxe a Revelação de Deus aos Homens.* Essa é a mensagem central do primeiro capítulo do evangelho de João. Moisés foi iluminado. Quando ele recebeu a lei e esteve com Deus, isso fez seu rosto resplandecer. Porém, há uma luz infinitamente superior na face de Cristo. Isso significa, entre outras coisas, que uma verdade maior e um grande avanço espiritual nos foram oferecidos no evangelho de Cristo. Ver Êxo. 34:29; II Cor. 3:12-18; 4:4-6; João 1:9.

4. *A Tora, Pessoas Santificadas e os Crentes são Luzes de Deus.* Os intérpretes rabínicos referiam-se à Tora como a luz de Deus. Davi foi chamado de «a lâmpada de Israel» (II Sam. 21:17). E os seus descendentes também foram chamados de «lâmpada», em I Reis 11:36; Sal. 132:17; Luc. 3:32. Nessa conexão, o livro de Levi, uma obra judaica, tem uma interessante declaração: «Sede luzes de Israel, mais puros do que todos os gentios... Que farão todos os gentios, se fordes obscurecidos por transgressões?» Se Deus, em Jesus Cristo, é a luz primária, os crentes são luzes secundárias. Paulo diz que os crentes são «luzeiros no mundo» (Fil. 2:15). E o trecho de Mat. 15:15 indica que os crentes são reputados luzes porque participam da luz que procede da fonte luminosa, Cristo.

5. *Luzeiros.* No grego temos o vocábulo *phostér*, que significa «corpo luminoso» ou «corpo de luz». Essa palavra geralmente é usada para indicar as estrelas, ou até mesmo o sol. Os crentes, por conseguinte, são mais do que meras lâmpadas, que dão luz, embora não sejam a própria luz. Por semelhante modo, não se assemelham à lua, que reflete a luz do sol, mas não produz luz própria. Pelo contrário, os crentes são *fontes luminosas*, que compartilham da natureza da Luz. Os crentes precisam ser corpos de luz, fontes de luz, em meio às trevas deste mundo.

6. *Implicações Morais.* Se um crente tiver de ser luz, membro do reino da luz, então terá de permanecer em oposição às trevas do pecado, como um representante do mundo vindouro, que será o mundo iluminado por Deus. É isso que aprendemos em Efé. 5:8 *ss*. Os crentes não podem participar «nas obras infrutíferas das trevas» (vs. 11), mas antes, devem denunciar essas obras tenebrosas.

7. *Nosso Futuro e Glorioso Lar.* A promessa que nos foi feita é que os verdadeiros crentes aguardam um futuro glorioso, no reino da luz. É o que se lê em Col. 1:12,13: «...dando graças ao Pai que vos fez idôneos à parte que vos cabe da herança dos santos na luz. Ele nos libertou do império das trevas e nos transportou para o reino do Filho do seu amor».

LUZ INTELIGÍVEL

Agostinho inventou uma vívida metáfora quando disse que Deus é uma Luz que pode ser compreendida. E Deus também seria uma luz inteligente, ou seja, uma luz que conhece. Ver o artigo sobre a *Luz, Metáfora da.*

••• ••• •••

LUZ INTERIOR

Ver o artigo geral sobre **Iluminação**. A alma possui *olhos*, e esses olhos precisam de luz espiritual para enxergarem coisas. A idéia da fé como uma iluminação dos olhos espirituais do coração é um conceito antigo, refletido no Novo Testamento em Efé. 1:18: «...iluminados os olhos do vosso entendimento...»

Alguns, errando muito, têm imaginado que a luz interior é dada através do rito do batismo em água, ao menos em seus primeiros estágios. Em II Coríntios 4:6 aprendemos que é o próprio Deus quem resplandece em nossos corações, para que possamos compreender a glória de Deus, na pessoa de Cristo. Antes, devemos ver o batismo apenas como um símbolo de realidades espirituais, e não como veículos dessas realidades.

A Sociedade dos Amigos usa a expressão «luz interior» para indicar a iluminação conferida pelo Espírito Santo. Naturalmente, isso é um aspecto da experiência mística dos convertidos. Ver sobre *Misticismo*. Outros têm ensinado a doutrina do *ontologismo* (vide), que é a idéia de que o homem possui um conhecimento certo e imediato de Deus, mediante a afinidade de sua natureza espiritual com a natureza divina. Esse conhecimento é considerado pelos tais como o alicerce e a garantia de todo o conhecimento espiritual. Naturalmente, há nisso alguma verdade, mas ela não significa muito sem o preparo espiritual que nos capacita a extrair benefícios dessa iluminação.

LUZ, PROPRIEDADES CURATIVAS DA

Sabemos que a vida é impossível na ausência de luz. Atualmente, há evidências que se acumulam, indicando que a aplicação de luz pode curar certas enfermidades. O Dr. Thomas J. Dougherty, da Divisão de Biologia Radiada do Instituto Roswell Park Memorial, um centro de tratamento e pesquisas do câncer, em Baltimore, Maryland, nos Estados Unidos da América, tem feito experiências que indicam que a luz é dotada de potencial curativo. Em 1972, ele notou que certas células, que ele havia colorido com corantes, morriam na presença da luz. Ele e os seus colegas decidiram testar um derivativo corante não-tóxico da hematoporfirina, que elimina lentamente as células cancerosas. Então decidiram aplicar a luz vermelha às células, visto que essa luz penetra nos tecidos mais profundamente que qualquer outra onda visível de luz. O corante faz as células cancerosas mostrarem-se sensíveis à luz, de tal modo que, quando a luz incide sobre elas, a reação resulta na liberação de pequena porção de oxigênio. Embora a perda do oxigênio perdure por apenas um milionésimo de segundo, isso é fatal às células cancerosas. James McCaughan, um cirurgião do tórax, que trabalha no Grant Medical Center, em Columbus, Ohio, nos Estados Unidos da América, tem empregado esse processo por mais de trezentas vezes, com sucesso notável na eliminação de células cancerosas, principalmente dos pulmões, do esôfago e do globo ocular.

LXX

Essa é a abreviação para a versão grega do Antigo Testamento, a Septuaginta. Tanto Septuaginta quanto LXX significam «setenta», devido à tradição que foram setenta e dois os tradutores envolvidos na produção dessa obra, o que lhes ocupou o espaço de setenta dias. Alguns eruditos pensam que a tradição original aludia somente ao Pentateuco, mas que o

nome acabou sendo usado para designar a tradução inteira, que envolve tanto o Antigo Testamento quanto os livros apócrifos.

O próprio nome certamente é mais antigo que sua primeira menção literária conhecida, que se encontra na epístola de Aristeas (cerca de 100 A.C.). Essa tradição afirma que setenta e dois sábios judeus, trazidos da Palestina, por ordem de Ptolomeu II Filadelfo (285—246 A.C.), foram os tradutores do Antigo Testamento hebraico para o grego. Essa história é corretamente chamada de «explicação lendária». A parte dessa lenda que diz que foram necessários apenas setenta dias para completar a tarefa é fantástica, para dizermos o mínimo, mesmo que esteja em foco apenas o Pentateuco. Ver o artigo chamado *Septuaginta*.

LYONS, CONCÍLIOS DE

Ver o artigo geral sobre os **Concílios Ecumênicos**. Vários sínodos provinciais foram efetuados em Lyons, na França. Mas, além desses, houve dois concílios gerais naquela cidade francesa: 1. o Primeiro Concílio de Lyons, que foi o décimo terceiro concílio ecumênico da Igreja Católica, e que teve lugar de junho a dezembro de 1245. Não publicou qualquer declaração dogmática, mas depôs Frederico II, e votou fazerem-se coletas para aliviar a Terra Santa e para beneficiar o império latino de Constantinopla. 2. O Segundo Concílio de Lyons, que teve lugar em maio-junho de 1274, e foi o décimo quarto concílio ecumênico da Igreja Católica. Tentou (mas fracassou) restabelecer a união entre a Igreja Oriental e a Igreja Ocidental. Uma união temporária falhou. Foi definida a palavra *filioque* (vide); foi prescrita uma profissão de fé e reformas foram instituídas. Um dos pontos mais importantes foi a regularização das eleições papais.

LYTTON, BULWER

Ver o artigo intitulado **Utopia**, nono ponto.

••• ••• •••

ISBN 85-88234-33-5



Categoria: Referência